

DIAGNÓSTICO SOCIAL | CASCAIS PESSOAS

DIAGNÓSTICO
SOCIAL | CASCAIS
PESSOAS

Índice

I.	INTRODUÇÃO	9
II.	ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO	11
III.	TENDÊNCIAS GERAIS DE COESÃO SOCIAL	29
1.	QUATRO DIMENSÕES DE BEM-ESTAR DOS CIDADÃOS	30
1.1	Equidade e não discriminação	30
	a. Quais as desigualdades no acesso ao rendimento?	30
	b. Quais as desigualdades no acesso ao emprego?	36
	c. Quais as desigualdades no acesso à habitação?	45
1.2	Dignidade	52
	a. Que formas de violência de género existem?	52
	b. Quantas crianças vivem em situação de vulnerabilidade económica?	57
	c. Quantos idosos vivem em situação de vulnerabilidade económica?	61
1.3	Autonomia e desenvolvimento pessoal	64
	a. Que dinâmicas de mobilidade social existem?	64
	b. Quantas pessoas recebem prestações sociais por baixos rendimentos?	67
1.4	Participação e compromisso cívico	68
	a. Quais as dinâmicas de participação e de compromisso cívico?	68
2.	RESPONSABILIDADE PARTILHADA ENTRE OS VÁRIOS ATORES	72
2.1	Autarquia	72
	a. Qual o investimento financeiro na ação social?	72
2.2	Empresas	73
	a. Quais os níveis de precariedade laboral?	73

2.3	Famílias	75
	a. Qual a proporção de idosos que vive com as suas famílias?	75
	b. Qual o papel dos mais velhos face às gerações mais jovens?	76
	c. Quais os níveis de partilha dos cuidados a crianças e pessoas dependentes entre homens e mulheres?	76
3.	COMPONENTES IMATERIAIS	80
3.1	Laços sociais	80
	a. Como têm evoluído fenómenos como o suicídio, o homicídio e a criminalidade?	80
3.2	Tolerância e respeito	84
	a. Como se vive a diversidade em Cascais?	84
IV.	COESÃO SOCIAL POR ÁREAS DE VIDA	91
4.	RENDIMENTO	92
4.1	Desigualdades na distribuição de rendimentos e evolução do volume de rendimentos	92
4.2	Evolução das prestações sociais	100
4.3	Padrão de despesas	110
4.4	Impactes da redução dos rendimentos na vida das pessoas	116
4.5	Trajatórias de mobilidade social	122
5.	EMPREGO	125
5.1	Desemprego e acesso ao emprego	125
5.2	Situações de precaridade laboral e públicos afetados	136
5.3	Valores e competências reconhecidas pelos empregadores	141
5.4	Expectativas dos jovens relativamente ao emprego	144
6.	EDUCAÇÃO	146
6.1	Oferta educativa e condições de acesso à educação	146
6.2	A diversidade social e cultural nas escolas	161
6.3	A participação de alunos e encarregados de educação	166
6.4	A confiança dos encarregados de educação no sistema educativo e professores	168

7.	HABITAÇÃO, URBANISMO E ACESSIBILIDADES	172
7.1	Caracterização do parque habitacional	172
7.2	Condições de habitabilidade	178
7.3	Valor do mercado habitacional	181
7.4	Habitação social	186
7.5	Viver num bairro social estigmatizado	193
7.6	Utilização do espaço público	197
7.7	Uso e cobertura da rede de transportes	200
8.	SAÚDE	206
8.1	Oferta em saúde e acesso à saúde	206
8.2	A incidência das doenças mentais	222
8.3	Formas de apoio para doentes crónicos ou de mobilidade reduzida e para os cuidadores informais	226
9.	CONSUMO E ALIMENTAÇÃO	230
9.1	Padrão de consumo alimentar	230
9.2	Respostas na área alimentar	235
10.	CULTURA E LAZER	240
10.1	Oferta cultural: atividades culturais, de lazer e físicas	240
10.2	O papel das organizações na promoção da diversidade cultural	246
10.3	O papel dos atores locais na promoção da cultura	251
11.	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	257
11.1	Uso de tecnologias de informação	257
11.2	Organizações: canais de comunicação e valores comunicados	263
V.	COESÃO SOCIAL POR GRUPOS HISTORICAMENTE VULNERÁVEIS	269
12.	CRIANÇAS E JOVENS	271
12.1	Perfil demográfico	271
12.2	Perspetiva das organizações sobre os principais problemas	279
12.3	Pobreza infantil	281
12.4	Risco e perigo	288
12.5	Abandono e insucesso escolar	291
12.6	Ocupação de tempos livres e espaço público	294
12.7	Participação e cidadania	300

13.	PESSOAS IDOSAS	303
13.1	Perfil demográfico	303
13.2	Perspetiva das organizações sobre os principais problemas	307
13.3	Níveis de ensino	309
13.4	Rendimento e prestações sociais	313
13.5	Laços sociais e isolamento	321
13.6	Incapacidades e acessibilidades	334
13.7	Participação e cidadania	340
14.	MULHERES	342
14.1	Perfil demográfico	342
14.2	Níveis de ensino	345
14.3	Salários e mercado de trabalho	352
14.4	Desafios de conciliação da vida familiar e profissional	366
14.5	Vulnerabilidades em contexto familiar: a monoparentalidade	379
14.6	Vulnerabilidades em contexto familiar: violência contra as mulheres	390
14.7	Participação e cidadania	402
15.	IMIGRANTES	406
15.1	Perfil demográfico	406
15.2	Perspetiva das organizações sobre os principais problemas	411
15.3	Relações interpessoais e perceções da comunidade de acolhimento	413
15.4	Discriminação e barreiras à integração	422
15.5	Participação e cidadania	435
16.	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	440
16.1	Perfil demográfico	440
16.2	Perspetiva das organizações sobre os principais problemas	448
16.3	Atividade económica e prestações sociais	450
16.4	Acessibilidades	466
16.5	Participação e cidadania	473

**“Bem-estar
é viver num
concelho que
esteja em
contacto com
população”**

Mulher, Sénior



I.

Introdução

O Diagnóstico Social de Cascais (DSC) adotou o quadro de análise e o processo metodológico de avaliação da coesão social, desenvolvido no documento “*Concerted development of social cohesion indicators - methodological guide*”, e foi produzido a partir de quatro estudos.

Pretende-se que o DSC seja um instrumento de conhecimento público e útil para a ação dos atores que interferem e atuam na construção da coesão social em Cascais.

A partir dos estudos realizados no DSC foram produzidos documentos que organizam e sistematizam os dados:

- Em “**Diagnóstico Social de Cascais I Abordagem Metodológica e Concetual**” apresenta-se o referencial concetual que estruturou o desenho metodológico dos quatro estudos realizados, as metodologias de recolha de informação e produção de reflexão coletiva, traduzidas na participação de 1700 munícipes, 80 profissionais, 200 organizações e 14 eleitos locais.
- No documento “**Diagnóstico Social | Pessoas**” apresentam-se os dados dos estudos numa perspetiva das condições de vida dos munícipes, das suas aspirações e representações sociais.
- Em “**Diagnóstico Social | Organizações e Rede Social**” apresentam-se os dados dos estudos focados nos atores sociais que respondem às necessidades e aspirações das pessoas ao nível do bem-estar em Cascais.

Ao longo do presente documento poderá ter uma maior compreensão da ação das organizações, das respostas sociais e equipamentos existentes em Cascais e um conhecimento sobre as formas de funcionar e atuar das 200 organizações sociais. Apresentam-se ainda as formas de governança local, implementadas pela Rede Social de Cascais, e a avaliação dos impactos da ação das organizações concelhias no bem-estar dos munícipes de Cascais.

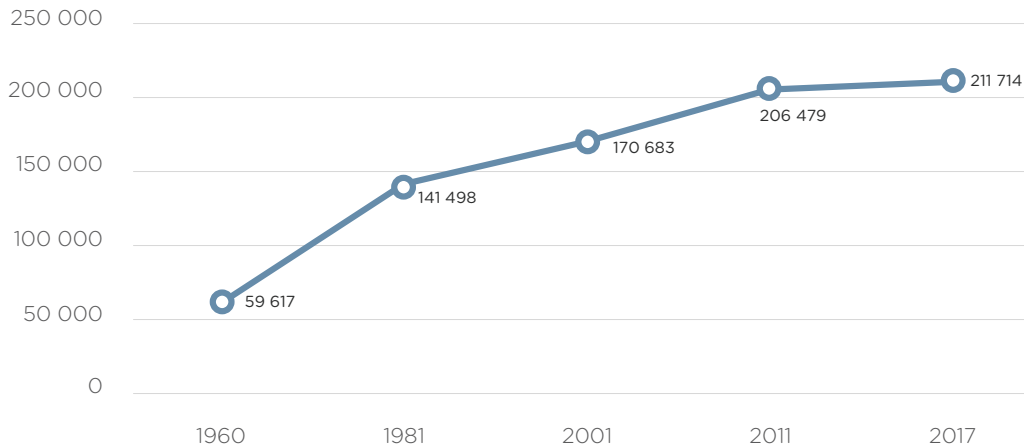
II. Enquadramento Demográfico



Elevado crescimento populacional no Concelho nos últimos 50 anos

Evolução da população residente no concelho de Cascais (Nº), Cascais

INE: Censos e Estimativas para 2017



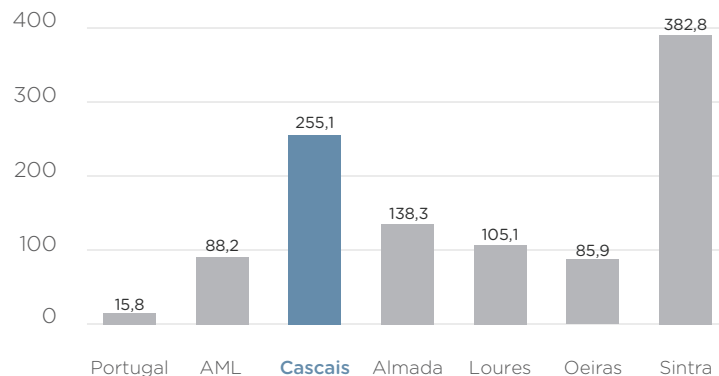
255%

Taxa de crescimento populacional em Cascais (1969 - 2017)

Cascais revela um **crescimento populacional de 255%** face a 1960, estimando-se que em 2017 residiam no concelho **211.714 pessoas**. No contexto dos concelhos comparáveis, o aumento populacional em Cascais é apenas superado por Sintra, sendo muito superior à média da AML (88,2%).

Taxa de crescimento populacional entre 1960 e 2017 (%)

INE: Censos e Estimativas para 2017

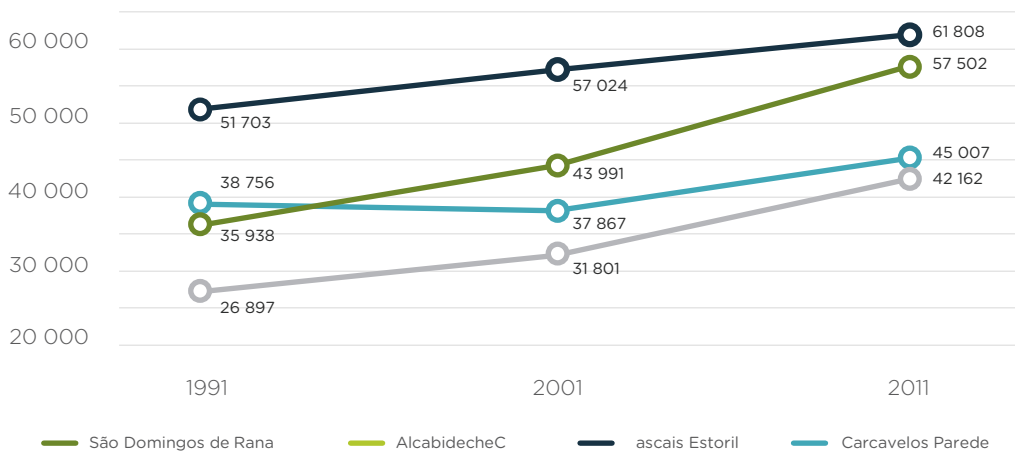


Forte assimetria territorial no crescimento populacional mais recente:

Alcabideche e São Domingos de Rana com maior aumento populacional que Carcavelos Parede e Cascais Estoril

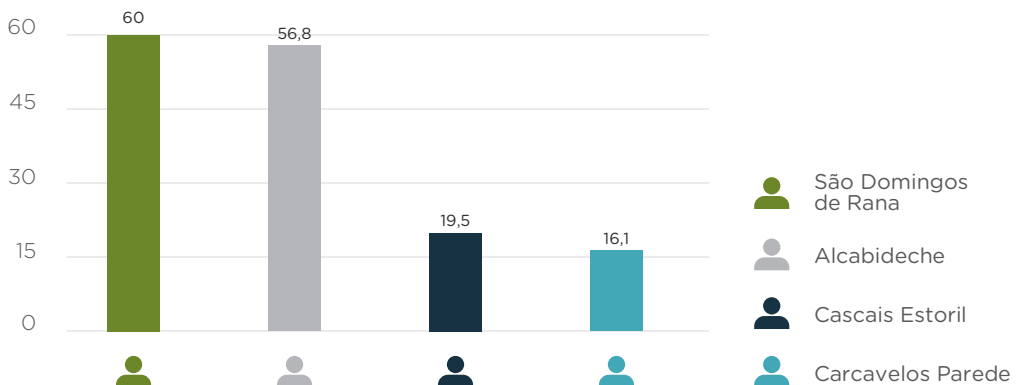
Evolução da população residente nas freguesias do Concelho (Nº), Cascais

INE, Censos



Taxa de crescimento populacional entre 1991 e 2011 (%), Cascais

INE, Censos 1991 e 2011

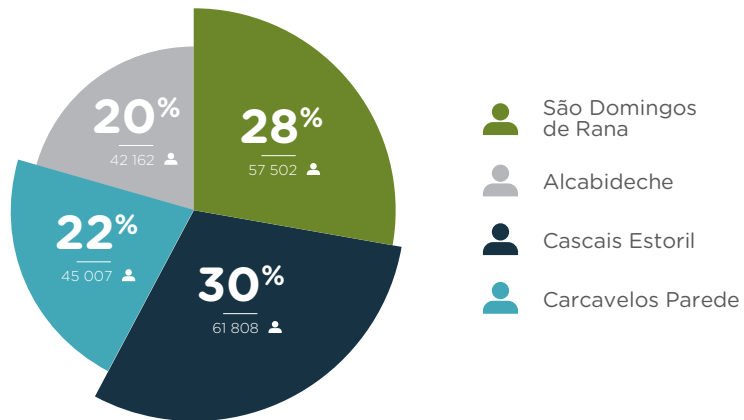


Distribuição relativamente equilibrada da população pelas 4 freguesias

Cascais Estoril é a freguesia mais populosa (61.808 habitantes; 30% da população do Concelho) e Alcabideche a menos populosa (42.162; 20%)

População residente por Freguesia (% e N°), Cascais

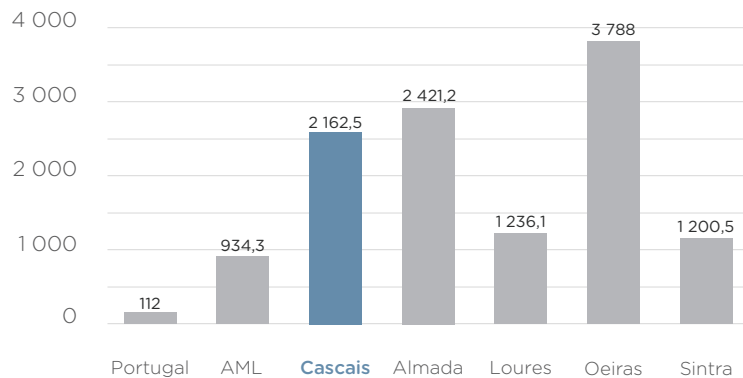
INE, Censos 2011



Cascais com maior densidade populacional que Loures e Sintra e menor do que Oeiras e Almada

Densidade populacional, (N°)

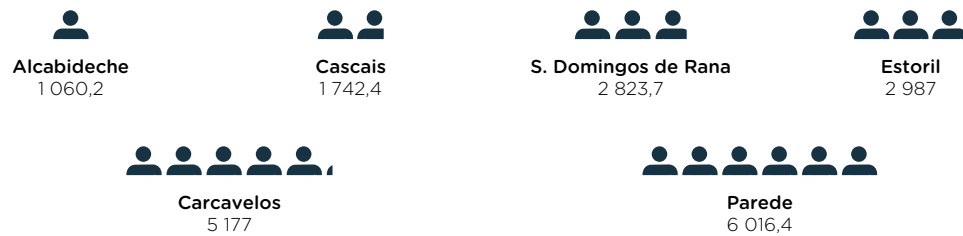
INE, Estimativas Anuais da População Residente 2016



Carcavelos Parede com elevada densidade populacional face às restantes freguesias

Densidade populacional por freguesia (Nº/Km2), Cascais

INE, Censos 2011

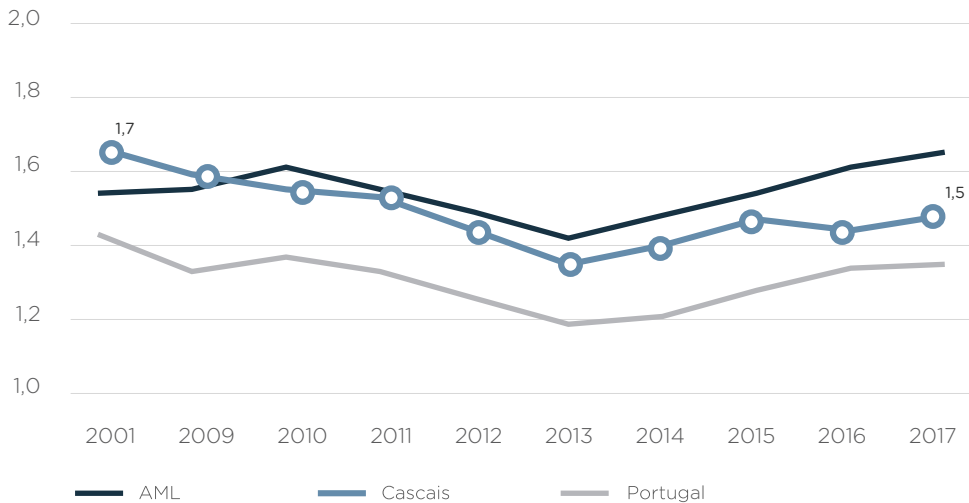


Cada mulher em Cascais tem, em média, 1,5 filhos

Valor abaixo da AML (1,7) e acima de Portugal (1,4)

Índice Sintético de Fecundidade (Nº)

INE, PORDATA



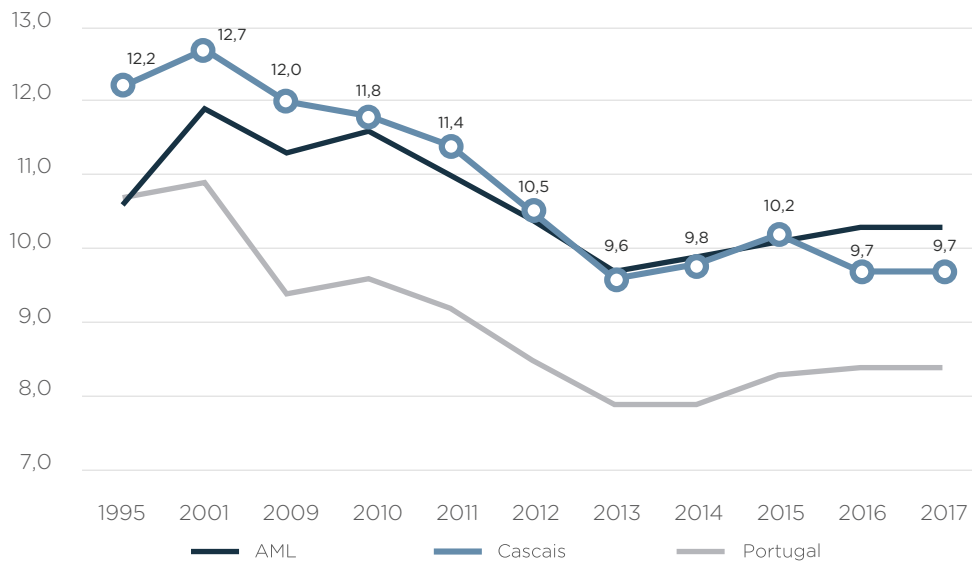
O índice sintético de fecundidade é o número médio de crianças nascidas por cada mulher em idade fértil, ou seja, entre os 15 e os 49 anos de idade. Para que a substituição de gerações seja assegurada, é preciso que cada mulher tenha em média 2,1 filhos.

Em 2017, nasceram no Concelho 9,7 crianças por cada 1.000 residentes

Valor inferior à AML (10,3) e superior a Portugal (8,4)

Taxa bruta de natalidade (Nº)

INE

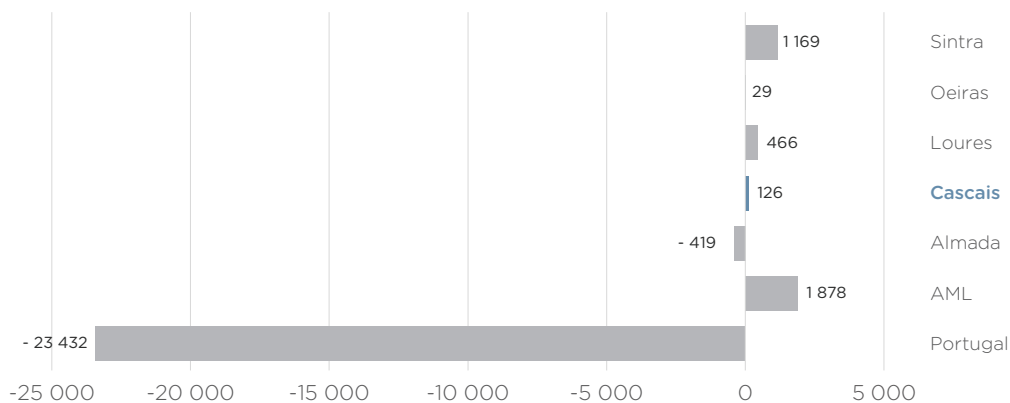


Saldo natural positivo

Em 2017 houve mais 126 nascimentos do que óbitos em Cascais

Saldo natural (Nº)

INE



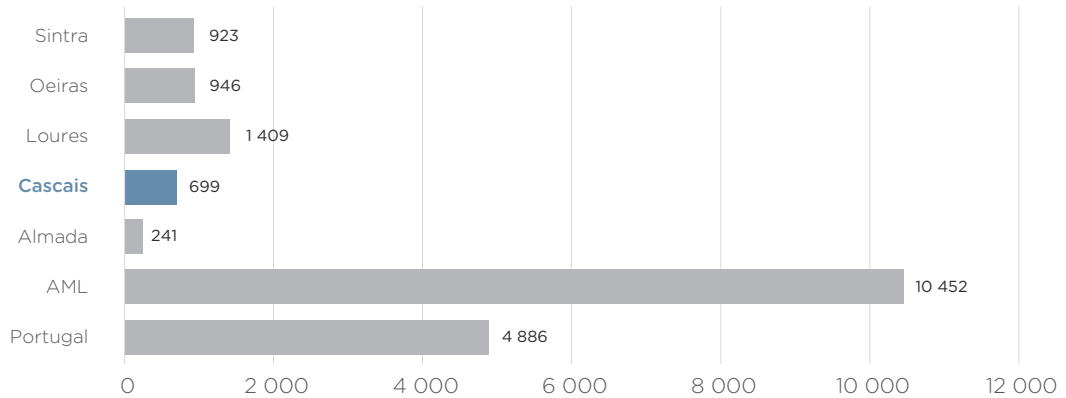
Saldo natural: diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo

Saldo migratório positivo

Em 2017 vieram viver para Cascais mais 699 pessoas do que as que saíram para residir noutros locais

Saldo migratório (Nº)

INE



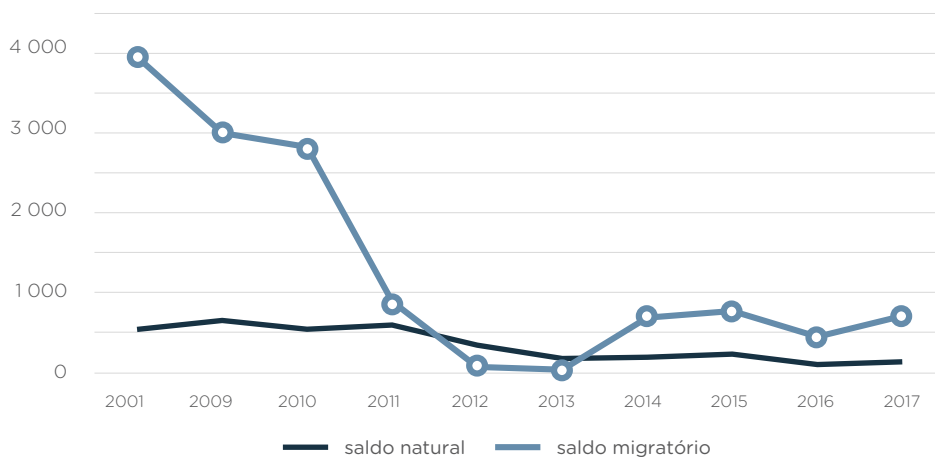
Saldo migratório: diferença entre a imigração (entrada) e a emigração (saída) numa determinada região durante o ano

Saldo natural em queda desde 2001 e saldo migratório oscilante

Saldo migratório com queda acentuada entre 2001 e 2012 e com ligeira retoma a partir de 2013

Saldo natural e migratório, concelho de Cascais

INE

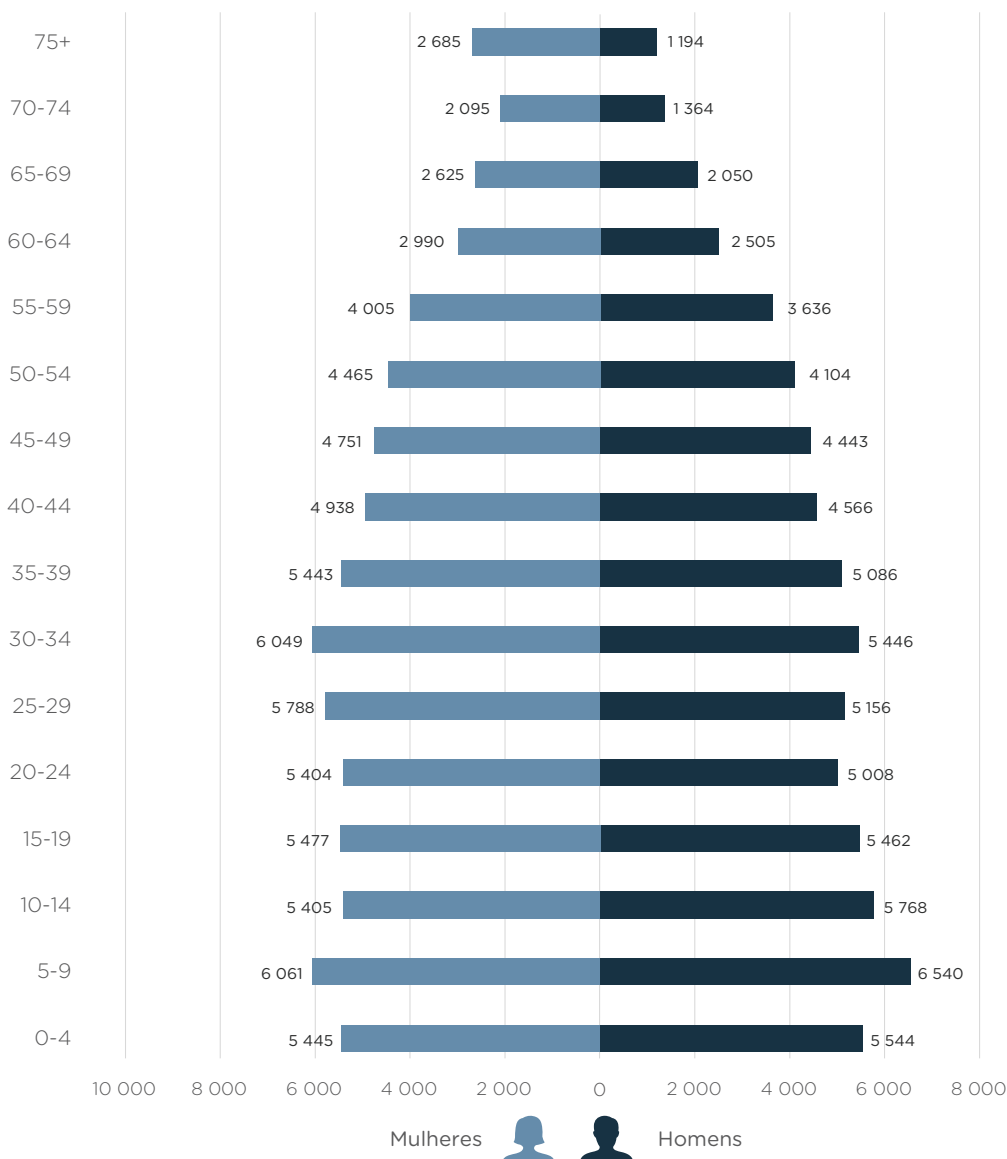


Pirâmide etária a envelhecer

Comparando a estrutura etária do concelho de Cascais em 1981 e em 2017, as mudanças são evidentes, nomeadamente com o aumento expressivo do número de pessoas mais idosas.

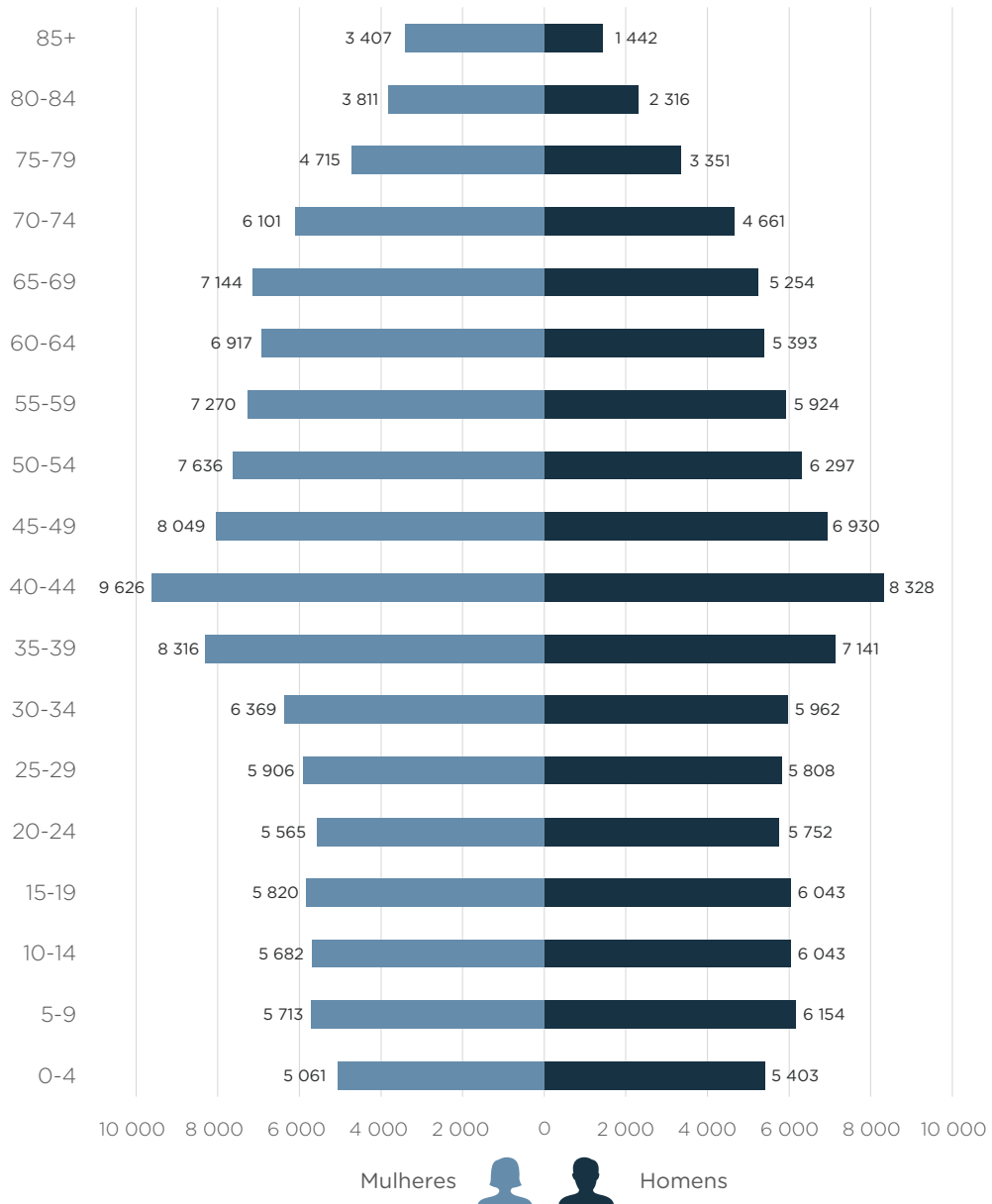
Pirâmide etária da população residente em 1981, segundo o sexo (Nº), Cascais

INE - Recenseamentos Gerais da População 1981



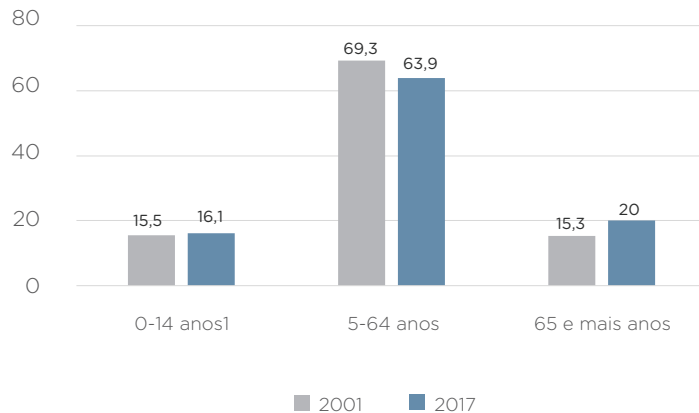
Pirâmide etária da população residente em 2017, segundo o sexo (Nº), Cascais

INE - Estimativas Anuais da População Residente para 2017



Entre 2001 e 2017, o peso das pessoas com mais de 65 anos aumentou 4,7 p.p. (passou de 15,3% para 20%).

População residente por grandes grupos etários (%) Cascais INE

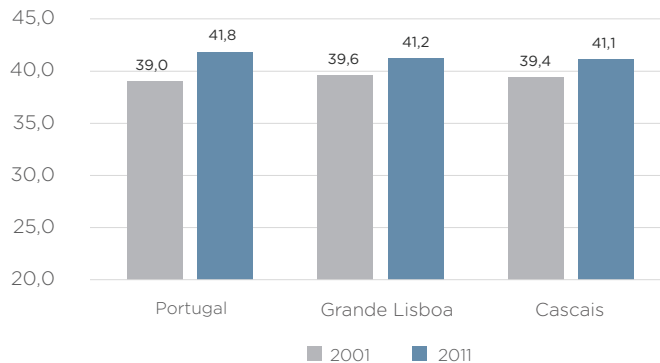


41 anos

Idade média da população do Concelho de Cascais (2011)

Idade média da população de Cascais em linha com a Grande Lisboa (41,2) e o país (41,8)

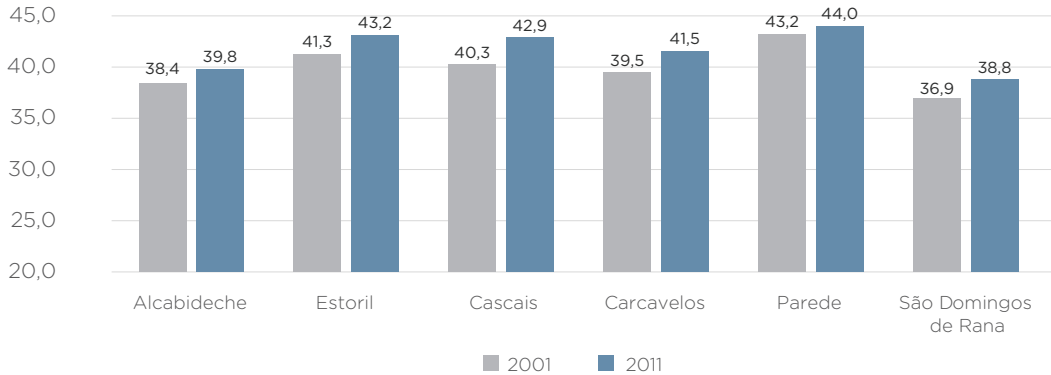
Idade média da população residente (anos), Cascais INE



Entre 2001 e 2011, a idade média da população aumentou em todos os territórios em análise. São Domingos de Rana revela a idade média mais baixa: 39 anos e a Parede a mais elevada: 44 anos. A antiga freguesia de Cascais foi a que mais aumentou a idade média entre 2001 e 2011, seguida de Carcavelos.

Idade média da população residente (anos)

INE

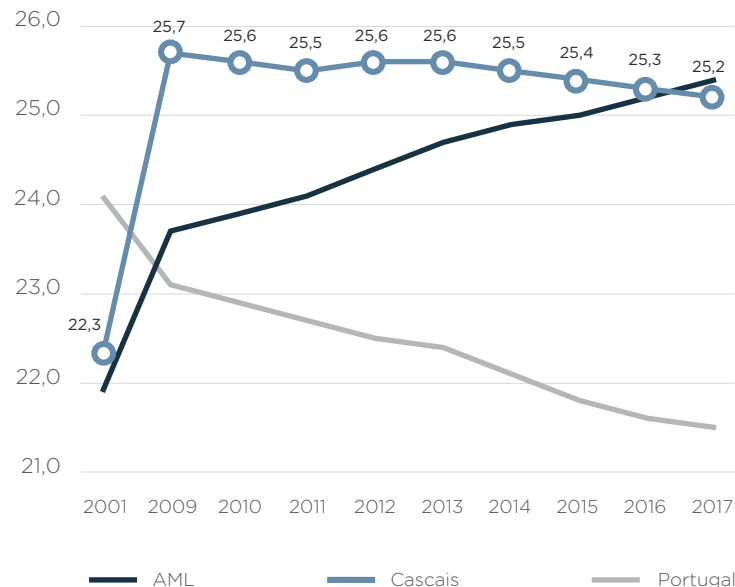


Diminuição moderada do Índice de Dependência de Jovens

O índice de dependência de jovens (número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa) tem vindo a diminuir, ainda que forma muito moderada, desde 2009 no Concelho de Cascais, ao contrário da tendência da AML.

Índice de dependência de jovens (% , rácio)

INE



25,2%

Índice de dependência de jovens (2017)



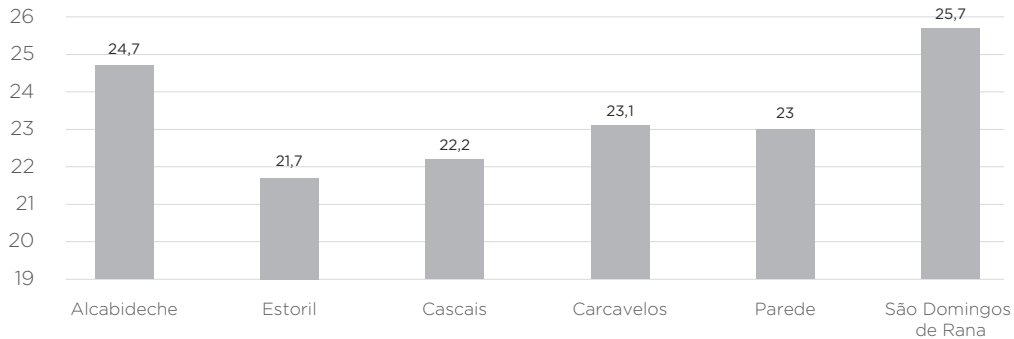
Para cada 100 pessoas em idade ativa



Temos 25,2 crianças (até aos 15 anos)

Em 2011, as freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana eram as freguesias com maior nº de jovens por cada 100 habitantes em idade ativa.

Índice de dependência de jovens por freguesia (%), Cascais INE 2011



Aumento significativo do Índice de Dependência de Idosos

O índice de dependência de idosos (número de pessoas com idade ≥ 65 anos por cada 100 em idade ativa) tem vindo a aumentar significativamente desde 2001 no Concelho de Cascais, a par da tendência da AML e de Portugal. Cascais apresenta contudo valores mais baixos do que o nível nacional (32,9%) e do que a AML (34,2%).

31,2%

Índice de dependência de idosos (2017)

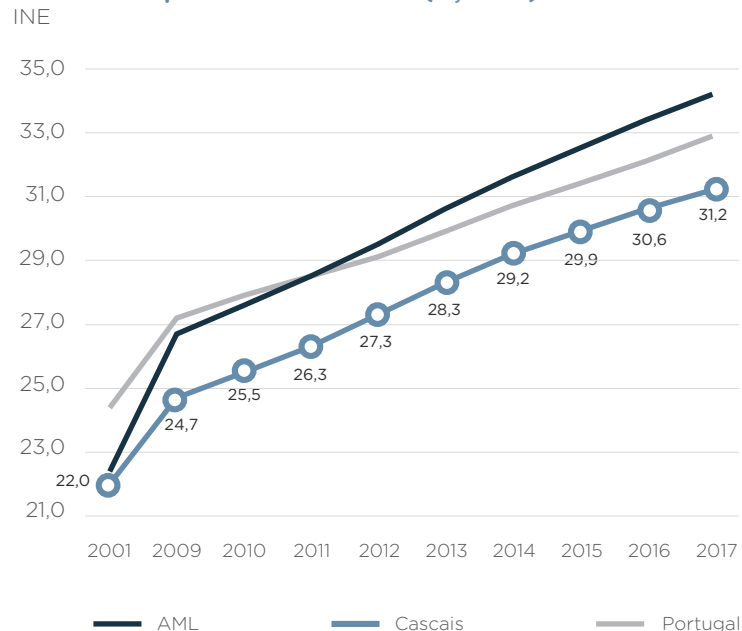


Para cada 100 pessoas em idade ativa



Temos 31,2 idosos (65 ou mais anos)

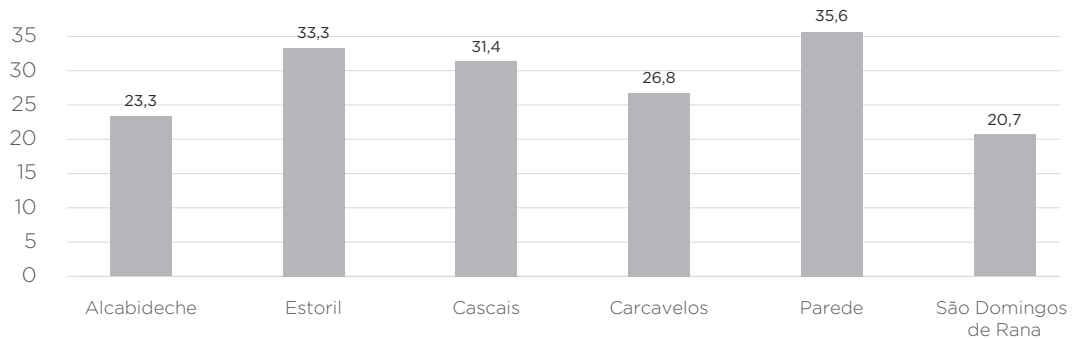
Índice de dependência de idosos (% , rácio)



Em 2011, as freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana eram as freguesias com menor nº de idosos por cada 100 habitantes em idade ativa.

Índice de dependência de idosos por freguesia (%), Cascais

INE 2011

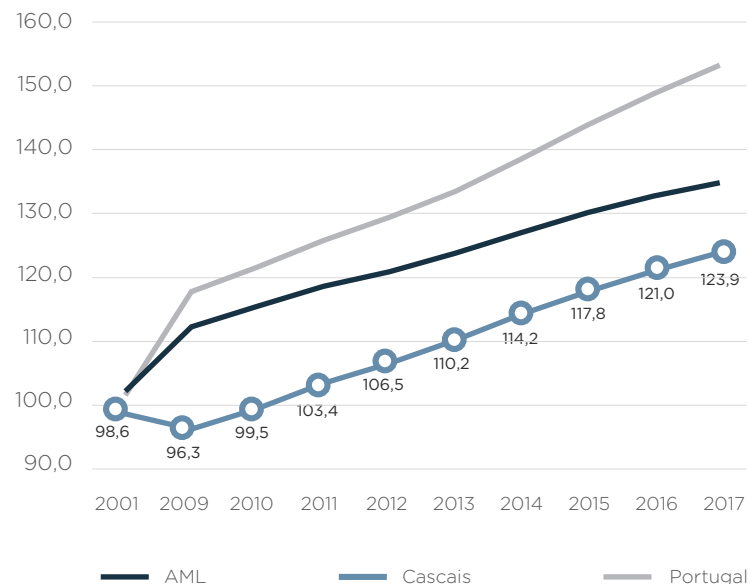


Aumento significativo do Índice de Envelhecimento

O índice de envelhecimento (número de pessoas com idade ≥ 65 anos por cada 100 crianças até aos 15 anos) tem vindo a aumentar significativamente desde 2009 no Concelho de Cascais, a par da tendência da AML e de Portugal. Cascais apresenta contudo valores mais baixos do que o nível nacional (153,2%) e do que a AML (134,8%).

Índice de envelhecimento (%), rácio

INE



123,9%

Índice de envelhecimento (2017)



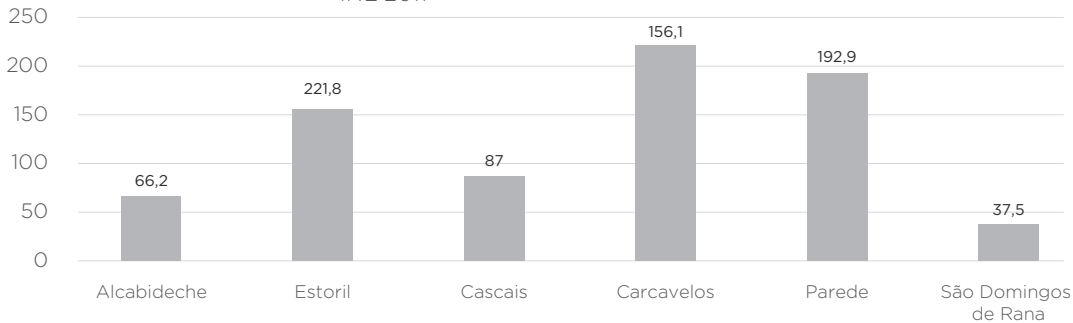
Para cada 100 crianças (até aos 15 anos)



Temos 123,9 idosos (65 ou mais anos)

Em 2011, as freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana eram as freguesias com menor nº de idosos por cada 100 crianças. Estoril, Carcavelos e Parede destacam-se pelos elevados índices de envelhecimento.

Índice de envelhecimento por freguesia (%), Cascais INE 2011



Aumento gradual do Índice de Longevidade

O índice de longevidade (número de pessoas com idade ≥ 75 anos por cada 100 idosos) tem vindo a aumentar gradualmente desde 2009 no Concelho de Cascais, a par da tendência da AML. Cascais apresenta contudo valores mais baixos do que o nível nacional (48,6%) e do que a AML (46,1%).

45,1%

Índice de longevidade
(2017)

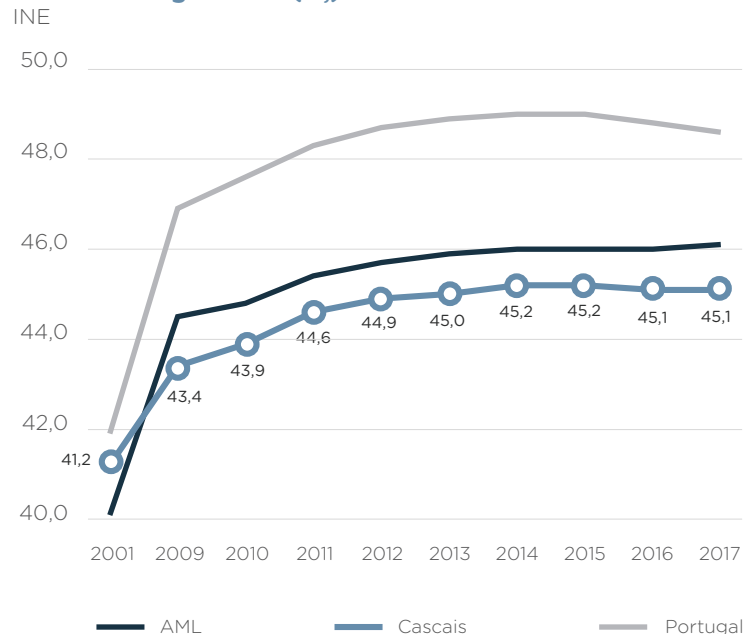


Em cada 100 idosos
(65 ou mais anos)



45,1 idosos têm 75 e
mais anos (2017)

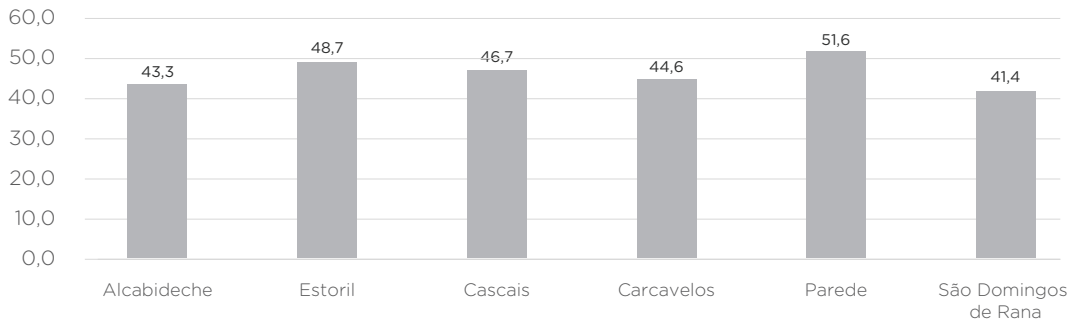
Índice de longevidade (%),



Em 2011, a freguesia de S. Domingos de Rana era a freguesia com menor índice de longevidade e a Parede com maior número de pessoas com mais de 75 anos face ao total de idosos.

Índice de longevidade por freguesia (%), Cascais

INE 2011

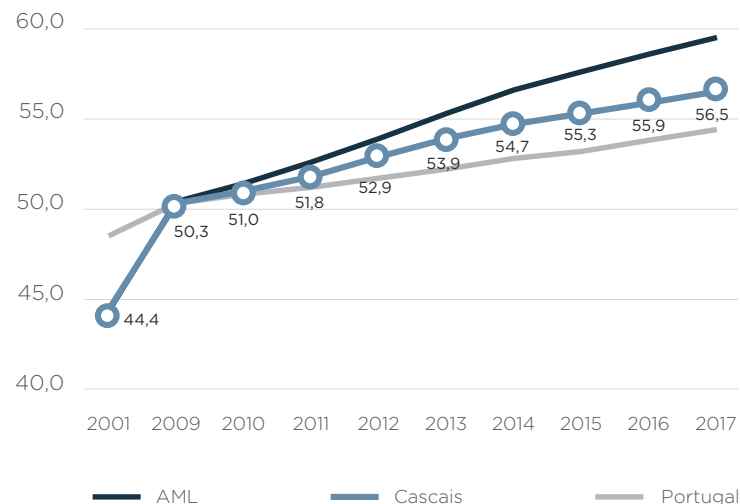


Aumento significativo do Índice de Dependência Total

O índice de dependência total (número de idosos e de crianças por cada 100 pessoas em idade ativa) tem vindo a aumentar significativamente desde 2001 no Concelho de Cascais, a par da tendência da AML e de Portugal. Cascais apresenta um valor inferior à AML (59,5%) e superior a Portugal (54,4%).

Índice de dependência total (% , rácio)

INE



56,5%

Índice de dependência total (2017)



Para cada 100 pessoas em idade ativa

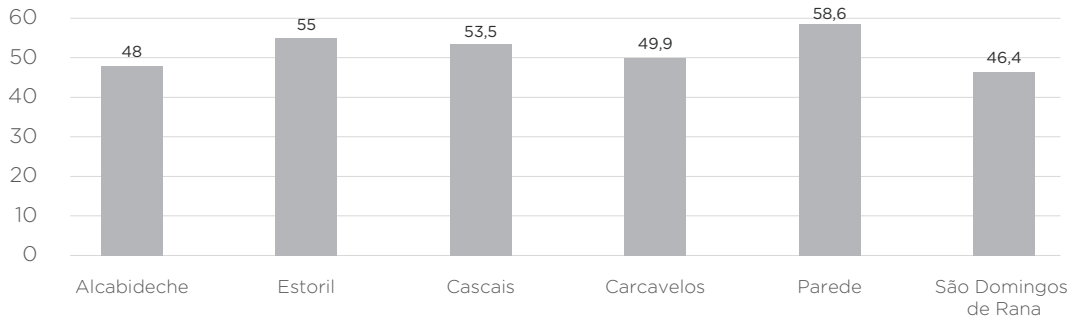


Temos **56,5** crianças e idosos

Em 2011, a freguesia de S. Domingos de Rana era a freguesia com menor índice de dependência total e a Parede a que revela o valor mais elevado.

Índice de dependência total (%), Cascais

INE 2011



Diminuição do Índice de Sustentabilidade Potencial

O índice de sustentabilidade potencial (número de pessoas em idade ativa para cada pessoa idosa) tem vindo a diminuir desde 2001 no Concelho de Cascais, a par da tendência da AML e de Portugal. Cascais apresenta um valor superior à AML (2,9) e a Portugal (3).

3,2%

Índice de sustentabilidade potencial (2017)



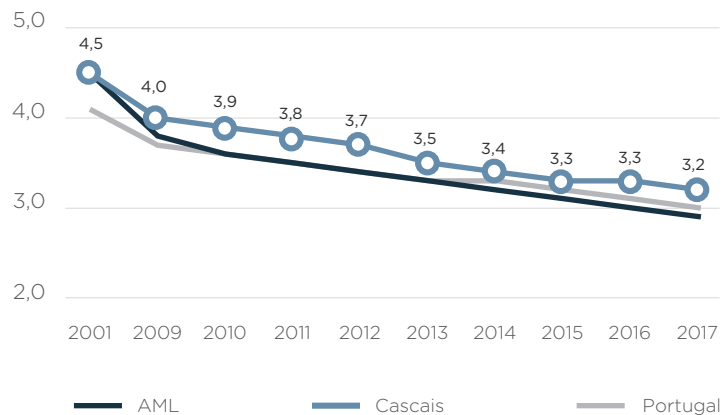
Para cada pessoa idosa



Temos 3,2 pessoas em idade ativa (entre os 15 e os 64 anos)

Índice de sustentabilidade potencial (%), rácio

INE

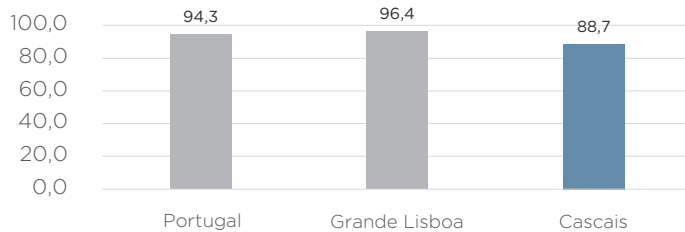


Diminuição do Índice de Renovação da População em Idade Ativa

Consequência do envelhecimento da população, o índice de renovação da população em idade ativa (traduz a relação entre o número de pessoas em idade potencial de entrada no mercado de trabalho - 20 a 29 anos - e o número de pessoas em idade potencial de saída do mercado de trabalho - 55 a 65 anos de idade - situa-se abaixo de 100, com Cascais (88,7) a revelar um menor índice de renovação da população em idade ativa, por comparação com Portugal (94,3) e a Grande Lisboa (96,4).

Índice de renovação da população em idade ativa (N.º), Cascais

INE 2011

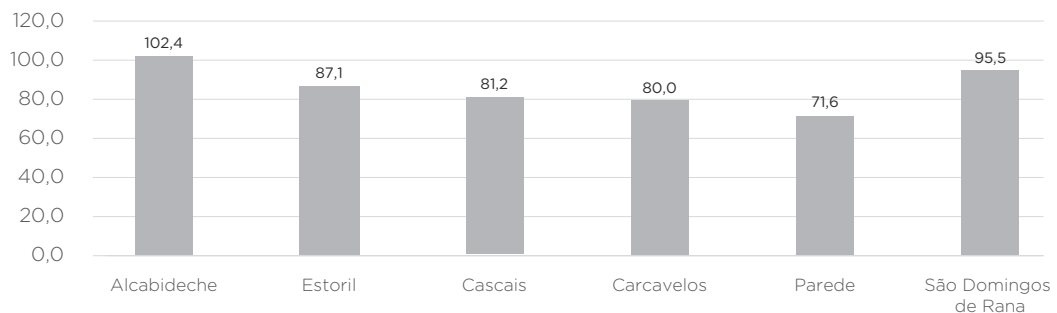


Em 2011, Alcabideche e São Domingos de Rana são as freguesias com maior capacidade de renovação da população em idade ativa.

88,7

Índice de renovação da população em idade ativa (N.º), Cascais

INE 2011



Índice de renovação da população em idade ativa (2011)

2,5

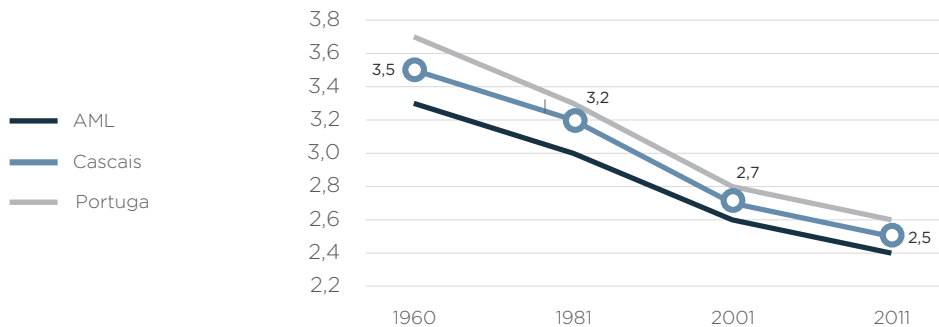
Dimensão média das famílias (2011)

Diminuição significativa do número de pessoas que compõem, em média, cada agregado familiar

A dimensão média das famílias tem vindo a diminuir de forma muito significativa, atingindo, em 2011, 2,5 pessoas. Este valor é muito aproximado da AML (2,4), de Portugal (2,6) e dos concelhos comparáveis.

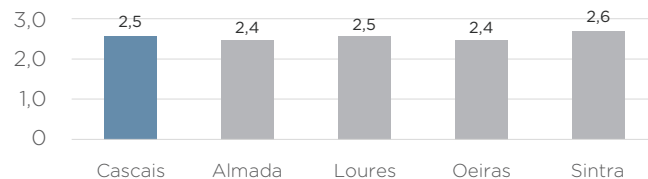
Dimensão média das famílias segundo os Censos (N.º)

INE 2011



Dimensão média das famílias, (N.º)

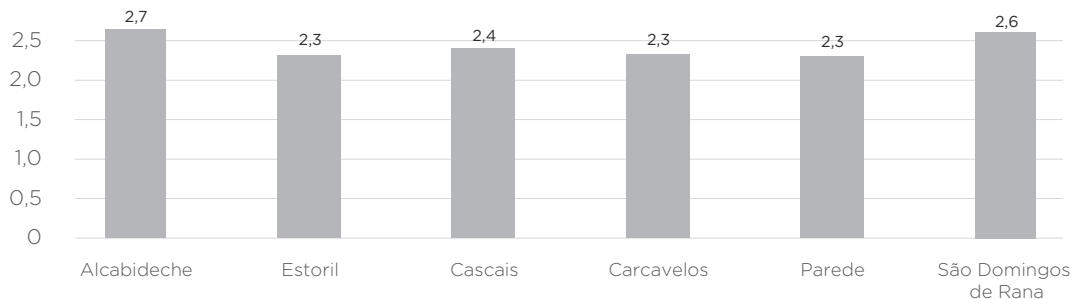
INE 2011



Alcabideche e São Domingos de Rana têm uma dimensão média das famílias ligeiramente superior às restantes freguesias e acima da média concelhia.

Dimensão média das famílias, (N.º), Cascais

INE 2011



III.

Tendências Gerais de Coesão Social

1.	QUATRO DIMENSÕES DE BEM-ESTAR DOS CIDADÃOS	30
1.1	Equidade e não discriminação	30
	a. Quais as desigualdades no acesso ao rendimento?	30
	b. Quais as desigualdades no acesso ao emprego?	36
	c. Quais as desigualdades no acesso à habitação?	45
1.2	Dignidade	52
	a. Que formas de violência de género existem?	52
	b. Quantas crianças vivem em situação de vulnerabilidade económica?	57
	c. Quantos idosos vivem em situação de vulnerabilidade económica?	61
1.3	Autonomia e desenvolvimento pessoal	64
	a. Que dinâmicas de mobilidade social existem?	64
	b. Quantas pessoas recebem prestações sociais por baixos rendimentos?	67
1.4	Participação e compromisso cívico	68
	a. Quais as dinâmicas de participação e de compromisso cívico?	68
2.	RESPONSABILIDADE PARTILHADA ENTRE OS VÁRIOS ATORES	72
2.1	Autarquia	72
	a. Qual o investimento financeiro na ação social?	72
2.2	Empresas	73
	a. Quais os níveis de precariedade laboral?	73
2.3	Famílias	75
	a. Qual a proporção de idosos que vive com as suas famílias?	75
	b. Qual o papel dos mais velhos face às gerações mais jovens?	76
	c. Quais os níveis de partilha dos cuidados a crianças e pessoas dependentes entre homens e mulheres?	76
3.	COMPONENTES IMATERIAIS	80
3.1	Laços sociais	80
	a. Como têm evoluído fenómenos como o suicídio, o homicídio e a criminalidade?	80
3.2	Tolerância e respeito	84
	a. Como se vive a diversidade em Cascais?	84

1. Quatro dimensões de bem-estar dos cidadãos

1.1 Equidade e não discriminação

a) Quais as desigualdades no acesso ao rendimento?

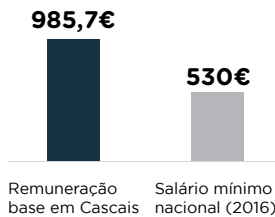
A **remuneração base média mensal dos trabalhadores** em Cascais é de 985,7€. Este valor é inferior à Área Metropolitana de Lisboa (1.150,7€) e próximo dos municípios de Sintra e de Loures. Oeiras revela um valor significativamente superior (1.425,0€).

A remuneração base dos trabalhadores em Cascais é de + 455,7€ face ao salário mínimo nacional.

985,7€

Remuneração base mensal dos trabalhadores por conta de outrem de Cascais

2016



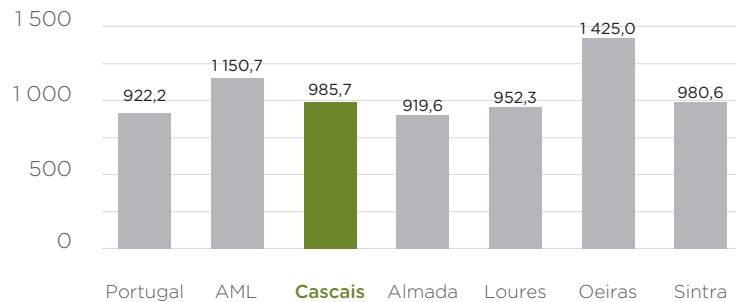
+455,7€

Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem

2016

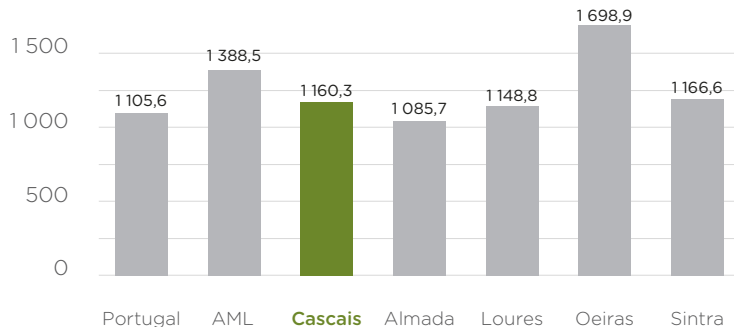
Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem, (€)

INE, 2016



Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, (€)

INE, 2016



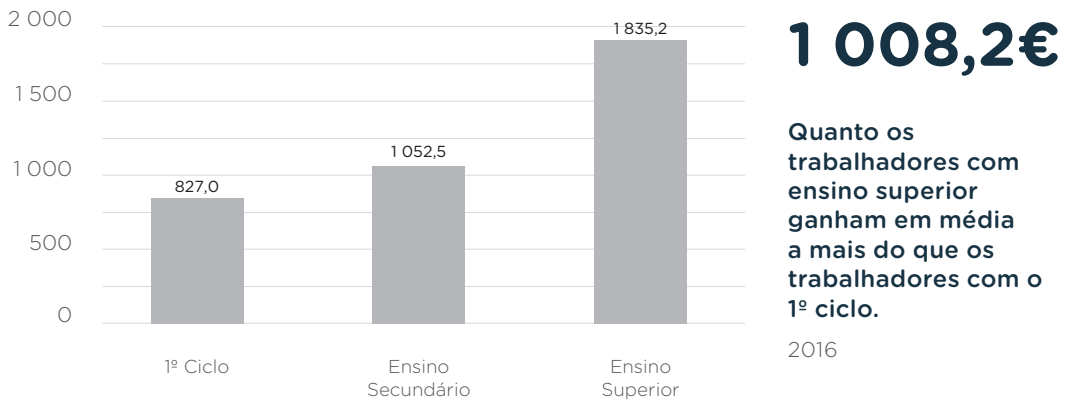
Ganho médio mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios.

Entre 1985 e 2002 a diferença entre o ganho salarial dos trabalhadores com o ensino superior e os trabalhadores com o 1º ciclo ou ensino secundário aumentou significativamente.

Entre 2009 e 2016 verifica-se uma diminuição gradual do diferencial salarial entre estes grupos de trabalhadores.

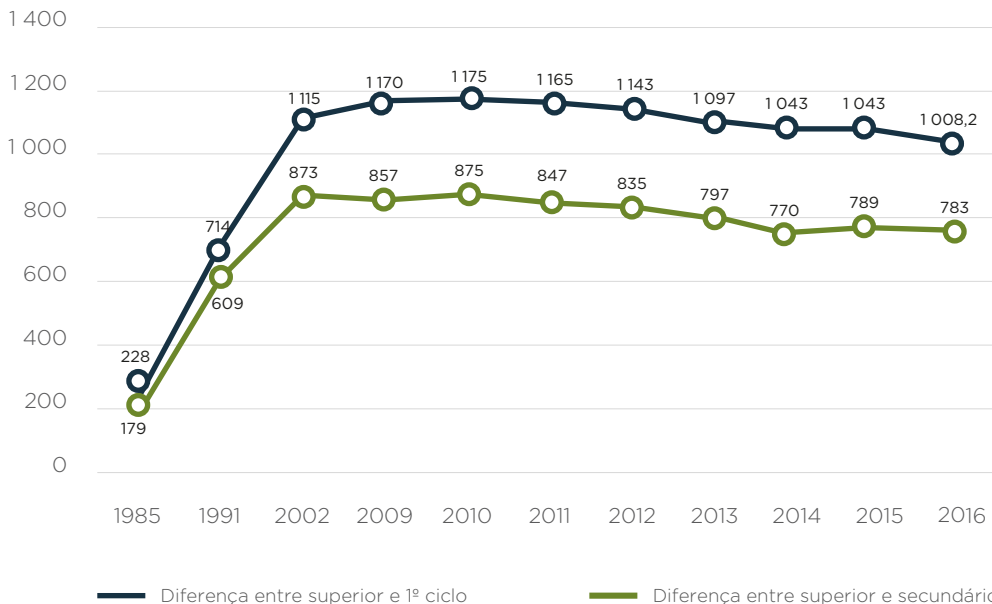
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade (€), Cascais

INE, 2016



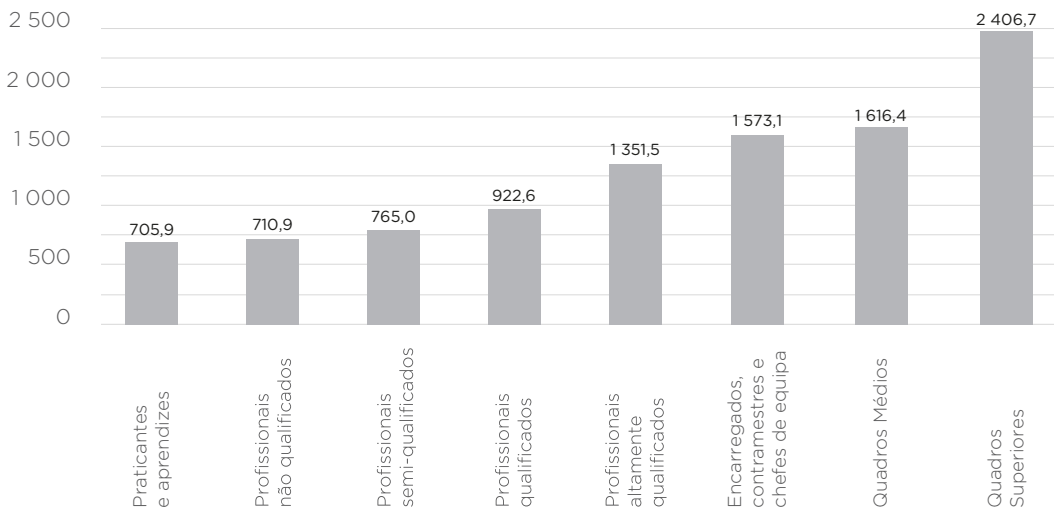
Evolução das diferenças salariais entre níveis de escolaridade dos trabalhadores (€), Cascais

INE, 2016



Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem por nível de qualificação (€), Cascais

INE, 2016



1 695,8€

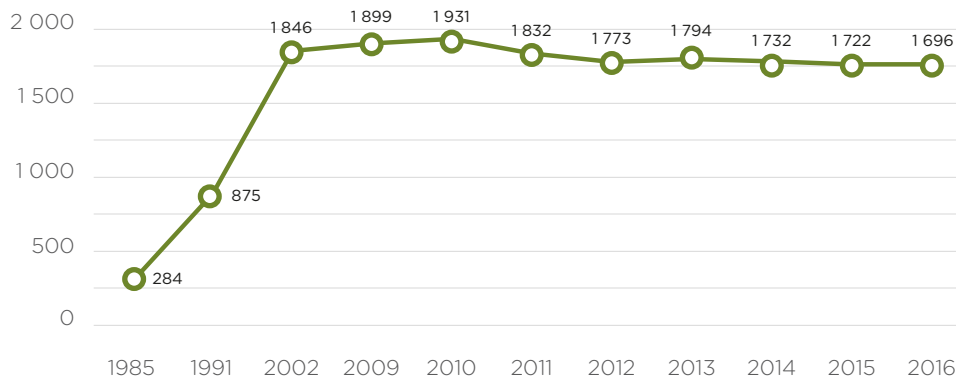
Quanto os quadros superiores ganham, em média, a mais do que os profissionais não qualificados.

2016

Entre 1985 e 2002 a diferença entre o ganho salarial dos quadros superiores e dos profissionais não qualificados aumentou significativamente. Entre 2009 e 2016 verifica-se uma diminuição do diferencial salarial entre estes dois grupos de trabalhadores.

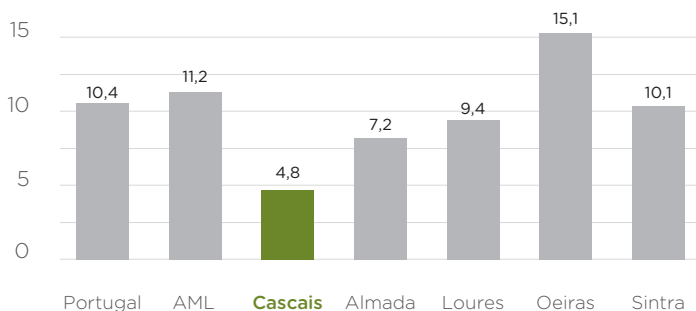
Evolução das diferenças salariais entre quadros superiores e profissionais não qualificados (€), Cascais

INE



Disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres (%)

INE, 2016

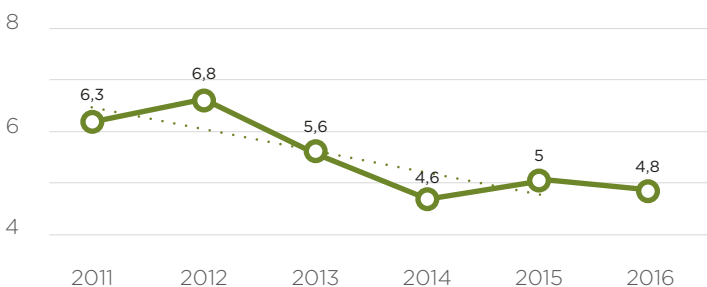


Apesar dos homens ganharem em média mais do que as mulheres, a disparidade verificada em Cascais (4,8%) em 2016 é muito inferior à média nacional (10,4%), à AML (11,2%) e a todos os concelhos comparáveis, com particular distância face a Oeiras (15,1%).

Não obstante verificarem-se algumas oscilações entre 2011 e 2016, a **disparidade salarial** diminuiu de 6,3% para 4,8%.

Evolução da disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres (%), Cascais

INE



111€

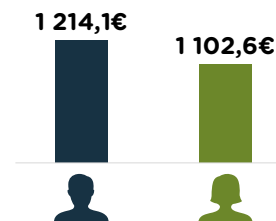
Quanto as mulheres em Cascais ganham a menos do que os homens

2016

4,8%

Cascais revela uma baixa disparidade salarial entre homens e mulheres

2016



Ganho médio mensal dos trabalhadores e trabalhadoras por conta de outrem em Cascais.

2016

3 487

Residentes em Cascais que recebem Rendimento Social de Inserção (RSI)

2017

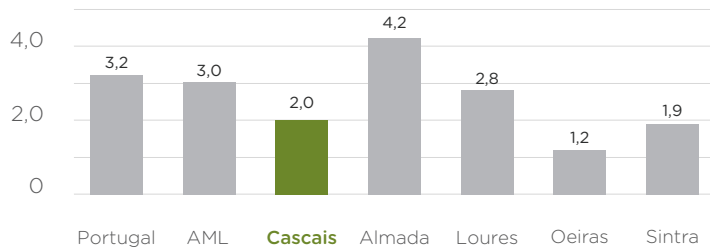
2%

Da população de Cascais com 15 e mais anos recebe o Rendimento Social de Inserção (RSI)

2016

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente com 15 e mais anos (%)

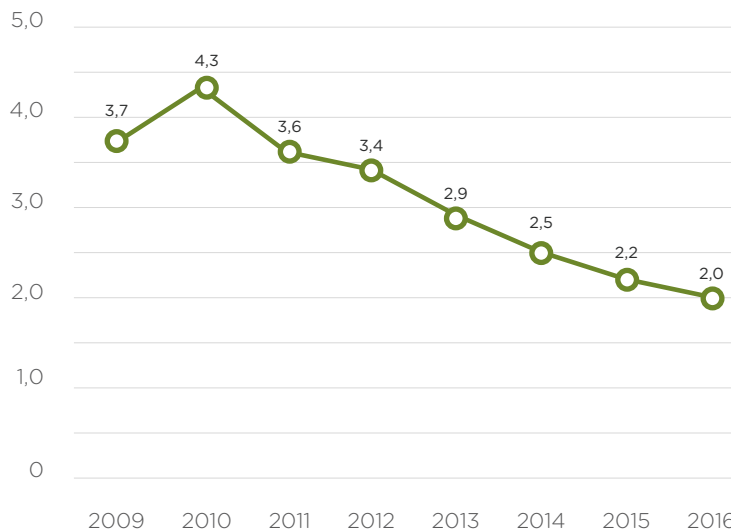
INE, 2017



O **peso de pessoas a receber RSI** no total da população de Cascais é inferior aos valores nacionais (3,2%) e da AML (3%) e tem vindo a diminuir nos últimos anos.

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no total da população residente com 15 e mais anos (%), Cascais

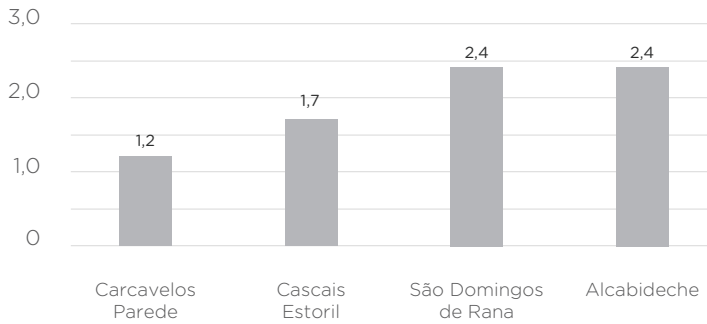
INE, 2016



O rendimento social de inserção (RSI) é o montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho.

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (em 2015) no total da população residente (em 2011) (%), Cascais

Adaptado de INE, 2011 e 2015



9,2%

Dos beneficiários de RSI são estrangeiros

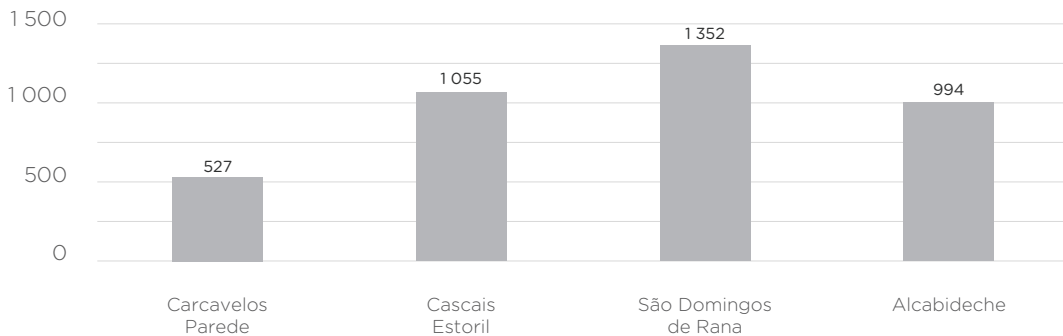
2015

2,4%

São Domingos de Rana e Alcabideche com maior peso de beneficiários de RSI

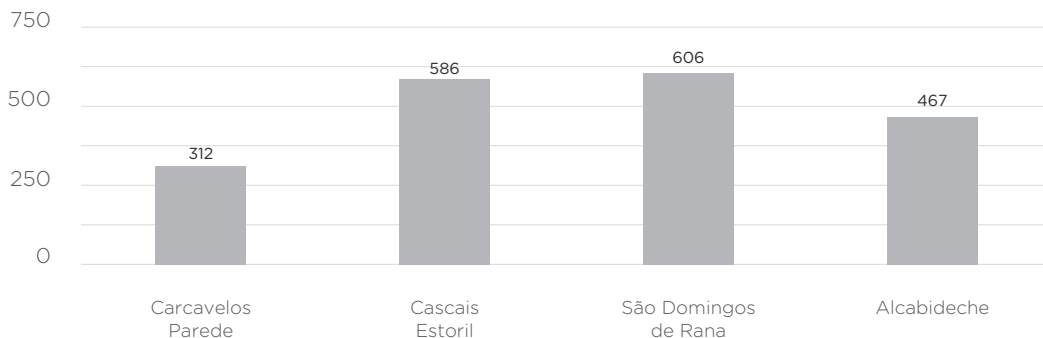
Beneficiários com processamento de RSI, por freguesia (Nº), Cascais

INE, 2015



Agregados familiares com processamento de RSI, por freguesia (Nº), Cascais

INE, 2015



101€

Valor médio mensal do RSI, por beneficiário

2015

123€

Valor médio mensal do RSI por beneficiário em Carcavelos Parede

2015

218€

Valor médio mensal do RSI por agregado familiar

2015

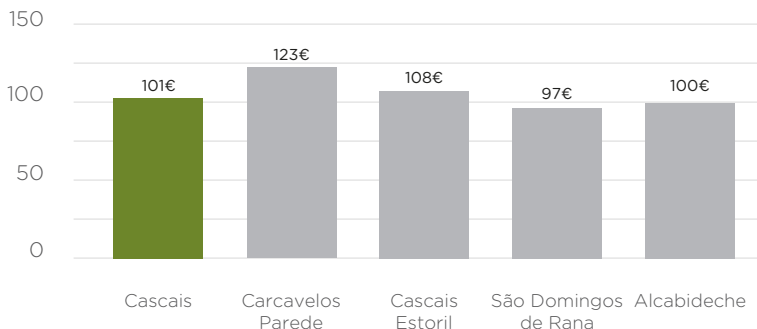
231€

Valor médio mensal do RSI por agregado familiar em São Domingos de Rana

2015

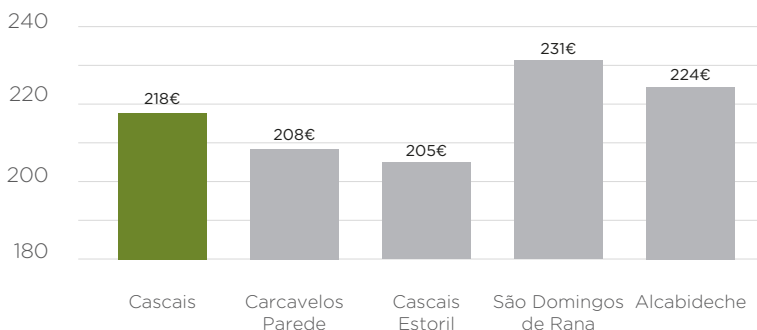
Valor médio da prestação pecuniária RSI por beneficiário (€), Cascais

INE, 2015



Valor médio da prestação pecuniária RSI por agregado familiar, (€), Cascais

INE, 2015



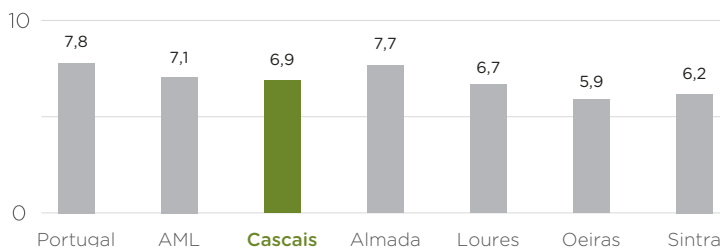
São Domingos de Rana e Alcabideche têm os valores mais baixos de **prestação média mensal por beneficiário de RSI** e os valores médios mais elevados por agregado familiar.

b) Quais as desigualdades no acesso ao emprego?

Em 2016, o peso de **peças desempregadas inscritas no centro de emprego de Cascais** foi de 6,9%, um valor mais baixo que o valor nacional (7,8%) e próximo da AML (7,1%). É contudo superior aos municípios comparáveis, à exceção de Almada.

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%)

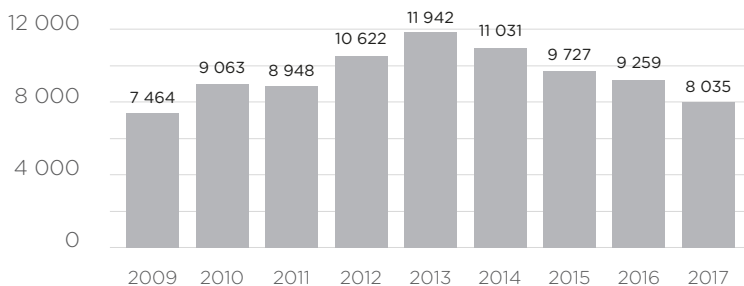
INE, Estimativas da População Residente para 2016



Entre 2009 e 2013 verificou-se um aumento significativo deste indicador, sendo de registar uma tendência inversa a partir de 2013, com uma diminuição anual do número de desempregados.

Desempregados inscritos no centro de emprego e de formação profissional de Cascais, média anual (Nº), Cascais

INE



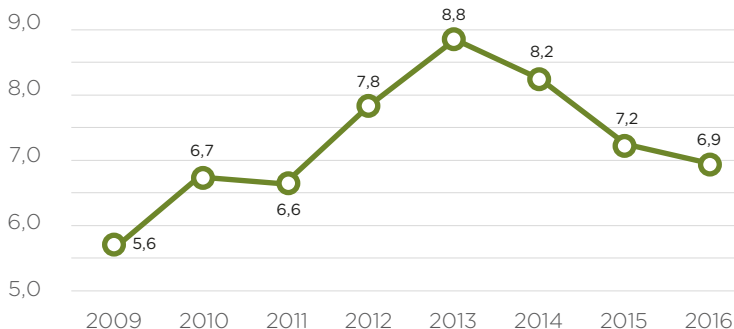
8 035

Pessoas inscritas como desempregadas no Centro de Emprego de Cascais

2017

Evolução do número de desempregados inscritos no centro de emprego no total da população residente entre 15 e 64 anos (%), Cascais

INE



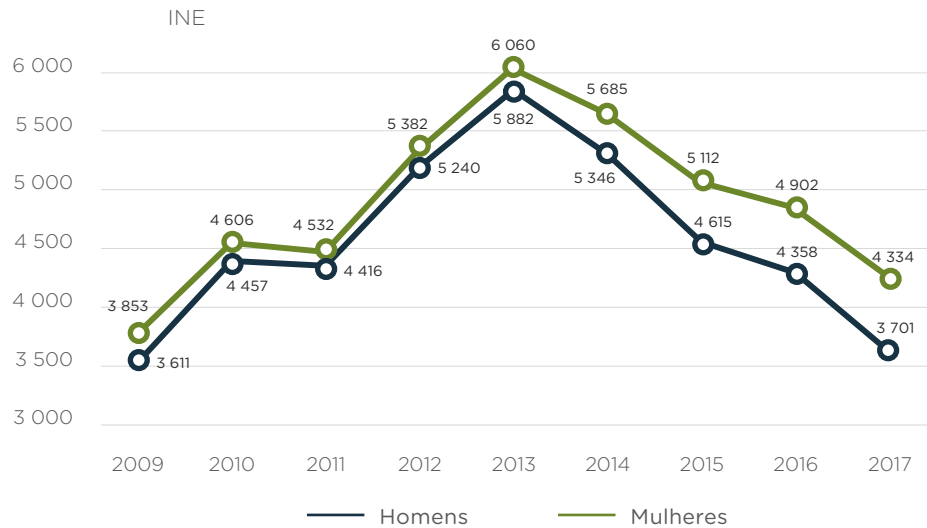
54%

Peso de mulheres desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Cascais

2017

Em 2017, 54% das pessoas desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Cascais eram mulheres. O número de mulheres desempregadas tem sido sempre superior ao dos homens, verificando-se nos últimos anos um aumento do diferencial no desemprego entre homens e mulheres.

Desempregados inscritos no centro de emprego de Cascais (média anual), por sexo (Nº), Cascais





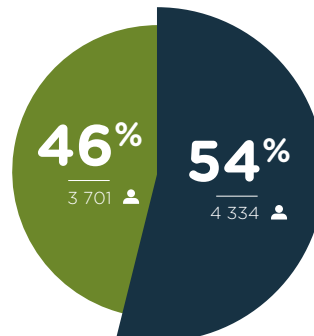
Dados referentes aos beneficiários de subsídio de desemprego confirmam esta assimetria de género. Em 2015, dos 9.0427 beneficiários desta prestação social, 54% são mulheres.

Esta é uma realidade transversal às quatro freguesias do Concelho.

Desempregados inscritos no centro de emprego de Cascais, (% e Nº), Cascais

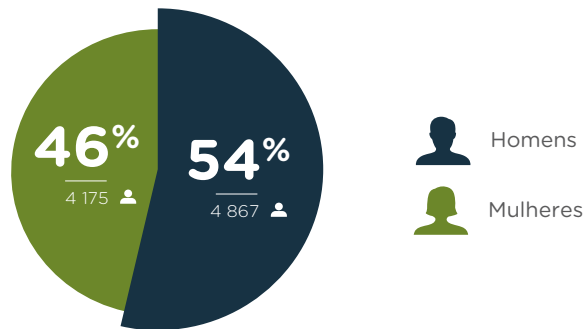
INE, 2017

 Homens
 Mulheres

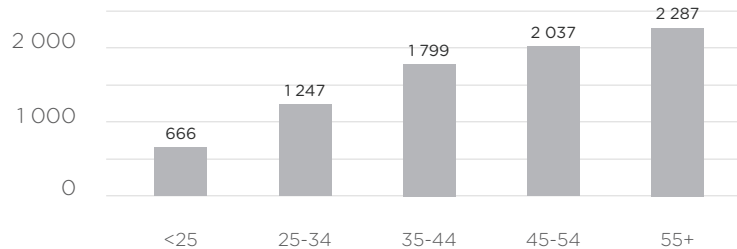


Beneficiários de subsídio de desemprego, (% e N°), Cascais

INE, 2017

**Desempregados inscritos no centro de emprego de Cascais (média anual) por grupo etário, (N°), Cascais**

INE, 2017



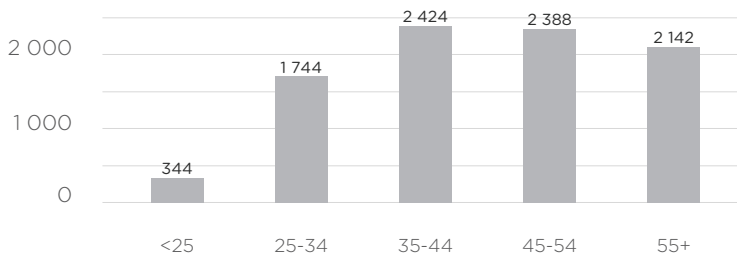
Em 2017, a maior parte das pessoas desempregadas inscritas no centro de emprego tinham mais de 55 anos, seguindo-se a faixa etária dos 45 aos 54 anos. Esta distribuição etária dos desempregados não corresponde à distribuição etária de residentes no concelho em 2011 onde a faixa etária com maior peso era a dos 35 aos 44 anos.

2 287**Pessoas com 55 e mais anos afetadas pelo desemprego**

2017

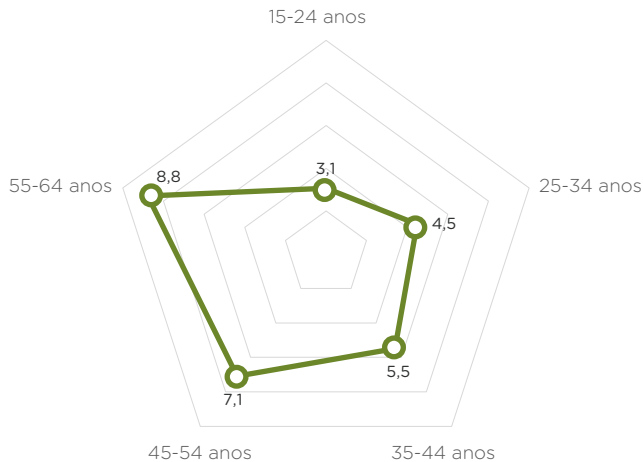
Beneficiários de subsídio de desemprego por grupo etário, (N°), Cascais

INE, 2015



Peso de desempregados inscritos no Centro de Empego (2017) face à população residente por grupos etários (2011) (%), Cascais

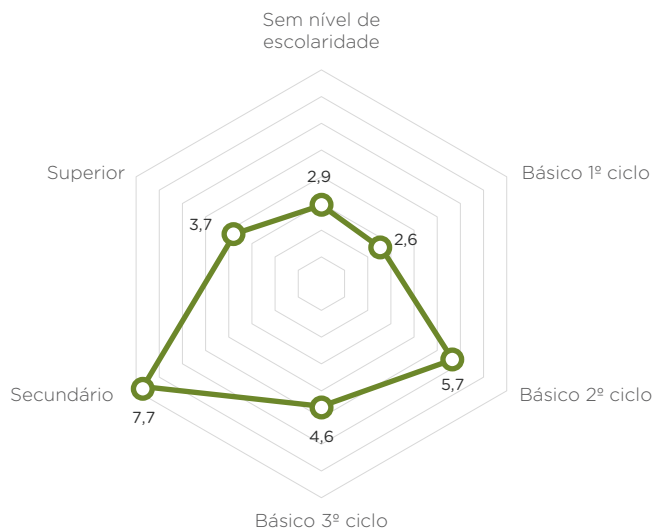
Adaptado do INE, 2011 e 2017



Já no que respeita ao número de pessoas a receber **subsídio de desemprego** em 2015, parece haver uma maior correspondência com a distribuição etária da população, predominando as pessoas entre os 35 e os 44 anos.

Peso de desempregados inscritos no Centro de Empego (2017) face à população residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo (2011) (%), Cascais

Adaptado do INE, 2011 e 2017



2 858

Pessoas com o ensino secundário afetadas pelo desemprego

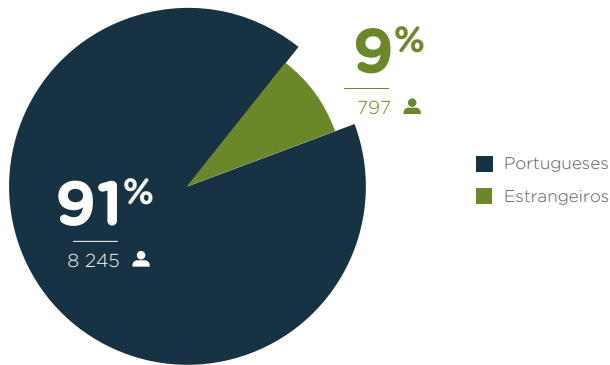
2017

Desemprego manifesta-se de forma proporcional na população estrangeira

Em 2015, 9% dos beneficiários de subsídio de desemprego eram estrangeiros, valor que corresponde ao peso de estrangeiros em Cascais (9,8% em 2016)

Beneficiários de prestações de desemprego por nacionalidade, (% e N°), Cascais

INE, 2015

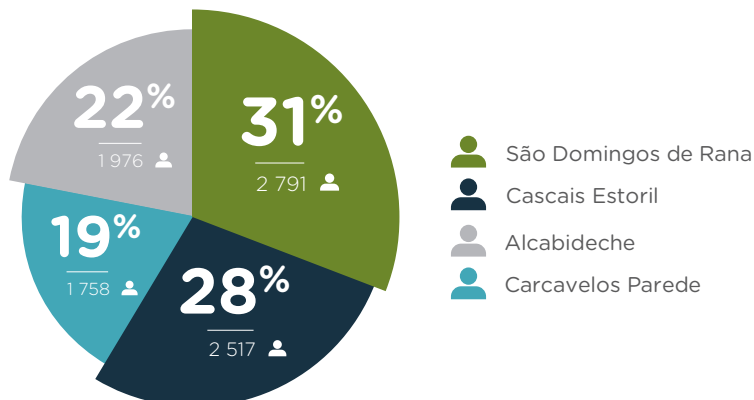


Freguesias de São Domingos de Rana com mais desemprego

Em 2015, 31% dos beneficiários de subsídio de desemprego residiam na freguesia de São Domingos de Rana, valor superior ao peso populacional (pessoas entre os 15 e os 64 anos) desta freguesia no Concelho (29%) em 2011.

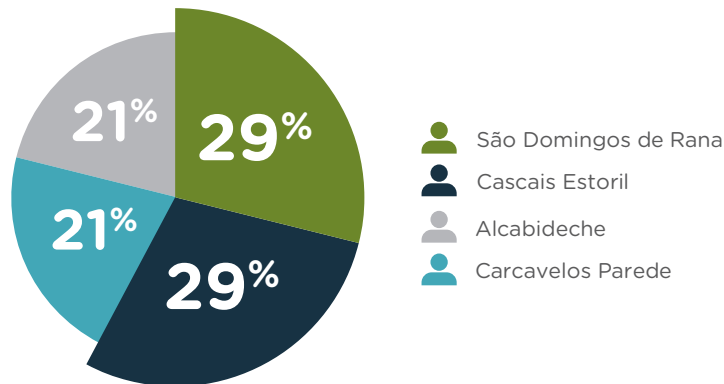
Beneficiários de prestações de desemprego por freguesia, (% e N°), Cascais

INE, 2015



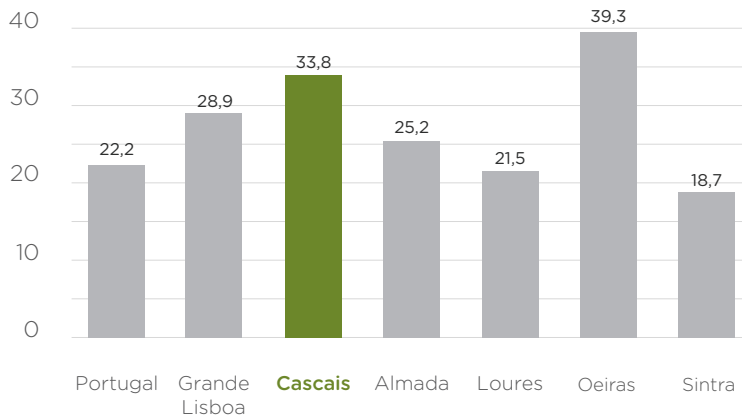
População residente entre os 15 e os 64 anos por freguesia (%), Cascais

INE, Censos 2011



Proporção de profissionais socialmente mais valorizados (%)

INE, Censos 2011



34%

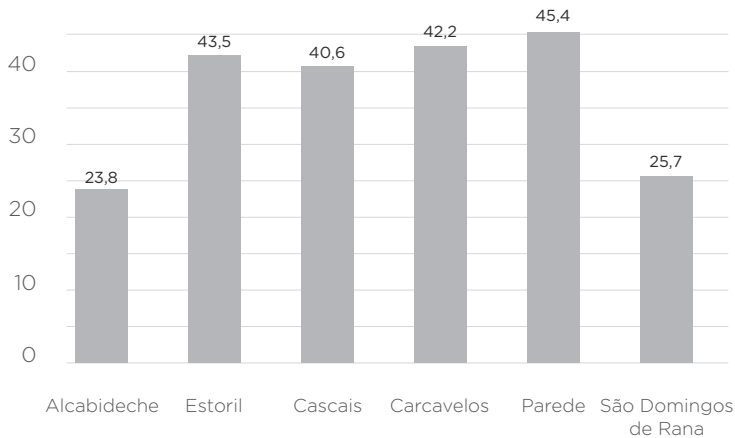
Dos trabalhadores em Cascais, inserem-se nas categorias dos profissionais socialmente mais valorizados.

2011

A distribuição de **profissionais socialmente mais valorizados** pelas várias freguesias é desigual: Alcabideche e São Domingos de Rana muito abaixo da média concelhia e todas as outras freguesias muito acima.

Proporção de profissionais socialmente mais valorizados (%) Cascais

INE, Censos 2011



45%

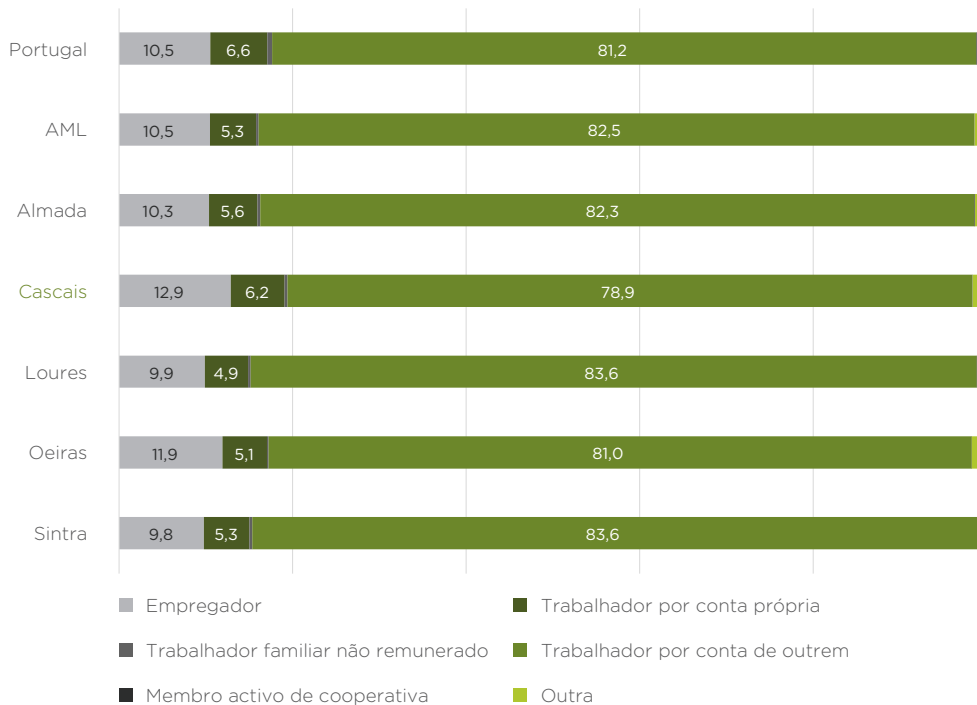
Parede é a freguesia com a maior proporção de profissionais socialmente mais valorizados

2011

Profissionais socialmente mais valorizados incluem representantes do poder legislativo e de órgãos executivos; dirigentes; diretores; gestores executivos e especialistas das atividades intelectuais e científicas

População empregada por situação na profissão principal (%)

INE, Censos 2011



19%

Concelho de Cascais com elevado peso de patrões e de trabalhadores por conta própria.

2011

23%

Freguesia de Cascais Estoril com maior peso de patrões e de trabalhadores por conta própria

2011

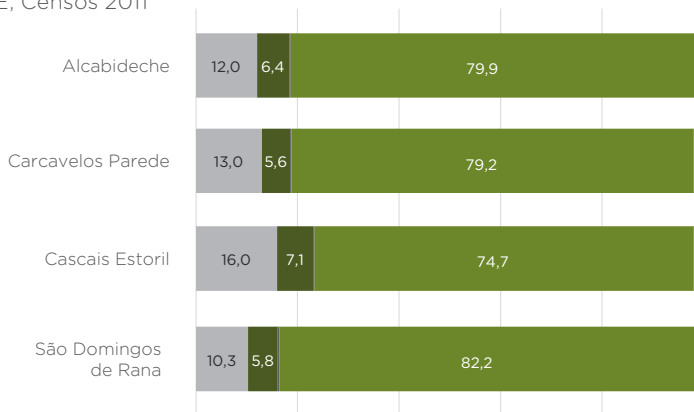
88%

São Domingos de Rana é a freguesia com maior peso de trabalhadores por conta de outrem.

2015

População empregada por situação na profissão principal (%) Cascais

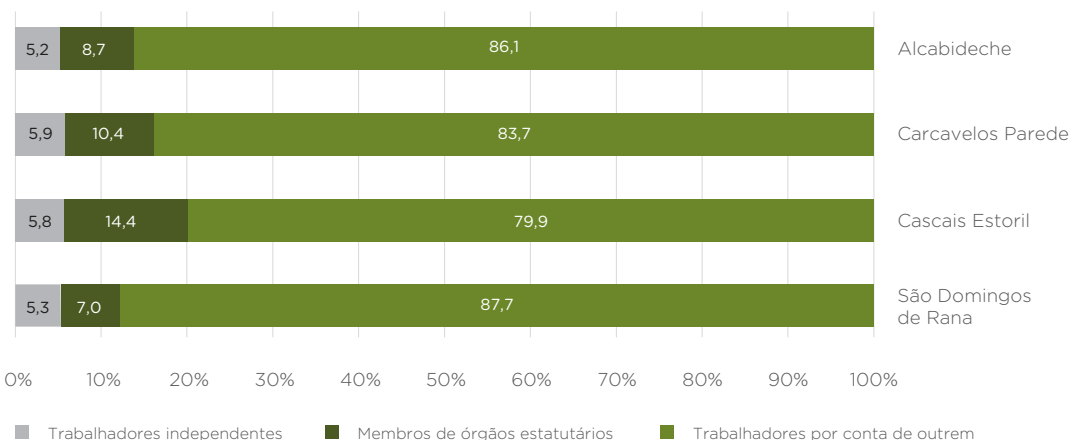
INE, Censos 2011



Dados da Segurança Social relativos a 2015 revelam que do total de pessoas com **contribuições para a Segurança Social** que residem na freguesia de Cascais-Estoril, 3.501 (14,4%) desempenham funções em órgãos estatutários. Em Carcavelos Parede, estes trabalhadores (1.743) representam 10,4% do total da freguesia; 8,7% (1.424) em Alcabideche e 7% (1.637) em São Domingos de Rana.

Pessoas singulares com registo de contribuição e remuneração declarada à Segurança Social por freguesia de residência (%) Cascais

INE, 2015



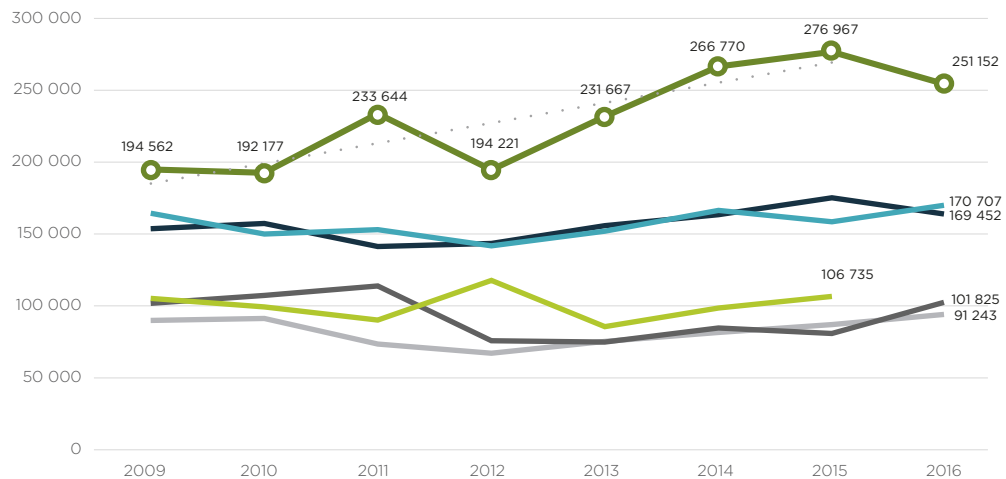
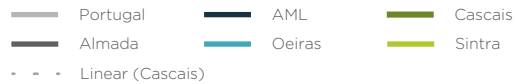
Os membros dos órgãos estatutários são os administradores, diretores e gerentes de sociedades que prestam serviços não sujeitos a contrato de trabalho estabelecido com a pessoa coletiva de cuja gestão foram encarregados.

c) Quais as desigualdades no acesso à habitação?

20%

Valor médio dos prédios transacionados (€)

INE

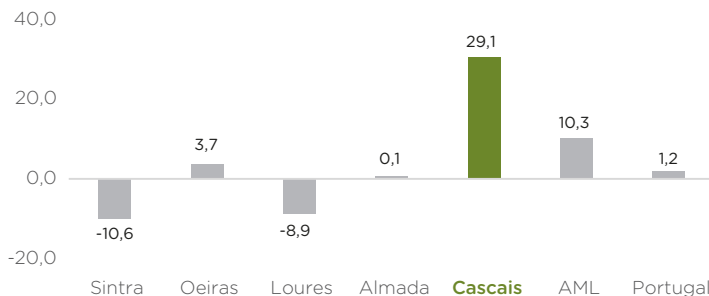


Cascais Estoril com mais membros de órgãos estatutários e menos trabalhadores por conta de outrem do que as restantes freguesias.

2011

Taxa de crescimento do valor médio dos prédios transacionados entre 2009 e 2016 (%)

INE



29%

Taxa de crescimento do valor médio dos prédios transacionados entre 2009 e 2016

2009 a 2016

1 602€

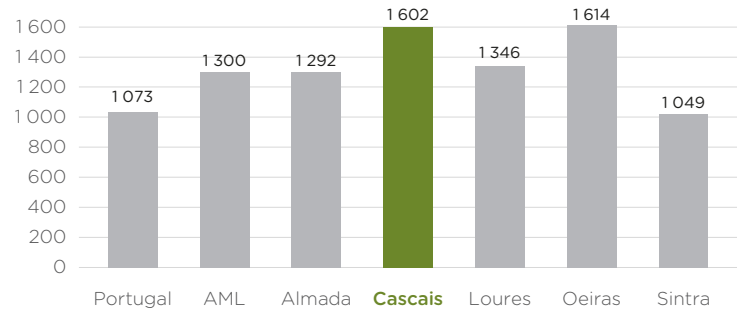
Valor médio da avaliação bancária das casas em Cascais

2016

Apesar do aumento do valor dos **contratos de compra e venda** de casas entre 2009 e 2016, os valores de avaliação bancária diminuíram no mesmo período temporal.

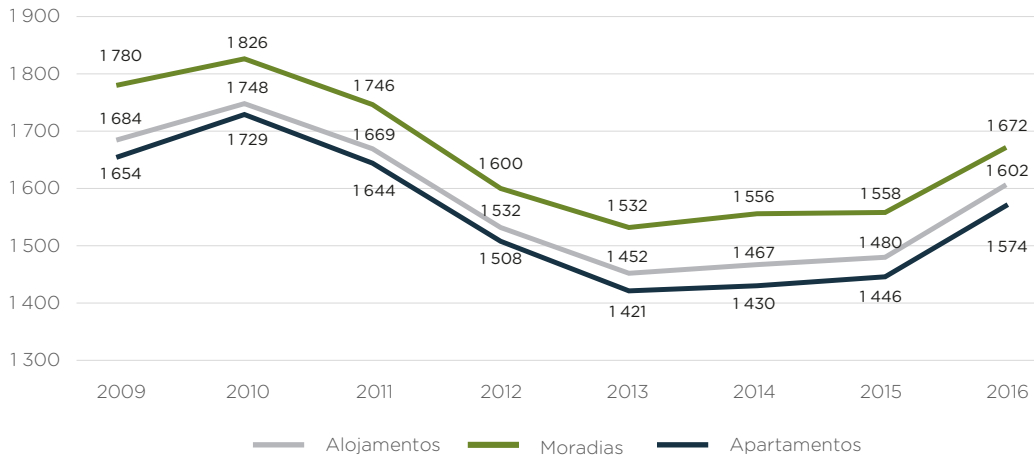
Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos por m² (€)

INE, 2016



Evolução dos valores médios de avaliação bancária por m² dos alojamentos, moradias e apartamentos (€) Cascais

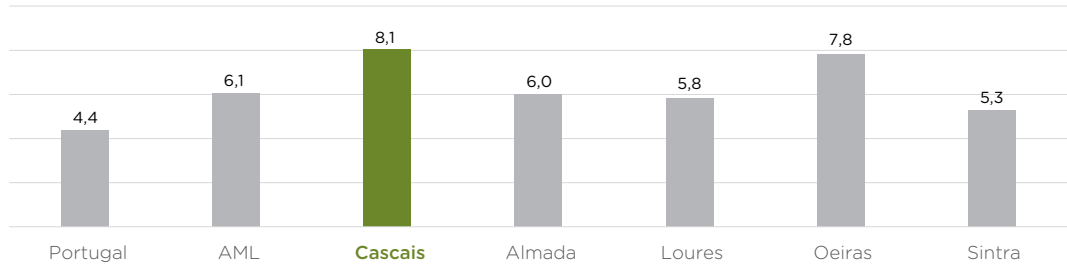
INE, 2016



Os valores apresentados referem-se aos alojamentos que são objeto de financiamento bancário e em cujo processo há lugar a uma avaliação técnica de cada imóvel. Estão consideradas as instituições de crédito com maior representatividade no mercado de concessão do crédito à habitação.

Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€)

INE, 2017

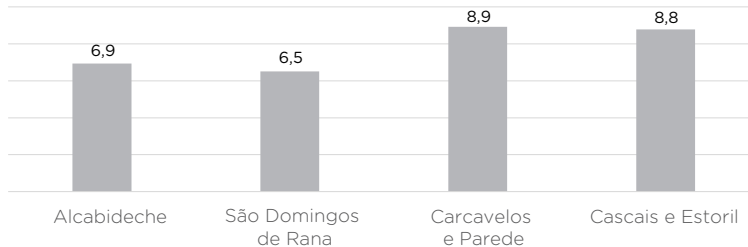


Valores de arrendamento revelam disparidades territoriais, mas em todas as freguesias os valores são superiores à média nacional e da AML.

8€ m²

Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€) Cascais

INE, 2017



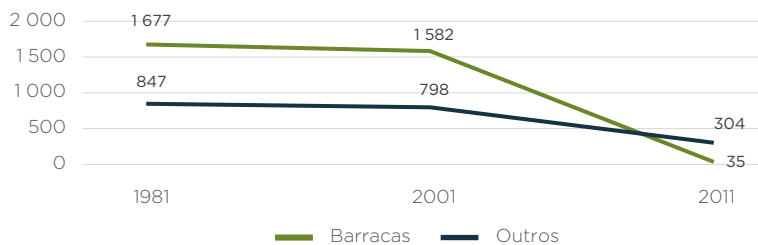
Valor mediano dos contratos de arrendamento em Cascais - o mais elevado dos municípios comparáveis

2017

Entre 2001 e 2011 observa-se uma diminuição do número de **residentes em barracas** em Cascais (-2.041) que representam 0,17% da população residente em alojamentos familiares não clássicos.

Residentes nos alojamentos não clássicos, (Nº), Cascais

INE, Censos 2011



339

Pessoas residem em barracas, alojamentos móveis ou improvisados, o que representa uma diminuição de 86% face a 2001.

2011

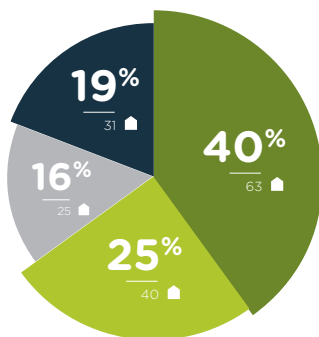
40%

Alcabideche com mais famílias a residir em alojamentos não clássicos, na sua maioria de natureza improvisada.

2011

Famílias clássicas nos alojamentos familiares não clássicos (N^o), Cascais

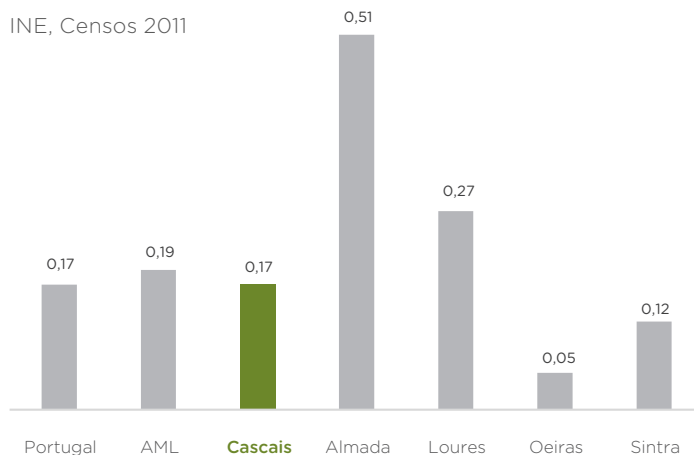
INE, Censos 2011



- Alcabideche
- Carcavelos Parede
- Cascais Estoril
- São Domingos de Rana

Proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos (%)

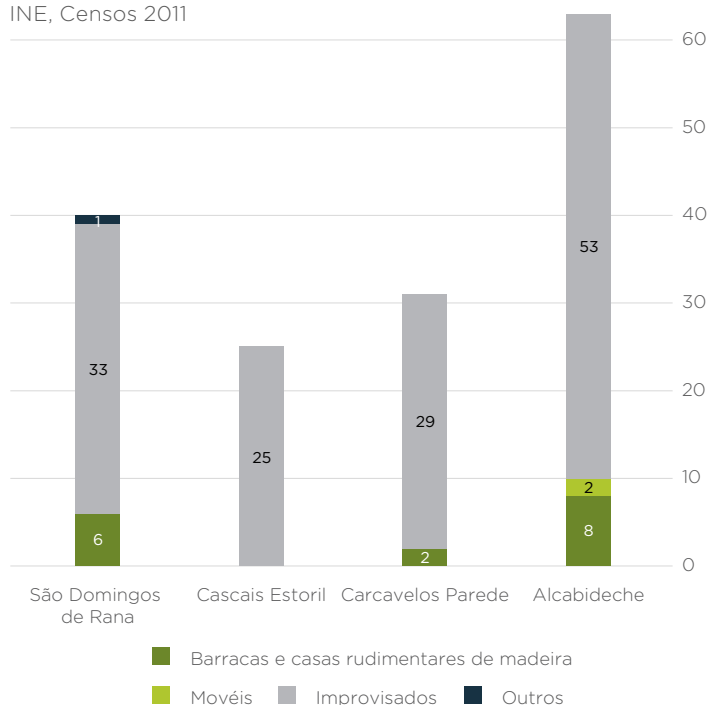
INE, Censos 2011



Apesar da diminuição generalizada da população a residir em alojamentos familiares não clássicos há assimetrias territoriais ao nível das freguesias do Concelho de Cascais.

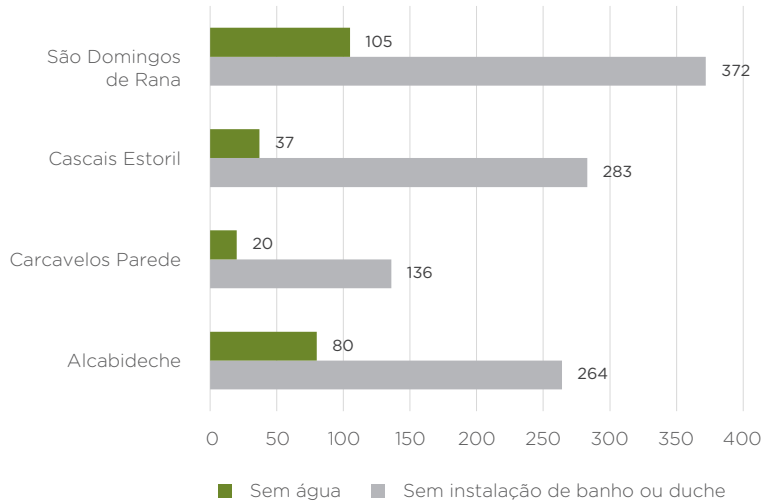
Famílias clássicas nos alojamentos familiares não clássicos por tipo de alojamento (N^o), Cascais

INE, Censos 2011



População residente nos alojamentos familiares de residência habitual sem instalações (água e banho/duche) (Nº), Cascais

INE, Censos 2011



Em 2011, no concelho de Cascais:

242

Pessoas viviam em alojamentos sem água

1 055

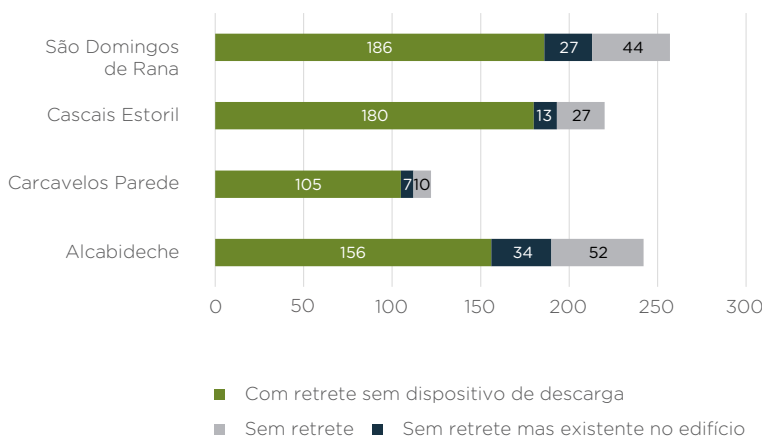
Pessoas viviam em alojamentos sem instalação de banho ou duche

214

Pessoas viviam em alojamentos sem retrete

População residente nos alojamentos familiares de residência habitual sem instalações (Retrete e sistema de drenagem de águas residuais) (Nº), Cascais

INE, Censos 2011



627

Pessoas viviam em alojamentos com retrete mas sem dispositivo de descarga

1 153

Famílias residem em condições precárias

2018

96

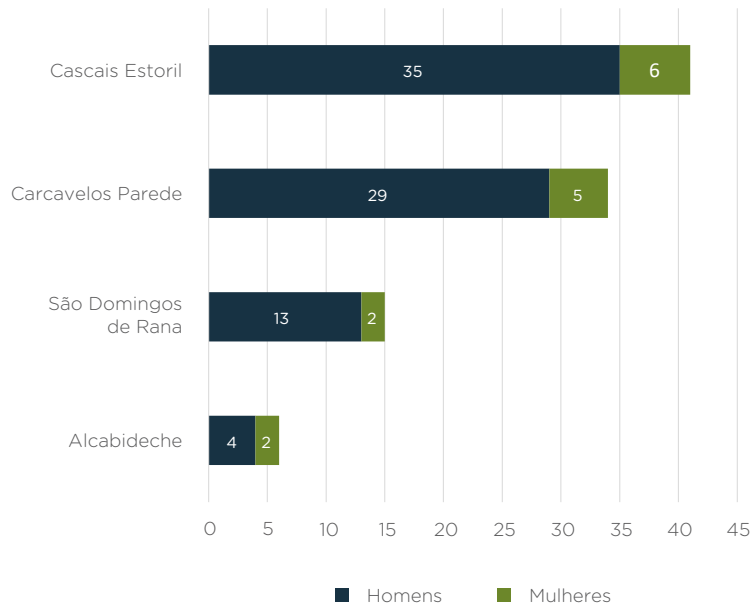
Pessoas sem abrigo

2018

No âmbito dos pedidos de habitação social, estão identificadas 1.153 situações de precariedade habitacional, das quais se destacam as famílias a residir em anexos, arrecadações e garagens.

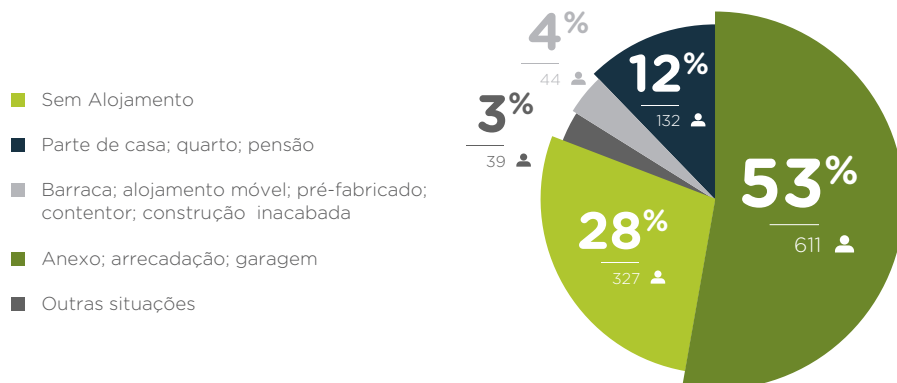
Pessoas sem abrigo (Nº), Cascais

Câmara Municipal de Cascais, 2018



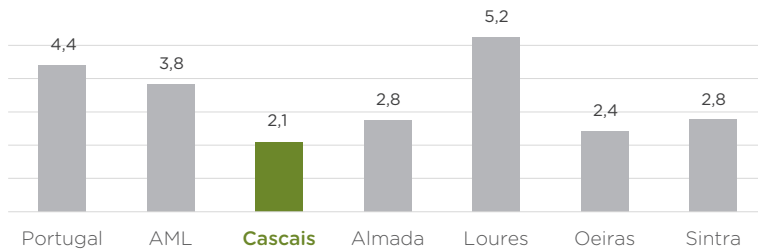
Famílias com pedidos de habitação social a residir em condições precárias (Nº), Cascais

Câmara Municipal de Cascais, 2018



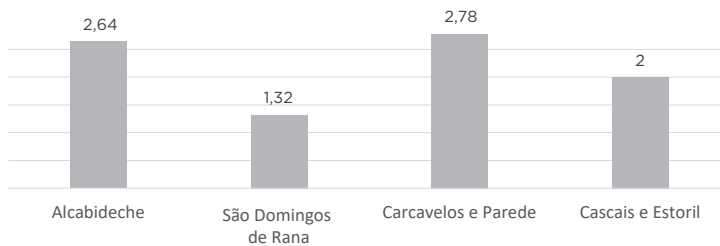
Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (%)

INE, Censos 2011



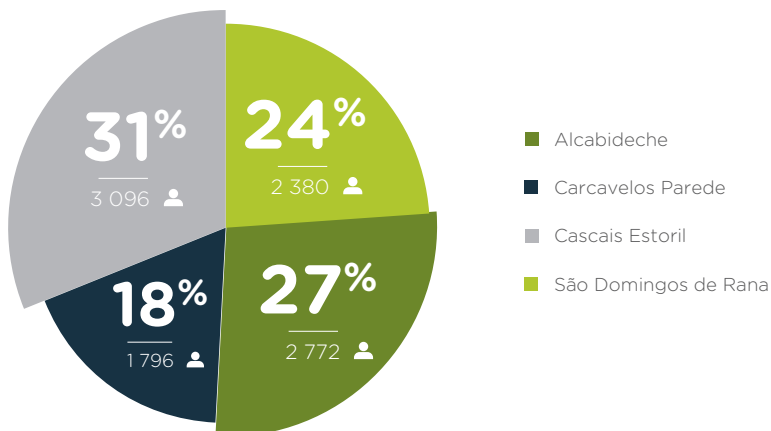
Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (%) Cascais

INE, Censos 2011



Famílias clássicas nos alojamentos sobrelotados (% e N°), Cascais

INE, Censos 2011



2,1%

Concelho de Cascais com baixa proporção de edifícios degradados

2011

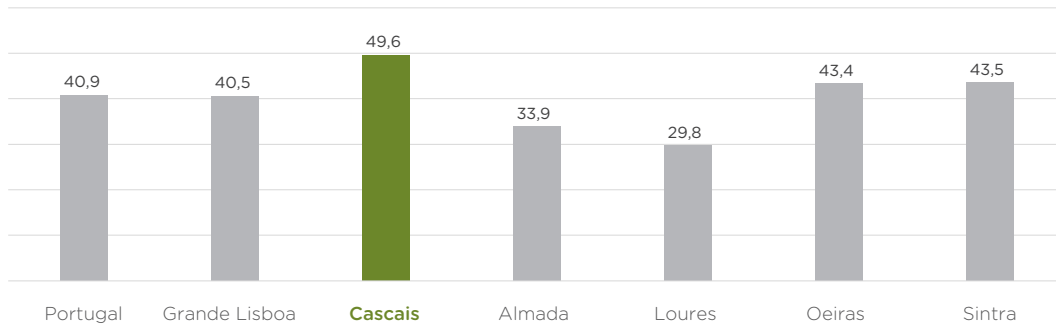
10 044

Famílias residem em alojamentos sobrelotados, na sua maioria na Freguesia de Cascais Estoril

2011

Proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas (%)

INE, Censos 2011



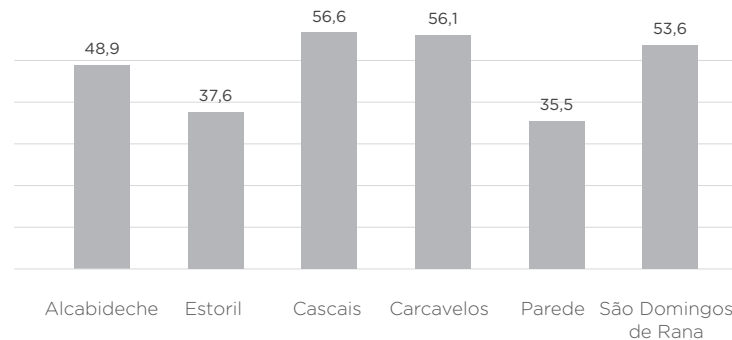
49,6%

Proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas (%) Cascais

INE, Censos 2011

Dos edifícios do concelho de Cascais têm acessibilidade através de cadeira de rodas.

2011



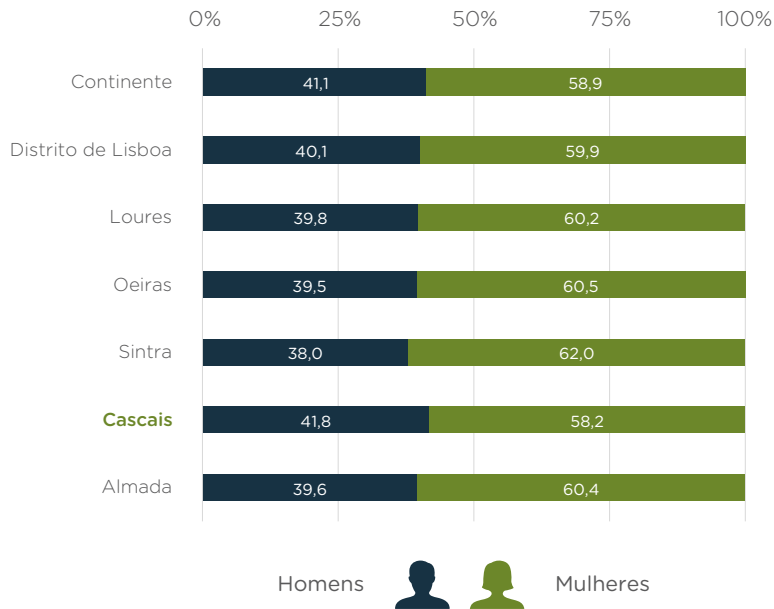
1.2 Dignidade

a) Que formas de violência de género existem?

Em 2017, Cascais revelou o menor **desequilíbrio de género** nos crimes contra as pessoas em comparação com os outros municípios e com os valores de nível nacional.

Lesados/Ofendidos identificados em crimes contra as pessoas por sexo (%)

DGPJ, 2017



76%

Dos agentes de crimes contra as pessoas são homens

2017

58%

Dos lesados em crimes contra as pessoas são mulheres

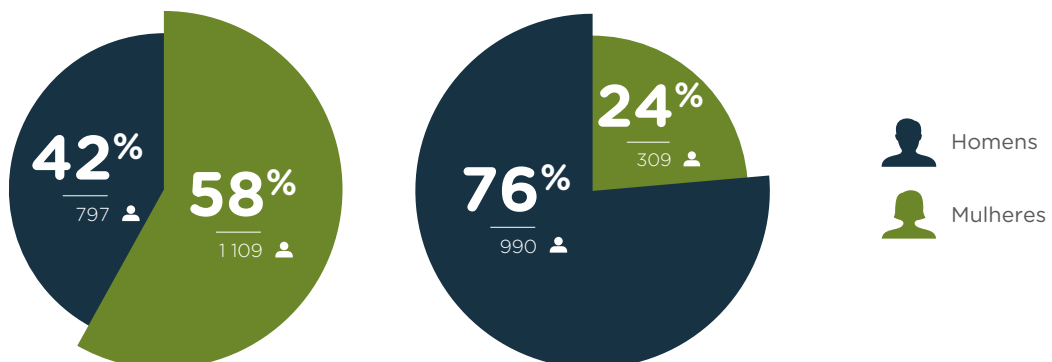
2017

Lesados/Ofendidos identificados em crimes contra as pessoas por sexo, (% e N°), Cascais

DGPJ, 2017 (Gráfico esquerdo)

Agentes/Suspeitos identificados em crimes contra as pessoas por sexo, (% e N°), Cascais

DGPJ, 2017 (Gráfico direito)



70%

Mulheres vítimas de violência doméstica

2017

523

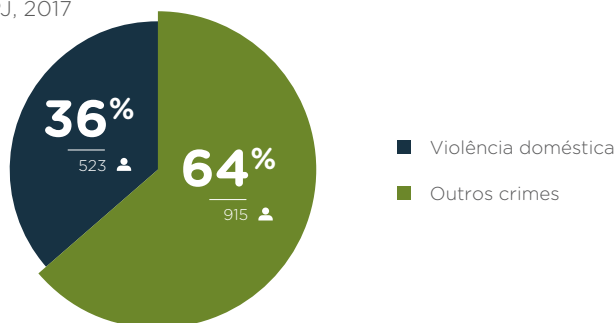
Crimes de violência doméstica

2017

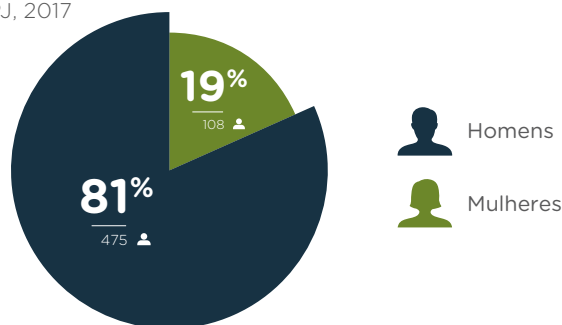
Do total de 1.438 crimes contra as pessoas registados no Concelho de Cascais em 2017, o principal tipo de crime é a violência doméstica (36%). O crime de violência doméstica evidencia um forte desequilíbrio de género entre as vítimas, mas também entre os agressores que, em 81% dos casos são do sexo masculino.

Crimes contra as pessoas, (% e N°), Cascais

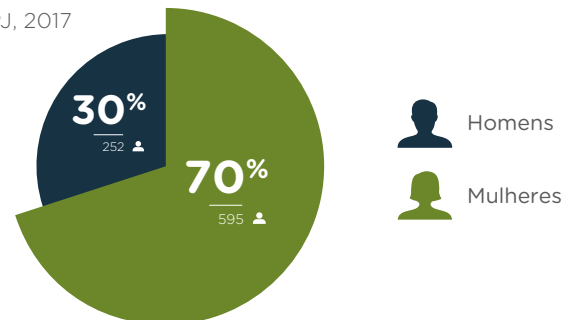
DGPJ, 2017

**Agentes/Suspeitos nos crimes de Violência Doméstica (% e N°), Cascais**

DGPJ, 2017

**Lesados/ofendidos nos crimes de Violência Doméstica (% e N°), Cascais**

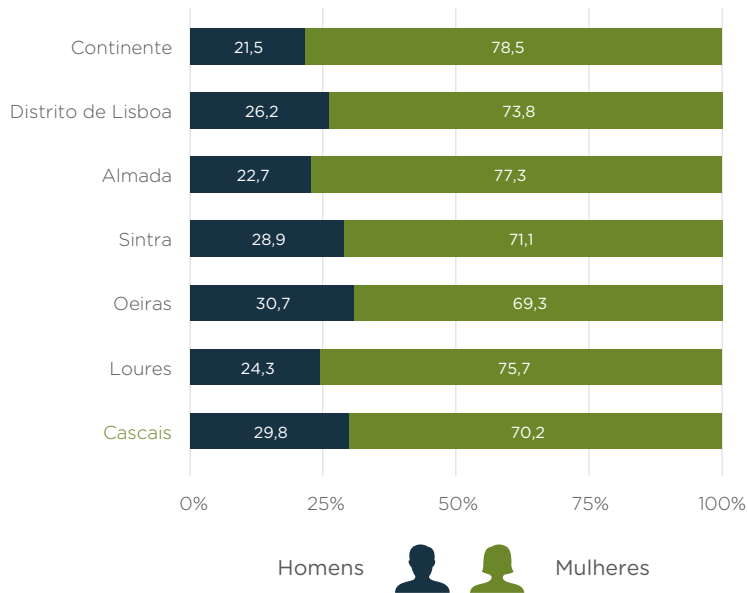
DGPJ, 2017



Apesar do desequilíbrio de género verificado na vitimação por violência doméstica, em 2017, Cascais e Oeiras revelam o menor peso de vítimas mulheres face aos restantes territórios em comparação.

Lesados/Ofendidos identificados nos crimes de violência doméstica (%)

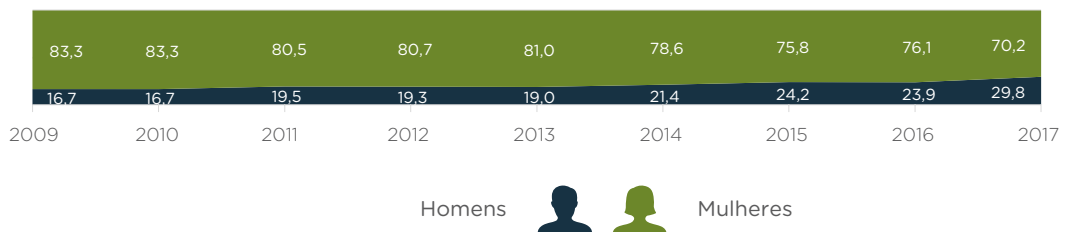
DGPJ, 2017



Para além disso, ao longo dos anos, o peso de homens vítimas de violência doméstica tem vindo a aumentar gradualmente, passando de 16,7% em 2009 para 30% em 2017.

Lesados/Ofendidos identificados nos crimes de violência doméstica (%), Cascais

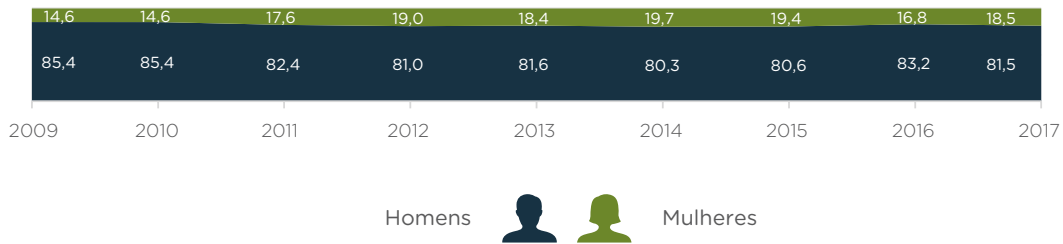
DGPJ



No que se refere aos agressores, não se verifica uma tendência idêntica, ou sejam os homens mantêm-se em mais de 80% dos casos como agentes do crime de violência doméstica ao longo dos anos.

Agentes/suspeitos identificados nos crimes de violência doméstica (%), Cascais

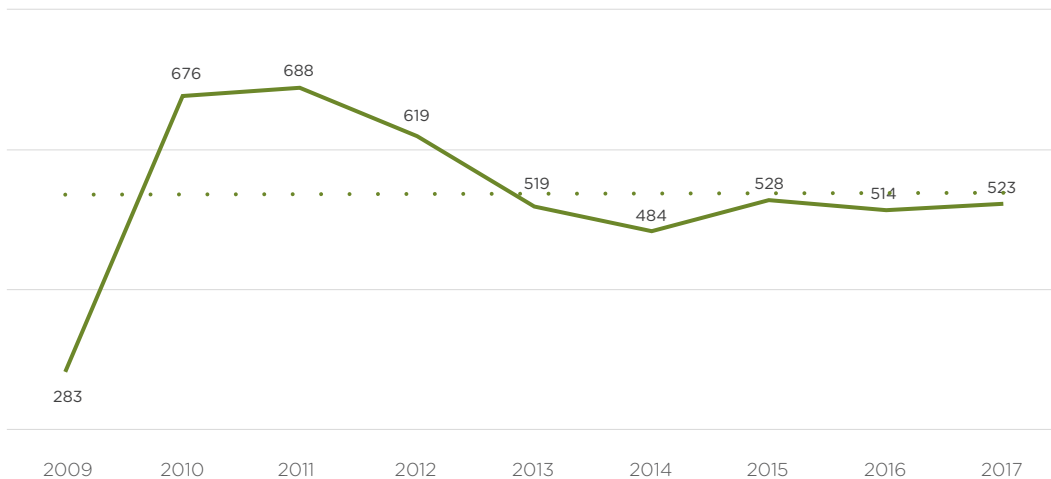
DGPJ



Em termos globais, o crime de violência doméstica registou um pico em 2010 e 2011, tendo diminuído posteriormente. Entre 2015 e 2017 verifica-se uma estabilização no número de crimes registados.

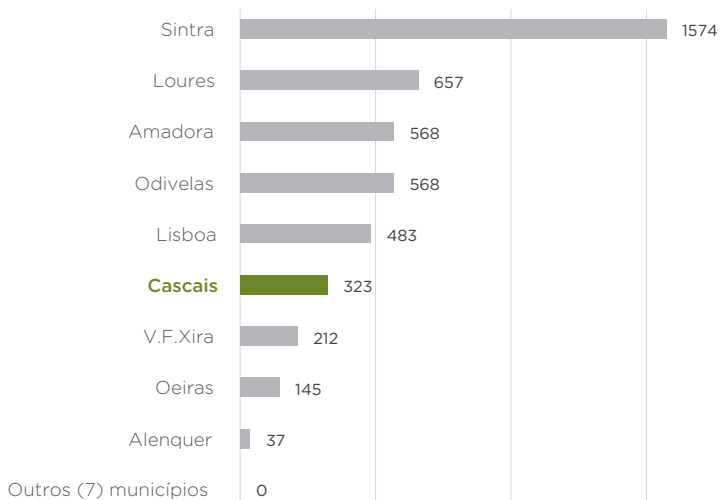
Crimes de violência doméstica registados (Nº), Cascais

DGPJ



Prevalência de MGF no distrito de Lisboa por município (Nº)

CESNOVA, 2015

**323**

Mulheres residentes em Cascais previsivelmente submetidas à Mutilação Genital Feminina.

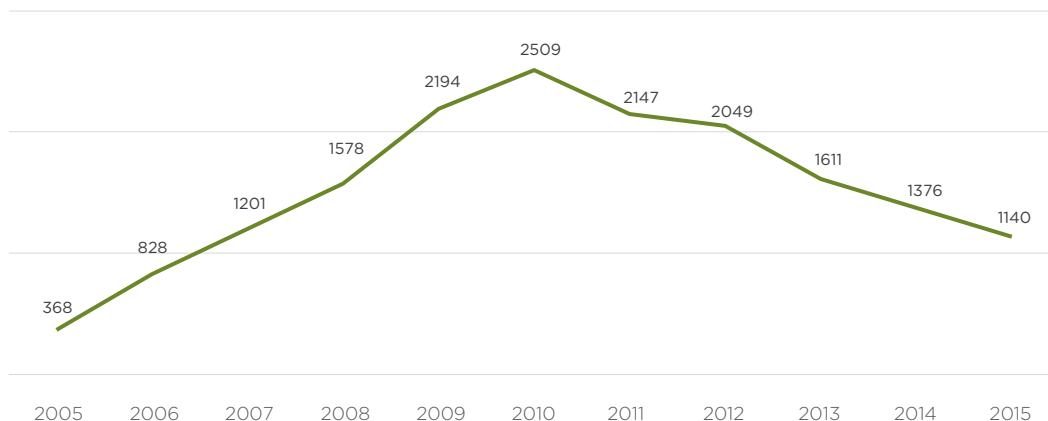
2015

b) Quantas crianças vivem em situação de vulnerabilidade económica?

Após um aumento do número de **beneficiários de RSI** até 2010, verifica-se a partir dessa data uma diminuição para menos de metade

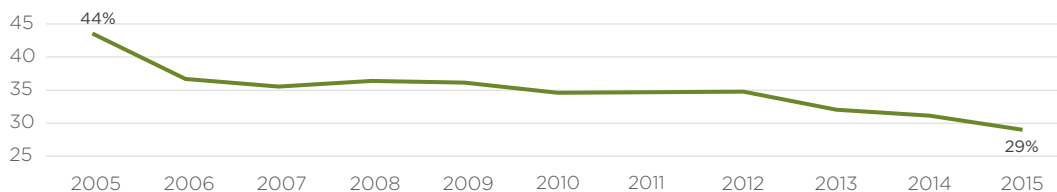
Crianças e jovens até aos 18 anos beneficiárias de RSI (Nº), Cascais

ISS



Peso de crianças e jovens com idade inferior a 18 anos no total de beneficiários de RSI, (%), Cascais

ISS



1 140

Crianças (0 aos 18 anos) beneficiaram do Rendimento Social de Inserção

2015

Não só o número de crianças beneficiárias de RSI tem vindo a diminuir como o seu peso no total de beneficiários também tem vindo a diminuir, representando 29% em 2015

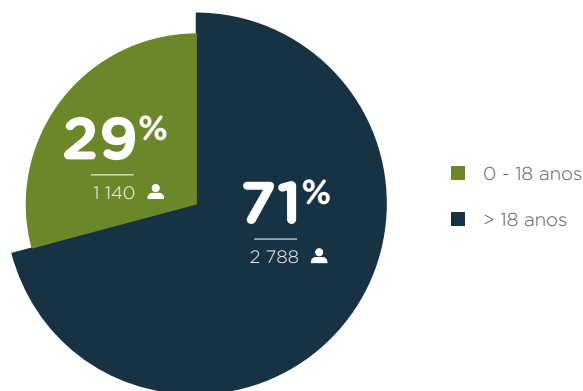
Beneficiários de rendimento Social de Inserção por grupo etário, (% e N°), Cascais

ISS, 2015

29%

Proporção de crianças beneficiárias do RSI no total de beneficiários

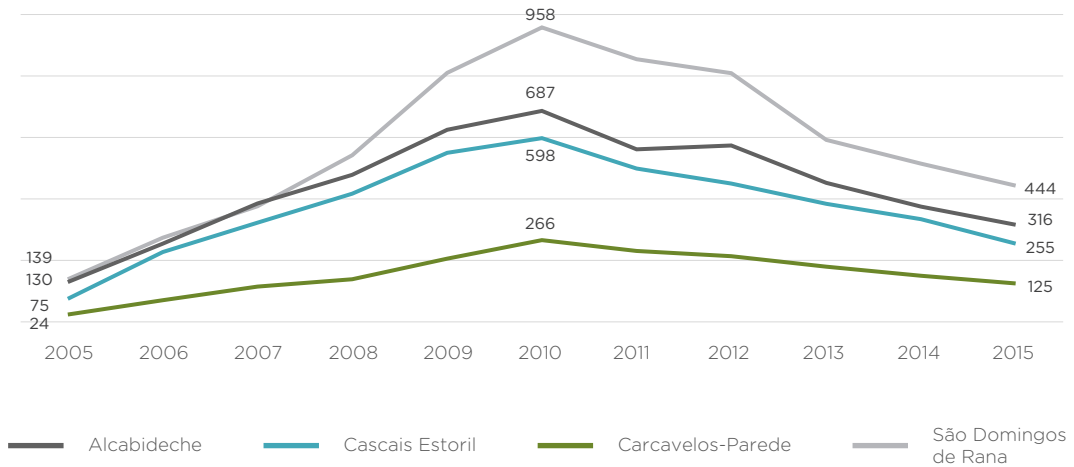
2015



A tendência verificada no concelho verifica-se em todas as freguesias: diminuição no número de crianças beneficiárias de RSI desde 2010.

Crianças e jovens com idade inferior a 18 anos beneficiários de RSI, por freguesia, (Nº), Cascais

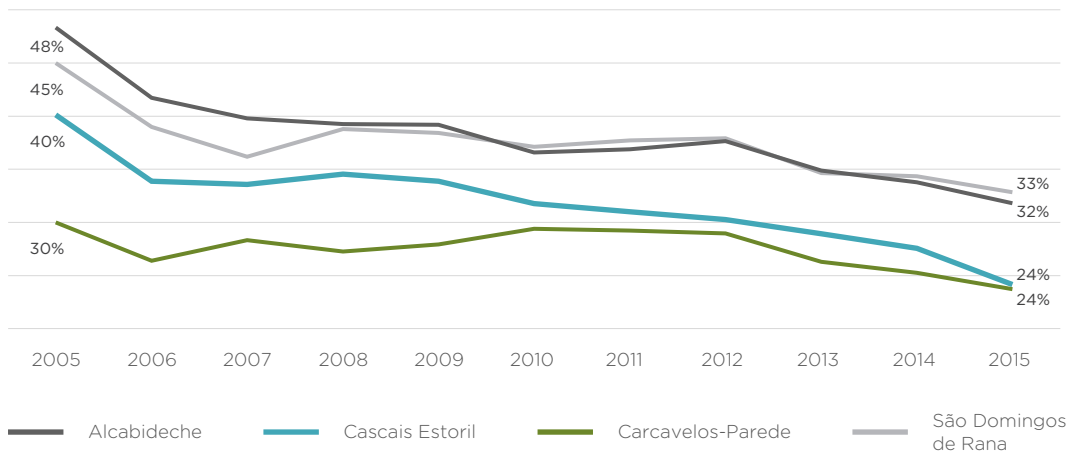
ISS



As diferenças territoriais relevam-se no peso de crianças beneficiárias de RSI face ao total de crianças de cada freguesia. Este indicador indicia uma maior incidência de pobreza infantil nas freguesias de São Domingos de Rana e Alcabideche.

Peso de crianças e jovens com idade inferior a 18 anos no total de beneficiários de RSI, por freguesia, (%) Cascais

ISS



3,6% e 3,5%

São Domingos de Rana e Alcabideche com maior peso de crianças beneficiárias de RSI

2011

31%

Crianças beneficiárias do abono de família no 1º escalão de rendimentos.

2015

4 590

Crianças beneficiárias de abono de família no 1º escalão de rendimentos em S. Domingos de Rana

2015

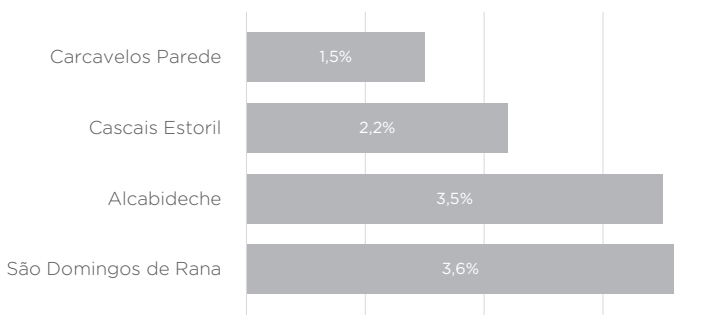
7 246

Crianças beneficiárias da Ação Social Escolar

Ano letivo 2015/16

Relação entre o nº de crianças (0-18 anos) beneficiárias de RSI (ISS, 2015) e o nº de crianças (0-18 anos) residentes (INE, Censos 2011) por freguesia (%), Cascais

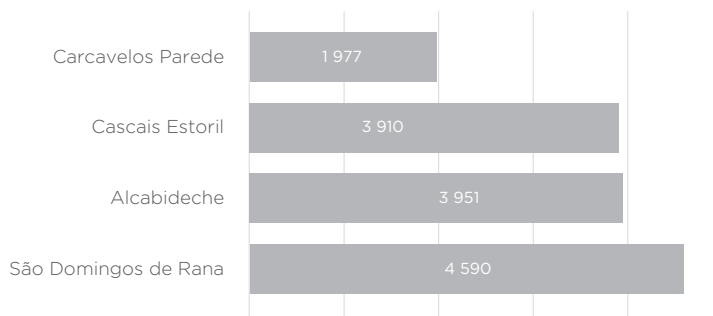
Adaptado de INE e ISS



14.428 crianças (0 aos 18 anos) beneficiaram do **abono de família** no 1º escalão de rendimentos em 2015, o que corresponde a 31,3% do total de crianças residentes no concelho (estimativas Anuais da População Residente (INE) dos 0 aos 19 anos).

Crianças e jovens com idade inferior a 18 anos beneficiárias de abono de família no 1º escalão de rendimentos, (Nº), Cascais

ISS, 2015

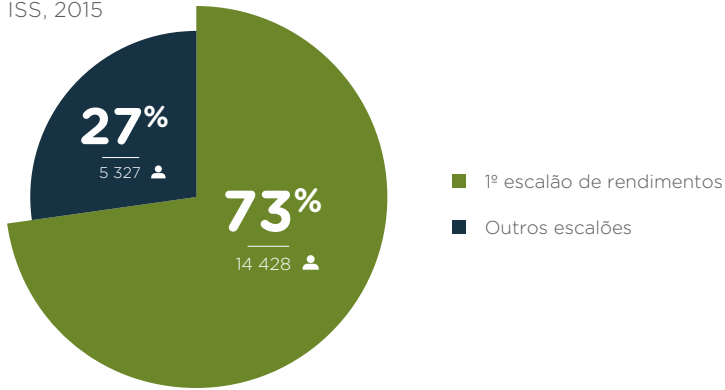


Das crianças matriculadas nas escolas do concelho no ano letivo 2015/16, 39,1% (7.246) eram beneficiárias de **ação social escolar**.

O 1.º escalão de rendimentos refere-se a rendimentos de referência do agregado familiar iguais ou inferiores a 0,5 x IAS (Indexante dos Apoios Sociais) x 14. O IAS tem vindo a alterar o seu valor ao longo dos últimos anos, sendo em 2015 de 419,22 .

Beneficiários de abono de família por escalão de rendimento (% e N^o), Cascais

ISS, 2015



73%

Das crianças que recebem abono de família, inserem-se no 1º escalão de rendimentos.

Ano lectivo 2015/2016

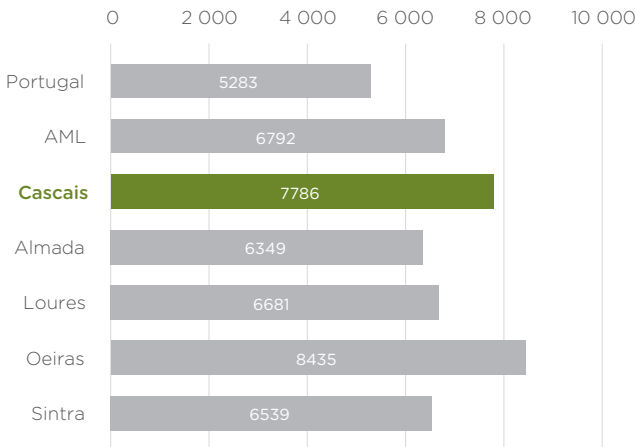
c) Quantos idosos vivem em situação de vulnerabilidade económica?

Em 2017 residiam no Concelho de Cascais 49.208 **pensionistas** da Segurança Social e 16.428 pensionistas da Caixa Geral de Aposentações.

Do total de pensionistas da segurança social, 22% recebem pensões de sobrevivência e 5% de invalidez.

Valor médio anual das pensões da segurança social (€)

INE, 2017



7 786€

Valor médio das pensões em Cascais, superior à média nacional, à AML e à maioria dos concelhos comparáveis

2017

5 443 €

Limiar de Risco de Pobreza em Portugal
(Portugal, 2016)

7 786 €

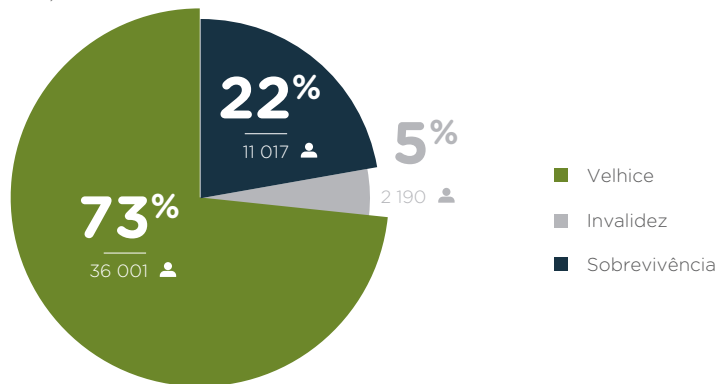
Valor anual médio das pensões da SS
(Cascais, 2017)

7 798 €

Salário mínimo anual
(Portugal, 2017)

Pensões da Segurança Social (% e N°), Cascais

INE, 2017

**1 181**

Idosos recebem pensões do regime não contributivo

2015

Pensionistas (Nº) e valor médio mensal (€) das pensões da Segurança Social por regime de pensão, Cascais

INE, 2015

247 €

Valor mensal médio das pensões do regime não contributivo

2015

Regime contributivo	47 279 pensionistas
	548€ / mês
Regime não contributivo	1 181 pensionistas
	247€ / mês

247 €

Valor médio mensal das pensões do regime não contributivo
(Cascais, 2015)

530 €

Salário mínimo nacional
(Portugal, 2016)

548 €

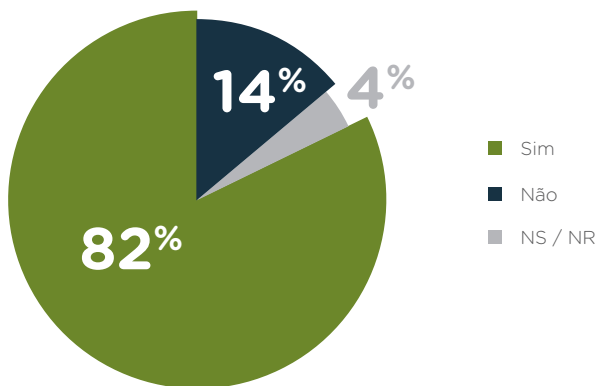
Valor médio mensal das pensões do regime contributivo
(Cascais, 2015)

986 €

Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem
(Cascais, 2016)

“O meu agregado familiar é autónomo do ponto de vista financeiro (o peso das despesas é suportável)” (%), Cascais

Inquérito telefónico a munícipes (respostas das pessoas com mais de 65 anos), CEDRU, 2016



Beneficiários do CSI (Nº) e valor médio mensal do CSI (€), por freguesia, Cascais

INE, 2015

Cascais Estoril	651 beneficiários de CSI	97€ valor médio mensal
São Domingos de Rana	465 beneficiários de CSI	73€ valor médio mensal
Alcabideche	408 beneficiários de CSI	93€ valor médio mensal
Carcavelos Parede	310 beneficiários de CSI	93€ valor médio mensal

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social.

1 865

Idosos recebem o Complemento Solidário para Idosos

2015

95€

Valor médio mensal do CSI

2015

14%

Dos idosos não consegue fazer face às despesas mensais

2016

1.3 Autonomia e desenvolvimento pessoal

a) Que dinâmicas de mobilidade social existem?

72,9%

Dos munícipes considera estar em melhor situação do que os seus pais ao nível das habilitações escolares

Inquérito a munícipes, 2016

Dos 450 munícipes inquiridos, 73% tem um nível de habilitações superior ao dos seus pais. Esta **melhoria intergeracional** não é tão evidente no caso dos rendimentos nem da situação na profissão. Apesar de cerca de metade dos munícipes considerar que a sua situação é melhor nestas duas dimensões, 20% refere que o seu rendimento é inferior ao que os seus pais tinham na sua idade e 23% que a situação na profissão é igual.

Avaliação da situação pessoal face aos pais quando tinham a mesma idade (%), Cascais

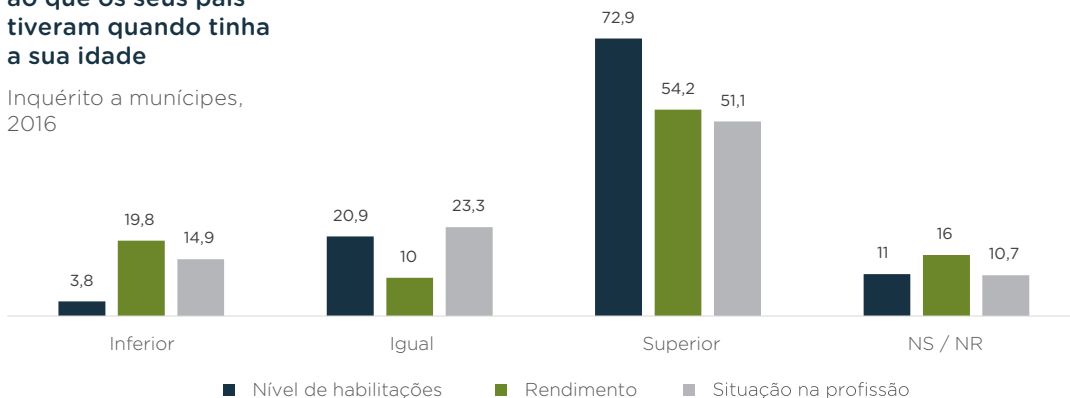
Inquérito a Munícipes, CEDRU, 2016

20%

Dos munícipes tem um rendimento inferior ao que os seus pais tiveram quando tinha a sua idade

Inquérito a munícipes, 2016

Quando comparo o meu nível de habilitações, rendimento e situação na profissão com os meus pais quando tinham a minha idade:



Das 146 organizações inquiridas, 57% consideram que os seus clientes têm um nível de habilitações superior ao dos seus pais. Esta melhoria intergeracional não é tão evidente no caso dos rendimentos nem da situação na profissão.

Avaliação da situação dos utentes atuais face aos utentes de há 20 anos atrás (%), Cascais

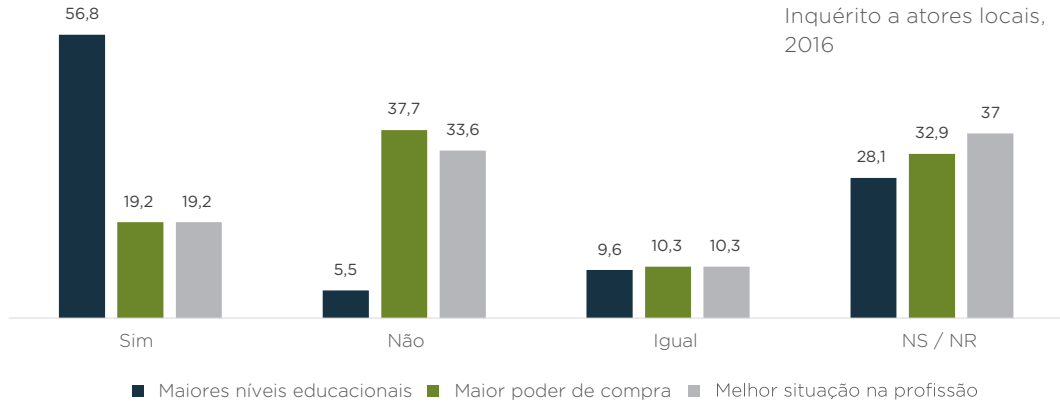
Inquérito a atores locais, CEDRU, 2016

56,8%

Organizações locais consideram que os níveis educacionais dos seus utentes progrediram entre gerações.

Inquérito a atores locais, 2016

De uma forma geral, os cidadãos abrangidos pela sua entidade, quando comparados com os utentes de há 20 anos atrás, têm:



Em 2015, o **poder de compra per capita** em Cascais está em linha com a AML e é superior à maioria dos concelhos comparáveis, à exceção de Oeiras.

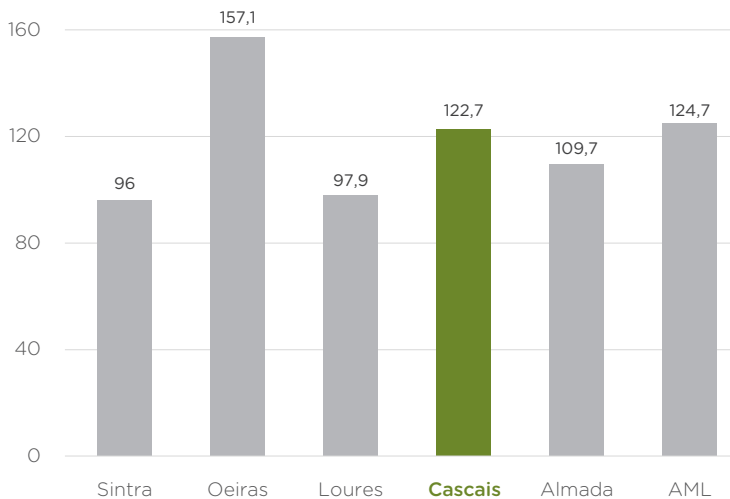
122,7€

Poder de compra per capita

2015

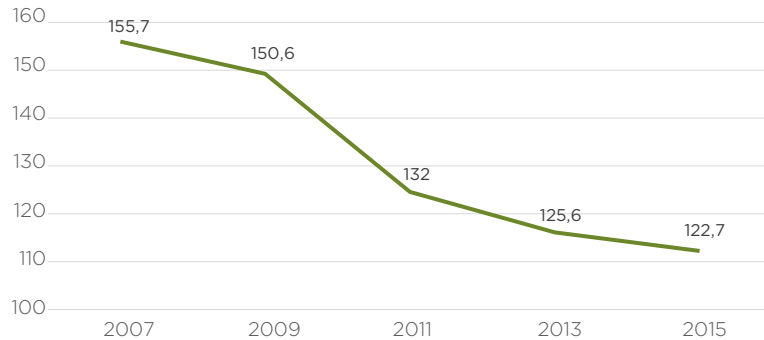
Poder de compra per capita, (€)

INE



Poder de compra per capita (€), Cascais

INE



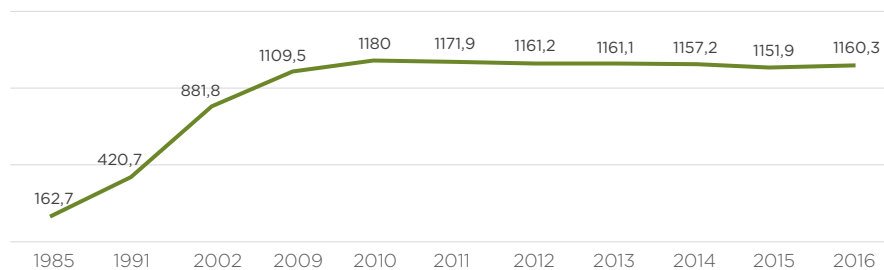
A partir de 2007 o poder de compra per capita entra em queda à semelhança do que acontece nos restantes municípios comparáveis.

Este indicador composto pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões. Deve ser tida alguma precaução na comparação temporal deste indicador, pois valores distintos podem derivar de uma efectiva variação do poder de compra em relação à média nacional, mas podem também resultar de outros factores tais como a utilização de um conjunto de variáveis de base na construção do indicador não totalmente coincidentes.

Um indicador complementar revela que o ganho médio mensal das pessoas que trabalham em Cascais (não necessariamente que residem no concelho) está praticamente estagnado desde 2010.

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€), Cascais

INE

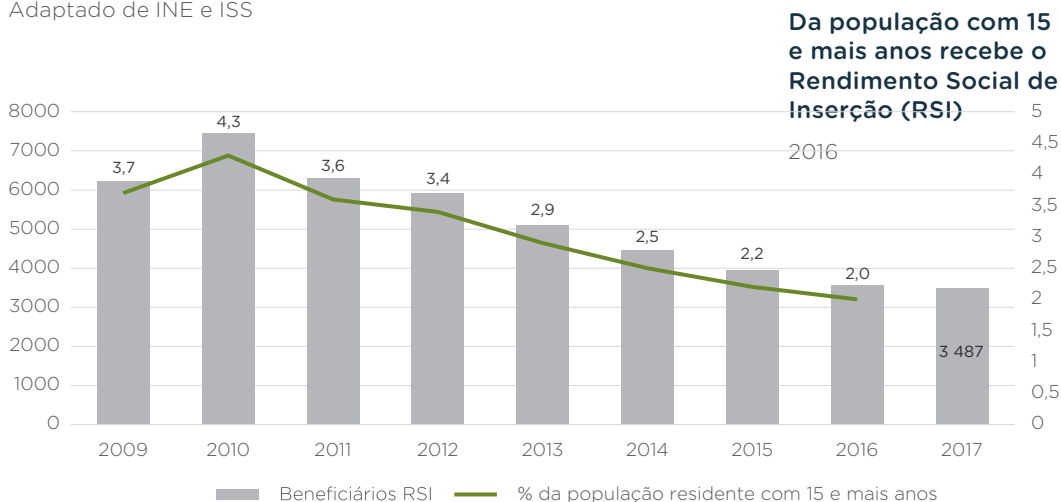


b) Quantas pessoas recebem prestações sociais por baixos rendimentos?

Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (Nº) e peso no total da população residente com 15 e mais anos (%), Cascais

2%

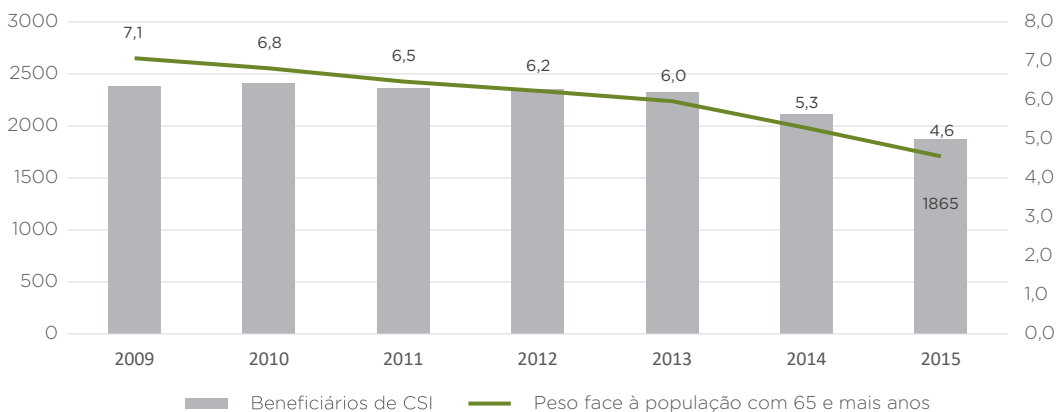
Adaptado de INE e ISS



É um apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por: uma prestação em dinheiro para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e; um programa de inserção que integra um contrato (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação), visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros.

Beneficiários do Complemento Solidário para Idosos (Nº) e peso no total da população residente com 65 e mais anos (%), Cascais

Adaptado ISS e de INE - Estimativas Anuais da População Residente



O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é um apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 4 meses e residentes em Portugal.

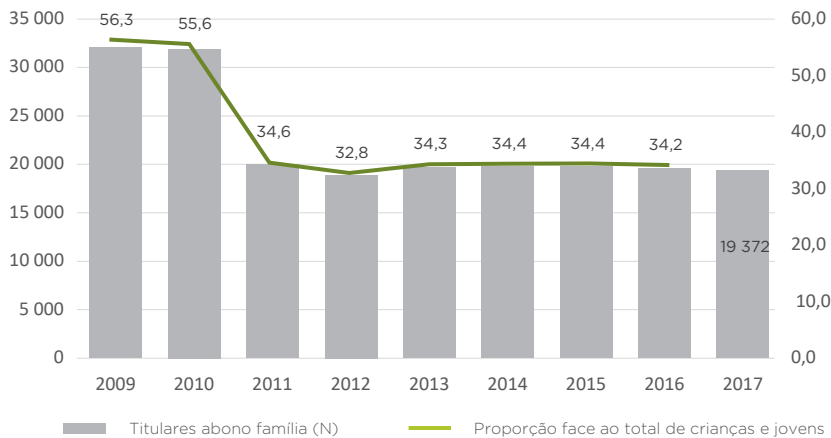
4,6%

Titulares de abono de família (Nº) e peso face ao total de crianças e jovens dos 0 aos 24 anos (%), Cascais

Adaptado ISS e de INE - Estimativas Anuais da População Residente

Da população com 65 e mais anos recebe o Complemento Solidário para Idosos (CSI)

2015



Abono de família: prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respetivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e à educação das crianças e jovens. Pode ser atribuído até aos 24 anos de idade se o/a jovem estiver a frequentar o ensino superior

1.4 Participação e compromisso cívico

a) Quais as dinâmicas de participação e de compromisso cívico?

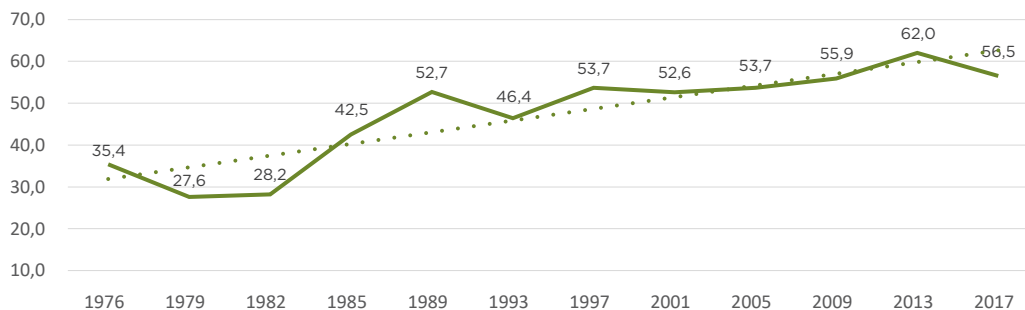
34%

Taxa de abstenção nas eleições autárquicas (%), Cascais

SGMAI, PORDATA

Das crianças e jovens do concelho recebem abono de família

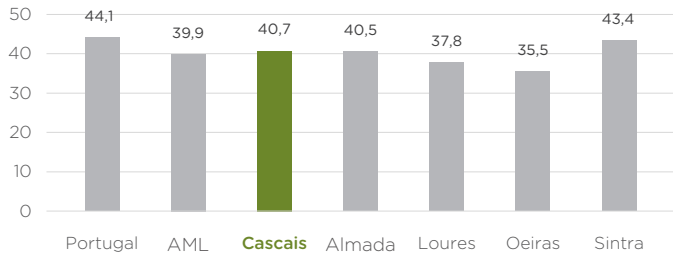
2016



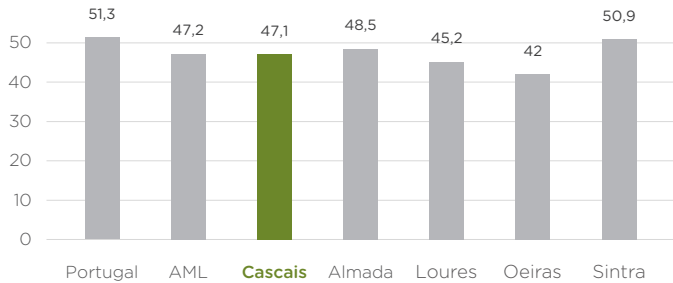
Taxas de abstenção eleitoral (%)

SGMAI, PORDATA

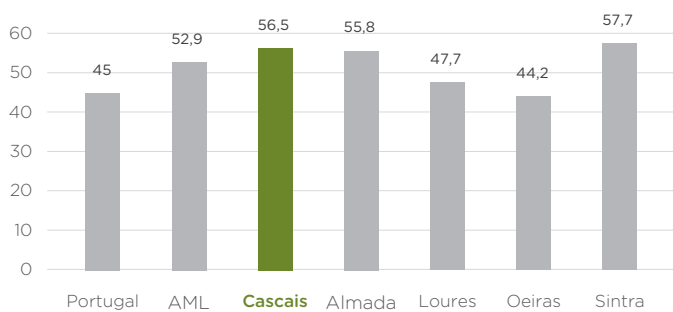
Assembleia da República (2015)



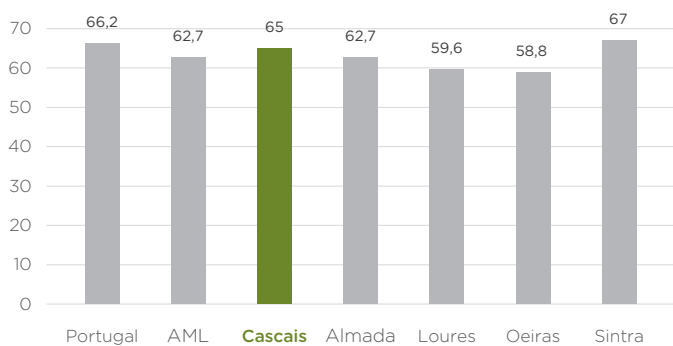
Presidência da República (2016)



Autarquias Locais (2017)



Parlamento Europeu (2014)

**56,5%**

Cascais com elevada taxa de abstenção nas eleições para as autarquias locais

2017

17%

Dos municípios de Cascais dedicam-se a atividades cívicas (associações, organizações ou partidos)

Inquérito a municípios, 2016

16%

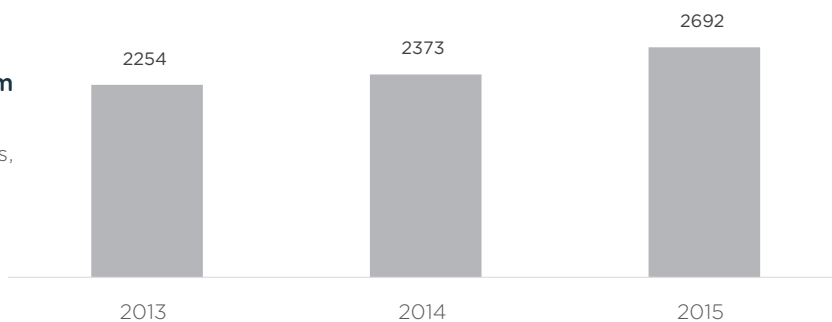
Dos municípios de Cascais fazem voluntariado

Inquérito a municípios, 2016

Um dado complementar relativo ao **voluntariado** revela um aumento do número de voluntários nas organizações sociais entre 2013 e 2015, ano em que foram contabilizados 2.692 voluntários na área social, o que corresponde a 1,6% da população entre os 15 e os 79 anos.

Voluntários nas organizações locais que prestam respostas sociais (Nº), Cascais

Carta Social de Cascais, CEDRU, 2016



1,6%

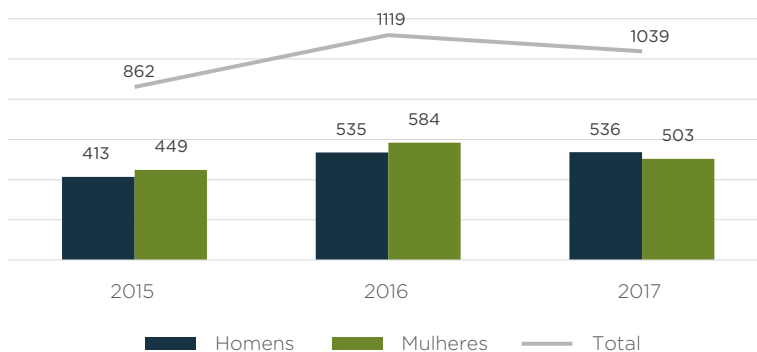
Dos municípios fazem voluntariado social

Carta Social de Cascais, 2016

Observa-se, nos últimos anos, um reforço das dinâmicas de participação através dos **Orçamentos Participativos**.

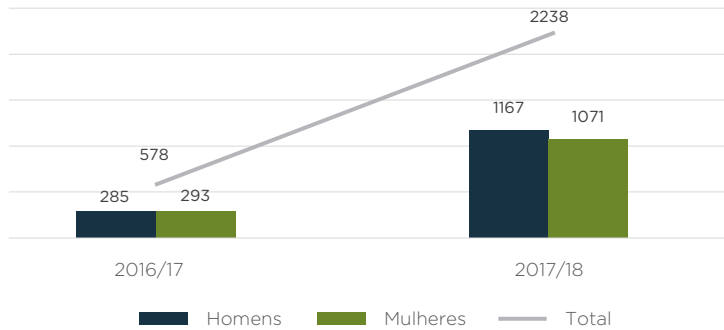
Participantes nas sessões presenciais do Orçamento Participativo (Nº), Cascais

Câmara Municipal de Cascais



Participantes nas sessões públicas do Orçamento Participativo Jovem (Nº), Cascais

Câmara Municipal de Cascais



20% dos homens dedicam-se a atividades cívicas e 21% a voluntariado



14% das mulheres dedicam-se a atividades cívicas e 11% a voluntariado

Participantes nas consultas públicas relativas ao PDM e Planos de Pormenor na última década (Nº), Cascais

Câmara Municipal de Cascais

Plano Diretor Municipal	3 consultas públicas
	2029 participantes
Planos de Pormenor	24 consultas públicas
	301 participantes

96	Associações e clubes desportivos
29	Coletividades
31	Associações de pais
10	Associações de estudantes
25	Comissões de moradores
8	Associações de imigrantes

2. Responsabilidade partilhada entre os vários atores

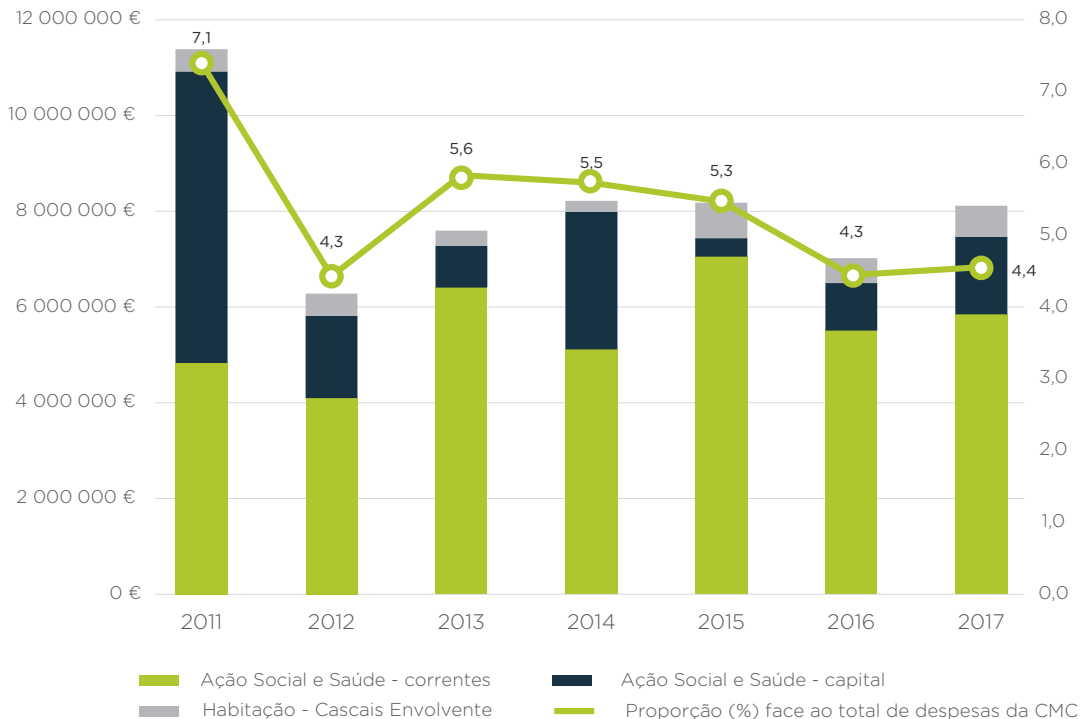
2.1 Autarquia

a) Qual o investimento financeiro na ação social?

O investimento da Câmara Municipal de Cascais na ação social, saúde e manutenção do parque habitacional diminuiu após 2011, tendo-se mantido estável nos últimos anos.

Despesas (€) do Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Cascais e proporção (%) face ao total de despesas da CMC, Cascais

Câmara Municipal de Cascais



Entre 2013 e 2017, o investimento municipal na ação social, saúde e manutenção do parque habitacional tem oscilado ligeiramente em torno dos 7 milhões de euros por ano. Em termos relativos verifica-se contudo uma ligeira diminuição da proporção deste investimento face ao total de despesas da Câmara Municipal de Cascais.

2.2 Empresas

a) Quais os níveis de precariedade laboral?

Em 2016, 34% dos trabalhadores em Cascais têm **contratos a termo**, um valor mais elevado do que a AML (30%), do que a média nacional (29,5%) e do que todos os municípios comparáveis.

Entre 2010 e 2016 verifica-se um aumento da precariedade em Cascais.

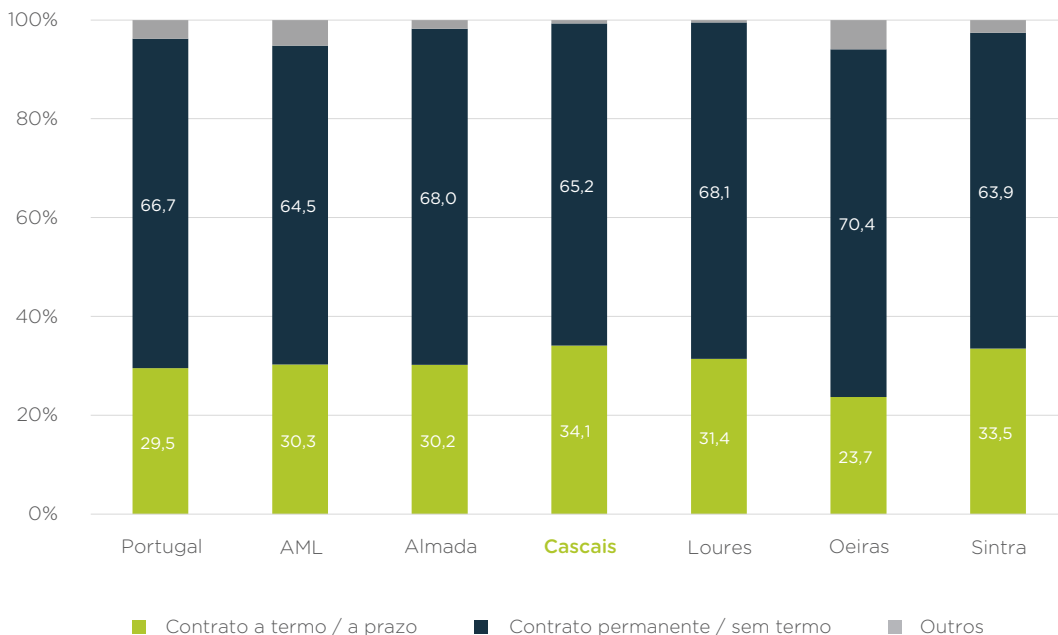
34,1%

Trabalhadores em Cascais com contrato a termo

2016

Proporção de contratos a termo/prazo e contratos permanentes/sem termo, (%)

PORDATA, 2016



Proporção de contratos a termo (%), Cascais

PORDATA



Um dado complementar resultante da atuação da Carta Social revela que 56% das contratações efetuadas pelas 197 entidades inquiridas foram a termo e 20% na forma de prestação de serviços. Este inquérito abrangeu 17 entidades públicas, 80 privadas com fins lucrativos e 100 privadas sem fins lucrativos

Tipos de contratos celebrados nos últimos 3 anos pelas entidades com respostas sociais (% e N^o), Cascais

Carta Social, CEDRU, 2016

74%

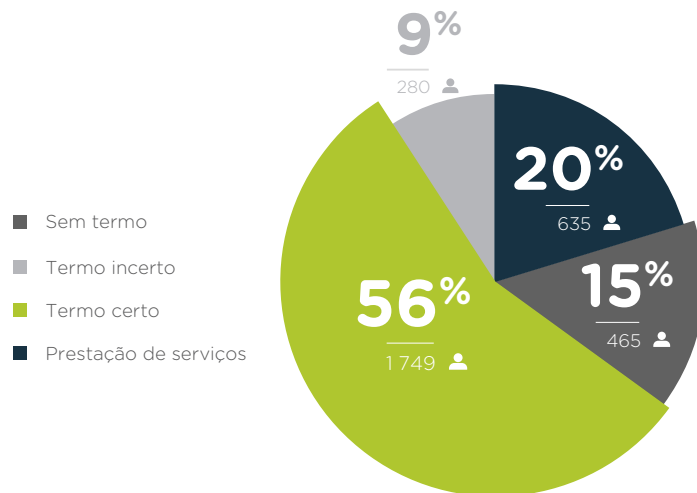
Dos idosos vivem com familiares (cônjuges, filhos/as e/ou outros familiares)

2011

22%

Dos idosos vivem sozinhos

2011

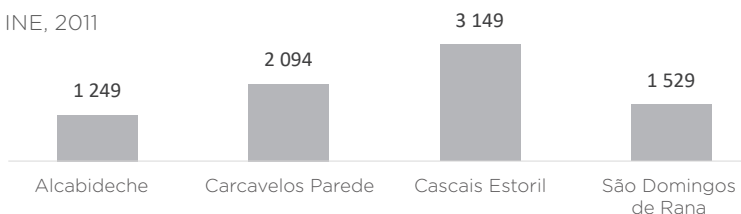


2.3 Famílias

a) Qual a proporção de idosos que vive com as suas famílias?

Famílias clássicas unipessoais com 65 ou mais anos, por freguesias (Nº), Cascais

INE, 2011



4%

Dos idosos vivem em instituições

2011

3 149

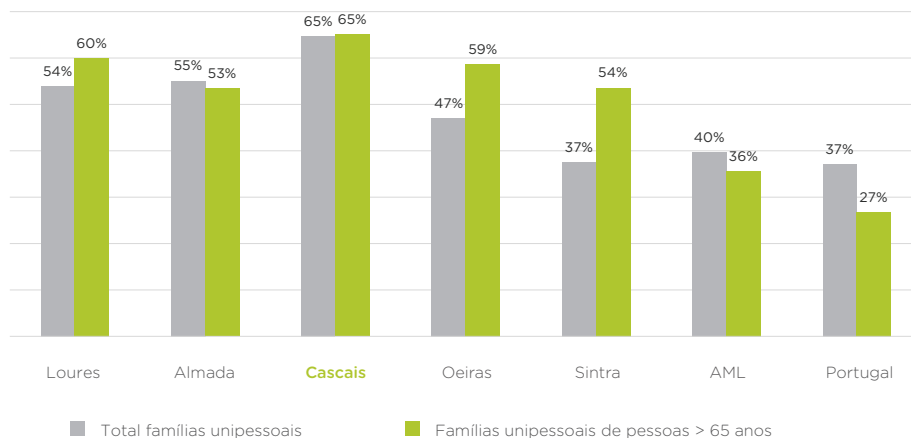
Maioria dos idosos que vive sozinho reside na freguesia de Cascais-Estoril

2011

O número de **peças idosas a residir sozinhas** aumentou significativamente entre 2001 (4.859) e 2011 (8.021), tendo praticamente duplicado no Concelho de Cascais. Este crescimento ocorre num contexto generalizado de aumento das famílias unipessoais em todas as unidades territoriais e, em Cascais, a taxa de crescimento das famílias unipessoais com mais de 65 anos entre 2001 e 2011 (65%) acompanhou a taxa de crescimento da totalidade das famílias unipessoais. Cascais é contudo a unidade territorial onde as famílias unipessoais mais aumentaram, incluindo as famílias compostas (apenas) por uma pessoa idosa.

Taxa de crescimento de famílias unipessoais entre 2001 e 2011 (%)

INE, 2001 e 2011



b) Qual o papel dos mais velhos face às gerações mais jovens?

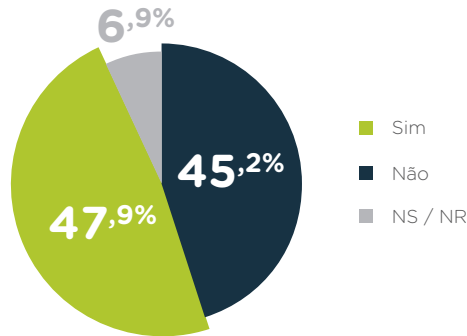
8 021

Grande aumento das famílias unipessoais em Cascais face a 2001 (4.859)

2011

“Eu ajudo a cuidar dos meus netos” (%), Cascais

Inquérito a munícipes (respostas de pessoas com 65 e mais anos), CEDRU, 2016



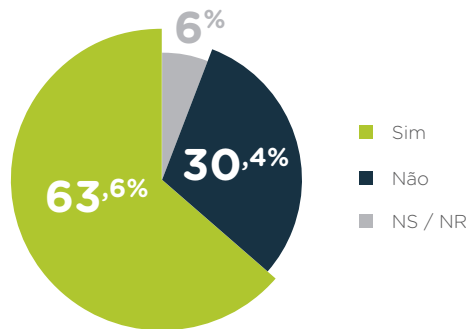
48%

Dos idosos ajuda a cuidar dos netos

Inquérito a munícipes, 2016

“Eu partilho conhecimento/experiência de vida com os mais novos” (%), Cascais

Inquérito a munícipes (respostas de pessoas com 65 e mais anos), CEDRU, 2016



64%

Dos idosos partilha conhecimento e experiência de vida com os mais novos

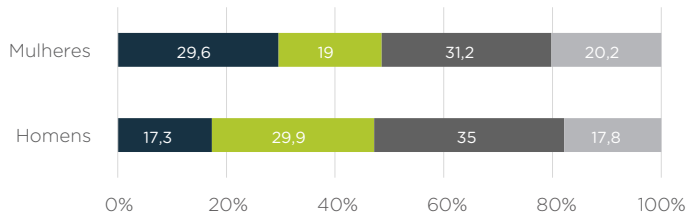
Inquérito a munícipes, 2016

c) Quais os níveis de partilha dos cuidados a crianças e pessoas dependentes entre homens e mulheres?

Os cuidados a crianças e a pessoas dependentes evidenciam maiores níveis de partilha do que a realização de tarefas domésticas, onde as mulheres se destacam claramente, assim como na realização do jantar depois de um dia de trabalho. Por sua vez, os homens surgem mais destacados nas idas às compras.

“No meu agregado familiar sou eu que assumo o cuidado a dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência)” (%), Cascais

Inquérito a municípios, CEDRU, 2016

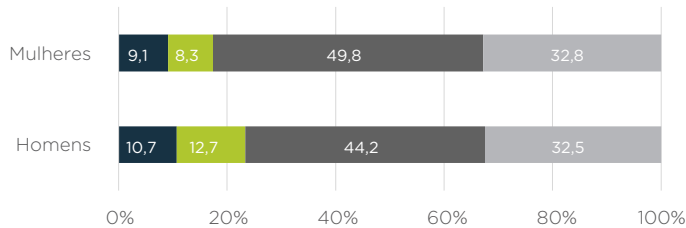


30% das mulheres e 17% dos homens cuida frequentemente dos filhos e outros familiares dependentes.

Inquérito aos municípios, 2016

“Quando saio do trabalho costumo ir buscar os filhos (à escola, ao ATL)” (%), Cascais

Inquérito a municípios, CEDRU, 2016

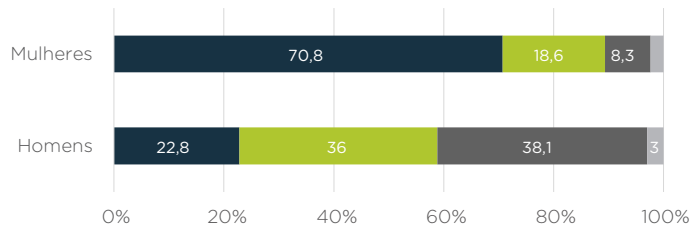


9% das mulheres e 11% dos homens vai buscar frequentemente os filhos à escola, valores muito baixos, que remetem para o eventual papel de outros atores (avós, serviços de apoio à conciliação, etc.)

Inquérito aos municípios, 2016

“No meu agregado familiar sou eu que assumo a maioria das tarefas domésticas” (%), Cascais

Inquérito a municípios, CEDRU, 2016

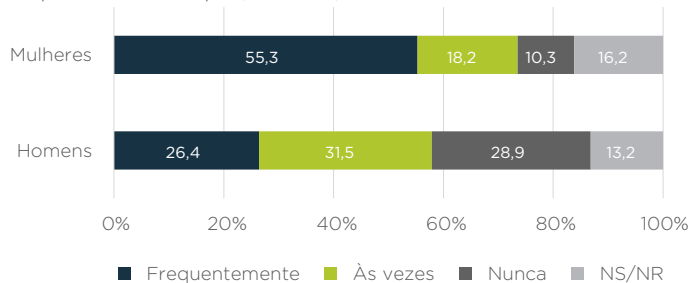


71% das mulheres e 23% dos homens são responsáveis pelas tarefas domésticas.

Inquérito aos municípios, 2016

“Quando saio do trabalho costumo fazer o jantar” (%), Cascais

Inquérito a municípios, CEDRU, 2016

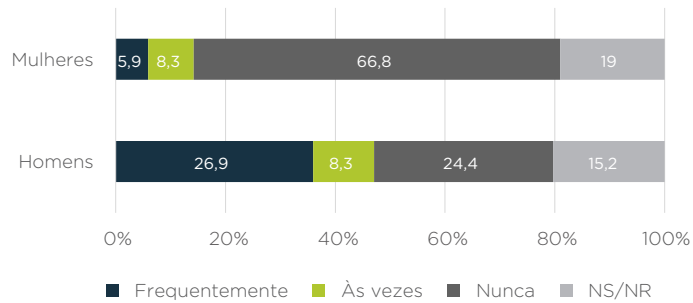




6% das mulheres e 27% dos homens vão frequentemente às compras depois do trabalho..

Inquérito aos municípes, 2016

“Quando saio do trabalho costumo ir às compras”



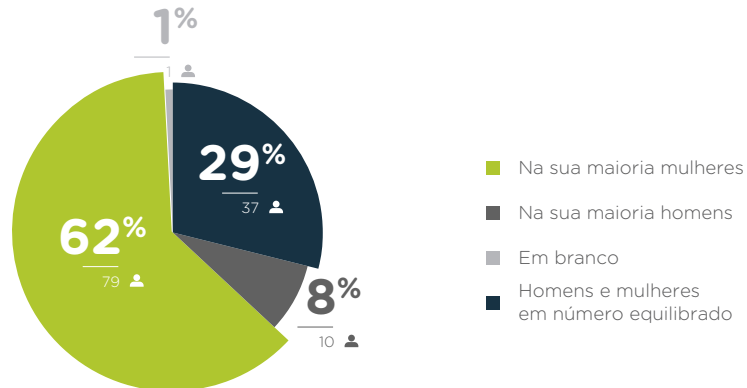
“As pessoas que assumem os papéis de encarregados de educação; de cuidadores ou de pessoas significativas dos utentes abrangidos pela sua entidade são...” (% e Nº), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016

62%

Casos em que são as mulheres que assumem o papel de encarregadas de educação ou de principais cuidadoras dos utentes das organizações locais

Inquérito aos atores locais, 2016



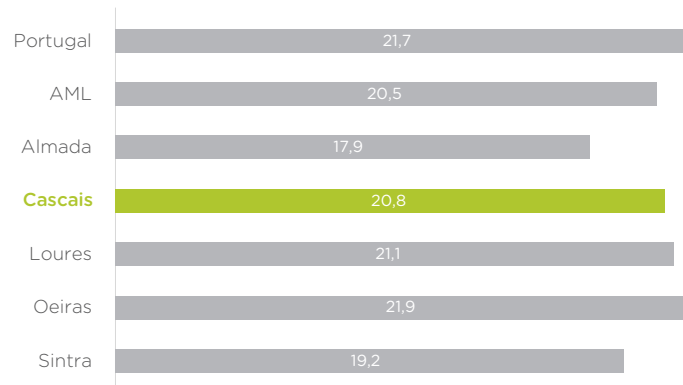
Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe (%)

INE, 2016

21 dias

De licença dos pais, por cada 100 dias de licença parental inicial das mães

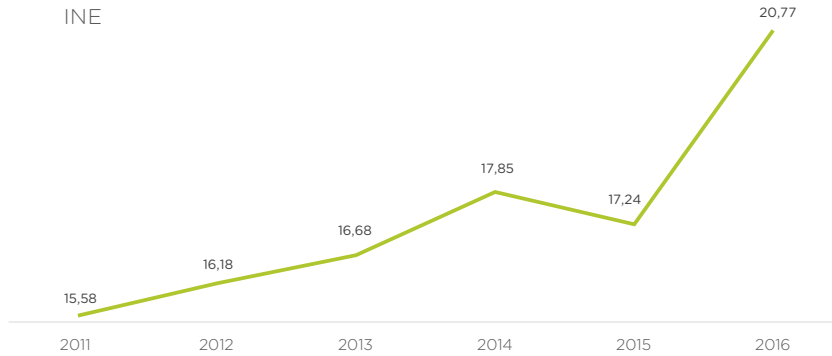
2016



Em 2016, as mulheres gozaram 230.504 dias de **licença parental** inicial e os homens 47.872 o que não deixa de revelar uma tendência de aumento da duração da licença parental inicial dos pais.

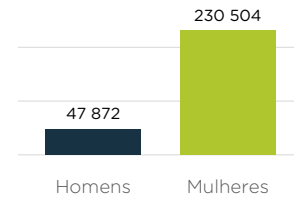
Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe (%), Cascais

INE



Número de dias de licença parental inicial por Sexo, Concelho de Cascais

INE, 2016



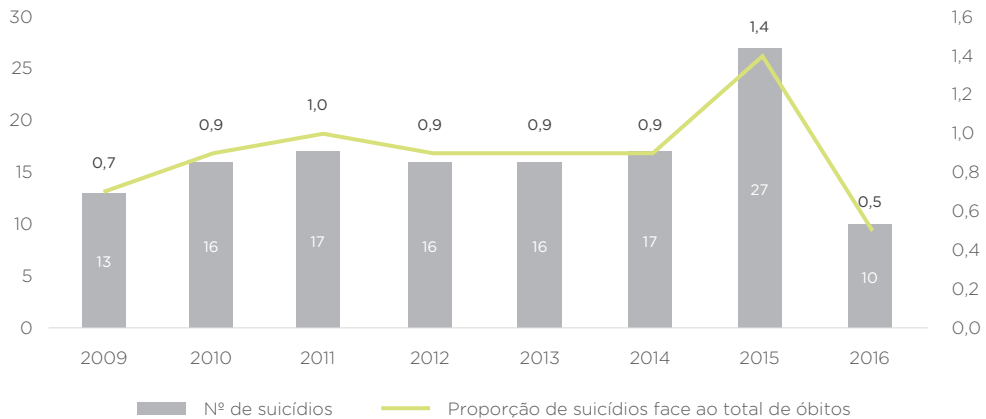
3. Componentes imateriais

3.1 Laços sociais

a) Como têm evoluído fenómenos como o suicídio, o homicídio e a criminalidade?

Suicídios (Nº) e proporção (%) face ao total de óbitos, Cascais

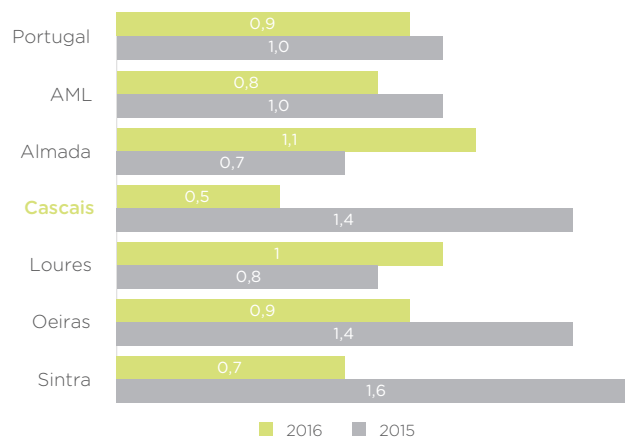
INE, 2016 (valores provisórios)



O fenómeno do **suicídio** revela estabilidade entre 2010 e 2014 e um pico em 2015.

Proporção de suicídios no total de mortes (%)

INE, 2015 e 2016 (valores provisórios)



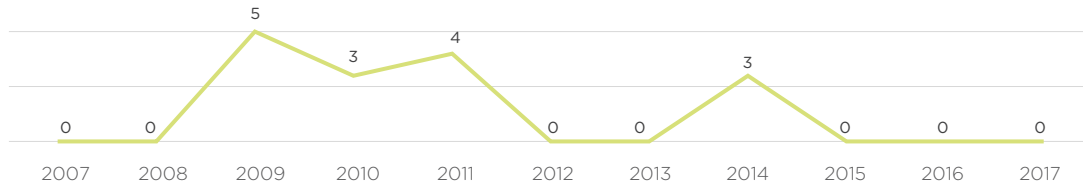
10

Número de suicídios

2016

Homicídios voluntários consumados, Cascais

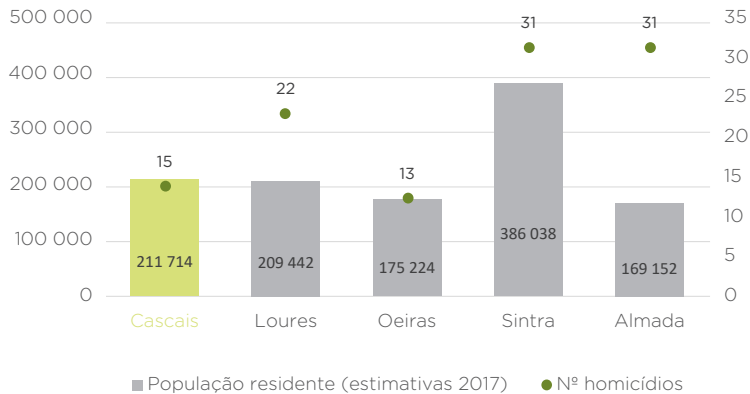
DGPJ



Cascais apresenta valores relativamente baixos e em linha com Oeiras, sendo ligeiramente inferiores a Sintra (tendo em conta a população residente). Loures, e sobretudo Almada, apresentam valores comparativamente mais elevados de **homicídios consumados**.

Homicídios voluntários consumados entre 2007 e 2017 e população residente (Nº)

DGPJ; INE - Estimativas da população para 2017



15

Homicídios registados na última década

2007 a 2017

Homicídios por negligência em acidentes de viação, (Nº), Cascais

DGPJ



O

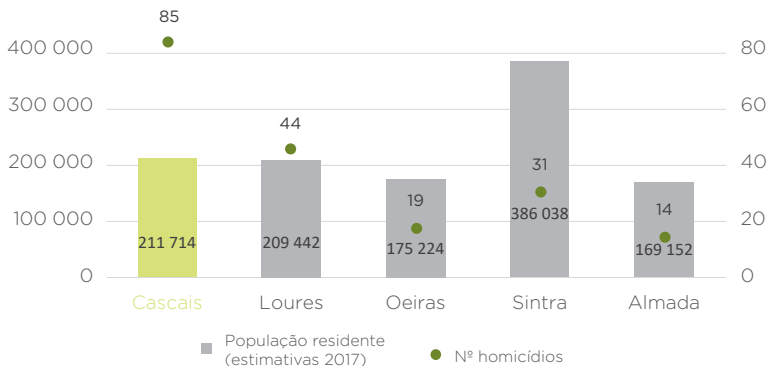
Homicídios por negligência em acidentes de viação registados nos últimos 7 anos

2010 - 2017

Cascais apresenta valores significativamente mais elevados que os restantes municípios no que respeita aos homicídios decorrentes de acidentes de viação (85). Refira-se contudo que Cascais e Oeiras são os únicos municípios onde não há registos deste crime desde 2010.

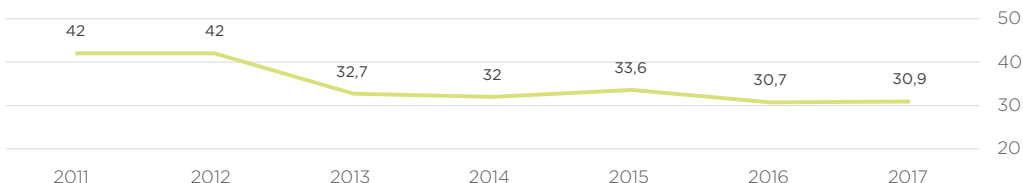
Homicídios por negligência em acidentes de viação entre 2007 e 2017 e população residente (Nº)

DGPJ; INE - Estimativas da população para 2017



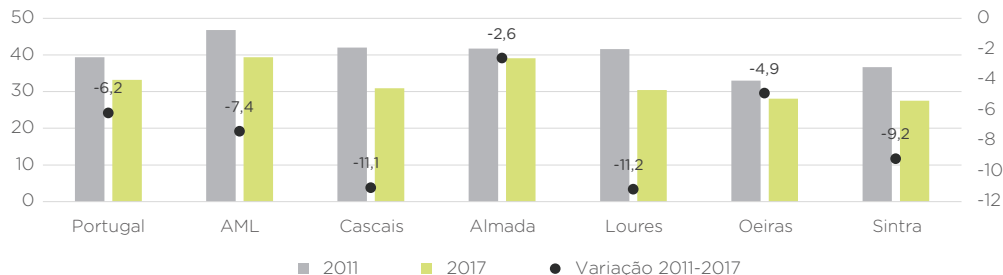
Evolução da taxa de criminalidade (%), Concelho de Cascais

DGPJ/MJ; INE



Taxa de criminalidade (%) em 2011 e 2017 e sua variação (%)

DGPJ/MJ; INE

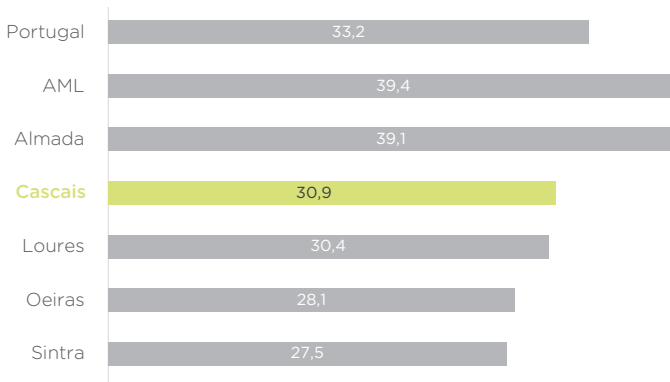


Em 2017, Cascais apresenta uma **taxa de criminalidade** de 30,9%. Este valor é inferior a Portugal e à AML, mas superior à maioria dos municípios comparáveis.

Num contexto generalizado de diminuição das taxas de criminalidade, cascais destaca-se pela diminuição deste indicador entre 2011 e 2017 (-11,1%), apenas comparável com a diminuição verificada no concelho de Loures.

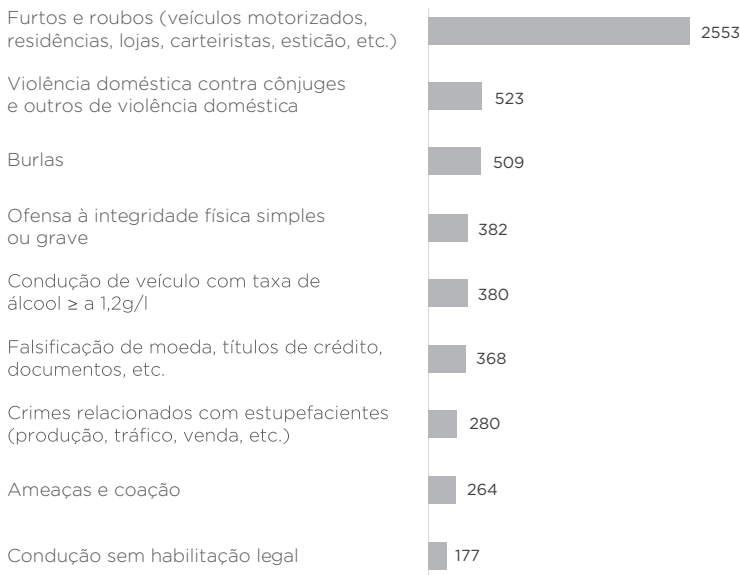
Taxa de criminalidade (%)

DGPJ/MJ; INE, 2017



Crimes mais frequentes (Nº), Cascais

DGPJ, 2017



-11,1%

Queda acentuada da taxa de criminalidade em Cascais

2011 a 2017

31%

Taxa de criminalidade

2017

53%

Crimes contra o património

2017

22%

Crimes contra as pessoas

2017

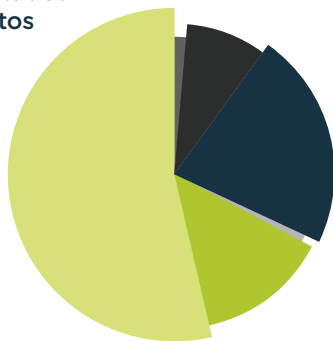
39%

Crimes registados por categoria (N.º) e peso face ao total (%), Cascais

DGPJ, 2017

Dos crimes registados são roubos e furtos

2017



- Crimes contra o património - 3 481 - 53%
- Crimes contra as pessoas - 1 438 - 22%
- Crimes contra a vida em sociedade - 892 - 14%
- Crimes previstos em legislação avulsa - 553 - 8%
- Crimes contra o Estado - 103 - 2%
- Crimes contra animais de companhia - 42 - 1%

3.2 Tolerância e respeito**a) Como se vive a diversidade em Cascais?**

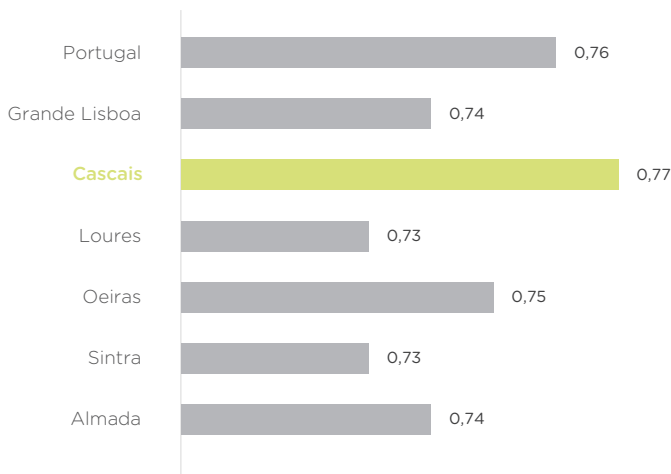
0,77

Índice de diversificação social (N.º)

INE, Censos 2011

Cascais com elevado índice de diversificação social

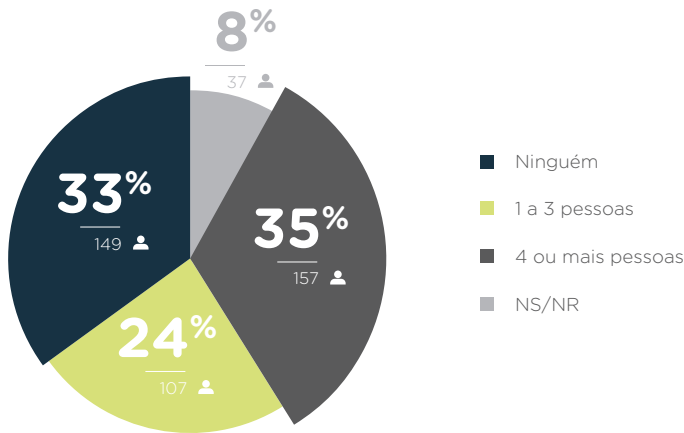
2011



Índice de diversificação social: reflete o grau de diversificação tendo em conta o peso dos vários grupos socioeconómicos na população de uma unidade territorial. Varia entre 0 (especialização máxima) e 1 (diversificação máxima).

“Na minha rede de amigos, existem pessoas de classes sociais diferentes” (% e Nº), Cascais

Inquérito telefónico a municípios, CEDRU, 2016



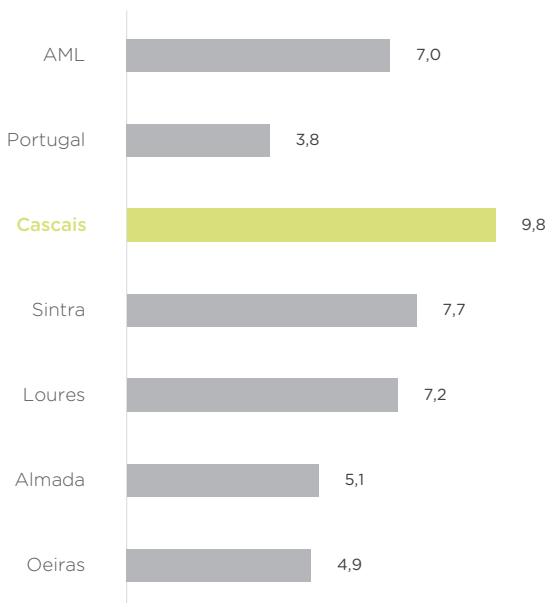
33%

Dos municípios não tem amigos de classes sociais diferentes.

2016

População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente

INE - Estimativas Anuais da População Residente para 2016; SEF/MAI, 2016



9,8%

Cascais com elevado peso de estrangeiros.

2016

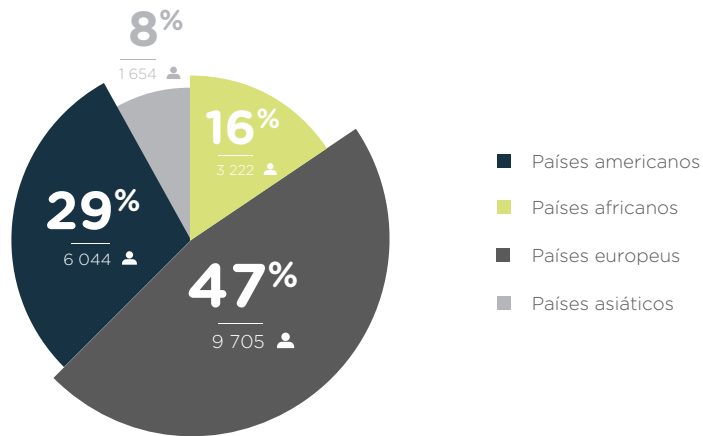
20 653

População estrangeira com estatuto legal de residente por grupos de nacionalidades, (% e N°), Cascais

INE, 2016

Estrangeiros em Cascais, dos quais, 47% são nacionais de países europeus

2016



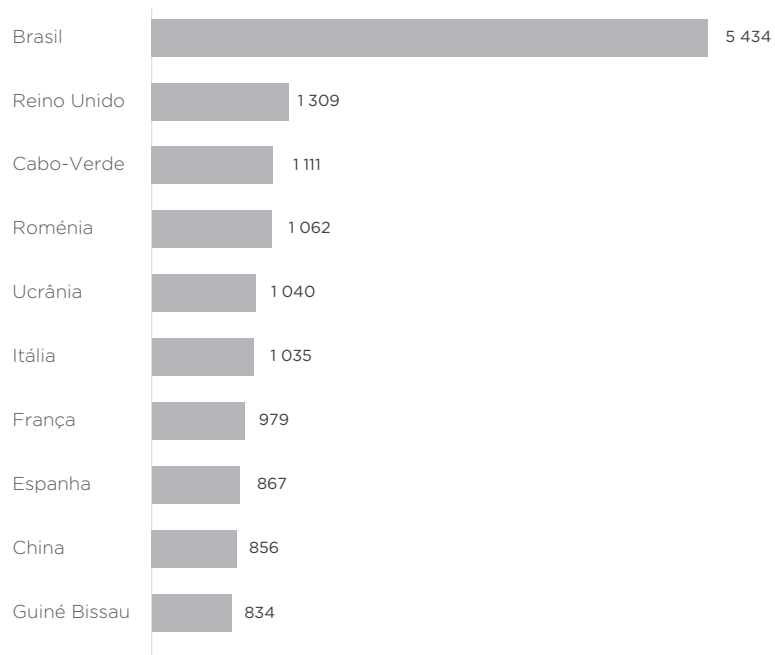
26%

Principais nacionalidades da população estrangeira com estatuto legal de residente (N°), Cascais

INE, 2016

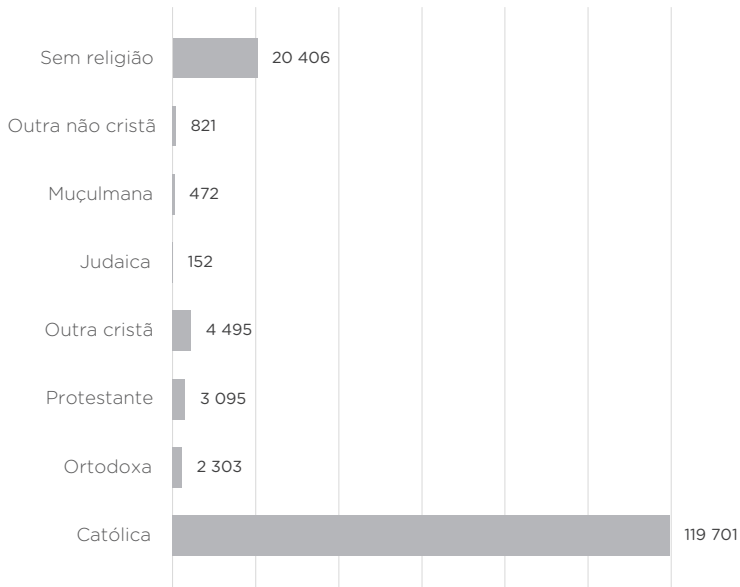
Dos estrangeiros têm nacionalidade brasileira.

2016



Religião da população com mais de 15 anos (Nº), Cascais

INE, 2011



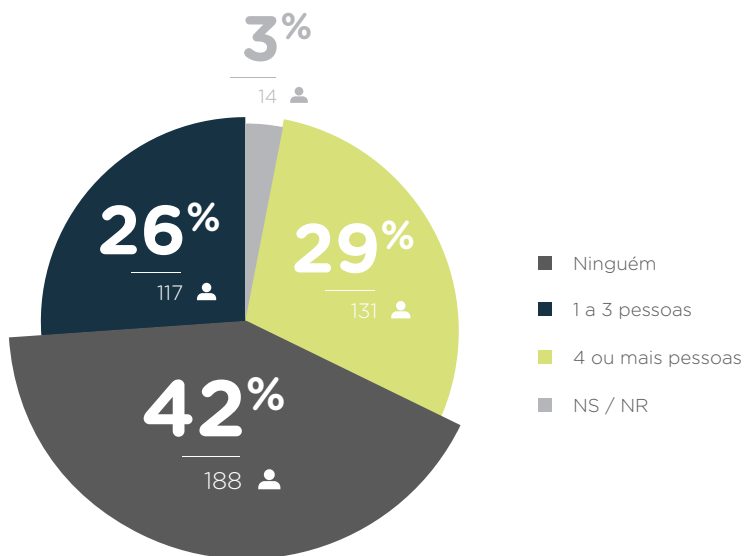
8%

Da população professa religiões diferentes da católica.

2011

“Na minha rede de amigos, existem pessoas de nacionalidade diferente” (% e Nº), Cascais

Inquérito telefónico a munícipes, CEDRU, 2016



42%

Dos munícipes não têm amigos de nacionalidade diferente

2016

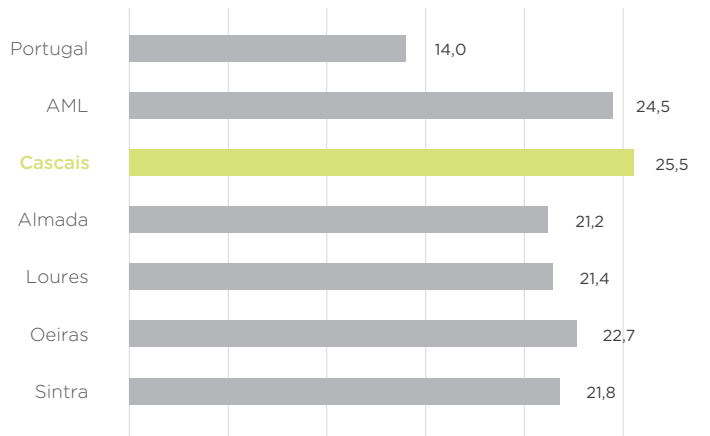
25,5%

Dos casamentos celebrados foram entre uma pessoa portuguesa e uma estrangeira

2017

Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira (%), Cascais

INE, 2017



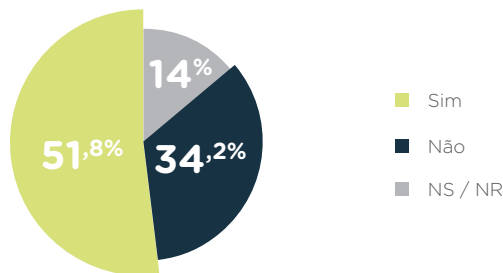
52%

Dos municípios valoriza a presença de imigrantes no concelho

2016

“Considero uma mais-valia para a sociedade a existência de imigrantes a residir no concelho” (%), Cascais

Inquérito telefónico a municípios, CEDRU, 2016



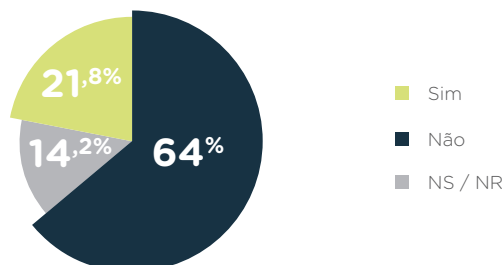
22%

Dos municípios já assistiu a situações de discriminação ou racismo

2016

“Já presenciei situações de discriminação/racismo no Concelho de Cascais” (%), Cascais

Inquérito telefónico a municípios, CEDRU, 2016



Dificuldades da população residente por tipo de dificuldade (Nº), Cascais

INE, Censos 2011

Número de pessoas que têm dificuldade ou não conseguem:		
5 568	6 960	7 703
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Ouvir
10 255	13 498	5.568
Memória ou concentração	Andar ou subir degraus	Ver

14%

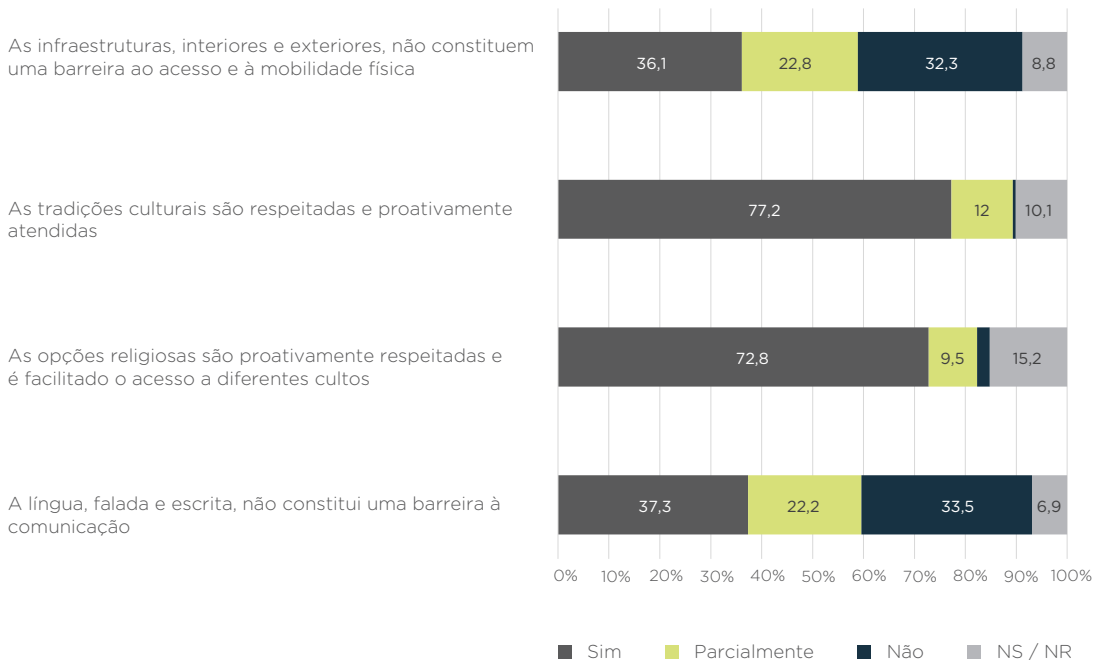
Da população tem dificuldade ou incapacidade total em realizar ações cognitivas ou físicas essenciais ao dia a dia

2011

As **barreiras arquitetónicas** e questões linguísticas constituem os principais obstáculos ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento.

“Atendendo ao universo de cidadãos com quem a sua entidade trabalha, considera que estão reunidas as condições para que todos se sintam tratados de igual forma?” (%), Cascais

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



IV.

Coesão Social

por Áreas de Vida

4.	RENDIMENTO	92
4.1	Desigualdades na distribuição de rendimentos e evolução do volume de rendimentos	92
4.2	Evolução das prestações sociais	100
4.3	Padrão de despesas	110
4.4	Impactes da redução dos rendimentos na vida das pessoas	116
4.5	Trajétórias de mobilidade social	122
5.	EMPREGO	125
5.1	Desemprego e acesso ao emprego	125
5.2	Situações de precaridade laboral e públicos afetados	136
5.3	Valores e competências reconhecidas pelos empregadores	141
5.4	Expectativas dos jovens relativamente ao emprego	144
6.	EDUCAÇÃO	146
6.1	Oferta educativa e condições de acesso à educação	146
6.2	A diversidade social e cultural nas escolas	161
6.3	A participação de alunos e encarregados de educação	166
6.4	A confiança dos encarregados de educação no sistema educativo e professores	168
7.	HABITAÇÃO, URBANISMO E ACESSIBILIDADES	172
7.1	Caracterização do parque habitacional	172
7.2	Condições de habitabilidade	178
7.3	Valor do mercado habitacional	181
7.4	Habitação social	186

7.5	Viver num bairro social estigmatizado	193
7.6	Utilização do espaço público	197
7.7	Uso e cobertura da rede de transportes	200

8. SAÚDE 206

8.1	Oferta em saúde e acesso à saúde	206
8.2	A incidência das doenças mentais	222
8.3	Formas de apoio para doentes crónicos ou de mobilidade reduzida e para os cuidadores informais	226

9. CONSUMO E ALIMENTAÇÃO 230

9.1	Padrão de consumo alimentar	230
9.2	Respostas na área alimentar	235

10. CULTURA E LAZER 240

10.1	Oferta cultural: atividades culturais, de lazer e físicas	240
10.2	O papel das organizações na promoção da diversidade cultural	246
10.3	O papel dos atores locais na promoção da cultura	251

11. INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 257

11.1	Uso de tecnologias de informação	257
11.2	Organizações: canais de comunicação e valores comunicados	263

4. Rendimento

4.1 Desigualdades na distribuição de rendimentos e evolução do volume de rendimentos

De uma forma geral, os rendimentos dependem da situação laboral dos membros do agregado familiar: no caso dos trabalhadores por conta de outrem o salário é a componente mais importante do rendimento, enquanto que para os trabalhadores por conta própria as receitas da atividade profissional serão a principal fonte de rendimentos.

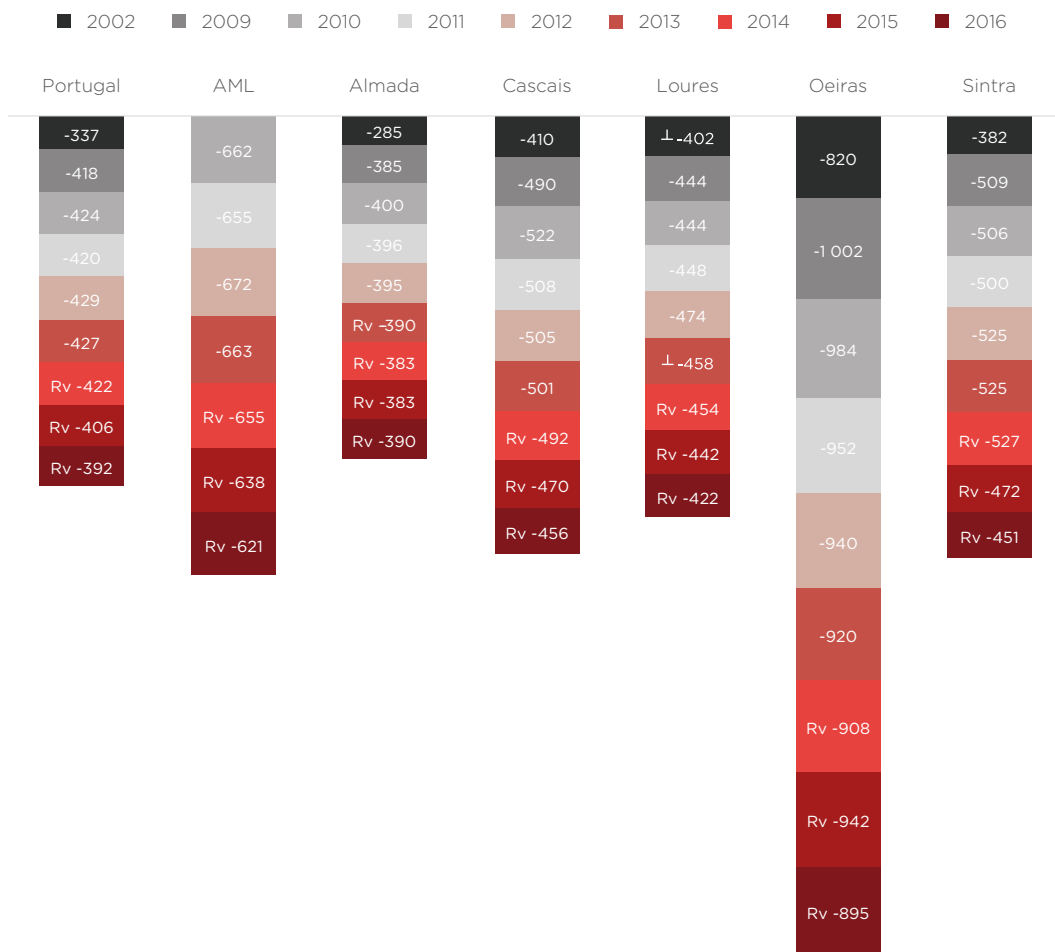
Os desempregados têm, em geral, acesso ao subsídio de desemprego e os trabalhadores reformados recebem, em regra, uma pensão de reforma ou invalidez, se for o caso. Podem ainda existir rendimentos provenientes de património existente ou de prestações sociais como os abonos de família para agregados familiares com filhos, o CSI - Complemento Social para Idosos ou o RSI - Rendimento Social de Inserção, entre outros.

A capacidade das famílias para fazerem face às despesas necessárias (pagamento de bens e serviços considerados essenciais como a alimentação, a habitação, o vestuário ou as despesas com saúde e educação) ou supérfluas (pagamento de bens e serviços destinados à satisfação de desejos como a aquisição de últimos modelos de vestuário, calçado ou tecnologias) depende do orçamento familiar existente e da habilidade para o gerir eficazmente.

Para se compreender as opções e necessidades de consumo é fundamental começar por conhecer o nível de rendimento auferido. Este é bastante desigual entre a população portuguesa o que faz com que Portugal, independentemente do indicador de desigualdade dos rendimentos monetários selecionado, seja um dos países com mais desigualdades da União Europeia. Os salários e ordenados são a componente de rendimento monetário que mais contribui para a desigualdade total. Interessa, portanto, perceber como e onde se posiciona Cascais relativamente ao rendimento oriundo do trabalho e às assimetrias que daí decorrem.

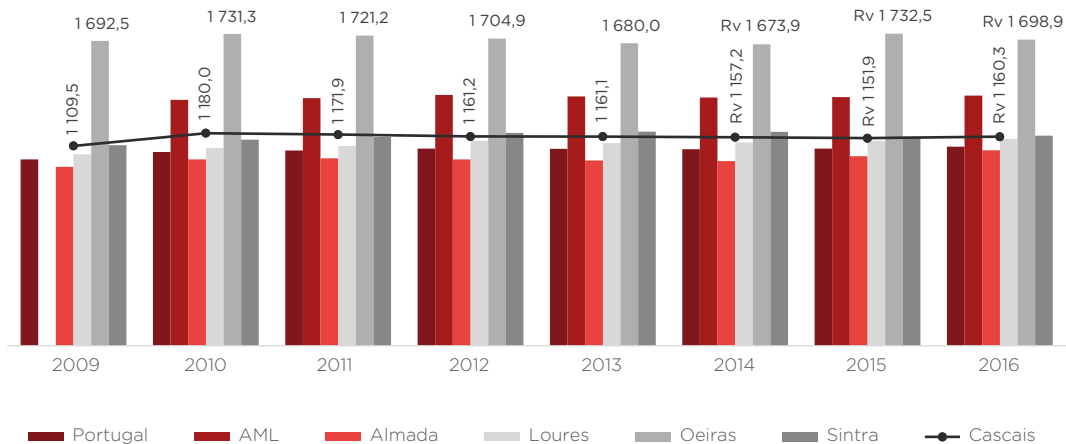
Cascais sempre apresentou diferenças entre os ordenados mínimo e médio menores do que as verificadas na AML, mas acima das apuradas no país e restantes municípios comparáveis à exceção de Oeiras que regista as maiores amplitudes e por conseguinte desigualdades. Após um período de crescimento do diferencial entre o **salário mínimo nacional** e a **remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem** que trabalham em Cascais que alcançou os 522 euros em 2010, tem-se assistido a uma aproximação que culminou nos 456 euros em 2016.

Diferença entre o salário mínimo nacional e a remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€), vários anos, INE



O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem residentes em Cascais cresceu entre 2002 e 2010, ano em que atingiu o valor mais elevado - 1.180,0€, tendo decrescido a partir daí embora com oscilações pouco acentuadas até chegar aos 1.160,3€ em 2016. Cascais apresenta uma dinâmica próxima do país e municípios comparáveis, mas ainda longe de Oeiras e AML.

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€), por localização geográfica, vários anos, PORTATA



Uma **análise por género** é reveladora das desigualdades de rendimentos existentes entre os homens empregados e as mulheres empregadas por conta de outrem, com clara desvantagem para as mulheres.

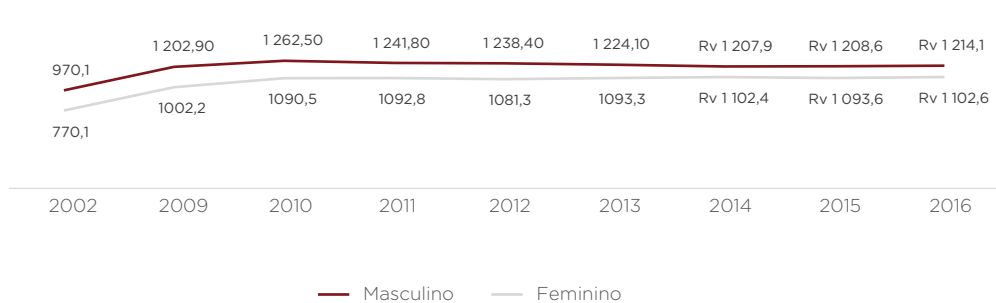
O município de Oeiras apresenta as maiores disparidades entre sexos enquanto que Cascais apresenta para quase todos os anos em análise as diferenças mais reduzidas entre homens e mulheres no conjunto dos municípios comparáveis, AML e país.

O ano de 2013 é aquele onde a disparidade de rendimentos tende a dissipar-se, sobretudo em Cascais, observando-se um maior equilíbrio entre os rendimentos de homens e mulheres o que concorre de forma natural para a consolidação da coesão social.

Ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem (€), género masculino e feminino, por localização geográfica, vários anos, PORDATA

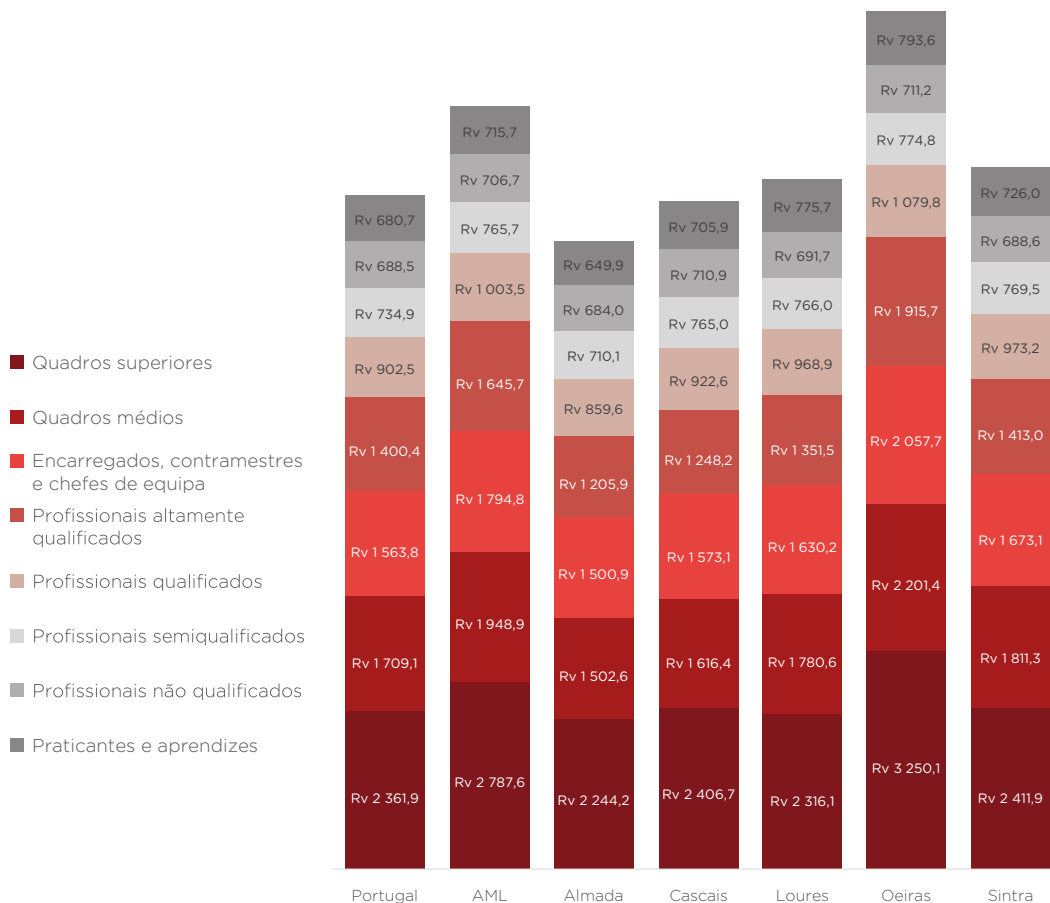


Ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem (€), género masculino e feminino, Cascais, vários anos, PORDATA

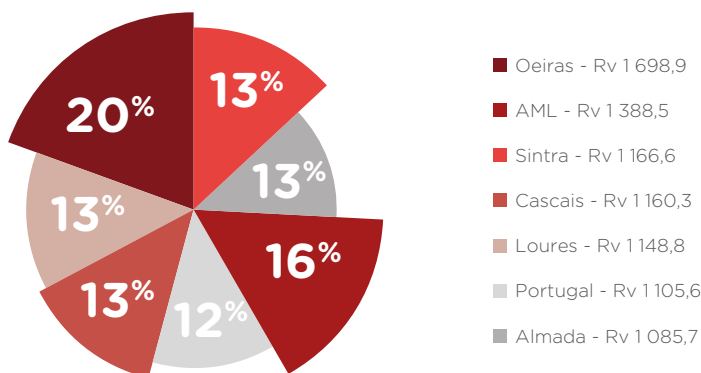


Entre 2002 e 2016, observa-se mesmo uma diminuição das **desigualdade entre géneros** em Cascais: de uma diferença média de cerca de 200 euros entre os ganhos dos homens face aos das mulheres em 2002, passou-se para 111 euros em 2016. Concorreu para esta atenuação o aumento dos ganhos médios de 2002 para 2016 que no caso das mulheres corresponde a mais 332,5 euros e no dos homens a mais 244 euros. No entanto, registam-se oscilações ao longo do tempo, em 2010 os ganhos médios dos trabalhadores do sexo masculino (1.262,50 euros) eram superiores aos ganhos em 2016 e no caso das mulheres em 2011 ganhavam em média 1.092,8 euros face aos 1.102,6 euros em 2016.

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€), por nível de qualificação, por localização geográfica, 2016, PORDATA



Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (% e N°), por localização geográfica, 2016, PORDATA



Em 2016, os **trabalhadores por conta de outrem** em Cascais ganhavam em média 1.160,3 euros, valor ligeiramente acima da média nacional - 1.105,6 euros. Comparativamente com os outros municípios, apenas apresentavam ganhos médios superiores aos trabalhadores de Almada e Loures ficando atrás de todos os outros municípios.

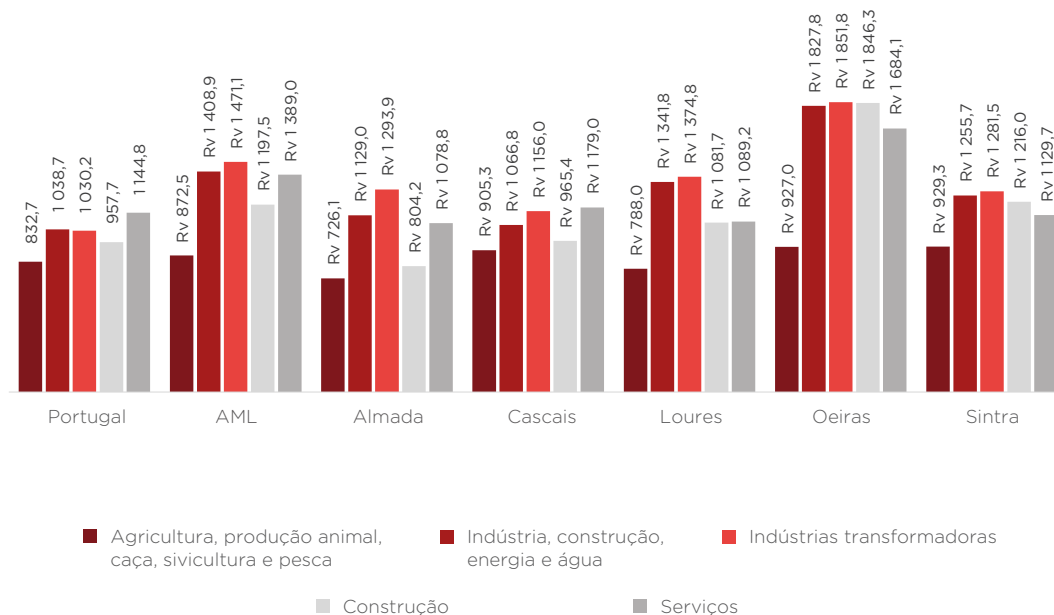
Os profissionais de Cascais nos **níveis de qualificação** “quadros superiores” e “profissionais altamente qualificados” apresentavam ganhos médios superiores à média nacional, enquanto que os profissionais de todos os outros níveis de qualificação exibiam ganhos médios inferiores.

Em Cascais, o diferencial entre a categoria mais bem paga (quadros superiores - 2.406,7 euros) e a menos bem paga (neste caso praticantes e aprendizes - 705,9 euros) era de 1.700,8 euros. Este diferencial encontra-se apenas atrás do registado para a AML (2.071,9 euros) e Oeiras (2.456,5 euros).

A análise do ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem, por **setor de atividade**, permite concluir que os trabalhadores do setor primário (agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca) são os que menos ganham em todos os territórios em análise, enquanto que os trabalhadores das indústrias transformadoras são aqueles que ganham mais com exceção do país (diferença residual face à Indústria, construção, energia e água) e do concelho

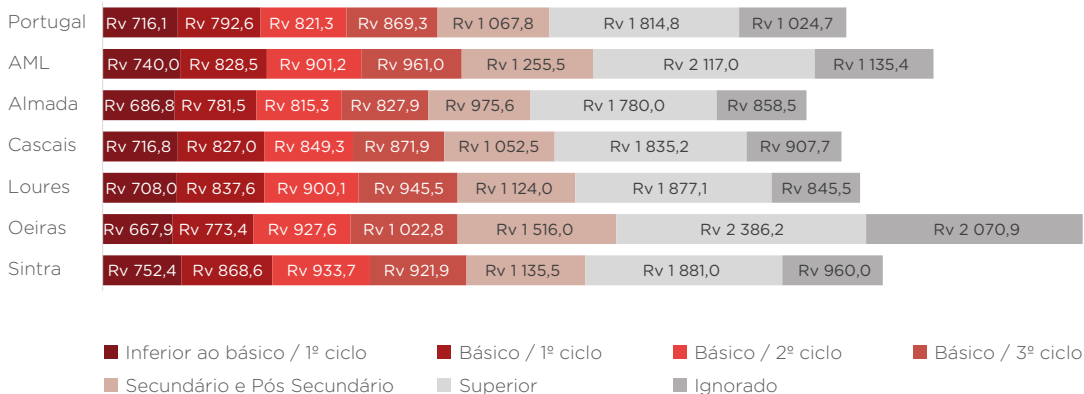
de Cascais onde os trabalhadores dos Serviços são aqueles que em média ganham mais. Cascais é também um dos territórios onde as disparidades entre setores de atividade são menos acentuadas.

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€), por setor de atividade económica, por localização geográfica, 2016, PORDATA

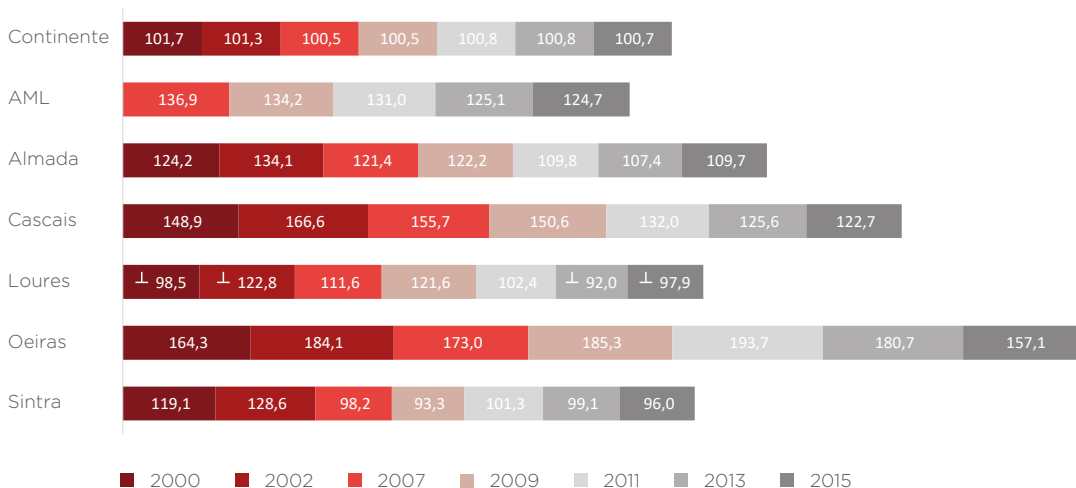


No que respeita ao **nível de escolaridade** são os empregados com nível superior os que auferem os rendimentos mais elevados (Oeiras 2.386,2 euros e AML 2.117,0 euros) sem exceção. Cascais é um dos municípios onde os trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos (inferior ao ensino básico) em média ganham mais mensalmente (716,8 euros), salvo os trabalhadores da AML (740,0 euros) e Sintra (752,4 euros). Por outro lado, é o município onde os trabalhadores com níveis de escolaridade ao nível do ensino secundário e pós secundário ganham menos (1.052,5 euros), apenas à frente de Almada (975,6 euros).

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€), por nível de escolaridade, por localização geográfica, 2016, PORDATA



Indicador per capita do poder de compra (€), por localização geográfica, vários anos, INE



A análise do **indicador per capita do poder de compra**⁽¹⁾ revela que em 2015 Cascais (122,7 euros) encontrava-se numa situação vantajosa relativamente a todos os municípios comparáveis com exceção de Oeiras (157,1 euro) e muito próximo da AML (124,7 euros). De referir que só em 2015 é que o poder de compra per capita na AML ultrapassou o de

(1) O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

Cascais e apenas Loures e Sintra tinham um poder de compra per capita inferior à média nacional (cerca de 89% dos 308 municípios portugueses apresentam um poder de compra inferior à média nacional). Na realidade, metade dos municípios da AML não atingiram a média nacional em 2015, mas ainda assim, a AML (juntamente com a AMP) concentravam mais de metade do poder de compra manifestado no território nacional.

Uma análise evolutiva (deve ser tida alguma precaução na comparação temporal deste indicador, pois valores distintos podem da utilização de um conjunto de variáveis de base na construção do indicador não totalmente coincidentes) revela algumas oscilações entre 2002 e 2009 em alguns municípios e uma tendência negativa a partir de 2011 para todos os territórios em análise. No caso de Cascais a diminuição do poder de compra per capita observa-se a partir de 2002, altura em que assinalou o valor mais elevado (166,6 euros), registando em 2015 menos 43,9 euros, sendo o município que apresenta o decréscimo mais acentuado. O Município de Oeiras destaca-se por ser o município com maior poder de compra per capita embora tenha também registado uma quebra que em 2015 concorreu para a diminuição da desigualdade face a Cascais resultando, ainda, numa aproximação entre as diferentes unidades.

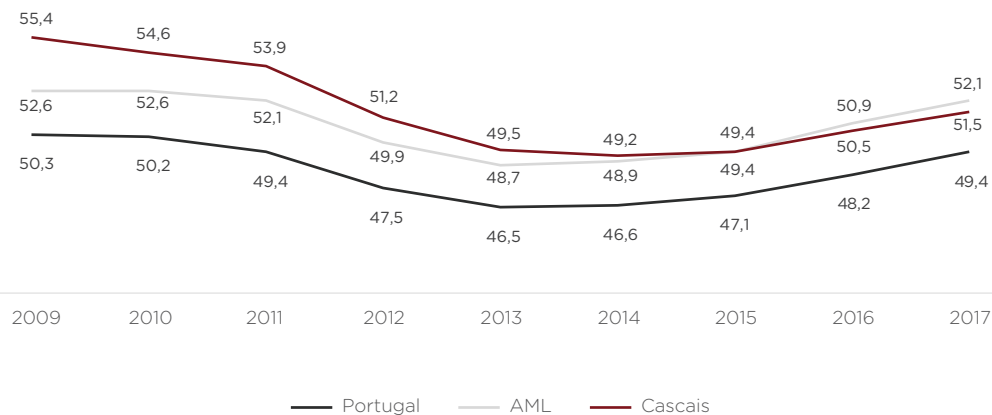
4.2 Evolução das prestações sociais

No âmbito da análise dos rendimentos importa conhecer a proporção da população que recebe **prestações sociais da Segurança Social gerais ou complementares ao rendimento**. A noção de que as transferências sociais complementares ao rendimento contribuem para minimizar os riscos de situações de pobreza e para promover a autonomia dos indivíduos e das famílias são corroboradas por vários estudos nacionais e internacionais.

A proporção de **trabalhadores que contribuem para a Segurança Social** no total da população residente com ≥ 15 anos, em 2017 no concelho de Cascais, era de 51,5%, valor em linha com o registado para a AML (52,1%) e ligeiramente acima do observado para o país (49,4%). Esta proporção assinala um ligeiro aumento face a 2014 (49,2%) depois de uma progressiva diminuição que teve início em 2009, ano em que Cascais com 55,4% de beneficiários ativos detinha um peso mais elevado do

que a AML (52,6%) e Portugal (50,3%). A diminuição do peso dos contribuintes tem impacto nos fundos da segurança social já que são estes que gerem as contribuições sociais e os pagamentos das prestações sociais, como as pensões de reforma, de invalidez ou de sobrevivência, o abono de família ou o subsídio de desemprego.

Beneficiários ativos da Segurança Social no total da pop. residente com ≥ 15 anos (%), por localização geográfica, vários anos, PORDATA



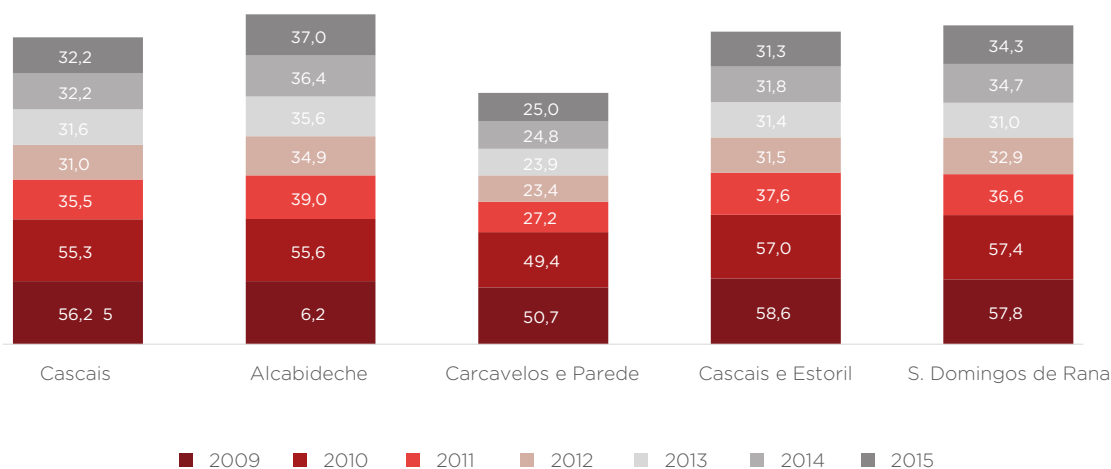
Uma análise desagregada do peso dos beneficiários das prestações sociais por freguesia, entre 2009 e 2015, permite perceber que há desigualdades territoriais e oscilações ao longo do tempo:

Prestação relativa a **ENCARGOS COM CRIANÇAS E JOVENS**:

- O peso dos beneficiários com **subsídio por abono de família** é o mais elevado do conjunto de prestações sociais em análise, tendo chegado a atingir valores acima dos 57% em 2009 e 2010. No entanto, esta prestação social apresenta uma tendência clara de diminuição nos anos seguintes: passou dos 56,2% concelhios em 2009 para os 32,2% em 2015. O mesmo se verifica em todas as freguesias o que pode ser parcialmente explicado pelas alterações no cálculo desta prestação social complementar. Alcabideche com a menor descida (37%) e S. Domingos de Rana (34,3%) eram, em 2015, as freguesias com maior

peso de beneficiários no total da população, sendo também aquelas onde há registo de maior concentração de crianças e jovens. A União de Freguesias de Cascais e Estoril que em 2009 tinha o maior peso de beneficiários desta prestação (58,6%) foi a que registou a maior diminuição com menos 27,3 p.p. (31,3%).

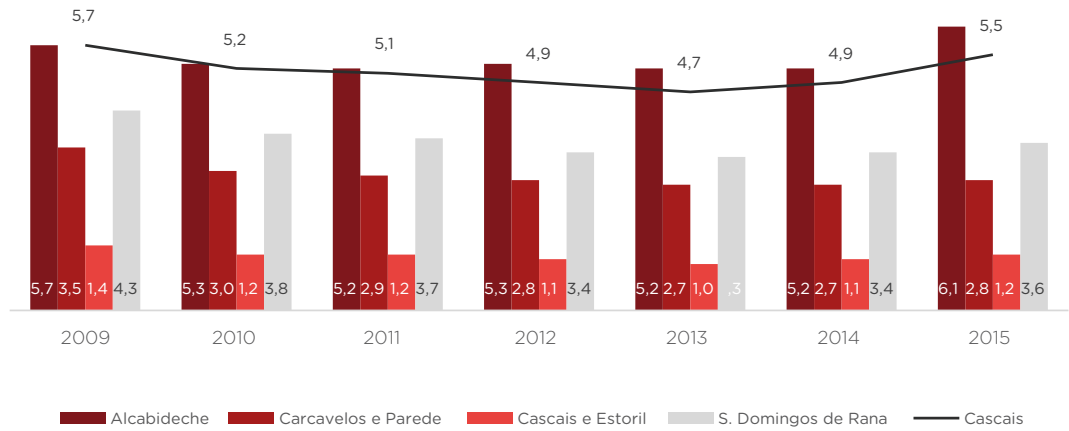
Beneficiários de prestações sociais relativas a encargos com crianças e jovens, complementares ao rendimento no total da população (%), Cascais, vários anos, Segurança Social



Prestações relativas a **DOENÇA**:

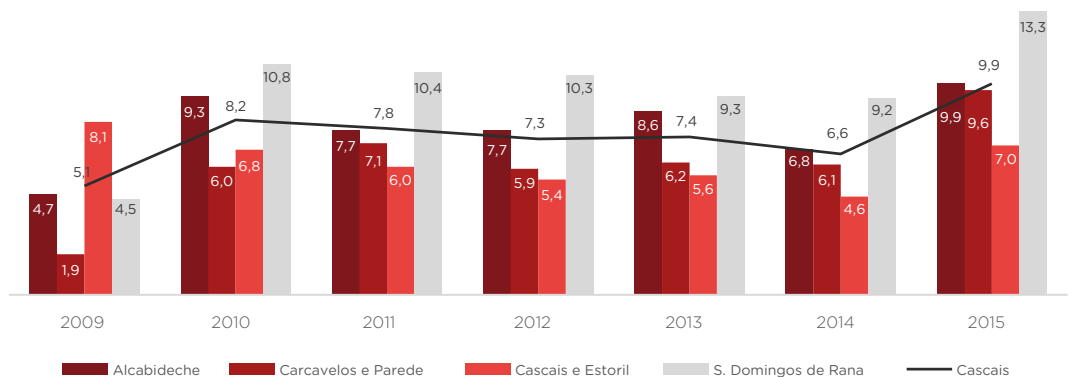
- O peso dos beneficiários do **subsídio por prestação de doença** teve um decréscimo progressivo em todas as freguesias até 2013 (passou de 5,7% em 2009 para 4,7% - concelho) para voltar a subir até aos 5,5% em 2015, mas com um peso inferior a 2009. A freguesia de Alcabideche foi a única que assinalou um crescimento superior face a 2009 (dos 5,7% passou para os 6,1%) e é aquela que detém o maior peso de beneficiários desta prestação em todos os anos em análise e no concelho.

Beneficiários de prestações sociais relativas a doença (subsídio por prestação de doença), complementares ao rendimento no total da população (%), vários anos, Cascais, Segurança Social



- No **subsídio por assistência a filho** o peso dos beneficiários é claramente superior em 2015 (9,9%) ao registado em 2009 (5,1%), com destaque para a elevada proporção de beneficiários em São Domingos de Rana que aumentaram cerca de 8,8 p.p., passando da 2ª posição com um peso de 4,5% para a primeira com 13,3%.

Beneficiários de prestações sociais relativas a doença (subsídio por assistência a filho), complementares ao rendimento no total da população (%), vários anos, Cascais, Segurança Social

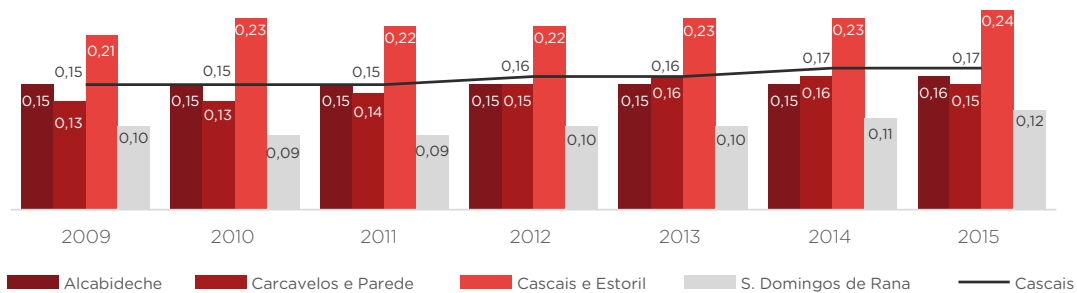


Prestação relativa a DEFICIÊNCIA:

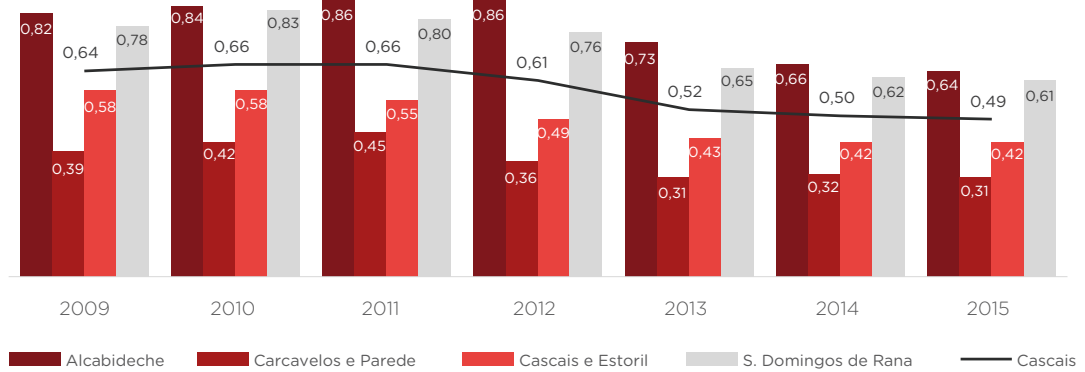
- O peso dos beneficiários com **bonificação por deficiência** abrangia em 2015 apenas 0,49% da população concelhia e uma tendência decrescente face a 2009 (menos 0,15 p.p.). Esta prestação que pode acumular com o abono de família para crianças e jovens é uma bonificação do abono de família para crianças e jovens com deficiência com idade inferior a 24 anos. No panorama concelhio o destaque vai, uma vez mais, para Alcabideche (0,64%) e S. Domingos de Rana (0,61%) com o maior peso de beneficiários desta prestação social.

- Com uma proporção ainda menor - 0,17% da população concelhia, o **subsídio mensal vitalício** que desde 2017 passou a ser designado de “prestação social para a inclusão”, assinalou, no entanto, um ligeiro crescimento (passou de 0,15% para 0,17%) e um padrão territorial diferente do anterior sendo mais elevado na União de Freguesias de Cascais Estoril (0,24%). Esta prestação destina-se a residentes com 18 ou mais anos e com deficiência que resulte num grau de incapacidade igual ou superior a 60% e não acumula com a prestação anterior.

Beneficiários de prestações sociais relativas a deficiência, complementares ao rendimento no total da população - bonificação por deficiência (%), Cascais, vários anos, Segurança Social



Beneficiários de prestações sociais relativas a deficiência, complementares ao rendimento no total da população - subsídio mensal vitalício (%), Cascais, vários anos, Segurança Social



Prestação relativa a **DEPENDÊNCIA**:

- O **subsídio por assistência a terceira pessoa** destinado a pessoas (crianças ou adultos) com deficiência que necessitem de acompanhamento permanente de uma 3.ª pessoa é a prestação com menor expressão no conjunto das prestações sociais em análise em todos os anos (0,13% em 2015) e aquela que apresenta menores desequilíbrios entre freguesias: 0,12% na União de Freguesias de Carcavelos e Parede e em S. Domingos de Rana e 0,14% em Alcabideche e na União de Freguesias de Cascais e Estoril.

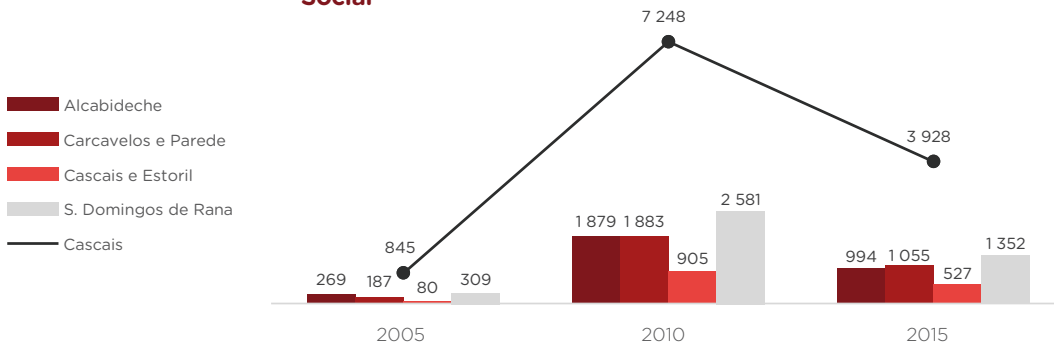
Prestação relativa a **CARÊNCIA SOCIOECONÓMICA**:

- Para os indivíduos e famílias com poucos ou nenhuns rendimentos o **Rendimento Social de Inserção (RSI)** é um apoio, constituído por uma prestação em dinheiro, que permite satisfazer as necessidades básicas, ao mesmo tempo que é acompanhado por um programa de inserção que deverá promover a integração social e profissional. O valor médio mensal do RSI era de 100,9€ em 2015, valor esse superado nos anos 2009, 2010, 2011 e 2012. O valor médio concelhio mais baixo registou-se em 2006 (80,2€) e o mais elevado em 2010 (110,2€). Nesse mesmo ano, a União de Freguesia de Cascais Estoril e a freguesia de S. Domingos de Rana alcançaram os valores médios

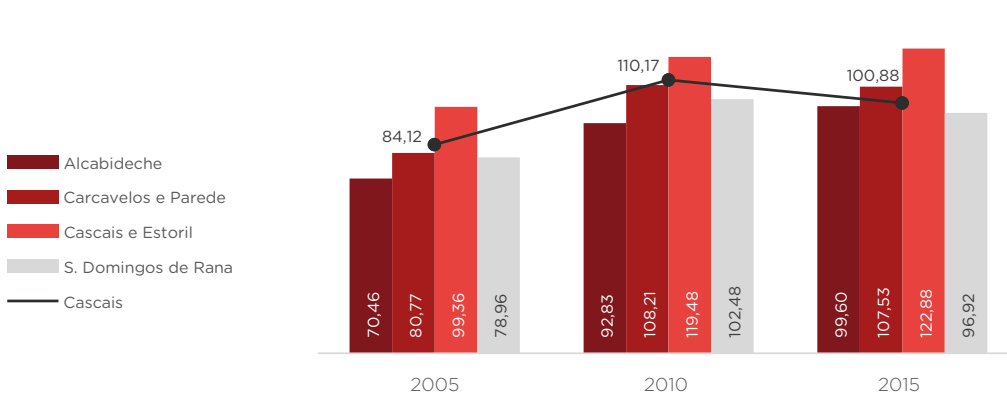
mais altos: 108,2€ e 102,4€, respetivamente. Já as outras duas freguesias atingiram os valores médios mais elevados em 2015 (99,6€ Alcabideche e 122,9€ União de Freguesia de Carcavelos e Parede). Apesar das variações ao longo do tempo, as freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana tendem sempre a apresentar os valores médios mensais processados mais baixos. Já no que diz respeito aos beneficiários desta prestação social a freguesia de S. Domingos de Rana (1.352) surge sempre destacada, seguida da União de Freguesias de Cascais Estoril (1.055) enquanto que a União de Freguesia de Carcavelos e Parede encontra-se no extremo oposto (527).

- Seguindo a tendência nacional, entre 2010 e 2015, Cascais registou menos 3.320 beneficiários de RSI (cerca de -46%) e a prestação diminuiu 9,29€ (-8%).

Beneficiários do RSI (Nº), Cascais, 2005, 2010 e 2015, Segurança Social

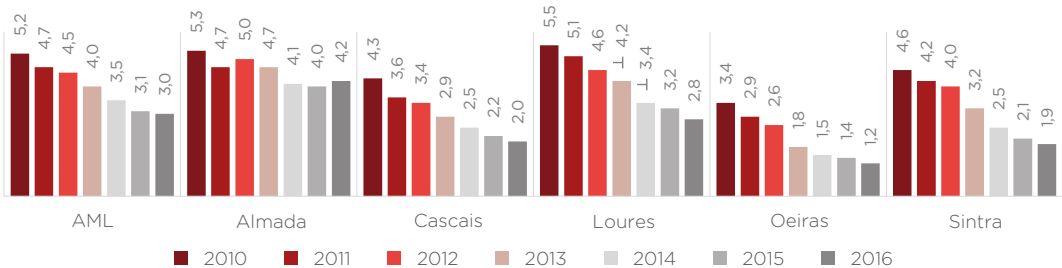


Valor médio do RSI (€), Cascais, 2005, 2010 e 2015, Segurança Social



- Uma análise no tempo e municípios comparáveis permite perceber que o peso dos beneficiários de RSI no total da população residente com 15 ou mais anos foi diminuindo gradual e progressivamente entre 2010 e 2016 em todos os territórios em análise, devido a alterações nas formas de acesso. No que respeita a Cascais, nos anos em destaque, apresenta uma situação vantajosa (menor carência) uma vez que a proporção de beneficiários de RSI é sempre inferior à observada na AML, Almada, Loures e Sintra (com exceção de 2015 e 2016, mas por 0,1 p.p.).

Beneficiários do RSI no total da população residente com ≥ 15 anos (%), por localização geográfica, vários anos, II/MTSS



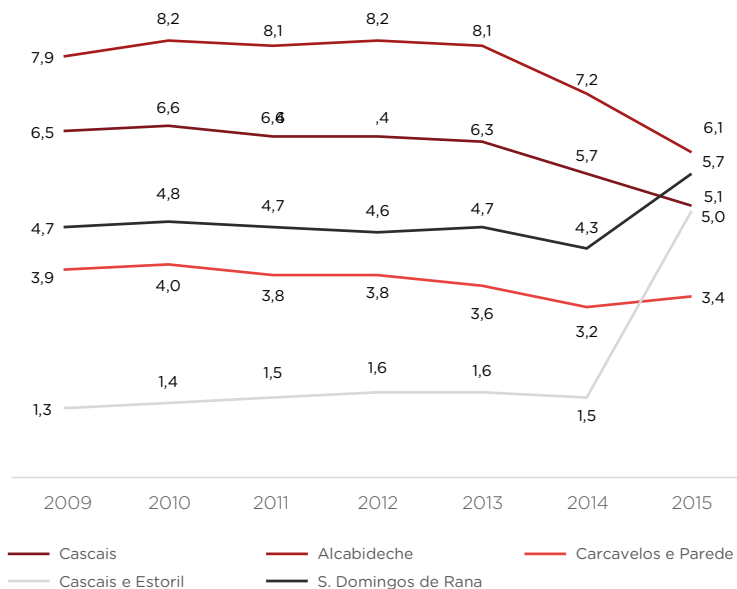
Prestação relativa a **REFORMA**:

- O **Complemento Solidário para Idosos (CSI)** beneficiava em 2015 um total de 5,1% dos idosos de Cascais com 65 ou mais anos, proporção esta inferior à observada em 2009 (6,5%) e anos seguintes. O maior peso de beneficiários desta prestação não contributiva encontravam-se nas freguesias de Alcabideche (6,1%) e S. Domingos de Rana (5,7%) que sendo as freguesias menos envelhecidas do concelho são, no entanto das mais vulneráveis o que poderá explicar estes valores. A mesma análise mas com valores absolutos revela que é na União de Freguesias de Cascais Estoril (a mais envelhecida do concelho) que se concentra o maior número de beneficiários desta prestação social (841 em 2010 e 651 em 2015) apesar de ser também a que apresenta a redução mais significativa nestes 5 anos.

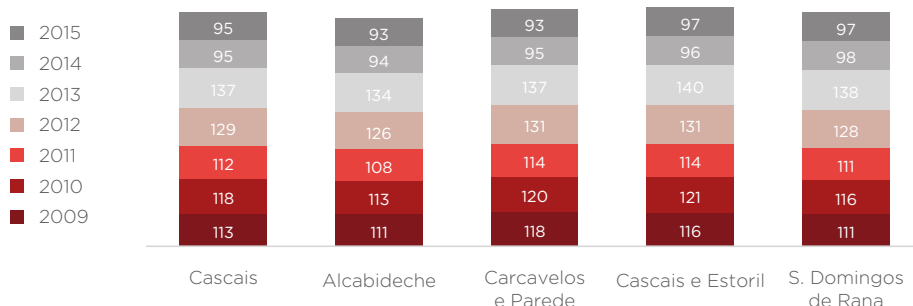
- O valor médio processado do CSI no concelho de Cascais diminuiu entre 2009 (113€) e 2015 (95€) depois de ter atingido o valor máximo de 137€ em 2013. O mesmo se observou ao nível das freguesias que para além

das oscilações temporais também apresentam algumas disparidades territoriais. Por exemplo, a União de Freguesia de Carcavelos e Parede que em 2009 registava o valor médio mensal mais elevado (118€) passou a registar o valor mais baixo (93€) a par da freguesia de Alcabideche enquanto que S. Domingos de Rana que detinham o valor médio mensal mais baixo (111€) em 2009 (com Alcabideche), passou a dominar (em linha com a União de Freguesias de Cascais Estoril) em 2015 com um valor médio de 97 euros.

Beneficiários do CSI no total da população (%), Cascais, vários anos, Segurança Social

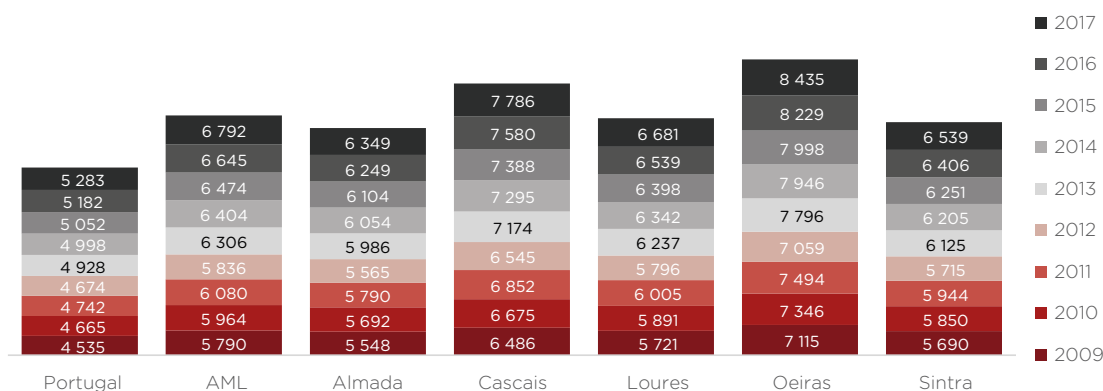


Valor médio mensal processado de CSI por freguesia do Concelho de Cascais e ano de processamento (€), vários anos, Segurança Social



A análise dos rendimentos nas pessoas mais velhas tem uma relevância acrescida já que se trata de um grupo com elevado risco de pobreza. É precisamente com o objetivo de colmatar situações de pobreza e exclusão social nos idosos que foram criadas e implementadas diversas iniciativas de política pública que passam por prestações sociais como o já referido Complemento Solidário para Idosos.

Valor médio anual das pensões da Segurança Social (€), por local de residência, vários anos, INE



O valor médio anual das **pensões da Segurança Social** apresenta uma evolução crescente para a série temporal 2009 – 2017 com exceção do ano 2012 onde se verifica uma ligeira quebra que é transversal a todos os municípios em análise, país e AML.

No caso de Cascais o valor médio anual das pensões foi sistematicamente superior (7.786€ em 2017) ao valor médio registado para Portugal (5.283€), AML (6.792€) e restantes municípios comparáveis com exceção de Oeiras (8.435€) que uma vez mais se destaca com valores claramente superiores.

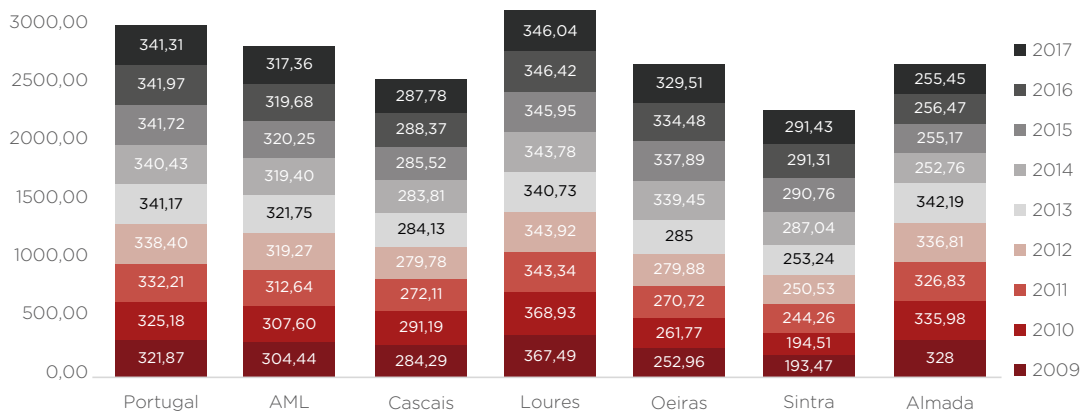
Uma conversão dos valores anuais em mensais (13 meses) permite perceber que o valor médio mensal das pensões em 2017 é inferior ao valor do Salário Mínimo nacional nesse ano (557€) em todos os territórios com exceção de Cascais (598,9€) e de Oeiras (648,8€).

O peso dos pensionistas por mil habitantes em idade ativa aumentou de forma progressiva e transversal a todos os territórios em análise entre 2011 e 2013, salvo uma pequena

diminuição observada em Loures nesse último ano. Já o ano de 2014 caracteriza-se por uma ligeira diminuição em Portugal, AML e Loures a que se contrapõe uma subida em todos os outros municípios.

Em 2017, Cascais beneficiava de um dos menores pesos no que respeita a pensionista da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa (287,78%), apenas à frente de Almada.

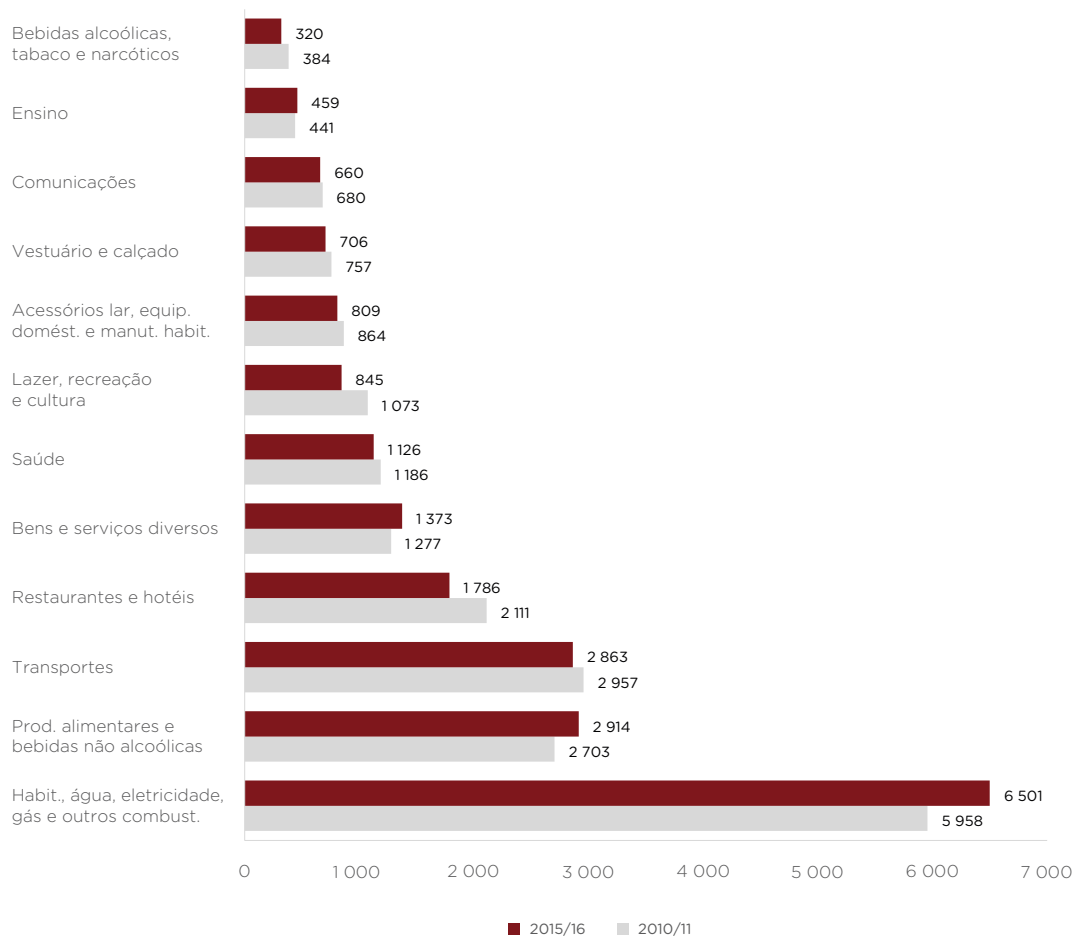
Pensionistas da Segurança Social por 1000 habitantes em idade ativa (%), por local de residência, vários anos, anual, INE



4.3 Padrão de despesas

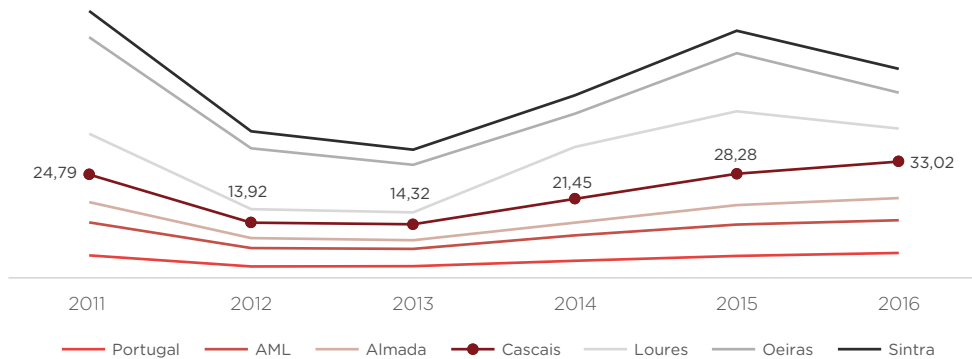
De acordo com os dados definitivos do Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016, a despesa total anual média dos agregados familiares foi de 20.363€, menos 28€ do que a despesa média obtida em 2010/2011 (20.391€). Em conjunto, as três principais componentes da despesa (habitação, alimentação e transportes) concentravam 60,3% da despesa total anual média das famílias residentes em Portugal em 2015/2016 ou seja mais 3,3 pontos percentuais (p.p.) relativamente ao início da década (57%).

Despesa total anual média por agregado (€) segundo a COICOP, 2010/2011 e 2015/2016, INE



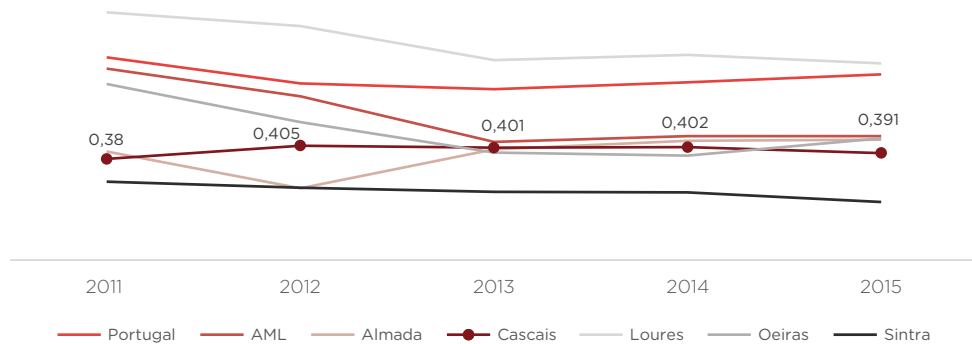
No que diz respeito aos **padrões de despesa das famílias** residentes em Cascais a informação disponível é bastante reduzida. Segundo os dados relativos à **aquisição de veículos** novos observou-se uma quebra generalizada no país, AML e restantes unidade territoriais desde o início da crise económica até 2013 (ano em que se reinicia a tendência de crescimento). Cascais que apresentou sempre valores acima dos registados no país e AML teve o menor volume de vendas por mil habitantes em 2012 (13,92%), mas em 2016 (33,02) superou as vendas de 2011 (24,79) e anos anteriores (2009 e 2010). Este indicador parece indicar uma retoma da económica concelhia, ainda que possa ser à custa do recurso ao crédito.

Veículos novos vendidos por 1000 habitantes (N.º), por local de residência, vários anos, INE



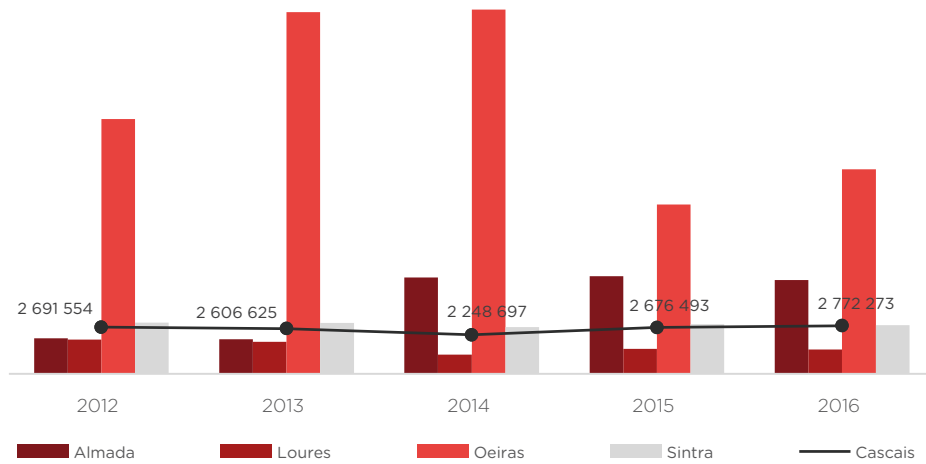
Na análise do **consumo de combustível automóvel** por habitante Cascais revela um padrão diferente em 2012 face às restantes unidades territoriais já que apresenta uma tendência crescente quando todas as outras seguem a tendência oposta. A partir de 2013 Cascais passa a estar em linha com a AML, Oeiras e Almada e abaixo de Portugal e Loures.

Consumo de combustível automóvel por habitante (tep/ hab.), por local de residência, vários anos, INE

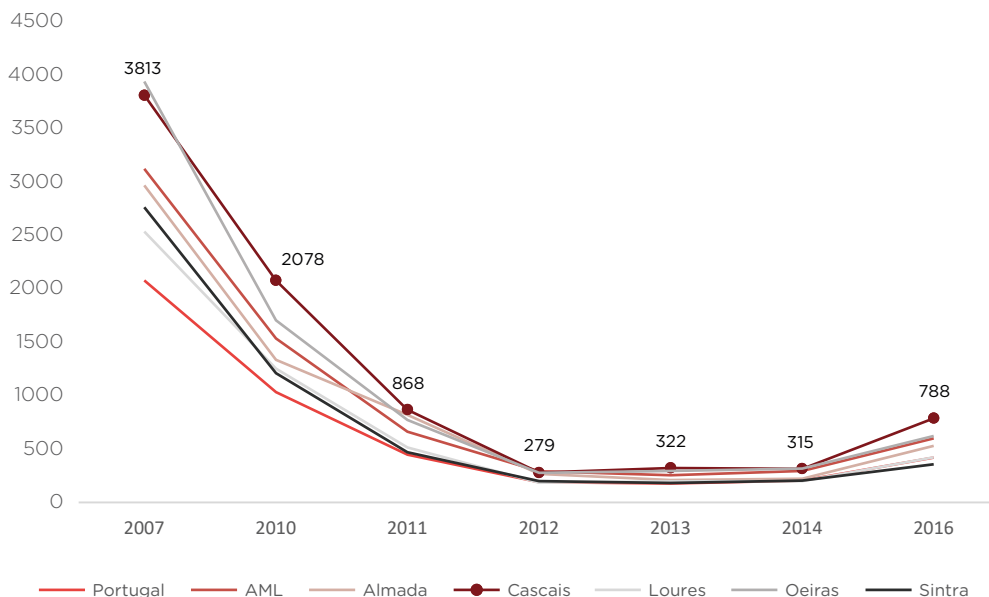


No domínio das finanças, relativamente aos **depósitos de clientes** nos estabelecimentos de outra intermediação monetária (bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo), também a crise económica e financeira se fez sentir de forma particularmente significativa, com uma diminuição dos valores depositados em Cascais a partir de 2010 - 3.915.762€, para atingir os 2.772.273€ em 2016, ou seja, menos 1.143.489€.

Depósitos de clientes (€) nos estabelecimentos de outra intermediação monetária, por localização geográfica, vários anos, INE



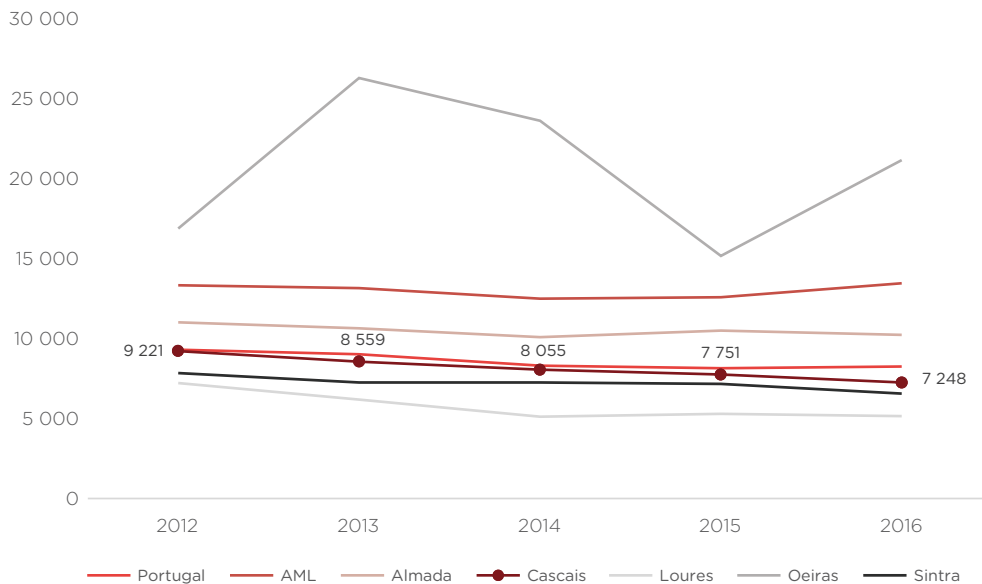
Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante (€/ hab.), por localização geográfica, vários anos, INE



Sobre **finanças e mercado imobiliário** (aquisição de casas), até 2012, observou-se uma redução do crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante tanto em Cascais como nas restantes unidades territoriais. Não obstante, em 2016, Cascais (788€) não só continuava a registar valores superiores aos verificados nos restantes territórios, como também o valor mais elevado desde 2012 que foi de 279€.

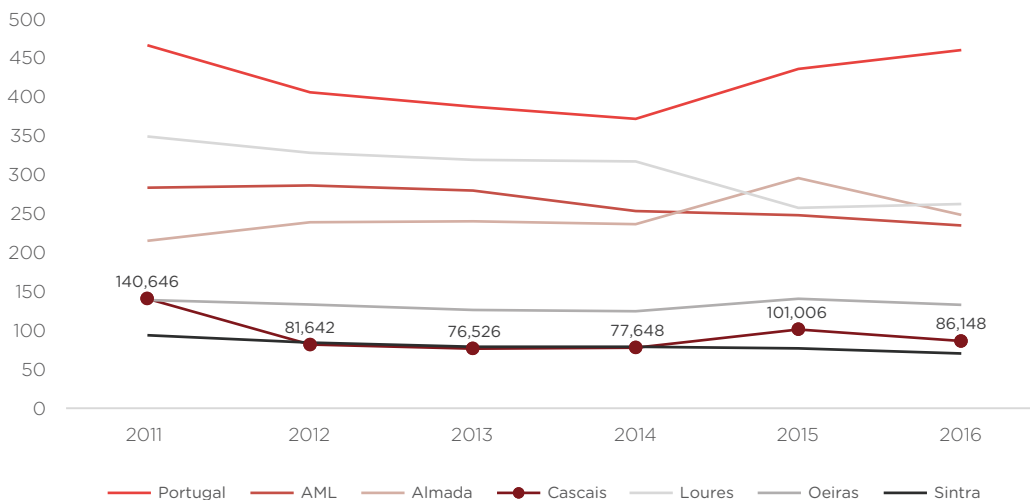
No que respeita o **crédito à habitação** também se assinalou uma diminuição do valor por habitante que à exceção de Oeiras não teve oscilações acentuadas. Cascais manteve-se sempre abaixo de Portugal, Almada, AML e Oeiras e em 2016 ainda não tinha dado sinais de subida.

Crédito à habitação por habitante (€), por localização geográfica, vários anos, INE



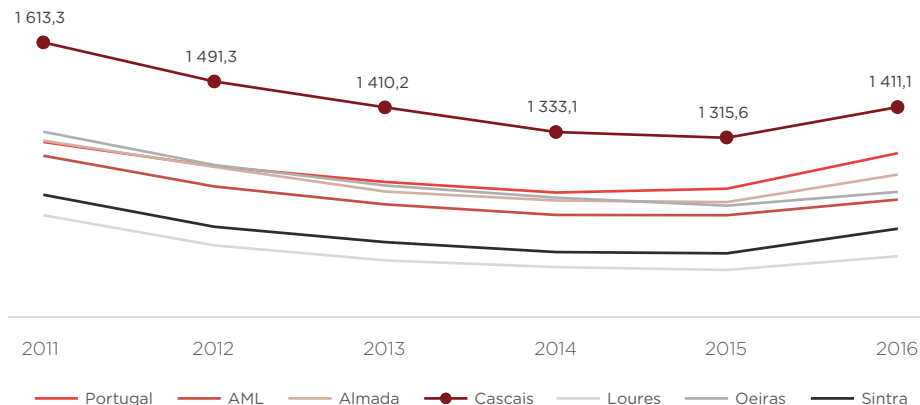
O **consumo de gás natural** por 1000 habitantes apresenta disparidades de evolução temporal nas diferentes unidades territoriais. Cascais com os níveis de consumo mais baixos, em paralelo com Sintra, atingiu o consumo mais elevado em 2011 (140,6 Nm³) para logo assinalar uma quebra apenas recuperada em 2015 (101 Nm³). Os dados provisórios para 2016 indiciam uma pequena descida (86,1 Nm³).

Consumo de gás natural por 1000 habitantes (Nm³), por localização geográfica, vários anos, INE



Por oposição, Cascais apresenta um padrão de **consumo doméstico de energia elétrica** por habitante superior ao de qualquer unidade territorial em análise, mas segue a tendência de quebra entre 2011 (1.613,3 Kwh/hab.) e 2015 (1.315,6 Kwh/hab.) com recuperação em 2016 (1.411,1 Kwh/hab.) à semelhança do que se verifica nas restantes unidades territoriais.

Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.), por local de residência, vários anos, INE



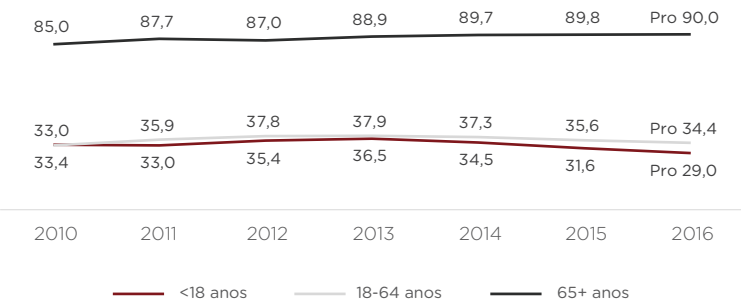
4.4 Impactes da redução dos rendimentos na vida das pessoas

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (2017), revela que 18,3% das pessoas estavam em **risco de pobreza** em 2016 (após transferências sociais) valor esse inferior ao de 2015 (19,0%) e anos anteriores até 2012. O ano 2013 foi aquele onde a percentagem de pessoas consideradas pobres foi mais elevada antes de transferências sociais (47,8%), após transferências sociais (19,5%) e após transferências relativas a pensões (26,7%).

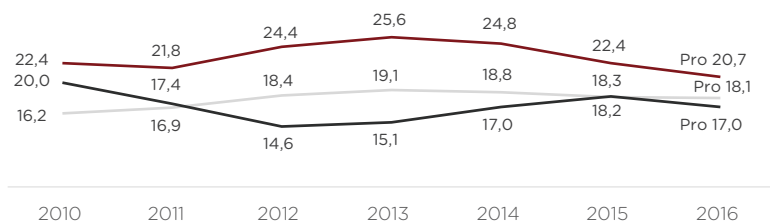
A redução do risco de pobreza entre 2015 e 2016 abrangeu em especial as pessoas menores de 18 anos - de 22,4% desceu para 20,7% e a população idosa que de 18,3% caiu para 17,0%. A taxa de pobreza para a população adulta em idade ativa teve uma redução de apenas 0,1 p.p..

A **taxa de risco de pobreza após transferências sociais** nas pessoas com ≥ 65 anos atingiu os valores mais baixos entre 2012 e 2014, período em que alcançou os valores mais elevados nos outros grupos etários.

Taxa de risco de pobreza antes de transferências sociais (%), por grupo etário, Portugal, vários anos, INE



Taxa de risco de pobreza após transferências sociais (%), por grupo etário, Portugal, vários anos, INE

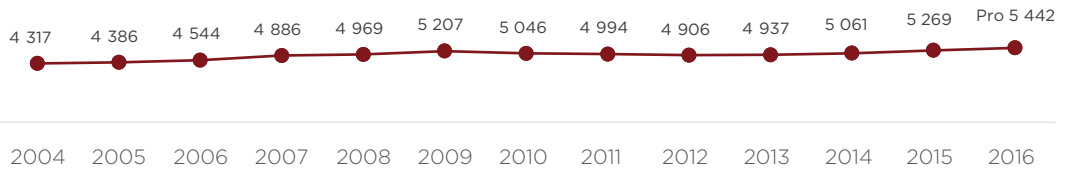


Taxa de risco de pobreza antes e após transferências sociais (%), Portugal, vários anos, INE

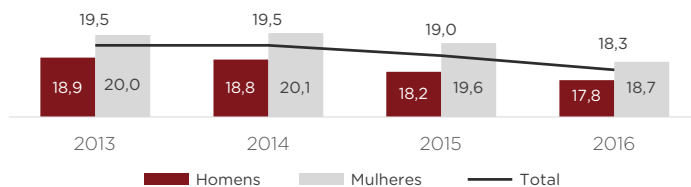


A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2016 (projeções), à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 5.442 euros anuais (454 euros por mês).

Limiar de risco de pobreza (€), Portugal, vários anos, INE



Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, segundo o sexo, Portugal, vários anos, EU-SILC 2014-2017, INE



Portugal viveu nos últimos anos um período fortemente marcado pelos efeitos da crise financeira, económica e social que afetou o país no ano de 2008 e que se fez sentir nos vários setores da economia portuguesa e nas diversas esferas da vida social.

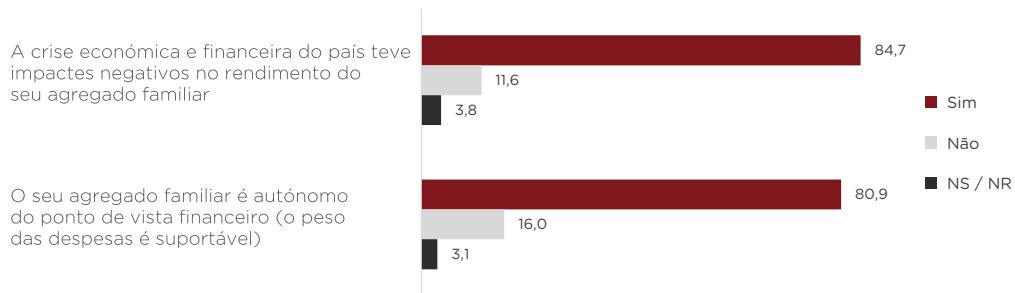
Segundo o projeto de investigação FINFAM – Finanças, género e Poder (2015) do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra:

- a. 37,4% das famílias sofreram reduções salariais (+1/5 considera ter perdido segurança no trabalho)
- b. 30% endividaram-se mais (metade das quais junto das famílias)
- c. 67% têm um orçamento familiar mais reduzido
- d. Quase 30% procuraram mais ajuda para resolver problemas emocionais ou de ansiedade
- e. 65% deixaram de fazer programas de diversão ou lazer

“Estas famílias fizeram esforços de ajustamento muito pronunciados, esgotaram as suas poupanças, algumas endividaram-se mais e mesmo aquelas que não caíram em situações de desemprego têm hoje uma robustez económica debilitada”

No decorrer do DSC, a população residente foi inquirida sobre eventuais **impactes negativos da crise nos rendimentos** do agregado familiar, sendo que a grande maioria (85%) respondeu de forma afirmativa. Não obstante o impacto negativo da crise nos rendimentos o peso das despesas continua a ser suportável para a maioria dos agregados com 81% dos inquiridos a afirmarem que se mantém autónomos do ponto de vista financeiro, o que é revelador de competências de ajustamento dos gastos/despesas face aos rendimentos. Ainda que não se tenha explorado neste Inquérito as estratégias adotadas pelas famílias para fazerem face à quebra/redução de rendimentos, a verdade é que vários estudos apontam para a existência de ajustamentos ao consumo por parte das famílias, designadamente a redução de despesas com atividades de lazer, com bens de consumo essenciais (alimentação, água, eletricidade e gás), assim como com as despesas de saúde a par de outros mecanismos como a mobilização de apoios informais.

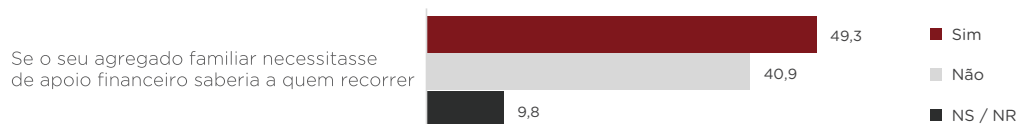
Impactos da crise e autonomia financeira dos agregados (%), em 2016, Inquérito telefónico aos municípios, CEDRU



Os dados relativos aos **impactes da quebra/redução dos rendimentos** na vida das pessoas são também reforçados pela perspetiva das entidades que desenvolvem a sua atividade no território concelhio. O inquérito online permite concluir que 83% das entidades considera que se verificou, nos últimos anos, uma redução da capacidade económica das pessoas abrangidas pela atividade das organizações sociais, a qual teve, na grande maioria, elevados impactes negativos na vida das pessoas (87% dos inquiridos), ainda que não se tenha questionado no que se traduziram (consequências) esses impactos negativos.

Aos municípios foi ainda colocada a questão sobre se **“saberiam a quem recorrer caso necessitassem de apoio financeiro”**. As respostas dividem-se entre os que afirmam saber (49%) e os que dizem não saber (40,9%). Este desconhecimento pode ter duas leituras: (i) uma que não será necessariamente preocupante se tivermos em conta que a grande maioria das pessoas apenas tem consciência dos apoios existentes quando precisa deles e (ii) uma mais inquietante que pode indiciar uma frágil divulgação dos apoios existentes.

Impactos da crise e autonomia financeira dos agregados (%), em 2016, Inquérito telefónico aos municípios, CEDRU



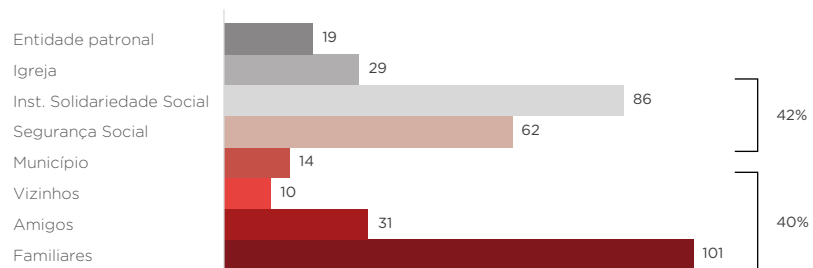
As entidades que enquadram famílias em situação de privação foram inquiridas podendo indicar até três hipóteses de resposta sobre **a quem recorrem as famílias numa situação de privação material**. Os “familiares” com 101 referências (28,7%) surgem em primeiro lugar enquanto recurso das famílias em situação de privação material, o que vem enfatizar a importância dos laços familiares numa altura em que tanto se fala em crise da família e o seu papel determinante enquanto suporte e rede de entreeajuda em contextos de crise, independentemente das novas formas de configuração familiar. Revela também o potencial de solidariedade e a capacidade das famílias em se mobilizarem.

No âmbito das redes pessoais os amigos ainda constituem um suporte importante (31 referências), mas as redes de vizinhança tendem a estar em declínio (10 sinalizações) consequência do processo de urbanização. No geral, as redes pessoais tiveram 142 referências (40%).

As instituições de solidariedade social aparecem como o 2º recurso das famílias em situação de privação com 86 referências, seguidas da Segurança Social (62 alusões). Em conjunto, estas redes de suporte às necessidades e direitos básicos dos cidadãos mais carenciados e em situação de vulnerabilidade somam 148 referências (42%).

A Igreja (29 menções), a entidade patronal (19 sinalizações) e o município (14 referenciações) são outros dos recursos das famílias. No caso do município não são dados apoios materiais direitos às famílias, eles acontecem via instituições de solidariedade social. Os apoios diretos facultados pelo município são no domínio da formação e emprego, da habitação social e do acompanhamento (psico)social.

Entidades a que recorrem as famílias em situação de privação (Nº), em 2016, Inquérito online às entidades, CEDRU



Os apoios alimentares têm uma grande expressão nos recursos materiais disponibilizados pelas Instituições de Solidariedade Social em Cascais, a par do apoio pecuniário para colmatar situações de emergência de primeira necessidade (renda de casa, água, luz, gás, ...) que em alguns casos também são suportadas pelo Instituto de Segurança Social.

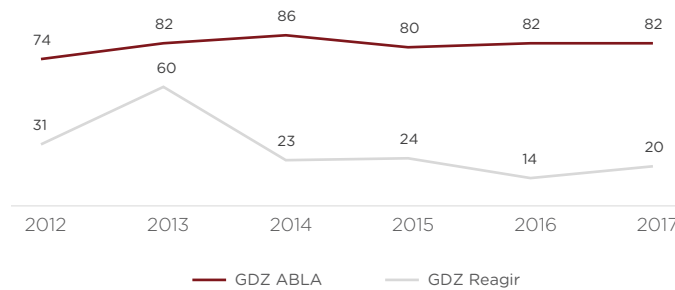
Uma consequência da crise foi a insolvência das famílias e o crescente endividamento das famílias. A insolvência das famílias aumentou drasticamente entre 2007 e 2012, passando de uma realidade quase ausente na sociedade portuguesa (pouco mais de mil famílias em 2007) para uma situação bastante expressiva em 2012 (34 mil famílias).

No concelho de Cascais existem 2 Gabinetes (Gabinete Dívida Zero da ABLA e Gabinete Dívida Zero da Reagir) que dão apoio no **domínio da educação financeira** e atuam ao nível da: (i) renegociação de dívidas; (ii) planos individuais de gestão orçamental, equilíbrio e recuperação financeira; (iii) ajuda na análise de contratos na aquisição de serviços diversos; (iv) apoio jurídico e encaminhamento para outras entidades especializadas na área.

A funcionar desde 2009, o GDZ da ABLA em Carcavelos já efetuou 589 atendimentos (até 31 de dezembro de 2017) que somando aos 544 atendimentos realizados pelo GDZ da Reagir, desde que abriu portas em Cascais em 2012, totaliza 1.133 atendimentos. Os clientes destes Gabinetes são sobretudo mulheres com mais de 40 anos, de nacionalidade portuguesa e residentes nas freguesias onde os Gabinetes estão implementados. Em mais de metade das situações existe crédito pessoal e/ou ao consumo (53% no GDZ Reagir) ou crédito à habitação (53% no GDZ ABLA) sendo os principais credores os bancos (65% e 68% respetivamente). A proporção de desempregados é mais elevada no Gabinete de Cascais (45%) do que no Gabinete de Carcavelos (21%) e os principais motivos que levam à procura dos Gabinetes estão relacionados com o sobre-endividamento ou a gestão do orçamento familiar. O sobre-endividamento tem um peso mais elevado no Gabinete de Cascais (mais de 90% das situações) do que no Gabinete de Carcavelos onde a gestão do orçamento familiar ganha maior destaque (mais de 50% das situações) o que está relacionado com o facto de terem diversificado os seus serviços, sobretudo no que respeita o apoio ao preenchimento do IRS.

Entre 2012 e 2017 foram feitos 658 novos atendimentos nos Gabinetes Dívida Zero (GDZ) do concelho: 172 (26%) no GDZ da Reagir e 486 (74%) no GDZ da ABLA. O ano 2013 foi o que totalizou o maior número de novos atendimentos (142), enquanto que 2016 contemplou o menor número de pessoas atendidas pela primeira vez - 96 novos atendimentos.

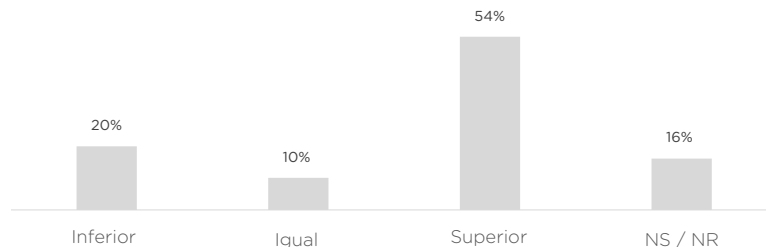
Novos atendimentos anuais dos Gabinetes Dívida Zero (Nº), vários anos, GDZ Abla e GDZ Reagir



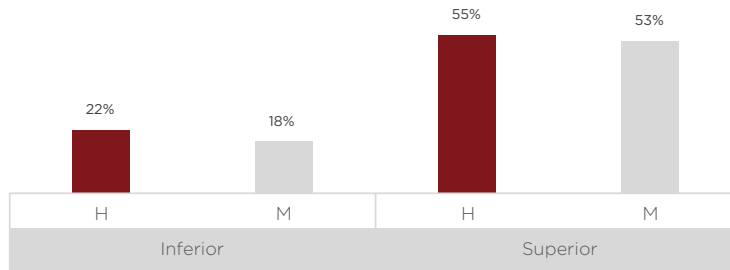
4.5 Trajetórias de mobilidade social

No que respeita a **perceção** que os munícipes de Cascais têm **sobre os seus rendimentos quando comparado com o dos seus pais com a mesma idade** é interessante perceber que existe um entendimento de evolução positiva para a maioria dos inquiridos (54% - 244 pessoas num universo de 450), com uma pequena vantagem para os homens (55%) face às mulheres (53%). Por oposição, a proporção de mulheres (18%) que considera que que o seu rendimento é inferior ao dos seus pais é menor que a dos homens (22%).

O meu rendimento, quando comparado com o dos meus pais é... (%), 2016, Inquérito telefónico aos munícipes, CEDRU



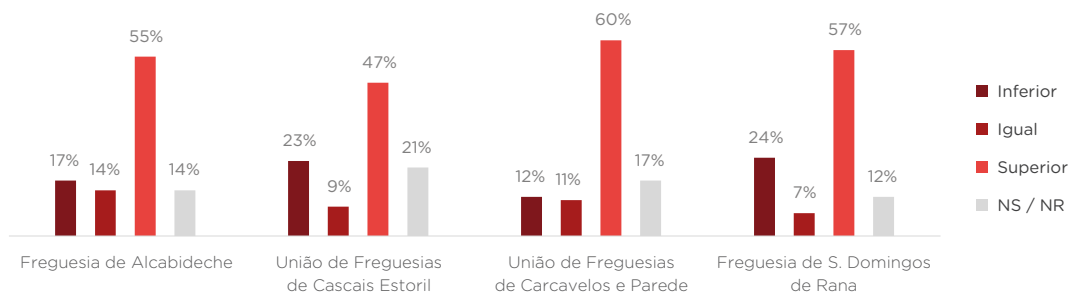
O meu rendimento, quando comparado com o dos meus pais é... , segundo o género (%), 2016, Inquérito telefónico aos munícipes, CEDRU



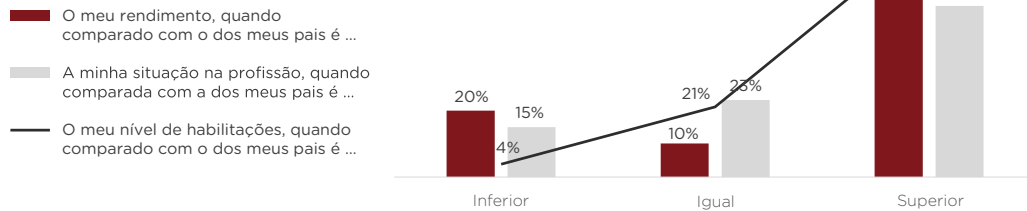
É na União de Freguesias de Carcavelos Parede que se observa o maior peso de munícipes que consideram que o seu rendimento é superior ao dos seus pais (59,6%) e a menor (12,4%) de indivíduos que consideram que o seu rendimento é inferior aos dos seus pais.

S. Domingos de Rana e Cascais Estoril são as freguesias que reúnem o maior peso de munícipes que consideram que os seus rendimentos são inferiores (24% e 23%, respetivamente) aos dos seus pais. Ainda assim, mais de metade (57%) dos residentes de S. Domingos de Rana inquiridos têm uma perceção otimista e mais favorável dos seus rendimentos quando comparado com os dos seus pais com a mesma idade.

O meu rendimento, quando comparado com o dos meus pais é..., Por freguesia (%), 2016, Inquérito telefónico aos munícipes, CEDRU

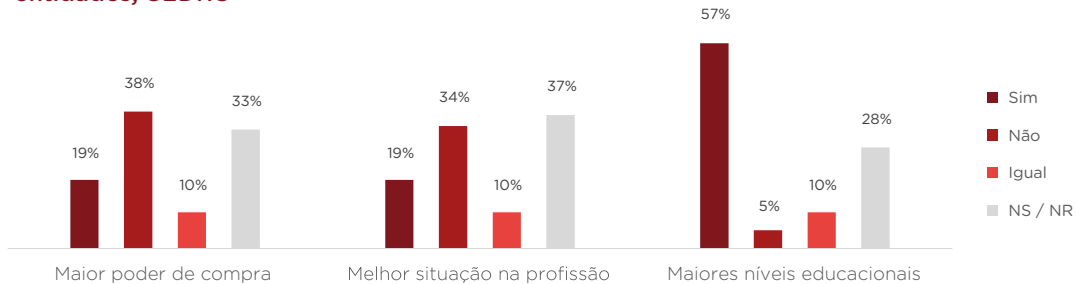


Mobilidade social analisada pelos munícipes (%), 2016, Inquérito telefónico aos munícipes, CEDRU



De uma forma geral, as respostas dos munícipes inquiridos dão conta de uma trajetória de mobilidade social ascendente também no que respeita à perceção sobre os seus níveis de habilitação (73%) e a situação na profissão (51%) quando comparadas com a dos seus pais com a mesma idade. No caso das habilitações apenas 4% dos inquiridos afirmaram ter níveis inferiores aos dos seus pais.

De uma forma geral, os/as cidadãos/ãs atualmente abrangidos/as pela sua entidade, quando comparados com os utentes há 20 anos atrás têm... (%), 2016, Inquérito online às entidades, CEDRU



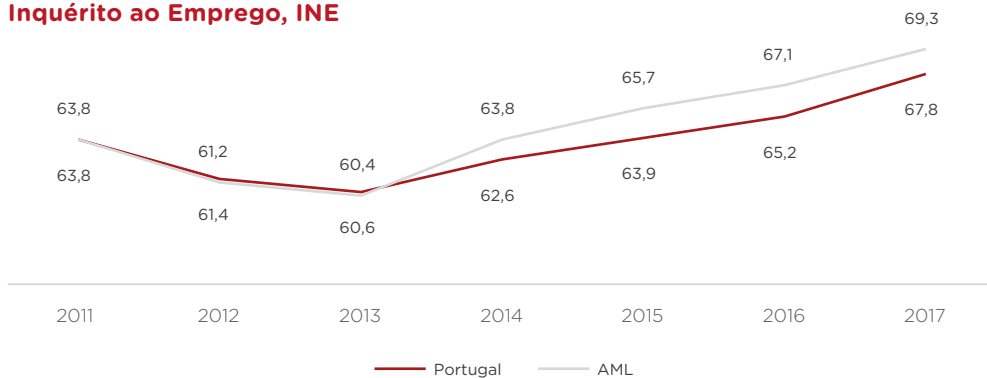
Se é verdade que níveis de habilitações mais elevados podem justificar uma melhoria de rendimentos e da situação na profissão, o que se verifica com base nas respostas dos munícipes é que ela não é necessariamente proporcional. Ou seja, a evolução registada nas qualificações, potencialmente geradora de situações de mobilidade social ascendente não é acompanhada na mesma escala pelos vencimentos e vínculo contratual. Esta perspetiva é reforçada pela forma como as entidades vêm os seus clientes atuais comparando com os que tinham há 20 anos atrás: 57% acham que têm maiores níveis educacionais, mas menor poder de compra (38%) e pior situação na profissão (34%). Apenas de ressaltar o elevado número de entidades que “não quiseram responder ou não souberam responder” (entre os 28% e os 37%).

5. Emprego

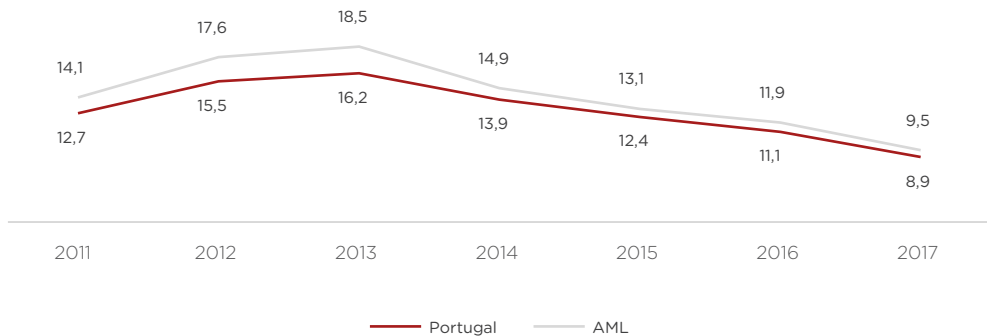
5.1 Desemprego e acesso ao emprego

Depois da amarga experiência portuguesa da crise do euro o mercado de trabalho encontra-se em fase de expansão. A nível nacional e da AML os dados do Inquérito ao Emprego revelam uma dinâmica de crescimento da **taxa de emprego** e de decréscimo da **taxa de desemprego** a partir de 2013. No caso da AML, a evolução da taxa de emprego é mesmo superior à do país a partir de 2014 (ano de recuperação), enquanto que a taxa de desemprego se aproxima da do país.

Taxa de emprego (%) em Portugal e AML, vários anos, Inquérito ao Emprego, INE



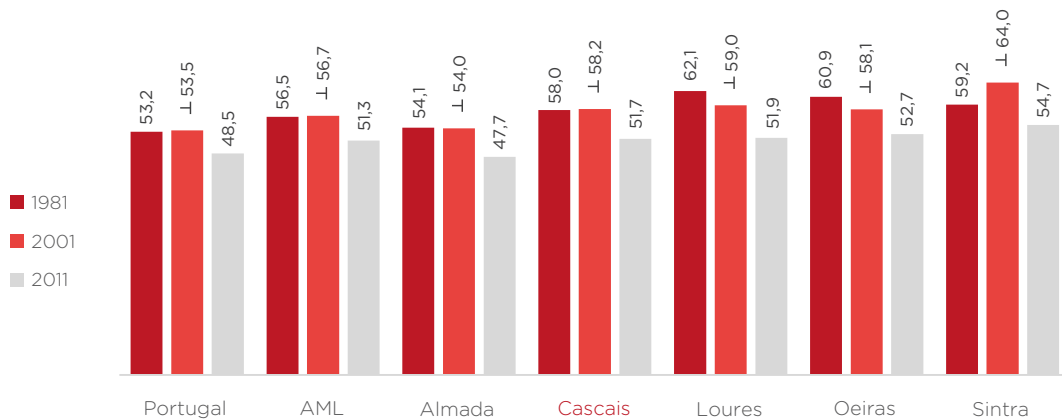
Taxa de desemprego (%) em Portugal e AML, vários anos, Inquérito ao Emprego, INE



Os dados desagregados disponíveis para os municípios remontam aos censos e dão conta de um panorama de queda da taxa de emprego e de aumento da taxa de desemprego em cascais, país, AML e restantes municípios comparáveis, entre o decénio 2001 e 2011.

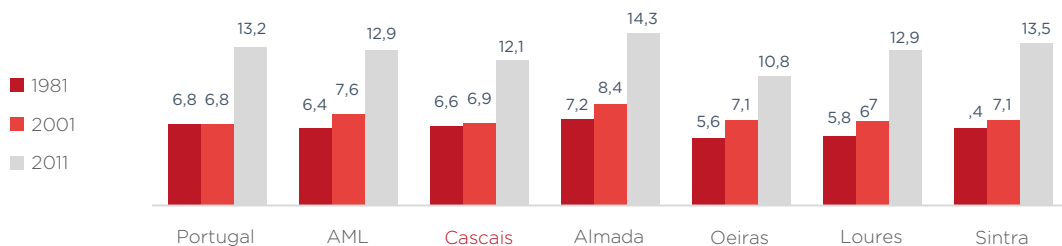
No período em análise (2011), Cascais beneficiava de uma taxa de emprego superior ao país, AML e Almada, próxima de Loures e inferior a Oeiras e Sintra.

Taxa de Emprego (%), Censos, INE



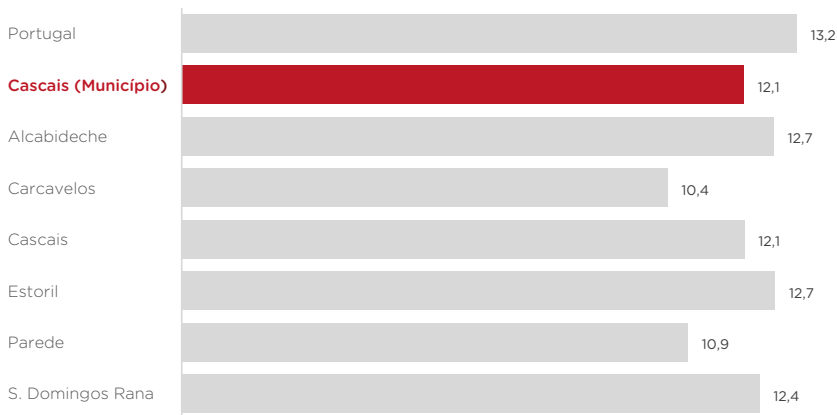
Já as **dinâmicas do desemprego em Cascais** acompanharam o percurso nacional e europeu, com o concelho a registar um aumento bastante significativo da taxa de desemprego na primeira década do século XXI - 12,1% em 2011 (+5,2 p.p. do que em 2001) -, mas ainda assim apenas superior a Oeiras.

Taxa de desemprego (%), censos, INE



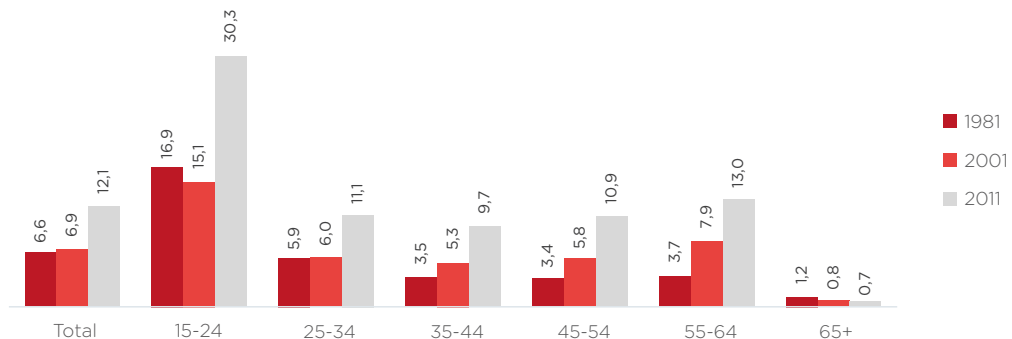
O **retrato da distribuição concelhia do desemprego** dá conta de algumas assimetrias com as freguesias de Alcabideche e do Estoril a apresentarem as taxas de desemprego mais elevadas - 12,7% respetivamente que corresponde a 0.6 p.p. acima da taxa de desemprego no município, mas inferior à registada a nível nacional - 13,2%. Por sua vez, Carcavelos com 10,4% e a Parede com 10,9% apresentavam as situações mais favoráveis.

Taxa de desemprego (%) por Local de residência, Censos, 2011, INE



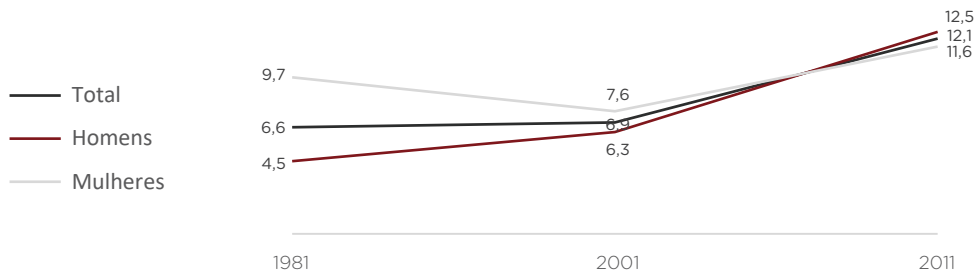
O desemprego em Cascais atingiu todos **os grupos etários**, com exceção das pessoas com 65+ anos em que se observou uma diminuição ligeira. Foi no grupo etário até aos 24 anos que se verificou a maior subida (+15,2 p.p.) e o valor mais elevados com 30,3% (perto de 1/3).

Taxa de desemprego no Concelho de Cascais, segundo o grupo etário (%), Censos, INE



A evolução da taxa de desemprego em Cascais, segundo o género, dá conta do progressivo crescimento da **taxa de desemprego masculina** que entre 2001 e 2011 quase duplicou: passou de 6,3% para 12,5%). De facto, em 2011 os homens foram os mais atingidos pelo desemprego com valores superiores à média das mulheres e ligeiramente acima da média concelhia. Por sua vez, as **mulheres** registaram uma taxa de desemprego (11,6%) abaixo da média concelhia (12,1%) e um percurso distinto do observado no concelho e nos homens: passaram da situação mais desfavorável em 1981 (9,7%) para a mais favorável em 2011, face aos homens e concelho, tendo assinalado uma diminuição em 2001 face a 1981 (7,6%).

Taxa de desemprego no Concelho de Cascais, segundo o género (%), Censos, INE

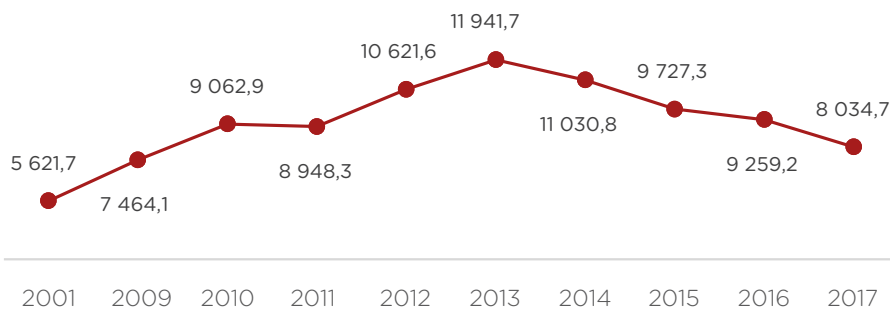


A análise da **situação do desemprego** também pode ser feita com recurso aos dados sobre o número de **peçoas inscritas nos Centros de Emprego e Formação Profissional (CEFP)**. Cascais registou o maior pico de peçoas inscritas em 2013 com uma média de 11.941,7 indivíduos. Desde essa altura o número tem vindo a diminuir, registando em 2017 (8.034,7 indivíduos) o valor mais baixo desde o início da crise em 2011 (8.948,3 indivíduos).

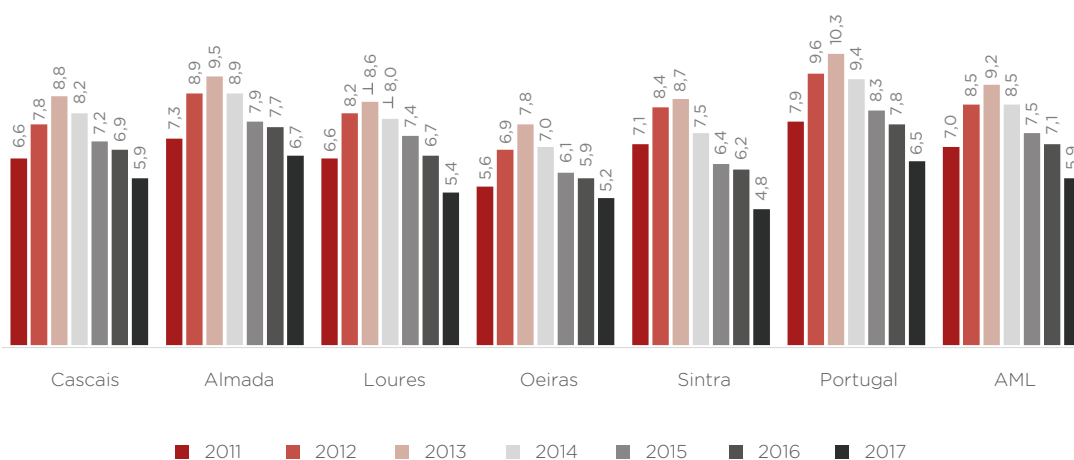
Em termos percentuais, Cascais apresenta uma situação favorável face ao panorama nacional e à AML (em todos os anos de análise). Com os restantes municípios comparáveis, no que

respeita ao peso dos desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos, Cascais apresenta valores percentuais equiparados a Loures e um pouco mais elevados quando comparados com Oeiras e Sintra.

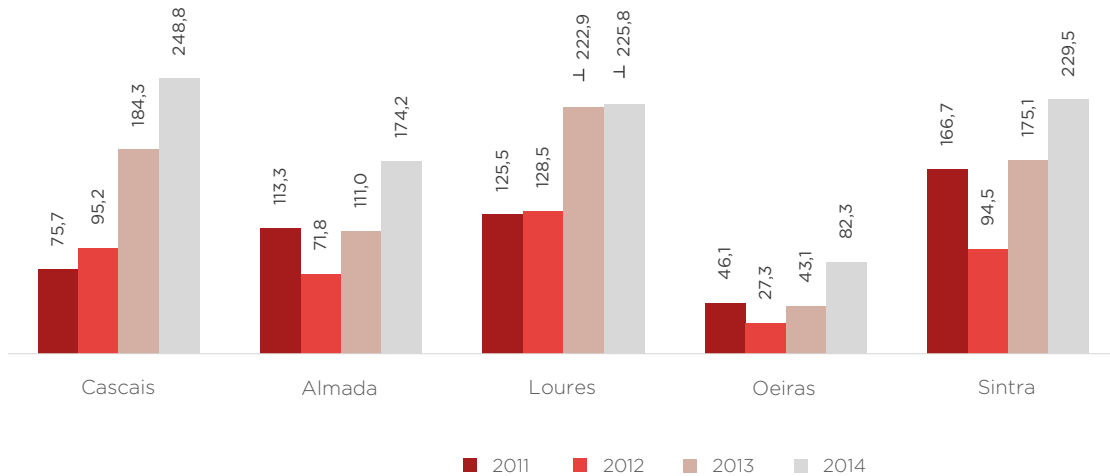
Desempregados inscritos no CEFP de Cascais, média anual (Nº), vários anos, PORDATA



Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%), vários anos, IEFP



Ofertas de emprego disponíveis nos centros de emprego e formação profissional, média anual (Nº), vários anos, IEFP

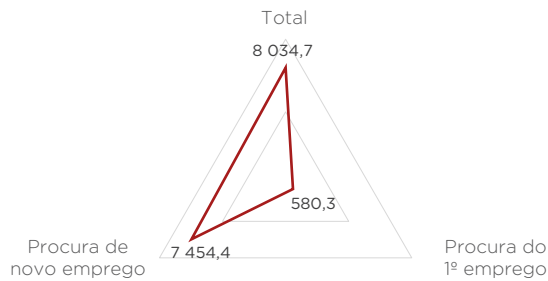


Desde 2011 que o volume médio de **ofertas de emprego** regista um crescimento gradual e constante no Centro de Emprego e Formação Profissional de Cascais (CEFP Cascais), sendo mesmo o que registou mais ofertas de emprego em 2014 (248,8 ofertas de emprego disponíveis) em comparação com os outros municípios.

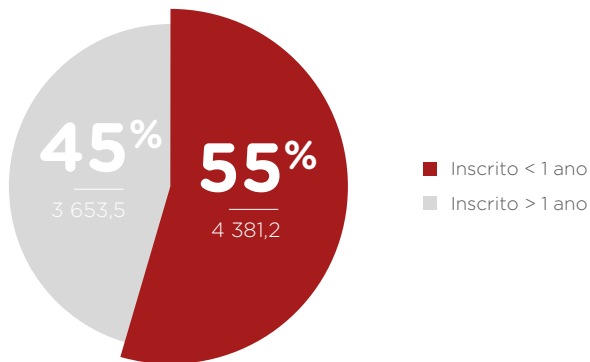
Uma análise mais detalhada das **peças inscritas no Centro de Emprego e Formação Profissional de Cascais** (média anual) permite-nos traçar o perfil dos desempregados em 2017 (tendência semelhante aos anos anteriores), o qual é fortemente marcado por pessoas à procura de novo emprego (7.454,4 pessoas que representam cerca de 93% dos inscritos) e com atividade económica desenvolvida no setor terciário (média anual de 6397,4 pessoas que equivale da 80%). Face a 2016 verifica-se um ligeiro aumento das pessoas inscritas há mais de um ano (45% em 2017 contra os 43% de 2016).

Desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional de Cascais (média anual) (Nº), segundo..., 2017, IEFP

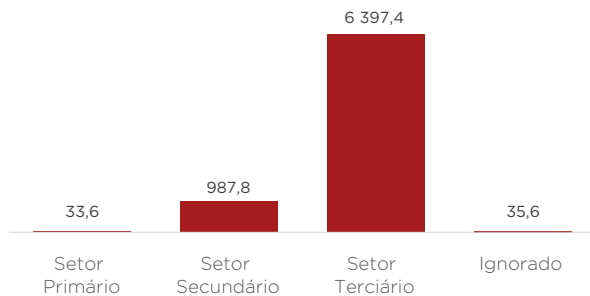
... o tipo de desemprego



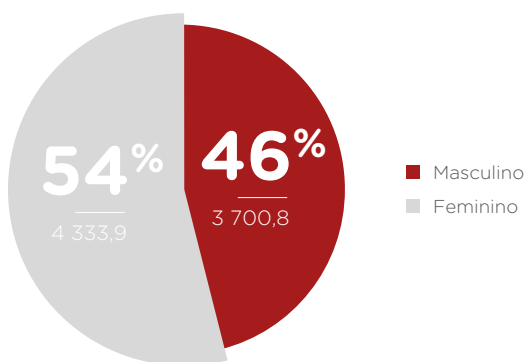
... o tempo de inscrição



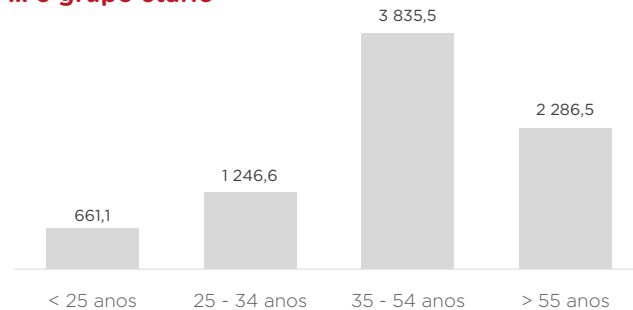
... o setor de atividade económica



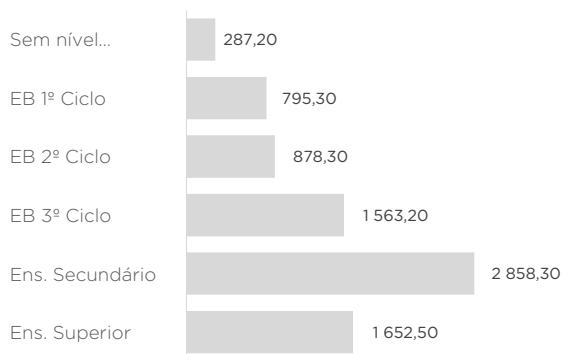
... o sexo



... o grupo etário



... o nível de instrução



Do universo de pessoas inscritas em 2017 (média anual de 8.034,7) a maioria encontra-se inscrita há menos de 1 ano (55% que equivale a uma média anual de 4.381,2 pessoas), com ligeiro predomínio do sexo feminino (54%), tendo quase metade (48%) idade compreendida entre os 35 e os 54 anos (3.835,5

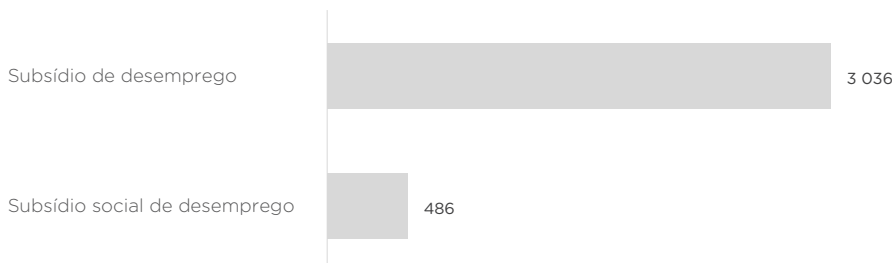
indivíduos) e habilitações escolares completas ao nível do secundário (11%), 3º ciclo (19%) e ensino superior (35,5%).

Em 2017, os inscritos à procura do 1º emprego representam apenas 7% da média anual (580,3) de pessoas inscritas e os indivíduos com menos de 25 anos 8% da média anual (661,1 indivíduos). As pessoas sem nível de escolaridade apresentam a média anual mais baixa desde 2009 com apenas 287,2 indivíduos (cerca de 3%) e as pessoas apenas com o 1º ciclo registaram a média anual mais baixa em vários anos com 795,3 pessoas (menos de 10%) o que pode indiciar um aumento dos níveis de escolaridade da população em idade ativa, sobretudo quando o peso de pessoas com o ensino secundário aumentou cerca de 15p.p..

Os motivos para o qual os indivíduos se encontravam desempregados em 2016 e 2017 no CEFEP de Cascais remete, sobretudo, para a situação de finalização de contratos de trabalho não permanentes em mais de metade dos casos.

Comparando o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego e Formação Profissional de Cascais à procura de novo emprego em 2017 com o número de **beneficiários de subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego da Segurança Social** (total de 3.522 beneficiários), constata-se que cerca de 47% dos desempregados beneficiaram destas prestações sociais de apoio à falta de rendimentos oriundos do trabalho (desempregados sem direito a subsídio de desemprego e com baixo rendimento). Em 2009 a proporção de beneficiários destas prestações face ao número de desempregados inscritos à procura de novo emprego foi de 77% e em 2013 de 51%.

Beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego da SS (Nº), Cascais, 2017, PORDATA



As **mulheres** foram as principais beneficiárias destas prestações (55% no caso do Subsídio de desemprego e 59% no subsídio social de desemprego), o que está em conformidade com o facto do seu peso ser superior ao dos homens em termos de inscrição no CEFP de Cascais.

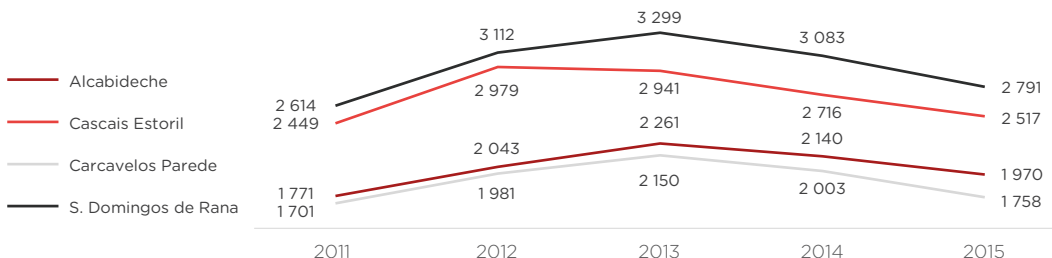
Beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego da SS (Nº), por sexo, Cascais, 2017, PORDATA



O escalão etário dos 35 a 54 anos que é o mais afetado pelo desemprego é, também, aquele onde se verifica o maior número de beneficiários de prestações de desemprego ao longo dos anos e em todas as freguesias. Inversamente os grupos etários das extremidades apresentam os valores mais baixos (> 65 anos e < 25 anos).

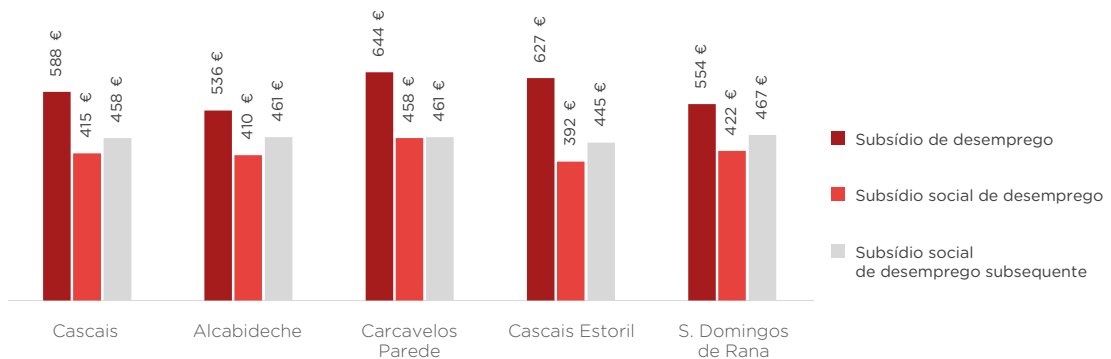
No que respeita ao número de beneficiários de prestações de desemprego da Segurança Social por freguesia ele atingiu o pico em 2013 em todas as freguesias com exceção de Cascais Estoril que registou o maior número de beneficiários destas prestações sociais em 2012. É na freguesia de São Domingos de Rana que se encontra o maior número de beneficiários de prestações de desemprego (31% em 2015), seguida da freguesia de Cascais Estoril (28%) com as maiores oscilações em termos percentuais, Alcabideche (22%) e Carcavelos Parede (19%).

Beneficiários de prestações de desemprego da SS (Nº), por freguesia, vários anos, PORDATA



O **valor médio das prestações sociais** regista algumas variações ao longo dos períodos temporais em análise, existindo também diferenças entre as várias freguesias. O valor médio processado do subsídio de desemprego por beneficiário, ao nível concelhio, atingiu o valor mais elevado em 2008 (€812) e o mais baixo em 2015 (€588). O valor médio processado mais elevado - € 889 euros verificou-se na freguesia de Carcavelos Parede em 2008. Esta freguesia, juntamente com Cascais Estoril, apresentou valores superiores à média concelhia em 2015 (€644 e €627, respetivamente), enquanto que as freguesias de São Domingos de Rana (€554) e Alcabideche (€536) assinalaram valores inferiores.

Valor médio processado por beneficiário de prestações de desemprego da Segurança Social (Nº), por freguesia, 2015, SS



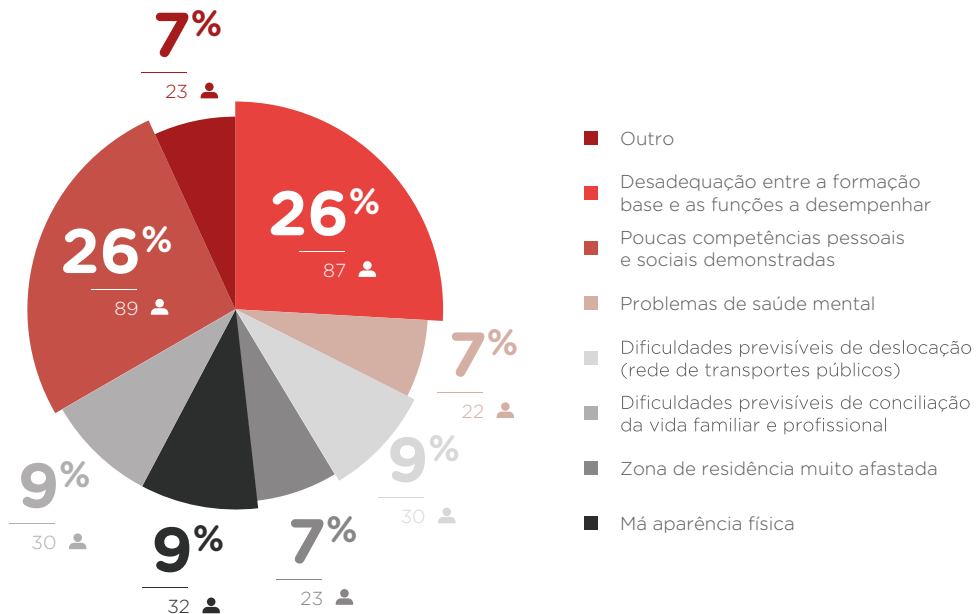
Os **fatores que condicionam o acesso ao emprego** são responsáveis pela criação e/ou perpetuação de situações de desemprego, pelo que importa conhecê-los.

De acordo com as respostas a um inquérito *online* às entidades sobre os fatores que justificam a exclusão de candidatos em processos de recrutamento, verifica-se que os conhecimentos/competências dos candidatos/as são muito valorizados pelas entidades. De facto, os motivos mais apontados para a não contratação foram: as “poucas competências pessoais e sociais demonstradas” (26,5% - 89 respostas) e a “desadequação entre a formação base e as funções a desempenhar” (25,9% - 87 respostas).

A “má aparência” surge em 3º lugar, com um peso consideravelmente inferior (32 respostas - 9,5%), mas à frente de outros fatores como, p.e., os problemas de saúde mental

(22 respostas – 6,5%). As dificuldades de conciliação quer em termos da vida familiar e profissional, quer de deslocação (rede de transportes públicos) são fator de exclusão para 30 entidades respetivamente (8,9% cada). A circunstância do/a candidato/a residir numa zona muito afastada é fator de exclusão para 23 entidades (6,8%).

Fatores que justificam a exclusão de candidatos (Nº e %), Cascais, 2016, Inquérito *online* às entidades, CEDRU



5.2 Situações de precaridade laboral e públicos afetados

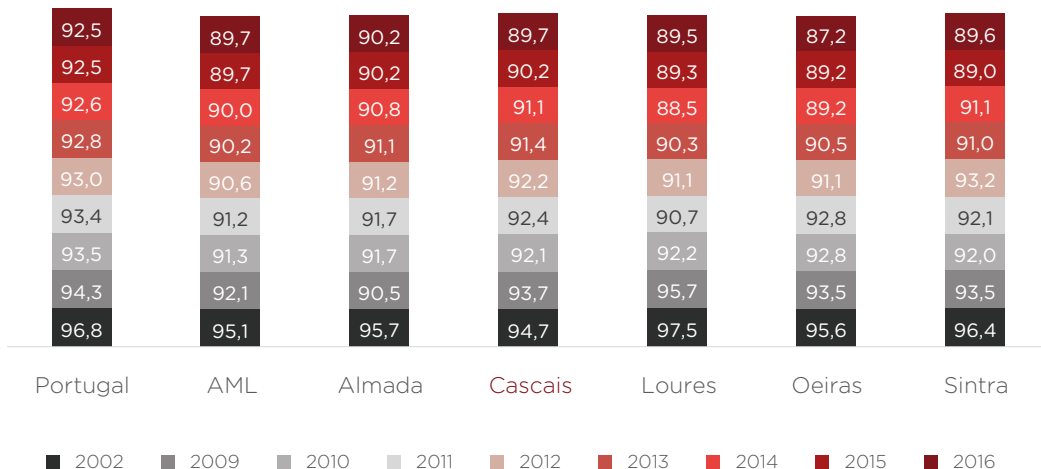
A análise da integração no mercado de trabalho deve ser equacionada não apenas sobre o ponto de vista do rendimento (analisado noutra capítulo), mas com grande relevância sobre o ponto de vista da relação contratual que o trabalhador tem com a entidade empregadora (dimensão objetiva) e da relação laboral em termos de satisfação por parte do trabalhador (dimensão subjetiva). Estes dois níveis de análise remetem para o conceito de precaridade laboral que no DSC centra-se apenas na dimensão objetiva com incidência em duas variáveis – **(i) regime de duração de trabalho e (ii) tipo de contrato de trabalho.**

Trabalhadores por conta de outrem (N^o), vários anos, Cascais, PORDATA

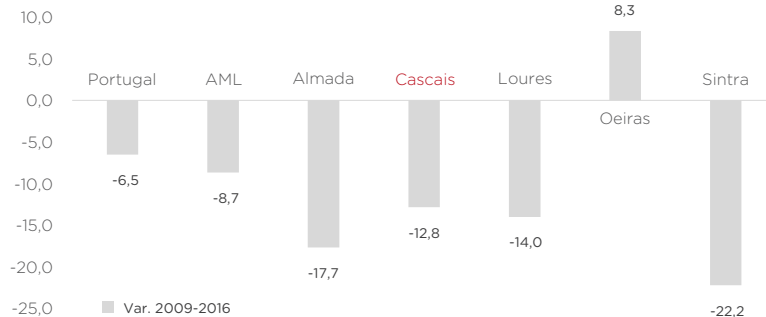


Os dados revelam que após um pico em 2009 do número de trabalhadores por conta de outrem em Cascais (44.936) verificou-se uma quebra até 2013 (37.436 trabalhadores), ano em que se registou o maior número de inscritos no CEFEP de Cascais, seguida de crescimento. Este declínio deve-se sobretudo à diminuição do número de **trabalhadores por conta de outrem com contratos a tempo completo**, os quais registam em Cascais uma quebra na ordem dos 12,8% (variação entre 2009 e 2016), superior à do país e AML.

Trabalhadores por conta de outrem por regime de duração de trabalho - tempo completo (%), vários anos, PORDATA



Trabalhadores por conta de outrem por regime de duração de trabalho - tempo completo (%), variação 2002-2016 e 2009-2016, Cascais, PORDATA



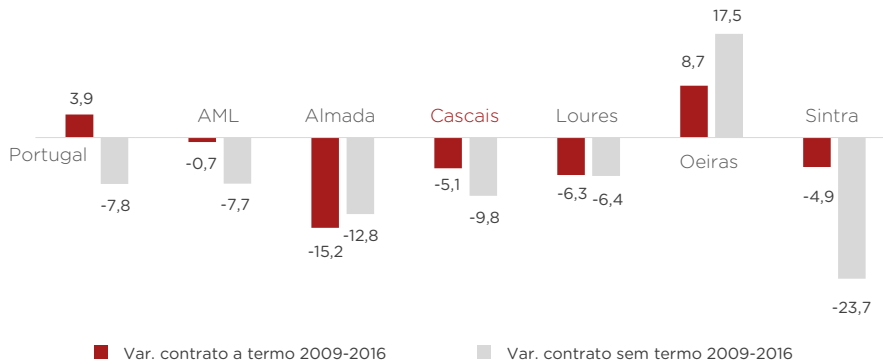
O ano 2002 foi aquele que registou um maior peso de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo em todos os territórios em análise enquanto que 2016 foi o ano que assinalou a menor proporção. O município de Oeiras que apresenta o menor peso de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo em 2016 (87%) é o único município que apresenta uma variação positiva, na ordem dos 8%, entre 2009 e 2016.

No que concerne o **tipo de contrato de trabalho**, Cascais apresenta um crescimento desde 2013 até 2016 quer dos **contratos a termo** (26.662), quer dos **contratos sem termo** (13.971), mas ainda longe dos valores observados em 2009 (29.550 e 14.729, respetivamente). De facto, a variação entre 2009 e 2016 é negativa para Cascais e todos os municípios comparáveis, salvo Oeiras. No entanto, em 2009 os contratos a termo que representam 32,8% dos contratos dos trabalhadores por conta de outrem de Cascais passaram em 2016 a ter um peso de 34%, ou seja, Cascais tinha a maior proporção face ao país (29,5%), AML (30,3%) e a todos os municípios comparáveis (Oeiras com o valores mais baixo de 23,7% e Sintra com o mais elevado de 33,5%).

Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato (Nº), vários anos, Cascais, PORDATA

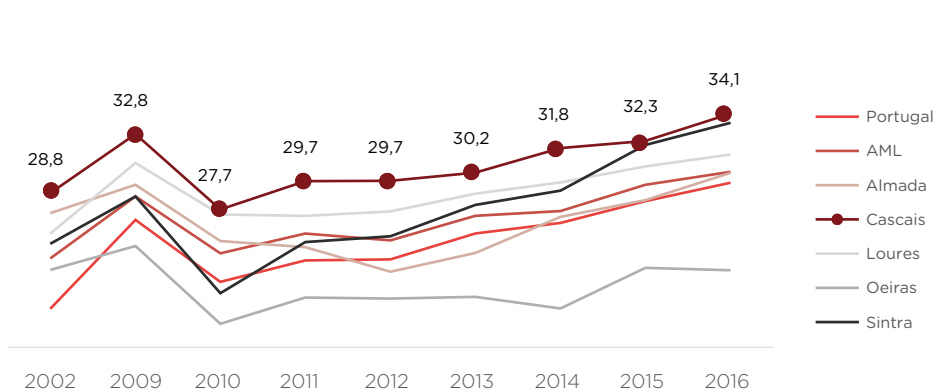


Trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato (%), variação 2009-2016, PORDATA

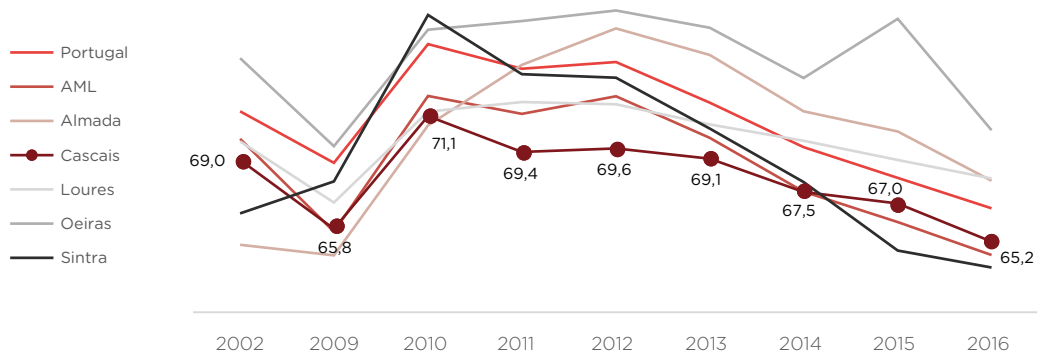


A **precariedade laboral** está, sobretudo, relacionada com os contratos a termo que tendem, frequentemente, a cair em situações de desemprego. Como já referido, a finalização de contratos de trabalho não permanentes representava 58% dos motivos de inscrição no CEPF de cascais em 2016. Por esta razão e tendo em conta que os trabalhadores de cascais com este tipo de contrato representavam 34% do total de trabalhadores por conta de outrem, podemos considerar que se trata de uma situação de potencial risco de desemprego. Sobretudo quando os contratos sem termo que em 2016 atingiram a menor proporção em todos os municípios comparáveis, país e AML, correspondiam em Cascais a 65% dos contratos por conta de outrem, apenas abaixo da AML (64,5%).

Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato a termo (%), vários anos, PORDATA



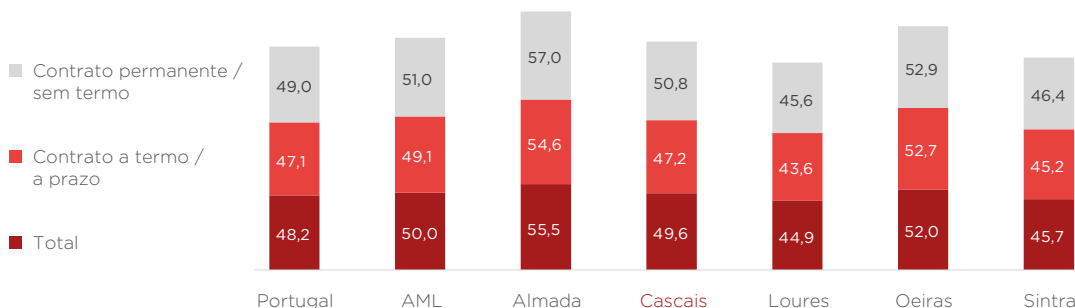
Trabalhadores por conta de outrem, por tipo de contrato sem termo (%), vários anos, PORDATA



A **análise** dos trabalhadores por conta de outrem desagregada **por sexo** revela que em 2016, do universo de trabalhadores por conta de outrem 49,6% eram mulheres. A prevalência dos contratos a prazo (à partida com maior risco de precaridade) era de 47% para o sexo feminino enquanto que a proporção de mulheres com contratos permanentes acendia aos 51%.

As trabalhadoras do sexo feminino em percentagem dos trabalhadores por conta de outrem em Cascais estão e linha com a AML, exceto no que respeita os contratos a prazo onde o peso de trabalhadoras do sexo feminino em Cascais é inferior (49% e 47%, respetivamente) e equivalente ao país (47%).

Trabalhadores do sexo feminino em percentagem dos trabalhadores por conta de outrem por tipo de contrato (%), 2016, PORDATA

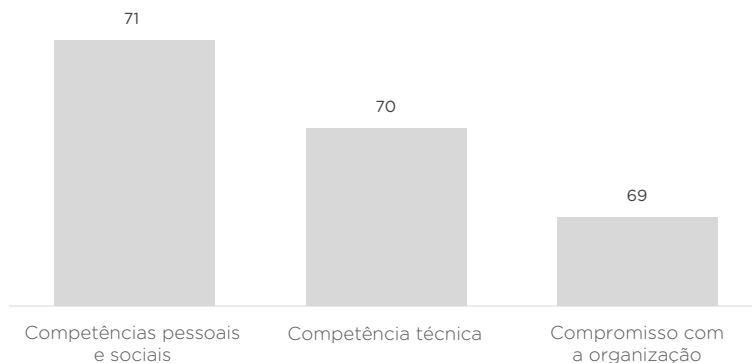


5.3 Valores e competências reconhecidas pelos empregadores

Na análise do emprego é de extrema relevância conhecer que **valores e competências** são **reconhecidos como importantes pelos empregadores em contexto laboral** e que potenciam o acesso ao mercado de trabalho (empregabilidade) e à manutenção ou rescisão de contratos de trabalho e despedimentos.

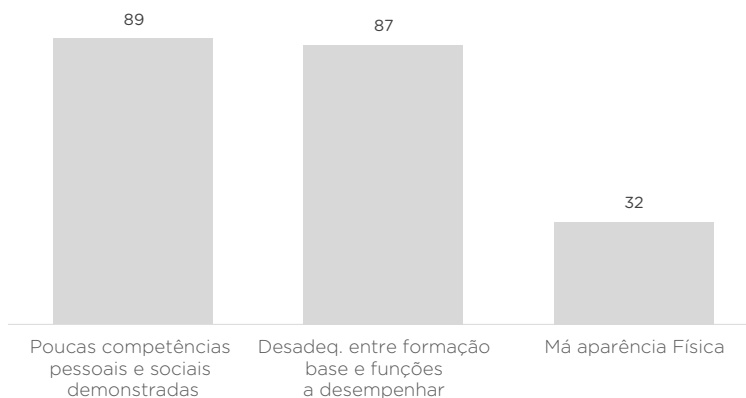
Os fatores intangíveis e simbólicos relacionados com esta dimensão foram analisados no Inquérito *online* às entidades, a quem foi solicitado que identificassem as três **competências que mais valorizam nos seus colaboradores**. As competências com maior número de respostas estão diretamente relacionadas com o domínio dos conhecimentos, capacidades, habilidades, atitudes e comportamentos que permitem aos colaboradores não só desempenharem com eficácia determinadas tarefas, mas também desempenharem as tarefas respeitando os outros (colegas e clientes) e em comprometimento com a entidade.

Análise do emprego: três competências mais valorizadas nos seus colaboradores (Nº), Cascais, 2016, Inquérito *online* às entidades, CEDRU

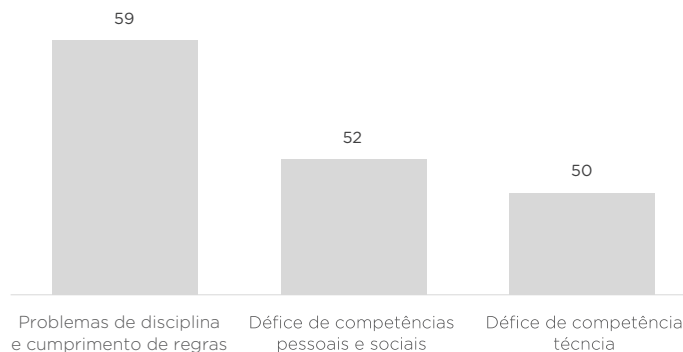


Comparando estas respostas com as dadas pelas mesmas entidades sobre os **fatores de exclusão de candidatos/a em processos de recrutamento** (analisado no ponto do acesso ao emprego) e os **motivos relacionados com a rescisão ou não renovação de contratos e despedimentos** percebe-se que há uma forte correlação entre elas (cf. Gráficos seguintes).

Análise do emprego: fatores que justificam a exclusão de candidatos (Nº respostas), Cascais, 2016, Inquérito *online* às entidades, CEDRU

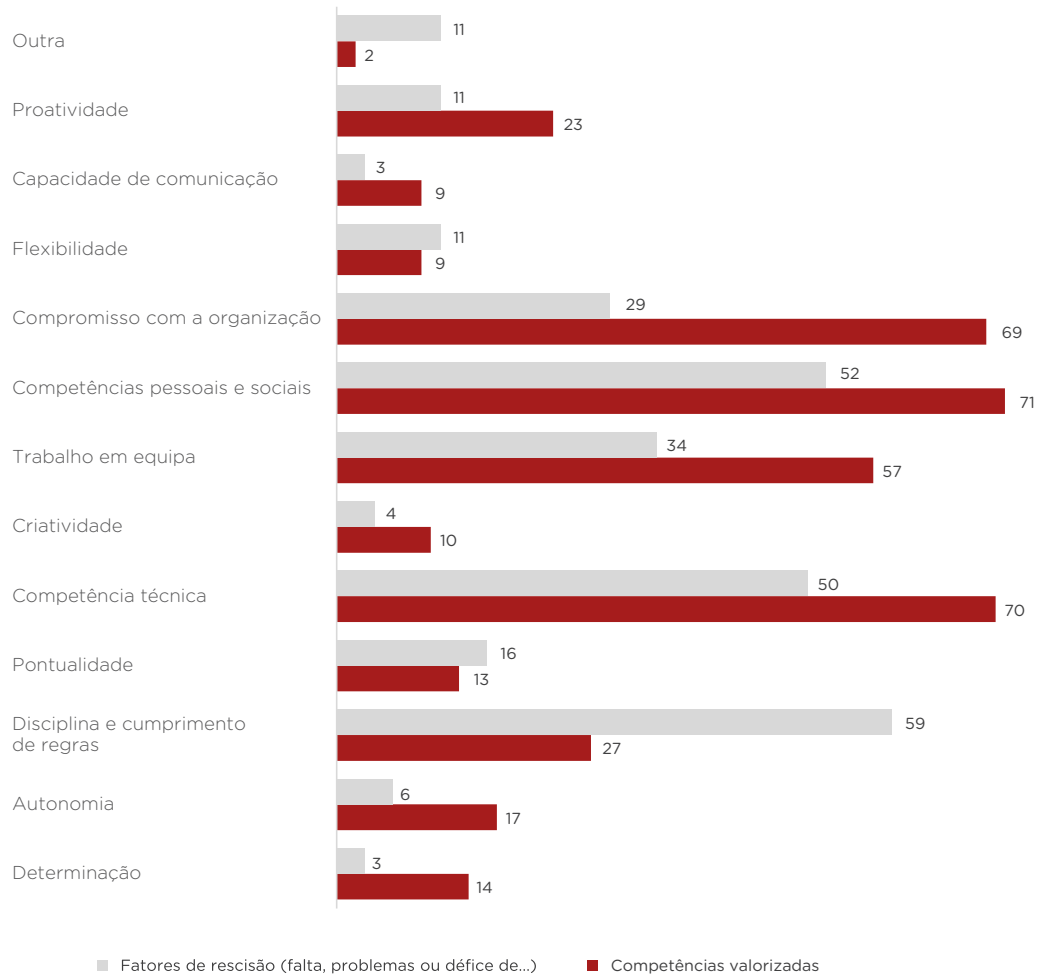


Análise do emprego: fatores que levam à rescisão de contrato (Nº respostas), Cascais, 2016, Inquérito *online* às entidades, CEDRU



O compromisso com a organização é uma competência muito valorizada pelas entidades empregadores (3ª mais referida com 69 respostas), mas não será dos fatores com maior peso nos motivos que nos últimos 10 anos levaram à de rescisão de contratos e/ou despedimentos por parte das entidades (surge na 5ª posição com 29 respostas). O principal motivo de despedimentos e/ou rescisão de contratos surge associado a problemas de disciplina e cumprimento de regras com 59 respostas. Enquanto competência é valorizada por 27 entidades, ocupando a 5ª posição.

Competências valorizadas vs. fatores de rescisão (Nº respostas), Cascais, 2016, Inquérito *online* às entidades, CEDRU



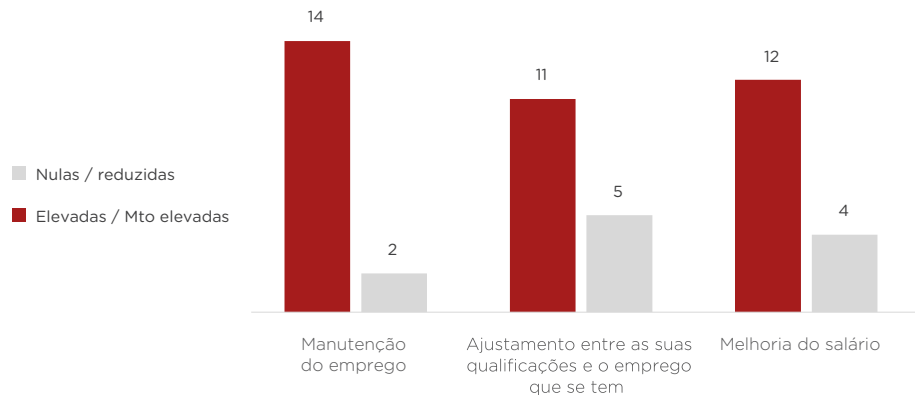
Pode-se concluir que as competências técnicas especializadas “*hard skills*” são entendidas como necessárias e muito valorizadas, a par de algumas competências de cariz transversal, associadas às dimensões sociais e comportamentais. No entanto, no domínio das “*soft skills*” há competências comportamentais como a capacidade de comunicar, a flexibilidade, a criatividade, a determinação ou a autonomia que tendem a ser menos valorizadas e menos usadas para justificar a rescisão de contratos. Já o trabalho em equipa aparece como a 4ª competência mais valorizada e como o 4º motivo de despedimento.

5.4 Expectativas dos jovens relativamente ao emprego

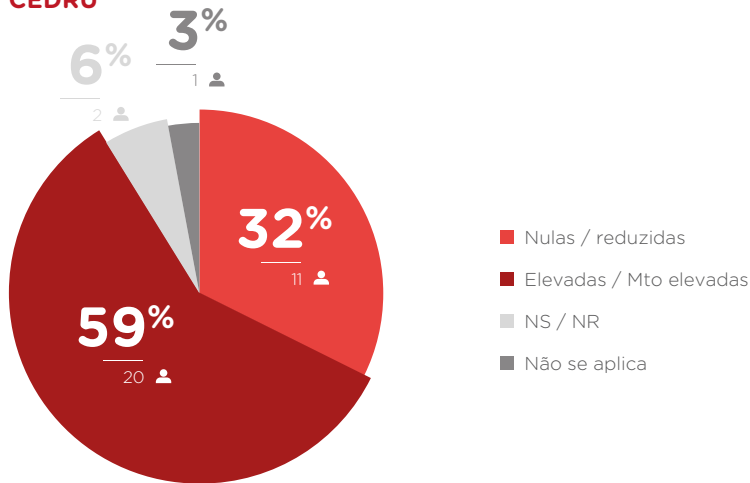
Os jovens entre os 15-24 anos têm sido particularmente atingidos pelo desemprego em Portugal. Em 2011, a **taxa de desemprego jovem** em Cascais era a mais elevada com um peso de 30,3% e em 2014 Portugal com uma taxa de desemprego jovem a rondar os 25%, detinha um valor mais elevado do que a média europeia que se situava nos 22%. São os jovens com qualificações mais baixas os mais penalizados - 55,5% tinham qualificações apenas ao nível do 1º ciclo do ensino básico. À medida que o nível de escolaridade aumenta, a taxa de desemprego jovem vai descendo progressivamente.

A população residente em cascais entre os 18 e os 24 anos foi inquirida relativamente às suas **expectativas relacionadas com o mercado de trabalho**. Em 50 jovens inquiridos, 16 estavam empregados e tinham elevadas expectativas quanto a manter o emprego (14 - 87,5%), melhorar o salário (12 - 75%) e ver ajustadas as suas qualificações ao emprego que têm (69%). Dos jovens inquiridos que não estão a trabalhar, mais de metade (59% - 20 jovens) também demonstram elevadas expectativas quanto a encontrarem um emprego brevemente, mas ainda assim para cerca de 1/3 dos jovens inquiridos que não estão a trabalhar as expectativas em ingressar brevemente no mercado de trabalho são reduzidas ou nulas.

Expectativas dos jovens empregados (Nº), Cascais, 2016, Inquérito telefónico aos munícipes, CEDRU



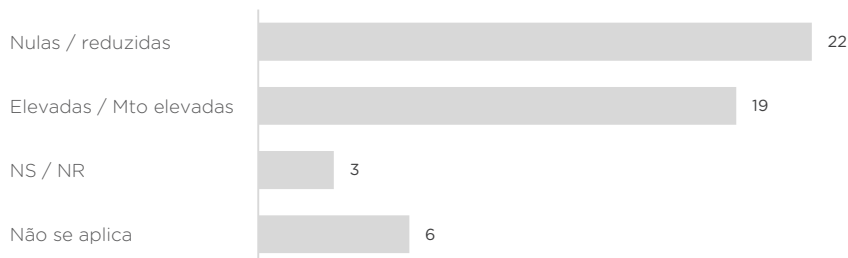
Expectativas dos jovens em encontrar emprego brevemente (Nº), Cascais, 2016, Inquérito telefónico aos munícipes, CEDRU



Quando questionados sobre a possibilidade de emigrarem para outros país no sentido de arranjam um emprego fora de Portugal, 6 não consideram de todo essa hipótese e 3 afirmam que não sabem. O peso dos jovens que têm expectativas nulas ou reduzidas acerca de emigrar (44% - 22) é ligeiramente superior ao dos jovens que têm elevadas ou muito elevadas (38% - 19) expectativas em emigrar.

Nas sessões de *focus group* com jovens, estes valorizaram a auto-sustentabilidade financeira (subsistência económica) associada ao emprego, mas também o exercício de uma atividade numa área/atividade da sua preferência.

Expectativas dos jovens em emigrar para outro país / trabalhar fora de Portugal (Nº), Cascais, 2016, Inquérito telefónico aos munícipes, CEDRU



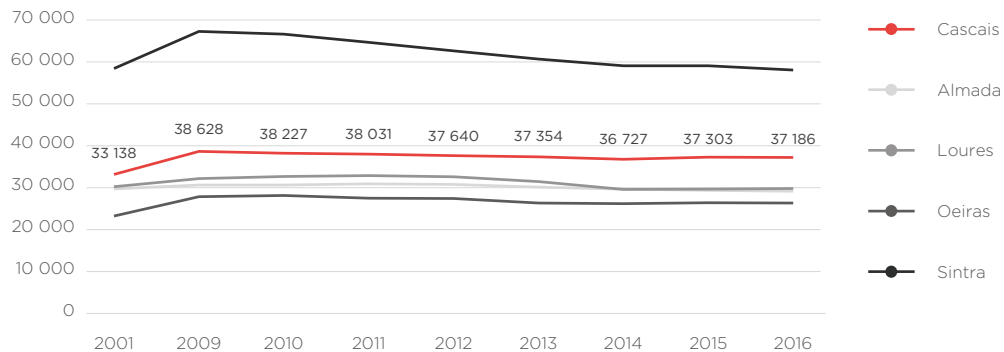
6. Educação

6.1 Oferta educativa e condições de acesso à educação

A democratização da educação em Portugal apenas teve início no pós 25 de abril de 1974 e tem testemunhado desde então inúmeras alterações. Na década de 60 o Estado Novo decretou a escolaridade obrigatória até ao 6º ano. Anos mais tarde, com o regime democrático, a mesma foi alargada até ao 9º ano e desde 2009 tornou-se obrigatório prosseguir os estudos até ao 12º ano ou maioridade do estudante (18 anos). Em 2012 foram introduzidas mudanças que interferiram com quase todos os agentes educativos: direções de escolas, professores, alunos e encarregados de educação. Comparativamente a outros países da OCDE, Portugal destaca-se com indicadores positivos no ensino profissional e na frequência do ensino pré-escolar, no entanto, e apesar dos progressos, continua a apresentar as mais baixas taxas de conclusão do ensino secundário.

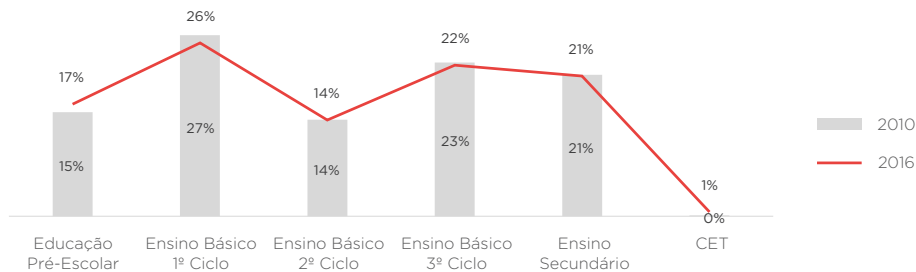
No que respeita o número de **alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário**, Cascais, à semelhança dos outros municípios comparáveis, assinalou um aumento de cerca de mais 5 mil alunos matriculados entre 2001 e 2009. Este ano registou o maior número de alunos matriculados nos anos em análise com um total de 38.628 alunos do ensino pré-escolar ao secundário. Desde essa data e até 2013 o número de alunos matriculados foi aumentando de forma gradual. Em 2014 observou-se uma pequena quebra, possivelmente devido à diminuição da natalidade a partir de 2009, que foi recuperada no ano seguinte. Em 2016 contabilizavam-se 37.186 alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário.

Total de Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário (Nº), vários anos, PORDATA



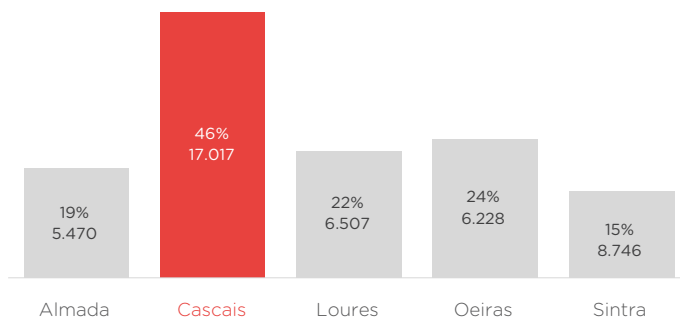
O maior peso de alunos matriculados em 2016, segue o padrão de 2010 ao concentrar mais de 1/4 dos alunos no 1º Ciclo do ensino básico (26% e 27% respetivamente). Segue-se o 3º Ciclo do ensino básico com 22% e o Ensino Secundário com 21%. A proporção de alunos matriculados na educação pré-escolar cresce ligeiramente (dos 15% para os 17%), enquanto que a de alunos do 2º ciclo mantém-se igual com o menor peso de alunos matriculados (14%). Quer em Cascais, quer nos restantes municípios comparáveis 52% dos alunos matriculados são do sexo masculino.

Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário, por nível de ensino (%), 2010 e 2016, Cascais, PORDATA



Dos 37.186 alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário de Cascais em 2016, pouco mais de metade frequentavam o **ensino público** (54% - 20.169), enquanto 46% (17.017) estavam no **ensino privado** (de natureza particular, cooperativa ou solidária).

Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário privados (% e Nº), 2016, PORDATA

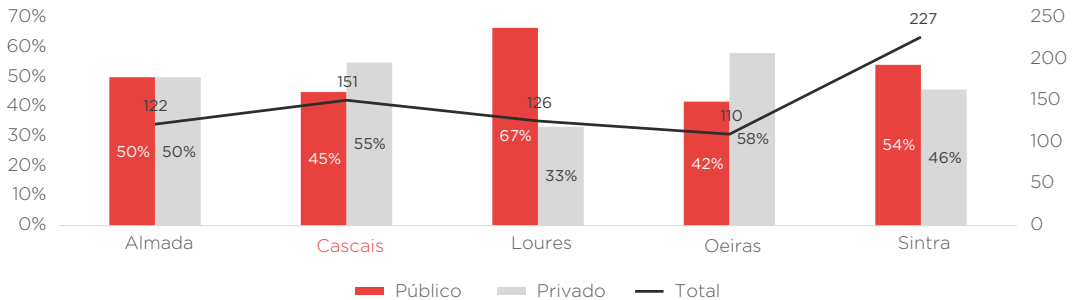


Cascais apresenta uma situação atípica neste domínio quando comparado com os restantes municípios comparáveis. No caso de Sintra que apresenta o maior número de alunos matriculados

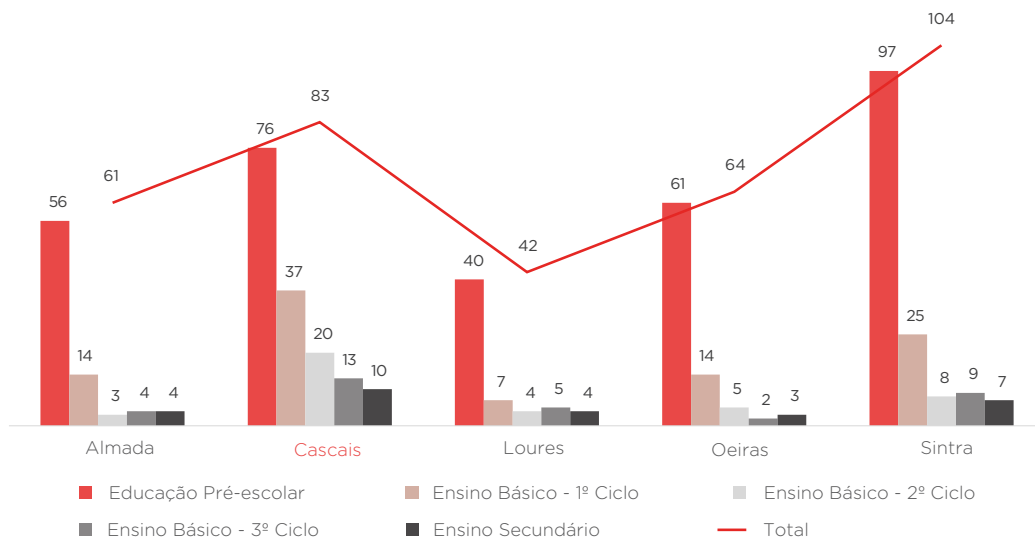
no sistema privado a seguir a Cascais (8.746 que correspondem a cerca de metade dos de Cascais), eles representam apenas 15% do universo de alunos matriculados. Por sua vez, Oeiras com a maior percentagem de alunos nestas condições não vai além dos 24% e dos 6.228 alunos matriculados no sistema privado.

O concelho de Cascais destaca-se pelo elevado número de **estabelecimentos privados** (83) que representam mais de metade do total e estabelecimentos de ensino (55%). Oeiras, no entanto tem a maior proporção de estabelecimentos privados (58%), enquanto que Sintra contabiliza o maior número (104) mas com um peso de apenas 46%.

Proporção de estabelecimentos dos ensinos pré-escolar, básico e secundário públicos e privado (%), por total dos estabelecimentos de ensino (Nº), 2015/2016, INE



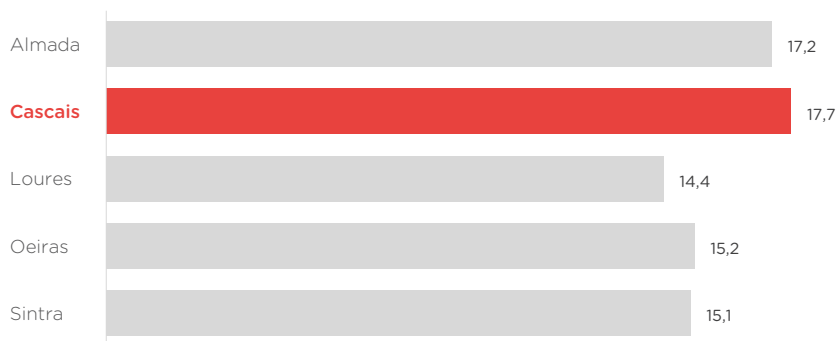
Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário privado, por nível de ensino (Nº), 2016, PORDATA



É sobretudo ao nível dos estabelecimentos de ensino pré-escolares que se observa a maior concentração de estabelecimentos privados - mais de 90% dos estabelecimentos do pré-escolar são privados em todos os municípios. Para todos os restantes níveis de ensino com exceção do 1º ciclo, Cascais apresenta sempre um número igual ou superior de estabelecimentos privados, sendo o único do conjunto de municípios comparáveis.

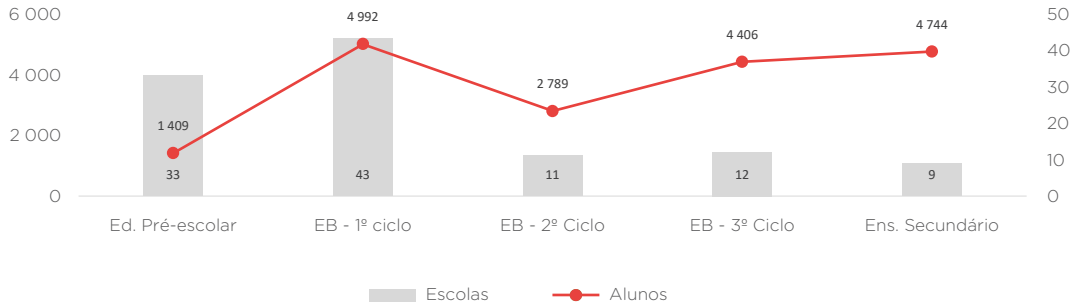
Cascais, no conjunto de municípios comparáveis, é o concelho com a maior proporção de **peçoas a frequentar o ensino pré-escolar, básico e secundário** (17,7%) face ao total e população residente. Segue-se Almada com valores muito próximos (17,2%), por oposição a Loures que assinala a menor percentagem com 14,4%. No caso de Oeiras que contabiliza o maior número de alunos matriculados nestes níveis de ensino eles representam apenas 15,2% da população residente.

Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário em % da população residente (%), 2016, PORDATA



No que respeita o **ensino público** em Cascais, no ano letivo 2016/2017, 18.340 alunos frequentaram as 108 escolas dos 11 agrupamentos do ensino público (Alapraia, Alcabideche, Alvide, Carcavelos, Cascais, Cidadela, Frei Gonçalo de Azevedo, Ibn Mucana, Matilde Rosa Araújo, Parede e S. João do Estoril), com destaque para o 1º ciclo do Ensino Básico (25% - 4.992 alunos) e Ensino Secundário (26% - 4.744 alunos).

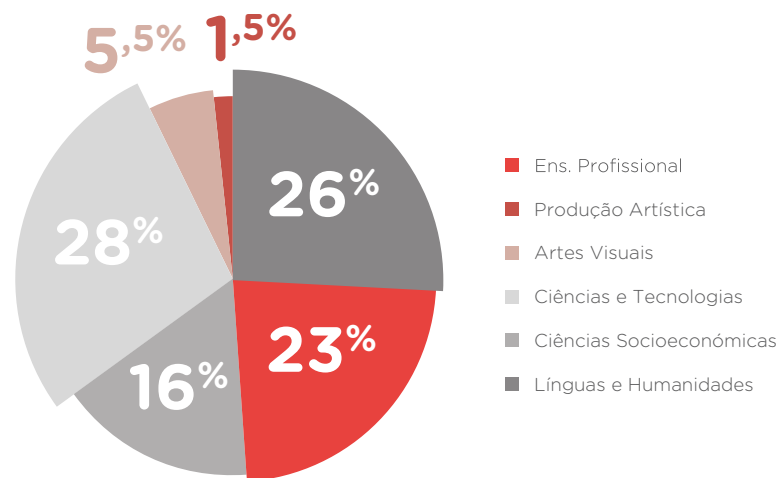
Alunos no ano letivo 2016/2017, por nível de ensino e escolas públicas (Nº), Cascais, PORDATA



No **Ensino Secundário público** as principais escolhas dos alunos vão para a área das Ciências e Tecnologias (1.322 alunos), Línguas e Humanidades (1.198 alunos) e o Ensino Profissional (1.095 alunos) que tem registado um aumento do número de alunos inscritos.

As áreas mais direcionadas para as artes (Artes Visuais e Produção Artística) são aquelas que concentram o menos peso de alunos 7%, logo seguidas das Ciências Socioeconómicas com 16% (735 alunos).

Alunos no ano letivo 2016/2017, por área de Ensino Secundário público (%), Cascais, PORDATA

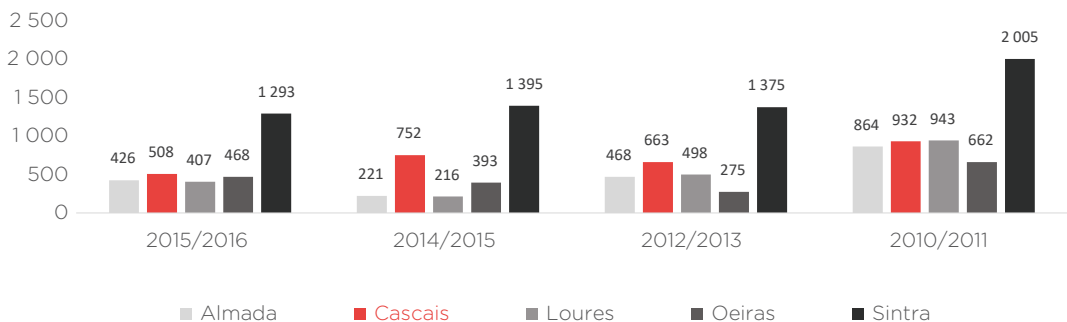


Apesar do sistema educativo regular até ao 12º ano estar vocacionado apenas para alunos até aos 18 anos de idade existe oferta de ensino para indivíduos adultos com mais de 18 anos (ensino recorrente, Cursos de Educação e Formação de Adultos e educação extra-escolar), garantindo a todos os cidadãos o acesso à educação, um direito constitucional da república portuguesa.

Os **Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA)** são uma oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos dão a possibilidade de adquirirem habilitações escolares e/ou competências profissionais, com vista a uma (re)inserção ou progressão no mercado de trabalho. Em Cascais, em 2015/16 foram ministrados por escolas da rede pública, por um centro do IEFP (o Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão) e por uma entidade acreditada (o Centro Protocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça).

No ano letivo 2015/2016 apenas 508 adultos participaram em Cursos EFA em Cascais, pouco mais de metade dos que participaram no ano letivo 2010/2011 (932). Este cenário de diminuição gradual é transversal aos municípios em análise com exceção do ano letivo 2014/2015 em que se observou um ligeiríssimo crescimento.

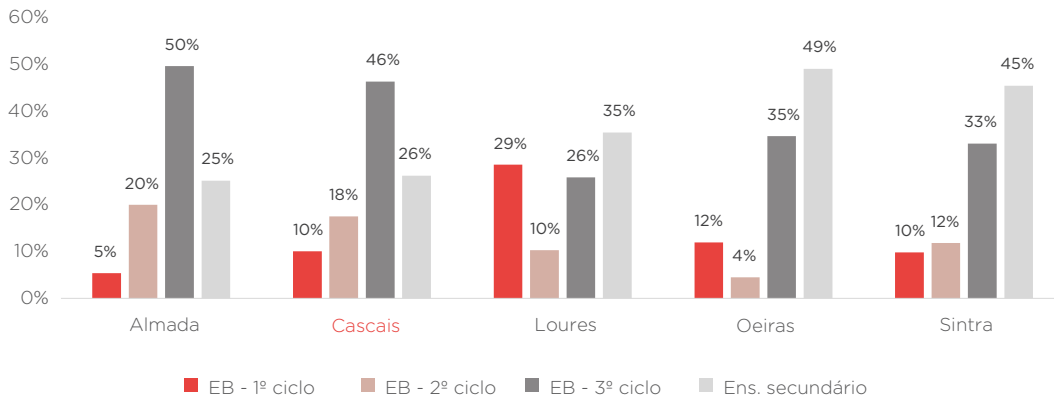
Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos (Nº), vários anos letivos, INE



Em Cascais, o 3º ciclo do ensino básico concentra a maior percentagem de indivíduos (46% - 235) que participam em Cursos EFA, à semelhança de Almada, enquanto que nos restantes municípios em análise o Ensino Secundário é o nível de ensino que reúne a maior proporção de frequentadores adultos.

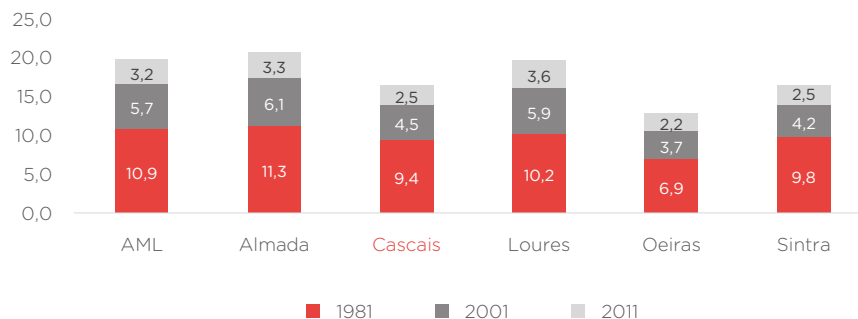
De realçar, o peso ainda considerável de adultos que frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico. Se por um lado é positivo este interesse pela obtenção de qualificação, por outro lado reflete as fragilidades educativas existentes. O valor mais elevado de participantes numa qualificação de 1º ciclo observou-se em Sintra e Loures (127 e 116 respetivamente), sendo que Cascais assinalou um crescimento: passou de 2 pessoas no ano letivo 2010/2011 para 51 no ano letivo 2015/2016.

Indivíduos com 18 e mais anos de idade que participaram em cursos de educação e formação de adultos, por nível de ensino (%), ano letivo 2015/2016, INE



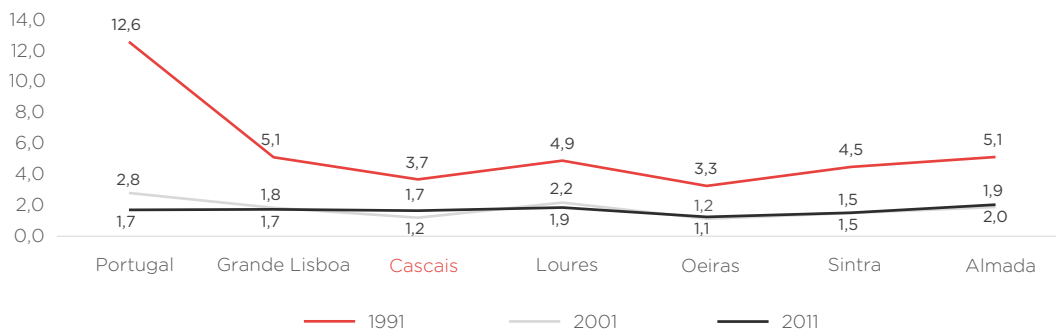
No que se refere à **taxa de analfabetismo** (proporção de indivíduos com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever sobre o total de indivíduos residente com 10 ou mais anos) os dados mais recentes datam de 2011 e dão conta de uma situação bastante favorável para Cascais (2,5%) face à AML (3,2%) e municípios comparáveis, com excepção de Oeiras que apresentava a taxa mais baixa com 2,2%.

Taxa de analfabetismo segundo os Censos 1981, 2001 e 2011 (%), PORDATA



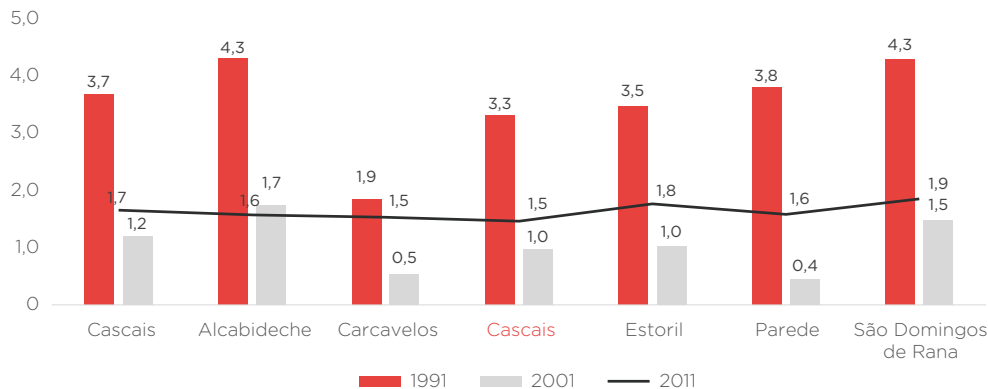
A análise da **taxa de abandono escolar** revela uma diminuição acentuada entre 1991 e 2001 e um ligeiríssimo aumento (inferior a 1% na maioria dos casos) em 2011, com Cascais a ocupar uma posição mais vantajosa em 2001 do que em 2011. Em 2011, Cascais regista um pequeno crescimento (+0,5 pp.) da proporção de população residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano face à população residente com idade entre 10 e 15 anos, passando a igualar o país e grande Lisboa (1,7% respetivamente) e apresentando um peso superior em comparação com Sintra (1,5%) e Oeiras (1,2%).

Taxa de abandono escolar, por local de residência (%), Censos 1991, 2001 e 2011, INE



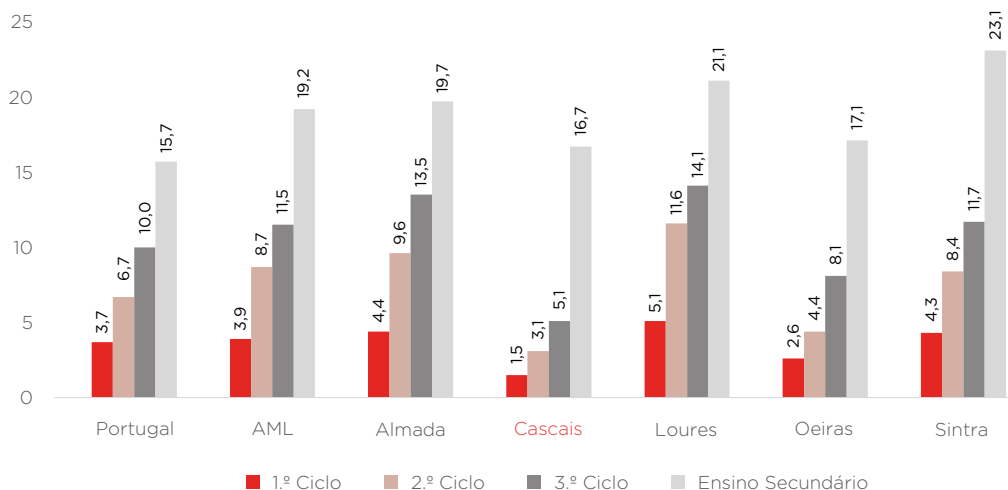
As antigas freguesias de S. Domingos de Rana e do Estoril assinalavam em 2011 taxas de abandono escolar superiores ao concelho (1,9% e 1,8% respetivamente). Mas foi nas freguesias de Carcavelos e da Parede que o aumento foi mais notório (mais 1 pp. e mais 1,1 pp.). Já Alcabideche foi a única freguesia a registar uma diminuição de 0,1 pp..

Taxa de abandono escolar por local de residência e freguesias de Cascais (%), Censos 1991, 2001 e 2011, Cascais, INE



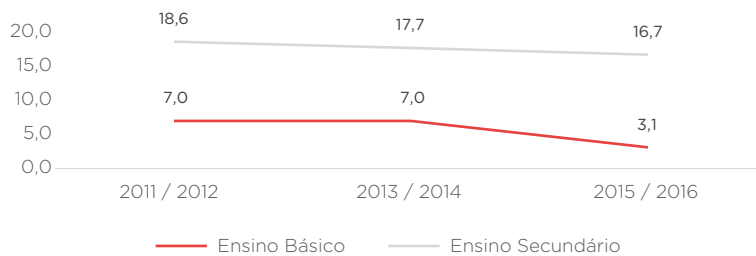
Cascais apresenta uma situação particularmente favorável no que concerne às **taxas de retenção e abandono escolar** no ano letivo 2015/2016 para todos os níveis de ensino com valores bastante inferiores aos dos municípios comparáveis (Oeiras é o município que apresenta valores mais semelhantes, mas ainda assim com taxas de retenção mais elevadas). A taxa de retenção no Ensino Básico em Cascais (3,1%) é metade da de Portugal (6,6%) e no Ensino Secundário (16,7%) está 1 pp. acima da verificada no país (15,7%).

Taxa de retenção e desistência no ensino básico, por nível de ensino (%), por localização geográfica, 2015/2016, INE



A taxa de retenção e desistência é tendencialmente superior no Ensino Secundário, mas apresenta uma trajetória decrescente em Cascais: entre o ano letivo 2011/2012 e 2015/2016 diminuiu 1,9 pp.. No entanto, é ao nível do Ensino Básico que se regista a maior variação com menos 3,1 pp..

Taxa de retenção e desistência no ensino secundário (%), vários anos letivos, Cascais, INE



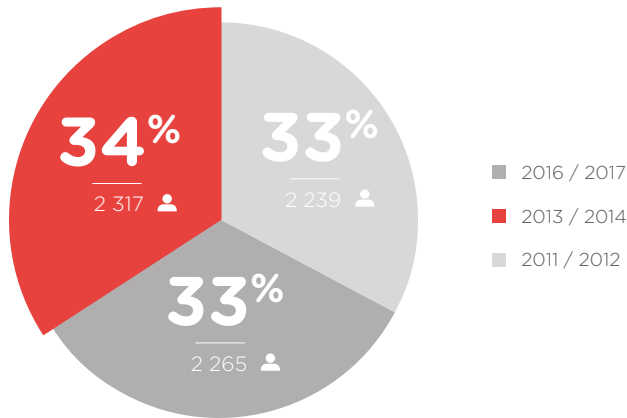
Em matéria de **ensino superior** existem 2 estabelecimentos de ensino superior politécnico: a Escola Superior de Hotelaria do Estoril (ESHTE) e a Escola Superior de Saúde de Alcoitão (ESSA), ambas com oferta de dois ciclos de ensino superior - licenciatura e mestrado, bem como pós graduações.

Abriu no ano letivo 2018/2019 o novo pólo da Universidade Nova de Lisboa em Carcavelos - a NOVA SBE. Este novo estabelecimento de ensino irá aumentar a oferta de vagas no ensino superior no concelho de Cascais e reforçar e diversificar a oferta formativa de nível superior.

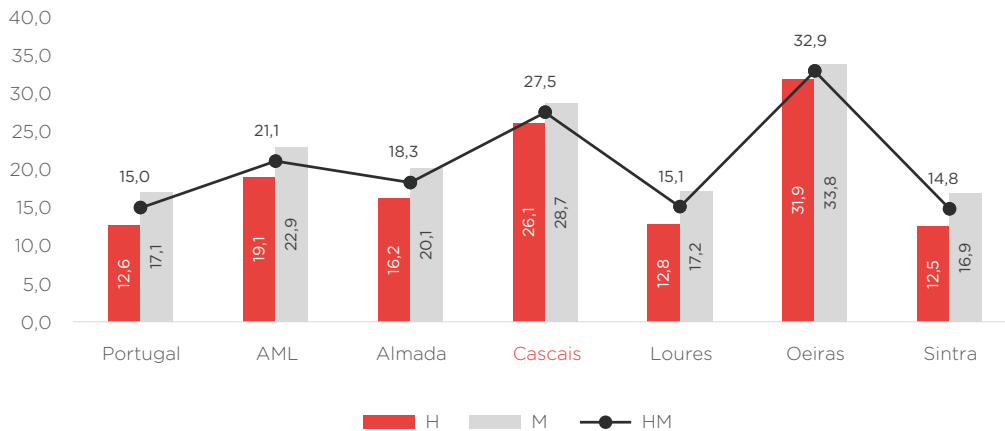
Frequentam os estabelecimentos de ensino superior de Cascais mais de 2 mil e duzentos alunos, não se registando variações significativas entre anos letivos.

Os dados mais recentes sobre a proporção da população residente de Cascais com o ensino superior completo são relativos aos Censos de 2011 e dão conta de uma situação bastante favorável (27,5%) face ao país (15%), AML (21%) e municípios comparáveis, à exceção apenas de Oeiras que apresenta a proporção mais elevada de população residente com o ensino superior completo (33%).

Alunas/os inscritas/os no ensino superior em Cascais (N.º), vários anos, Cascais, INE



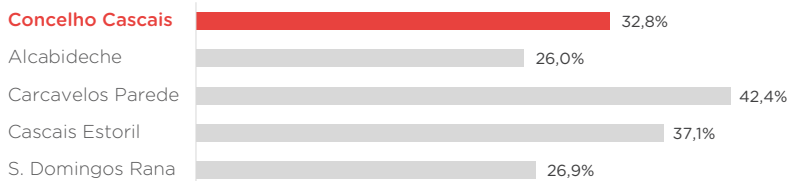
Proporção da população residente com ensino superior completo por local de residência e sexo (%), 2011, INE



Uma análise à escala das freguesias dá conta de algumas assimetrias. É nas freguesias de Carcavelos Parde (42%) e Cascais Estoril (37%) que se observa um maior peso de residentes entre os 18 e os 22 anos a frequentar uma licenciatura, com valores acima da média concelhia (33%).

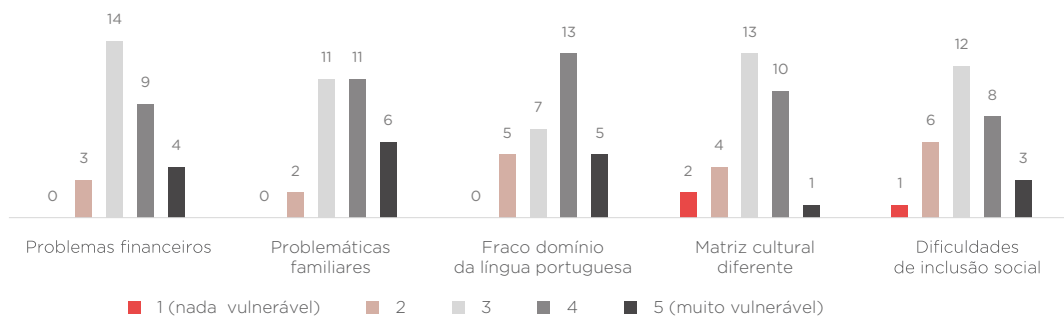
Alcabideche (26%) e S. Domingos de Rana (27%) apresentam a proporção mais baixa, mas ainda assim mais de 1/4 da população residente em Cascais com idade entre os 18 e os 22 anos encontrava-se a frequentar uma licenciatura em 2011.

Proporção de população residente a frequentar uma licenciatura com idade entre os 18 e os 22 anos, no total de população residente entre os 18 e os 22 anos (%), Concelho Cascais, 2011, INE



Atores estratégicos locais que atuam na área da educação foram questionados sobre o **grau de vulnerabilidade dos alunos no acesso ao ensino e à educação** tendo em conta algumas problemáticas. As problemáticas familiares e o fraco domínio da língua portuguesa foram as condições mais frequentemente apontadas como causadores de vulnerabilidade (nível 4) e muita vulnerabilidade (nível 5), com um total de 17 e 18 sinalizações. As restantes problemáticas: problemas financeiros, matriz cultural diferente e dificuldades de inclusão social foram sobretudo identificadas como associadas a uma vulnerabilidade de nível 3 que representa um nível intermédio de vulnerabilidade.

Avaliação da vulnerabilidade dos alunos no acesso ao ensino e à educação (Nº), 2016, Cascais, Inquérito online aos atores estratégicos locais, CEDRU

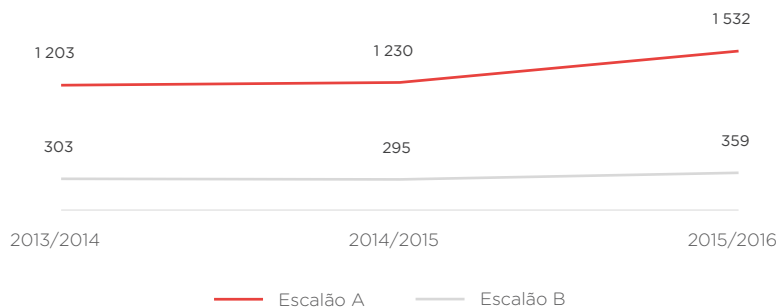


Quase todas as entidades dizem dispor de mecanismos que permitem assegurar o acesso de forma equitativa à educação por parte de **alunos em situação de desvantagem** que se traduzem, na sua maioria, por apoios financeiros diretos ou convertidos em descontos.

Para além do apoio das entidades locais existem outras formas de assegurar o sucesso escolar e a igualdade de acesso a todos os alunos do Ensino Básico e Secundário. Esse apoio faz-se através da atribuição da **Ação Social Escolar (ASE)** que se traduz num conjunto de medidas (apoios alimentares, transportes escolares, alojamento, auxílio económico e prevenção de acidentes e seguro escolar) destinadas aos alunos de agregados familiares cuja situação económica determina a necessidade de comparticipações financeiras.

Os apoios são fornecidos segundo três escalões: A, B (correspondem ao 1º e 2º escalão de rendimentos que determinam a atribuição do abono de família) e C. Em Cascais o número de alunos apoiados no escalão A ao nível do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico aumentou entre o ano letivo 2013/2014 e 2015/2016: passou dos 1.203 alunos para os 1.532. Por sua vez, o número de alunos apoiados no escalão B também aumentou, mas de forma muito menos acentuada, representando menos de 1/4 dos alunos no escalão A (no ano letivo 2015/2016 foram apoiados mais 56 alunos do que no ano letivo 2013/2014).

Alunos com Ação Social Escolar (escalão A e B) no concelho de Cascais, do pré-escolar e 1º ciclo (Nº), 3 anos letivos, Cascais, CMC (Carta Educativa)



O Escalão A corresponde ao Escalão 1 do Abono de Família (Rendimentos do agregado familiar \leq a $0,5 \times$ IAS \times 14)

Exemplo:

1º escalão 2017 = 2.942,24 (IAS = 421,32)

1º escalão 2018 = 3.002,30 (IAS = 428,90)

O Escalão B corresponde ao Escalão 2 do Abono de Família (Rendimentos do agregado familiar $>$ a $0,5 \times$ IAS \times 14 e \leq a $1 \times$ IAS \times 14)

Exemplo:

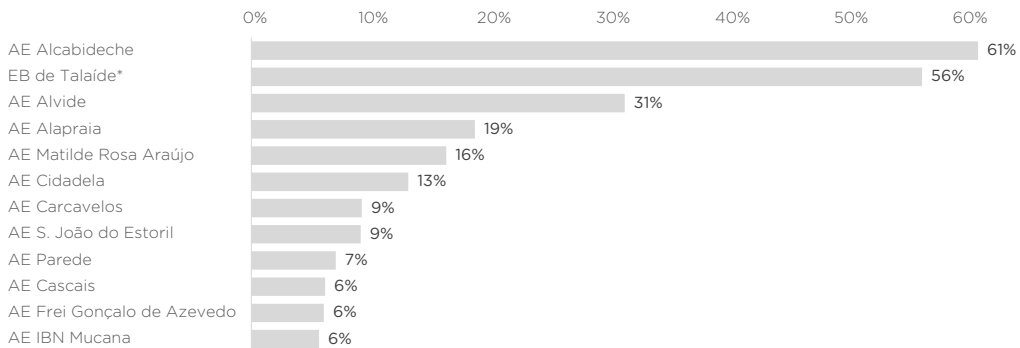
2º escalão 2017 = $>$ 2.942,24 até 5.898,48

2º escalão 2018 = $>$ 3.002,30 até 6.004,60

Em metade dos Agrupamentos Escolares (6) do concelho de Cascais* a percentagem de alunos que recebem apoio financeiro da ASE é inferior a 10%, mas num Agrupamento e EB essa percentagem excede os 50%, ou seja, mais de metade dos alunos do universo total de cada Agrupamento e EB são apoiados pela ASE. É no AE de Escolas de Alcabideche que se concentra a maior percentagem de alunos apoiados com ASE, superior a 60%. É também na freguesia de Alcabideche que se concentra o maior peso de beneficiários de subsídio por abono de família (37% em 2015).

No entanto, esta prestação social apresenta uma clara tendência de diminuição a partir de 2010 em todo o concelho (passou dos 56,2% beneficiários para os 32,2% em 2015), o que não está em consonância com a evolução do número de alunos apoiados pela Ação Social Escolar em Cascais.

Alunos apoiados pela Ação Social Escolar, por agrupamento (%), ano letivo 2014/2015, Cascais, CMC (Carta Educativa)

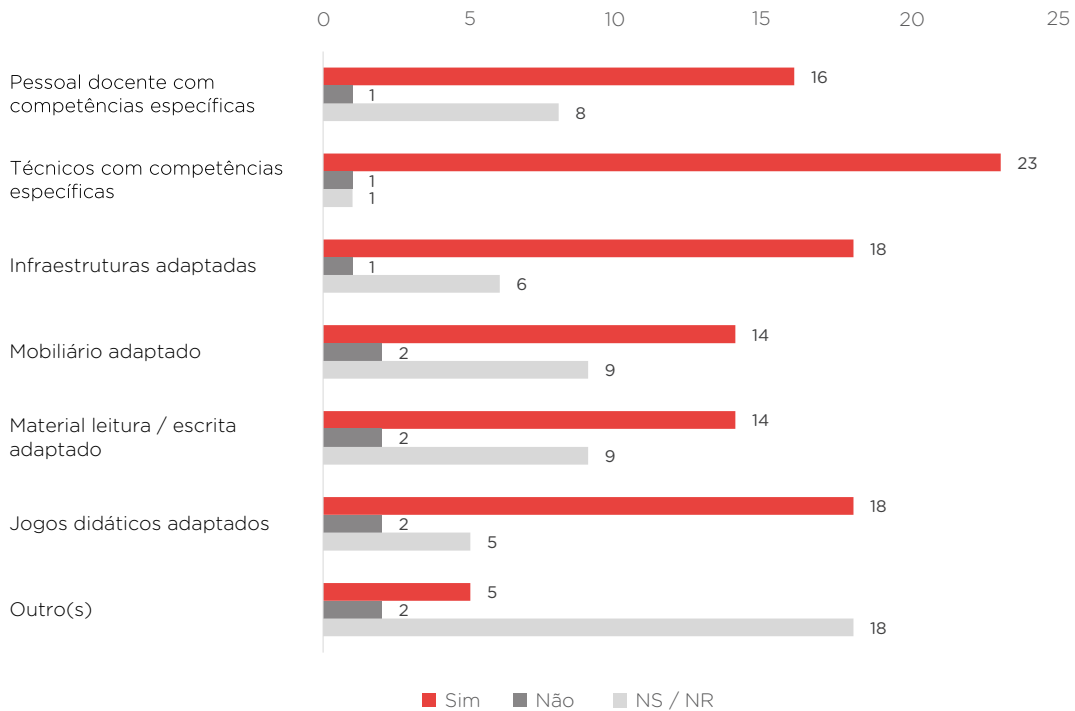


* A EB de Talaíde pertence a um AE de Oeiras.

No que respeita as crianças e jovens com **Necessidade Educativas Especiais (NEEs)** o seu acesso à educação também está salvaguardado, nomeadamente nas escolas do ensino regular que garantem a integração e o desenvolvimento de uma educação apropriada para todos incluindo os alunos com NEEs. Dados da Direção Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) identificam um total de 1.929 alunos matriculados nas várias escolas e agrupamentos do Concelho no Ensino Básico e Secundário no ano letivo 2015/2016 que se enquadram no estatuto de alunos com NEEs.

Do total de entidades da rede social de cascais que atuam na área educativa e formação, 25 (em 45) trabalham com crianças e jovens com NEEs apresentando um conjunto de recursos educativos específicos que pretendem proporcionar a estas crianças/jovens os mecanismos necessários e facilitadores da sua inclusão, aprendizagem e formação. A existência de técnicos com competências específicas é o recurso identificado por mais entidades (23, 92%), seguido das infraestruturas adaptadas e dos jogos adaptados (18 entidades respetivamente). O material de leitura/escrita adaptado e o mobiliário adaptado são os recursos menos mencionados, mas ainda assim foram referidos por mais de metade das entidades (56% respetivamente).

Recursos educativos das entidades para trabalhar com crianças e jovens com NEEs (Nº), Inquérito online aos atores estratégicos locais, 2016, CEDRU

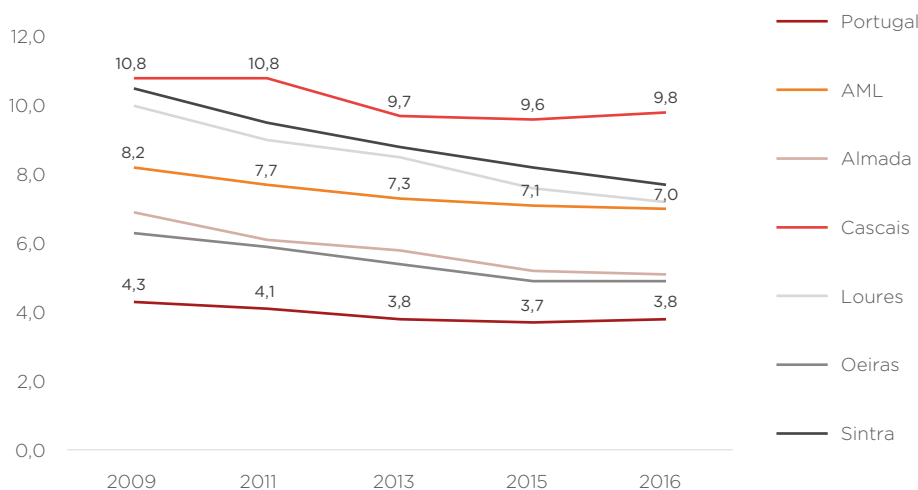


6.2 A diversidade social e cultural nas escolas

O concelho de Cascais é um território que se caracteriza por uma **diversidade populacional** a qual se manifesta em diversas esferas institucionais e sociais, nomeadamente nos ambientes educativos.

Cascais regista nos vários anos em análise (9,8% em 2016) uma proporção acrescida de **população estrangeira** com estatuto legal de residente em comparação com o país (3,8%), AML (7%), e municípios comparáveis.

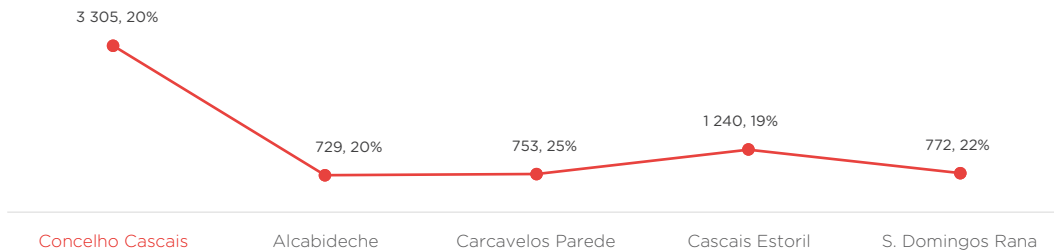
População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente (%), vários anos, PORDATA



A população estrangeira residente com idade entre os 0 e os 19 anos (3.30) representava 20% da população estrangeira residente (16.711) em 2011. Estas crianças e jovens em idade escolar tinham um maior peso nas freguesias de Carcavelos Parede (25%), S. Domingos de Rana (22%) e Alcabideche (20%).

Por sua vez, a freguesia de Cascais Estoril que detinha a maior proporção de população residente de nacionalidade estrangeira (39%) apresentava o menor peso de crianças e jovens até aos 19 anos (19%).

População residente de nacionalidade estrangeira, segundo a idade do 0 - 19 anos (Nº e %), 2011, concelho Cascais, INE

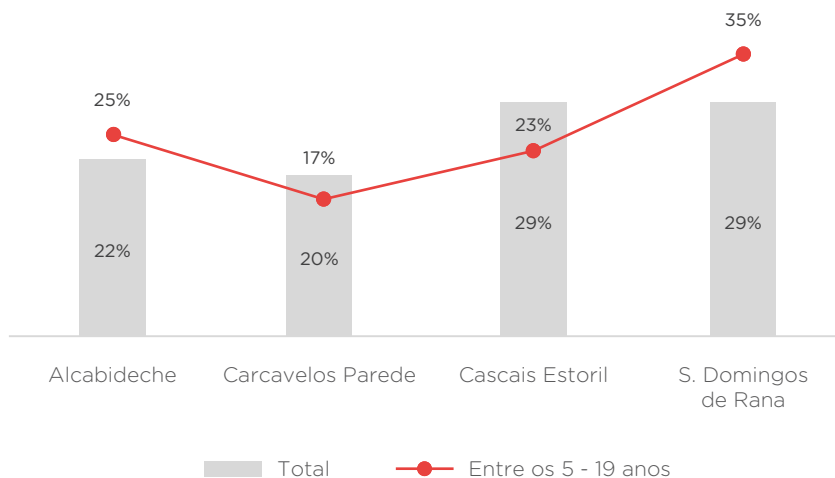


Uma vez que estes dados remontam a 2011, procurou-se obter informação mais recente sobre a diversidade social e cultural. Para o efeito foram inquiridas 81 organizações de ensino que trabalham com crianças e jovens (inquérito online às entidades, 2016, CEDRU). Pela análise das respostas conclui-se que a maioria das entidades tem alunos de nacionalidade estrangeira (53 entidades) e que mais de 1/3 tem alunos com dupla nacionalidade (30 entidades).

Foram identificadas cerca de 51 nacionalidades com destaque para a Brasileira (32 referências), Angolana (16 menções), Cabo-Verdiana e Guineense (14 alusões cada), Romena e Ucraniana (11 referências respetivamente) e Inglesa e Russa (10 citações cada). É nas escolas públicas do concelho que a diversidade de nacionalidades é mais notória com 40 nacionalidades distintas identificadas. Nos estabelecimentos de ensino privados a diversidade de nacionalidades é menor (ronda as 18 nacionalidades), mas existe uma entidade que só tem alunos de nacionalidade estrangeira (não existem alunos de nacionalidade portuguesa).

Avaliar a diversidade existente nas escolas implica também identificar o universo de **crianças e jovens com alguma deficiência ou incapacidade**. Em 2011 residiam no concelho de Cascais 27.276 munícipes com pelo menos uma dificuldade. A freguesia de S. Domingos de Rana detinha a maior proporção de residentes com pelo menos uma dificuldade (29% - 7.914), a par de Cascais Estoril (29% - 7.876). A Freguesia de Carcavelos Parede era a que detinha a menor proporção com 20% (5.415), logo seguida de Alcabideche com 22% (6.071).

Proporção de população residente com pelo menos uma dificuldade, total e por grupo etário dos 5 aos 19 anos (%), 2011, concelho de Cascais, INE

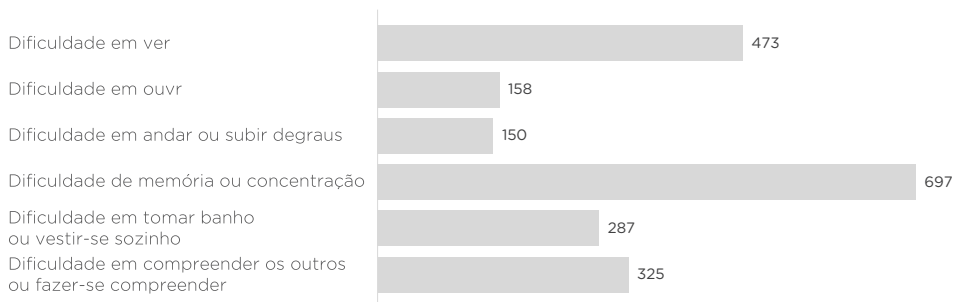


Deste universo (27.276) de residente com pelo menos uma dificuldade cerca de 5% (1.339) correspondiam a crianças e jovens com idade entre os 5 e os 19 anos. Na análise por freguesia o peso das crianças e jovens com pelo menos uma dificuldade apresenta um panorama ligeiramente distinto do anterior.

A freguesia de S. Domingos de Rana mantém a maior proporção do conjunto das freguesias, mas com um valor mais elevado, ou seja mais de 1/3 (35%) dos residentes em S. Domingos de Rana com pelo menos uma dificuldade tinham idade entre os 5 e os 19 anos. No caso de Alcabideche a proporção de residentes com pelo menos uma dificuldade também é mais elevada neste grupo etário (1/4 - 25%). Já Carcavelos Parede e Cascais Estoril apresentam uma situação inversa, i.e., a proporção de residentes com pelo menos uma dificuldade tem um peso inferior no grupo etário dos 5 aos 19 anos.

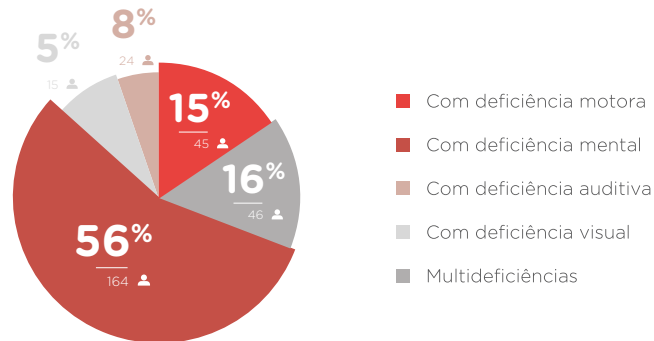
Entre as **dificuldades presentes na população residente** entre os 5 e os 19 anos com pelo menos uma dificuldade, a mais observada é de memória ou concentração (697), seguida da dificuldade em ver (473) e da dificuldade em compreender os outros ou fazer-se compreender (325).

População residente com pelo menos uma dificuldade, por tipo de dificuldade total e por grupo etário dos 5 aos 19 anos (Nº), 2011, Cascais, INE



De acordo com as entidades inquiridas sobre o **número de alunos com deficiência ou incapacidade** foram identificados 7.235 alunos sem incapacidade atribuída, 164 alunos com deficiência mental, 46 com multideficiências e 45 com deficiência motora. Apenas 15 alunos com deficiência auditiva e 24 com deficiência visual. 58,5% dos alunos com deficiência ou incapacidade estavam nas escolas públicas, 6% nas escolas privadas e 35,5% em escolas do setor social.

Existência de alunos por deficiência e incapacidade (Nº), 2016, Cascais, Inquérito *online* às entidades, CEDRU



Existem no Concelho 6 **Unidades de Apoio Especializado (UAE)** para a educação de alunos com Multideficiência e Surdo-Cegueira (EB Alapraia, EB e Secundária Frei Gonçalo de Azevedo, EB Fausto Cardoso de Figueiredo, EB Tires, EB Galiza nº1 e EB S. João Estoril), 7 Unidades de Ensino Estruturado (UEE) para a educação de alunos com Perturbações do Espectro do Autismo (EB Alapraia, EB Alcabideche, EB Alcoitão nº 3, EB Cascais, EB

Branquinho da Fonseca, EB António Torrado e EB e Secundária Matilde Rosa Araújo) e 1 Escola de referência para a educação de alunos Cegos e com Baixa Visão (EB S. João do Estoril).

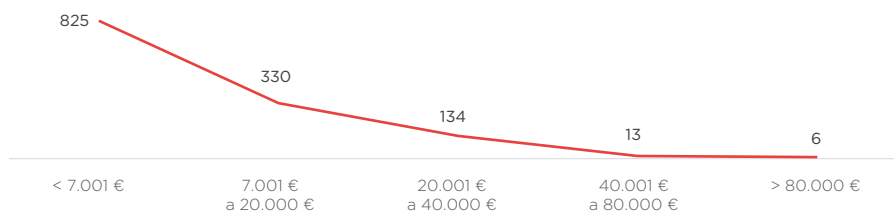
Alunos por escalão de abono de família em escolas públicas e entidades do setor social (Nº), 2016, Cascais, Inquérito online às entidades, CEDRU



No que respeita os **alunos com baixos recursos económicos** foram identificados pelas escolas inquiridas 4.601 alunos no 1º e 2º escalão do abono de família em 2016, dos quais 65% (2.972) pertenciam ao 1º escalão de abono de família o que corresponde a famílias cujo rendimento anual é igual ou inferior a 2.934,54€. No 2º escalão que enquadra as famílias com rendimentos anuais entre os 2.934,5€ e os 5.869,08€ encontravam-se nesse ano 1.629 alunos (35%).

Por sua vez, na resposta aos inquéritos, as instituições do setor social que trabalham com crianças e jovens indicaram que, em 2016, 63% dos seus alunos (825) eram provenientes de famílias cujo escalão de IRS não ultrapassa os 7 mil euros anuais. O peso dos alunos no escalão imediatamente a seguir era de 25% (330 alunos), enquanto que no escalão de rendimento mais elevado contabilizavam-se apenas 6 alunos.

Alunos por escalão de IRS do agregado familiar em entidades do setor social (Nº), 2016, Cascais, Inquérito online às entidades, CEDRU



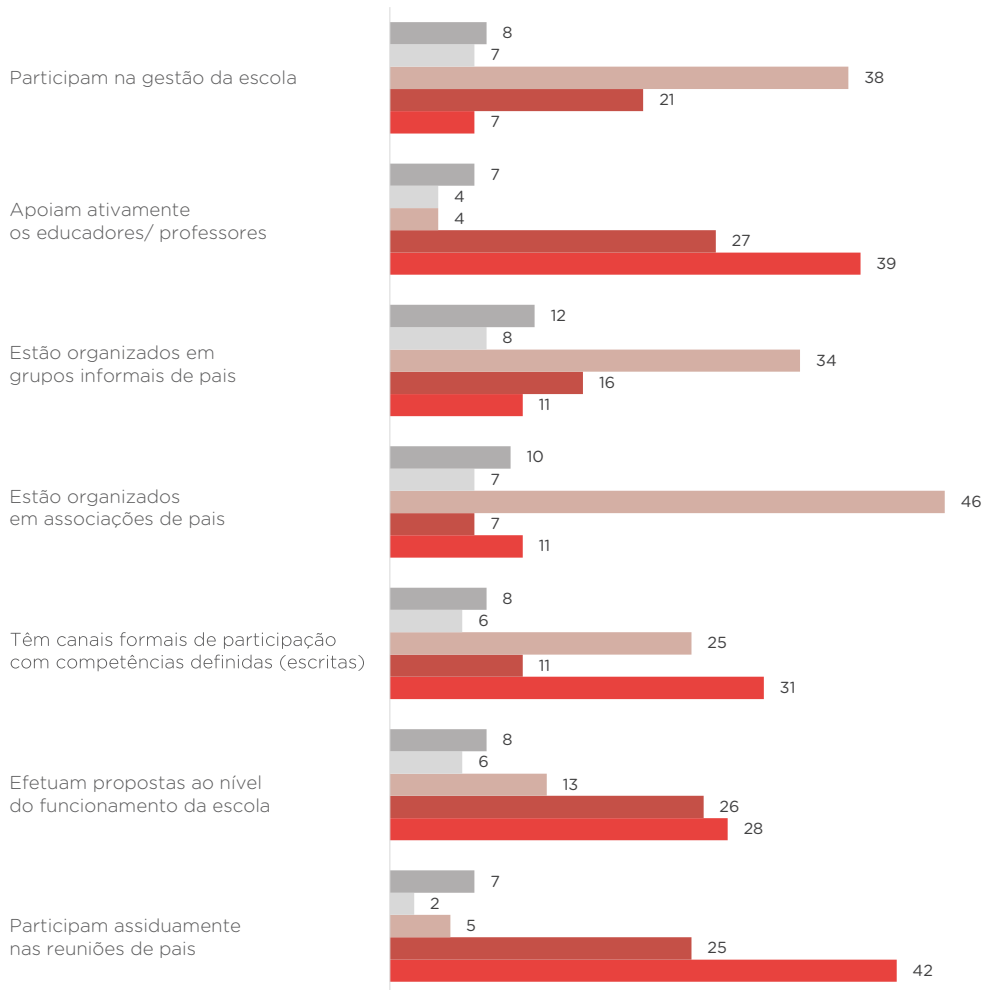
Na sessão de *focus group* com jovens do concelho foi discutido o tema “escola como local de diversidade” tendo resultado a ideia de que a escola é efetivamente um local de diversidade cultural e social, particularmente nas escolas públicas, mas também de desigualdades/disparidades entre alunos.

6.3 A participação de alunos e encarregados de educação

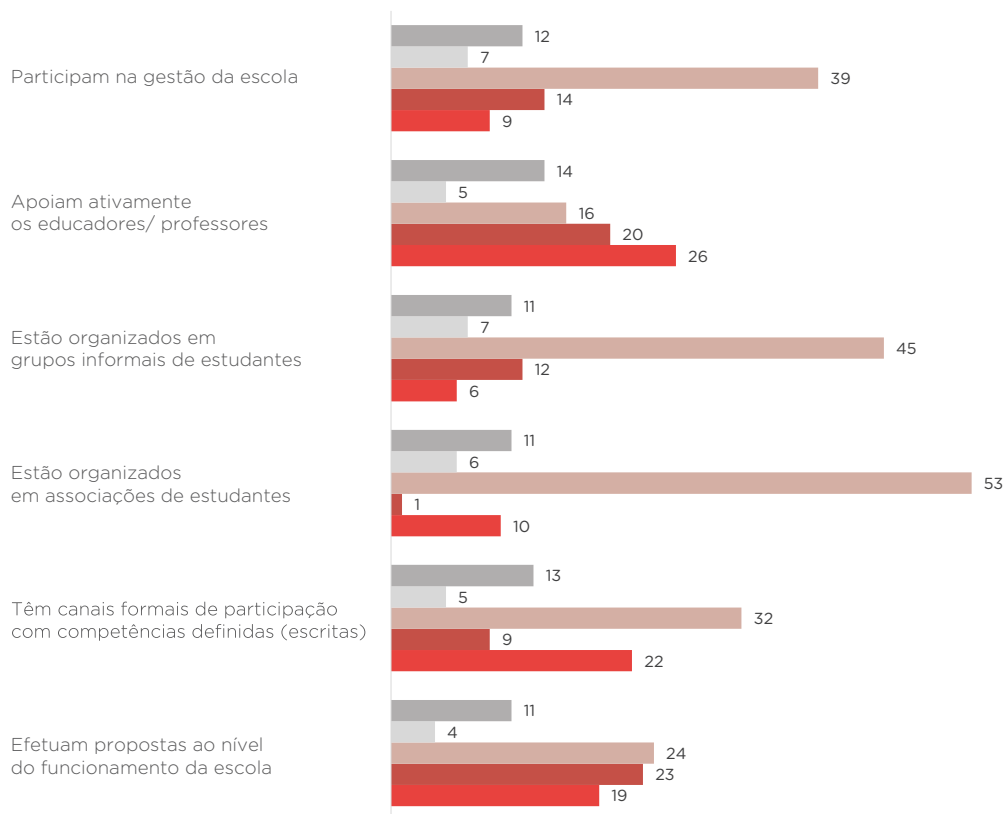
As políticas de educação, formação e desenvolvimento pessoal enfatizam a importância da participação e envolvimento dos responsáveis de educação e dos próprios alunos nos processos educativos como forma de reforçar a relação família-escola e por esta via ampliar as probabilidades de sucesso educativo das crianças e jovens. No entanto, há alguns fatores que afetam o relacionamento efetivo entre pais e escola relacionados com fatores de ordem diversa (culturais, económicos, laborais, ...).

Formas e grau de envolvimento dos encarregados de educação na entidade (Nº), 2016, Cascais, Inquérito *online* às entidades, CEDRU

- Sim
- Parcialmente
- Não
- NS / NR
- Em branco



Formas e grau de envolvimento dos alunos na entidade (Nº), 2016, Cascais, Inquérito *online* às entidades, CEDRU



Foram inquiridas 81 entidades (infantários, ATL's, escolas, ...) sobre a **forma e grau de envolvimento e participação dos encarregados de educação e dos alunos na entidade**. Os resultados da análise de cada grupo dão conta de algumas semelhanças e de reduzidas divergências sobre o grau de envolvimento de encarregados de educação e alunos.

Destaca-se, pela positiva, a participação assídua dos encarregados de educação nas reuniões de pais, segundo 67 entidades (52% afirmam que participam e 31% que participam “parcialmente”), bem como o apoio ativo a educadores/ professores identificada por 66 entidades (48% afirmam que apoiam e 33% que apoiam “parcialmente”). Os encarregados de educação têm ainda um papel relativamente atuante na efetivação de propostas ao nível do funcionamento das escolas segundo 67% das entidades.

- Sim
- Parcialmente
- Não
- NS / NR
- Em branco

De acordo com as entidades inquiridas quer encarregados de educação, quer alunos tendem a não estar organizados em associações ou grupos informais (de pais ou alunos): encarregados de educação (57% e 42% respetivamente) ou alunos (65% e 56% respetivamente). A participação na gestão da escola também é diminuta por parte de encarregados de educação e de alunos (50% e 48%, respetivamente) com a maioria das entidades a dizerem que não participam.

Por oposição a esta fraca participação na gestão da escola, encarregados de educação e alunos efetuam propostas ao nível do funcionamento da escola (67% e 52% respetivamente) e apoiam ativamente os educadores/professores (81% encarregados de educação e 57% alunos), ainda que no caso dos alunos sejam menos as entidades que identificam o seu envolvimento nestes domínios.

No que respeita a existência de canais formais de participação com competências definidas escritas, as entidades inquiridas identificam a existência destes mecanismos para encarregados de educação (52%, total ou parcialmente) e dividem-se no que respeita os alunos: 38% têm estes canais e 40% não têm.

Pode-se concluir que os encarregados de educação envolvem-se mais no funcionamento da escola do que os alunos, o que pode estar relacionado com as baixas faixas etárias de algumas destas crianças/jovens. Contudo, ainda que não estejam organizados formal ou informalmente, encarregados de educação e alunos envolvem-se no funcionamento da escola e apoiam educadores e professores. Uma análise isolada apenas das respostas das escolas (31) sobre os alunos dá conta de um maior envolvimento dos alunos: 71% das entidades afirma que apoiam ativamente professores e educadores, 65% que efetuam propostas ao nível do funcionamento da escola e 58% afirmam ter canais de formais de participação definidos.

6.4 A confiança dos encarregados de educação no sistema educativo e professores

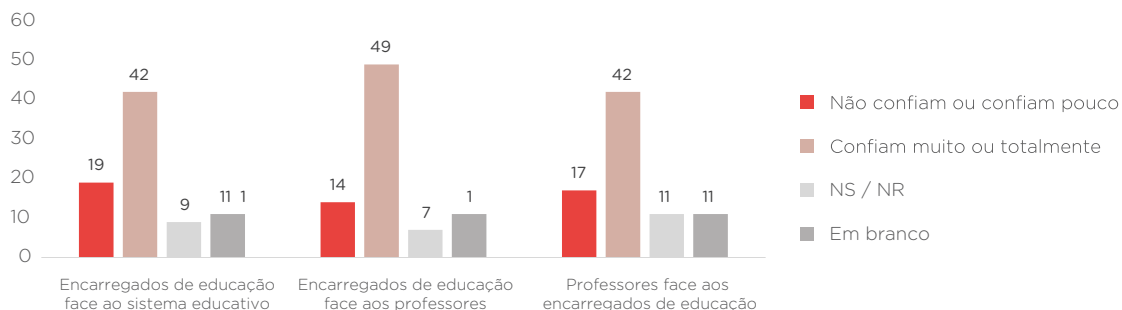
Vários estudos (Davies e Marques, 1997) indicam que apesar de várias mudanças sociais relevantes na sociedade portuguesa subsiste alguma desconfiança entre escolas e pais/encarregados de educação. Uma vez que o meio familiar e a escola são os ambientes em que as crianças e jovens passam a maior parte

do seu tempo é fundamental que entre eles se estabeleça uma relação harmoniosa e de confiança e que contribua com estímulos e impactes positivos para o processo educativo em que as várias partes estão envolvidas.

A fim de se perceber o **grau de confiança entre agentes educativos** foram inquiridas 81 entidades que trabalham diretamente com crianças e jovens.

Mais de metade das entidades considera que há um elevado grau de confiança (confiam muito ou totalmente) dos encarregados de educação face aos professores (61%) e face ao sistema de ensino (52%) e dos professores face aos encarregados de educação (52%).

Perceção das entidades sobre os níveis de confiança entre agentes educativos (Nº), 2016, Cascais, Inquérito online às entidades (81), CEDRU



Porém, o número de entidades que consideram que os professores “confiam” totalmente” nos encarregados de educação (6 entidades) é menor quando comparado com os encarregados de educação (12 entidades dizem que confiam “totalmente” no sistema educativo e 14 entidades que confiam “totalmente” nos professores).

As entidades inquiridas reconhecem mais nos professores a existência de falta de confiança face aos pais do que o inverso: 3% das entidades afirmam que os professores não confiam nos encarregados de educação e 18% que confiam pouco. Por sua vez, a proporção de entidades que entendem que os encarregados de educação confiam pouco nos professores é de 17p.p..

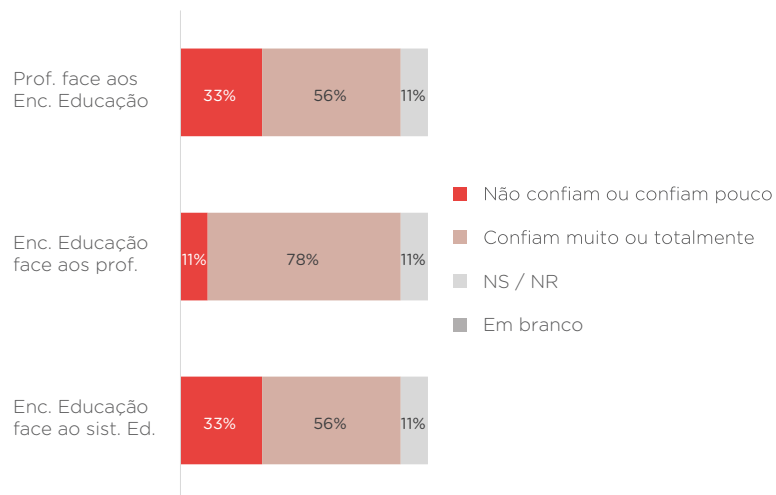
A mesma análise por tipo de entidade dá conta de níveis de confiança elevados (muito ou totalmente) e consensuais nas **escolas privadas** (9 entidades em 11) para qualquer uma das dimensões, sendo que nenhuma das entidades identificou a existência de falta de confiança.

Ao nível das **escolas públicas** os níveis de confiança descem um pouco, mas ainda assim a proporção de entidades a considerarem que há confiança é superior às que consideram que a confiança é reduzida, ainda que seja nas escolas públicas que se observam os valores percentuais mais elevados em duas dimensões (33% das entidades respetivamente, consideram que os encarregados de educação confiam pouco no sistema educativo e que os professores confiam pouco nos encarregados de educação).

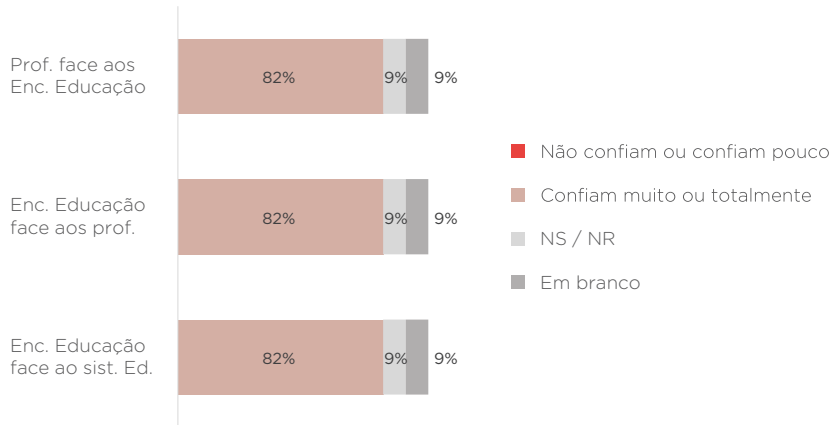
É nas entidades do setor social que se observa a proporção mais baixa de níveis de confiança positivos já que menos de metade das entidades (46%) afirmam que os encarregados de educação confiam muito ou totalmente no sistema educativo e que os professores confiam muito ou totalmente nos encarregados de educação.

Perceção das entidades sobre os níveis de confiança entre agentes educativos, por tipo de entidade (%), 2016, Cascais, Inquérito *online* às entidades, CEDRU

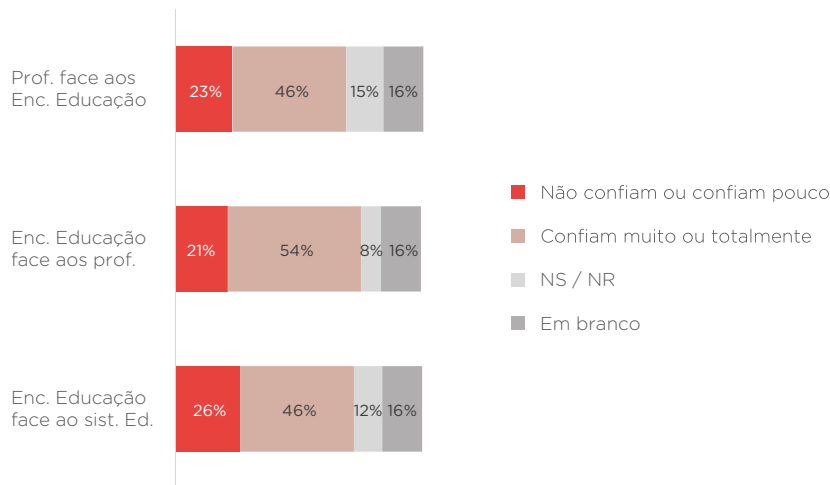
Escolas Públicas



Escolas Privadas



Setor Social



De uma forma generalizada existe confiança entre os vários agentes educativos, mas os níveis de confiança tendem a ser mais elevados por parte dos encarregados de educação, sobretudo, face ao sistema educativo e quando comparados com os dos professores face aos encarregados de educação. Por outro lado, é nas escolas privadas que se observam níveis de confiança mais positivos em todas as dimensões de análise.

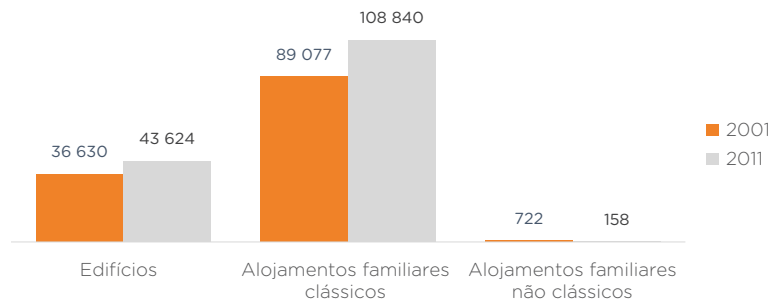
7. Habitação, urbanismo e acessibilidades

7.1 Caracterização do parque habitacional

A Constituição da República Portuguesa encerra o direito a uma habitação como um direito social conferido a todos os cidadãos, tendo o Estado a obrigação de garantir o acesso a uma habitação “de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto” (ponto 1 do artigo 65º da Constituição de 1997). No entanto, apesar do reconhecimento crescente do direito à habitação existem ainda muitas famílias portuguesas que defrontam sérias dificuldades para aceder a uma habitação com padrões mínimos de qualidade. Situação esta que se agravou com a crise económica que afetou o país no ano de 2008 e que tem vindo a ganhar um novo dinamismo desde 2015.

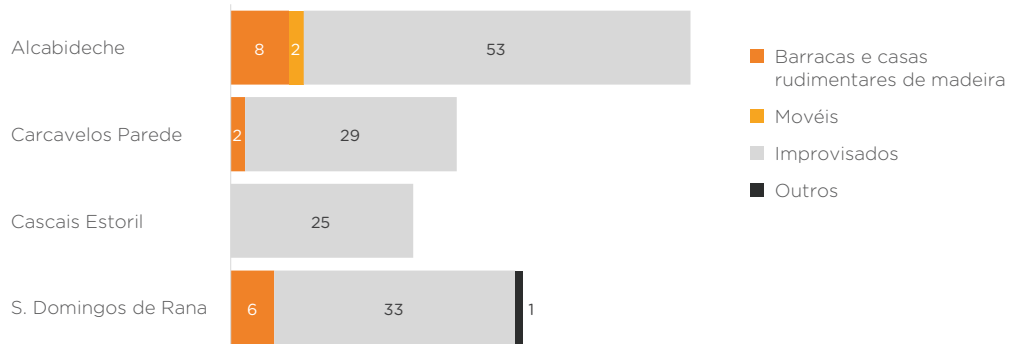
O **parque habitacional** em cascais era composto em 2011 por 43.624 edifícios e 108.840 alojamentos familiares clássicos (mais 19% e 22%, respetivamente, do que em 2001), o que traduz o forte dinamismo da atividade da construção e do mercado imobiliário no último período intercensitário.

Parque habitacional (Nº), edifícios e alojamentos familiares clássicos e não clássicos, 2001 e 2011 (Censos), Cascais, INE



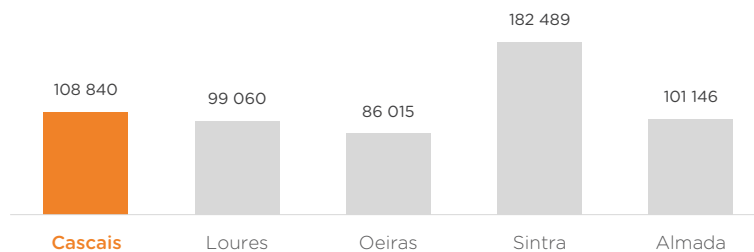
Os **alojamentos familiares não clássicos** (barracas e outros) apresentaram uma dinâmica inversa com uma diminuição de 78% (passaram dos 722 para 158). Contudo, nestes dados não estão contempladas outras situações ilegais como os anexos que têm grande expressão em Cascais.

Famílias clássicas nos alojamentos familiares não clássicos por tipo de alojamento (Nº), Cascais, 2011 (Censos), INE



Em 2011, dos municípios comparáveis, Sintra (182.489) concentrava o maior número de alojamentos familiares clássicos, seguida de Cascais e Almada, enquanto Oeiras concentrava o menor número (99.060).

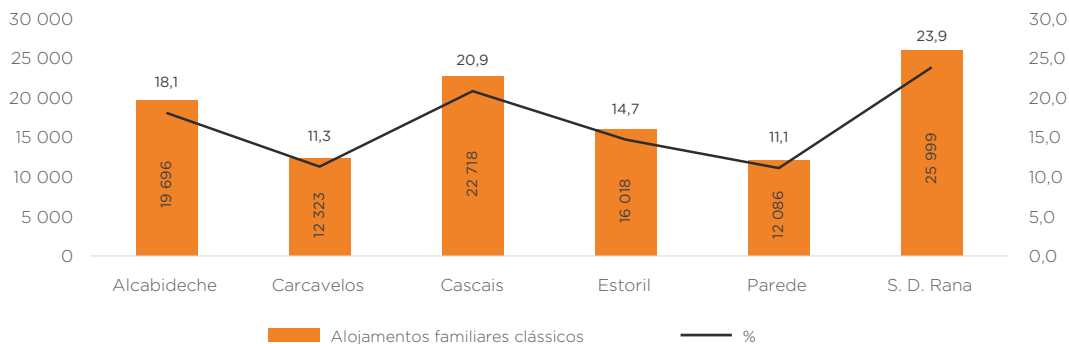
Alojamentos familiares clássicos (Nº) por localização geográfica, 2011 (Censos), INE



Em todos os municípios as taxas de ocupação dos alojamentos familiares clássicos eram superiores a 87%, com destaque para Almada e Oeiras com os valores mais elevados (90%).

A freguesia de S. Domingos de Rana era aquela que concentrava o maior número de alojamentos familiares clássicos a par de Cascais, enquanto que as freguesias da Parede e de Carcavelos reuniam o menor número.

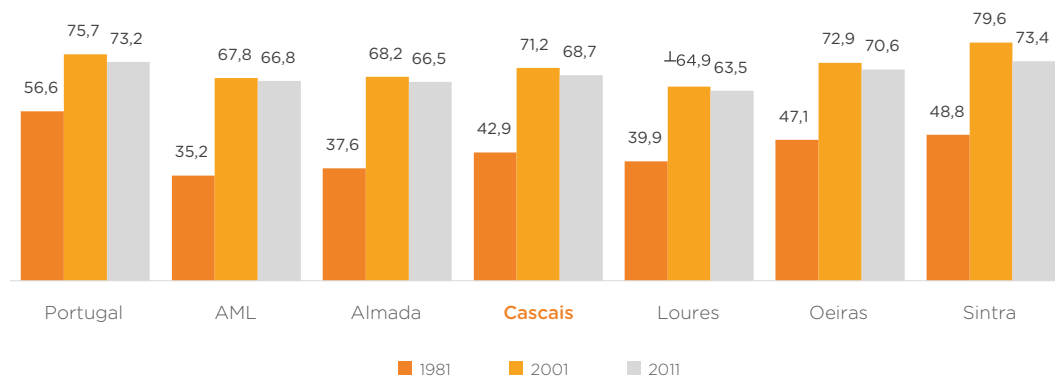
Alojamentos familiares clássicos (Nº e %), Cascais, 2011 (Censos) INE



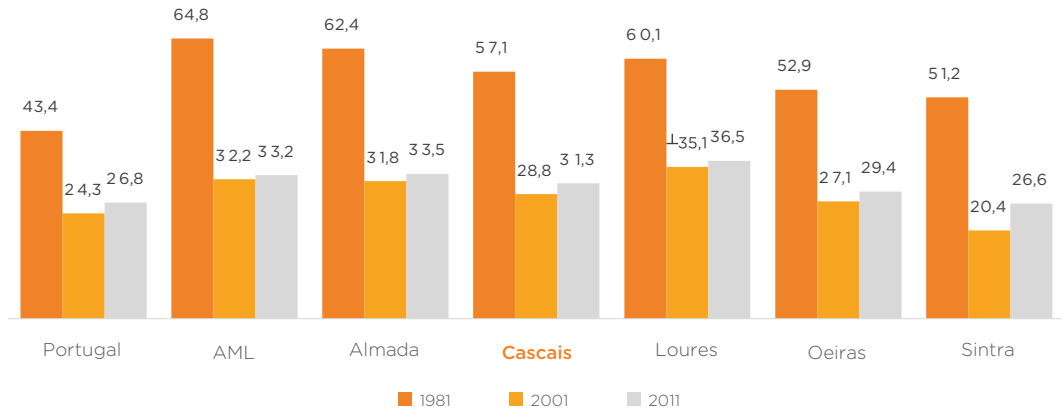
No que respeita ao **regime de ocupação dos alojamentos familiares clássicos** observa-se uma alteração da situação entre 1981 e 2001 e uma relativa estabilização em 2011. De facto, a uma maior proporção de “ocupantes inquilinos e outros”, observada em 1981 em todos os territórios em análise (variava entre os 51% de Sintra e os 65% da AML), com exceção do país (43% de “ocupantes proprietários”), opôs-se em 2001 uma maior proporção de “ocupantes proprietários”: variava entre os 65% de Loures e os 80% de Sintra.

Em linha com este cenário, Cascais apresentava em 2011 a maior proporção de ocupantes proprietários (69%) em detrimento dos “ocupantes inquilinos e outros” que representavam 31%.

Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por ocupantes proprietários (%), por localização geográfica, (Censos), PORDATA

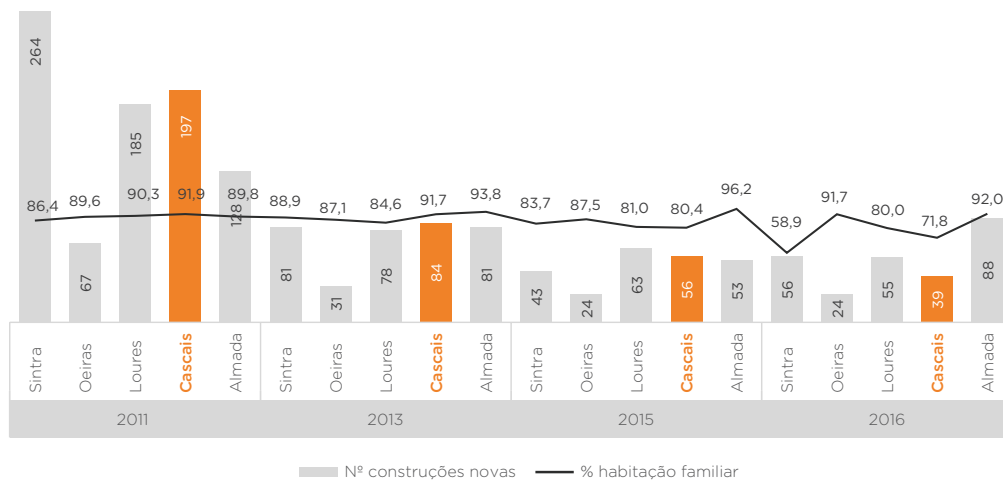


Alojamentos familiares clássicos de residência habitual por ocupantes inquilinos e outros (%), por localização geográfica, (Censos), PORDATA



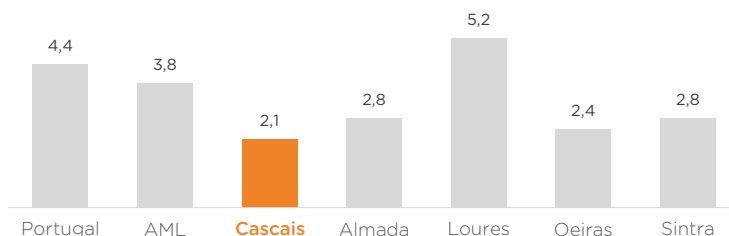
Resultado da crise económica, em Cascais, o número de **novas construções** decaiu entre 2011 e 2016 (de 197 para 39, ou seja, representa uma queda de 80%), bem como a proporção de construção nova de habitação familiar que em 2011 representavam 92% das construções novas e em 2016 passou a representar 72%. Este cenário é transversal a todos os municípios com Almada a apresentar as menores quebras (a taxa de variação ronda os 30%) e Cascais e Sintra as maiores variações negativas (na ordem dos 80% no caso das construções novas e dos 85% no que respeita a construção de novas habitações familiares).

Construções novas (Nº) e proporção de construções novas de habitação familiar (%), por localização geográfica, vários anos, INE



No que respeita a conservação e manutenção do parque habitacional em 2011, do conjunto de municípios em análise, Cascais destaca-se com a menor proporção de edifícios degradados (2,1%), bastante atrás de Portugal (4,4%) e da AML (3,8%).

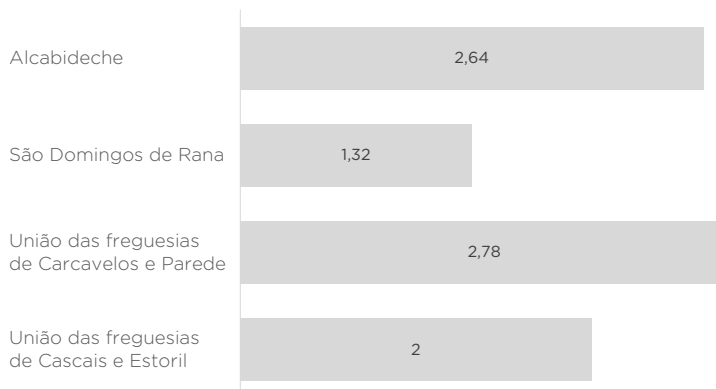
Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (%), por localização geográfica, 2011 (Censos), INE



Na análise desagregada por freguesias, S. Domingos de Rana evidencia-se com a menor proporção de edifícios degradados (1,3%), seguido da União de freguesias de Cascais e Estoril onde a proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados representa 2%, valores estes inferiores à média concelhia.

Por oposição, a União de freguesia de Carcavelos Parede (2,78%) a par de Alcabideche (2,64%), concentra a maior proporção de edifícios degradados, acima da média concelhia, mas ainda assim com valores abaixo dos verificados no país e AML.

Proporção de edifícios com necessidade de grandes reparações ou muito degradados (%) INE, Censos 2011



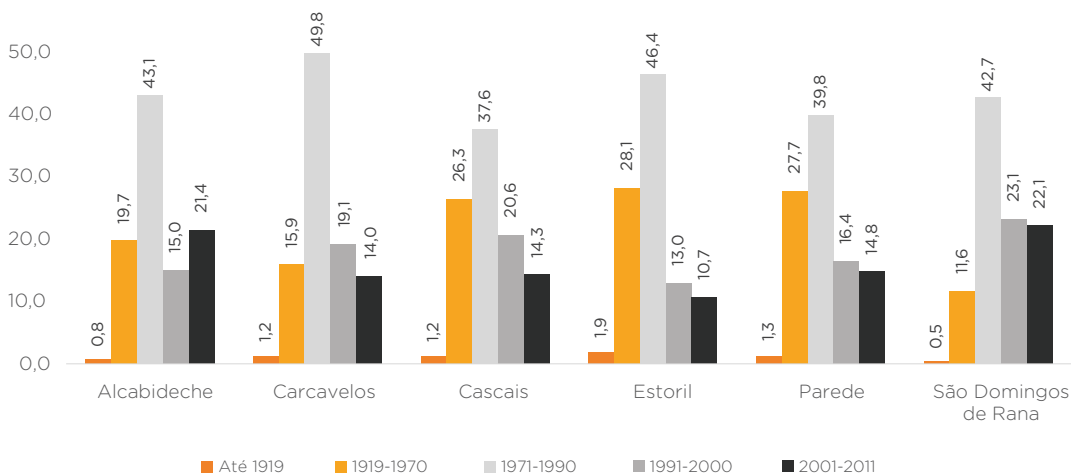
Conhecer a época de construção do parque habitacional de Cascais, poderá ajudar a compreender estes dados, uma vez que dá conta da antiguidade do edificado.

A **dinâmica de construção do parque habitacional** concelhio teve o seu período auge entre 1971 e 1990, período que concentra mais de 40% das construções nas freguesias de Carcavelos (50%), do Estoril (46%), de Alcabideche (43%) e de S. Domingos e Rana (43%).

No entanto, a freguesia de S. Domingos e Rana tem um dos parques habitacionais mais recentes ao concentrar 45% dos alojamentos construídos no períodos pós 1991. Segue-se Alcabideche com 36% dos alojamentos construídos também a partir dessa data.

Por oposição, a freguesia do Estoril tem o parque habitacional mais antigo com 76% das construções a acontecerem até 1990, em linha com a Parede (68%). Já Cascais caracteriza-se por uma maior dilatação do período de construção com 84,5% das construções adaptarem do período entre 1919 e 2000.

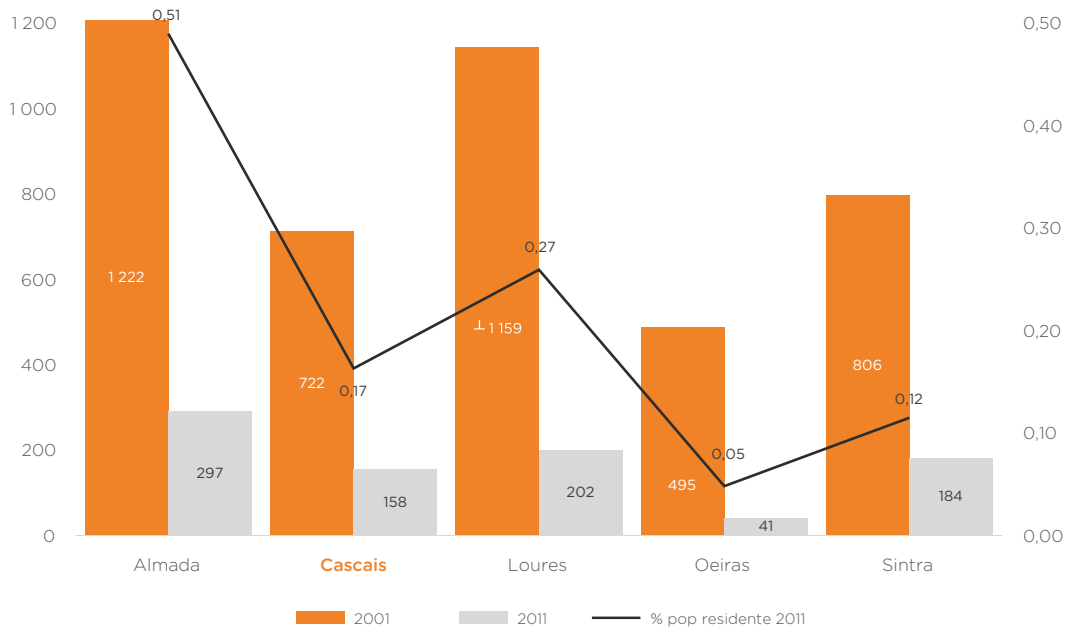
Proporção de alojamentos familiares clássicos, segundo a época de construção (%), Cascais, 2011 (Censos), INE



7.2 Condições de habitabilidade

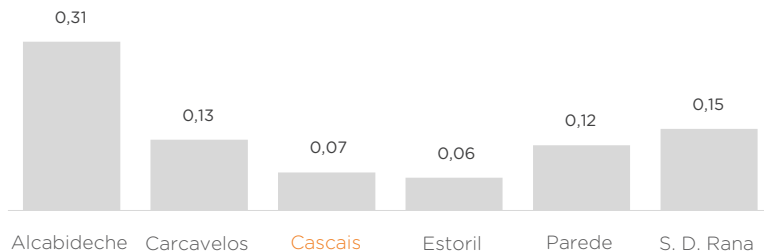
Todos os municípios apresentam uma variação negativa positiva para o período 2001-2011 no que diz respeito aos **alojamentos familiares não clássicos** (ronda os 0,8%), sendo que Loures e Almada são os municípios que mais alojamentos familiares não clássicos (barracas e casas rudimentares, móveis e improvisados) perderam em 10 anos (mais de 900 alojamentos). Cascais é segundo município com menos alojamentos familiares não clássicos, a seguir a Oeiras que concentra menos de 50 (41).

Alojamentos familiares não clássicos (Nº), por localização geográfica, 2001 e 2011 (Censos) e proporção de população residente (%), 2011, INE



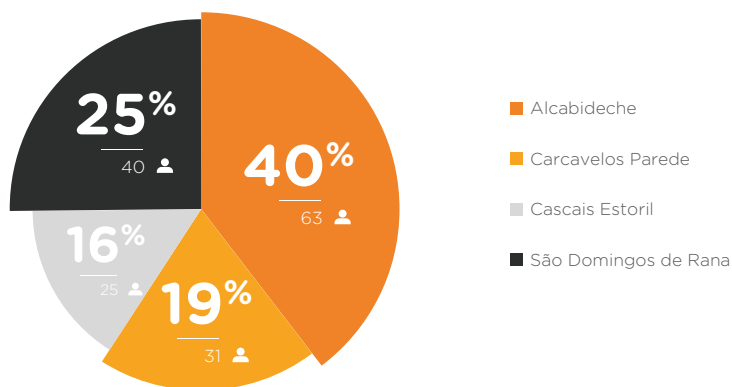
A análise ao nível das freguesias revela algumas assimetrias, designadamente um maior peso de alojamentos não clássicos localizados em Alcabideche (0,31%) e S. Domingos de Rana (0,15%), por contraste com Estoril e Cascais que têm a menor proporção (0,06% e 0,07%, respetivamente).

Proporção de alojamentos não clássicos (%) Cascais, 2011 (Censos), INE



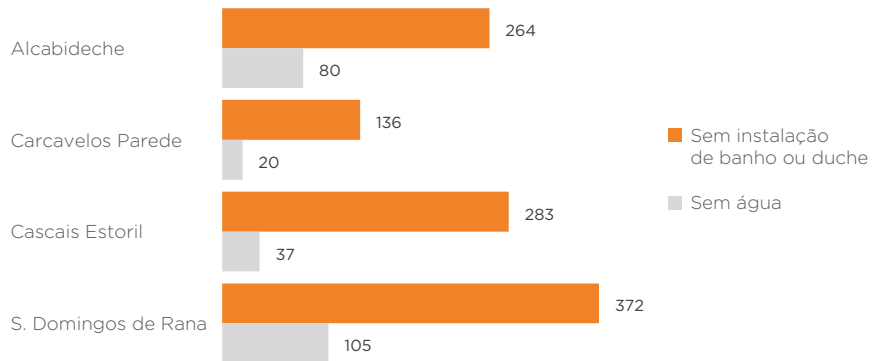
Alcabideche para além de ter a maior diversidade de alojamentos familiares não clássicos apresenta a maior proporção de famílias clássicas em alojamentos desta natureza, seguida da freguesia de S. Domingos de Rana.

Famílias clássicas nos alojamentos familiares não clássicos (Nº e %), Cascais, 2011 (Censos), INE

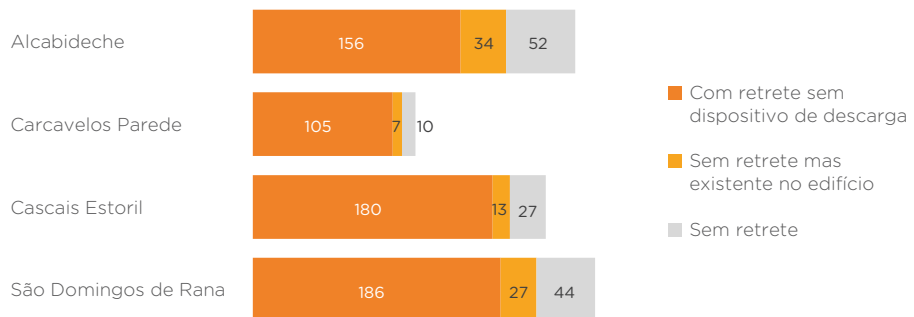


De acordo com os dados do INE, em 2011, 1.055 pessoas viviam em **alojamentos de residência habitual sem instalação de banho ou duche** e 242 pessoas viviam **sem água**. Estas situações verificavam-se com maior peso em S. Domingos de Rana e Alcabideche. Outros dados de habitações sem condições mínimas de habitabilidade remetem para as pessoas que viviam em **alojamentos permanentes sem retrete ou com retrete mas sem dispositivo de descarga** (total de 841), das quais 30% e 29%, respetivamente, residiam em S. Domingos de Rana e Alcabideche. Carcavelos Parede era a freguesia onde as condições de habitabilidade dos alojamentos eram menos precárias ao nível das instalações de água e sanitárias.

População residente nos alojamentos familiares de residência habitual sem instalações (água e banho/duche) (Nº), Cascais, 2011 (Censos), INE

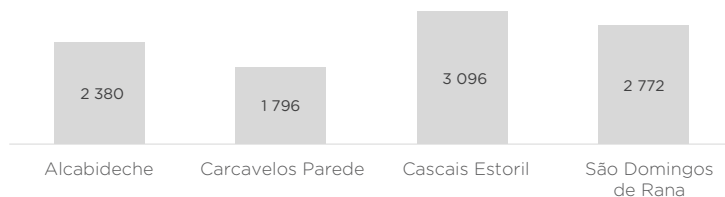


População residente nos alojamentos familiares de residência habitual sem instalações (retrete e sistema de drenagem de águas residuais) (Nº), Cascais, 2011 (Censos), INE



A **sobrelotação dos alojamentos** é outro problema que afeta as condições de habitabilidade. Em Cascais, em 2011, havia 10.044 famílias clássicas a residir em alojamentos sobrelotados, na sua maioria nas freguesias de Cascais Estoril (31%) e São Domingos de Rana (27%).

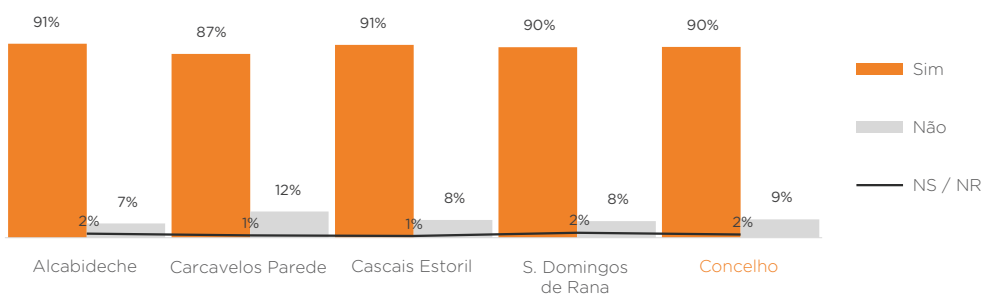
Famílias clássicas nos alojamentos sobrelotados (Nº), Cascais, 2011 (Censos), INE



A população residente em Cascais foi auscultada sobre a **adequabilidade da habitação** onde reside às suas necessidades em termos de dimensão, conforto e localização. As respostas revelam um elevado grau de satisfação: 90% dos inquiridos (404 munícipes) afirmam que a casa onde habitam responde às suas necessidades, por oposição a 9% dos munícipes (39) que consideram que não corresponde.

É na freguesia de Carcavelos Parede que se localiza a maior proporção de pessoas descontentes - 12% dos inquiridos que residem nessa freguesia declararam que a sua casa não responde às suas necessidades, sendo o peso dos que respondem afirmativamente (87%) ligeiramente inferior à média concelhia.

Apreciação da habitação: a sua casa responde às suas necessidades (dimensão, conforto e localização)? (%), 2016, Cascais, Inquérito telefónico aos munícipes (450), CEDRU

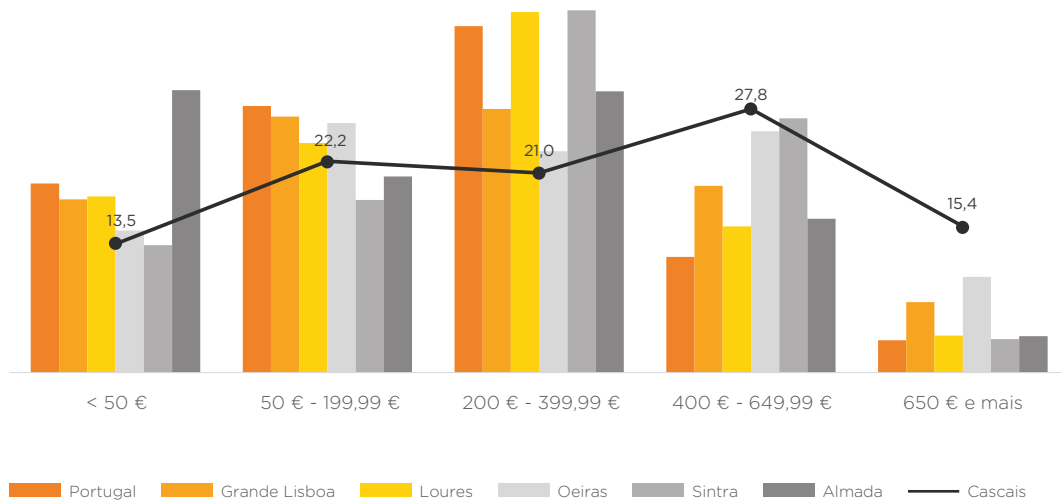


7.3 Valor do mercado habitacional

A análise do **valor das rendas** em 2011 permite concluir que Cascais dominava o mercado das rendas mais elevadas com 43% dos alojamentos arrendados a custarem mais de 400 euros/mês. Era precisamente no escalão dos 400€ aos 649,99€ que se concentrava o maior peso de alojamentos arrendados

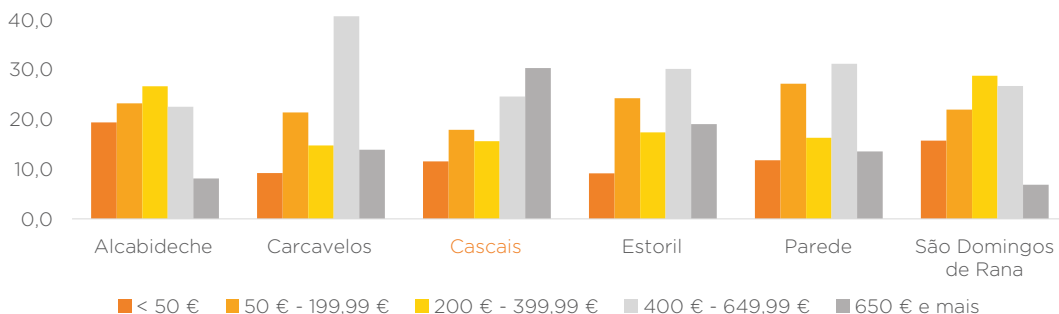
em Cascais (28%). Mas se nos escalões mais elevados de rendas Cascais situava-se acima das médias regional, nacional e dos municípios comparáveis, observava-se o inverso para os escalões mais baixos em que o concelho ficava abaixo das médias restantes.

Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (%), segundo o escalão do valor mensal da renda, por localização geográfica, 2011 (Censos), INE



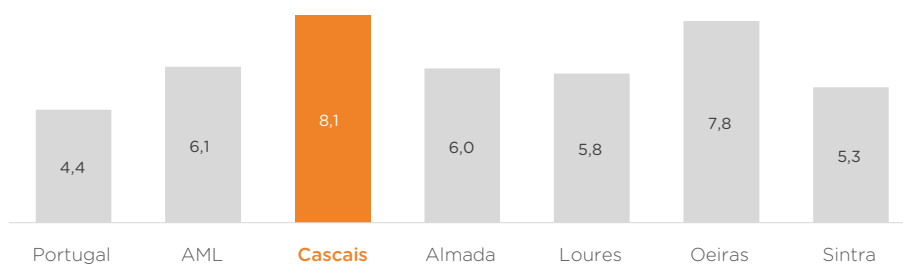
A leitura por freguesia dá conta, uma vez mais, das **assimetrias no parque habitacional** com Carcavelos e Cascais a praticarem as rendas mais elevadas (55% dos alojamentos arrendados apresentavam rendas superiores a 400€/mês) sendo que no caso de Cascais 30% dos alojamentos arrendados eram por valores acima dos 650 euros. Quer o Estoril, quer a Parede apresentavam, igualmente, valores médios acima dos 400€/mês (49%) e superiores à média concelhia (43%). Por sua vez, Alcabideche concentrava a maior proporção de rendas baixas (43% das rendas inferiores a 200€/mês, sendo que 19% eram inferiores a 50€/mês) e a menor de rendas acima dos 400€/mês (31%). A freguesia de S. Domingos de Rana praticava a maior proporção (29%) de valores médios das rendas, ou seja, entre os 200€ e os 399,99€/mês. Além disso, o peso das rendas até 199,99€/mês era superior ao das rendas acima dos 400€/mês (38% e 34% respetivamente).

Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (%), segundo o escalão do valor mensal da renda, Cascais, 2011 (Censos), INE



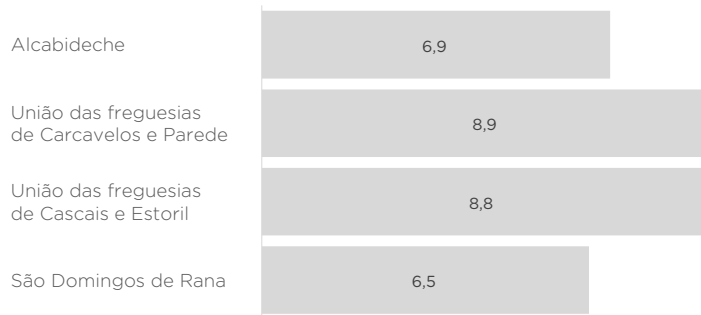
Em 2017, do conjunto de municípios comparáveis, Cascais destacava-se com o **valor mediano** mais elevado das **rendas por m²** de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (8,1€): cerca do dobro do valor do país (4,4€) e mais 2€ do que na AML.

Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€), por localização geográfica, 2017, INE, Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local



Uma análise desagregada por freguesia dá conta de algumas disparidades com as freguesias de Carcavelos Parede e Cascais Estoril a evidenciarem-se com valores médios acima dos verificados no concelho (8,9€/m² e 8,8€/m², respetivamente), enquanto que Alcabideche e S. Domingos de Rana detinham os valores médios mais baixos (6,9€/m² e 6,5€/m², respetivamente), mas ainda assim, superiores à média nacional, AML e municípios comparáveis com exceção de Oeiras (7,8€/m²).

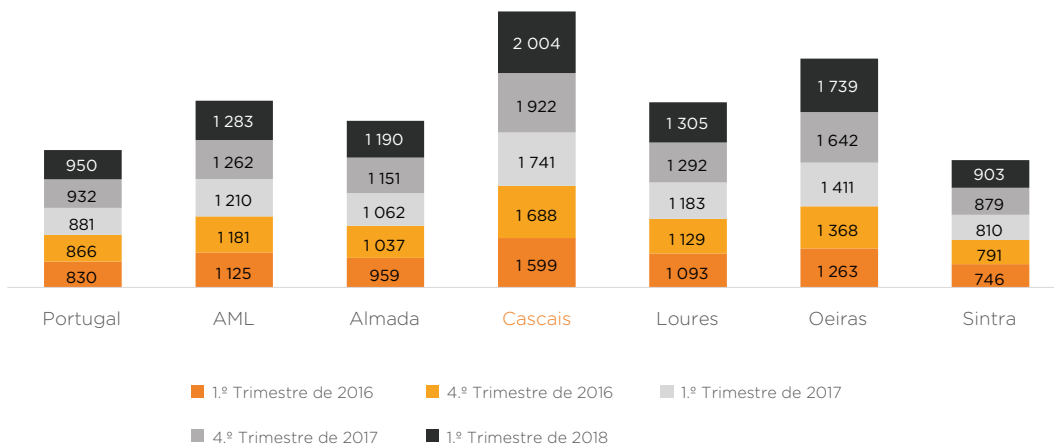
Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares (€), Cascais, 2017, INE, Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local



A especulação imobiliária que se faz sentir desde o início do século XX fez disparar o valor médio das rendas de casa nos últimos anos em Cascais, bem como das vendas de casa que atingiram preços muito elevados.

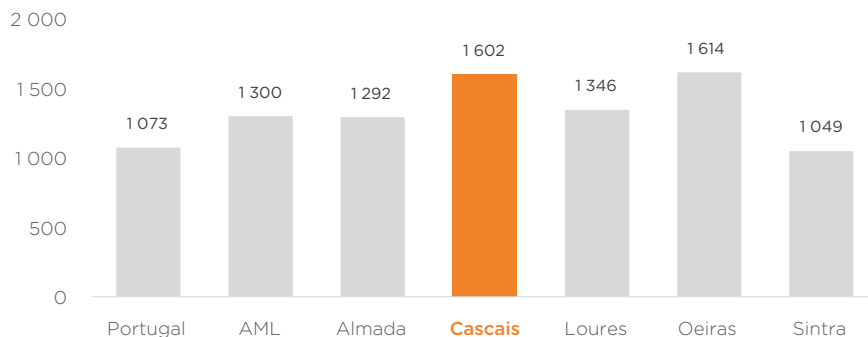
Entre o 1.º trimestre de 2016 e o 1.º trimestre de 2018 Cascais exibiu um crescimento na ordem dos 25% do **valor mediano das vendas por m²** de alojamentos familiares (passou dos 1.599€ para os 2.004€) e apresenta os valores mais elevados quando comparado com qualquer um dos territórios em análise, e mais do dobro do valor mediano nacional.

Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares (€), por Localização geográfica, Trimestral, INE



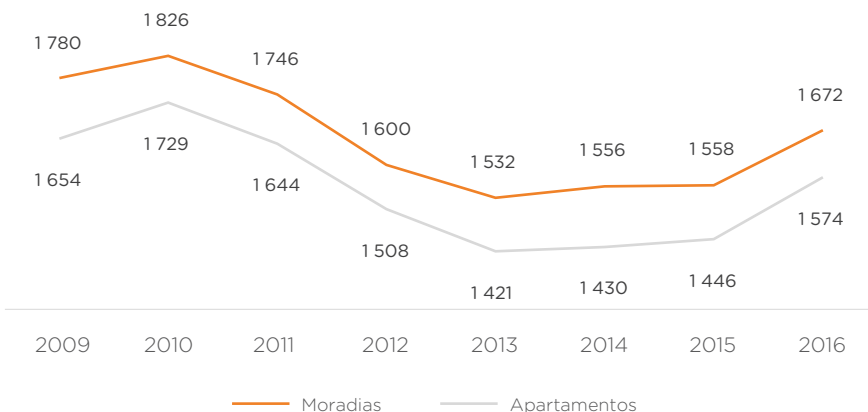
No que respeita os **valores médios de avaliação bancária por m²**, dos alojamentos que são objeto de financiamento bancário, Cascais regista uma das avaliações mais elevadas – 1.602 euros/m² do conjunto de territórios comparáveis, apenas a par de Oeiras com 1.614 euros.

Valores médios de avaliação bancária dos alojamentos por m² (€), por localização geográfica, 2016, INE - Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, PORDATA



O ano de 2010 foi aquele em que as avaliações bancárias atingiram os valores mais elevados enquanto que 2013 foi o ano que assinalou os valores mais baixos. A partir de 2014 observa-se uma ligeira recuperação dos valores médios de avaliação bancária por m² seja para moradias, seja para apartamentos.

Evolução dos valores médios de avaliação bancária por m² dos alojamentos, moradias e apartamentos (€), 2016, Cascais, INE - Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, PORDATA



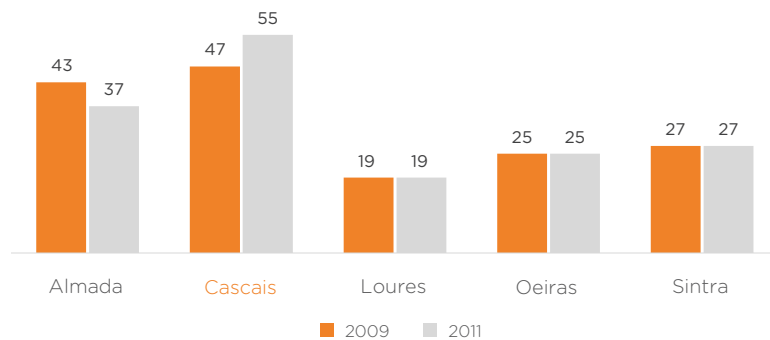
7.4 Habitação social

7.4

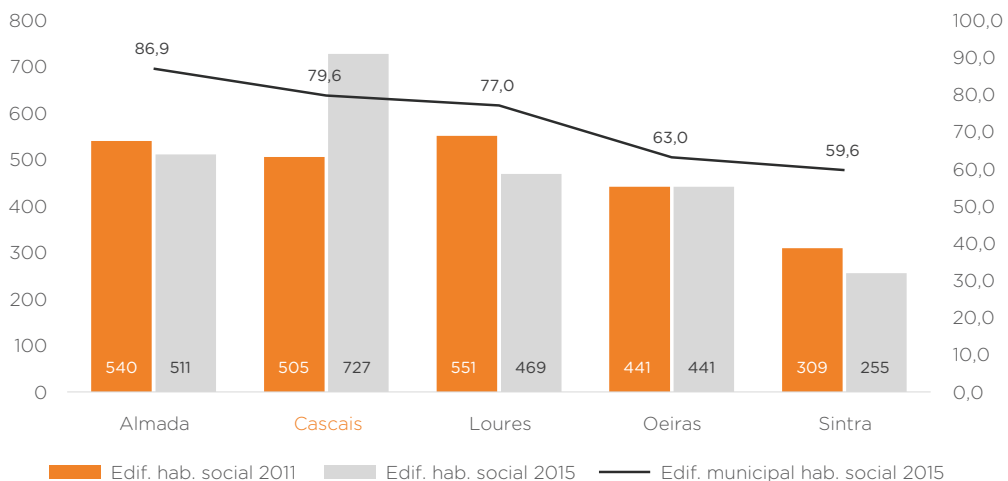
Habitação, urbanismo e acessibilidades - Habitação social

No que se refere à **habitação social**, de acordo com dados do INE relativos a 2011, existiam em Cascais 55 **bairros sociais**, mais oito do que em 2009. Cascais concentrava o maior número de bairros sociais dos municípios comparáveis e o maior número de **edifícios de habitação social** em 2015 - 727, dos quais 579 eram propriedade total do município (80%). Cascais é o único município, do conjunto de municípios comparáveis, que apresenta um aumento do número de bairros sociais e de edifícios de habitação social nos anos em análise.

Bairros sociais (Nº), por localização geográfica, 2009 e 2011, INE

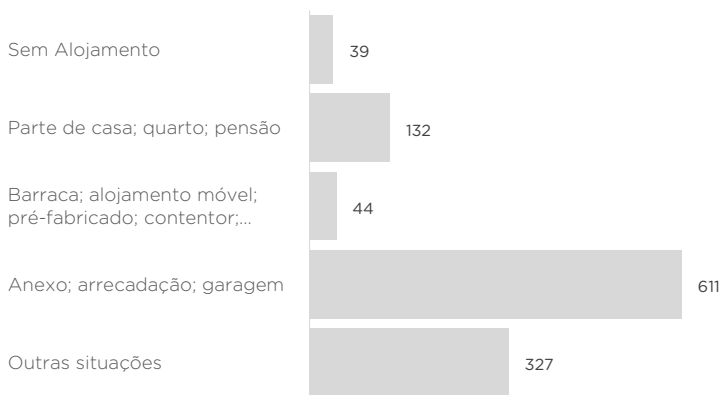


Edifícios de habitação social (Nº), por localização geográfica, 2011, 2015 e peso de edifícios municipais de habitação social 2015, INE

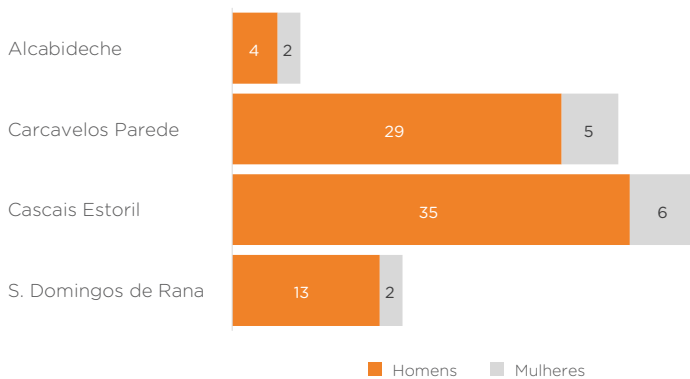


Dados dos **pedidos de habitação social** registados na Câmara de Cascais revelam que em junho de 2018 havia 1.153 pessoas a habitar em condições de precaridade habitacional com destaque para as famílias a residir em anexos, arrecadações ou garagens. Os pedidos de habitação de famílias sem alojamento eram 39, no entanto, estavam identificadas no mesmo período 96 pessoas sem abrigo.

Famílias com pedidos de habitação social a residir em condições precárias (Nº), junho 2018, Cascais, Câmara Municipal de Cascais



Pessoas sem abrigo (Nº), Junho 2018, Cascais, Câmara Municipal de Cascais

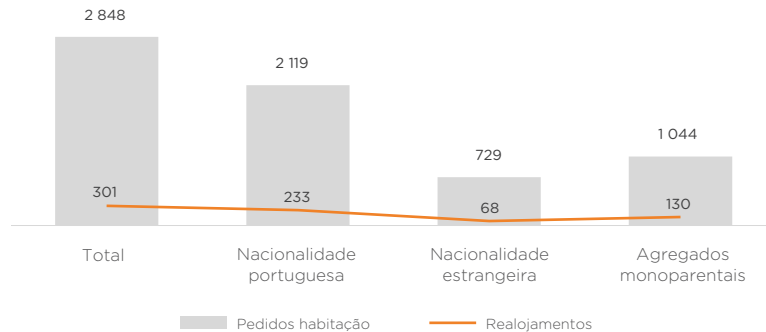


No domínio da **habitação social** os dados relativos a 31 de dezembro de 2017 fornecidos pela Cascais Envolve - Gestão Social da Habitação, empresa municipal que se dedica à exploração, administração e gestão social, patrimonial e

financeira dos imóveis afetos à habitação social, dão conta da existência de 6.375 residentes em 2.563 fogos geridos pela Cascais Envoltente e 11 arrendados a instituições.

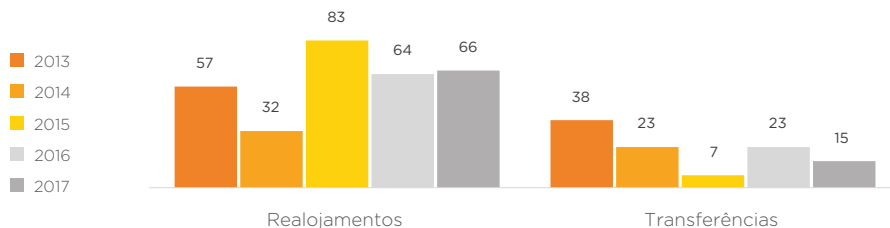
Do total de 2.848 pedidos de habitação efetuados desde 2012, 74% correspondem a pedidos de cidadãos de nacionalidade portuguesa e 37% de agregados monoparentais. Do total de pedidos efetuados, 53% (1.523) correspondem a situações de agregados que vivem em situações precárias de habitação e 11% (303) a situações de sem abrigo (contabilização de pedidos sem validação técnica relativa às condições de habitação).

Total de pedidos de habitação e pessoas realojadas, segundo a nacionalidade e agregado monoparental (Nº), 2012 a 2017, Cascais, Câmara de Cascais, DHS e Cascais Envoltente



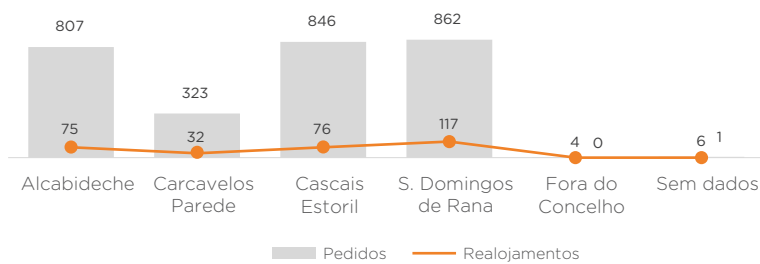
Em 5 anos foram **realojados** 301 agregados familiares (11%), dos quais 23% são relativos a pedidos de pessoas de nacionalidade não portuguesa e 43% de agregados monoparentais. O ano de 2015 foi aquele em que se realizou o maior número de realojamentos - 83. No mesmo período foram efetuadas 106 deslocações de agregados familiares para outros fogos habitacionais, devido a alterações na composição do agregado.

Realojamentos e transferências (Nº), Cascais, vários anos, Câmara de Cascais, DHS e Cascais Envoltente

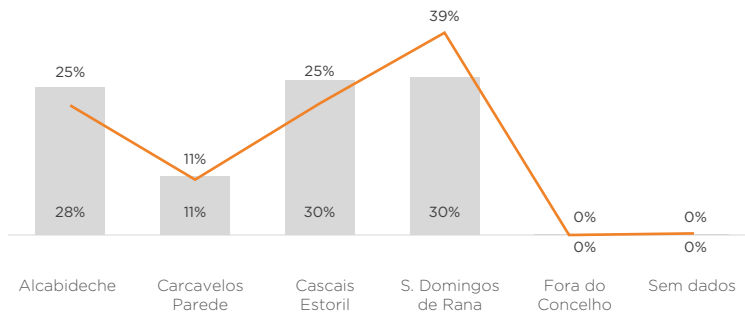


O maior número de **pedidos de habitação** é proveniente de titulares residentes em S. Domingos de Rana (862 - 30%). Segue-se a freguesia de Cascais Estoril com 846 pedidos (30%), Alcabideche com 807 (28%) e Carcavelos Parede com 323 (11%). A proporção de **realojamentos** é de 39% para titulares de pedidos de S. Domingos de Rana, 25% para titulares de Alcabideche e Cascais Estoril, respetivamente e de 11% para Carcavelos Parede.

Pedidos de habitação e pessoas realojadas (Nº), por freguesia, 2012 a 2017, Câmara de Cascais, DHS



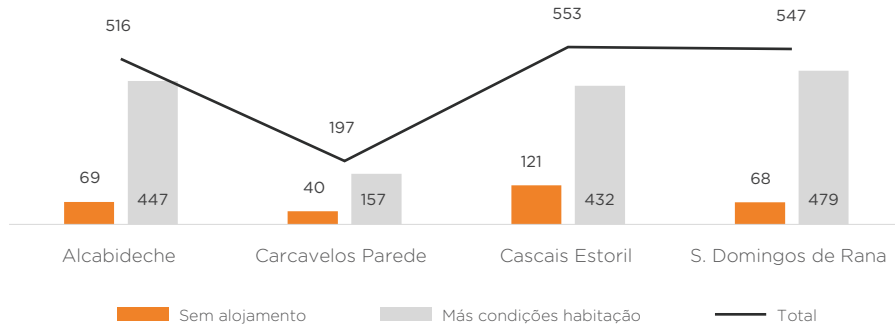
Pedidos de habitação e pessoas realojadas (%), por freguesia, 2012 a 2017, Câmara de Cascais, DHS



S. Domingos de Rana lidera ainda o maior número de pedidos de habitação por más condições de habitabilidade (barracas, anexos, parte de casa, contentos,...) com 479 titulares de pedidos (31%). Seguem-se com valores muito próximos os titulares de pedidos de habitação residentes em Alcabideche (447 - 29%) e Cascais Estoril (432 - 28%). Os pedidos provenientes de titulares residentes em más condições de habitabilidade em Carcavelos Parede têm um peso muito inferior (10% - 157).

Uma comparação entre estes dados e os de 2011 sobre famílias clássicas nos alojamentos familiares não clássicos parece indiciar um agravamento das condições de habitação em Cascais Estoril e S. Domingos de Rana.

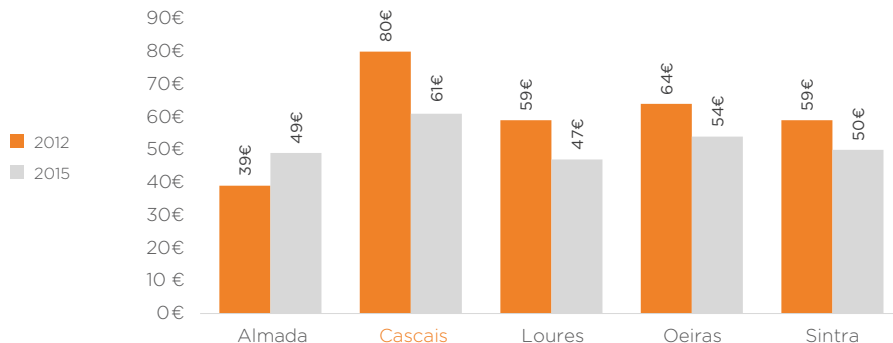
Pedidos de habitação de titulares que vivem em condições precárias ou sem alojamento (Nº), por freguesia, 2012 a 2017, Câmara de Cascais, DHS



No que respeita os pedidos de pessoas sem alojamento 40% são provenientes de Cascais Estoril, Alcabideche concentra 23% e S. Domingos de Rana 22%, enquanto que Carcavelos Parede se situa nos 13%.

À semelhança do que se verifica no parque habitacional de habitação normal, Cascais praticava em 2015 o **valor médio** mais elevado das **rendas de habitação social** (61€ em 2015), no conjunto de municípios comparáveis, apesar de assinalar uma diminuição de 19€ face ao valor médio praticado em 2012 (80€).

Valor médio das rendas de habitação social (€), por localização geográfica, 2012 e 2015, INE



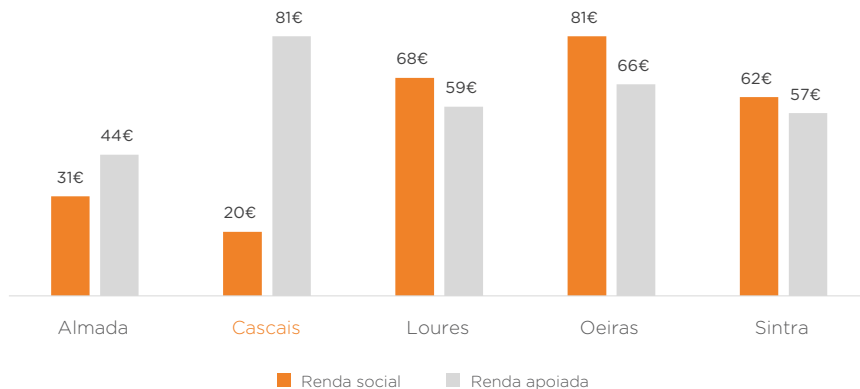
A par de Cascais, todos os municípios assinalam uma redução do valor médio das rendas de habitação social, com exceção de Almada que regista um crescimento de 10€, mas ainda assim apresenta o valor médio aplicado mais baixo (49€).

De acordo com os dados da Cascais Envolve o valor médio da renda em 2018 é de 60,01€, sendo que o valor das rendas de habitação social oscila entre um valor mínimo de 4,29€ (1% do IAS para 2018) e um valor máximo que ronda os 701,32€, no entanto, a renda mais elevada em vigor é de 552,19€.

À **renda social** que é fixada de acordo com os rendimentos do agregado familiar correspondem os valores médios mais baixos enquanto que a **renda livre** que é estipulada por livre negociação entre as partes que podem convencionar foi aquele que sofreu o maior crescimento ao passar dos 18€ em 2012 para os 1.460€ em 2015.

Em 2012 Cascais praticava o valor médio mais baixo da renda social (20€) no conjunto de municípios comparáveis, mas o mais elevado da renda apoiada 81€.

Valor médio das rendas de habitação social (€), segundo o tipo de arrendamento, por localização geográfica, 2012, INE

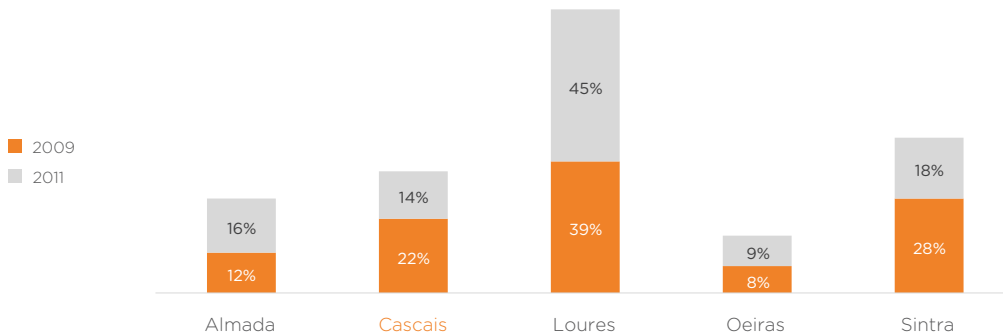


A análise desagregada por freguesia, dos valores relativos às rendas (por escalão) do parque habitacional gerido pela Cascais Envolve, revela que o maior número de fogos enquadra-se no escalão de rendas até aos 20€, seguido do escalão dos 20€ aos 35€ e dos 50€ aos 75€. No entanto, em 2015, o escalão dos 50€ aos 75€ registou uma diminuição significativa.

A taxa média de **incumprimento nos contratos de arrendamento** com renda social ou apoiada diminuiu 8 p.p. em Cascais entre 2009 e 2011 (passou dos 22% para os 14%), à semelhança de Sintra (passou dos 28% para os 18%). Todos os outros municípios assinalaram aumentos, que no caso de Oeiras foi de apenas 1 p.p., sendo este o município com a taxa de incumprimento mais baixa, inferior a 10% (9%). Loures detinha as mais elevadas taxas de incumprimento que em 2011 chegavam aos 45%.

Nas sessões de *focus group* com munícipes que residem em fogos de habitação social foram identificadas situações de maior dificuldade na resolução de problemas habitacionais associadas aos valores das rendas: “arrendatários consideram que os valores são sobredimensionados face aos seus rendimentos e instabilidade financeira”.

Taxa média de incumprimento da renda social ou apoiada (%), por localização geográfica, 2009 e 2011, INE

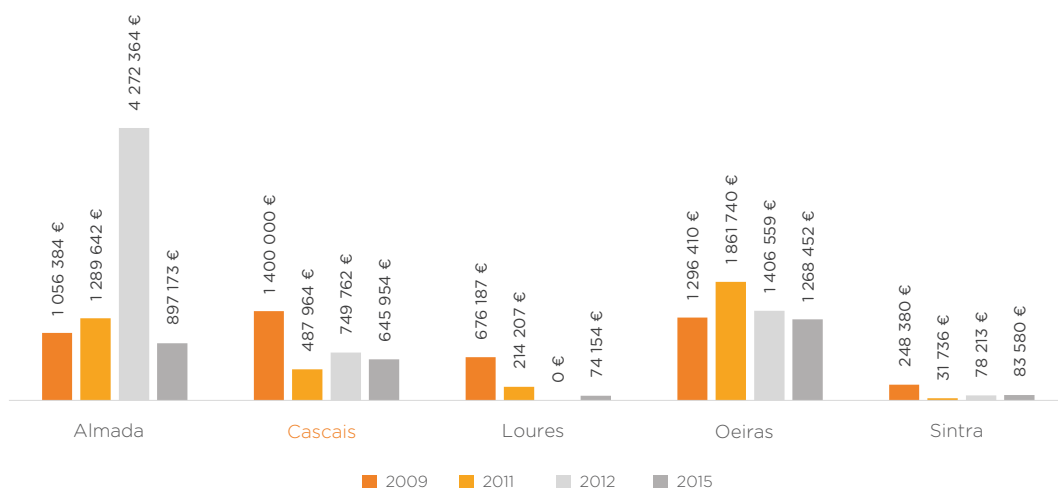


Os munícipes residentes em fogos de habitação social que participaram no *focus group* referiram, ainda, a morosidade com que são realizadas obras de reparação e conservação destes fogos, resultando por vezes em situações de insalubridade e de perda de qualidade de vida. De facto, a conservação e manutenção do parque habitacional, seja de habitação social ou não é essencial para garantir e responder às atuais exigência de salubridade, conforto, qualidade e segurança, a que se se deve aliar também as componentes estética, sustentável e ambiental.

A este respeito e no domínio do parque de habitação social, Cascais assinala um forte **investimento** em 2009, na ordem de mais de 1 milhão de euros, seguido de períodos de acentuada

redução do investimento. Em 2011 diminuiu para os 487 mil euros, menos de metade de 2009, e em 2015 situou-se nos 645 mil euros, perfazendo um total de mais de 3 mil euros nos anos em análise. Loures e Sintra são os municípios com os investimentos mais reduzidos, o total dos anos em análise é inferior a 1 milhão de euros no caso de Loures e não chega aos 500 mil euros em Sintra. Já Almada e Oeiras lideram com investimentos totais na ordem dos 7 mil e 5 mil euros respetivamente.

Despesa efetuada em obras de conservação e/ou reabilitação do parque de habitação social (€), por localização geográfica, vários anos, INE

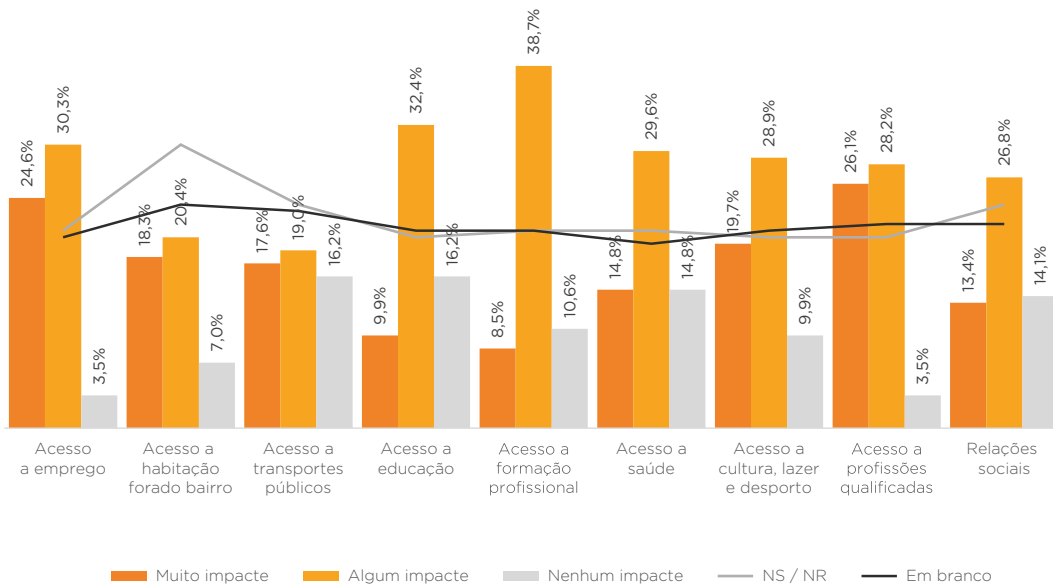


7.5 Viver num bairro social estigmatizado

Os **bairros sociais ou de realojamento** estão frequentemente associados a um estigma relacionado com comportamentos desviantes, tráfico de droga, criminalidade e insegurança, resultado da concentração de uma população socialmente homogénea (frágil economicamente) ainda que tendencialmente heterogénea do ponto de vista cultural. Aliada às características dos moradores, as opções urbanísticas das habitações sociais e a localização geográfica dos bairros sociais em zonas periféricas que contribuem para o isolamento e acentuam a imagem negativa destes bairros (muitas vezes intitulados de “bairros problemáticos”) levam a que habitar nestes bairros seja arriscar ser considerada/o uma pessoa problemática.

Em Cascais, a maioria dos empreendimentos de habitação social encontram-se inseridos na malha urbana e, em alguns casos, são compostos por apenas três a quatro edifícios enquadrados em áreas habitacionais tradicionais. No sentido de se procurar perceber o **impacte resultante de se viver num bairro socialmente estigmatizado** foram inquiridas 142 entidades que intervêm com população residente nesses bairros relativamente a vários direitos e recursos .

Perceção das organizações sobre o impacte nas diferentes facetas da vida da população residentes em bairros socialmente estigmatizados, pelo facto de aí residirem (%), 2016, Cascais, Inquérito online às entidades (142)



Destaca-se o elevado peso das respostas em branco e das respostas “não sabe/não responde” que para todas as dimensões somam mais de 40%. Por outro lado, em todas as dimensões a categoria “algum impacte” é aquela que regista sempre a maior proporção de respostas. Nesta categoria, o acesso a formação profissional (39%), à educação (32%) e ao emprego e saúde (30% respetivamente) são as que reúnem maior número de respostas.

De acordo com os dados, residir num bairro socialmente estigmatizado tem impactes significativos em matéria de emprego: das entidades consideram que residir num bairro conotado negativamente tem “muito impacte” no acesso a profissões qualificadas (26%) e no acesso a emprego (27%). Estas dimensões ganham maior destaque quando se conjugam as categorias “muito impacte” e “algum impacte”: o acesso ao emprego passa a ter um peso de 55%, o acesso a profissões qualificadas 54%, o acesso a cultura, lazer e desporto 49% e o acesso a formação profissional 47%.

Não deixa de ser curiosa esta relação entre residir num bairro estigmatizado e o impacte no acesso a cultura, lazer e desporto, quando seria de esperar que fosse explicada mais por fatores de ordem económica do que pelo local de residência. Já no caso do acesso ao mercado de trabalho, o estigma associado aos residentes neste tipo de bairros sociais (consideradas pessoas problemáticas), pode conduzir a um sentimento de desconfiança e descrédito por parte das entidades empregadoras.

Por fim, importa olhar para a categoria “nenhum impacte” onde o maior peso de respostas se centra no acesso a educação e transportes públicos (16,2%, cada), seguido do acesso a saúde (15%) e relações sociais (14%). Comparativamente com as outras categorias o “nenhum impacte” apenas tem um peso maior do que o “muito impacte” no que se refere às dimensões acesso a educação e formação profissional e às relações sociais.

A dimensão “acesso a transportes públicos” é aquela que se distribui de forma mais equitativa pelas 3 categorias o que poderá ser explicado pelo facto de alguns bairros de habitação social de Cascais estarem inseridos na malha urbana e por essa razão cobertos pela rede de transportes públicos.

Esta percepção dos bairros de habitação social como socialmente estigmatizados é reforçada pelas respostas dos municípios relativamente à identificação de **zonas habitacionais perfeccionadas como inseguras**¹: mais de 10% nomearam os “bairros sociais” e de “realojamento”. Para além destas referências foram ainda identificados alguns bairros ou locais onde existem empreendimentos de habitação social como é o caso do Bairro da Cruz Vermelha localizado em Alcabideche que reuniu o maior número de referências (foi mencionado 34 vezes) e corresponde a mais de 15% do total de respostas.

O Bairro da Torre, em Cascais, é o segundo território específico com maior número de referências enquanto área problemática seguido do antigo Bairro do Fim do Mundo (Bairro do Pinhal Novo) no Estoril. Outras áreas identificadas como inseguras ou problemáticas, ainda que por um menor número de munícipes, foram: Tires, Zambujal e Abóboda em S. Domingos de Rana e Adroana e Alcoitão em Alcabideche.

Alguns munícipes nomearam, ainda, áreas genéricas e abrangentes como Carcavelos, Parede, S. Domingos de Rana ou Alcabideche como zonas habitacionais inseguras ou problemáticas, o que significa que em todas as freguesias do concelho existem territórios percecionados como inseguros pelos munícipes.

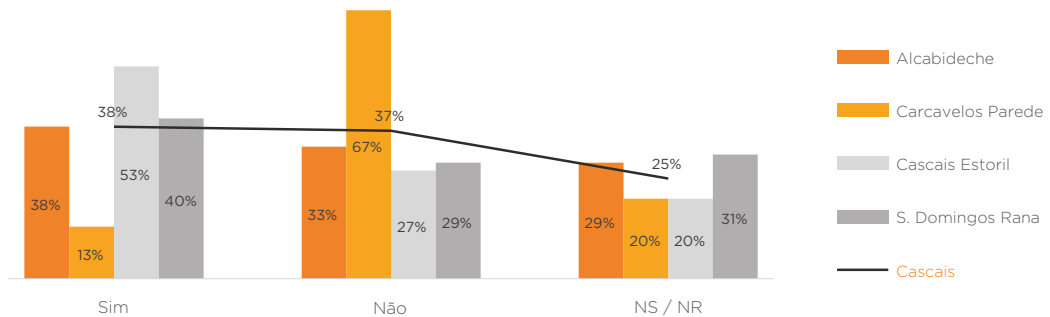
De uma forma geral, os territórios percecionados como inseguros nomeados pelos munícipes integram, por um lado, comunidades desfavorecidas a que estão associados fenómenos de exclusão social e, por outro lado, ostentam um ambiente urbano por vezes degradado. Serão os fatores físicos e sociais que ajudam a explicar o facto de vários munícipes enquadrarem determinados territórios como problemáticos ou inseguros.

A proporção de munícipes que considera existirem **zonas de habitação problemáticas ou inseguras** (38% - 172 pessoas) no concelho de Cascais é ligeiramente superior à de munícipes que consideram não existir (37% - 165 pessoas), enquanto que cerca de 25% (113 munícipes) não tem opinião formada sobre o assunto ou preferiu não responder.

Esta perceção de “insegurança” varia em função da freguesia de residência dos inquiridos, sendo os residentes na União de Freguesias de Cascais Estoril aqueles que mais assinalam existir em Cascais zonas de habitação problemáticas e/ou inseguras - 53% (70), por oposição aos residentes na União de Freguesias de Carcavelos Parede que são os que menos identificam - 13% (11).

¹Inquérito telefónico a 170 munícipes que indicaram existir zonas de habitação problemáticas, onde foram apontadas 220 áreas como inseguras, considerando-se os territórios referenciados no mínimo 3 vezes por diferentes munícipes (cada munícipe podia identificar mais do que uma área habitacional insegura). As áreas com 1 ou 2 menções estão consideradas na categoria “Outros”.

Existência em Cascais de zonas de habitação problemáticas e/ou inseguras (%), Cascais, 2016, Inquérito telefónico aos municípios (450), CEDRU



Do cruzamento entre estas perceções e as áreas onde se regista maior nível de **criminalidade** percebe-se que não há necessariamente uma correlação entre ambas. De acordo com os dados do Plano Estratégico Municipal de Segurança a criminalidade ocorre sobretudo nas principais artérias (algumas em zonas turísticas e nobres do concelho) e zonas pouco movimentadas, o que reforça que a identificação das zonas problemáticas por parte dos municípios está condicionada às suas experiências, emoções e perceções, as quais nem sempre correspondem à realidade. É disso exemplo a referência pelos municípios ao Bairro das Marianas, como zona habitacional insegura, quando este foi demolido há mais de 10 anos.

7.6 Utilização do espaço público

O **espaço público** é um elemento estruturador dos bairros e da cidade e de enorme importância na qualidade de vida dos seus habitantes. Espaço de multifuncionalidades e modos de apropriação - convívio e de relações sociais, lazer, desporto, comércio ou de outras funcionalidades -, o espaço público é palco quer dos equilíbrios, quer das tensões existentes na sociedade, pelo que no processo de planeamento e construção da cidade a sua valorização é primordial.

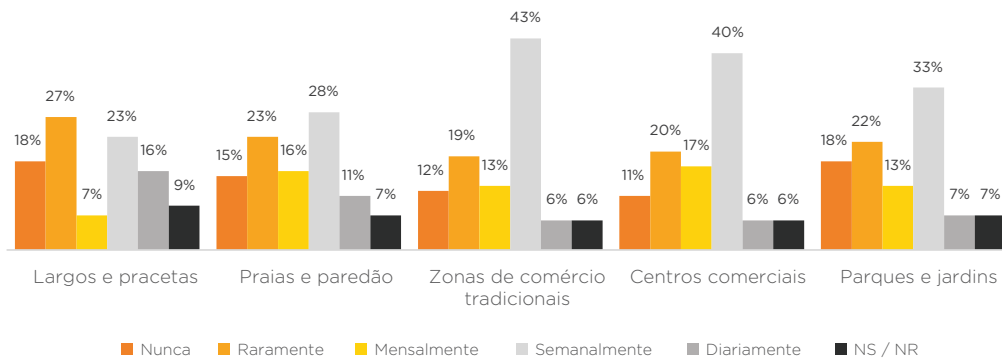
A existência de **espaços verdes urbanos** proporciona uma multiplicidade de funções (melhoria da saúde pública, aumento da qualidade do ar, redução do ruído, atenuação do stress, convívio,...) que satisfazem as necessidades humanas contribuindo para o bem-estar das populações. Por essas

razões, a necessidade de espaços verdes urbanos enquanto espaço saudáveis, ganham destaque e assumem cada vez mais importância nas políticas nacionais e municipais.

Em Cascais, várias intervenções realizadas no domínio do espaço público têm resultado no aumento constante de áreas de espaços verdes. Em 2006, a área total de espaços verdes situava-se nos 1.057.201 m², tendo subido para os 1.662.978 m² em 2015. Estes valores refletem uma tendência de aumento das áreas verdes que também é transversal a todas as freguesias do concelho com Cascais Estoril a dominarem com a maior área de espaços verdes públicos, ultrapassando os 604 mil m².

A fim de se perceber o **grau de fruição de várias tipologias de espaços públicos e semi-privados de acesso generalizado** inquiriram-se por telefone 450 munícipes relativamente ao seu grau de frequência de determinados espaços no concelho de Cascais.

Frequência de utilização dos espaços (%), Cascais, 2016, Inquérito telefónico aos munícipes (450), CEDRU



No que respeita os espaços verdes como parques e jardins 40% de munícipes refere frequentar semanalmente (33%) ou diariamente (7%), contra 40% de munícipes que referem que nunca frequentam ou que raramente o fazem (total de 181 pessoas).

Os dados do inquérito revelam que a frequência “semanal” é a utilização com maior número de respostas para todas as dimensões à exceção dos “largos e pracetas” em que predomina a “rara” utilização. No entanto, em termos de uso “diário” os

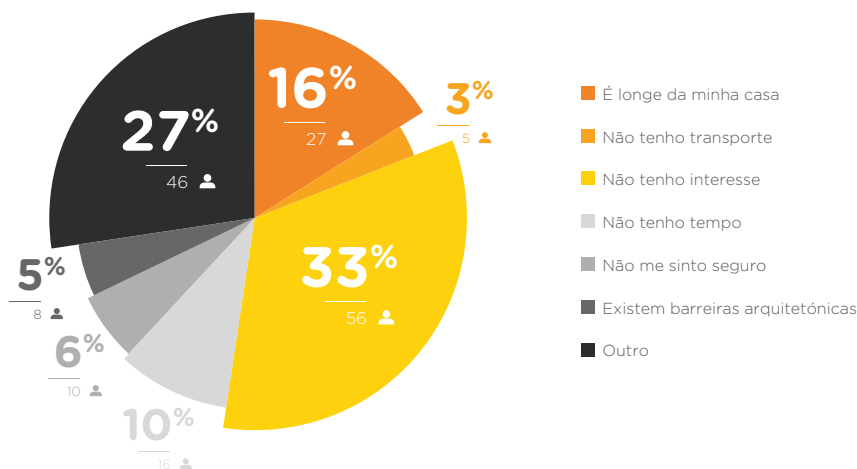
“largos e pracetas” são os locais onde há mais utilizadores (72 - 16%), seguidos das “praias e paredão” (49 - 11%). Se a frequência de utilização for “semanal” as “praias e paredão” perdem utilizadores (23%) em detrimento das “zonas de comércio tradicionais” (43%), dos “centros comerciais” (40%) e dos “parques e jardins”(33%).

Por sua vez, os centros comerciais são os espaços onde se observa existir o menor número de munícipes a afirmar “nunca” utilizar (11%) por oposição aos largos e pracetas, como já referido, e aos parques e jardins (18% respetivamente).

A nunca **frequência de determinados espaços** é justificada sobretudo com base na “falta de interesse” (33% de respostas) e em “outros” fatores (27%), alguns dos quais relacionados com incapacidade física associada a problemas de saúde. A falta de tempo para usufruir do espaço público é assinalada por 16 pessoas (9,5%), enquanto que a falta de segurança e as barreiras arquitetónicas são mencionadas por 6% e 5% respetivamente.

A distância face a casa tem um peso de 16% na não frequência dos espaços, mas apenas 3% dos inquiridos associam a não utilização à falta de transporte. Tendo em conta que as pessoas podiam referir até 3 motivos para justificar a “nunca” frequência dos espaços, a não existência de transporte tem de facto um peso bastante residual.

Motivos para a não frequência de espaços (Nº e %), Cascais, 2016, Inquérito telefónico aos munícipes (450), CEDRU



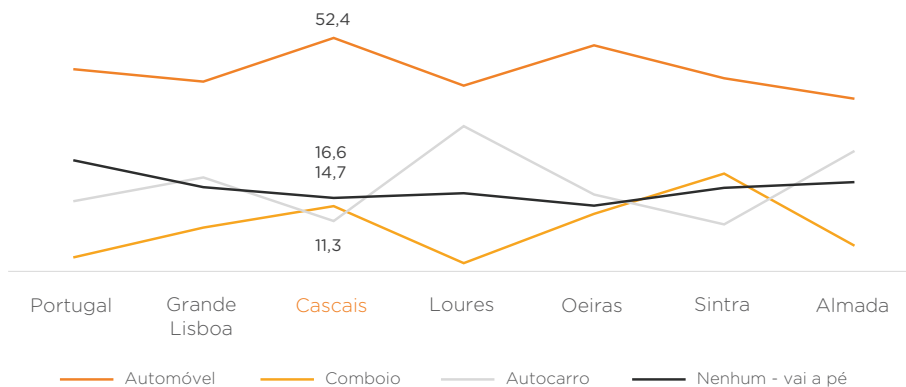
7.7 Uso e cobertura da rede de transportes

A rede de transportes é uma das infraestruturas com maior impacto direto no quotidiano dos cidadãos. As necessidades e exigências de **mobilidade** da sociedade são cada vez mais exigentes sendo que o transporte público tem um papel social em matérias como o acesso aos locais de emprego, a escolas, a serviços de saúde, a equipamentos culturais e de lazer,..., pelo que este recurso deve estar devidamente estruturado para responder às diversas necessidades da população e contribuir efetivamente para a diminuição de assimetrias e desigualdades de mobilidade.

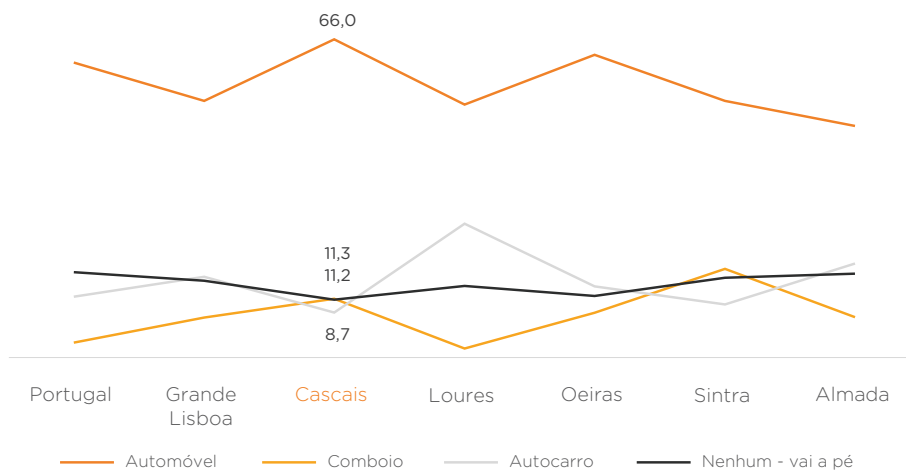
Os maiores desafios que se colocam estão relacionados com as rotas (capacidade para cobrir vários trajetos), com a frequência e diversidade de horários e com as tarifas praticadas. De facto, a eficácia da **rede de transportes** tem influência direta no emprego e na gestão familiar e doméstica porque uma maior distância entre casa e o local de trabalho pode significar um aumento do tempo dispensado nas deslocações casa - trabalho - casa e, conseqüentemente, menor disponibilidade temporal para a realização de outras tarefas.

De acordo com dados do INE, que remontam aos Censos de 2001 e 2011, o automóvel é o **meio de transporte** mais utilizado pela população residente em Cascais nas deslocações pendulares (casa/trabalho ou casa/local de estudo) registando um aumento de 13,6 p.p. no último período intercensitário (passou dos 52,4% em 2001 para os 66% em 2011), à semelhança dos restantes territórios.

Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%), por localização geográfica, 2001 (Censos), INE



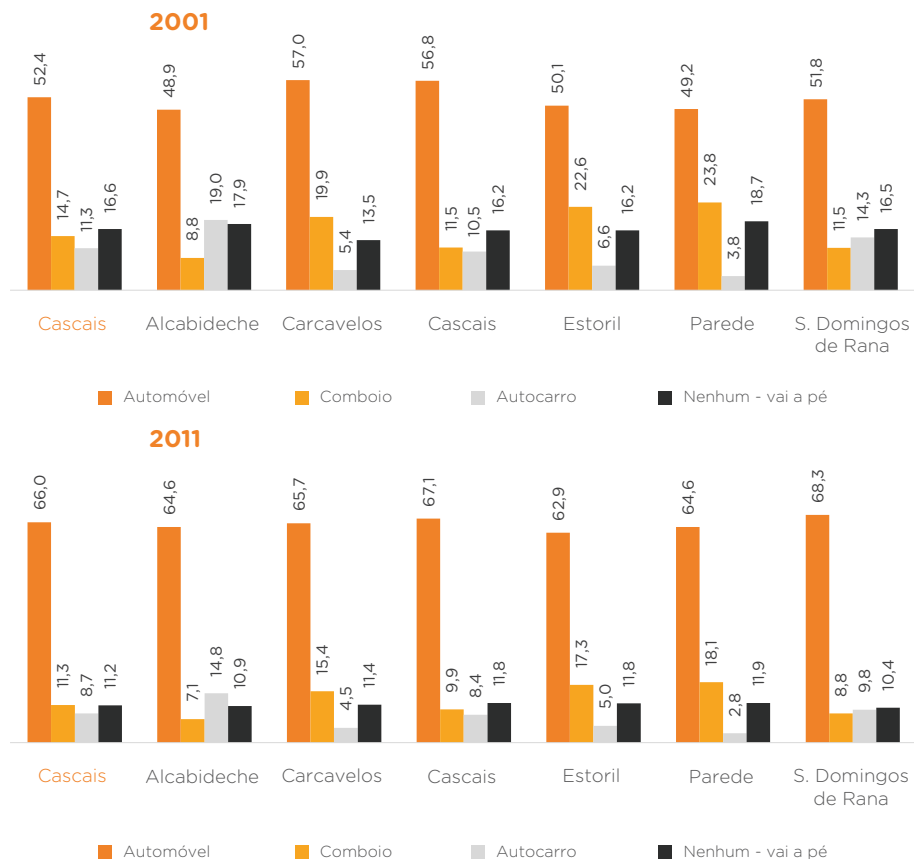
Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%), por localização geográfica, 2011 (Censos), INE



A utilização do automóvel e do comboio nos movimentos pendulares por parte dos residentes de Cascais é percentualmente superior à registada no país, AML e municípios comparáveis, em 2001 e 2011. No entanto, em 2001, as deslocações a pé (17%) eram as tinham maior peso a seguir ao automóvel (52%), seguidas do comboio (15%) e do autocarro (11%). Já em 2011, o peso da utilização do comboio (11%), apesar de diminuir, equipara-se às deslocações a pé (11%), que também assinalam um decréscimo. O meio de transporte autocarro é sempre o menos utilizado nos movimentos pendulares.

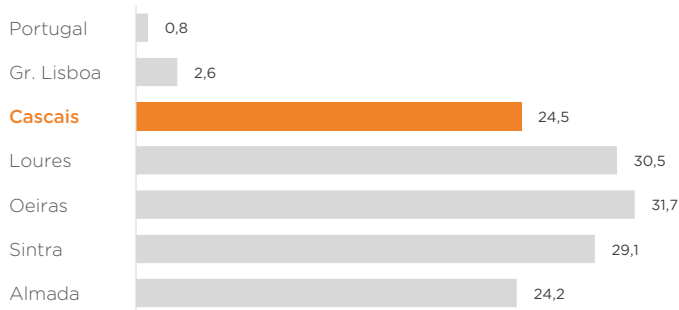
A análise desagregada ao nível das freguesias segue a mesma tendência do concelho, com os **transportes coletivos** a perderem peso face ao **transporte individual**. Os residentes de Cascais e S. Domingos de Rana revelam uma utilização média superior do automóvel nas deslocações pendulares (67% e 68% respetivamente) por relação à média concelhia (66%) em 2011. Por sua vez, os residentes da Parede (18%), Estoril (17%) e Carcavelos (15%) apresentam valores médios superiores à média concelhia (15%) no que respeita o uso do comboio.

Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%), Cascais, 2001 e 2011 (Censos), INE



Cascais apresentava em 2011 um número significativo de residentes (cerca de 1/4) a estudar ou a trabalhar noutra concelhia. Proporção esta idêntica à verificada em Almada, mas inferior à dos restantes municípios comparáveis.

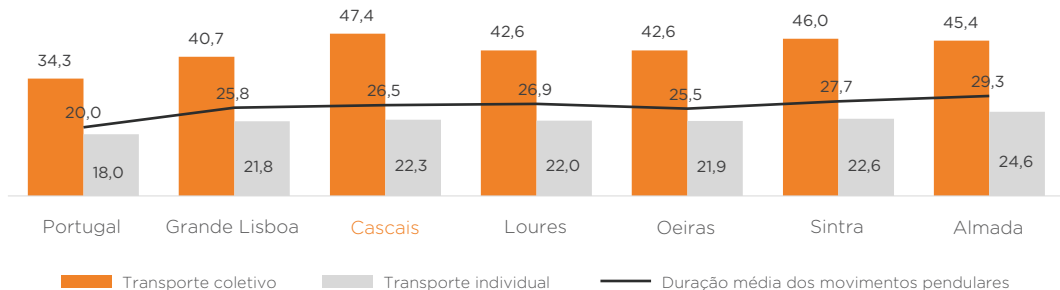
Proporção da população residente que sai da unidade territorial (movimentos pendulares) (%), por local de residência, 2011 (Censos), INE



Os principais destinos destes **movimentos pendulares** ocorrem para os concelhos limítrofes com destaque natural para Lisboa para onde se deslocavam diariamente 27.983 pessoas em 2011, seguido de Oeiras e Sintra para onde se deslocavam 13.717 e 12.280 pessoas respetivamente.

Dos 123.357 movimentos pendulares registados em 2011, mais de 43% são efetuados em cerca de 15 minutos. Os movimentos que demoram entre 15 a 30 minutos têm um peso de 27% e os que levam entre 30 a 60 minutos 21%, o que significa que a duração média dos movimentos pendulares situava-se nos 26,53 minutos, aproximadamente meia hora de caminho/distância. No entanto, a duração média das deslocações aumenta cerca de 20 minutos quando a população utiliza o transporte coletivo (47,4 minutos), sendo a mais elevado dos municípios comparáveis.

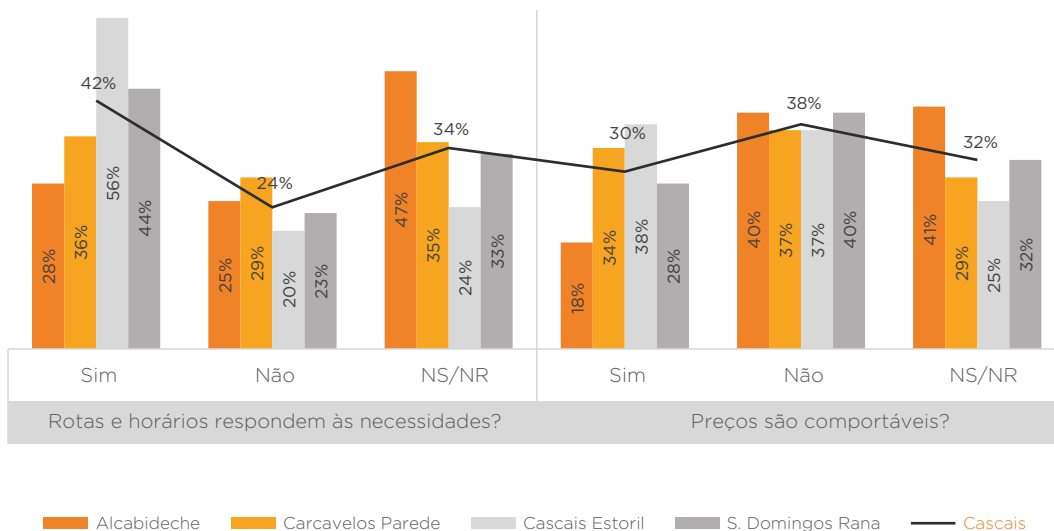
Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante, que utiliza transporte coletivo e transporte individual (min), por local de residência, 2011 (Censos), INE



Tendo em consideração a complexidade associada às movimentações pendulares, os municípios foram inquiridos quanto à satisfação das suas necessidades pela rede de transportes públicos no concelho, bem como a capacidade de suportar os custos associados à sua utilização. De acordo com os resultados do inquérito mais de 42% dos municípios inquiridos considera que as **rotas e horários dos transportes públicos** do concelho respondem às suas necessidades (contra 24% que acham que não dá resposta), enquanto que 38% considera que os **preços** não são comportáveis, por oposição a 30% que avaliam de forma positiva.

Apesar de tendencial satisfação relativamente às rotas e horários, a verdade é que em algumas sessões de *focus group* foi feita referência à dificuldade em compatibilizar deslocações de e para o local de trabalho por insuficiência de horários e de rotas.

Rotas, horários e preços dos transportes públicos do concelho de Cascais (%), Cascais, 2016, Inquérito telefónico aos municípios (450), CEDRU



De realçar a elevada proporção de inquiridos que não sabia ou não quis responder às questões (34% e 32% para cada uma das questões, respetivamente), sendo a maior proporção residente em Alcabideche (ronda os 30%). Atendendo a que segundo os censos de 2011 o automóvel era o principal meio de transporte nas deslocações pendulares, a elevada percentagem de “NS/NR” poderá ser explicada por desconhecimento decorrente da não utilização dos transportes públicos.

Os munícipes residentes em Cascais Estoril são os que revelam maior satisfação com as rotas e horários dos transportes públicos (56%), face às suas necessidades, e com os preços praticados nos transportes públicos: 38% afirmam serem comportáveis. Já a proporção de inquiridos que considera que não satisfazem as suas necessidades é mais elevada em Carcavelos Parede (29%). No que respeita o preço dos transportes públicos, os residentes em Alcabideche e S. Domingos de Rana são os menos satisfeitos (40% respetivamente).

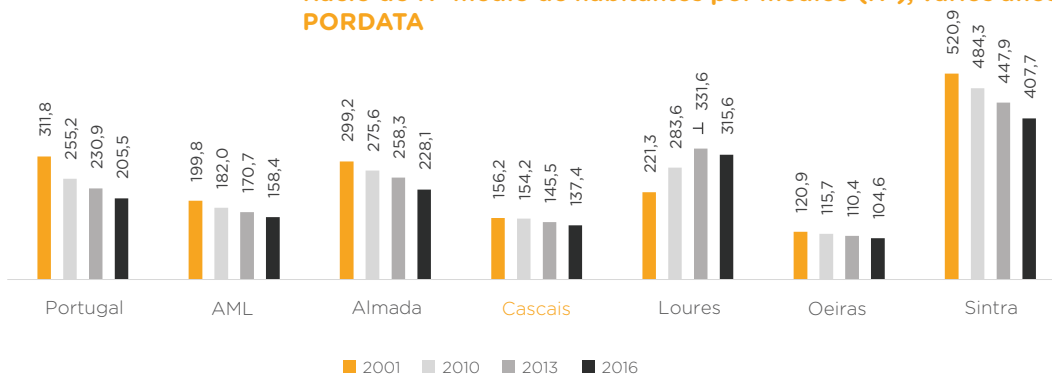
8. Saúde

8.1 Oferta em saúde e acesso à saúde

O **acesso aos cuidados de saúde** constitui-se como um dos mais importantes eixos de suporte ao bem-estar das pessoas, no entanto ele depende de vários fatores como: a complexidade das necessidades específicas dos utentes, a existência de cuidados de saúde específicos e a capacidade de resposta dos serviços.

Cascais tem vindo a desenvolver um esforço de adaptação às necessidades da população com uma oferta diversificada em termos de cuidados de saúde primários e cuidados hospitalares, ainda que não consiga assegurar todas as especialidades.

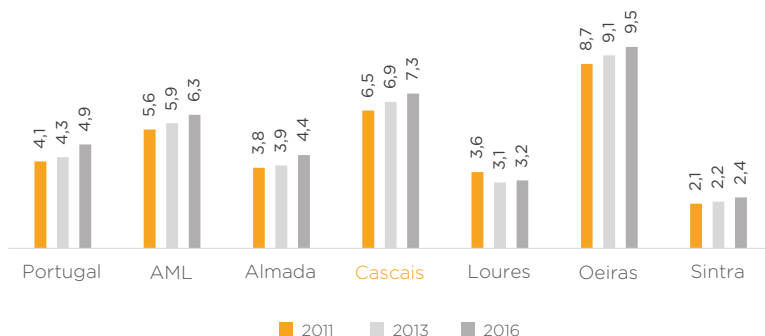
Rácio do N° médio de habitantes por médico (Nº), vários anos, PORDATA



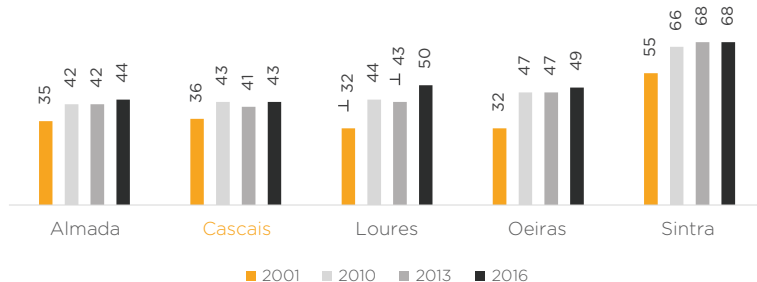
O **número médio de residentes anual por médicos** no ano civil dá conta de uma diminuição ligeira, mas positiva, entre 2001 e 2016 em Cascais: passou dos 156,2 para os 137,4. Apenas o concelho de Oeiras apresenta um rácio mais positivo do que Cascais. Não se trata de uma diminuição populacional, mas antes do aumento do número de médicos por habitante.

De facto, a análise considerando o número de **médicos por mil habitantes** revela um crescimento gradual ao longo do tempo do número destes profissionais por mil habitantes que passou dos 6,5 em 2011 para os 7,3 em 2016, valor este superior ao verificado no país, AML e municípios comparáveis à exceção de Oeiras que contava com o maior número de médicos por mil habitantes - 9,5.

Médicos por mil habitantes (Nº), vários anos, INE



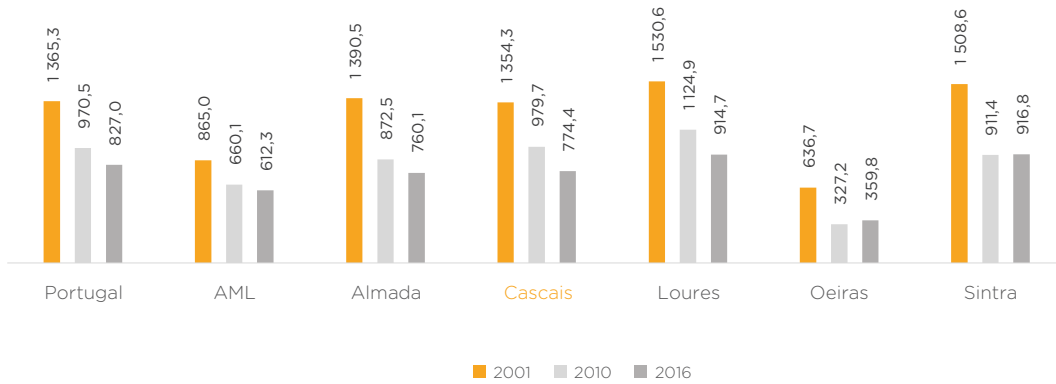
Farmácias e postos farmacêuticos móveis, vários anos, PORDATA



Em 2016, com 43 farmácias, Cascais contava com o menor número de **farmácias e postos farmacêuticos móveis** entre os concelhos comparáveis, a par de Almada (44), enquanto Sintra era o concelho que concentrava o maior número destes equipamentos com 68. Face a 2001, todos os concelhos assinalaram um aumento do número de farmácias e postos farmacêuticos móveis, no entanto, quer Cascais, quer Loures registaram uma ligeira quebra em 2013, tendo logo de seguida recuperado.

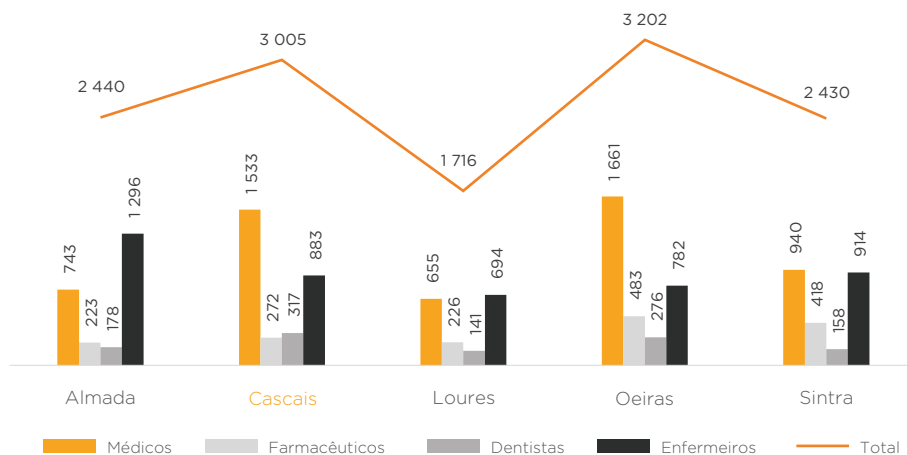
Ao menor número de farmácias em Cascais, opunha-se, em 2016, um dos rácios mais positivos em termos de **número médio de habitantes por farmacêutico** com 774,4, valor este ligeiramente acima de Almada (760,1). Oeiras com o rácio mais baixo de todos os municípios - 359,8 habitantes por farmacêutico, contrastava com Sintra e Loures com os rácios mais elevados (916,8 e 914,7 respetivamente).

Rácio do N^o médio de habitantes por farmacêutico (N^o), vários anos, PORDATA

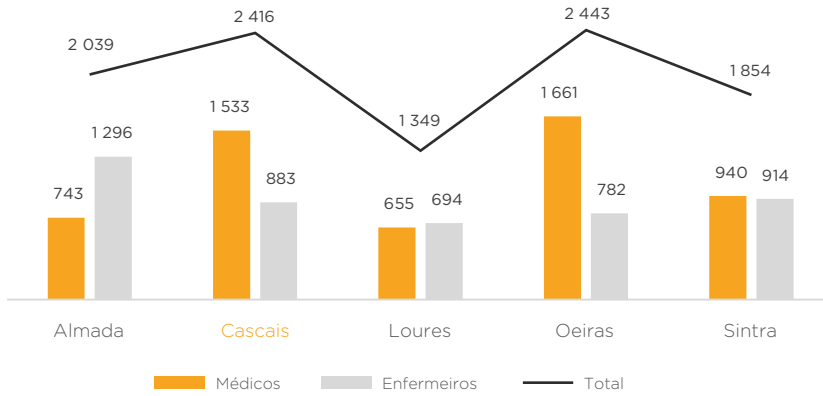


No que respeita ao **peçoal de saúde**, Cascais contava com 3.005 profissionais em 2016, um valor apenas superado por Oeiras com 3.202 profissionais de saúde. Cascais destacava-se com o maior número de dentistas (317) e ocupava a segunda posição no que respeita o número de médicos (1.533). Apesar do rácio bastante positivo do número de habitantes por farmacêutico, Cascais contava apenas com 272 farmacêuticos em 2016, ou seja, mais de 1/3 a menos do que Oeiras (483) e ainda abaixo de Sintra (418). Situação idêntica verificava-se com o número de enfermeiros que era liderado por Almada (1.296) e Sintra (914), tendo Cascais 883, valor este superior a Oeiras (782) e Loures (694).

Pessoal de saúde: médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos (N^o), 2016, PORDATA



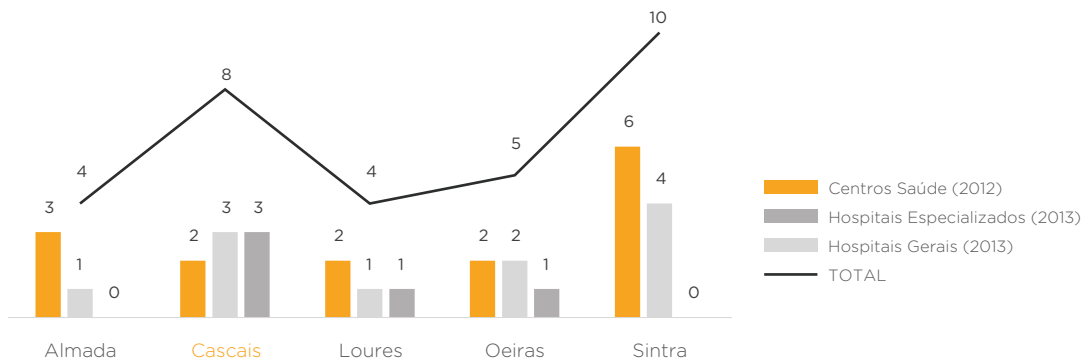
Pessoas de saúde: médicos e enfermeiros (Nº), 2016, PORDATA



Considerando apenas os **profissionais de saúde médicos e enfermeiros** (dados de 2016) e cruzando esses dados com o número de **Centros de Saúde e Hospitais** (dados de 2012 e 2013, ou seja, períodos de referência diferentes) em cada município constata-se que o número de profissionais não é igualmente proporcional ao número de serviços de saúde em cada município.

Cascais com 8 unidades de saúde detinha um número de profissionais (2.416) semelhante a Oeiras (2.443) com apenas 5 unidades de saúde. Já Sintra com o maior número de unidades de saúde (10) reunia menos profissionais (1.854) que qualquer um destes dois municípios e do que Almada (2.039) com menos de metade das unidades de saúde (4).

Unidades de saúde: Centros de Saúde (2012) e Hospitais por modalidade (2013), (Nº), INE

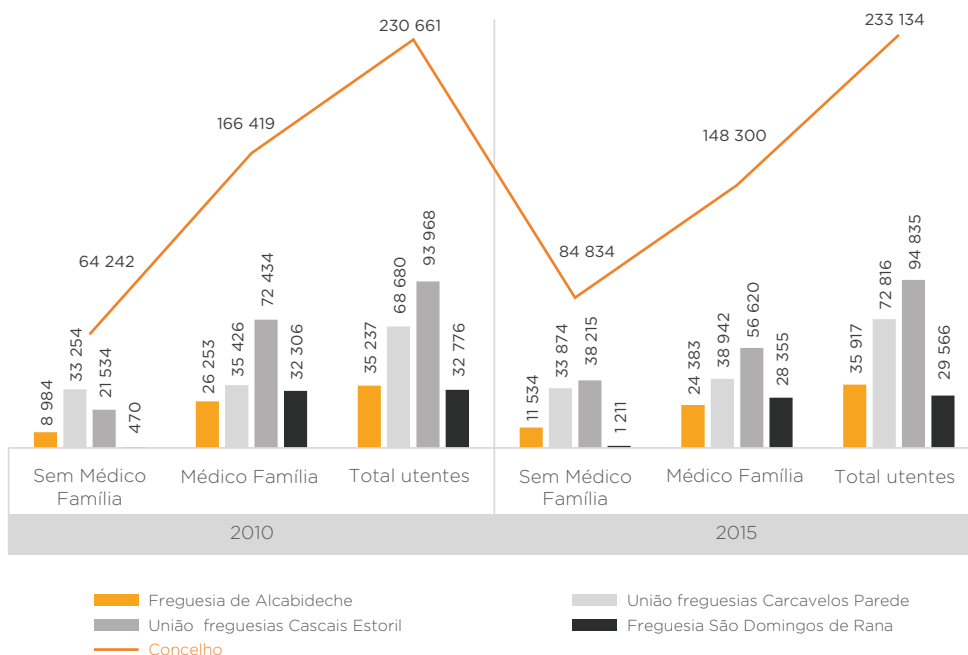


Em termos de **cuidados de saúde primários**, o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Cascais, criado em 2009 e sediado em S. João do Estoril, integra os Centros de Saúde de Cascais e Parede e tem seis unidades prestadoras de cuidados: 1 na freguesia de Alcabideche, 2 na União de Freguesias de Carcavelos Parede, 2 na União de Freguesias de Cascais Estoril e 1 na Freguesia de S. Domingos de Rana.

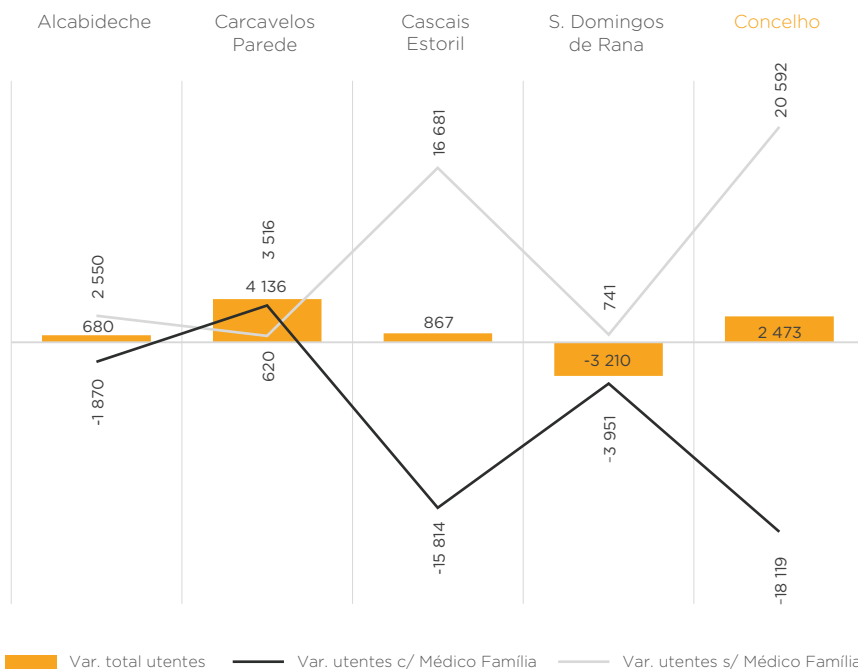
Está organizado em 17 Unidades Funcionais Prestadoras de Cuidados de Saúde: 9 Unidades de Saúde Familiar (USF), 4 Unidades de Cuidados de Saúde Personalizadas (UCSP), 2 Unidades de Cuidados de Saúde na Comunidade (UCC), 1 Unidade de Saúde Pública (USP) e 1 Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP). Tem um Conselho Clínico e de Saúde, uma Unidade de Apoio à Gestão e um Gabinete do Cidadão.

Em 2015 estavam inscritos no **ACES de Cascais** 233.134 utentes, 64% (148.300) dos quais com médico de família e 36% (84.834) sem médico de família atribuído.

Utentes do ACES com e sem médico de família no Concelho de Cascais (Nº), 2010 e 2015, ACES Cascais



Variação de utentes do ACES com médico de família (MF) e sem médico de família (SMF) no Concelho de Cascais (Nº), 2010-2015, ACES Cascais



Entre 2010 e 2015 o número de **utentes inscritos no ACES de Cascais** registou um ligeiro aumento com repercussões no aumento do número de utentes sem médico de família e, inversamente, uma diminuição no número de **utentes com médico de família**.

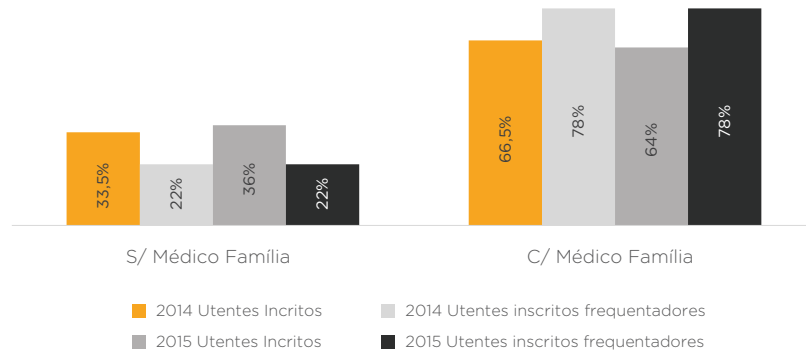
Apenas na UF de Carcavelos Parede o aumento do número de utentes foi proporcional ao aumento do número de utentes com médico de família, tendo-se quase mantido o número de utentes sem médico de família (observa-se um aumento residual).

A freguesia de S. Domingos de Rana é a única que apresenta uma diminuição do número de pessoas inscritas, acompanhada de uma diminuição proporcional do número de utentes com médico de família.

Uma análise idêntica tomando como padrão os anos 2014 e 2015 e como unidades de análise não só os utentes inscritos,

mas também os **utentes inscritos frequentadores do ACES Cascais**, observa-se um número significativamente inferior de frequentadores por referência ao total de inscritos (representam menos 68.680 do que em 2014) e de um ligeiro aumento do número de utentes inscritos em 2015 (233.134) face aos em 2014 (230.015).

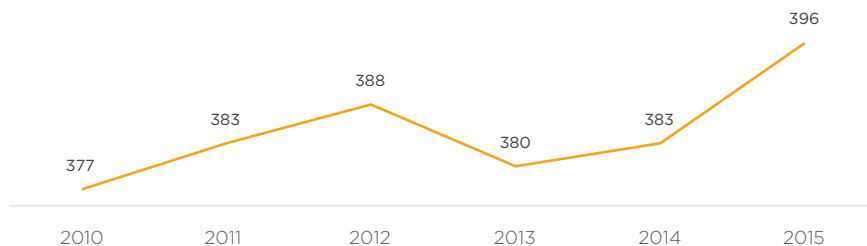
Utentes inscritos frequentadores com e sem médico de família atribuído (%), 2014 e 2015, ACES Cascais



A análise centrada nos utentes inscritos frequentadores permite perceber que este cenário é mais positivo para as pessoas com médico de família (mais 14 p.p.), bem como para os que não têm médico de família (menos 14 p.p.).

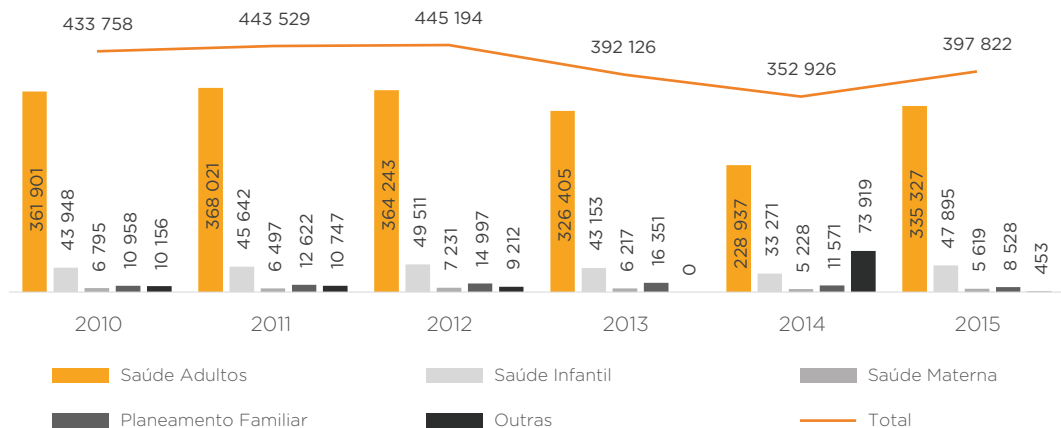
O número de utentes sem médico de família atribuído está bastante associado à diminuição do **número de médicos** por motivo de aposentação. No entanto, em termos gerais, o pessoal ao serviço no ACES Cascais aumentou desde 2010, registando mais 19 pessoas em 2015 (apesar de uma ligeira quebra em 2013).

Pessoal ao serviço no ACES Cascais (Nº), vários anos, ACES Cascais



Entre 2010 e 2015 o total de **consultas no ACES de Cascais** assinalou uma quebra acentuada (menos 35.936 consultas), com 2014 a registar o menor número de consultas (352.926) por comparação com 2012 que contabilizou o maior número com 445.194 consultas. Todos os anos (exceção de 2014 que foi um ano atípico), a consulta de “Saúde de Adultos” representa mais de 80% das consultas. As consultas de “Saúde Infantil” surgem distantes em 2º lugar com um peso que varia entre os 10% em 2010 e os 12% em 2015. As consultas de “Planeamento Familiar” e as de “Saúde Materna” aparecem em 3º e 4º lugar, tendo perdido algum peso.

Consultas médicas por Programa de Saúde no ACES de Cascais (Nº), vários anos, ACES Cascais

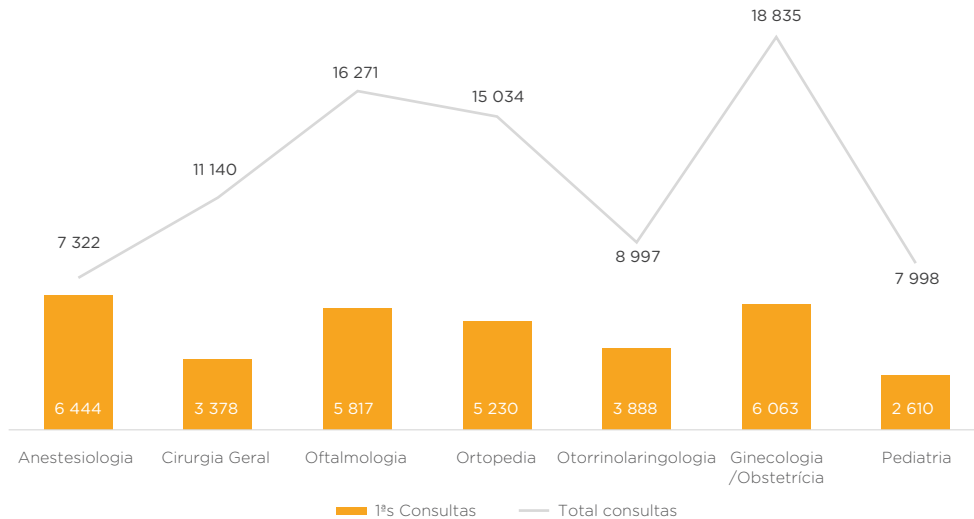


No que se refere aos **cuidados hospitalares**, Cascais conta com um total de 6, sendo 1 público, o HPP - Hospital de Cascais Dr. José de Almeida e 5 privados: CUF Cascais Hospital, Hospital de Sant’Ana, Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, Clínica Europa - Private Hospital e o Centro Psicogeriátrico N.ª Senhora de Fátima (Parede).

O **Hospital de Cascais** enquanto principal unidade de cuidados de saúde diferenciados disponibiliza várias especialidades médicas, cirúrgicas e de diagnóstico e terapêutica:

Especialidades Médicas	Especialidades Médico-Cirúrgicas	Diagnóstico e Terapêutica
Infeção VIH/SIDA		
Medicina Interna	Ginecologia/Obstetrícia	Medicina Física e de Reabilitação
Gastroenterologia	Otorrinolaringologia	Anatomia Patológica
Dermatologia	Cirurgia Geral	Imunohemoterapia
Pneumologia	Oftalmologia	Patologia Clínica
Neonatologia	Cardiologia	Anestesiologia
Neurologia	Ortopedia	Imagiologia
Psiquiatria	Urologia	
Psicologia		
Pediatria		

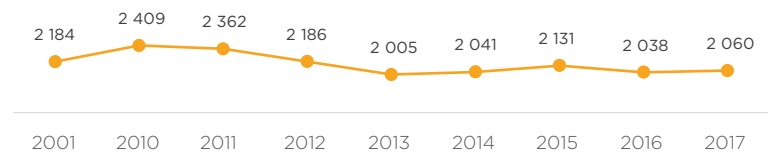
Consultas externas das principais especialidade: 1^{as} consultas e total de consultas por especialidade (N^o), 2016, Hospital de Cascais



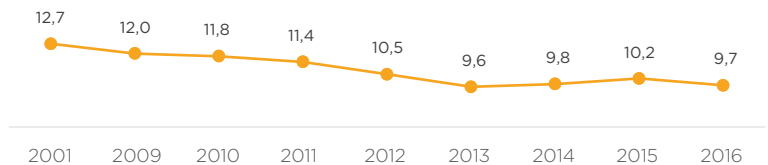
Em 2016, o Hospital de Cascais realizou mais de 135 mil consultas, das quais 37% corresponderam a 1^{as} consultas. As **especialidades** com mais consultas realizadas foram a ginecologia/obstetrícia, a oftalmologia, a ortopedia e a cirurgia geral. As especialidades com maior número de **primeiras consultas** correspondem às especialidades com maior número de consulta com exceção da anestesiologia que assinalou o maior número de primeiras consultas.

Uma análise comparativa das consultas em 2015 e 2016 dá conta de uma diminuição de primeiras consultas de pediatria (-11%) e do total de consultas de ginecologia/obstetrícia (-12%), o que poderá estar associado à ligeira diminuição do número de nascimentos em 2016 em Cascais.

Nados-vivos de mães residentes em Cascais (Nº), vários anos, PORDATA



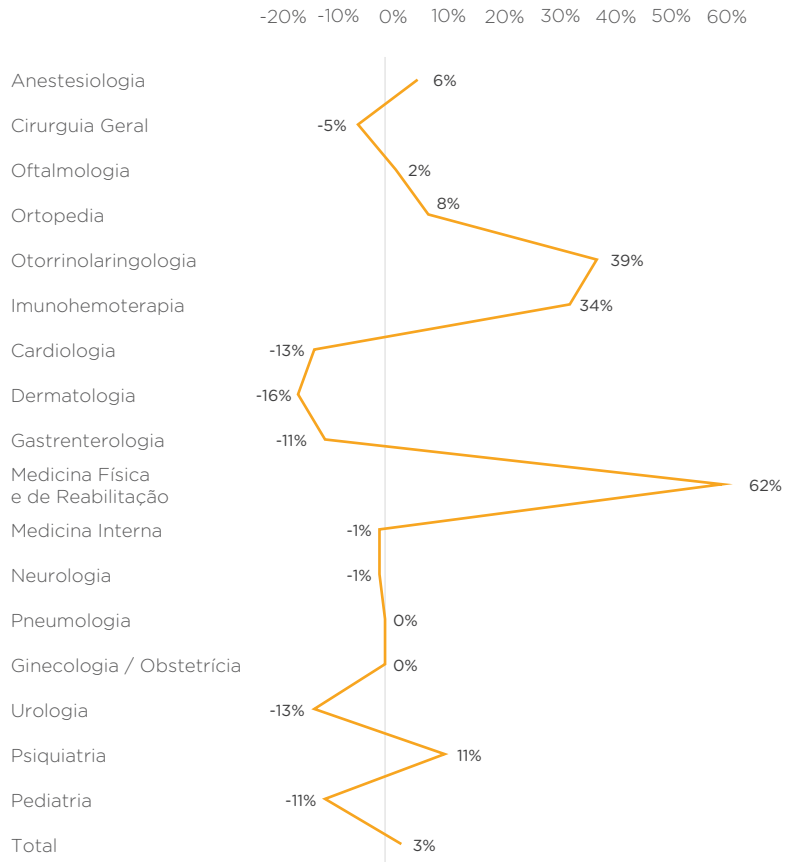
Taxa bruta de natalidade (%), vários anos, Cascais, PORDATA



Os gráficos seguintes são ilustrativos da taxa de variação entre 2016 e 2015 das 1ªs consultas das especialidades e do total de consultas externas. O maior aumento de primeiras consultas observa-se na Medicina Física e de Reabilitação, seguida das consultas de Otorrinolaringologia e Imunohemoterapia. A variação do total de consultas externas segue esta tendência mas na ordem inversa.

Por sua vez, a Dermatologia, a Cardiologia e a Urologia assinalaram as maiores variações negativas de primeiras consultas. A Dermatologia é, também, a especialidade que regista a maior quebra de consultas totais, mas em segundo lugar surge a Ginecologia /Obstetrícia.

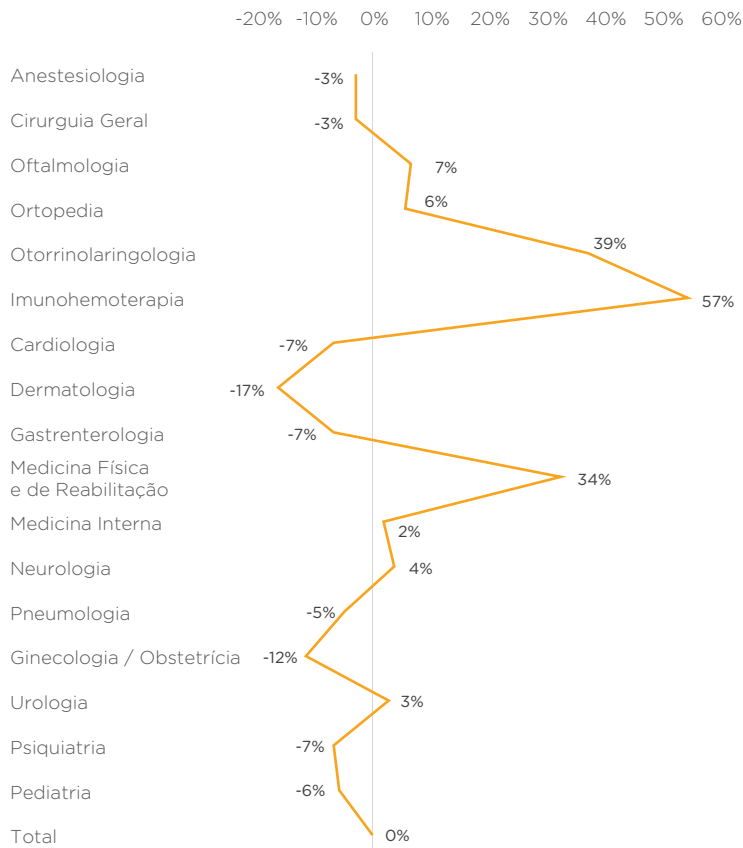
Variação 2016 - 2015 de 1^ªs consulta (%), Hospital de Cascais



Quando se analisa o **número de pedidos agendados de primeiras consultas de especialidade** verifica-se que as especialidades com maior número de pedidos em 2016 correspondem às especialidades que mais 1^ªs consultas efetuaram: Oftalmologia (1.014 primeiros pedidos), Ortopedia (307 pedidos), Pediatria (238 pedidos), Neurologia (227 pedidos), Cirurgia Geral (222 pedidos) e Ginecologia (208 pedidos).

Em algumas especialidades o **tempo máximo previsto desde o agendamento até à data da consulta** atinge ou ultrapassa os 365 dias, ou seja, um ano civil, sendo as especialidades da Oftalmologia, da Neurologia, da Pediatria, da Pneumologia e da Dermatologia as que apresentaram maiores tempos de espera.

Varição 2016 - 2015 do total de consultas externas realizadas (%), Hospital de Cascais



No que respeita o total de cirurgias programadas realizadas em 2016 contabilizaram-se 6.853 de 7 especialidade: Oftalmologia (2.314), Cirurgia Geral (1.151), Ginecologia/Obstetrícia (1.080), Ortopedia (964), Otorrinolaringologia (552), Urologia (458) e Dermatologia (334). Apenas 3,9% das cirurgias foram realizadas fora do TMRG - Tempo Máximo de Resposta Garantido e dizem respeito às especialidades de Urologia, Oftalmologia e Otorrinolaringologia.

Os tempos máximos de resposta garantidos pelo Hospital são considerados clinicamente aceitáveis, estando dentro dos limites recomendados pelo SNS em quase todos os níveis prioritários.

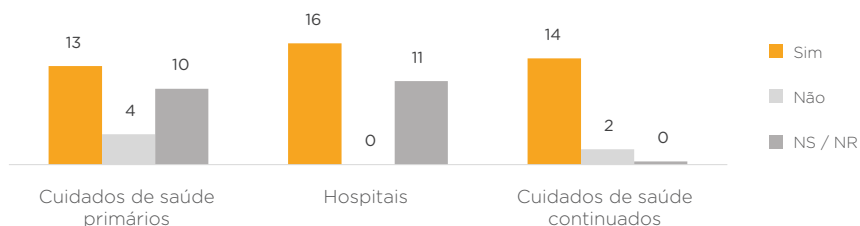
Tempo médio e máximo de espera de pedidos de 1ª consulta de especialidade até à data da consulta, 2016, Hospital de Cascais

	Tempo Médio	Tempo Máximo
< 30 dias	.Otorrinolaringologia .Cardiologia .Psiquiatria	
Entre 31 e 90 dias	.Medicina Física e Reabilitação .Imunohemoterapia .Medicina Interna .Gastrenterologia .Pneumologia .Obstetrícia .Urologia	.Medicina Física e Reabilitação .Otorrinolaringologia .Imunohemoterapia .Psiquiatria
Entre 91 e 180 dias	.Cirurgia Geral .Ginecologia .Neurologia .Ortopedia .Pediatria	.Medicina Interna .Gastrenterologia .Obstetrícia .Cardiologia
Entre 181 e 270 dias	.Dermatologia .Oftalmologia	
> 365 dias		.Cirurgia Geral .Dermatologia .Oftalmologia .Pneumologia .Neurologia .Ortopedia .Pediatria

No âmbito do inquérito online aos atores estratégicos locais, as entidades com atuação no domínio da saúde foram inquiridas sobre se os seus beneficiários sentiam **dificuldades no acesso a cuidados de saúde**.

A maioria das entidades responderam de forma afirmativa (67%), contra 15% que consideram não haver dificuldades e 18% que assinalaram NS/NR. Das que consideram existir dificuldades, 16 identificaram dificuldades no acesso aos hospitais, 14 aos cuidados de saúde continuados e, por fim, 13 aos cuidados de saúde primários. Para cada um dos cuidados de saúde houve 10 a 11 entidades que assinalaram NS/NR e 4 entidades que entendem não existir dificuldades no acesso aos cuidados de saúde primários e 2 aos cuidados de saúde continuados.

Dificuldades no acesso a cuidados de saúde, por tipologia (Nº), Cascais, 2016, Inquérito *online* aos atores estratégicos locais, CEDRU



Para cada um dos cuidados de saúde sinalizados as entidades identificaram um conjunto diversificado de **condicionantes** que **do ponto de vista dos serviços** passam pela escassez de profissionais, falta de especialidades médicas (sobretudo ao nível da saúde mental) e elevado tempo de espera para consultas (nomeadamente psiquiatria). Do ponto de vista de quem acede estão relacionadas com dificuldades de acesso devido a perda de autonomia e carência económica (a questão do transporte é bastante destacada).

Fundamentação das dificuldades no acesso a cuidados de saúde, por tipologia, 2016, Inquérito *online* aos atores estratégicos locais, CEDRU

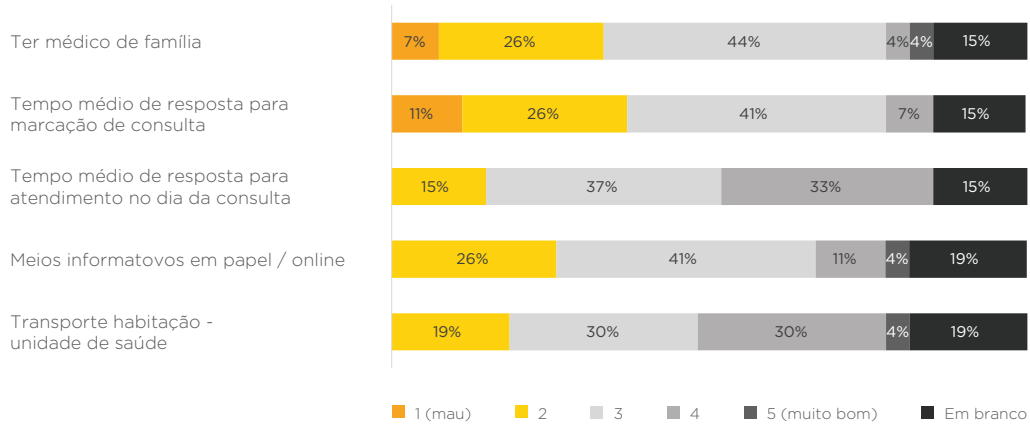
Cuidados de saúde	Dificuldades no acesso aos cuidados de saúde - fundamentação
Cuidados de saúde primários	<ul style="list-style-type: none"> Falta de médicos de família, só médico de recurso Pessoas em situação de carência económica com dificuldades de fazer face às despesas várias, incluindo pagamento de medicamentos ou de transporte para a sua deslocação População com dificuldades de autonomia, nomeadamente ao nível da saúde e higiene e na realização de exames, consultas, de forma autónoma

Hospitais	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de acesso a algumas especialidades médicas: saúde mental, psiquiatria e oftalmologia • Falta de especialidades médicas ao nível da saúde mental • Grandes dificuldades no acesso à urgência de psiquiatria e no seguimento regular e de proximidade • Elevado tempo de espera para consultas médicas • Dificuldades no transporte, acessibilidade e tempo de espera • Na especialidade infetocontagiosa, grandes dificuldades nos processos de transferência de outras unidades hospitalares
Cuidados de saúde continuados	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de respostas associadas à saúde mental comunitária • Escassez de profissionais • Ausência de equipamentos de curta, média e longa duração • Inexistência de unidades de internamento no concelho

As mesmas pessoas foram solicitadas a avaliar vários parâmetros de **acesso aos cuidados de saúde públicos** numa escala de 1 (mau) a 5 (muito bom). A maioria dos inquiridos atribuiu aos vários parâmetros uma avaliação intermédia (3).

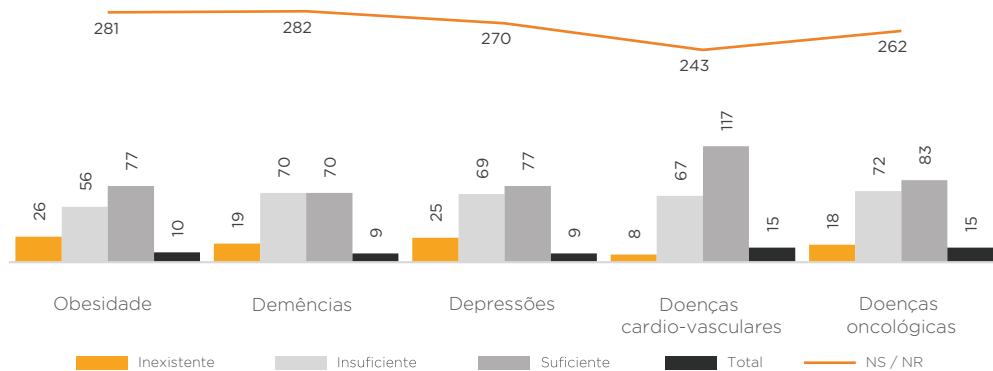
A questão do transporte, que havia sido considerada uma dificuldade no acesso aos cuidados de saúde, é nesta avaliação o parâmetro (transporte habitação - unidade de saúde) com mais avaliações positivas com 9 pessoas a avaliarem como bom/muito bom. À exceção deste parâmetro e do “tempo médio de resposta para atendimento no dia da consulta” todos os outros parâmetros têm como escala de apreciação que reúne o segundo maior número de avaliações o 2, ou seja uma escala tendencialmente negativa. Há parâmetros que chegam mesmo a ser apreciados como maus (1) por alguns inquiridos, como é o caso da atribuição dos médicos de família e do tempo médio de resposta para marcação de uma consulta.

Avaliação de parâmetros no acesso aos cuidados de saúde públicos, (%), Inquérito online aos atores estratégicos locais, CEDRU



Este tema foi também abordado no inquérito telefónico aos munícipes, mas focado na **avaliação** que fazem a **capacidade de resposta dos serviços de saúde** relativamente a várias tipologias de doenças/patologias. Para todas as tipologias a proporção de respostas “não sabe/não responde” é superior a 50% (doenças cardiovasculares 54% e doenças oncológicas 58%), atingindo os 60% ou mais no caso das demências (63%), da obesidade (62%) e das depressões (60%). Estes valores indiciam um aparente e normal desconhecimento da capacidade existente no concelho ao nível da saúde, na medida em que tendencialmente apenas conhecerão os cuidados as pessoas que sofrem deste tipo de patologias ou que convivem com quem sofre.

Avaliação da capacidade de resposta dos serviços de saúde (Nº), Cascais, 2016, Inquérito telefónico aos munícipes, CEDRU, 450 inquiridos



É ao nível das doenças cardiovasculares (207), das doenças oncológicas (188) e das depressões (180) que mais respostas foram contabilizadas. No que respeita a avaliação da capacidade de respostas, os serviços de saúde para as doenças cardiovasculares são aqueles que são avaliados de forma mais positiva (64%), ou seja, como “suficiente” ou “total”, seguidos dos serviços de saúde para as doenças oncológicas (52%) e para a obesidade (51%). Estes últimos, porém, registam a maior proporção de respostas que classificam a capacidade de resposta como “inexistente” (5,8%), seguida das depressões (5,6%).

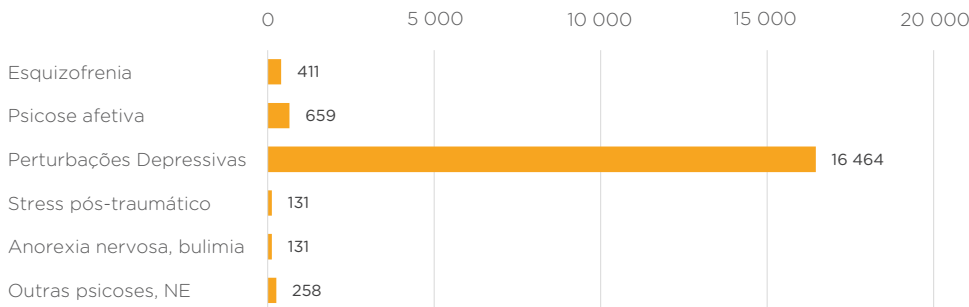
No geral, Cascais apresenta um conjunto significativo de infraestruturas de saúde que lhe permite cobrir a generalidade das áreas de cuidados de saúde, no entanto subsistem ainda algumas dificuldades no acesso aos cuidados de saúde.

8.2 A incidência das doenças mentais

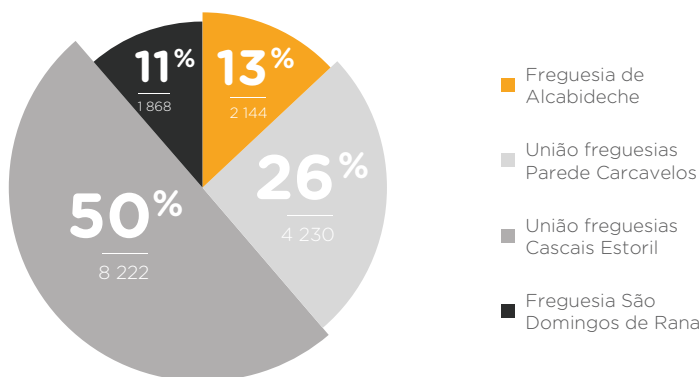
De acordo com o **Plano Nacional de Saúde Mental**, das 10 principais causas de incapacidade, 5 são do foro psiquiátrico. No entanto, os recursos atribuídos à saúde mental são ainda bastante limitados, como já se viu, seja pela falta de especialidades médicas neste domínio, seja pelas dificuldades de acesso a consultas e urgências e consequente seguimento regular e de proximidade.

A análise da **doença mental por tipologia de patologia** dá conta de uma sobre representatividade das “perturbações depressivas”, independentemente do ano e da freguesia de análise. Esta patologia representava em 2015 91% do total de tipologias de doença mental no concelho e 93% do total de tipologias da freguesia de Cascais Estoril. É também nesta freguesia que esta tipologia tem maior representatividade ao concentrar 50% do total de episódios do concelho em 2015 com 8.222 episódios. A seguir às perturbações afetivas, mas com um número significativamente inferior de episódios surgem a psicose afetiva (659) e a esquizofrenia (411).

Doenças mentais por tipologia no concelho de Cascais (Nº), 2015, ACES Cascais



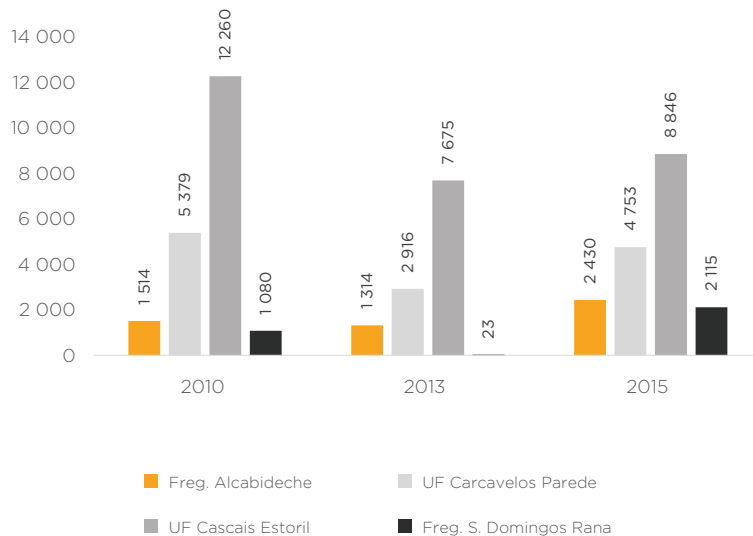
Perturbações depressivas por freguesias no concelho de Cascais (Nº), 2015, ACES Cascais



Entre 2010 e 2015 os **episódios de doença mental** no concelho de Cascais apresentam oscilações e uma queda acentuada no caso de Cascais (passa das 12.260 ocorrências para as 8.846), mas ainda assim continua a ser a freguesia com mais episódios de doença mental com 8.846 episódios (49%). Segue-se Carcavelos Parede com 4.753 das ocorrências (26%) e Alcabideche com 2.340 casos (13%). A freguesia de S. Domingos de Rana é aquela que regista maiores oscilações ao longo dos anos (alcançou os 1.593 episódios em 2012 para depois diminuir até aos 23 e 34 em 2013 e 2014 respetivamente, superando os dois mil em 2015) e o menor número de episódios em 2015 - 2.115 (12%).

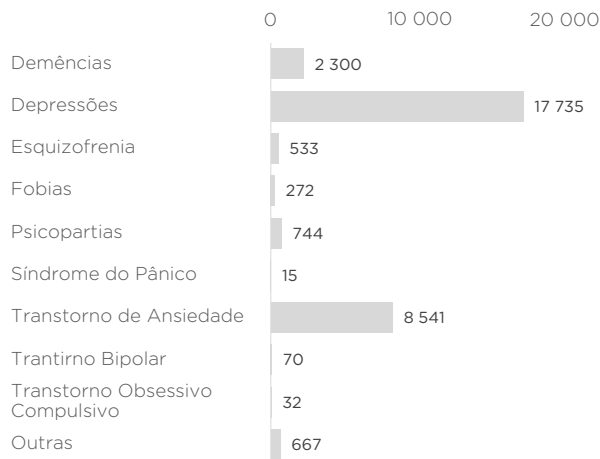
É difícil encontrar uma explicação para estas oscilações, mas poderão estar relacionadas com um eventual encaminhamento destas situações para outras unidades de apoio e com as características das próprias patologias a que estão muitas vezes associadas elevadas probabilidades de recidivas e/ou repetições de episódios.

Total de doenças mentais por freguesia (Nº), vários anos, ACES Cascais



No âmbito do inquérito online às entidades estas foram questionadas sobre o número de **cidadãos que abrangem que registam problemas de saúde mental**, tendo por referência o mês de setembro de 2015. Foram contabilizados 30.909 indivíduos com algum tipo de problema, com destaque, mais uma vez, para as “depressões” que no conjunto das patologias identificadas agregam mais de metade das situações assinaladas (57% a que correspondem 17.735 pessoas). O transtorno da ansiedade surge em 2º lugar com 8.541 pessoas (28%) e as demências em 3º com 2.300 pessoas (7%).

Problemas de saúde mental dos cidadãos abrangidos pelas entidades (Nº), Cascais, 2016, Inquérito *online* às entidades, CEDRU



A nível nacional o documento do Ministério da Saúde (2018), *Retrato da Saúde*, Portugal, revela que o número de portugueses com depressão, inscritos nos Centros de Saúde, atingiu os 10% em 2017 (superando os 7% de 2011). Quanto às perturbações de ansiedade, a percentagem praticamente duplicou (passou dos 3,5% para os 6,5%) e é a quinta principal causa de morbilidade (quem vive com uma doença) nas mulheres entre os 15 e os 49 anos. As situações de demência também se desenvolveram e atingem quase 1% da população inscrita nos centros de saúde. Por sua vez, o consumo de medicamentos como benzodiazepinas e antidepressivos associados ao tratamento da insónia, ansiedade e depressão também cresceu.

Os resultados do estudo sobre a prevalência de doenças mentais na população adulta portuguesa que constam do documento O Retrato da Saúdes sugerem que Portugal é o país da Europa com a maior prevalência de doenças mentais na população adulta: “em 2016, um em cada cinco portugueses sofreu de uma doença psiquiátrica e quase metade já teve uma destas perturbações durante a vida”.

De acordo com o relatório global lançado pela OMS – Organização Mundial de Saúde o número de casos de depressão aumentou 18% entre 2005 e 2015 afetando 322 milhões de pessoas em todo o mundo, na sua maioria mulheres. Até 2020, a depressão será a maior causa de afastamento de profissionais do mercado trabalho em todo o mundo, mas já hoje é responsável o pelo afastamento de mais de 75 mil trabalhadores.

Os avanços em termos de tratamentos efetivos das doenças mentais são uma realidade, mas menos de metade das pessoas afetadas recebe ajuda médica ou tratamento adequado, seja por falta de recursos, profissionais capacitados ou falhas no diagnóstico. Para além destas condicionantes o estigma social associado a transtornos mentais é um obstáculo adicional à recuperação e reintegração na sociedade...

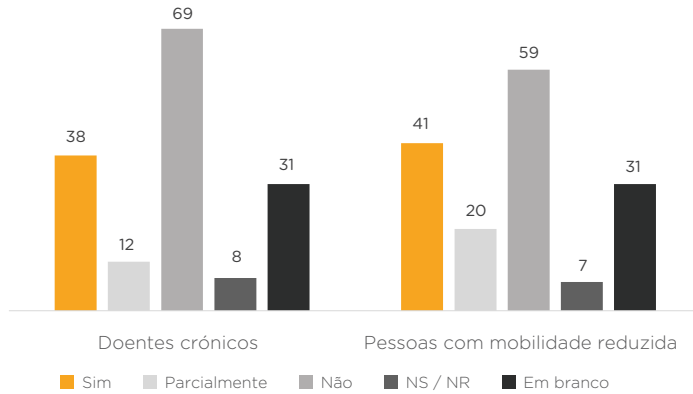
8.3 Formas de apoio para doentes crónicos ou de mobilidade reduzida e para os cuidadores informais

Viver mais anos poderá conduzir a períodos de maior fragilidade e incapacidade levando à necessidade de apoio. As **doenças crónicas** e as situações de mobilidade reduzida constituem fortes entraves à autonomia e ao desenvolvimento pessoal das pessoas que delas padecem, afetando a sua qualidade de vida e a sua capacidade de participação ativa. A necessidade de cuidados constantes ou do apoio de terceiros para se deslocarem ou realizarem determinadas tarefas básicas coloca estas pessoas numa situação de dependência.

A OMS caracteriza as doenças crónicas como *“doenças que têm uma ou mais das seguintes características: são permanentes, produzem incapacidade/deficiências residuais, são causadas por alterações patológicas irreversíveis, exigem uma formação especial do doente para a reabilitação ou podem exigir longos períodos de supervisão, observação ou cuidados”*.

As respostas ao inquérito *online* às entidades permitiram identificar as entidades que prestam apoio nesta área. De um universo de 158 entidades, cerca de 1/4 desenvolvem medidas de apoio específico a doentes crónicos (24% - 38 entidades) e/ou de apoio a pessoas com mobilidade reduzida (26% - 41 entidades). No entanto, se se considerarem as entidades que também disponibilizam apoio de forma parcial ascendem a 50 as entidades com apoio (total ou parcial) a doentes crónicos e a 61 as entidades com apoio (total ou parcial) a pessoas com mobilidade reduzida. Estes apoios cobrem uma diversidade de tipologias e medidas que reúnem necessidade médicas, alimentares, técnicas, entre outras.

Entidades que disponibilizam apoio a doentes crónicos e pessoas com mobilidade reduzida (Nº), 2016, Inquérito *online* às entidades, CEDRU



Tipologia de apoios a doentes crónicos e pessoas com mobilidade reduzida (Nº), 2016, Inquérito *online* às entidades, CEDRU

Apoio personalizado (14)
Estruturas específicas (14)
Apoio médico, de enfermagem e fisioterapia (13)
Apoio domiciliário (11)
Outros (8)
Ajudas técnicas (5)
Apoio alimentar (5)
Transporte (4)

Em Portugal, apesar das respostas da **Rede Nacional de Cuidados Continuados**, de equipamentos sociais protocolados com a Segurança Social e da existência de serviços de apoio ao domicílio, continua a haver poucos cuidados formais para fazer face às necessidades existentes. De acordo com um Estudo

realizado em 2017, cerca de 80% dos cuidados prestados a pessoas dependentes (idosos, pessoas com deficiência, demências ou doenças crónicas) são assegurados no domicílio por **prestadores de cuidados informais**, pessoas sem formação específica e que não são remuneradas para cuidar: sobretudo mulheres, familiares da pessoa cuidada e com idade entre os 45 e os 75 anos.

A prestação de cuidados informais tem custos elevados para quem os faz. Devido à permanência e duração do cuidado, os cuidadores sofrem um desgaste físico, emocional e psicológico considerável (isolamento, rutura de relações e da vida social, depressões, exaustão, stress, ...), mas também padecem de impactos económicos relevantes (maior risco de pobreza, abandono do emprego, ...). Calcula-se que em Portugal o valor estimado anual dos serviços prestados pelos cuidadores informais ronde os 4 mil milhões de euros, um valor demasiado elevado por um trabalho pouco reconhecido e não remunerado.

Está em discussão um **Estatuto do Cuidador** que reconheça em diversas dimensões direitos às pessoas que cuidam de forma informal. Por esta razão as respostas de apoio aos cuidadores são ainda escassas seja ao nível da informação, formação e capacitação; do apoio em termos de saúde (incluindo psicológico); da garantia do direito ao descanso; da possibilidade de conciliar prestação de cuidados e vida profissional; seja ao nível de apoios sociais e pecuniários e do reconhecimento dos cuidados para efeitos de carreira contributiva.

Medidas de apoio disponibilizadas aos cuidadores informais de pessoas em situação de dependência (Nº), Cascais, 2016, Inquérito *online* aos atores estratégicos locais, CEDRU

Formação, capacitação, grupos de apoio e partilha de experiências (13)
Apoio a consultas e exames médicos (6)
Apoio ao domicílio (3)

Apoio psicológico (3)
Intervenção em terapias familiares ou multifamiliares (3)
Descanso do cuidador (2)
Apoio individualizado (2)
Ajudas técnicas (2)

Em Cascais, há 20 entidades que trabalham na área da saúde que disponibilizam medidas de apoio específicas para cuidadores (8 tipos de apoio que correspondem a 34 medidas de apoio), sobretudo no domínio da formação e capacitação (13) e do apoio a consultas e exames médicos (6).

As medidas de apoio domiciliário e de apoio individualizado (social, habitacional e de saúde) são, muitas vezes, garantidas por entidade que trabalham na área social, pelo que o seu número será superior ao aqui apresentado.

De facto, o Programa Municipal Cascais Cuida congrega mais de 30 entidades dedicadas a promover o apoio ao cuidador informal através de bolsas de horas, formação, apoio domiciliário, entre outras medidas.

9. Consumo e Alimentação

9.1 Padrão de consumo alimentar

As preocupações com uma **boa alimentação**, do ponto de vista nutricional, para o desenvolvimento psicomotor dos indivíduos nas diversas fases do ciclo de vida: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade assumem uma importância crescente nos dias que correm. Uma alimentação equilibrada em quantidade e diversidade surge como condição fundamental para o desenvolvimento humano e para a prevenção e tratamento de algumas doenças

A complexidade dos problemas alimentares/nutricionais existentes em Portugal responsáveis pelo surgimento de muitas doenças crónicas como a obesidade e a diabetes, p.e., a par da ausência de um programa nacional de alimentação, ao contrário do que acontece na maioria dos países europeus, levaram à aprovação em 2012 do **PNPAS - Programa Nacional para a Alimentação Saudável 2012-2016**, promovido pela DGS - Direção Geral de Saúde, que integra recomendações da OMS - Organização Mundial de Saúde e da União Europeia.

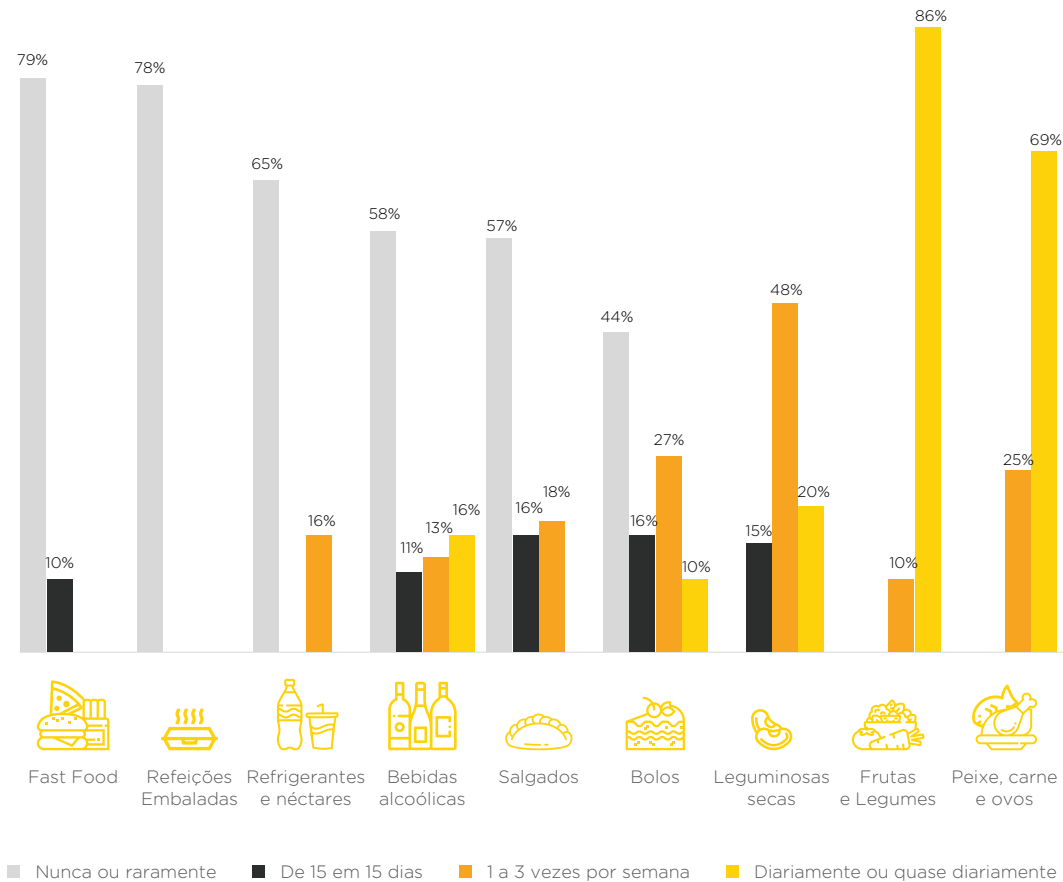
À escala nacional o PNPAS dá conta de dados de 2014 que indicavam que 17,5% das mulheres portuguesas com idade \geq 18 anos tinham um peso que corresponde a uma situação de obesidade e nos homens o valor situava-se nos 15,1%. À escala concelhia, o **Plano Local de Saúde de Cascais 2015-2017** aponta as questões relacionadas com a obesidade e o excesso de peso como o quinto problema de saúde no concelho. De acordo com este documento “... em dezembro de 2014 estavam registados no ACES de Cascais 12.062 utentes com excesso de peso e 8.862 com obesidade, equivalentes a 6,3% e 4,5% do total de utentes inscritos respetivamente. Existiam, portanto, no ACES de Cascais 10,8% de utentes registados com excesso de peso ou obesidade.”



Roda da alimentação mediterrânica - cultura, tradição e equilíbrio, PNPAS

Ainda que estas problemáticas não estejam apenas dependentes dos hábitos alimentares a verdade é que resultam muitas vezes de uma má alimentação e de uma deficiente nutrição. Com o intuito de se conhecer os **principais padrões e tendências de consumo** ao nível concelhio, a população residente em Cascais (450 pessoas) foi inquirida (inquérito telefónico) sobre os seus **hábitos alimentares**. Os dados apurados apenas permitem identificar um conjunto de padrões de consumo relativos aos alimentos mais e menos frequentemente consumidos que constituem a base da referência alimentar dos munícipes. A informação não incide na quantidade do consumo pelo que não é possível estabelecer uma análise com base nas calorias ingeridas por cada tipo de produto, nem estabelecer uma correlação direta com as referências associadas à dieta mediterrânica.

Regularidade do consumo de alguns tipos de alimentos (%), 2016, Inquérito telefónico aos municípios, (450 inquéritos), CEDRU



NS/NR varia entre 2% e 4%

Os resultados do Inquérito à regularidade do consumo de determinados alimentos apontam para um **padrão de alimentação** marcado pelo consumo frequente de “*Frutas e legumes*” – 96%, de “*Peixe, carne e ovos*” – 94% e de “*Leguminosas secas*” – 68%; por oposição a um consumo raro ou inexistente de “*Fast food*” – 79%, de “*Refeições embaladas (pré-confeccionadas)*” – 78%, de “*Refrigerantes e néctares*” – 65%, de “*Bebidas alcoólicas*” – 58% ou de “*Salgados*” – 57%. De realçar que o consumo de fruta, assim como de hortícolas, é um importante fator de redução de risco de doenças crónicas.

O raro consumo de alimentos como “Fast food”, “Refeições embaladas” ou de “Refrigerantes e néctares” deve ser encarado de forma particularmente positiva já que o seu consumo excessivo representa um fator de risco para a obesidade devido à riqueza calórica em carboidratos e gordura saturada. Por oposição, a prevalência de uma alimentação rica em “legumes, frutas e proteínas”, poderia levar a especular pela não existência de um padrão alimentar que propicie a ocorrência de situações de excesso de peso ou obesidade, no entanto, os dados do ACES Cascais apontam para a existência de situações de obesidade o que leva a questionar se algumas das respostas correspondem efetivamente à realidade do consumo ou ao que as pessoas desejariam.... No conjunto de respostas, é ao nível do consumo de “Bolos” que a situação é mais preocupante uma vez que se trata de alimentos muito calóricos onde a proporção de inquiridos que afirmam consumir bolos com regularidades semanal (37%) ou mensal (16%) é superior à dos que nunca ou raramente (44%) consomem bolos.

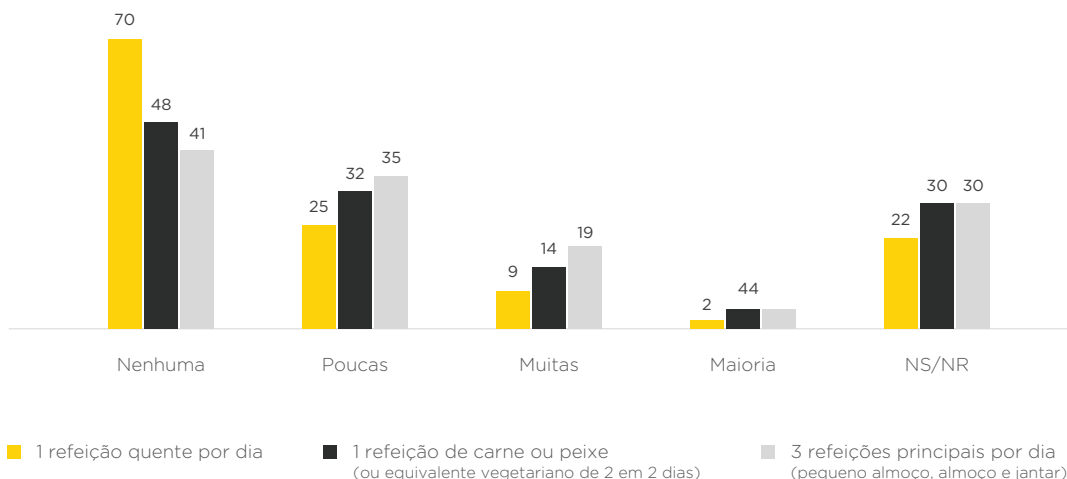
Sem se conhecer as quantidades consumidas não é possível determinar se o consumo frequente de “Bebidas alcoólicas” por parte de 23% das pessoas inquiridas representa algum tipo de excesso, até porque de acordo com o PNPAS é recomendado o consumo diário de um copo de vinho a uma das refeições para a população adulta. Da mesma forma, não é possível estabelecer uma análise com base nas calorias ingeridas por cada tipo de produto, sendo que, também segundo o PNAS, em Portugal se estima que haja um consumo excessivo de carne, peixe e ovos.

As opções dos indivíduos em matéria alimentar são influenciadas por fatores de ordem social e cultural, mas também condicionadas por fatores financeiros. Através de um inquérito online às entidades procurou-se avaliar alguns tipos de **vulnerabilidade em matéria de alimentação por parte dos cidadãos abrangidos pela rede de suporte institucional do concelho de cascais**. Os resultados dão conta da existência de algumas fragilidades.

Considerando que a não realização de pelo menos 1 refeição quente por dia será a situação mais extrema, ainda que a maioria das entidades (55% - 70 entidades) afirme não abranger nenhuma pessoa nessa situação, a verdade é que existem 36 entidades (mais de das entidades - 28%) que

enquadram pessoas nessa condição. A situação é tanto mais grave e preocupante quando 9 entidades indicam abranger muitas pessoas que não realizam uma refeição quente por dia e 2 declaram mesmo que esta situação ocorre na maioria das pessoas abrangidas.

No universo de cidadãos que a entidade abrange quantas pessoas não fazem ... (Nº), Cascais, 2016, Inquérito online às entidades (128 entidades), CEDRU



A análise dos inquéritos dá ainda conta da existência de situações em que as pessoas não realizam uma refeição de carne ou peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias: 53% das entidades abrangem pessoas que se encontram nesta condição, sendo que 18 entidades (14%) identificam que esta circunstância ocorre com muitas (14) ou com a maioria (4) das pessoas abrangidas, o que poderá remeter para a existência de carências nutricionais proteicas.

A não realização de 3 refeições principais por dia (pequeno-almoço, almoço e jantar) por parte das pessoas abrangidas pelas entidades inquiridas é a condição que ocorre em mais entidades (58), sendo que segundo 35 entidades verificar-se com poucas pessoas, para 19 com muitas e de acordo com 4 entidades sucede com a maioria das pessoas abrangidas.

Qualquer um dos três cenários apresentados anteriormente é preocupante e indiciador da existência de debilidades alimentares seja ao nível da carência/ privação de alimentos e

insuficiência de refeições, seja ao nível da reduzida diversidade e qualidade dos alimentos que resultam inevitavelmente numa nutrição deficiente e insatisfatória com consequências para a saúde.

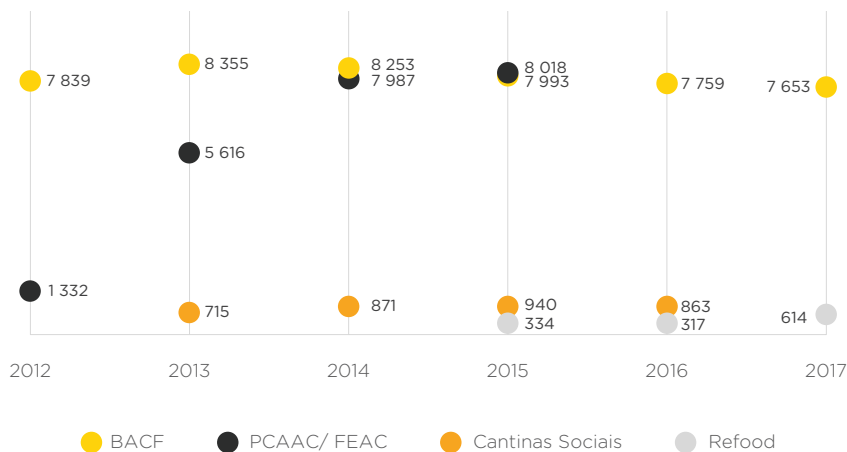
9.2 Respostas na área alimentar

Para fazer face a estas realidades, que se agravaram com a crise económica, o Estado português implementou o Programa de Emergência Social (Outubro de 2011 a Dezembro de 2014) com o objetivo de mitigar as situações de resposta social mais urgentes e minorar o impacto social da crise, do qual faz parte o **Programa de Emergência Alimentar** (mais conhecido por Cantinas Sociais). As Cantinas Sociais tiveram o seu auge entre 2014 e 2016, tendo sido um recurso fundamental para pessoas e famílias sem condições para cozinhar seja por razões de incapacidade (mental/motora), seja pela inexistência de meios (inexistência de fogão/forno ou de gás/eletricidade).

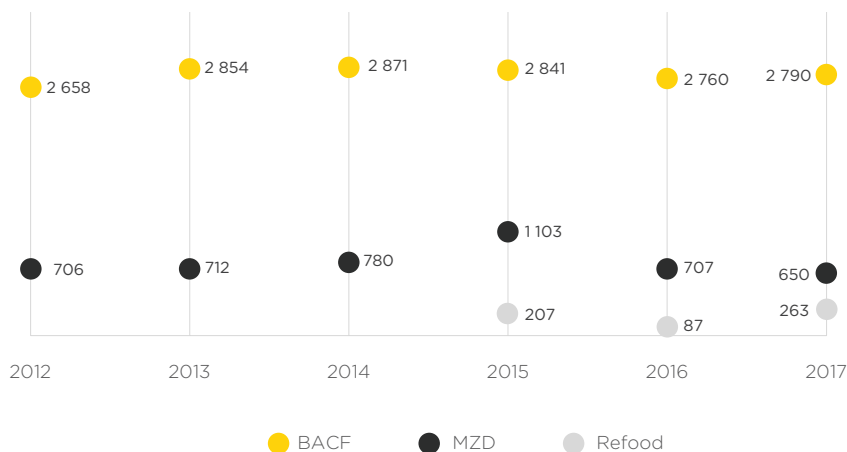
No entanto, as **respostas de apoio alimentar** que abrangem mais pessoas e famílias e que mobilizam a maior quantidade de alimentos (o que é explicado pela natureza dos próprios Programas) são: o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF) e o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados/ Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas (PCAAC/FEAC), atual PO APMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas.

Paralelamente a estes Programas, emergiram iniciativas complementares, de incidência mais local, promovidas sobretudo pela sociedade civil e de que são exemplo o Movimento Zero Desperdício (MZD) e a Refood. Todos estes apoios alimentares traduzem parte da ampla diversidade de respostas disponibilizadas às famílias carenciadas que visam fazer face ao maior número possível de situações de carência alimentar e de necessidades alimentares. O Concelho de Cascais não é exceção na disponibilização destas respostas, conforme demonstram os gráficos seguintes (na medida em que nem sempre existe recolha de dados uniformizada, estes são apresentados em função do número de famílias, nuns casos, e/ou do número de pessoas abrangidas, noutros).

Pessoas apoiadas com alimentos em diferentes iniciativas (Nº), Cascais, vários anos, CMC/DDES



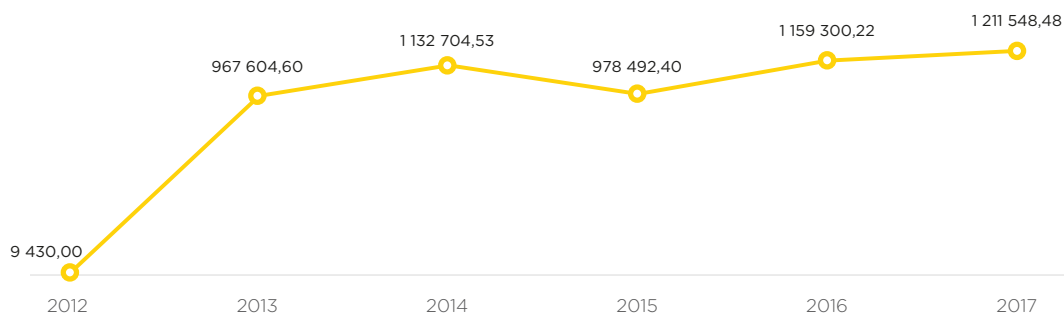
Famílias apoiadas com alimentos em diferentes iniciativas (Nº), Cascais, vários anos, CMC/DDES



O ano 2013 foi aquele em que mais munícipes de cascais foram apoiados com alimentos provenientes do BACF - mais de 8.300 pessoas (2.854 famílias), embora não corresponda ao ano em que mais quilos de alimentos foram entregues pelas instituições com BACF do concelho de Cascais (967.604 kg). Dentro do período em análise (2012-2017) o ano 2017 foi aquele em que menos pessoas foram abrangidas (7.6539), mas foi o ano em que mais quilos de alimentos foram entregues pelas instituições com BACF do concelho de Cascais - 1.211.548 kg (mais 243.944 toneladas do que em 2013).

Tendo em conta que muitas das famílias/pessoas beneficiárias de BACF foram igualmente beneficiárias dos alimentos doados pelo PCAAC/FEAC (que também mobilizava muitas toneladas de alimentos), o período entre 2012 e 2015 terá sido particularmente favorável em termos de quantidade de alimentos a que os munícipes de cascais em situação de carência alimentar tiveram acesso.

Alimentos entregues pelas instituições com BACF do Concelho de Cascais (Kg), Cascais, vários anos, BACF Lisboa



De ressaltar, contudo, que a existência de alimentos, nem sempre implica diversidade e qualidade dos alimentos disponíveis. Até à data os alimentos provenientes do BACF e/ou do PCAAC/FEAC têm sido escassos no que concerne produtos frescos de qualidade (frutas e legumes), insuficientes no caso, p.e., do leite ou azeite e raros ou inexistentes no que respeita a carne e o peixe sem ser em conserva. Na realidade, predomina a doação de produtos enlatados de maior validade e menor perecibilidade.

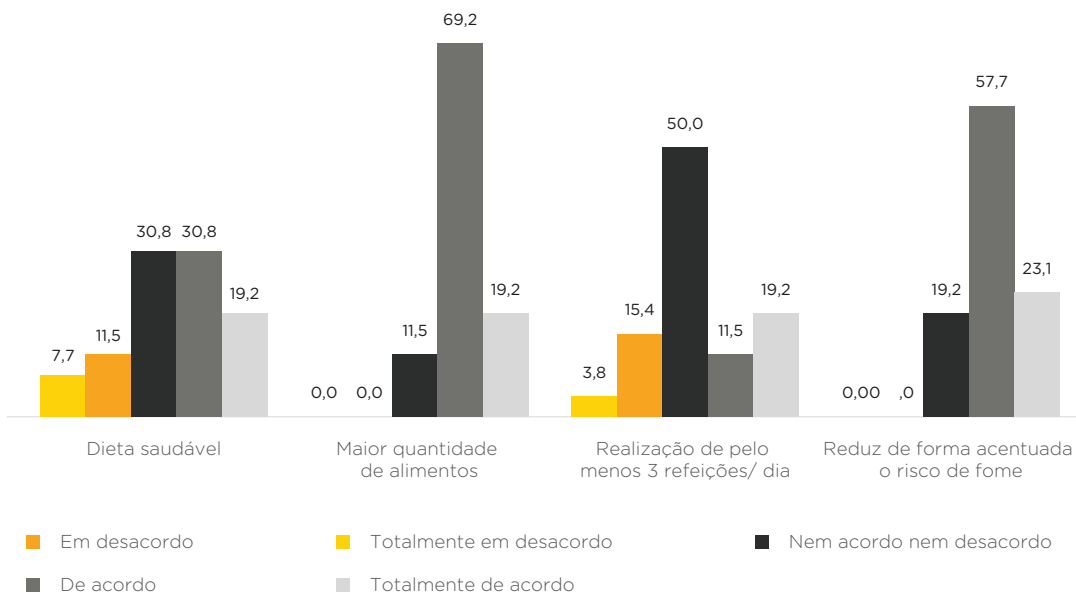
Iniciativas como o MZD e Refood têm a particularidade de conseguir assegurar algumas **refeições confeccionadas** que incluem produtos a que muitas pessoas e famílias não conseguem ter acesso de outra forma. No entanto, também é uma realidade que o MZD e a Refood recolhem muitas doações de alimentos com excesso de sal e gordura (caso dos fritos e salgados) ou com excesso de açúcar (bolos e doces).

De uma forma geral, as entidades que confeccionam refeições (cantinas/refeitórios) procuram adequar os apoios alimentares às necessidades e hábitos alimentares específicos

dos seus utentes através de ementas variadas (vegetarianas, dietas para alergias/intolerâncias/doenças metabólicas), considerando também as questões religiosas e culturais como fatores relevantes nesta matéria.

A fim de se perceber o impacto dos apoios alimentares junto dos munícipes com carência alimentar foi solicitado aos parceiros da Rede Social de Cascais com resposta alimentar para avaliarem o **impacte dos apoios alimentares** prestados pela própria entidade. Das 26 entidades que responderam a esta pergunta do inquérito *online* cerca de 80% estão de acordo ou totalmente de acordo sobre o facto dos apoios alimentares terem contribuído para reduzir de forma acentuada o risco de fome no concelho. Cerca de 88% chegam mesmo a considerar que contribuíram para a existência de uma maior quantidade de alimentos disponíveis. No entanto, o contributo destes apoios alimentares para uma dieta saudável apenas é considerado por metade das entidades respondentes e não vai além dos 31% no que respeita o contributo para a realização de pelo menos 3 refeições por dia.

Avaliação do impacte dos apoios alimentares prestados pelas entidades (%), Cascais, 2016, Inquérito *online* aos atores estratégicos locais com resposta na área da alimentação e consumo (26 entidades), CEDRU



Pode-se concluir que os apoios alimentares têm impactos positivos principalmente na contribuição para uma maior quantidade de alimentos disponíveis e para a redução do risco de fome. No que respeita a contribuição para uma dieta saudável ou para a realização de pelo menos três refeições por dia, a maior parte das autoavaliações são positivas, mas existem repostas negativas na ordem dos 20%.

O cruzamento da informação apresentada com o tipo de alimentos provenientes das diferentes respostas alimentares referidas anteriormente, em conjugação com os problemas apresentados pelas entidades nas sessões de *focus group* permite sinalizar alguns constrangimentos em matéria de alimentação e consumo, bem como tirar algumas conclusões ao nível das respostas alimentares:

- a. As respostas existentes – BACF, PCAAC/FEAC, MZD, Refood, Cantinas Sociais - abrangem um amplo número de famílias e pessoas (ainda que algumas tenham apoios duplicados no sentido da complementaridade);
- b. Os alimentos provenientes do BACF são por si só insuficientes para assegurar a alimentação mensal dos agregados familiares e, por outro lado, estão longe de responder às necessidades nutricionais proteicas de crianças, adultos e pessoas idosas (défice de alimentos frescos diversificados e de qualidade);
- c. Muitos produtos confeccionados doados são bolos e pão em quantidades tão elevadas que há dificuldade em escoá-los;
- d. As preocupações nutricionais são tidas em conta nas ementas da entidades com refeições confeccionadas, mas abrangem um número reduzido de pessoas.

10. Cultura e Lazer

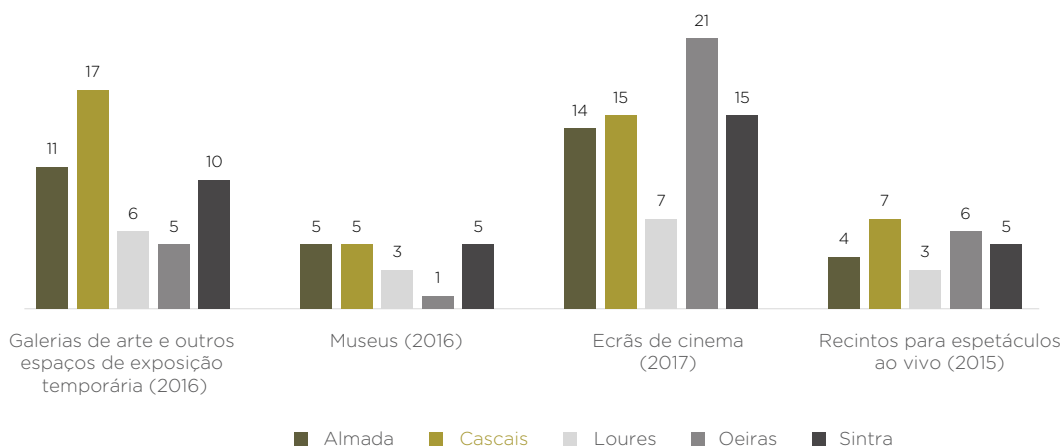
10.1 Oferta cultural: atividades culturais, de lazer e físicas

Cascais dispõe de um conjunto significativo de **equipamentos culturais**, cuja distribuição territorial revela uma forte concentração de museus e espaços expositivos na sede de concelho (Cascais Estoril) e uma cobertura mais equilibrada de outro tipo de estruturas como as associações culturais que incluem as coletividades.

Algumas destas associações datam do final do século XIX, nomeadamente a Associação Humanitária Recreativa Cascalense - Teatro Gil Vicente (1868) e a Sociedade Musical União Paredense (1899). A maioria tem a sua sede em equipamentos dotados de salões polivalente e palcos, onde são exercidas diversas atividades, tais como dança, teatro e música.

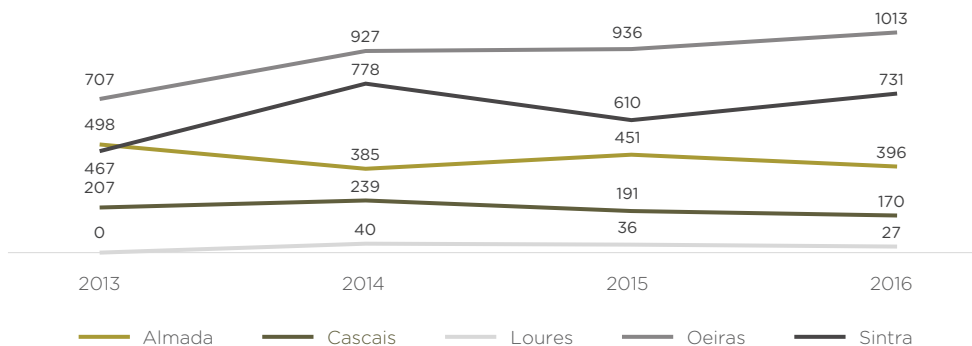
Comparativamente a outros municípios, Cascais destaca-se relativamente ao número de equipamentos culturais tais como galerias de arte e recintos de espetáculos ao vivo. No que toca a salas de cinema e museus, ocupa uma posição intermédia face a outros concelhos comparáveis.

Equipamentos culturais no concelho de Cascais e municípios comparáveis, (Nº), PORDATA



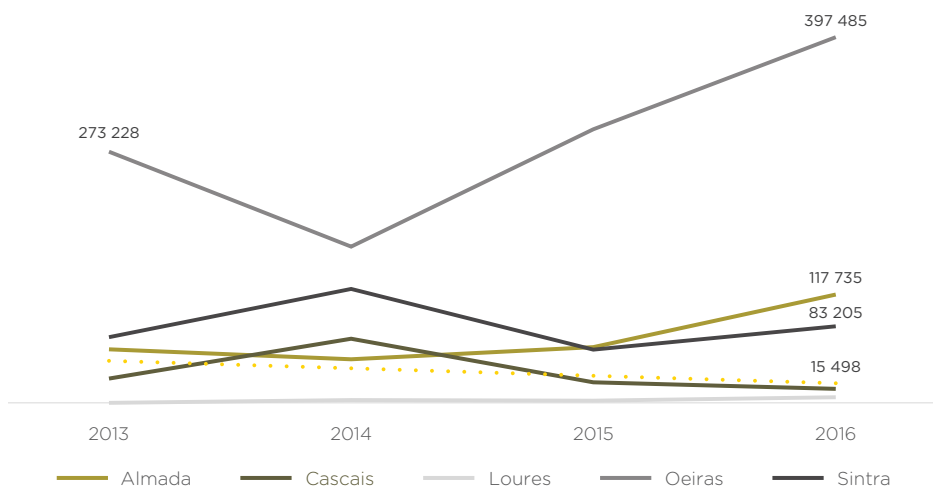
Apesar de dispor de um maior número de recintos para espetáculos ao vivo, Cascais apresenta uma **oferta de espetáculos** inferior à maioria dos concelhos comparáveis.

Apresentações públicas de um espetáculo: teatro, concertos ou outros eventos artísticos ao vivo, (Nº), INE e PORDATA



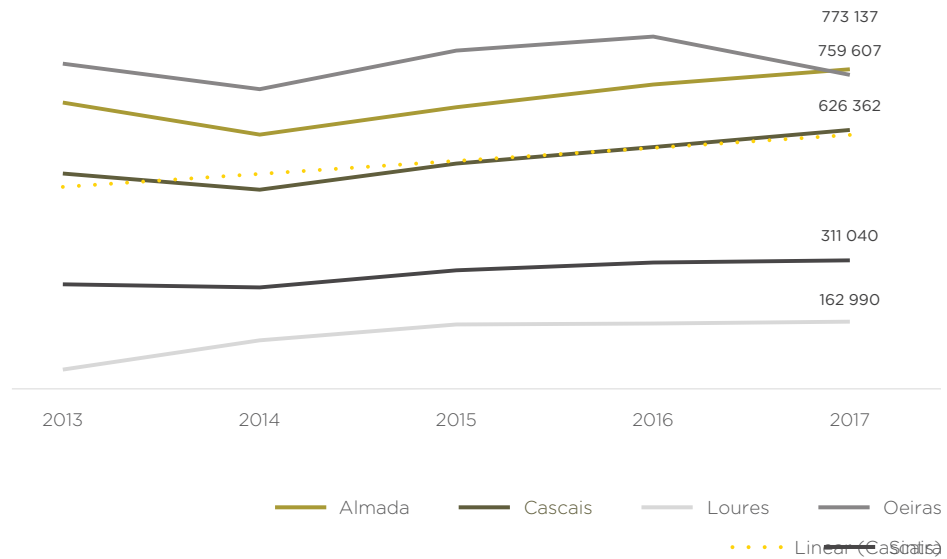
Cascais apresenta um número de **espectadores de espetáculos ao vivo** inferior às restantes unidades territoriais comparáveis, à exceção de Loures. O número de espectadores tem inclusivamente diminuído nos últimos 4 anos.

Espectadores de espetáculos aos vivos: cinema, teatro, concerto ou outras modalidades de espetáculo (ópera, dança, recitais, coros, folclore, circo, tauromaquia, multidisciplinares), (Nº), INE e PORDATA



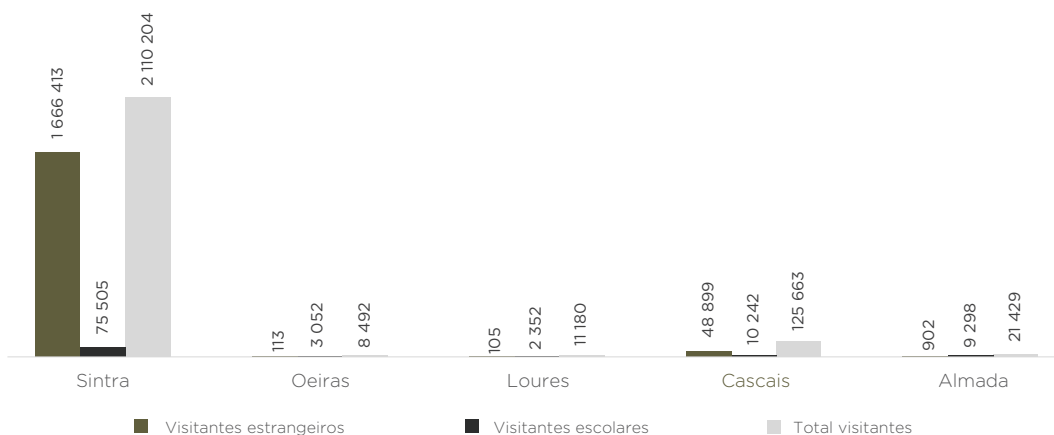
No que se refere aos **espetadores de cinema** nas salas existentes no concelho, Cascais ocupa uma posição intermédia face aos outros concelhos e uma tendência de aumento nos últimos 5 anos.

Espectadores de cinema, (Nº), PORDATA



Em termos do número de **visitantes a museus**, Cascais destaca-se dos restantes municípios (à exceção de Sintra), registando, em 2016, 125.663 visitantes, dos quais 48.899 são estrangeiros (39%).

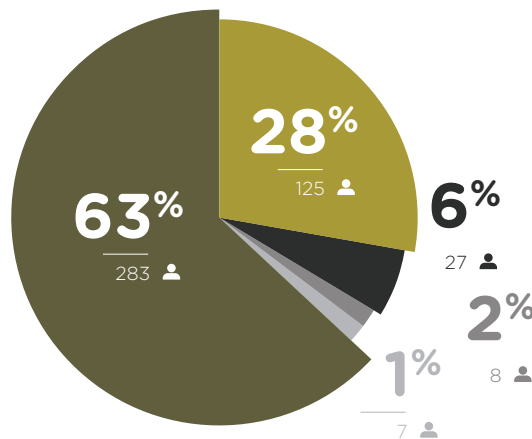
Museus: total de visitantes, visitantes escolares e estrangeiros, 2016, (Nº), INE e PORDATA



O inquérito a munícipes, realizado no âmbito do diagnóstico social, procurou aferir a **frequência do usufruto de atividades culturais** (por exemplo, visitas a museus, exposições e a equipamentos culturais) por parte da população, bem como de atividades físicas e de lazer (por exemplo, sair para estar com a família e/ou amigos, jantar/almoçar fora). Verifica-se que uma parcela significativa de pessoas nunca ou raramente usufrui de atividades culturais (63%) e físicas (54%). As pessoas que usufruem regularmente de atividades culturais, fazem-no sobretudo ao fim-de-semana. Já as atividades físicas são mais frequentes durante a semana (23%).

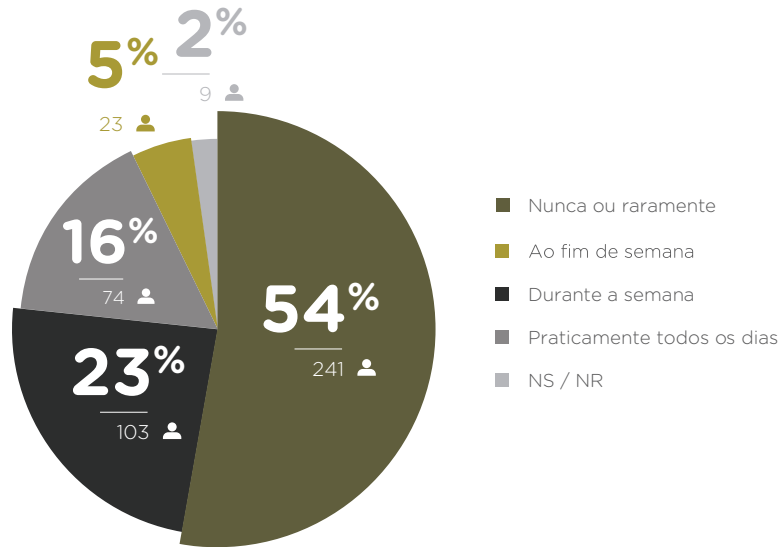
No que se refere às atividades de lazer, estas apresentam valores mais positivos, ainda assim com um quarto da população (26%) a referir que nunca ou raramente usufrui deste tipo de atividades.

Regularidade do usufruto de atividades culturais, inquérito a munícipes, 2016, (Nº e %), CEDRU

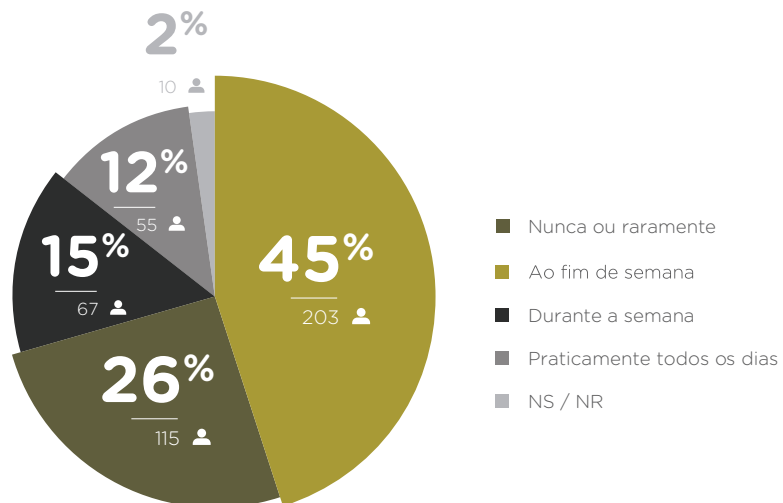


- Nunca ou raramente
- Ao fim de semana
- Durante a semana
- Praticamente todos os dias
- NS / NR

Regularidade do usufruto de atividades físicas, inquérito a municípios, 2016, (Nº e %), CEDRU



Regularidade do usufruto de atividades de lazer, inquérito a municípios, 2016, (Nº e %), CEDRU

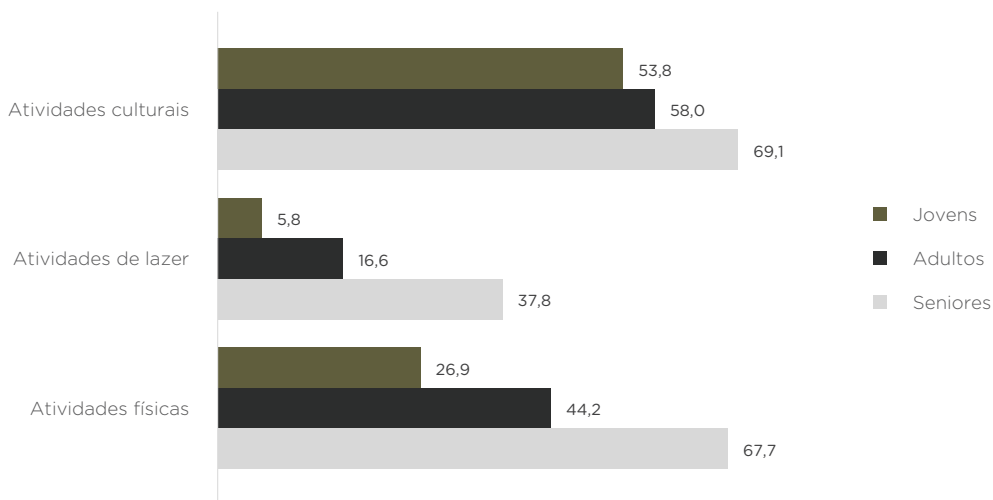


Efetuada uma **desagregação etária** e olhando apenas para as **pessoas que nunca ou raramente usufruem** destes 3 tipos de atividades, verificam-se algumas diferenças entre os vários grupos populacionais.

A maioria dos jovens (53,8%) entre os 18 e 25 anos nunca ou raramente usufrui de **atividades culturais**, valor que ascende a 58% no caso dos adultos e a 69,1% das pessoas idosas.

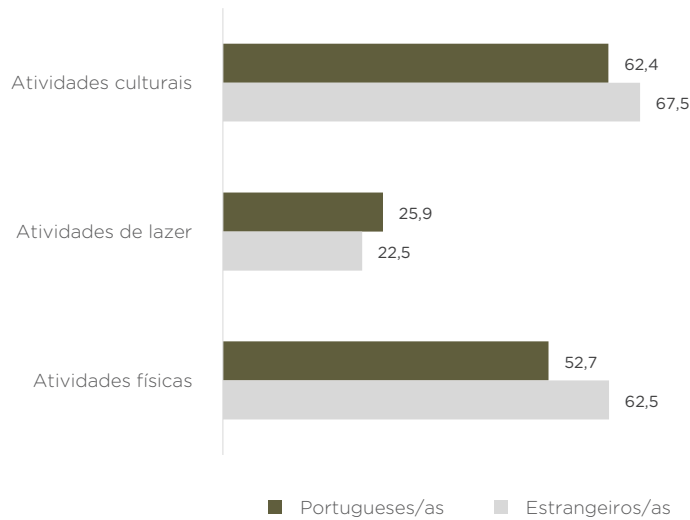
Também no que toca às **atividades de lazer**, 37,8% das pessoas idosas afirma que nunca ou raramente usufrui destas atividades, face a 16,6% dos adultos e 5,8% dos jovens na mesma situação. Por fim, no que se refere a **atividades físicas**, as pessoas idosas estão mais uma vez em desvantagem comparativa, com 67,7% de inquiridos deste grupo etário a referir que nunca ou raramente usufrui de atividades físicas, face a 44,2% de adultos e 26,9% de jovens.

Proporção (%) de jovens, adultos e idosos que nunca ou raramente usufrui de atividades culturais, físicas e de lazer, inquérito a municípios, 2016, CEDRU



Efetuada a mesma análise em função da **nacionalidade**, verifica-se que a população estrangeira usufrui menos de atividades culturais e sobretudo de atividades físicas. Quanto às atividades de lazer verifica-se uma proporção ligeiramente superior de pessoas de nacionalidade portuguesa que nunca ou raramente usufrui de atividades de lazer em comparação com as pessoas de outras nacionalidades.

Proporção (%) de portugueses e estrangeiros que nunca ou raramente usufruí de atividades culturais, físicas e de lazer, inquérito a municípios, 2016, CEDRU

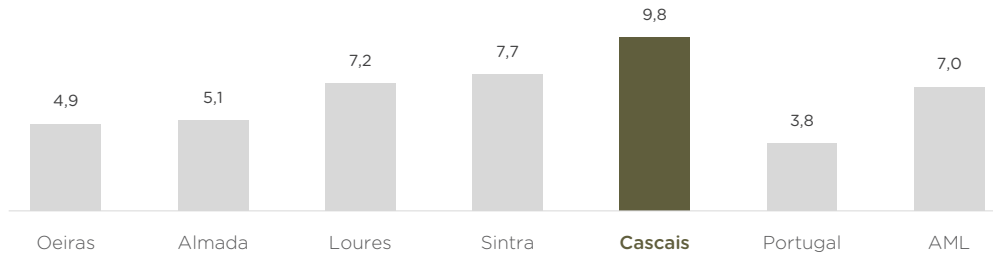


No que toca ao acesso a atividades culturais por parte de algumas comunidades imigrantes, os atores culturais locais que participaram num *focus group* no âmbito do diagnóstico social, consideram que se verifica um certo distanciamento das comunidades imigrantes dos eventos culturais e que a marca identitária do município (elitizada) não reflete a diversidade existente, contribuindo desta forma para a fragmentação da sociedade.

10.2 O papel das organizações na promoção da diversidade cultural

O concelho de Cascais caracteriza-se pela **diversidade sociocultural** da sua população, resultante, em parte, do significativo número de estrangeiros a residir no concelho. Cascais é aliás o 3º município a nível nacional (apenas superado por Lisboa e Sintra) com maior número de estrangeiros com estatuto legal de residente em termos absolutos (20.653 pessoas em 2016). Este valor corresponde a 9,8% da população local, o valor mais elevado dos municípios comparáveis e acima da AML.

População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente, 2016, INE

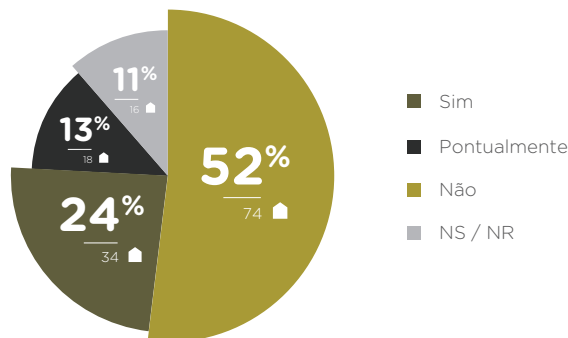


A presença historicamente significativa de estrangeiros no território concelhio coloca desafios relativos à manutenção e vivência das tradições culturais de cada comunidade e à valorização dessas tradições e identidades culturais no contexto da sociedade de acolhimento.

Face a esta realidade, o Diagnóstico Social de Cascais procurou compreender de que forma as organizações locais promovem o **diálogo intercultural** e gerem a **diversidade de nacionalidades e identidades culturais** existentes.

Solicitou-se assim que os atores locais (N=146) indicassem se os seus **Planos de Atividades** incluíam especificamente **ações de promoção de culturas diferentes da Portuguesa**. Verificou-se que em 52,1% dos casos a resposta foi negativa e que 23,9% das organizações afirmaram fazê-lo de forma regular e 12,7% de forma pontual.

Organizações que em 2015/16 incluíram nos seus Planos de Atividades ações de promoção de culturas diferentes da Portuguesa (Nº e %), Inquérito aos atores locais, CEDRU

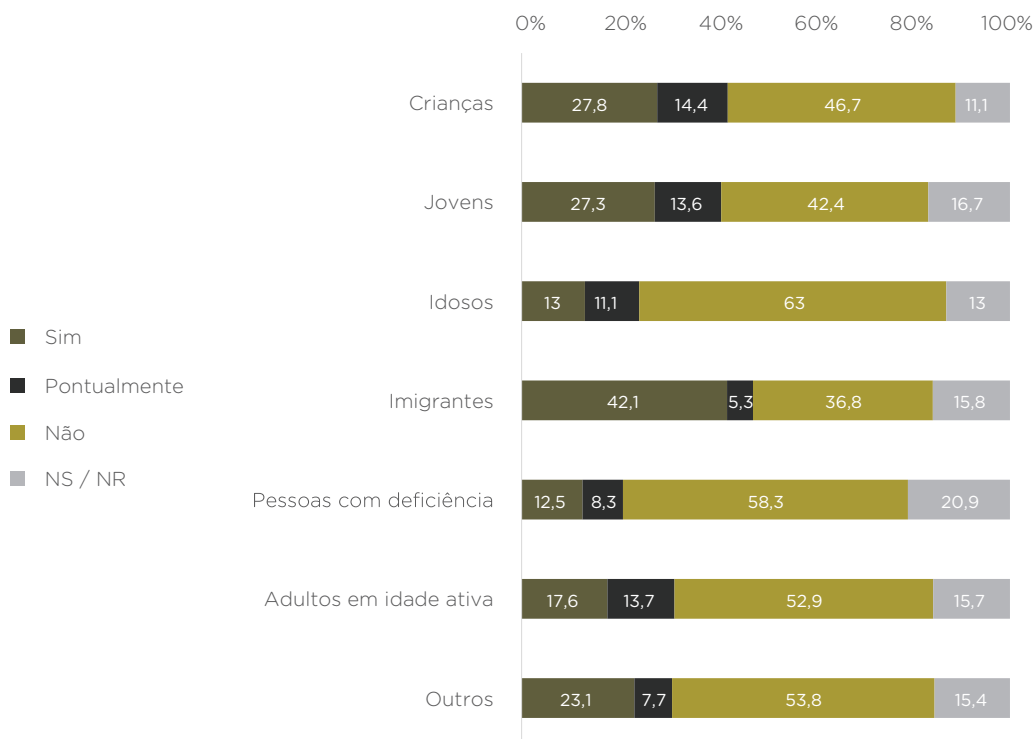


Desagregando esta **análise por tipos de grupos populacionais** abrangidos pelas organizações e áreas de atuação, verifica-se que são as entidades que trabalham com imigrantes quem promove mais ações de promoção de culturas estrangeiras, seguidas das entidades que trabalham com crianças e jovens. Complementarmente, as entidades que trabalham na área do desporto, do emprego e da educação são as que promovem mais atividades relacionadas com a diversidade cultural.

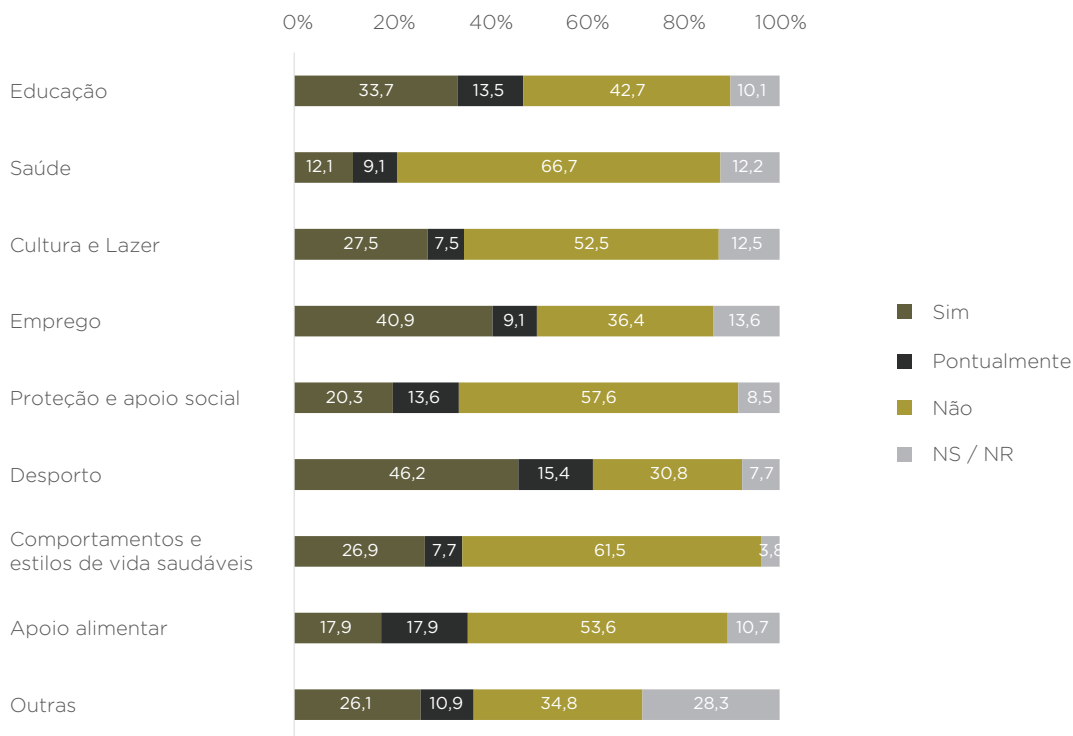
Em contrapartida, as entidades que trabalham com idosos e com pessoas com deficiência, bem como as entidades da área da saúde são as que menos integram nos seus planos de atividade ações de promoção de culturas estrangeiras.

Organizações (%) que, em 2015/16, incluíram nos seus Planos de Atividades ações de promoção de culturas diferentes da Portuguesa, Inquérito aos atores locais, CEDRU

Por grupos alvo



Por áreas de atuação



O papel das crianças e das organizações ligadas à infância na facilitação do diálogo intercultural e da vivência da diversidade foi também destacado pelos participantes no *focus group* com atores culturais realizado no âmbito do diagnóstico social. É muitas vezes através de atividades escolares e da prática desportiva que se promove uma maior aceitação entre crianças, bem como entre os seus pais e encarregados de educação nos momentos de confraternização coletiva. Tratam-se de momentos onde são criadas pontes de contacto entre grupos com matrizes culturais diversas.

Também o **Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017** destaca a escola como um espaço privilegiado de aceitação e respeito pela diversidade, colocando-se neste contexto desafios específicos.

“

(...) temos a escola como o espaço privilegiado de acolhimento das crianças e jovens que chegam mas também de conhecimento das famílias. Deverá ser o espaço de excelência da aprendizagem e convívio intercultural, sendo que para isso terá de ultrapassar obstáculos importantes nomeadamente a falta de recursos e a pouca qualificação específica para as questões da diversidade.

(Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p. 38)

”

“

No que se refere à oferta cultural e ao papel das organizações que atuam na área da Cultura e Lazer, os estrangeiros que participaram em focusgroup para a construção do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes 2015-2017, manifestaram *um desconhecimento de eventos culturais promovidos ou relacionados com as comunidades imigrantes. Aliás, de uma forma geral os participantes nos FG referiram que a oferta cultural de Cascais é pouco divulgada e que de alguma forma também não reflete a diversidade cultural do Concelho. (...) Por outro lado, também não é identificado pelas comunidades imigrantes um grande dinamismo em termos de iniciativas que promovam a convivência intercultural e o interconhecimento entre as comunidades.*

“O desafio da dimensão cultural no que diz respeito às comunidades imigrantes transporta-nos para a forma como a diversidade cultural toma parte na manifestação cultural do município e contribui para a riqueza das vivências e do convívio entre munícipes. A invisibilidade cultural que frequentemente estas comunidades sofrem acaba por reduzi-las a estereótipos e isolamento entre si, contribuindo para uma sociedade pouco coesa e mais pobre no seu capital social.”

(Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p. 38 e 41)

”

Mesmo quando se trata de eventos organizados pelas próprias associações de imigrantes, os visitantes são principalmente imigrantes, não se registando um elevado nível de diversidade de públicos.

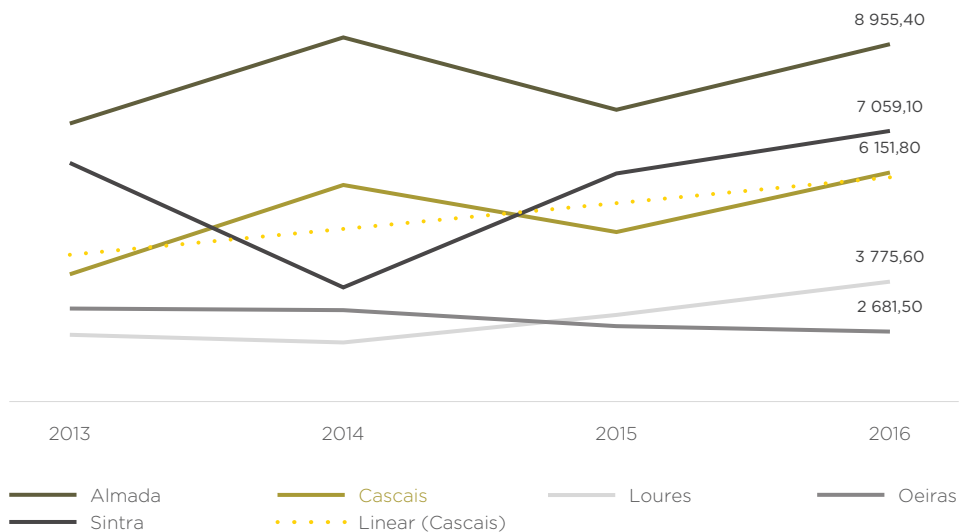
Focus group com atores culturais locais, Diagnóstico Social de Cascais, 2016

10.3 O papel dos atores locais na promoção da cultura

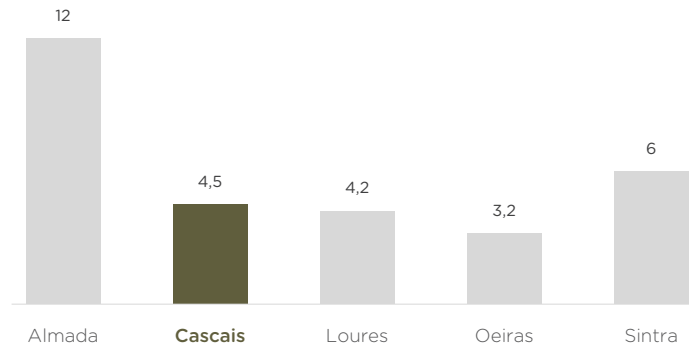
Em 2016, o **investimento da Câmara Municipal de Cascais na cultura e desporto** foi de 6.151,8 milhares de euros, numa trajetória ascendente de investimento nos últimos anos.

Proporcionalmente ao total de despesas da Câmara Municipal, em 2015, Cascais ocupa também o terceiro lugar no ranking dos 5 municípios comparáveis, com valores próximos de Loures, Oeiras e Sintra e muito distante de Almada.

Despesa corrente das Câmaras Municipais em cultura e desporto (€ - milhares), INE e PORDATA

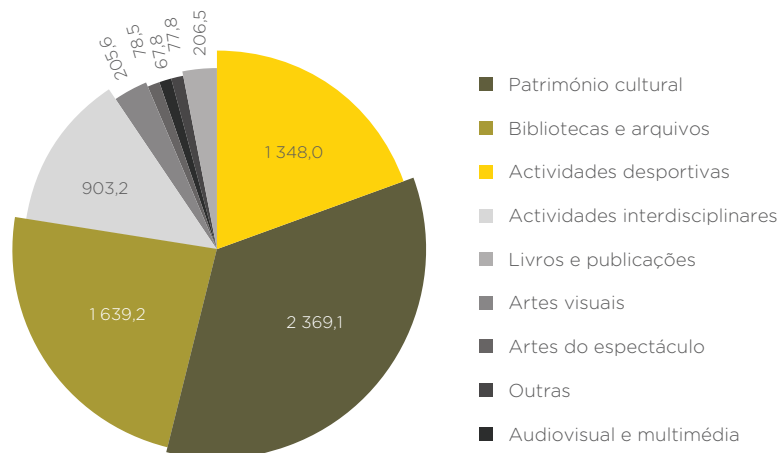


Despesas das Câmaras Municipais em cultura e desporto em % do total de despesas, 2016, INE e PORDATA



Apesar de se verificarem oscilações significativas ao longo dos anos, as principais áreas de investimento da Câmara Municipal de Cascais em Cultura e Desporto em 2016 foram: o património cultural cujo investimento ascendeu a mais de 2 milhões de euros; as bibliotecas e arquivos; as atividades desportivas e as atividades interdisciplinares. Com menores níveis de investimento, assinalam-se os livros e publicações, as artes visuais, as artes do espetáculo e o audiovisual e multimédia.

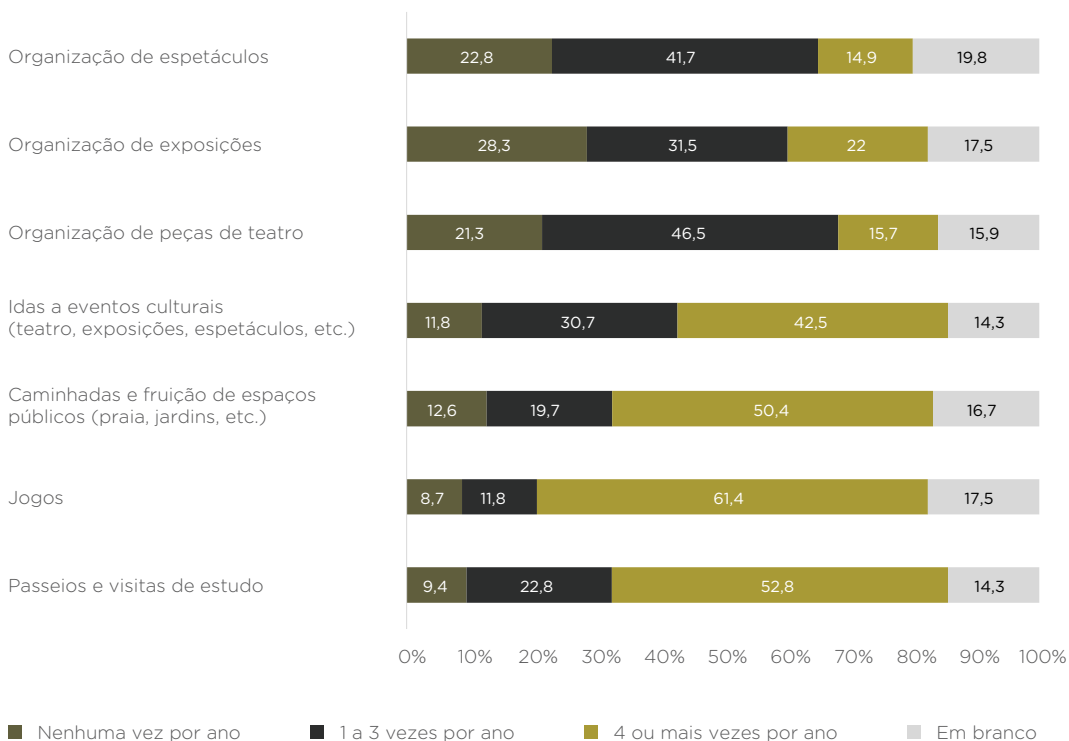
Despesa da Câmara Municipal de Cascais em cultura e desporto por domínio cultural, 2016, € - milhares, INE e PORDATA



Para além da **oferta cultural** proporcionada pelos equipamentos especificamente inseridos na área cultural, a cultura e o lazer são promovidos também por outros atores locais, nomeadamente por entidades do terceiro setor.

Inquiridas 126 entidades públicas e do terceiros setor sobre que tipo de atividades estavam previstas ser realizadas em 2015 no âmbito dos seus planos de atividades, verifica-se que a grande maioria das organizações tem um papel ativo na **promoção de atividades de cultura e lazer** junto dos seus públicos. As atividades mais frequentes são os jogos, as caminhadas, os passeios e visitas de estudo e as idas a eventos culturais com mais de 70% das entidades a organizar com frequência variável este tipo de iniciativas. As menos frequentes são a organização de peças de teatro, de exposições e de espetáculos, mas ainda assim realizadas por mais de metade das entidades inquiridas.

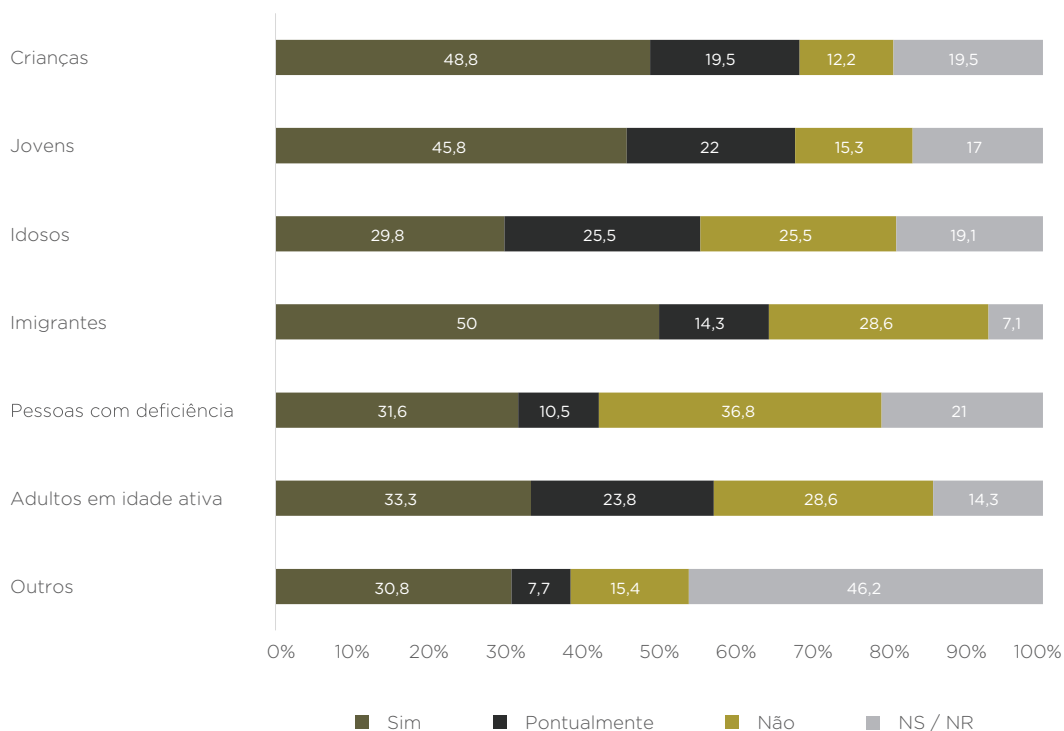
Atividades de cultura e lazer previstas nos planos de atividades de 2015 dos atores locais (%), Inquéritos aos atores locais, CEDRU



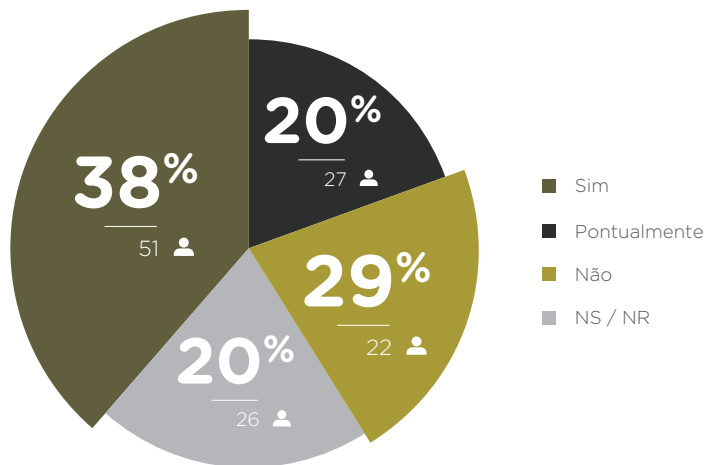
Ainda relativamente à ação dos atores locais, procurou saber-se se as **entidades promovem a inclusão social** através da cultura. De um total de 133 entidades inquiridas (terceiro setor e escolas), 58% das entidades afirmou fazê-lo de forma regular ou pontual.

Uma **análise desagregada por grupos alvo** das organizações inquiridas releva que a utilização da cultura como instrumento para a inclusão social é mais frequente nas organizações que trabalham com crianças e jovens, seguidas das entidades que trabalham com imigrantes, adultos em idade em ativa e idosos. A área da deficiência aparenta ser a que, comparativamente, menos recorre à cultura para a inclusão social, apesar de 42% das entidades desta área o fazer.

Promoção da inclusão social através da cultura por grupos alvo, inquéritos aos atores locais, 2016 (%), CEDRU



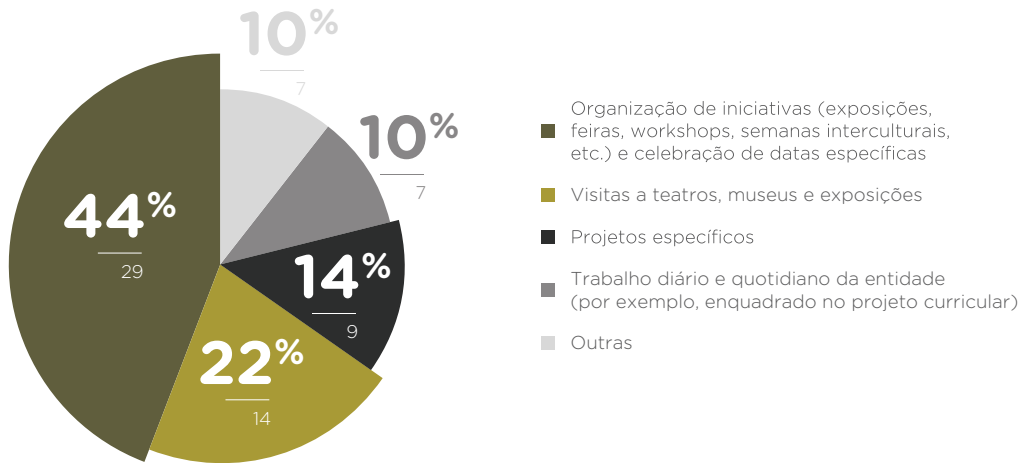
Promoção da inclusão social através da cultura, inquéritos aos atores locais, 2016 (Nº e %), CEDRU



Inquiridas sobre o **tipo de iniciativas culturais desenvolvidas como forma de inclusão social**, foram identificadas iniciativas como exposições, feiras, workshops, semanas culturais e a celebração de datas específicas. Os exemplos de medidas que se enquadram nesta tipologia estão relacionados com feiras de artesanato, semanas interculturais, workshops de construção de brinquedos típicos de outras culturas, celebrações de natal com várias tradições, atividades de música e dança onde o tema da inclusão social é tratado.

As visitas a teatros, museus e exposições têm também uma presença importante neste conjunto de ações, reunindo um total de 14 referências.

Foram ainda referidos nove projetos específicos, como por exemplo o TAKE.IT, o ORIENTA-TE e o NICEGROOVE cuja intervenção se foca na população juvenil. Finalmente, o trabalho diário das entidades é também entendido como uma forma de promoção da inclusão através da cultura no caso de sete entidades, nomeadamente através da adoção da “multiculturalidade” enquanto valor a trabalhar durante o ano letivo.

**Exemplos de iniciativas culturais com vista à inclusão social,
inquérito aos atores locais, 2016, CEDRU**

11. Informação e Comunicação

11.1

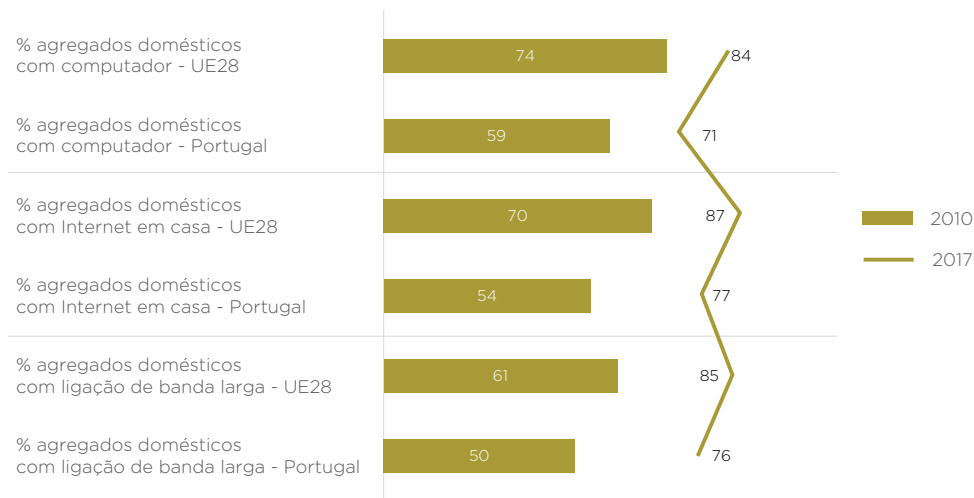
11.1 Uso de tecnologias de informação

O sucesso da **comunicação** depende de um conjunto alargado de fatores entre os quais o tipo de **canais utilizados**. O desenvolvimento e a generalização do uso das tecnologias de informação tem vindo a reforçar a relevância social destes instrumentos de comunicação, que beneficiam de uma importância crescente e, conseqüentemente, reforçam a sua capacidade de alcançar vários tipos de públicos.

No entanto, a utilização de formas de comunicação exclusivamente suportadas em meios digitais acarreta também alguns riscos, principalmente relacionados com o menor alcance destas ferramentas junto de pessoas e comunidades onde a utilização da internet é mais reduzida. Os motivos para a não utilização da internet podem estar associados a fatores económicos (incapacidade em suportar um serviço de acesso à internet) ou a fatores socioculturais (não utilização por opção ou receio).

Dados do EUROSTAT revelam um aumento do recurso à utilização do computador e da Internet em Portugal nos últimos 16/17 anos, ainda assim sempre abaixo da média da UE28.

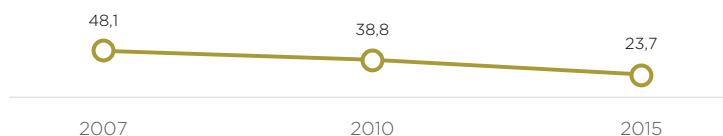
Agregados domésticos privados com computador, com ligação à Internet em casa e com ligação à Internet através de banda larga (%), UE28 e Portugal, vários anos, PORDATA



A percentagem de **agregados domésticos privados com computador** aumentou 12 p.p. em Portugal, crescimento este superior ao registado na UE28 (10 p.p.). No entanto, a percentagem de agregados com computador em Portugal (71%) continua a ser inferior à verificada na UE28 (84%), com uma diferença que ronda mais de 10 p.p.. Proporção equivalente verifica-se para as restantes dimensões em análise: agregados domésticos privados com Internet em casa e com ligação de banda larga, embora seja nestes domínios que Portugal mais evoluiu - + 23 p.p. e + 26 p.p., respetivamente.

Dados do INE demonstram que a proporção e indivíduos em Portugal com idade entre os 16 e os 74 anos que nunca utilizaram computador diminuiu consideravelmente. De quase metade dos indivíduos em 2007 (48%) diminuiu para menos de 1/4 dos indivíduos em 2015 (23,7%).

Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que nunca utilizaram computador (%), Portugal, 2007, 2010, 2015, INE

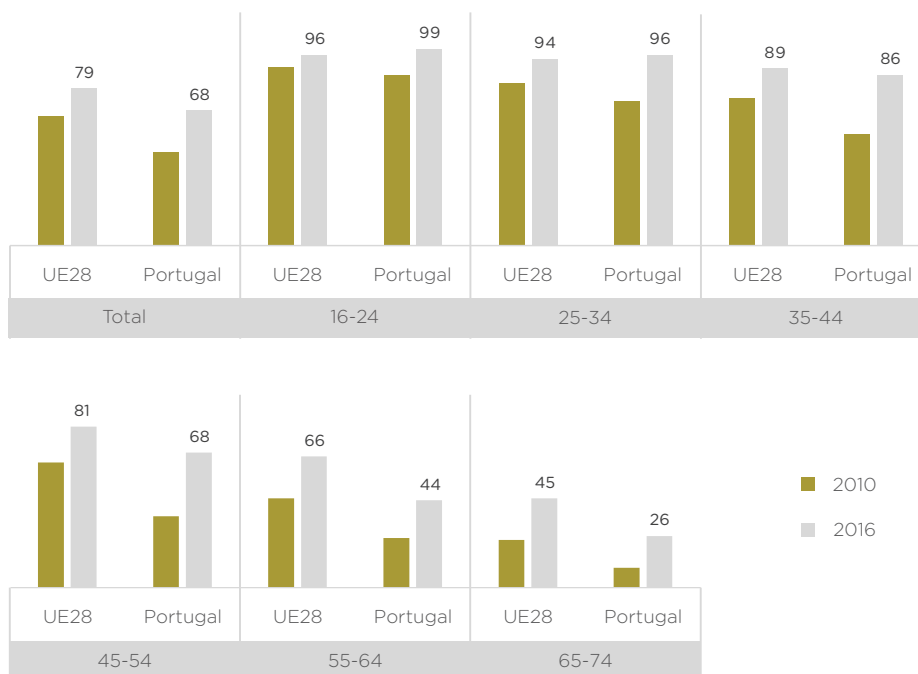


A análise da **média de alunos matriculados no 1º e 2º Ciclo do Ensino Básico por computador com ligação à internet nos estabelecimentos de ensino** apresenta uma evolução desigual no tempo e uma repartição distinta nos dois Ciclos do ensino básico.

No 1º Ciclo observa-se um aumento considerável da média de alunos por computador na generalidade dos municípios em análise, com Oeiras a apresentar a menor proporção de alunos por computador com ligação à Internet a partir do ano letivo 2013/2014. Cascais, com uma média de alunos por computador com ligação à *internet* inferior à AML, Loures, Sintra e Almada apresenta, no entanto, uma evolução bastante negativa a par dos restantes territórios: de 1,1 alunos no ano letivo 2010/11 passou para uma média de 8,5 alunos por computador com ligação à internet em 2016/17.

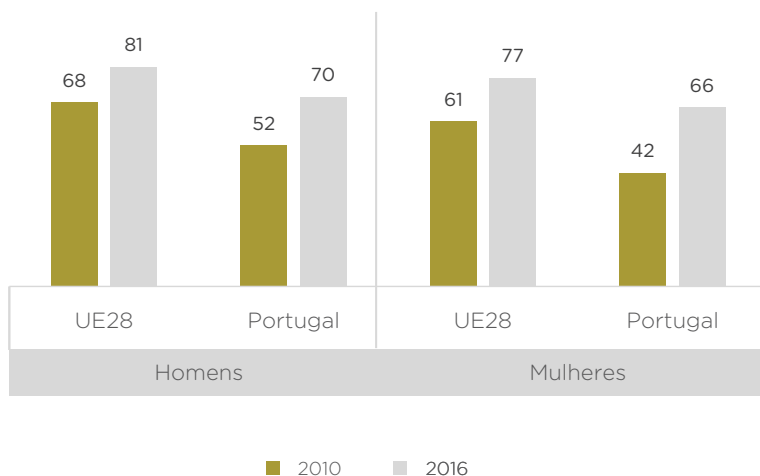
Na EU28 e em Portugal, a Internet é um recurso crescente para homens e mulheres entre os 16 e os 74 anos. Em Portugal, em 2016, a percentagem de indivíduos nos grupos etários entre os 16 e os 24 anos (99%) e entre os 25 e os 34 anos (96%) que acederam à internet em média pelo menos uma vez por semana é superior à registada na UE28 (96% e 94%, respetivamente). No grupo etário dos 35 aos 44 anos começa-se a observar uma tendência inversa da situação portuguesa com percentagens ligeiramente inferiores às verificadas na EU28, mas ainda assim com valores bastante elevados (86% contra os 89% da UE28). No grupo etário dos 45 aos 54 anos a proporção de indivíduos que em Portugal acederam à Internet pelo menos uma vez por semana ainda representa mais de metade do total de indivíduos desse grupo etário - 68%, sendo que é nos grupos etários seguintes que se registam as menores ocorrências (44% para os indivíduos entre os 55-64anos e 26% entre os 65-74 anos) e as maiores amplitudes face à UE28.

Indivíduos que acederam à Internet, em média, pelo menos uma vez por semana, em % do total de indivíduos: por grupo etário (%), UE28 e Portugal, 2010 e 2016, PORDATA



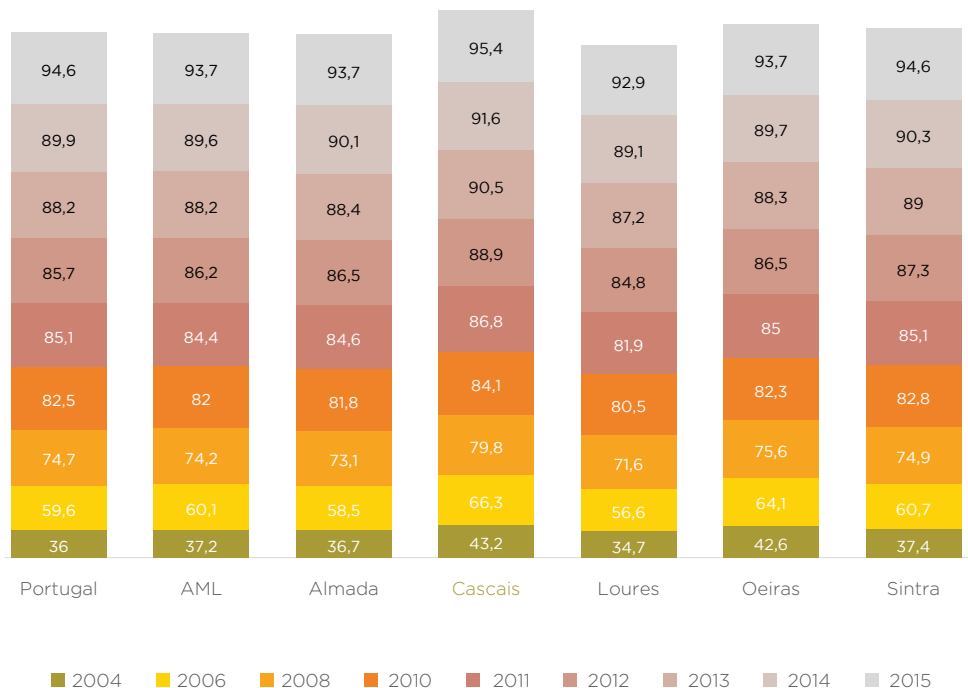
Considerando a **variável género** verifica-se que foram os homens aqueles que mais **acederam à internet, em média, pelo menos 1 vez por semana** seja na UE28, seja em Portugal. No entanto, as diferenças observadas na UE28 entre homens (81%) e mulheres (77%), em 2016, foram muito reduzidas (apenas 4 p.p. a favor dos homens). Já no caso português a amplitude é de 11 p.p. a favor dos homens (77%) face à mulheres (66%), sendo os valores de 2016 apenas ligeiramente inferiores aos da UE28 há 6 anos atrás.

Indivíduos que acederam à Internet, em média, pelos menos uma vez por semana, em % do total de indivíduos: por sexo (%), UE28 e Portugal, 2010 e 2016, PORDATA



Um outro indicador complementar que pode ser utilizado para avaliar o grau de penetração das tecnologias informáticas e web prende-se com a proporção de **declarações de IRS entregues por via digital** (online). De acordo com dados do INE, em 2015 em Cascais, das declarações de IRS entregues referentes ao modelo 3, mais de 95% foram submetidas online, o que representa um aumento de 52,2 p.p. face a 2004. Com este valor, Cascais assume uma posição de destaque face ao país, AML e municípios comparáveis.

Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues online (%), por localização geográfica, vários anos, INE



De acordo com o inquérito às entidades com equipamento, serviços e respostas sociais realizado no âmbito do Lote 2 do DSC, das 179 entidades inquiridas 73% afirmam ter um sítio online e 71% declaram ter página oficial numa rede social.

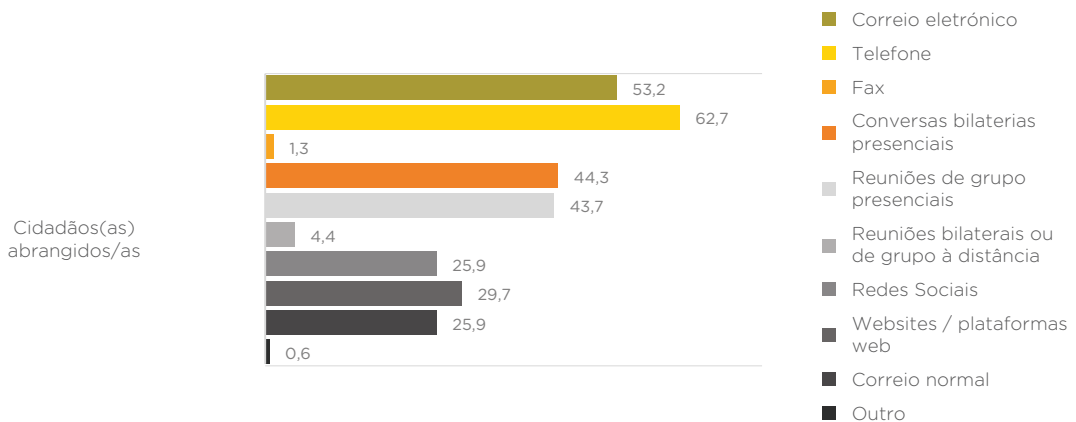
Também a Câmara de Cascais privilegia as **tecnologias digitais** para comunicar com os munícipes de Cascais. Para além do site oficial e do facebook da Câmara foi criado o portal Cascais Jovem em 2008 cuja gestão pertence à Divisão de Juventude (DJUV) da autarquia e é um importante meio de contacto com crianças e jovens do concelho. Além do portal, a DJUV tem *facebook* (desde agosto de 2010), canal de *youtube* (desde 2014), *instagram* (desde 2015) e *snapchat* (desde 2016).

11.2 Organizações: canais de comunicação e valores comunicados

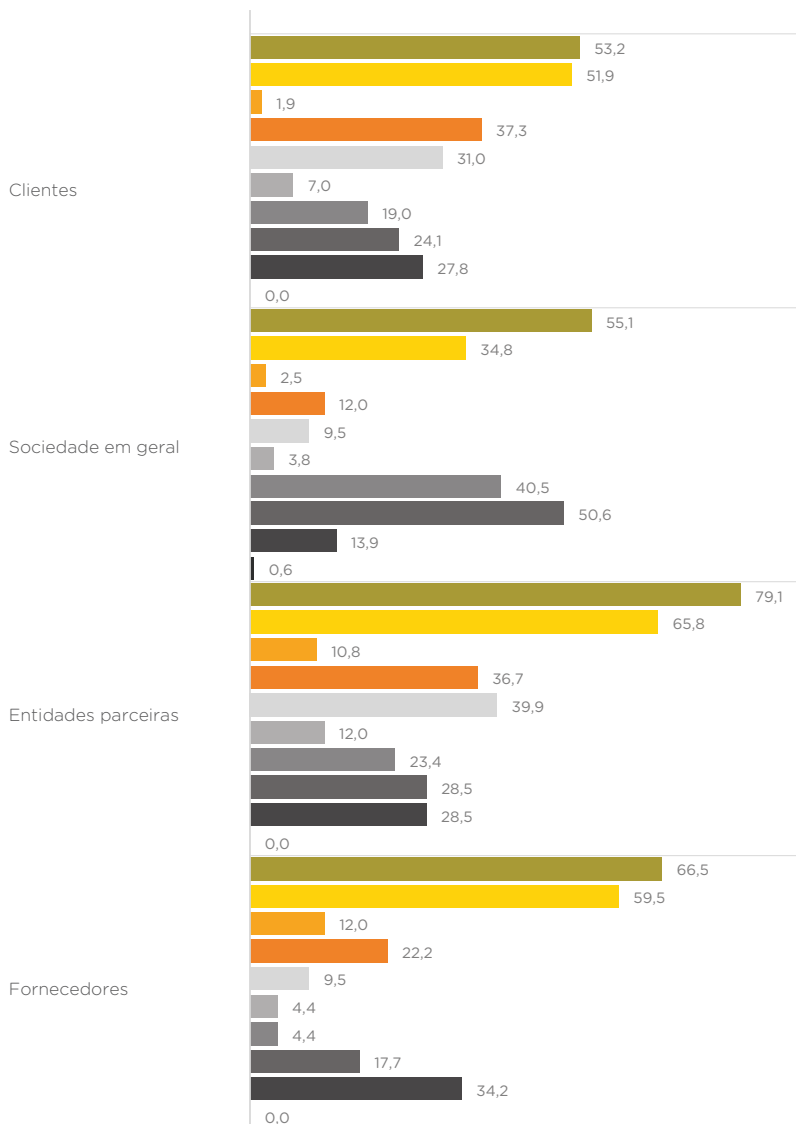
Foram inquiridas 158 entidades (*online*) relativamente aos **canais mais utilizados nos seus processos de comunicação com os grupos relevantes** no âmbito da sua atuação. A análise da totalidade das respostas revela que o email (correio eletrónico) e o telefone são as formas de contacto mais utilizadas pelas organizações na comunicação com vários interlocutores e grupos. A única exceção ocorre no contacto com a sociedade em geral onde o recurso à comunicação telefónica é preterido pelos meios digitais - recurso a websites e outras plataformas web e redes sociais -, pois trata-se de uma comunicação para massas, mais alargada e menos individualizada o que justifica a utilização de canais de comunicação mais amplos que permitem uma maior abrangência de pessoas em simultâneo.

As conversas bilaterais presenciais e as reuniões de grupo são a 3ª e a 4ª forma de contacto mais utilizadas com cidadãos/clientes e entidades parceiras. Já no caso dos fornecedores o contacto por correio tradicional (papel) continua a ser um canal bastante utilizado (54 entidades assinalaram esta opção que é a 3ª mais referenciada). O fax é um canal de comunicação cada vez mais em desuso enquanto que as reuniões à distância (bilaterais ou de grupo) ainda não ganharam grande adesão.

Canais de comunicação mais utilizados pela entidade para comunicar com vários grupos (resp. múltipla - 158 entidades) (%), Cascais, 2016, Inquérito *online* às entidades, CEDRU



- Correio eletrónico
- Telefone
- Fax
- Conversas bilaterias presenciais
- Reuniões de grupo presenciais
- Reuniões bilaterais ou de grupo à distância
- Redes Sociais
- Websites / plataformas web
- Correio normal
- Outro

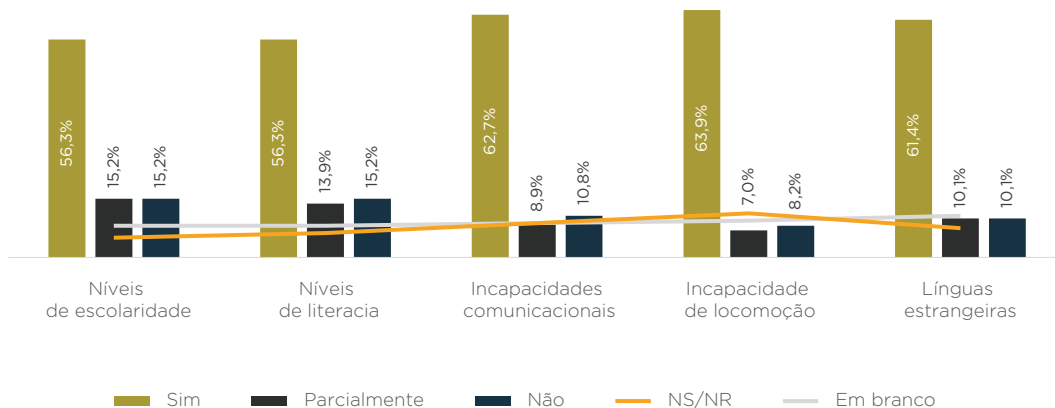


A mesma **análise desagregada por grupo-alvo da intervenção** das entidades apresenta um padrão de resposta semelhante para a generalidade dos grupos: idosos, crianças e jovens, pessoas em idade adulta com alguma vulnerabilidade, pessoas com deficiência e imigrantes. As pequenas variações ocorrem na comunicação com os cidadãos/cidadãs abrangidos/as onde as conversas bilaterais presenciais e as reuniões de grupo presenciais ganham algum destaque face ao correio eletrónico.

A escolha correta e adequada dos canais de comunicação com que se estabelece relação e interação com o(s) público(s) é determinante para o sucesso da mensagem. No entanto, mais importante do que os canais de comunicação será perceber como se comunica e o que se comunica.

O inquérito online às entidades aponta para a existência de uma preocupação com a **forma como se comunica com diferentes subgrupos populacionais**, manifestada pela maioria das entidades em todos os domínios apresentados. De facto, 56% dos inquiridos refere ter em consideração os níveis de escolaridade e de literacia (respetivamente) quando pretende comunicar com os cidadãos ou com os seus clientes. As entidades parecem, contudo, ser mais sensíveis às incapacidades de locomoção das pessoas (64%), a par das incapacidades comunicacionais derivadas de situações de deficiência (63%). As entidades têm também preocupações acrescidas quando comunicam com pessoas que falam outra língua que não o português (61%).

Dimensões consideradas pelas entidades na sua comunicação com os/as cidadãos/ãs ou clientes (%), Cascais, 2016, Inquérito online às entidades (158), CEDRU



Não obstante a análise globalmente positiva, importa salientar que ainda existem várias organizações que não integram nas suas **práticas comunicacionais** estratégias de adaptação às especificidades/necessidades dos cidadãos/ãs ou clientes com os quais interagem, com maior peso no que respeita os níveis de escolaridade e de literacia (15% respetivamente) o que pode constituir um entrave no acesso à informação. Esta situação a

par com a elevada proporção de entidades que responderam “em branco” (17 no caso da língua estrangeira) ou que assinalaram “não sabe/não responde” (18 no caso das incapacidades de locomoção) é preocupante na medida em que sugere uma possível existência de problemas de comunicação com os seus destinatários.

Os resultados das sessões de *focus group* da educação ou das pessoas com deficiência parecem corroborar algumas destas perceções. Na sessão sobre educação foi abordado que na comunicação entre a escola e a família as falhas comunicacionais tendem a agravar-se quando existem diferenças culturais significativas. No caso das pessoas com deficiência foram identificados obstáculos que limitam a autonomia, por exemplo, das pessoas cegas devido à fraca ou inexistente comunicação sonora (de carácter funcional/operacional) que permita uma fácil e independente utilização de transportes públicos.

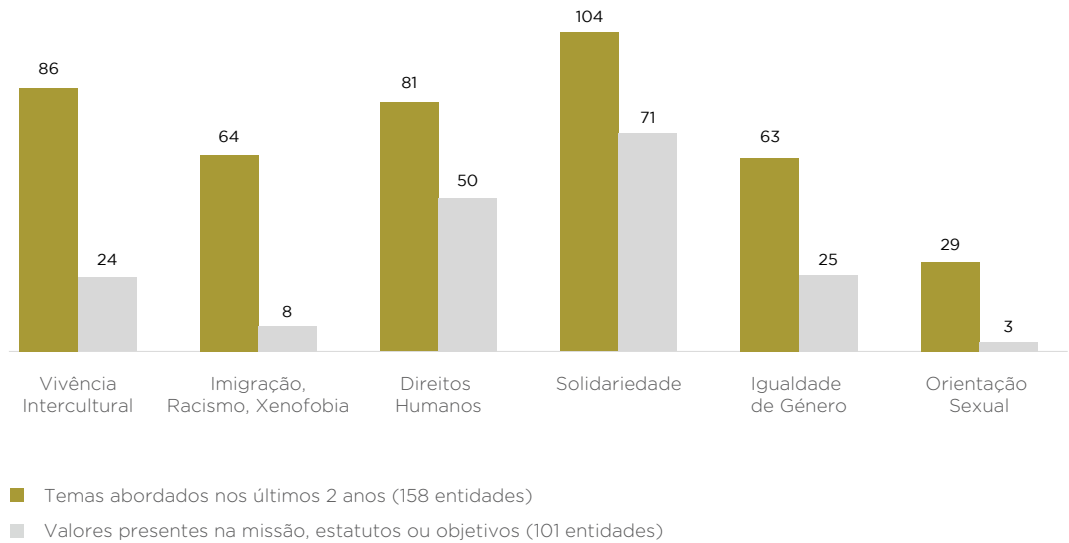
Importa conhecer, à semelhança das preocupações comunicacionais por parte das entidades, se as atividades das entidades incluem de forma explícita e sistemática iniciativas de desconstrução de estereótipos relativos a grupos específicos e de promoção de valores como a tolerância, solidariedade e compreensão mútua.

Os resultados do inquérito *online* às entidades (158) relativamente à **promoção de valores e aos temas abordados nos últimos 2 anos** revelam que a temática da Solidariedade (66%) é a mais trabalhada, seguida da Vivência Intercultural (54%) e dos Direitos Humanos (51%). Com menor expressão, mas ainda com algum peso surge o tema da Imigração/ Racismo/ Xenofobia (40%) em linha com a Igualdade de Género (40%). A “Orientação Sexual” é o tema trabalhado por menos entidades com apenas 18% de sinalizações (29 entidades).

Estes valores (pelo menos 1 deles) também estão presentes na missão, estatutos ou objetivos de 101 entidades (64% das entidades inquiridas), uma vez mais com destaque para a Solidariedade (é integrada por 39% das entidades), seguida

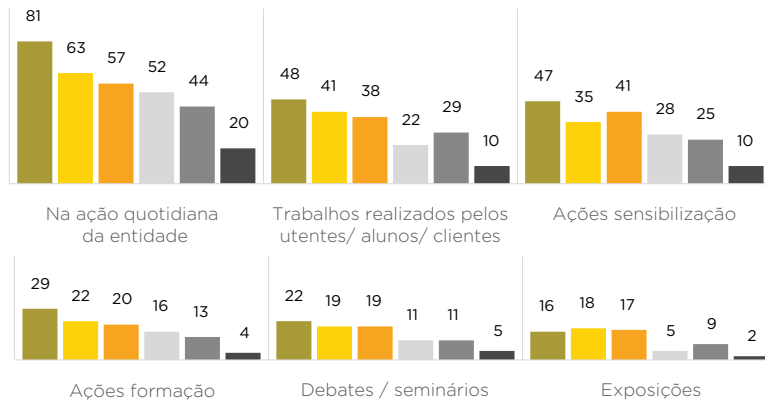
dos Direitos Humanos (em 28% das entidades). A Vivência Intercultural que foi o 2º tema a ser trabalhado por mais entidades apenas integra a missão, estatutos ou objetivos de 24% das entidades a par com a Igualdade de Género (25%). Valores como a Imigração/ Racismo/ Xenofobia (8%) perdem destaque nos documentos formais e estratégicos das organizações enquanto que a Orientação Sexual quase não tem expressão (3%).

Temas abordados pelas entidades nos últimos 2 anos (resp. múltipla - 158 entidades) e Valores presentes na missão, estatutos ou objetivos (resp. múltipla - 101 entidades) (Nº), Cascais, 2016, Inquérito *online* às entidades, CEDRU



Entre 2015/2016 os diferentes **temas** foram **trabalhados** sobretudo através da “ação quotidiana da entidade” (33%), seguida dos “trabalhos realizados por utentes/ alunos/ clientes” a par das “ações de sensibilização” (20% respetivamente). A temática da “Solidariedade” foi a mais trabalhada em todas as formas apresentadas com exceção das “exposições” em que predominou ligeiramente a “Vivência Intercultural” e os “Direitos dos Homens” (18 e 17 referências, respetivamente).

Temas abordados pelas entidades nos últimos 2 anos e formas de os trabalhar (Nº), Cascais, 2016, Inquérito online às entidades (resp. múltipla - 158 entidades), CEDRU



- Solidariedade
- Vivência Intercultural
- Direitos Humanos
- Igualdade de Género
- Imigração, Racismo, Xenofobia
- Orientação Sexual

V.

Coesão Social por Grupos Historicamente Vulneráveis

12.	CRIANÇAS E JOVENS	271
12.1	Perfil demográfico	271
12.2	Perspetiva das organizações sobre os principais problemas	279
12.3	Pobreza infantil	281
12.4	Risco e perigo	288
12.5	Abandono e insucesso escolar	291
12.6	Ocupação de tempos livres e espaço público	294
12.7	Participação e cidadania	300
13.	PESSOAS IDOSAS	303
13.1	Perfil demográfico	303
13.2	Perspetiva das organizações sobre os principais problemas	307
13.3	Níveis de ensino	309
13.4	Rendimento e prestações sociais	313
13.5	Laços sociais e isolamento	321
13.6	Incapacidades e acessibilidades	334
13.7	Participação e cidadania	340
14.	MULHERES	342
14.1	Perfil demográfico	342
14.2	Níveis de ensino	345
14.3	Salários e mercado de trabalho	352

14.4	Desafios de conciliação da vida familiar e profissional	366
14.5	Vulnerabilidades em contexto familiar: a monoparentalidade	379
14.6	Vulnerabilidades em contexto familiar: violência contra as mulheres	390
14.7	Participação e cidadania	402

15. IMIGRANTES 406

15.1	Perfil demográfico	406
15.2	Perspetiva das organizações sobre os principais problemas	411
15.3	Relações interpessoais e perceções da comunidade de acolhimento	413
15.4	Discriminação e barreiras à integração	422
15.5	Participação e cidadania	435

16. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 440

16.1	Perfil demográfico	440
16.2	Perspetiva das organizações sobre os principais problemas	448
16.3	Atividade económica e prestações sociais	450
16.4	Acessibilidades	466
16.5	Participação e cidadania	473

12. Crianças e Jovens

12.1 Perfil demográfico

Em 2017, residiam em Cascais 33.992 crianças e jovens (até aos 14 anos), o que representa 16,1% do total da população, valores inferiores aos de 2011 (34.863; 16,7%). Esta diminuição de crianças centra-se na faixa etária até aos 4 anos de idade.

Comparativamente, Cascais tem um maior peso de população juvenil do que o território nacional e do que a AML. Entre os concelhos comparáveis, apenas Sintra apresentam um maior peso de jovens face à população total.

População juvenil no concelho de Cascais, por faixa etária, em 2011 e 2017

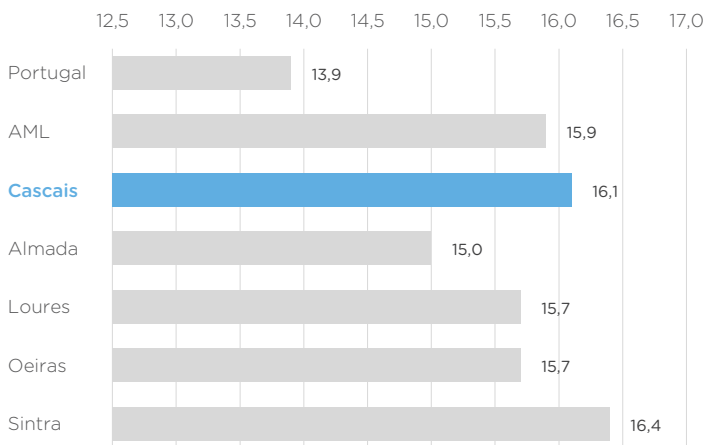
Estimativas INE 2017

Anos	Até aos 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	Total
2011	11 812	11 482	11 569	34 863
2017	10 407	11 831	11 754	33 992

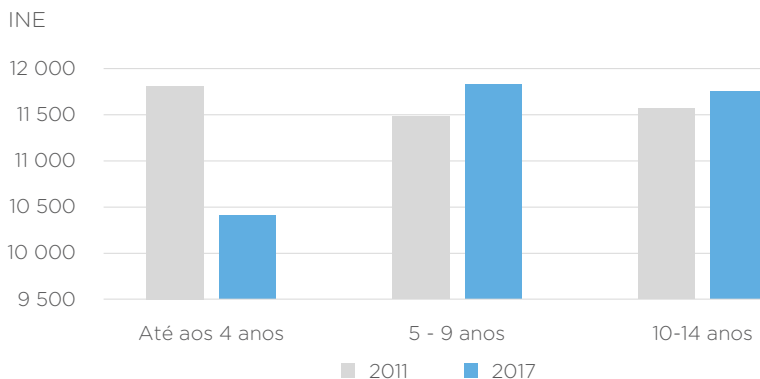
Proporção de jovens (0-14 anos) face ao total da população

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

Estimativas INE 2017



População juvenil no concelho de Cascais, por faixa etária, em 2011 e 2017



Em 2011, São Domingos de Rana era a freguesia com mais crianças e jovens, seguida de Cascais-Estoril

População dos 0-19 anos por freguesia

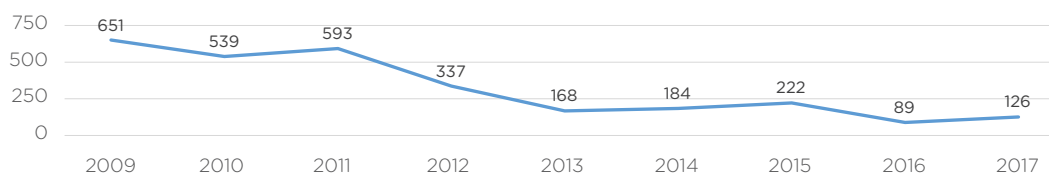
INE, 2011

	0 - 14 anos	15 - 19 anos	Total
Alcabideche	7 024	2 394	9 418
São Domingos de Rana	10 081	3 026	13 107
Carcavelos-Parede	6 743	2 092	8 835
Cascais-Estoril	8 807	3 269	12 076

O concelho de Cascais apresenta um **saldo natural** positivo (diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos), ao contrário de Portugal e do município de Almada, mas inferior à AML, Sintra e Loures. Este indicador tem vindo a diminuir em todos os territórios. Em 2017, o saldo natural em Cascais foi 126.

Saldo natural (nº), concelho de Cascais

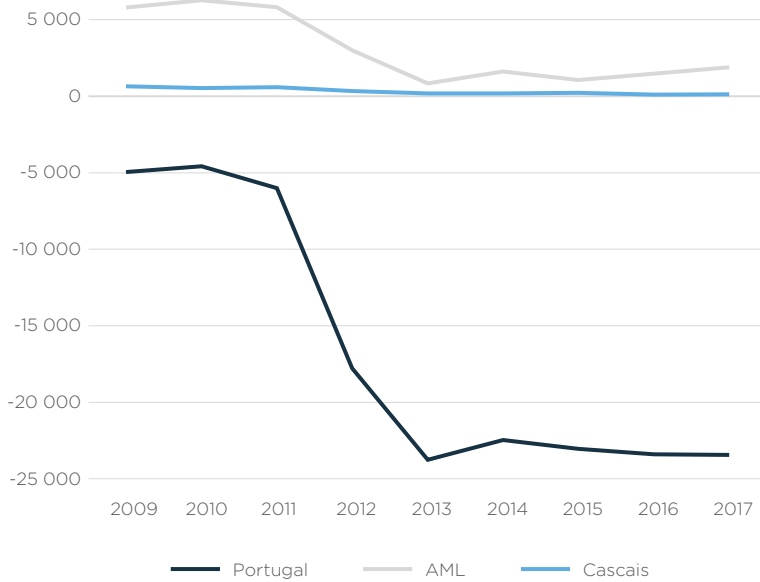
PORDATA



Saldo natural (nº)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

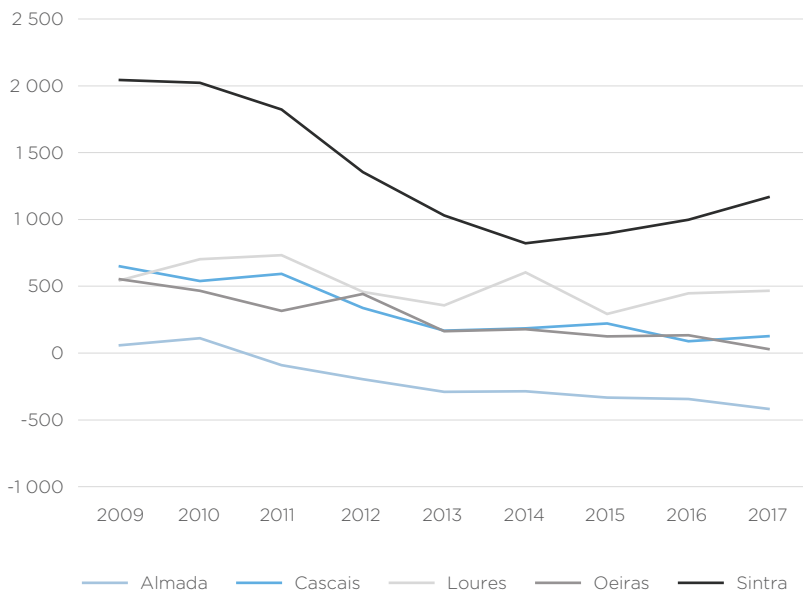
PORDATA



Saldo natural (nº)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

PORDATA

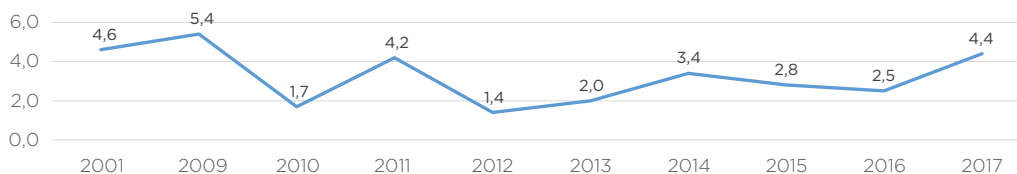


“Bem-estar é ter força para ultrapassar os problemas do dia-a-dia”

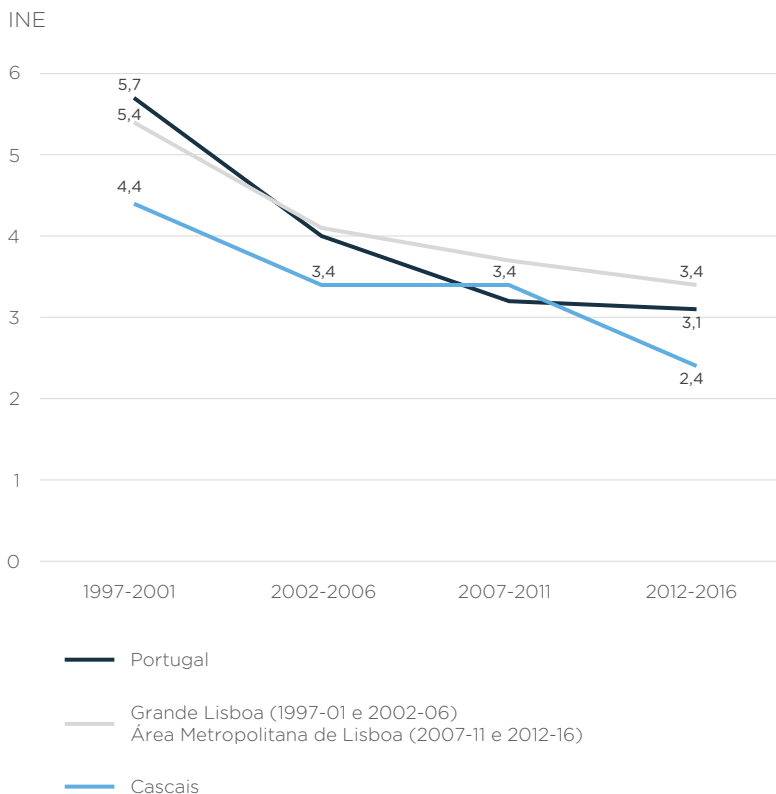
Rapariga pertencente a associação juvenil

A **taxa quinquenal de mortalidade infantil** (número de crianças que morre antes de completar um ano de idade por cada 1000 crianças nascidas com vida) manifesta algumas oscilações ao longo dos anos, revelando contudo uma tendência de diminuição em Cascais, bem como na AML e Portugal. Em 2017, contudo, Cascais apresenta um valor (4,4‰) superior aos anos anteriores.

Taxa de mortalidade infantil (‰), concelho de Cascais
PORDATA



Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰)
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais



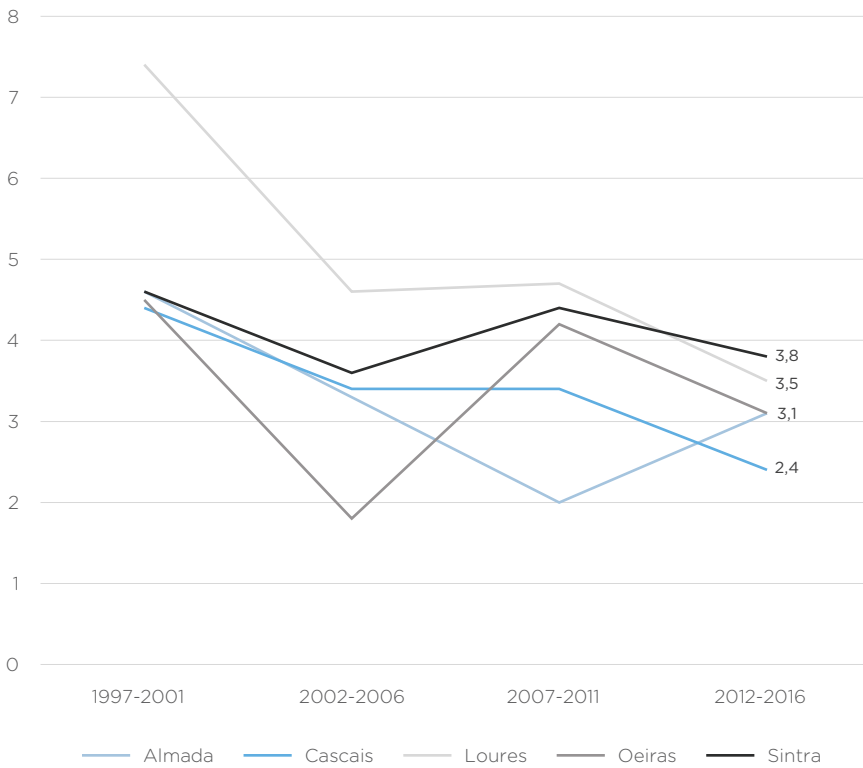
“Mal-estar é não ter apoios necessários para seguirmos em frente com os objetivos”

Rapariga,
Programa Escolhas

Taxa quinquenal de mortalidade infantil (%)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

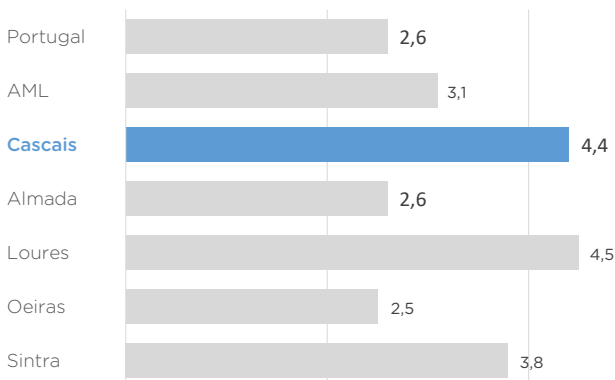
INE



Taxa quinquenal de mortalidade infantil (%)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE

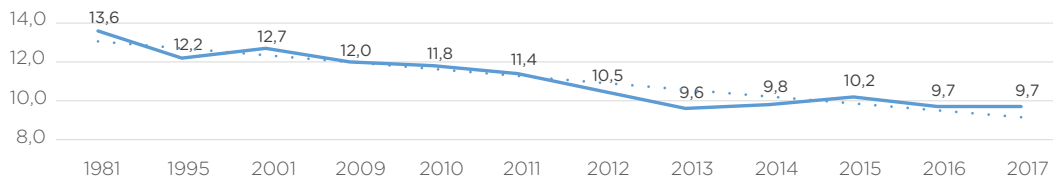


“Mal-estar é não ver umas pessoas com muito e outras sem nada”
 Aluno 11º ano, escola pública

A **taxa bruta de natalidade** (número de nados-vivos por 1000 habitantes) mostra uma tendência de diminuição nas últimas décadas, situando-se em 2017, em 9,7 bebés nascidos por cada 1000 habitantes. Este valor é superior ao valor nacional, mas inferior à AML. Comparativamente a outros concelhos, Cascais apresenta, em 2017, um valor intermédio (superior a Oeiras e Almada e inferior a Sintra e Loures).

Taxa bruta de natalidade (‰), concelho de Cascais

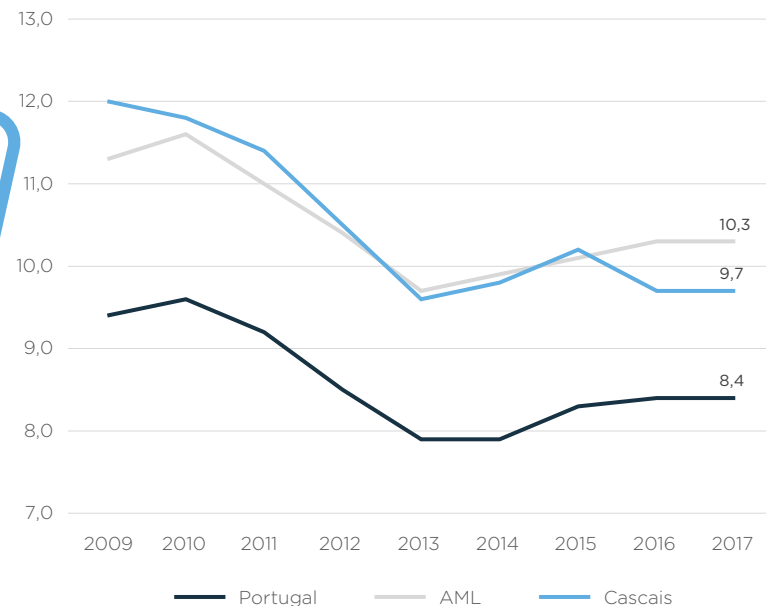
PORDATA



Taxa bruta de natalidade (‰)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

PORDATA



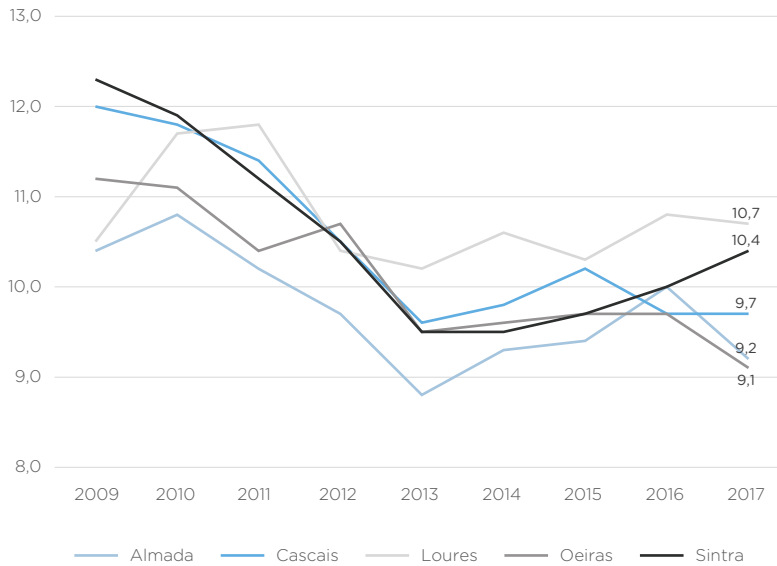
“Mal-estar é a liberdade com que as drogas passam na nossa zona e perdemos amigos”

Aluno 11º ano,
escola pública

Taxa bruta de natalidade (%)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

PORDATA



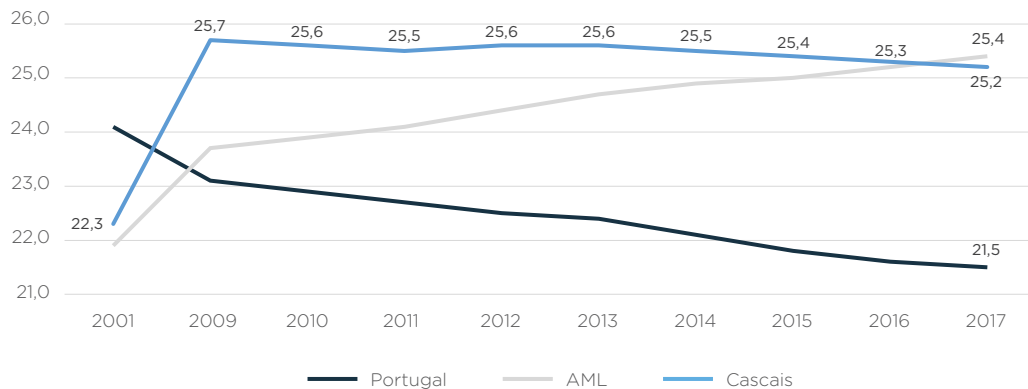
Cascais apresenta um **índice de dependência de jovens** (número de menores de 15 anos por cada 100 pessoas em idade ativa), em 2017, de 25,2, valor muito próximo da AML e superior a Portugal. Cascais apresenta contudo uma tendência de diminuição nos últimos anos, ao passo que na AML este índice tem aumentado.



Índice de dependência de jovens (% , rácio)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

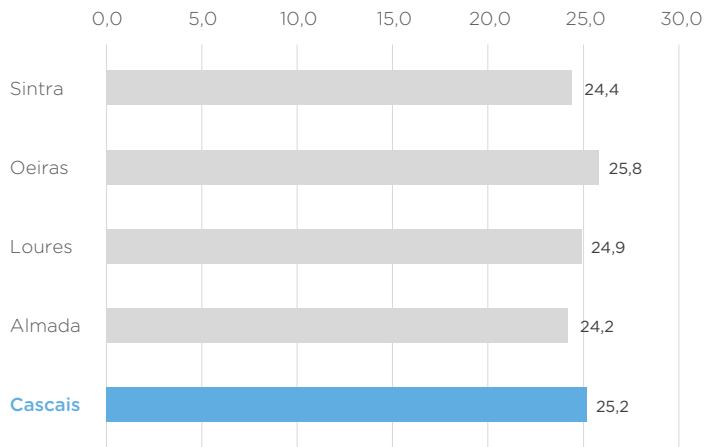
INE



Índice de dependência de jovens (% , rácio), 2017

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE

**Índice de dependência de jovens (% , rácio)**

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE

Freguesias	Ano 2011
Alcabideche	24,7
Carcavelos	23,1
Parede	23
Cascais	22,2
Estoril	21,7
São Domingos de Rana	25,7

“Mal-estar é acreditar que nada se resolve”

Aluna 12º ano,
escola pública

“Mal-estar é não ter saúde mental”

Aluna 12º ano,
escola pública

Em 2011, as freguesias de Alcabideche e S. Domingos de Rana eram as freguesias com maior nº de jovens por cada 100 habitantes em idade ativa.

12.2 Perspetiva das organizações sobre os principais problemas

12.2

Crianças e Jovens - Perspetiva das organizações sobre os principais problemas

Utilizando como metodologia o inquérito aos atores locais, procurou-se conhecer as principais problemáticas que afetam a população infantil e juvenil em Cascais. O inquérito continha um conjunto de problemática, solicitando aos inquiridos (organizações locais que lidam com crianças e jovens, quer entidades especificamente dirigidas a este público alvo, quer entidades mais abrangentes como as autarquias e unidades de saúde, num total de 99 entidades) que avaliassem cada problema.

Na análise que as entidades fizeram dos problemas apresentados, refira-se que cerca de metade das 99 organizações não se posicionaram em função dos diferentes problemas.

Das entidades que responderam, destaca-se o problema da **pobreza e da privação material**, com metade das organizações a considera-lo muito grave e abrangente e 16 (31%) a considera-lo pouco abrange mas muito grave.

Independentemente do nº de pessoas que abrangem, outros problemas são também classificados como muito graves por mais de metade das organizações locais que responderam:

- a. **o insucesso escolar** (31 organizações; 57%);
- b. **negligência familiar** (35 organizações; 70%);
- c. **doenças mentais** (31 organizações; 67%);
- d. **e os maus-tratos** (33 organizações; 69%).

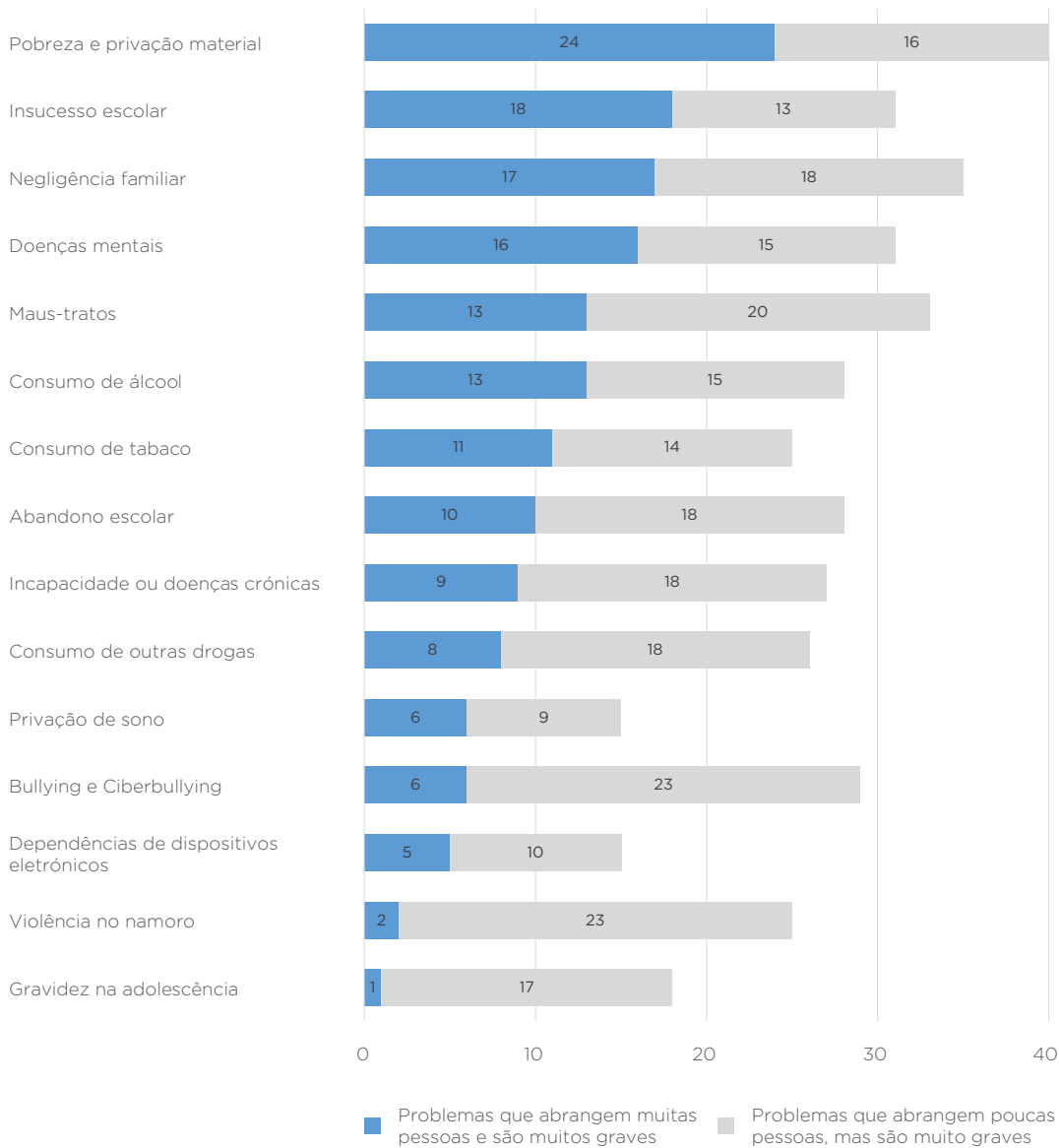
Enquanto problemas considerados **pouco graves**, destaca-se o caso da dependência de dispositivos eletrónicos classificado desta forma por 37 organizações locais (19 consideram que abrange muitas crianças e jovens e 18 que abrange poucas crianças e jovens), o que corresponde a 71% do total de entidades que classificaram este problema.

“Mal-estar é sentir um desequilíbrio com o que nos rodeia”

Aluna 12º ano,
escola pública

Nº de organizações locais que classificaram os problemas como muito graves, inquérito online aos atores locais

CEDRU, 2016



Paralelamente a esta avaliação dos problemas que atingem crianças e jovens, questionaram-se também as organizações locais sobre a capacidade de dar resposta a estes problemas, quer no seio da organização inquirida, quer fora da organização. Destacam-se nesta avaliação alguns problemas em que perto de metade das organizações referem que não existem respostas ou que estas são insuficientes:

- a. Consumo de tabaco
- b. Consumo de outras drogas
- c. Dependências de dispositivos eletrónicos
- d. Pobreza e privação material
- e. Negligência familiar
- f. Doenças mentais

À exceção da dependência de dispositivos eletrónicos, todos estes problemas com lacunas ao nível das respostas existentes são problemas considerados muito graves por uma parte significativa dos atores locais que intervêm com crianças e jovens.

Com vista a caracterizar em maior profundidade alguns dos problemas elencados anteriormente, o DSC utilizou metodologias complementares para recolha de informação adicional, nomeadamente, no que diz respeito ao insucesso e abandono escolar, à pobreza e às situações de risco e perigo.

12.3 Pobreza infantil

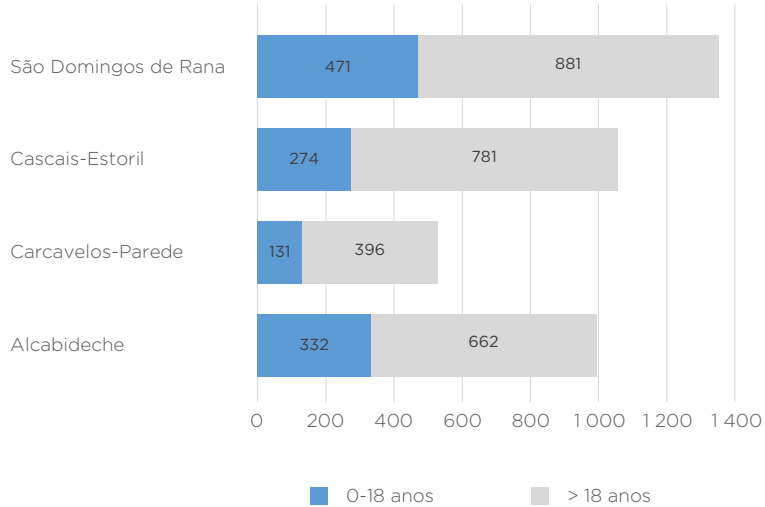
Em 2015, perto de um terço dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção do concelho de Cascais são crianças e jovens com menos de 19 anos. Verificam-se diferenças significativas entre freguesias: as crianças e jovens constituíam, em 2015, 35% dos beneficiários de RSI em São Domingos de Rana e 33% em Alcabideche. Já as uniões de freguesia apresentavam um menor peso percentual de crianças e jovens no conjunto de beneficiários de RSI: 25% em Carcavelos-Parede e 26% em Cascais-Estoril.

“Bem-estar é ter bons meios de subsistência, como alimentos e um alojamento”

Aluno 10º ano,
escola pública

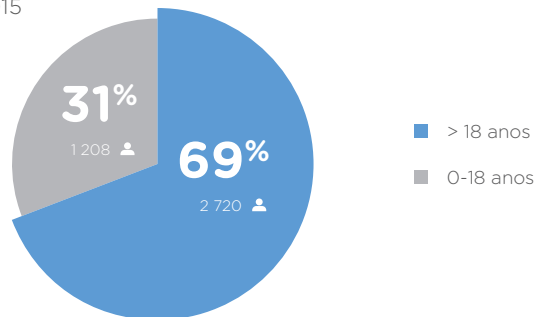
Beneficiários de RSI por grupo etário, Concelho de Cascais

ISS, 2015



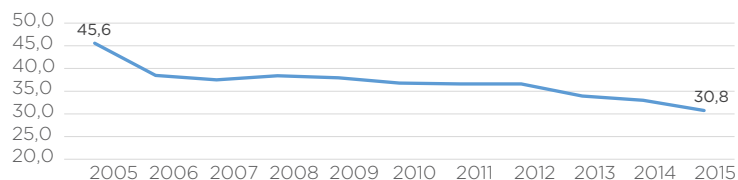
Beneficiários de rendimento Social de Inserção por grupo etário, Concelho de Cascais

ISS, 2015



Analisando a tendência evolutiva do peso de crianças e jovens no total de beneficiários de RSI verifica-se uma diminuição de 15 pontos percentuais na última década.

Peso de crianças e jovens com idade inferior a 18 anos no total de beneficiários de RSI, Concelho de Cascais, ISS, (%)

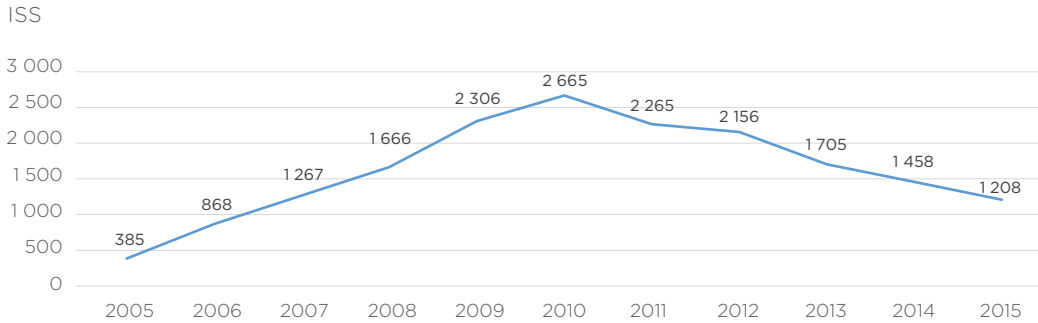


“Mal-estar é não ter
esperança de a vida
mudar para melhor”

Rapaz,
Programa Escolhas

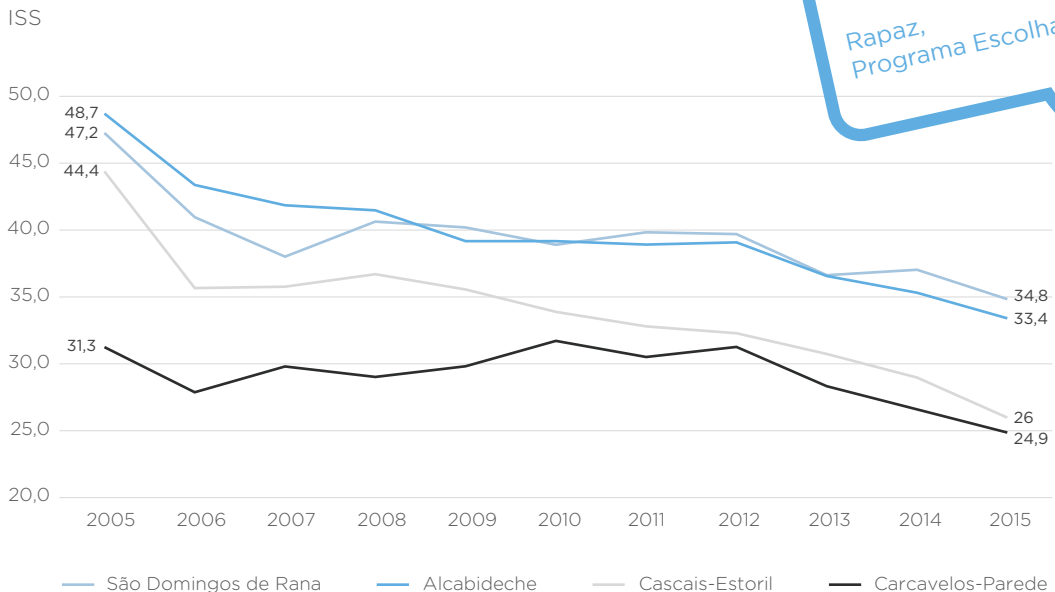
Em termos absolutos, o número de crianças e jovens beneficiárias de RSI atingiu as 2.665 em 2010, tendo vindo a diminuir até 2015.

Nº de crianças e jovens até aos 18 anos beneficiárias de RSI, Concelho de Cascais, (Nº)



Em todas as freguesias se verificou uma tendência de diminuição do peso de crianças e jovens no total de beneficiários de RSI, com destaque para as freguesias de Cascais-Estoril com um decréscimo de 18 pontos percentuais na última década e Alcabideche com um decréscimo de 15 p.p.

Peso de crianças e jovens com idade inferior a 18 anos no total de beneficiários de RSI, por freguesia, (%)



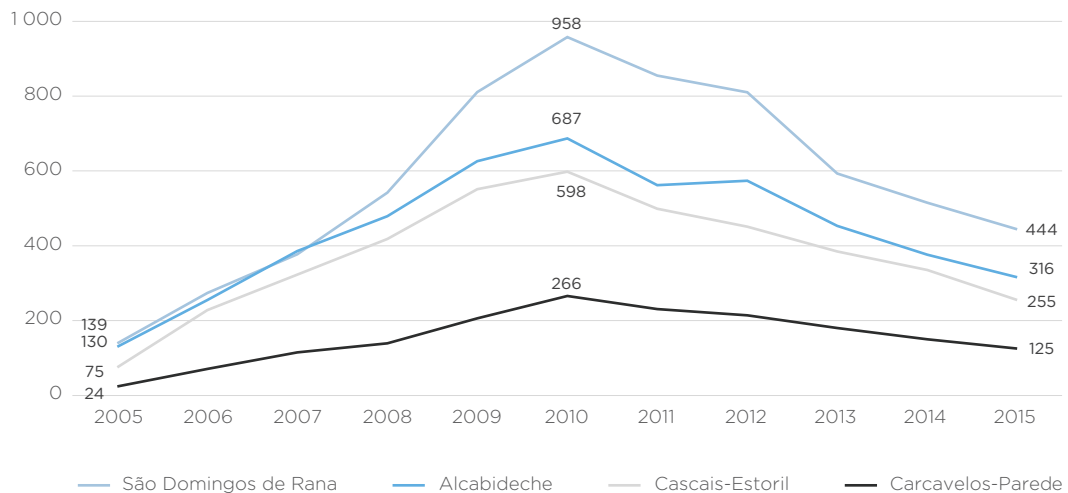
“Mal-estar é querer tirar a carta e não poder devido à dificuldade financeira”
Rapaz, Programa Escolhas

À semelhança do verificado para o Concelho, em todas as freguesias se verificou um pico no número de crianças e jovens beneficiárias de RSI, seguido de uma diminuição significativa até 2015.

São Domingos de Rana e Alcabideche apresentam os valores mais elevados de crianças e jovens beneficiárias de RSI.

Crianças e jovens com idade inferior a 18 anos beneficiários de RSI, por freguesia, (Nº)

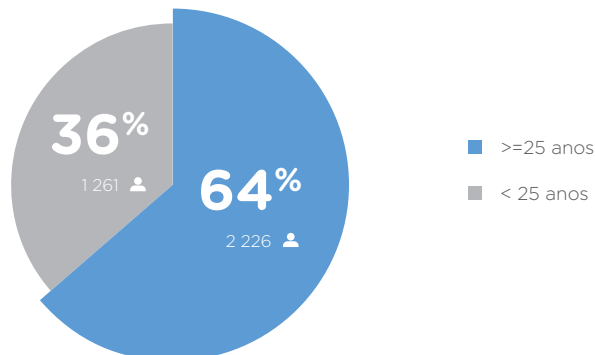
ISS



Beneficiários de RSI por grupo etário, Concelho de Cascais II/MTSSS e PORDATA, 2017

“Mal-estar é não poder sair à noite com os meus amigos e não ter dinheiro para as minhas coisas”

Aluno 11º ano, escola pública

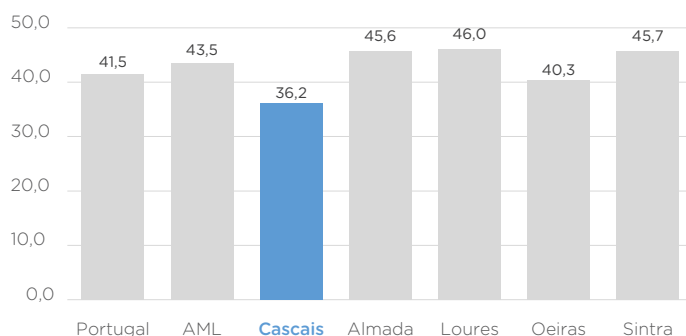


Com base nos dados disponíveis para o ano 2017, em Cascais, existiam 1.261 crianças e jovens **até aos 25 anos** beneficiárias de RSI, o que corresponde a 36% do total de beneficiários desse ano. Comparativamente a Portugal, AML e concelhos comparáveis, **Cascais revela o menor peso de crianças e jovens a beneficiar de RSI.**

Peso de crianças e jovens com idade inferior a 25 anos no total de beneficiários de RSI, (%)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

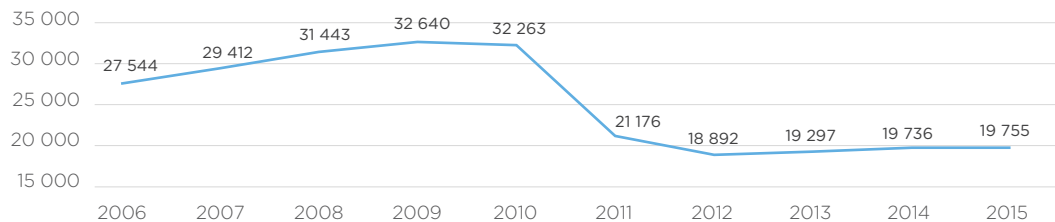
II/MTSSS e PORDATA, 2017



Um outro indicador relevante para medir a incidência da pobreza infantil é o abono de família. Em 2015, 19.755 crianças e jovens recebiam esta prestação social no concelho de Cascais¹. Na última década verifica-se que, após um período de aumento gradual de beneficiários, em 2011 houve uma diminuição significativa. As freguesias seguem a mesma tendência.

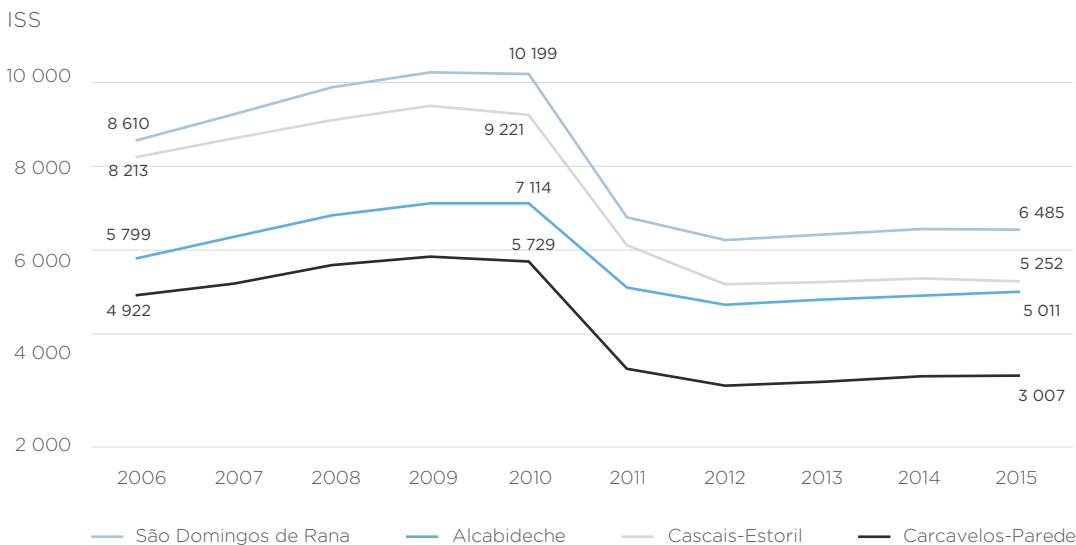
Crianças e jovens beneficiárias de abono de família, Concelho de Cascais, (Nº)

ISS



¹O modelo de processamento do abono de família é mensal, podendo os titulares ser contabilizados mais do que uma vez por alteração do escalão de rendimentos.

Nº de crianças e jovens beneficiárias de abono de família, por freguesia, (Nº)

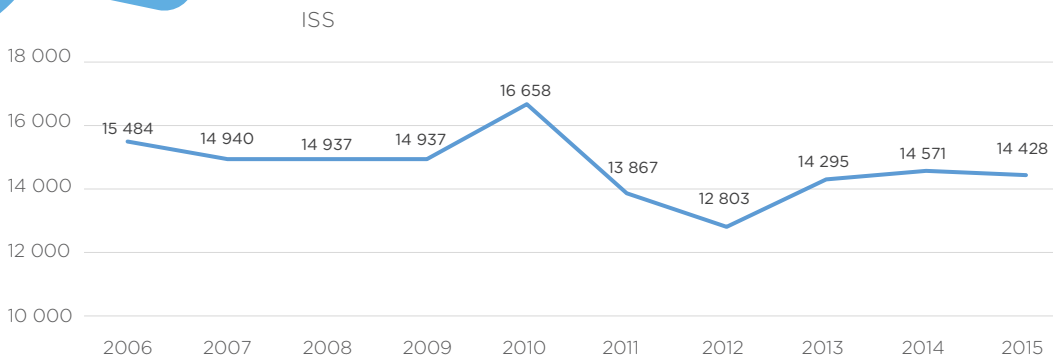


“Mal-estar é ter carências alimentares”

Aluno 12º ano, escola privada

No âmbito dos titulares de abono de família pode fazer-se uma análise mais fina das situações de maior vulnerabilidade económica, inseridas no 1º escalão de rendimentos. Em 2015 foram beneficiárias desta prestação social 14.428 crianças e jovens (com idade inferior a 18 anos) no concelho de Cascais.

Crianças e jovens com idade inferior a 18 anos beneficiárias de abono de família (1º escalão de rendimentos), Concelho de Cascais, (Nº)



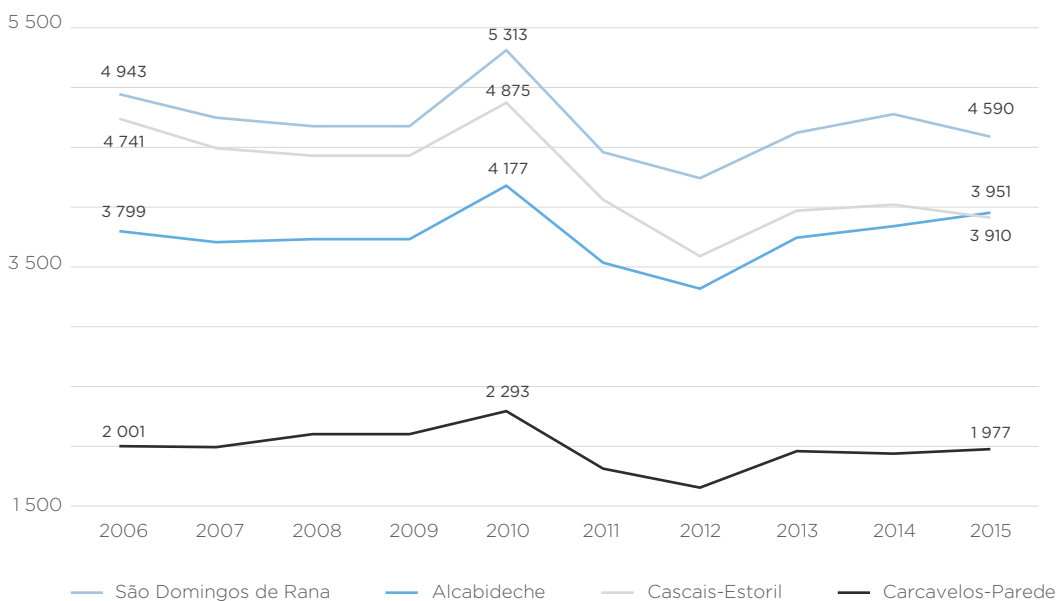
O 1º escalão engloba rendimentos de referência do agregado familiar iguais ou inferiores a $0,5 \times \text{IAS} - \text{Indexante dos Apoios Sociais} \times 14$. O IAS tem vindo a alterar o seu valor ao longo dos últimos anos. Em 2007, era de 397,86, tendo subido para 407,41 em 2008. Entre 2009 e 2016 estabilizou nos 419,22, voltando a subir em 2017 para os 421,32.

Concelho de Cascais, ano 2015	
Estimativas Anuais da População Residente (INE) dos 0 aos 19 anos	45 988
Nº de titulares de abono de família para crianças e jovens no 1º escalão de rendimentos, com menos de 18 anos (ISS)	14 428

São Domingos de Rana é a Freguesia com maior número de crianças beneficiárias de abono no 1º escalão. Seguem-se as freguesias de Alcabideche e Cascais-Estoril. Refira-se contudo que estes valores podem remeter para uma vulnerabilidade acrescida em Alcabideche uma vez que é a segunda freguesia com maior número de crianças beneficiárias de abono no 1º escalão, mas em 2011 era apenas a 3ª freguesia em número de crianças e jovens do concelho.

Crianças e jovens com idade inferior a 18 anos beneficiárias de abono de família (1º escalão de rendimentos), por Freguesia, (Nº)

ISS



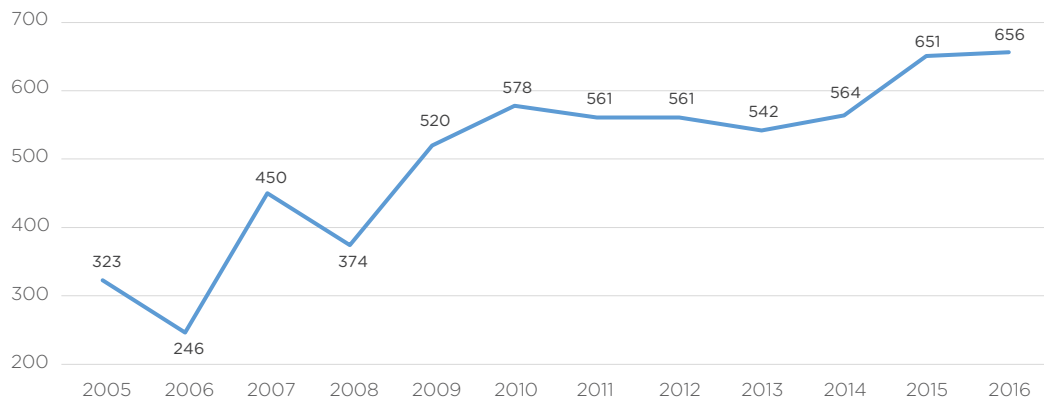
12.4 Risco e perigo

Considerando os dados disponibilizados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais (instituição oficial não judiciária que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral), o número de processos instaurados e reabertos tem vindo a aumentar ao longo dos anos, tendo atingindo, em 2016, o valor de 656.

Esta tendência justificar-se-á não apenas pelo aumento populacional, mas certamente também por uma maior consciência social, familiar e individual sobre os direitos das crianças e a necessidade de prevenir/eliminar atempadamente situações de risco. Importa acrescentar que parte das situações sinalizadas, e após averiguação, não constituem efetivamente situações de perigo e que outras são resolvidas com a aplicação de medidas por parte da CPCJC (nomeadamente o apoio junto dos pais). Apenas uma parte das situações são encaminhadas para tribunal.

Processos instaurados e reabertos em Cascais (Nº)

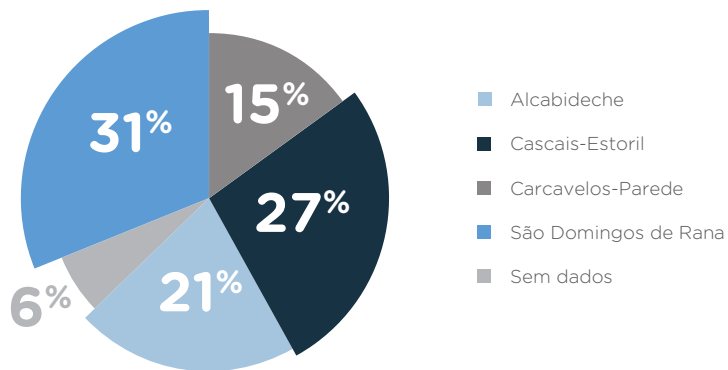
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais



Analisando a distribuição de processos pelas 4 freguesias do Concelho, São Domingos de Rana e Cascais Estoril emergem como as freguesias com maior peso. Estas são também as freguesias com maior número absoluto de crianças e jovens.

Processos Ativos por freguesia (%)

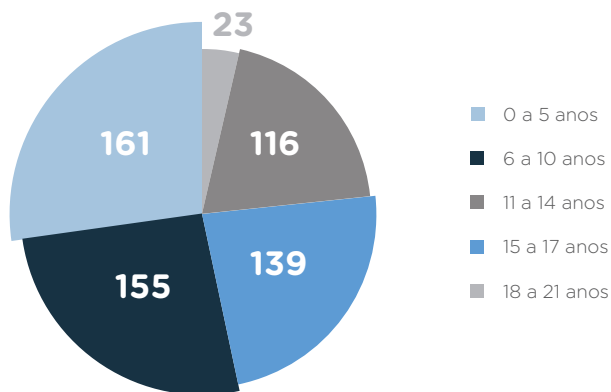
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais, 2016



Os grupos etários mais jovens são os que revelam maior número de processos, sendo também significativo o peso de adolescentes.

Número de processos instaurados e reabertos em 2016 por grupos etários

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cascais



“Mal-estar é ver injustiças para com as crianças”
 Rapariga Programa Escolhas

Em 2016, tal como no ano anterior, a exposição a comportamentos desviantes assume um peso elevado no conjunto de motivos de instauração de processos de promoção e proteção de crianças. Incluem-se nesta tipologia a exposição a violência conjugal, cujas crianças envolvidas passaram a ser sinalizadas de forma sistemática às CPCJC sempre que há ocorrências de violência doméstica,

“Mal-estar é viver num ambiente de abusos. Tanto físicos como psicológicos”

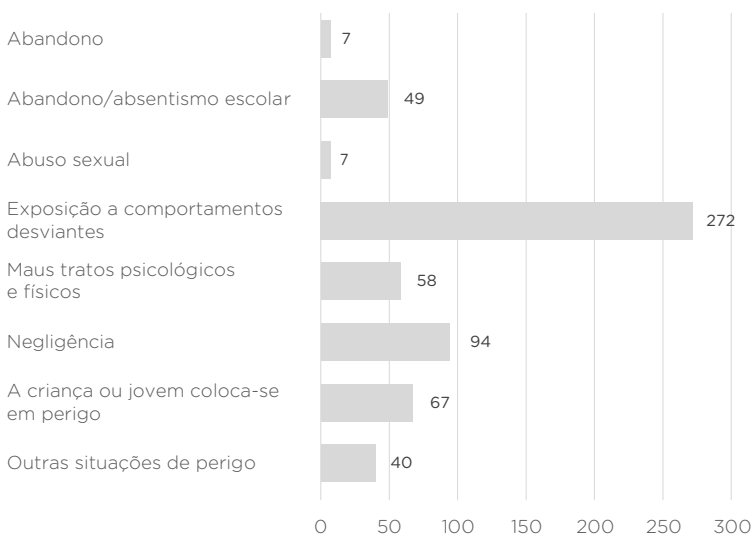
Rapariga, pertencente a associação juvenil

nomeadamente pelas forças de segurança. Assim, para além da exposição à violência doméstica ser o principal motivo de instauração de processos, foi também o motivo que aumentou significativamente nos últimos dois anos, contribuindo desta forma para o aumento global do nº de processos instaurados.

O 2º motivo para a insaturação de processos em 2016 foram situações de negligência que têm contudo vindo a mostrar uma tendência de decréscimo desde 2010.

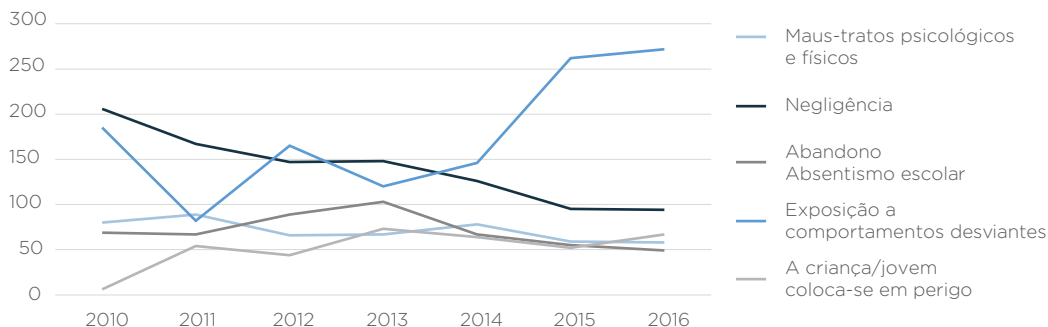
Processos instaurados e reabertos segundo a situação de perigo em Cascais (Nº)

CPCJC, 2016



Processos instaurados e reabertos pelas principais situações de perigo em Cascais, (Nº)

CPCJC

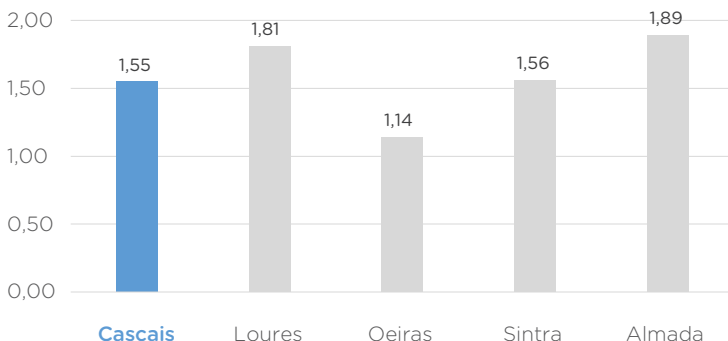


12.5 Abandono e insucesso escolar

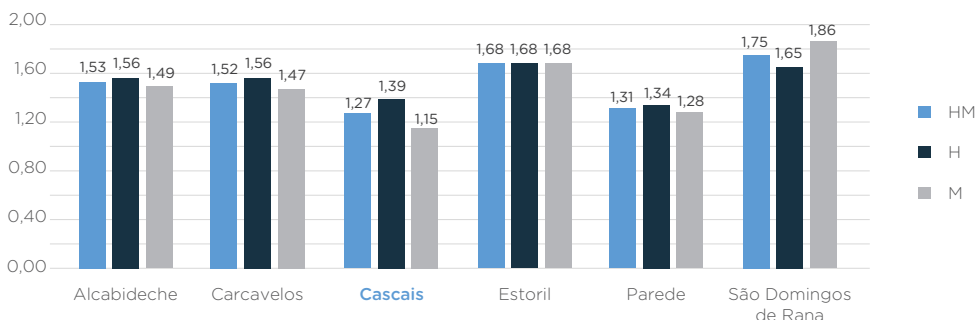
Em 2011, 1,55% das crianças e jovens entre os 6 e 15 anos não frequentava o sistema de ensino, não se verificando diferenças assinaláveis entre rapazes e raparigas. Este valor é inferior ao valor nacional (1,61%) e a dois dos concelhos comparáveis (Loures e Almada), mas superior a Oeiras e muito próximo do valor de Sintra.

Na comparação entre freguesias, em 2011, São Domingos de Rana (1,75%) e Estoril (1,68%) emergem com valores superiores ao valor global do concelho de Cascais (1,55%). Na maioria das freguesias os rapazes apresentam valores ligeiramente superiores às raparigas, à exceção de São Domingos de Rana.

Proporção da população residente com idade entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino (%), 2011
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais



Proporção da população residente com idade entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino (%), 2011
Concelho de Cascais



“Mal-estar são as famílias a discutir”
Aluno 12º ano, escola privada

Um outro indicador referente ao abandono escolar (a taxa de abandono escolar) revela que, entre 2001 e 2011, a situação no concelho se agravou ligeiramente, apresentando Cascais em 2011 valores superiores a Oeiras e a Sintra.

Na comparação entre freguesias, o Estoril (1,8%) e São Domingos de Rana (1,9%) revelavam, em 2011, valores acima do valor concelhio (1,7%).

Refira-se ainda que na maior parte das freguesias, a taxa de abandono escolar aumentou entre 2001 e 2011, à exceção de Alcabideche.

Taxa de abandono escolar (%)

INE

Unidade territorial	Taxa de abandono escolar	
	2001	2011
Portugal	2,8	1,7
AML	1,9	1,8
Loures	2,2	1,9
Oeiras	1,1	1,2
Sintra	1,5	1,5
Almada	1,9	2
Cascais	1,2	1,7
Alcabideche	1,7	1,6
Carcavelos	0,5	1,5
Parede	0,4	1,6
Cascais	1	1,5
Estoril	1	1,8
São Domingos de Rana	1,5	1,9

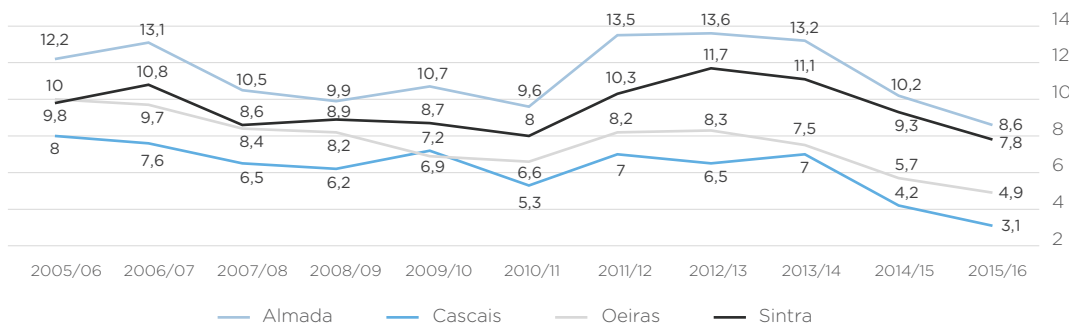
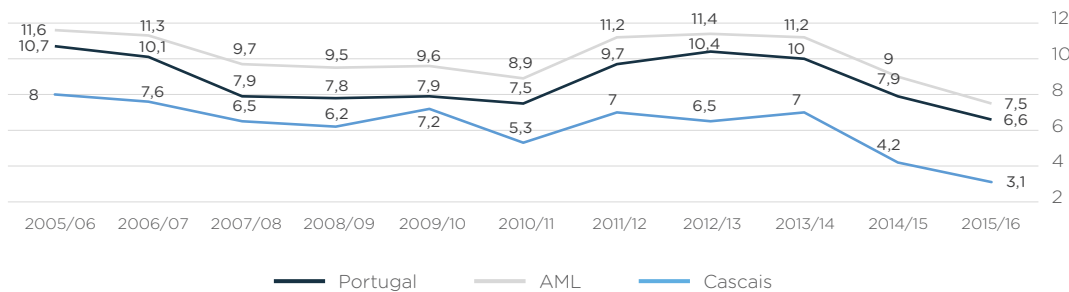
Taxa de abandono escolar: população residente com idade entre 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano/ População residente com idade entre 10 e 15 anos)*100

No que se refere ao insucesso escolar, Cascais apresenta valores mais baixos do que as unidades territoriais em análise e revela uma tendência de decréscimo na última década, passando de 8% no ano letivo 2005/2006 para 3,1% no ano 2015/2016.

Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE

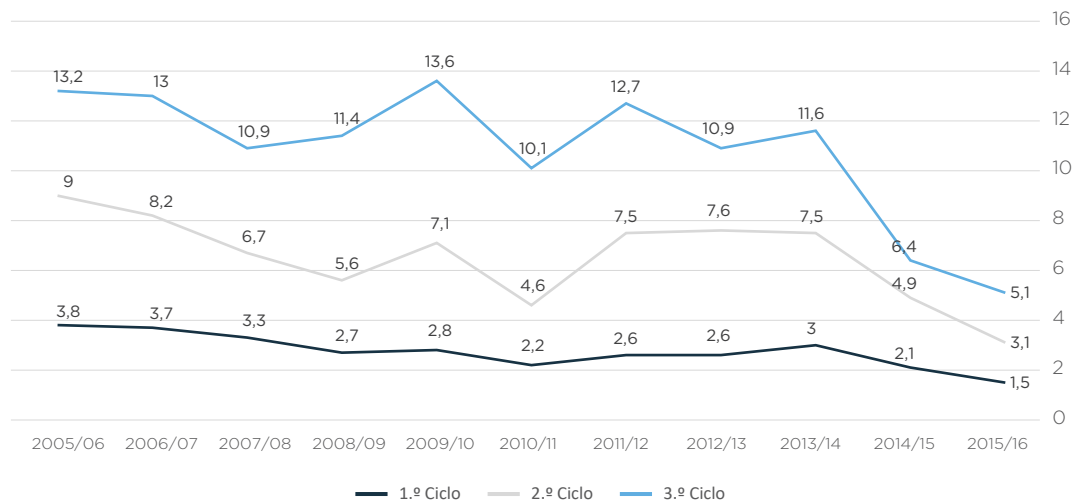


Taxa de retenção e desistência no ensino básico: alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade/ Alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo)*100.

Analisando os valores concelhios por níveis de ensino, verifica-se que a taxa de retenção e desistência é maior nos níveis de ensino mais elevados e que, apesar de se verificarem algumas oscilações anuais, a tendência é de diminuição nos últimos ano. Em todos os níveis de ensino este indicador diminuiu significativamente na última década: no primeiro ciclo passou de 3,8% no ano letivo de 2005/06 para 1,5% em 2015/6; no segundo ciclo diminuiu 6 p.p. (de 9% para 3,1%) e no 3º ciclo passou de 13,2% para 5,1% em 2015/16.

Taxa de retenção e desistência no ensino básico (%) por nível de ensino, concelho de Cascais

INE



Taxa de retenção e desistência no ensino básico: alunos do ensino básico regular que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no mesmo ano de escolaridade/ Alunos matriculados no ensino básico regular, nesse ano letivo)*100.

12.6 Ocupação de tempos livres e espaço público

Dada a importância da ocupação dos tempos livres de crianças e jovens enquanto fator decisivo nos seus processos de socialização, o diagnóstico social procurou conhecer as principais atividades desenvolvidas nestes períodos, bem os espaços públicos mais utilizados por este grupo etário. Para tal utilizou o inquérito aos atores locais que trabalham com crianças e jovens e o inquérito a municípios.

No que toca à ocupação de tempos livres, os atores locais que trabalham com crianças e jovens identificaram as principais 3 atividades (de uma lista de 6), desagregando as respostas por grupos etários e por local (dentro das instituições e fora das instituições).

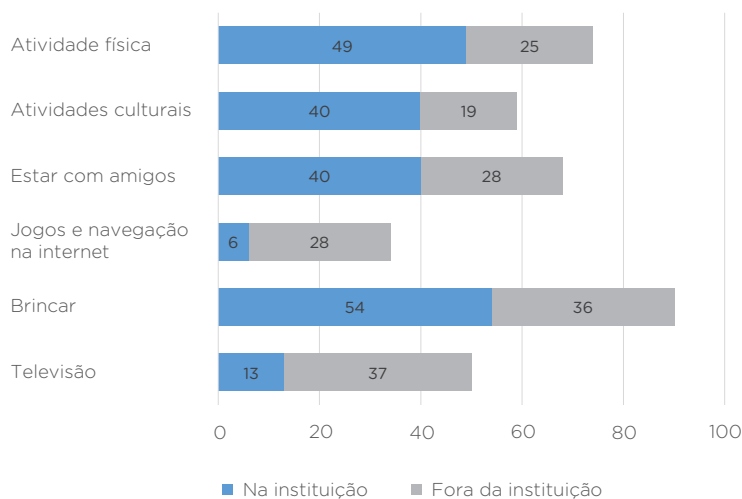
No que se refere às **crianças em idade pré-escolar**, as brincadeiras surgem como a principal forma de ocupação de tempos livres em contexto institucional ou escolar (assinalada por 54 das organizações inquiridas), tendo também um peso significativo fora do tempo escolar/institucional.

A atividade física é também uma forma de ocupação de tempos livres significativa, bem como estar com amigos.

Comparando o contexto institucional com o não institucional (familiar), verifica-se que o primeiro é mais promotor de atividades físicas, culturais e de socialização com amigos e o tempo em contexto familiar é comparativamente mais ocupado com o visionamento de programas televisivos.

Principais formas de ocupação de tempos livres de crianças dos 3 aos 5 anos, inquérito às organizações (Nº)

CEDRU, 2016



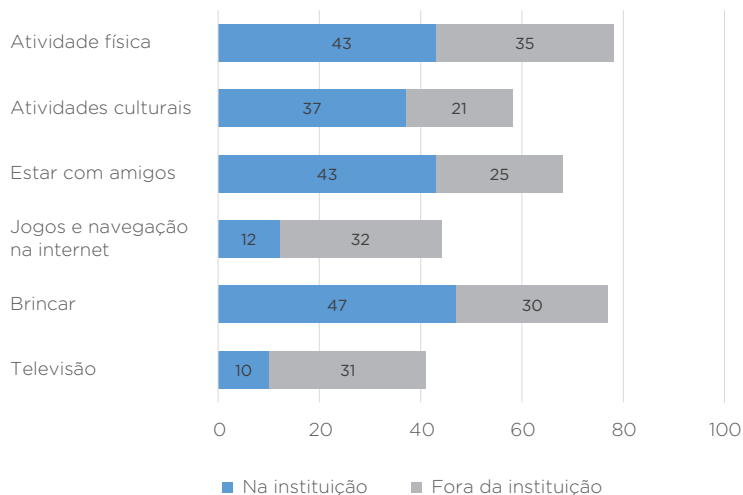
No grupo etário seguinte (idade correspondente ao 1º ciclo), o padrão é semelhante ao grupo etário anterior ao nível das principais formas de ocupação de tempos livres, verificando-se contudo uma diminuição do tempo despendido a brincar e a ver televisão e um aumento (sobretudo em contexto institucional e escolar) da navegação na internet e jogos eletrónicos. Os dados sugerem também que a atividade física nesta faixa etária aumenta fora do período escolar/institucional em comparação com as crianças de pré-escolar.

“Bem-estar é estar com os amigos a conviver”

Rapariga, Programa Escolhas

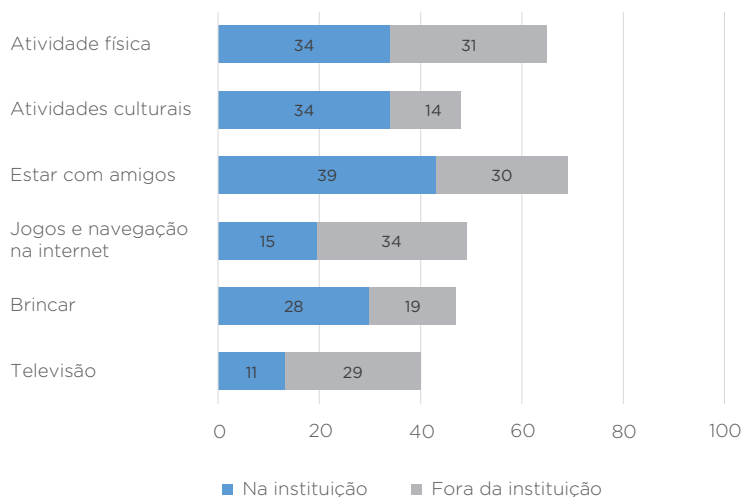
Principais formas de ocupação de tempos livres de crianças dos 6 aos 10 anos, inquérito às organizações (Nº)

CEDRU, 2016



Principais formas de ocupação de tempos livres de crianças dos 11 aos 14 anos, inquérito às organizações (Nº)

CEDRU, 2016



“Bem-estar é o que eu gosto de fazer, jogar à bola, andar de bicicleta e brincar com amigos”

Aluno 11º ano,
escola pública

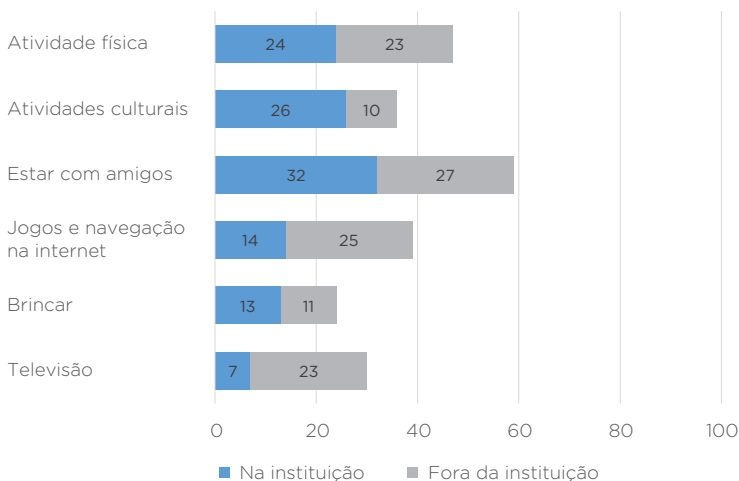
No grupo etário seguinte (11-14 anos), estar com os amigos passa a assumir-se como a principal forma de ocupação de tempos livres, aumentando sobretudo fora das instituições/escolas (30 atores locais assinalaram esta atividade como uma das principais ocupações nas instituições/escolas e 30 em contexto extra institucional).

Em contrapartida, o “brincar” diminui significativamente e diminui também o tempo dedicado a atividades físicas e culturais.

Nos jovens entre os 15 e os 18 anos, estar com os amigos reforça-se e mantém-se enquanto principal forma de ocupação de tempos livres, seguida das atividades físicas. Refira-se que à medida que aumenta a idade dos grupos em análise, aumenta também o número de respostas em branco por parte das organizações.

Principais formas de ocupação de tempos livres de jovens dos 15 aos 18 anos, inquérito às organizações (Nº)

CEDRU, 2016



“Bem-estar é praticar desporto”

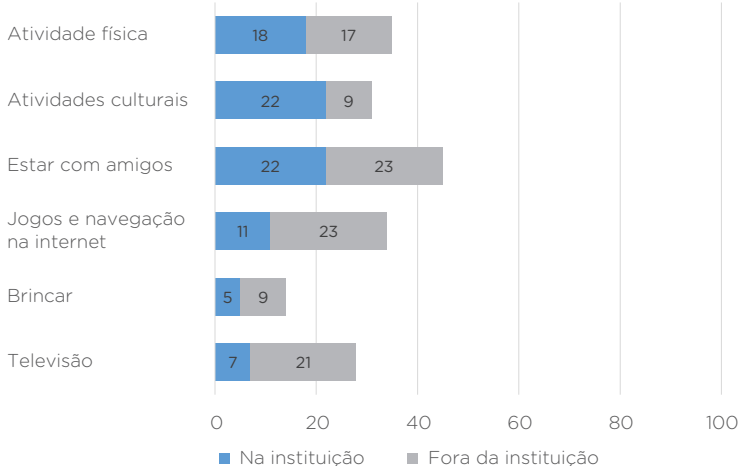
Aluno 12º ano, escola privada

“Bem-estar é poder ouvir e fazer música”

Rapaz, Programa Escolhas

Principais formas de ocupação de tempos livres de jovens com mais de 18 anos, inquérito às organizações (Nº)

CEDRU, 2016



“Bem-estar é ter um bom grupo de amigos”

Rapaz pertencente a associação juvenil

Ranking das principais formas de ocupação de tempos livres de crianças e jovens, inquérito às organizações

	3 - 5 anos	6 - 10 anos	11 - 14 anos	15 - 18 anos	> 18 anos
1º	Brincar	Atividade física	Estar com amigos	Estar com amigos	Estar com amigos
2º	Atividade física	Brincar	Atividade física	Atividade física	Atividade física
3º	Estar com amigos	Estar com amigos	Jogos e navegação na internet	Jogos e navegação na internet	Jogos e navegação na internet
4º	Atividades culturais	Atividades culturais	Atividades culturais	Atividades culturais	Atividades culturais
5º	Televisão	Jogos e navegação na internet	Brincar	Televisão	Televisão
6º	Jogos e navegação na internet	Televisão	Televisão	Brincar	Brincar

Em suma, de acordo com a opinião dos atores locais que trabalham com crianças e jovens, e independentemente dos contextos onde são ocupados os tempos livres, verifica-se que ao longo do crescimento:

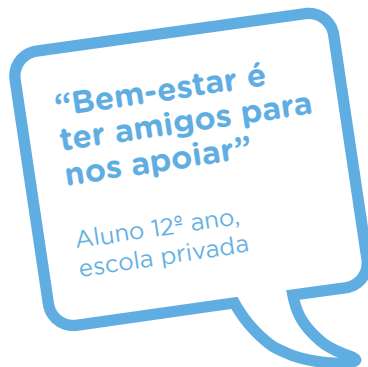
- . A socialização com amigos assume uma importância crescente e um lugar de primazia a partir da adolescência;
- . A atividade física mantém-se como uma das principais formas de ocupação dos tempos livres;
- . A utilização da internet e os jogos eletrónicos assumem um peso intermédio também a partir da adolescência, mantendo-se até às idades mais avançadas, superando a televisão;
- . As atividades culturais mantêm uma posição intermédia;
- . A televisão ocupa um lugar relativamente diminuto face às outras formas de ocupação de tempos livres.

“Mal-estar é não ter tempo para fazer o que mais gosto”

Rapaz,
Programa Escolhas

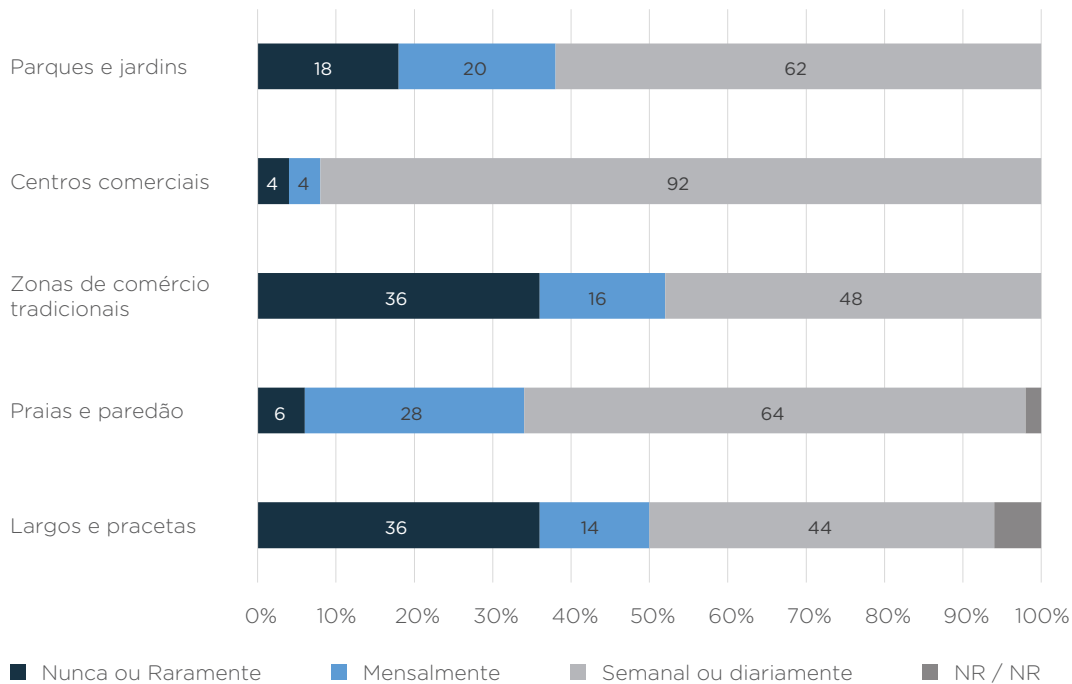
No que se refere aos jovens entre os 18 e os 25 anos, utilizou-se o inquérito a munícipes para perceber que tipo de espaços (públicos) são mais frequentados por esta faixa etária de entre os seguintes: largos e pracetas; praias e paredão; zonas de comércio tradicionais; centros comerciais ou parques e jardins.

Verifica-se que o espaço mais utilizado e que se destaca significativamente dos restantes são os centros comerciais frequentado semanal ou diariamente por 92% dos 50 jovens inquiridos. Os parques e jardins, as praias e o paredão são também locais muito utilizados por esta faixa etária em detrimento de locais como largos, pracetas e zonas de comércio tradicionais, cuja frequência por mais de um terço dos jovens (36%) é rara ou nula.



Regularidade de frequência de determinados espaços públicos, inquérito a munícipes (respostas dos inquiridos entre os 18 e 25 anos) (%)

CEDRU 2016



12.7 Participação e cidadania

No que se refere às formas de participação e de envolvimento dos jovens, os atores locais que trabalham com este grupo etário foram também inquiridos no sentido de identificarem o nº de jovens que participam em partidos políticos, associações, iniciativas de voluntariado ou de ativismo.

Note-se que as não respostas e as respostas em branco assumem uma proporção relevante, o que indicia um aparente desconhecimento de cerca de metade das organizações sobre a matéria em análise.

Nº de organizações locais que caracterizaram as formas de envolvimento dos jovens (nº e %), inquérito às organizações

CEDRU, 2016.

Atendendo ao universo de jovens que a entidade abrange, indique quantos:	Nenhum	Poucos	Muitos / A maioria	NS / NR / Em branco
Participam em partidos políticos	30 (30,3%)	10 (10,1%)	0 (0%)	59 (59,6%)
Participam em associações locais (desportivas, culturais, recreativas, etc.)	10 (10,1%)	20 (20,2%)	20 (20,2%)	49 (49,5%)
Constituíram e participam em associações de jovens/estudantes	18 (18,2%)	23 (23,2%)	7 (7,1%)	51 (51,5%)
Participam em iniciativas de voluntariado	12 (12,1%)	23 (23,2%)	19 (19,2%)	45 (45,4%)
Participam em iniciativas de ativismo social, ambiental, etc.	12 (12,1%)	26 (26,3%)	11 (11,1%)	50 (50,5%)

“Bem-estar é estarmos realizados com o que fazemos”

Aluna 10º ano, escola pública

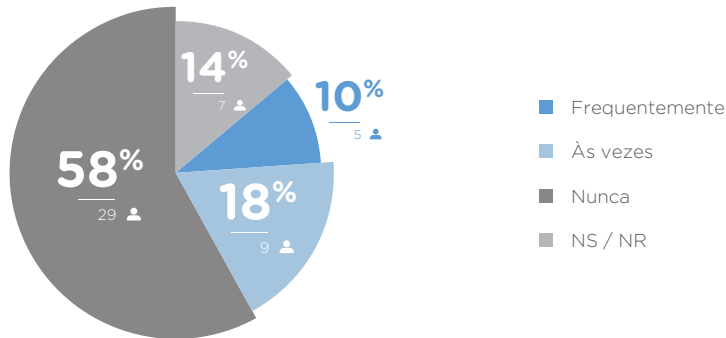
Globalmente, as 99 entidades inquiridas apontam para o associativismo local (desportivo, cultural, recreativo, etc.) e o voluntariado como as formas de envolvimento cívico mais frequentes dos jovens, seguindo-se as iniciativas de ativismo (social, ambiental, etc.) e a participação em associações de jovens/estudantes.

Dados do inquérito telefónico aos munícipes reforçam os resultados anteriores. Do total de 50 inquiridos entre os 18 e os 24 anos, apenas 14 afirmaram dedicar-se frequentemente ou às vezes a atividades cívicas. No que toca ao voluntariado, os números são mais positivos, evidenciando uma adesão a este tipo de iniciativas na ordem dos 38%.

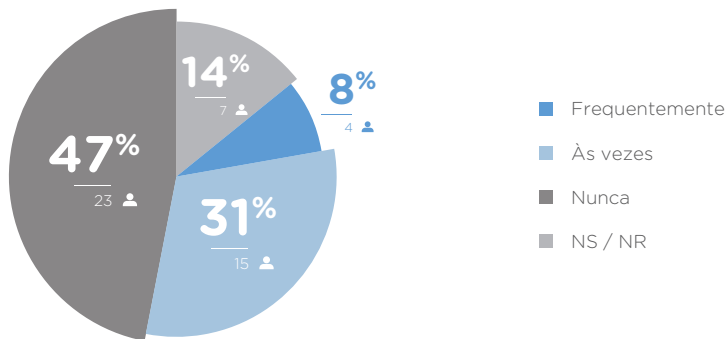
Regularidade de realização de atividades cívicas (nº e %), respostas do grupo etário entre 18 e 24 anos

Inquérito telefónico aos munícipes, 2016, CEDRU

“Quando saio do trabalho dedico-me a atividades cívicas (associações, organizações ou partidos)”



“Quando saio do trabalho costumo fazer voluntariado”



No que toca às associações juvenis e de estudantes, com base na informação constante do site da Câmara Municipal de Cascais, existem em Cascais 35 organizações, das quais, 17 são de índole escutista, 10 são associações de estudantes e 9 são associações juvenis.

No que toca às associações juvenis e de estudantes, com base na informação constante do site da Câmara Municipal de Cascais, existem em Cascais 35 organizações, das quais, 17 são de índole escutista, 10 são associações de estudantes e 9 são associações juvenis.

Com vista a promover o envolvimento cívico dos jovens e a ocupar os seus tempos livres no verão, a CMC tem vindo a desenvolver um conjunto de projetos de participação, cidadania e voluntariado onde os jovens podem desempenhar funções de tipologia diversificada e que no ano de 2016 abrangeu 1588 jovens.

Programas de voluntariado para jovens promovidos pela Câmara Municipal de Cascais e nº de participantes em 2016

Programa	Ações desenvolvidas	Nº participantes em 2016
Cultura Social	colaboração com entidades sem fins lucrativos	361
Cultura no Bairro	divulgação de equipamentos e oferta cultural da CMC	108
Local's	dar informação a turistas e visitantes de Cascais	160
IberCup	acompanhamento das equipas e do apoio à organização do evento "Ibercup"	134
Natura Observa	vigiar, limpar e cuidar o Parque Natural Sintra-Cascais	234
Maré Viva	vigiar e limpar as praias do concelho e apoiar os/as utentes das praias	591

No âmbito do *focus group* realizado com jovens do concelho, foi salientado por alguns jovens provenientes de bairros de habitação social que, frequentemente, as associações de jovens e projetos de voluntariado existentes na sua área de residência são uma das principais formas de ocupação dos tempos livres. Estas atividades são encaradas como uma oportunidade de valorização pessoal e social, bem como um ativo de valorização curricular e profissional, constituindo uma forma de ganhar experiência e de aumentar a rede de contatos.

Finalmente, foi também salientada a responsabilidade que muitos jovens envolvidos no voluntariado, enquanto tutores ou mediadores, têm no que diz respeito à prevenção de comportamento desviantes de outros jovens seus vizinhos ou amigos, contribuindo para a sua inserção. Neste contexto foi particularmente valorizada a presença em bairros desfavorecidos de organizações e projetos como o Take.it, Escolhas e Rota Jovem.

13. Pessoas Idosas

13.1 Perfil demográfico

Em 2011, residiam no Concelho de Cascais, 36.714 pessoas com mais de 65 anos, o que corresponde a 17,8% do total de habitantes.

Mais de um terço das pessoas idosas (35,1%) reside na freguesia de Cascais-Estoril e um quarto (24,6%) reside na Freguesia de Carcavelos-Parede.

De acordo com as estimativas do INE, estima-se que residiam em Cascais, **em 2017**, 211.302 pessoas, das quais, 42.199 (19,9%) teriam mais de 65 anos.

O envelhecimento de algumas freguesias revela-se também na idade média da população. Em 2011, a idade média da população da antiga freguesia da Parede era 43,99 anos, sendo em São Domingos de Rana que se verificava o valor mais baixo: 38,77 anos.

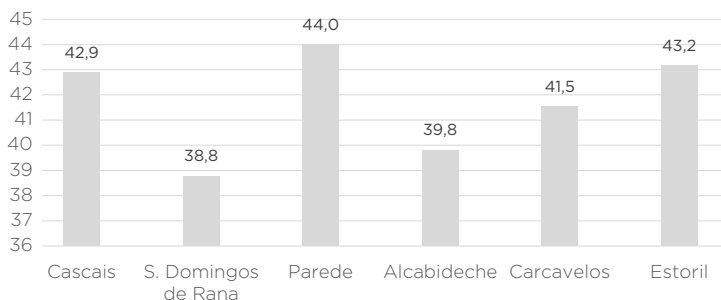
“Bem estar é quando estou muito feliz”

Utente
Academia Senior

Territórios	População Total (ano 2011)	População com mais de 65 anos e proporção face ao total (ano: 2011)	Distribuição das pessoas idosas do concelho pelas freguesias (ano: 2011)
Concelho de Cascais	206.479 (100%)	36.714 (17,8%)	36.714 (100%)
Freg. Alcabideche	42.162 (100%)	6.643 (15,8%)	6.643 (18%)
Freg. Carcavelos Parede	45.007 (100%)	9.037 (20%)	9.037 (24,6%)
Freg. Cascais Estoril	61.808 (100%)	12.899 (20,1%)	12.899 (35,1%)
Freg. S. Domingos Rana	57.502 (100%)	8.135 (14,1%)	8.135 (22,1%)

Idade média (ano) da população residente (à data dos Censos 2011) por freguesia

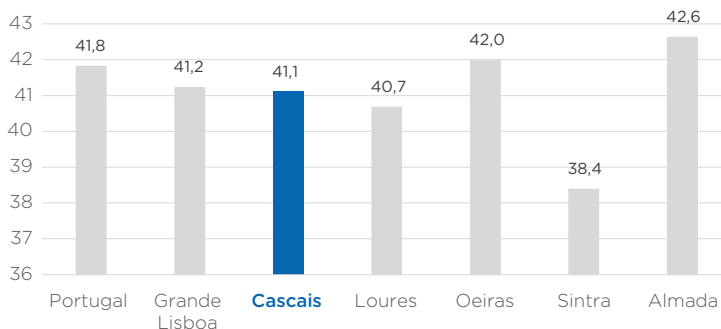
INE, Censos 2011



Idade média (ano) da população residente (à data dos Censos 2011)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE, Censos 2011



Cascais apresentava, em 2017, um **índice de envelhecimento** (número de pessoas com idade ≥ 65 anos por cada 100 pessoas com ≤ 15 anos) de 123,9: inferior à AML e a Portugal. Entre os concelhos comparáveis, apenas Sintra revela uma população menos envelhecida que Cascais. Em todos os territórios em análise houve um processo de envelhecimento populacional entre 2011 e 2017.

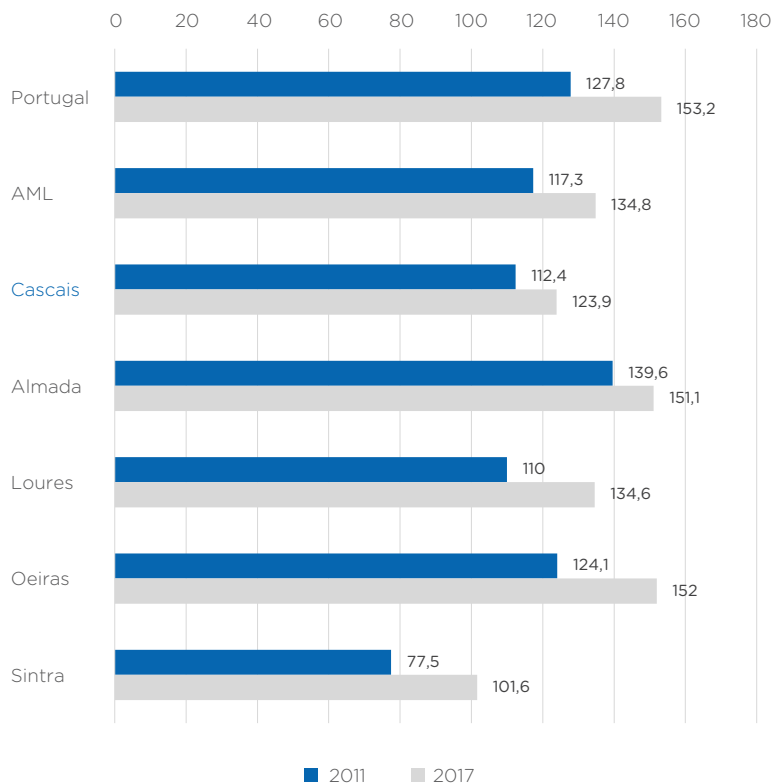
As freguesias de Carcavelos-Paredes e Cascais-Estoril são mais envelhecidas que Alcabideche e São Domingos de Rana.

Em todas as freguesias se verificou um envelhecimento da população entre 2001 e 2011, com particular expressão em cascais Estoril. Apenas na antiga freguesia da Paredes, o índice de envelhecimento diminuiu na década em análise.

Índice de envelhecimento

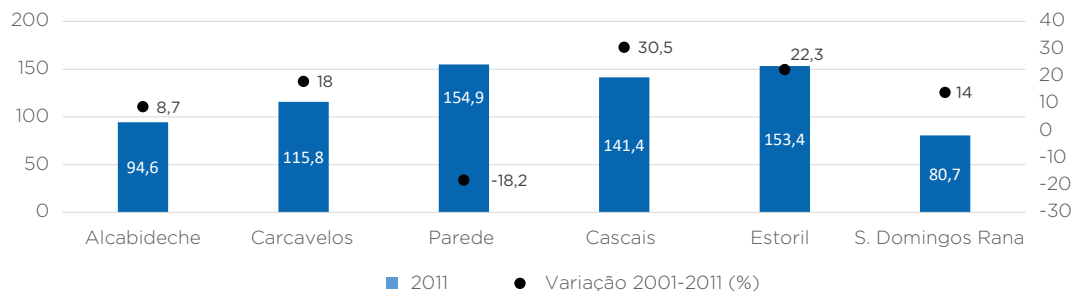
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE - Estimativas Anuais da População Residente; PORDATA



Índice de envelhecimento (%) por freguesias em 2011 e variação entre 2001 e 2011

INE



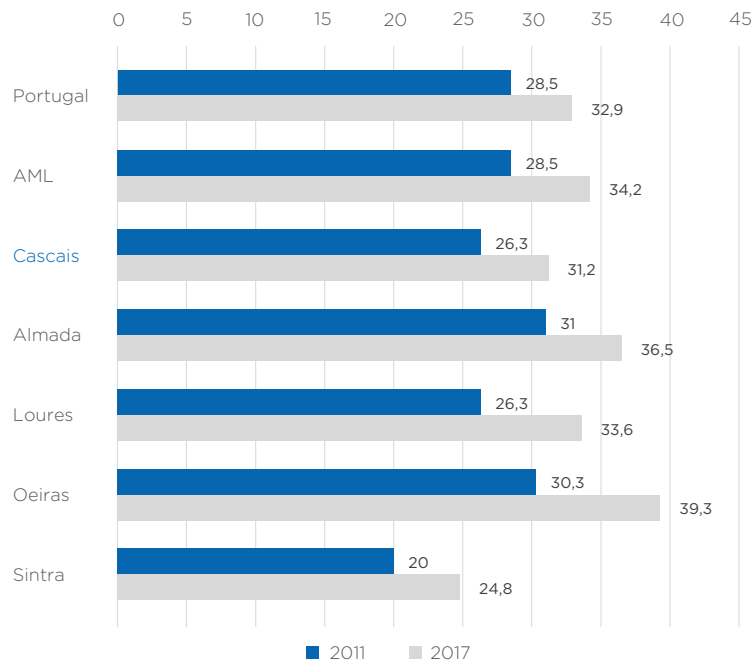
O mesmo se verifica relativamente ao índice de dependência de idosos (número de pessoas com idade ≥ 65 anos por cada 100 em idade ativa). O valor de Cascais em 2017 (31,2) é inferior à AML, a Portugal e aos concelho comparáveis, à exceção de Sintra.

Também ao nível infra concelhio, são as freguesias de Carcavelos-Parede e Cascais-Estoril que apresentam maiores índices de dependência de idosos, tendo este índice aumentado em todas as freguesias no último período intercensitário.

Índice de dependência de idosos

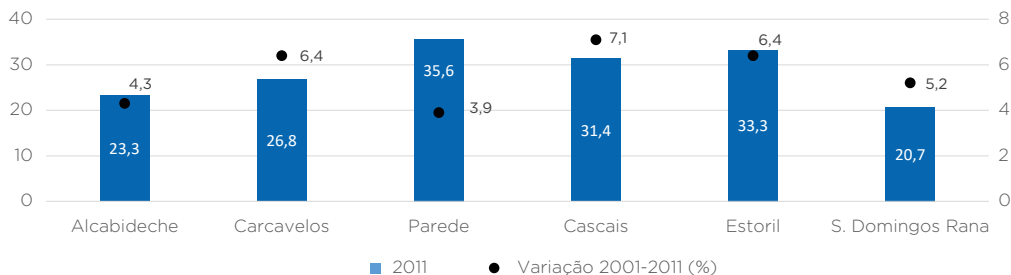
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE - Estimativas Anuais da População Residente; PORDATA



Índice de envelhecimento (%) por freguesias em 2011 e variação entre 2001 e 2011

INE



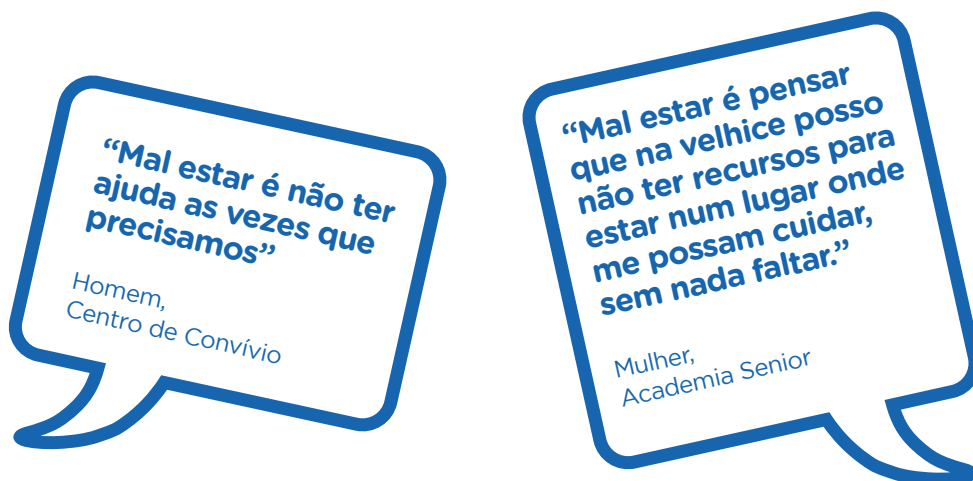
13.2 Perspetiva das organizações sobre os principais problemas

Utilizando como metodologia o inquérito aos atores locais, procurou-se conhecer as principais problemáticas que afetam a população senior em Cascais. O inquérito continha um conjunto de problemática, solicitando aos inquiridos (organizações locais que lidam com idosos, quer entidades especificamente dirigidas a este público alvo, quer entidades mais abrangentes como as autarquias e unidades de saúde, num total de 52 entidades) que avaliassem cada problema.

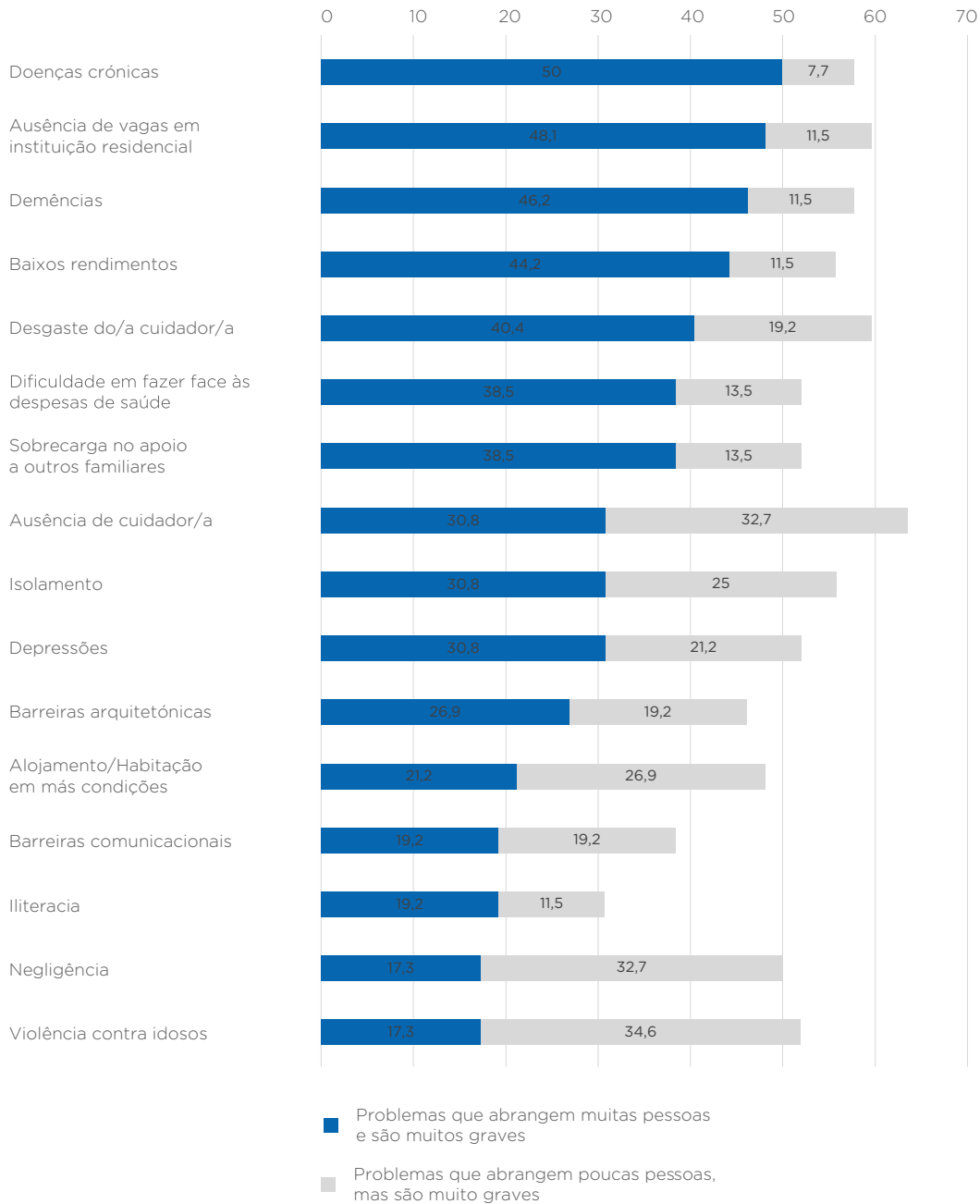
Na análise que as entidades fizeram dos problemas apresentados, as **doenças crónicas**, a **ausência de vagas em lares**, as **demências** e os **baixos rendimentos** foram identificados como problemas muito abrangentes e graves por mais de 40% das entidades inquiridas.

Enquanto problemas que, apesar de afetarem poucas pessoas, serem muito graves, destacam-se a **violência contra idosos**, a **negligência** e a **ausência de cuidador/a** sinalizados por cerca de um terço das organizações.

Independentemente do nº de pessoas que abrangem, outros problemas são também classificados como graves por mais de metade das organizações locais: o **desgaste do/a cuidador** (60%); **isolamento** (55,8%); **dificuldade em fazer face a despesas de saúde** (52%); **sobrecarga (financeira, emocional) no apoio a outros familiares** (52%) e as **depressões** (52%).



Proporção (%) de organizações locais que classificaram as necessidades como muito graves, Inquérito online aos atores locais, 2016



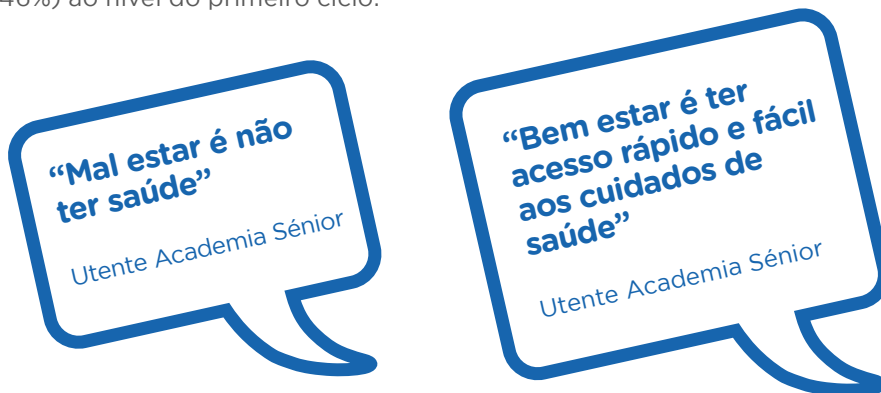
Paralelamente a esta avaliação dos problemas que atingem a população idosa, questionaram-se também as organizações locais sobre a capacidade de dar resposta a estes problemas, quer no seio da organização inquirida, quer fora da organização. Destacam-se nesta avaliação alguns problemas em que mais de metade das organizações referem que não existem respostas ou que estas são insuficientes:

- a. Ausência de cuidador/a
- b. Desgaste do/a cuidador/a
- c. Baixos rendimentos
- d. Demências
- e. Sobrecarga (financeira, emocional) no apoio a outros familiares
- f. Dificuldade em fazer face às despesas de saúde
- g. Ausência de vagas em instituição residencial (lares)

13.3 Níveis de ensino

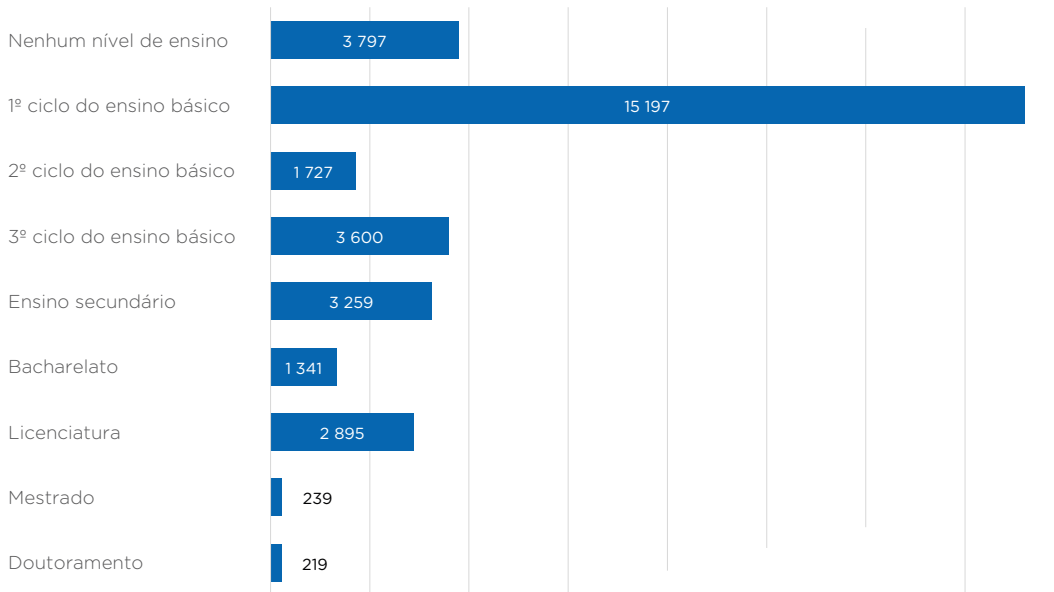
No que se refere aos níveis de ensino da população idosa, destacam-se neste grupo populacional, o elevado número de pessoas sem qualquer nível de ensino: 10% da população idosa (3.797 pessoas) não tinha, em 2011, qualquer nível de ensino e 41,4% (15.197 pessoas) tinha completado apenas o 1º ciclo.

No mesmo ano, 205 pessoas idosas frequentavam o sistema de ensino (93 homens e 112 mulheres), na sua maioria (94; 46%) ao nível do primeiro ciclo.



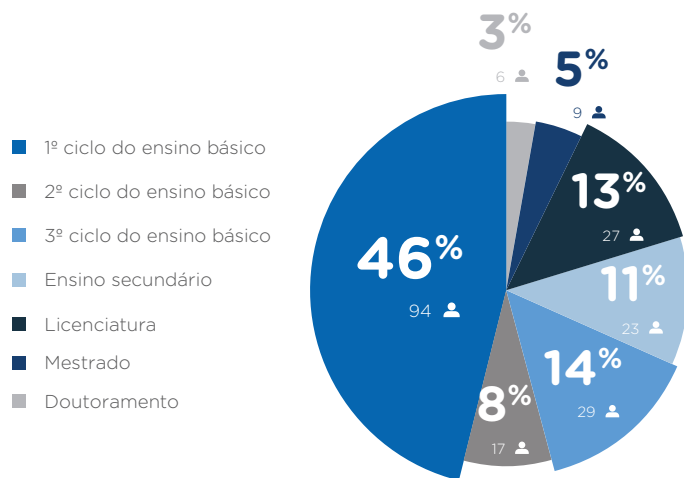
População com ≥ 65 anos por nível de ensino completo (N), Concelho de Cascais

INE, 2011



População com ≥ 65 anos a frequentar o sistema de ensino, por nível de ensino (N), Concelho de Cascais

INE, 2011

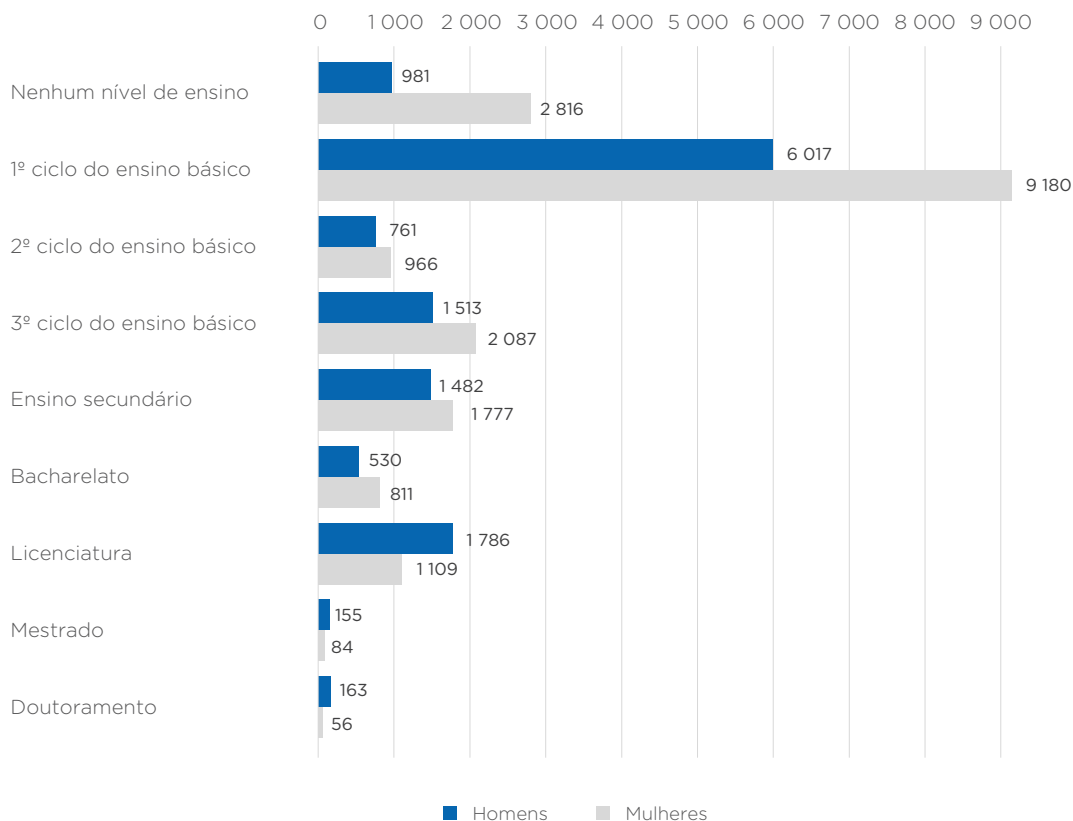


“Vivo numa casa muito velha, que tem o telhado a cair e tenho medo que caia em cima de mim”

Mulher
Centro Convívio

População com ≥ 65 anos por nível de ensino completo (N^o), por sexo, Concelho de Cascais

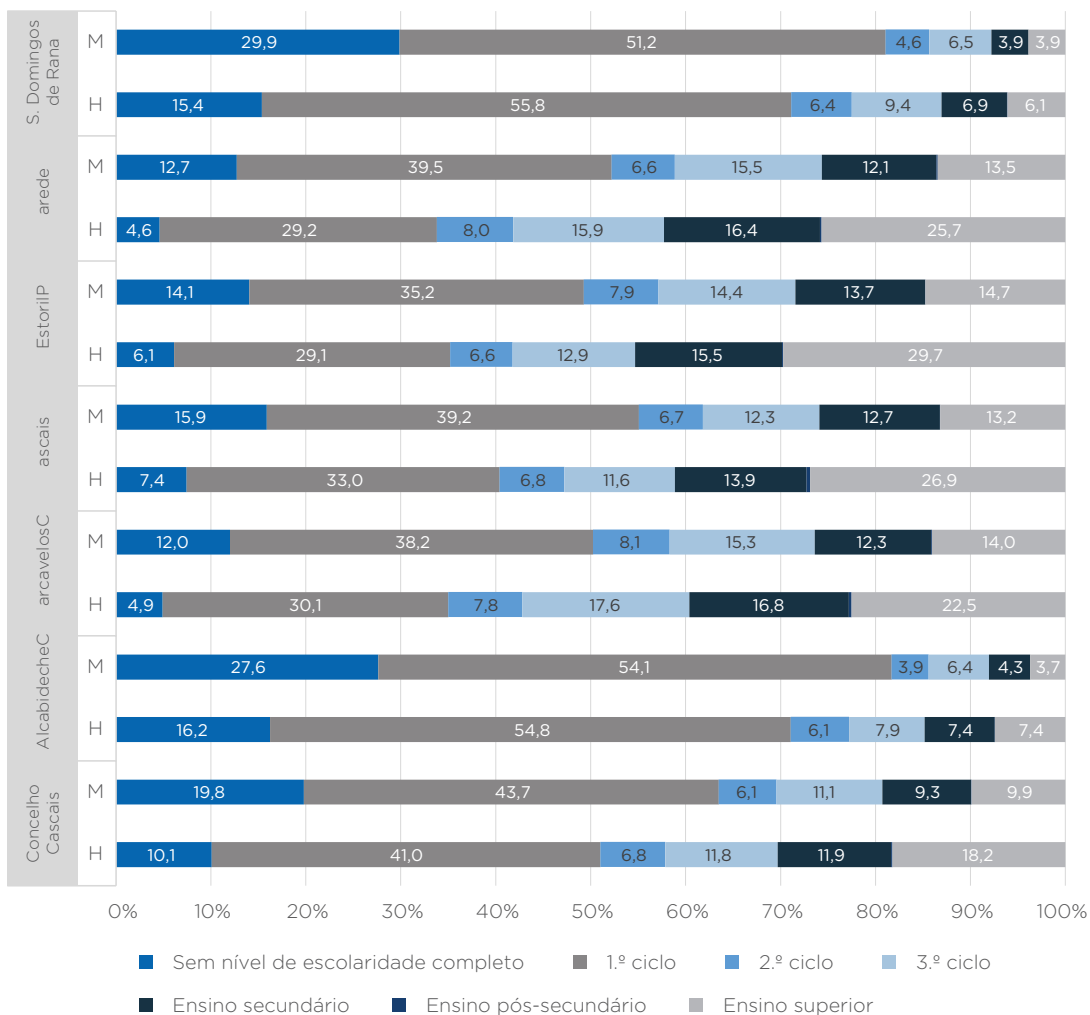
INE, Censos 2011



Os homens idosos evidenciavam maiores níveis de habilitações do que as mulheres. Nos níveis mais baixos, as mulheres estão em maioria quer absoluta, quer relativa: 13,1% das mulheres (2.816) não tinha qualquer nível de ensino (face a 6,5% dos homens) e 42,6% (9.180) das mulheres completaram o 1º Ciclo (face a 39,6% dos homens). Já ao nível do secundário, 8,3% das idosas (1.777) completaram este nível (face a 9,8% dos idosos; 1.482) e apenas 5,1% (1.109) das mulheres idosas completaram uma licenciatura (face a 11,8% dos homens; 1.786).

Grau de ensino mais elevado concluído pela população idosa (≥ 65 anos) (%)

INE, 2011



Para além das diferenças de género, verificam-se também diferenças significativas nos níveis de qualificações da população idosa nas várias freguesias, com as uniões de freguesia a apresentarem, em 2011, níveis mais elevados de qualificações, comparativamente a Alcabideche e São Domingos de Rana.

Destaque-se a elevada proporção de indivíduos com o ensino superior nas Freguesias de Carcavelos Parede e Cascais Estoril, sobretudo no caso dos homens, mas também no caso das mulheres em comparação com Alcabideche e S. Domingos de Rana. Era também nas atuais Uniões de Freguesias, que o ensino secundário tinha maior preponderância.

Em Alcabideche e em São Domingos de Rana, dominavam os níveis de ensino mais baixos, com mais de 50% da população idosa com o 1º ciclo, verificando-se uma elevada proporção de mulheres sem qualquer nível de ensino, a rondar os 30% em ambas as freguesias.

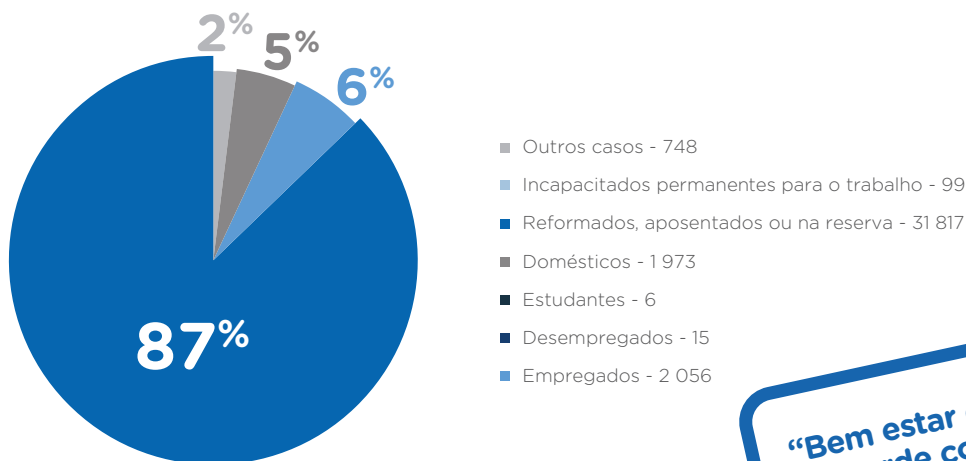
13.4 Rendimento e prestações sociais

No que se refere à situação laboral, como seria expectável, a maioria das pessoas com mais de 65 anos são reformadas (89,5% dos homens e 84,7% das mulheres).

Registe-se contudo que 8,8% dos homens e 3,3% das mulheres idosas estão empregadas/os.

População com ≥ 65 anos por situação laboral (%)

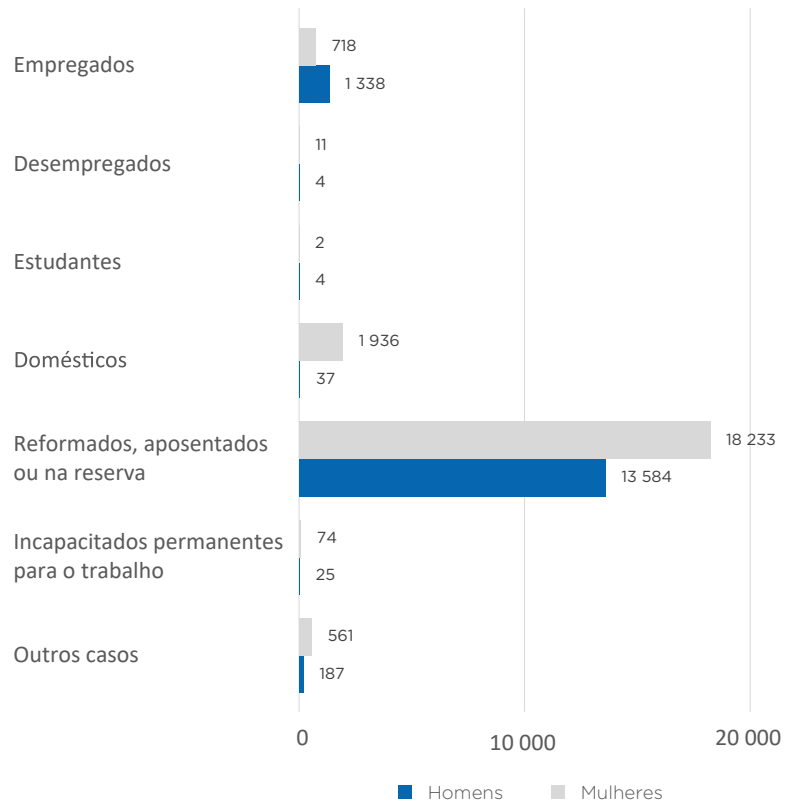
INE (adaptado), 2011



“Bem estar é Viver até tarde com conhecimento”
Utente Academia Senior

População com ≥ 65 anos por situação laboral (N^o), por sexo

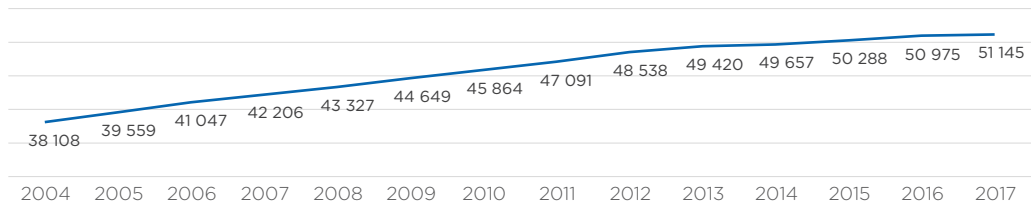
INE (adaptado), 2011



A par do envelhecimento populacional, o número de pensionistas da SS tem vindo a aumentar ao longo dos anos, atingindo os 51.145 pessoas em 2017.

Pensionistas da Segurança Social em Cascais

INE



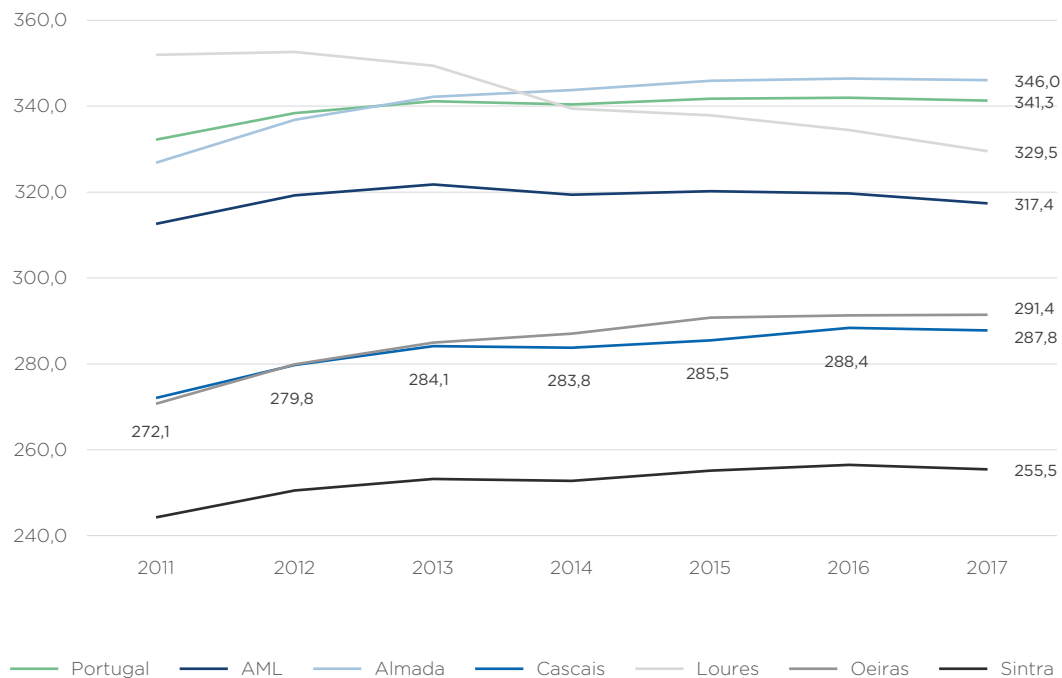
Este indicador contabiliza os pensionistas que recebem pensões da segurança social nos casos de invalidez, velhice, doença, doença profissional ou morte.

Em Cascais, o número de pensionistas por 1.000 habitantes em idade ativa regista uma tendência de aumento, tal como se verifica noutros municípios (Oeiras, Sintra e Almada). Porém, este indicador em Cascais é bastante inferior à média nacional (341,3) e da AML (317,4). Em 2017, existiam em Cascais 287,8 pensionistas por cada 1.000 habitantes em idade ativa, valor inferior a todos os concelhos comparáveis à exceção de Sintra.

Pensionistas da segurança social por 1.000 habitantes em idade ativa (Nº), vários anos

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE

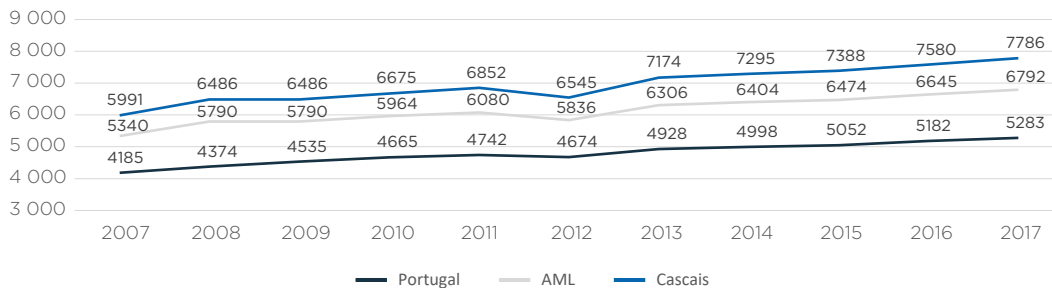


No que diz respeito aos valores médios anuais das pensões, o montante registado para o concelho era de 7.580€ em 2016, superior à média nacional e ao da AML. Em termos dos municípios comparáveis, apenas Oeiras apresenta valores mais elevados.

Valor médio anual das pensões da SS (€)

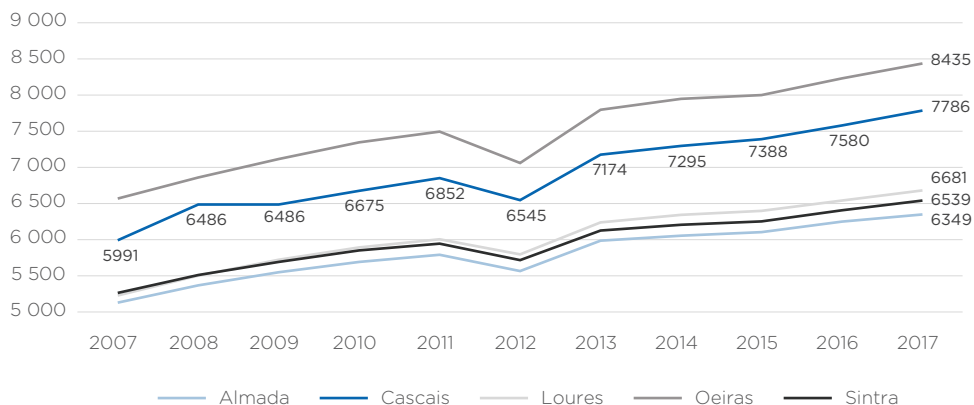
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE

**Valor médio anual das pensões da SS (€)**

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE



“Bem estar é ter dinheiro para os gastos”

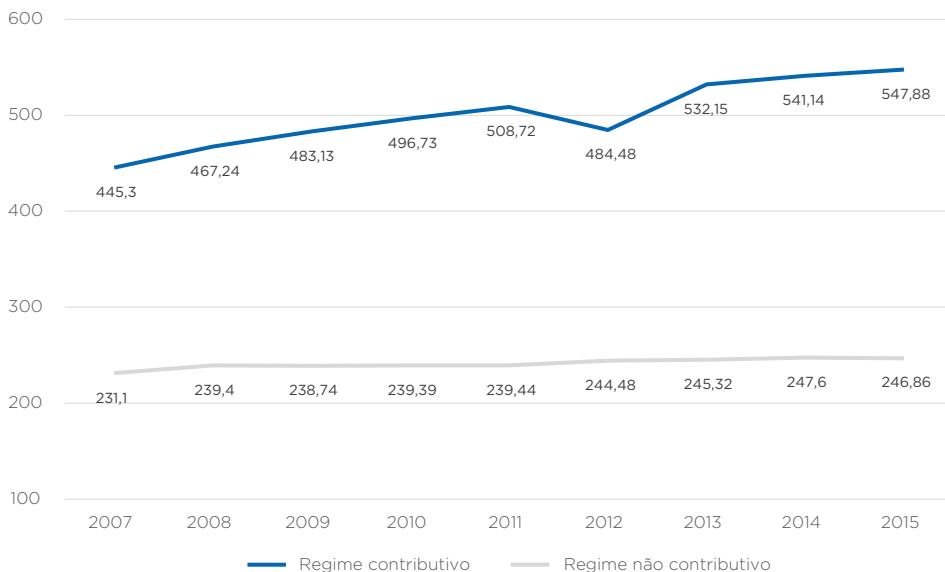
Mulher Centro Convívio

Verificam-se contudo diferenças significativas entre o regime contributivo e o regime não contributivo, não só em número de pensionistas como em montantes médios mensais. Em 2015, existiam em Cascais, 47.279 pensionistas inseridos no regime contributivo e 1.181 no regime não contributivo.

Os montantes médios evidenciam uma diferença significativa entre os dois regimes, e a sua evolução no tempo releva um aumento mais acentuado do regime contributivo (23% entre 2007 e 2015) face ao regime não contributivo (aumento de 6,8%).

Valor médio mensal das pensões no concelho de Cascais (€)

GEP, MTSSS

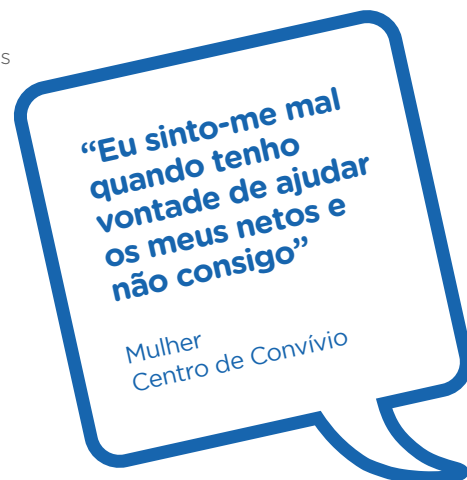
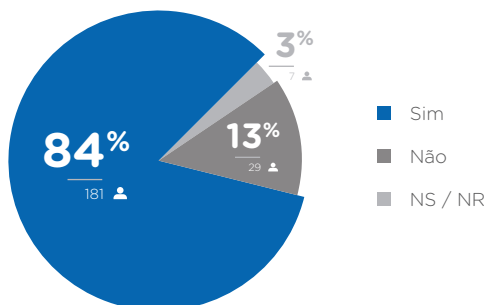


A quebra verificada em 2012 nos valores médios das pensões prende-se provavelmente com o período de crise económica verificada em Portugal. Procurou-se a este respeito saber junto dos munícipes se efetivamente a crise económica e financeira do país teve impactes negativos no rendimento dos seus agregados familiares.

Dos 217 inquiridos com mais de 65 anos, 83,4% responde afirmativamente.

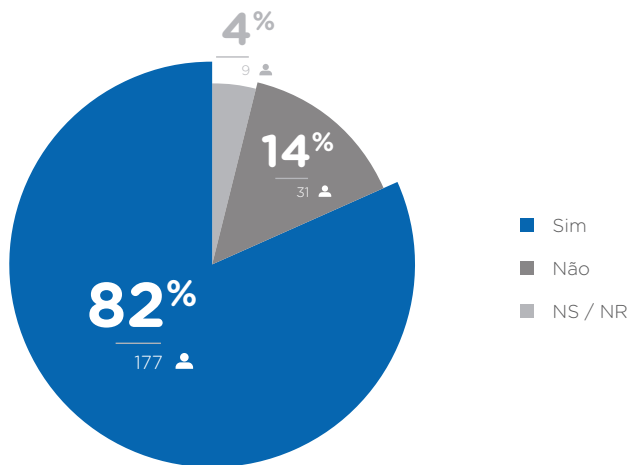
A crise económica e financeira do país teve impactes negativos no rendimento do meu agregado familiar?

Inquérito telefónico a munícipes. Respostas das pessoas com mais de 65 anos



O meu agregado familiar é autónomo do ponto de vista financeiro (o peso das despesas é suportável)

Inquérito telefónico a munícipes. Respostas das pessoas com mais de 65 anos



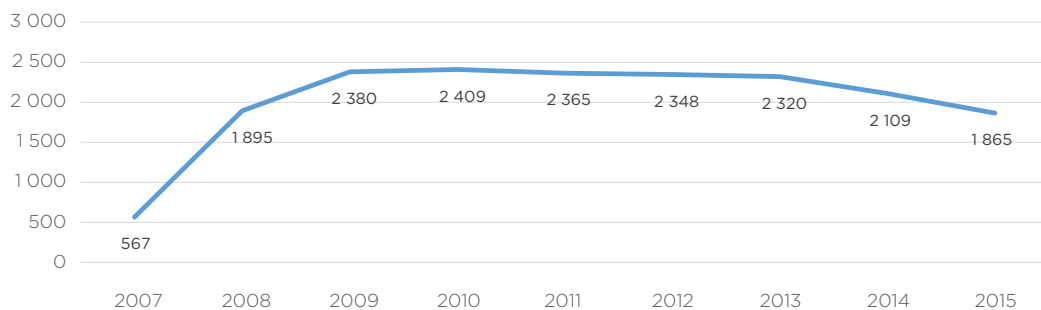
No que toca à dimensão da autonomia (financeira), apesar da maioria das pessoas com mais de 65 anos conseguir fazer face às despesas mensais, 14% deste grupo etário não consegue fazê-lo.

No âmbito da sessão *focus group* realizada com pessoas idosas, foi referida a existência de situações de instabilidade financeira nos agregados familiares de descendentes e que, nestes casos, os idosos são uma importante fonte de apoio financeiro e económico para os seus filhos e netos. Esta situação representa, em vários casos, uma sobrecarga dos orçamentos familiares mais débeis, o que, em situação limite, pode levar os idosos a procurar novas fontes de rendimento de modo a complementar os valores auferidos pelas suas reformas e pensões.

Uma das principais prestações sociais que visa compensar a situação de vulnerabilidade financeira das pessoas idosas é o Complemento Solidário para Idosos (CSI) que, no Concelho, abrangia, em 2015, 1865 pessoas, o valor mais baixo desde 2008.

Beneficiários com processamento de CSI (Nº), no concelho de Cascais

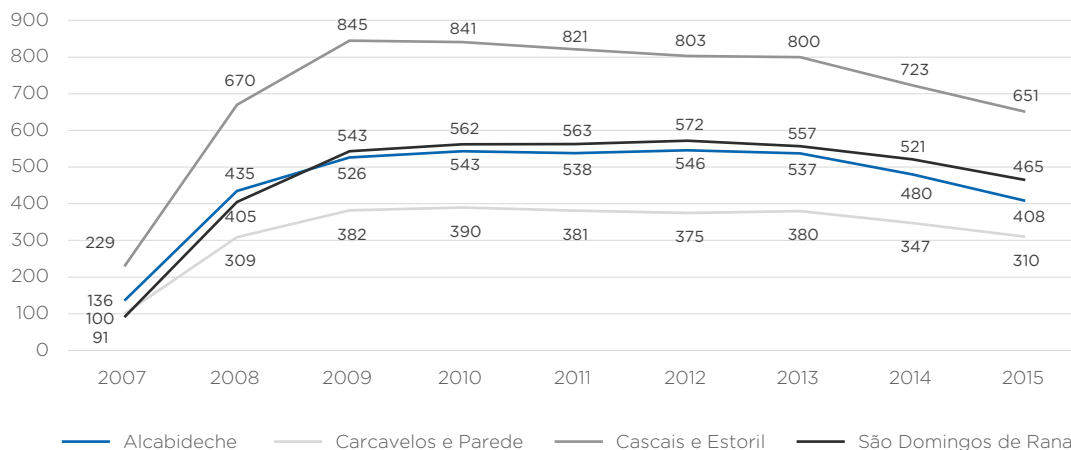
GEP/MTSS



A mesma tendência se verifica em todas as freguesias. Cascais-Estoril apresenta um valor mais elevado de beneficiários de CSI dado tratar-se da freguesia com maior número de pessoas com mais de 65 anos. A distribuição dos beneficiários de CSI pelas freguesias corresponde aliás à distribuição demográfica das pessoas idosas, à exceção da freguesia de Carcavelos Parede, onde residem um quarto dos idosos do concelho e (apenas) 16,6% dos beneficiários de CSI.

Beneficiários com processamento de CSI (Nº), por freguesia

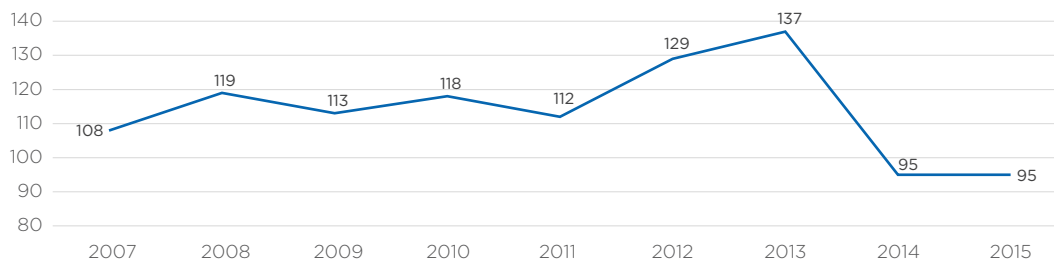
GEP/MTSS



Em termos de montantes, em 2015, o valor médio mensal de CSI foi de 95€, o valor também mais baixo desde 2007.

Valor médio mensal processado de CSI (€)

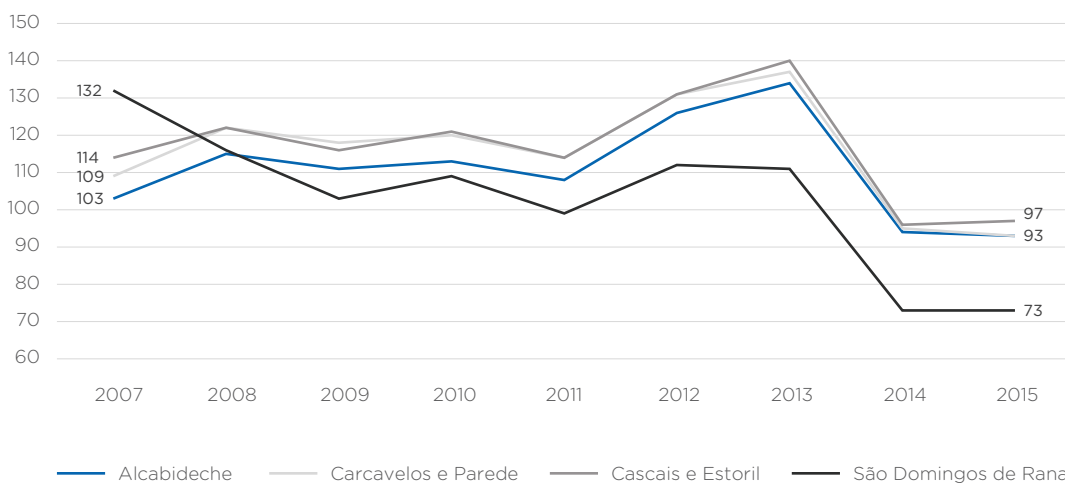
GEP, MTSS



A mesma tendência de diminuição se verifica ao nível das freguesias do concelho, não havendo discrepâncias significativas nos valores médios processados, à exceção de São Domingos de Rana que revela uma diminuição mais acentuada do valor médio (de 132€ em 2007 para 73€ em 2015), destacando-se como a freguesia com o valor médio mais baixo desde 2008 comparativamente às restantes freguesias.

Valor médio mensal processado de CSI (€), por freguesia

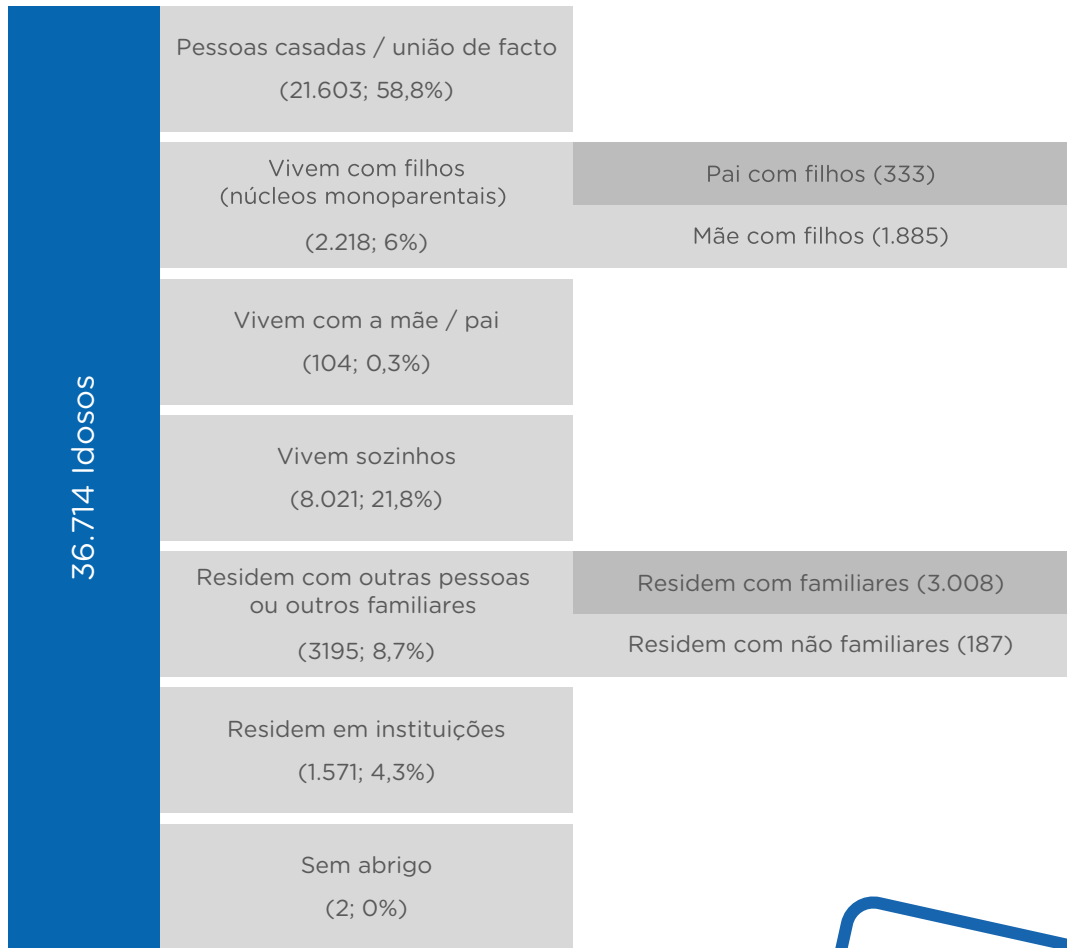
GEP/MTSS



13.5 Laços sociais e isolamento

Do total de pessoas com mais de 65 anos, a maioria vive em casal (58,8%) e 21,8% vive sozinha.

Fonte: INE, censos 2011



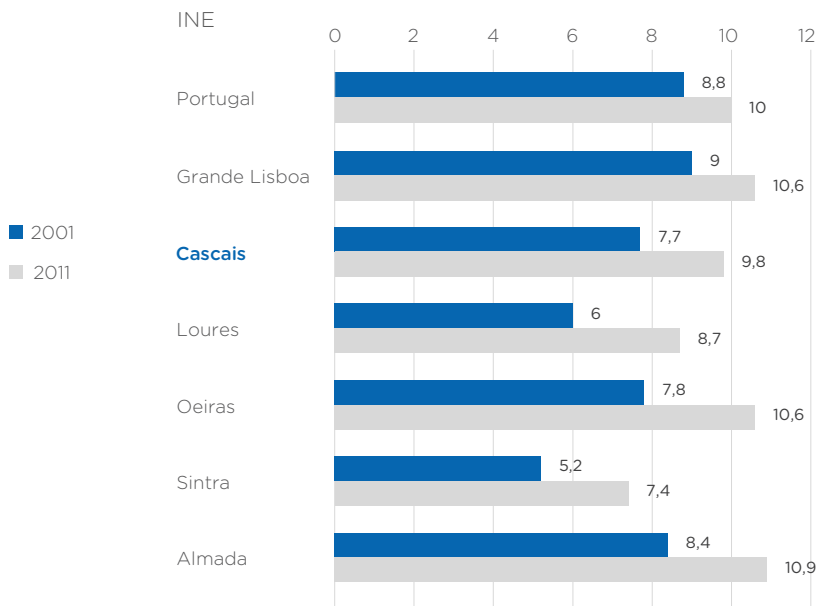
No último período intercensitário, verificou-se um aumento do peso de famílias unipessoais de pessoas com mais de 65 anos em todos os territórios em análise. Em 2011, 9,8% das famílias do concelho eram compostas por apenas uma pessoa com mais de 65 anos, valor ligeiramente mais baixo do que a Grande Lisboa e do que Portugal. As antigas freguesias de Parede e Estoril evidenciavam os valores mais elevados e superiores à média nacional e metropolitana.

**“Mal estar é viver
numa sociedade
com muitas
injustiças e muito
violenta”**

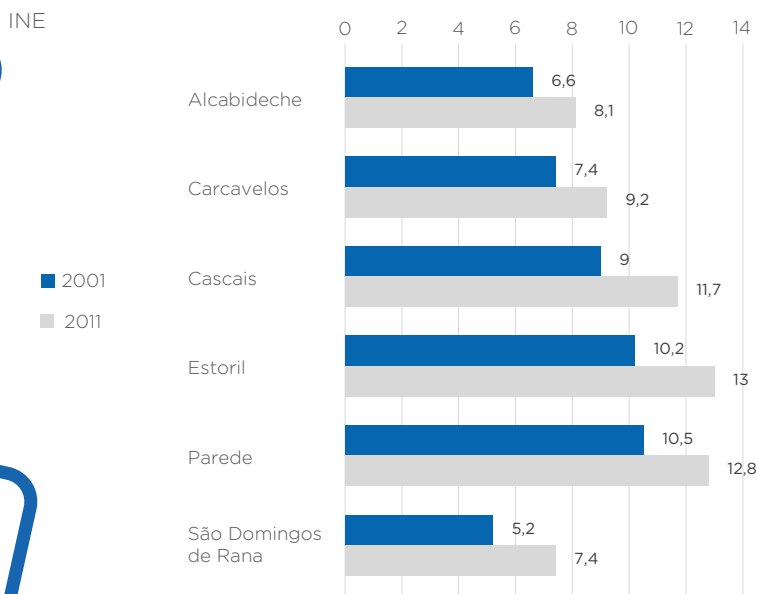
Voluntário/a
na área social

Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%) face ao total de famílias clássicas

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais



Proporção de famílias clássicas unipessoais de pessoas com 65 ou mais anos de idade (%) face ao total de famílias clássicas



“Bem estar é ter a companhia da família e amigos”

Utente Academia Senior

“Bem estar é ter contato com outras pessoas”

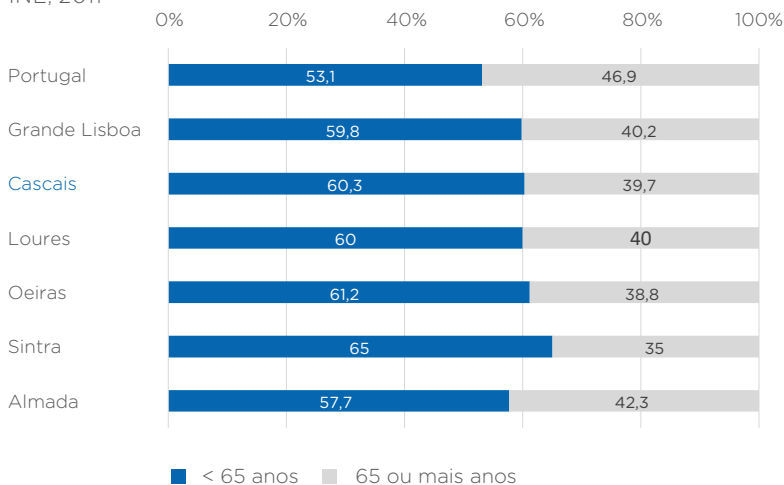
Utente Academia Senior

Analisando apenas as famílias unipessoais, verifica-se que, no concelho de Cascais, do total de pessoas que residem sozinhas (20.210), 40% (8.021) têm mais de 65 anos. Esta percentagem varia em função das freguesias de residência, com Cascais, Estoril e Parede a revelarem um peso mais elevado de pessoas idosas a viver sozinhas.

Famílias clássicas unipessoais (%)

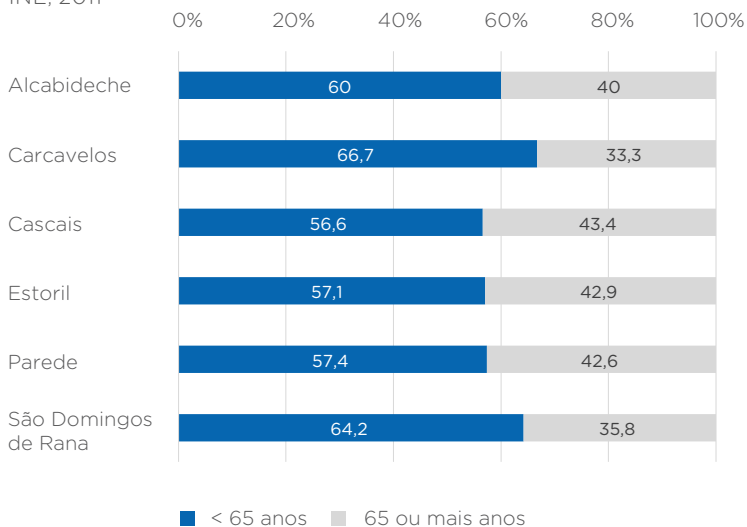
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE, 2011



Famílias clássicas unipessoais (%), Freguesias, concelho de Cascais

INE, 2011

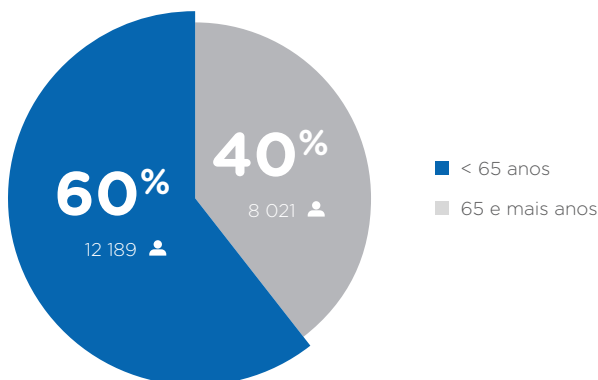


“Bem estar é estar com a minha família”
Homem, Centro de Convívio

“Bem estar é viver ao lado de bons vizinhos”
Mulher, Academia Sénior

Famílias clássicas unipessoais (Nº e %), Concelho de Cascais

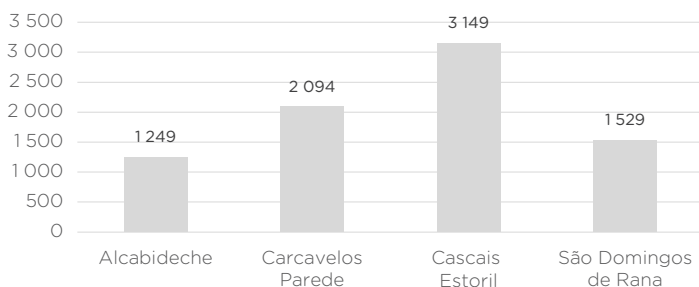
INE, 2011



Em termos absolutos, somando os quantitativos das atuais uniões de freguesia, verifica-se que Cascais Estoril (3.149) e Carcavelos Parede (2.094) reúnem um maior número de pessoas idosas a residir sozinhas, face a Alcabideche (1.249) e São Domingos de Rana (1.529).

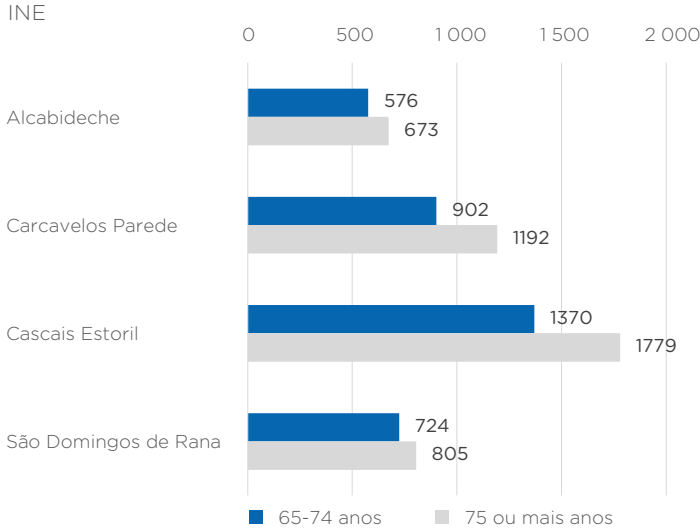
Nº de Famílias clássicas unipessoais com 65 ou mais anos, por freguesias

INE, 2011



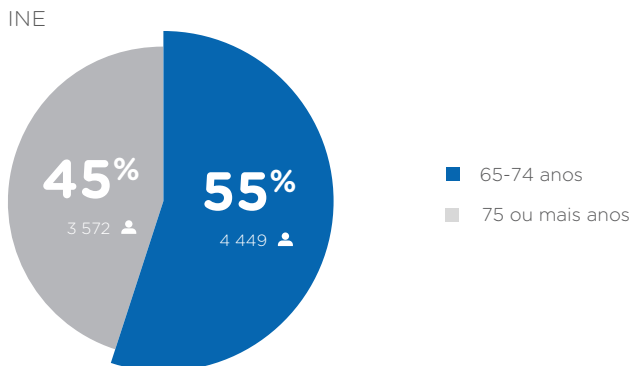
Analisando apenas as pessoas idosas que residem sozinhas e desagregando por faixas etárias, verifica-se que, em Cascais, a maioria destas pessoas tinha mais de 75 anos (4.449; 55%). Esta é uma realidade comum a todas as freguesias. Apenas na freguesia de Cascais Estoril, em 2011, residiam sozinhas 1.179 pessoas com 75 ou mais anos.

Nº de pessoas idosas a residir sozinhas por freguesia



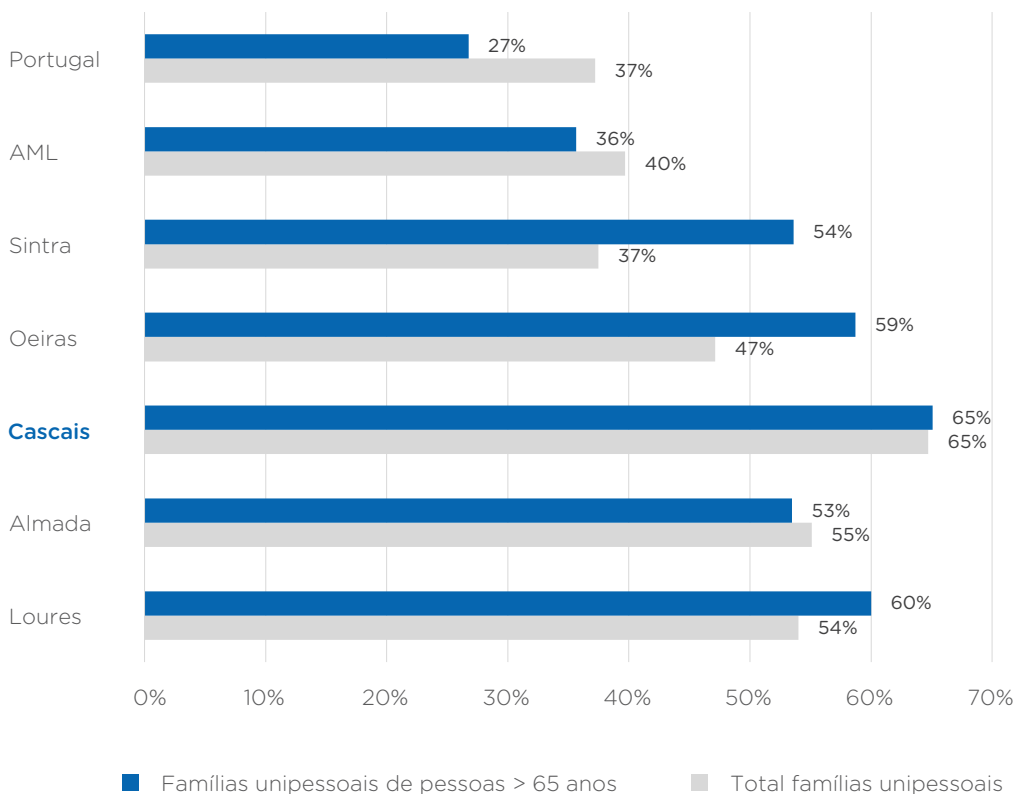
Também em termo absolutos, o número de pessoas idosas a residir sozinhas aumentou significativamente no último período intercensitário, tendo praticamente duplicado no Concelho de Cascais (4.859 em 2001 e 8.021 em 2011). Este crescimento ocorre num contexto generalizado de aumento das famílias unipessoais em todas as unidades territoriais e em Cascais, a taxa de crescimento das famílias unipessoais com mais de 65 anos entre 2001 e 2011 (65%) acompanhou a taxa de crescimento da totalidade das famílias unipessoais. Cascais é contudo a unidade territorial onde as famílias unipessoais mais aumentaram, incluindo as famílias compostas (apenas) por uma pessoa idosa.

Nº de pessoas idosas a residir sozinhas no concelho de Cascais



Taxa de crescimento de famílias unipessoais entre 2001 e 2011

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais



Com vista a aprofundar a intensidade dos laços sociais e familiares da população idosa, os munícipes foram inquiridos relativamente às formas de envolvimento (reais e percecionadas por terceiros) das pessoas idosas em diferentes contextos. Pedia-se assim aos inquiridos (com menos de 65 anos) que referissem se conheciam idosos que desempenhavam um conjunto de papéis na sociedade e pedia-se às pessoas com mais de 65 anos se efetivamente desempenhavam esses papéis. Verifica-se que 48% dos idosos ajuda a cuidar dos netos; 64% partilha conhecimento e experiência com os mais novos e 67% encontra-se regularmente com amigos. Curiosamente, a perceção das pessoas com menos de 65 anos é diferente sobretudo no que respeita ao papel dos idosos junto dos seus netos, com 64% a referir conhecer idosos que o fazem.

Idade dos inquiridos	Afirmação	Sim	Não	NS / NR
< 65 anos	Conheço idosos que ajudam a cuidar dos netos	63,5%	21%	15,5%
> 65 anos	Eu ajudo a cuidar dos meus netos	47,9%	45,2%	6,9%
< 65 anos	Conheço idosos que partilham conhecimento/experiência de vida aos mais novos	55,4%	33%	11,6%
> 65 anos	Eu partilho conhecimento/experiência de vida aos mais novos	63,6%	30,4%	6%
< 65 anos	Conheço idosos que se encontram regularmente com os(as) amigos(as)	65,7%	24,9%	3,2%
> 65 anos	Eu encontro-me regularmente com os(as) meus(inhas) amigos(as)	66,8%	30%	3,2%

A questão do papel dos/as avós no apoio a netos e a outros elementos familiares, foi também evidenciada no *focus group* realizado com munícipes com mais de 65 anos, tendo sido referido que alguns idosos constituem, em várias famílias, um dos principais pilares de apoio na harmonização da vida familiar e profissional, com uma intervenção importante em matéria de conciliação e apoio em atividades do quotidiano.

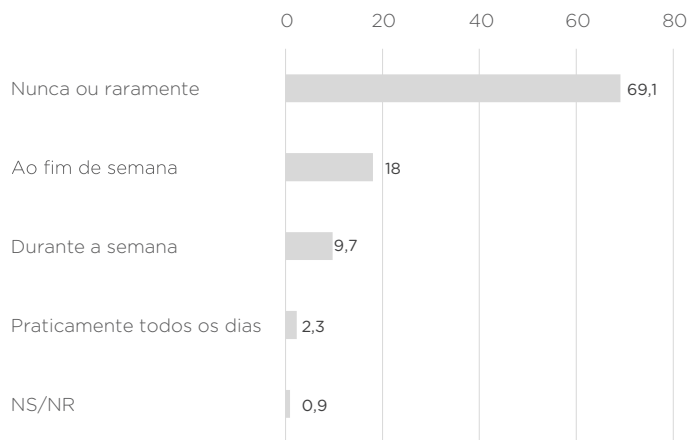
No inquérito telefónico a munícipes foi colocada uma questão sobre a regularidade da realização de atividades físicas, culturais e de lazer da população. Não sendo uma questão que visasse especificamente caracterizar a situação de isolamento de idosos, os resultados obtidos para a população com mais de 65 anos permite retirar algumas ilações.

Dois terços dos 217 idosos inquiridos nunca ou raramente usufrui de atividades físicas ou culturais, atividades essas que podem servir de estímulos à socialização, dado permitirem o contacto com outras pessoas e equipamentos culturais e desportivos. Refira-se ainda que, mais de um terço dos

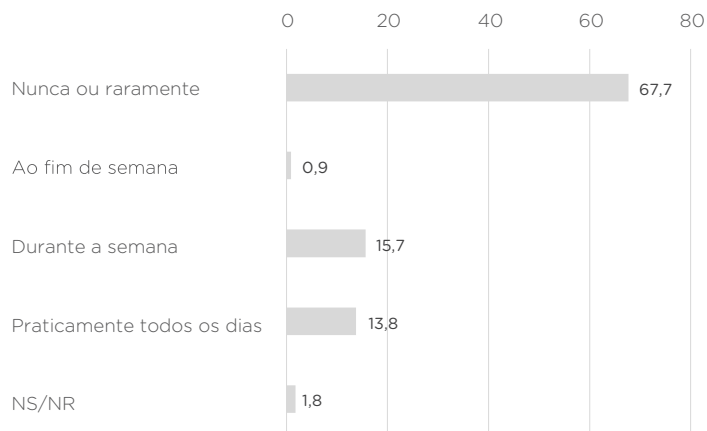
idosos (37,8%) refere também que nunca ou raramente usufrui de atividades de lazer (por exemplo, sair para estar com família e/ou amigos, jantar/almoçar fora).

Regularidade do usufruto de atividades culturais, físicas e de lazer por parte da população com 65 ou mais anos (%), inquérito a municípios, CEDRU

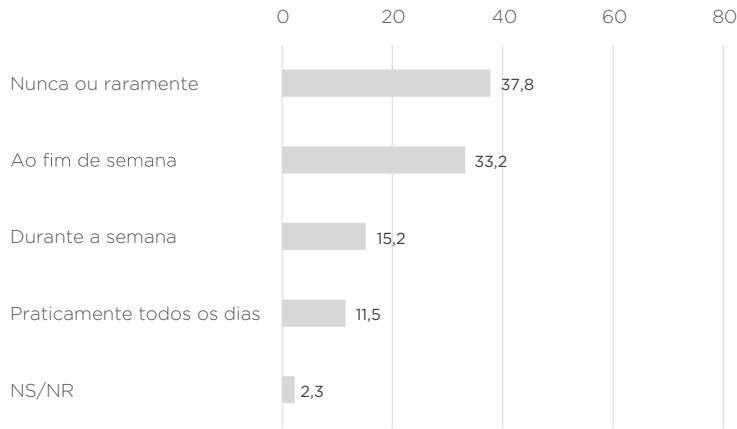
Atividades culturais (p.ex. Visitas a museus, exposições, equipamentos culturais), %



Atividades físicas

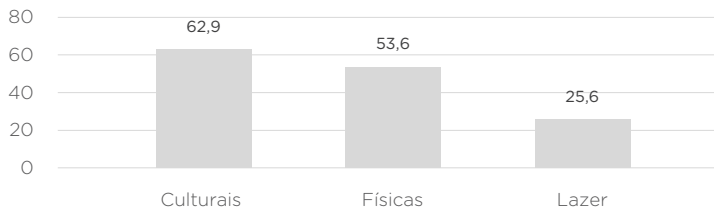


Atividades de lazer (p.ex. Sair para estar com família/amigos, jantar/almoçar fora), %



Refira-se que os valores obtidos para as pessoas com mais de 65 anos que nunca ou raramente realiza este tipo de atividades são significativamente mais elevados do que os valores verificados para a generalidade da população do concelho de Cascais.

Percentagem de pessoas (população total) que nunca ou raramente realizam determinado tipo de atividades:



As situações de isolamento refletem-se também na utilização que a população idosa faz (ou não) dos espaços públicos. O inquérito aplicado a munícipes do concelho continha uma questão sobre a frequência de determinados locais. Verificase que a população idosa, em comparação com a média da população em geral, frequenta menos os espaços públicos elencados, à exceção das zonas de comércio tradicional, onde os valores são idênticos. Mais de metade das pessoas

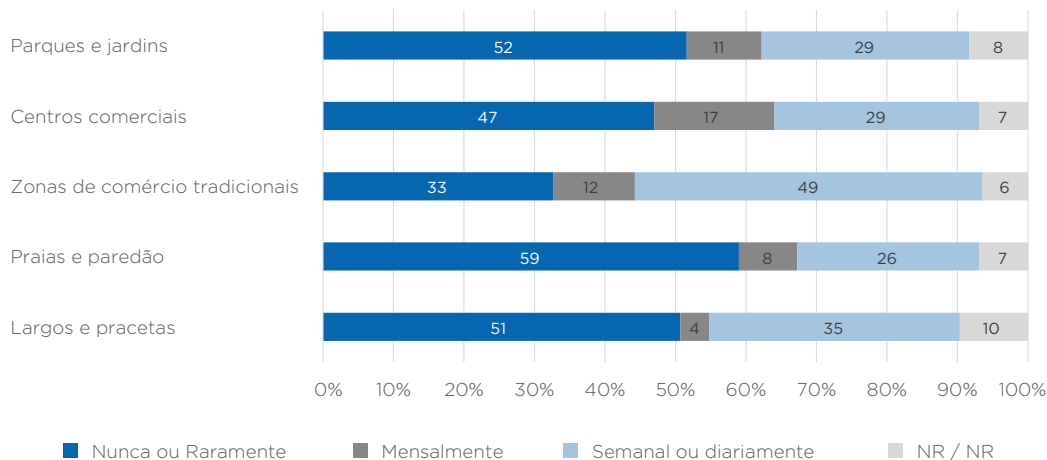
“Bem estar é a construção de espaços verdes, limpos, vigiados, com vida cultural”

Mulher,
Academia Sénior

com 65 ou mais anos não frequenta parques nem jardins (52%) nem largos e pracetas (51%). Quase metade dos idosos (47%) não frequenta centros comerciais (espaços frequentados por 63% da população em geral), 59% não vai à praia e apenas 34% o faz de regularmente ou uma vez por mês.

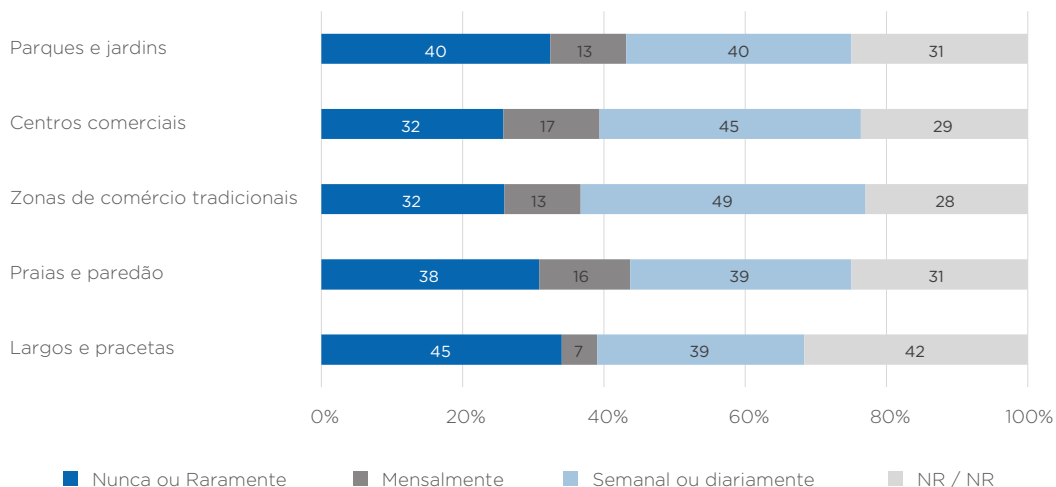
Regularidade de frequência de determinados espaços públicos (%)

Inquérito a munícipes (respostas dos inquiridos com 65 e mais anos)



Regularidade de frequência de determinados espaços públicos (%)

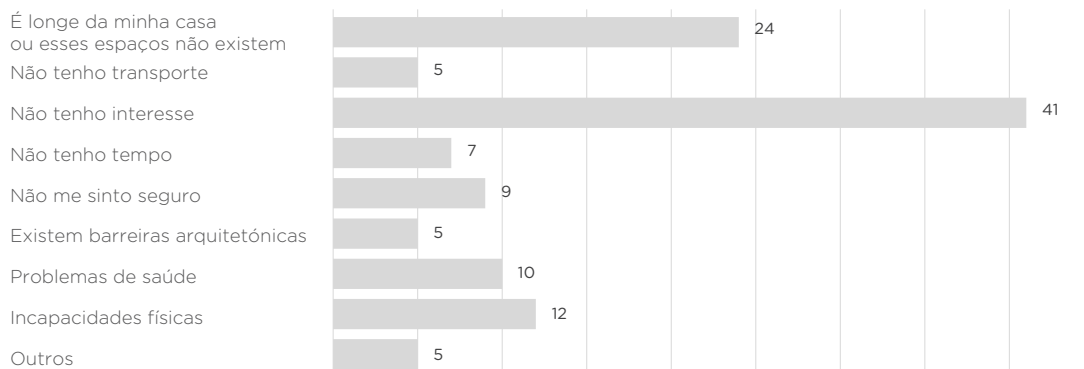
Inquérito a munícipes (respostas da totalidade dos inquiridos)



Dentro do universo de inquiridos que afirmaram não frequentar os espaços públicos, relativamente aos motivos da não frequências destes espaços, a maioria dos idosos não tem interesse ou esses espaços simplesmente não existem nas suas zonas de residência. Para além dos motivos elencados no inquérito, 10 inquiridos acrescentaram não frequentar estes espaços por motivos de saúde e 12 por incapacidade física.

Principais motivos para a não frequência de determinados espaços públicos (Nº)

Inquérito a munícipes (respostas dos inquiridos com 65 e mais anos)

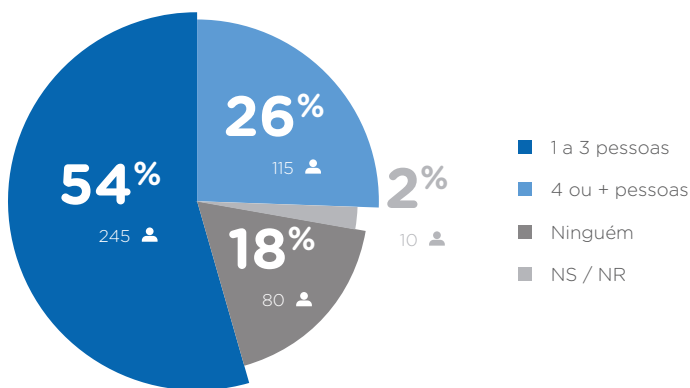


Um dado complementar que permite analisar os laços sociais da população idosa resulta de uma questão colocada no inquérito a munícipes onde se perguntava: “Quando sinto necessidade de partilhar questões da minha vida privada posso conversar com...”. Os resultados a esta questão mostram que a grande maioria dos munícipes tem relações interpessoais estabelecidas e pessoas a quem confiam questões da vida privada. Contudo, 18% da população refere não ter ninguém com quem partilhar essas questões.

Efetuando uma análise etária das respostas, verifica-se que **perto de um quarto dos idosos (24,4%) afirma não ter ninguém com quem partilhar questões da vida privada**, valor que se situa nos 12,6% no caso dos adultos e de 8% no caso dos jovens (dos 18 aos 25 anos).

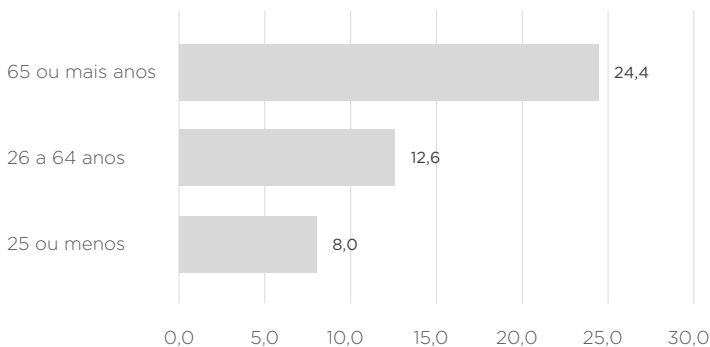
“Quando sinto necessidade de partilhar questões da minha vida privada posso conversar com...”, (Nº e %)

Inquérito a Municípes, 2016, CEDRU



Peso das respostas “ninguém” por grupo etário, (%)

Inquérito a Municípes, 2016, CEDRU



“Mal estar é ausência de relações interpessoais”

Voluntário/a na área social

No âmbito do inquérito aos atores locais, as instituições cujo objeto de trabalho envolvia idosos foram questionados sobre as iniciativas que desenvolvem com o objetivo de apoiar pessoas idosas em situação de isolamento. Responderam a esta questão 34 entidades que identificaram 45 medidas, agrupadas em 7 tipologias.

As atividades dedicadas ao lazer e à socialização são as mais frequentemente utilizadas, como por exemplo eventos de convívio e confraternização, passeios, colónias de férias e outras atividades de socialização.

“Bem estar é ter bons amigos”

Mulher, Academia Sénior

A existência e o aproveitamento de estruturas próprias enquanto formas de combate à solidão é também frequentemente considerada pelas entidades. A este respeito, os centros comunitários, os centros de dia e outros espaços de convívio e de promoção do envelhecimento ativo são medidas apontadas por nove entidades, através da disponibilização do espaço para a realização de atividades de tipologia variada.

As visitas e o apoio domiciliário são também sinalizadas pelas entidades locais, constituindo um importante apoio para idosos com mobilidade reduzida e reduzida autonomia. Nesta tipologia, estão enquadradas medidas como as visitas domiciliárias regulares, apoio na realização de higiene e tarefas domésticas, bem como a confeção e entrega de refeições.

Na categoria de projetos específicos, inserem-se iniciativas concretas como por exemplo, “Sementes de Esperança”, “Próxima e Só”, “Tem Companhia”, serviços de apoio 24h por dia e teleassistência, assim como projetos relacionados com o voluntariado dedicado a idosos e levantamento de pessoas idosas que residem sós.

Medidas desenvolvidas para apoiar idosos que vivem sós, (Nº), Inquérito às Organizações

CEDRU, 2016



“Bem estar é frequentar o centro de convívio da Associação”

Homem,
Centro de Convívio

“Bem estar é para mim ter os amigos que tenho neste centro”

Homem,
Centro de Convívio

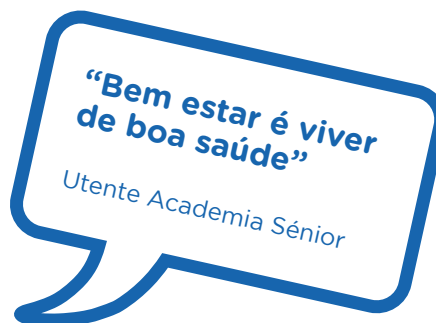
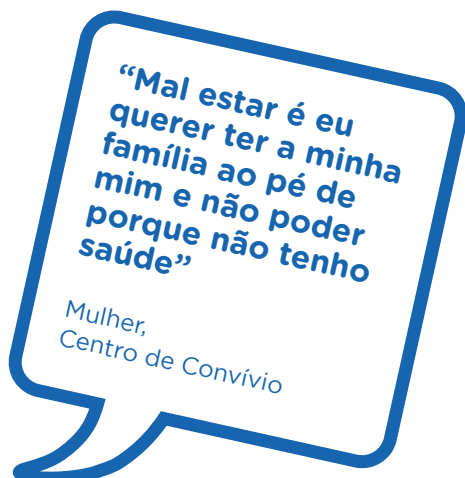
A categoria dos contatos personalizados está relacionada com o trabalho de equipas técnicas que contactam não apenas com os idosos em situação de risco de isolamento, mas também com as suas famílias, vizinhos, pessoas relevantes e associações ou entidades com responsabilidades nesta matéria, no sentido de articular uma estratégia de acompanhamento que permita garantir uma rede imediata de apoio ao idoso em caso de necessidade.

A disponibilização de serviços de transporte está relacionado com a disponibilização de transporte de modo a proporcionar o acesso e a frequência de infraestruturas relevantes, como os Centros Comunitários e de Dia.

Na categoria “outras”, foram enquadradas cinco medidas que, pela descrição realizada pelas entidades, cobrem várias valências, traduzindo-se num apoio generalista e multidimensional.

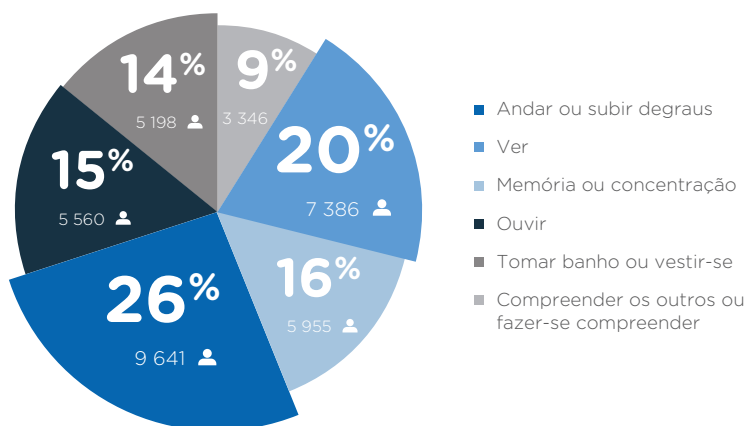
13.6 Incapacidades e acessibilidades

De acordo com os Censos de 2011, a principal dificuldade que afeta a população idosa do concelho prende-se com a mobilidade: mais de um quarto das pessoas com 65 ou mais anos tem muita dificuldade (ou não consegue) andar ou subir degraus. Seguiam-se em peso percetual as incapacidades de visão (20% tem muita dificuldade ou não consegue ver), de memória ou concentração (16%), de audição (15%), tomar banho ou vestir-se sozinho (14%) e de compreender os outros ou fazer-se compreender (9%).



Pessoas com 65 e mais anos que não conseguem ou têm muita dificuldade em realizar determinadas ações, (Nº e %) (face ao total de idosos), Concelho de Cascais

INE, censos 2011



Uma análise por freguesias evidencia algumas diferenças intraconcelhias. Apesar das dificuldades de mobilidade (andar ou subir degraus) serem as mais frequentes na população idosa, seguindo um padrão semelhante ao concelhio, verifica-se que nas freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana há um maior peso de idosos com muita dificuldade ou mesmo incapacidade de realizar determinadas ações do que nas freguesias de Carcavelos-Parede e Cascais-Estoril. Refira-se a título de exemplo que em Alcabideche e São Domingos de Rana cerca de 30% dos idosos não consegue ou tem muita dificuldade em andar ou subir degraus, sendo que esta incapacidade afeta “apenas” cerca de 23% dos idosos das uniões de freguesia.

Uma leitura comparativa, em termos absolutos, mostra que é na freguesia de Cascais-Estoril que reside um maior número de idosos com incapacidades. Este dado é expectável, na medida em que esta é também freguesia do concelho onde residem mais pessoas com 65 ou mais anos (12.899). Contudo, apesar de Carcavelos Parede ser a segunda freguesia com mais idosos no concelho (9.037), São domingos de Rana a terceira (8.135) e Alcabideche a quarta (6.643), o número

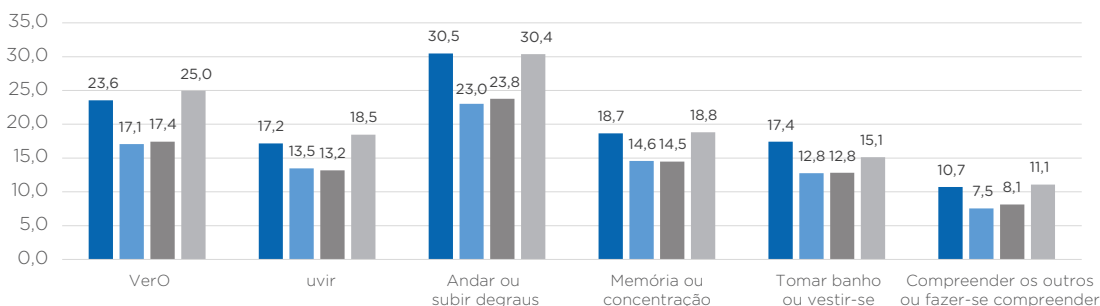
“Bem estar é viver sem pesar a terceiros”

Utente Academia Sénior

de idosos com incapacidades são aproximados nos casos de Alcabideche e Carcavelos Parede, evidenciando São Domingos de Rana valores significativamente mais elevados do que estas duas freguesias.

Pessoas com 65 e mais anos que não conseguem ou têm muita dificuldade em realizar determinadas ações, (%) (face ao total de idosos de cada freguesia)

INE, Censos 2011



Pessoas com 65 e mais anos que não conseguem ou têm muita dificuldade em realizar determinadas ações, (Nº)

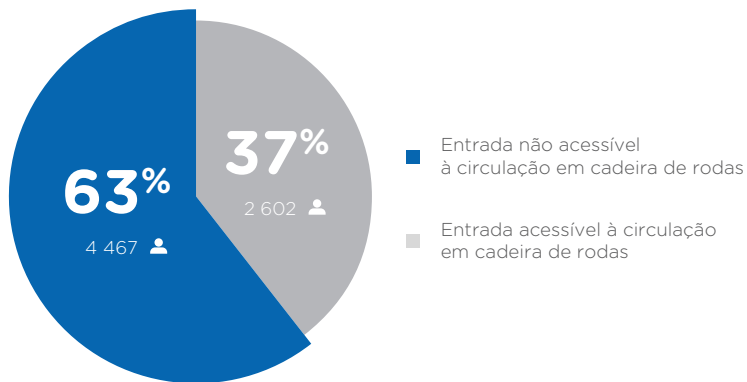
INE, Censos 2011

	Alcabideche	Carcavelos Parede	Cascais Estoril	São Domingos de Rana
Ver	1 565	1 542	2 248	2 031
Ouvir	1 141	1 217	1 699	1 503
Andar ou subir degraus	2 024	2 082	3 064	2 471
Memória ou concentração	1 239	1 317	1 868	1 531
Compreender os outros ou fazer-se compreender	1 157	1 154	1 656	1 231
Tomar banho ou vestir-se	713	681	1 051	901

4.467 idosos com pelo menos uma dificuldade residem em alojamentos não acessíveis à circulação em cadeira de rodas e 4.753 em edifícios sem elevador.

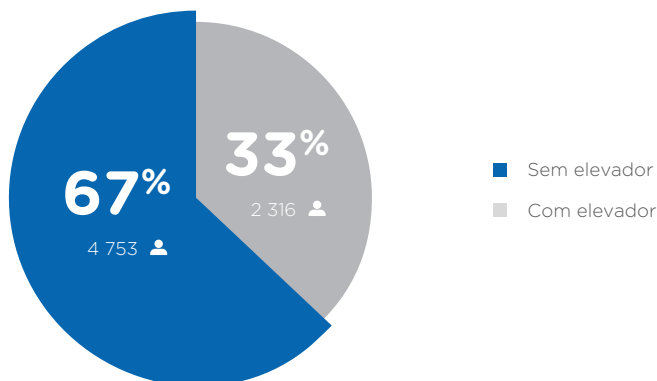
População residente com 65 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por acessibilidade, Cascais

INE, Censos 2011



População residente com 65 e mais anos de idade com pelo menos uma dificuldade a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por existência de elevador, Cascais

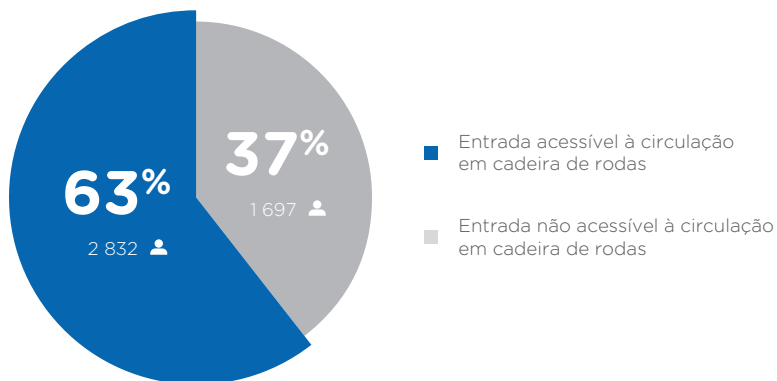
INE, Censos 2011



Analisando apenas as pessoas idosas com muita dificuldade ou incapacidade em andar ou subir degraus, 2.832 pessoas nestas condições reside em alojamentos cuja entrada não é acessível à circulação em cadeira de rodas e 3.003 em edifícios sem elevador.

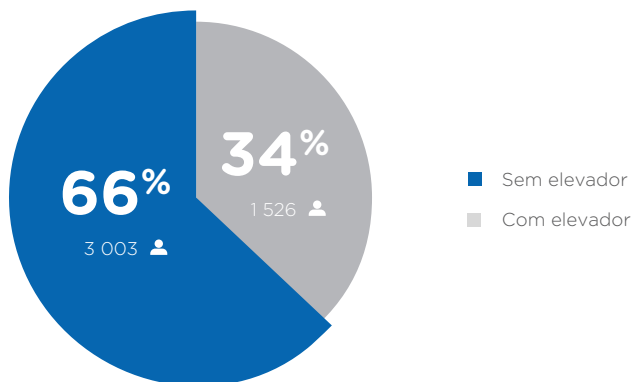
População residente com 65 e mais anos de idade com muita dificuldade ou incapacidade em andar ou subir degraus a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por acessibilidade, Cascais

INE, Censos 2011



População residente com 65 e mais anos de idade com muita dificuldade ou incapacidade em andar ou subir degraus a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por existência de elevador, Cascais

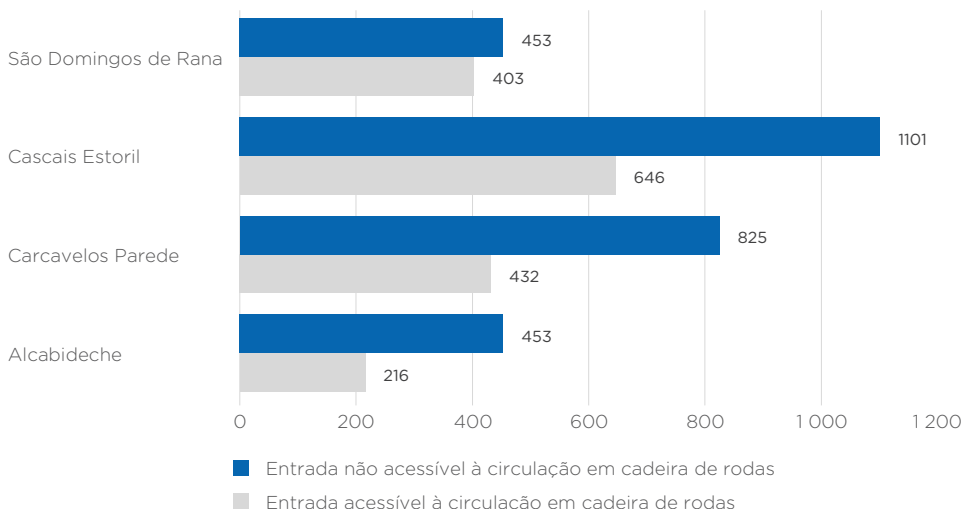
INE



Uma análise por freguesias revela que é na freguesia de Cascais Estoril que residem mais pessoas idosas que têm muita dificuldade ou não conseguem andar ou subir degraus a viver em prédios sem entradas acessíveis à circulação em cadeira de rodas, bem como em prédios sem elevador.

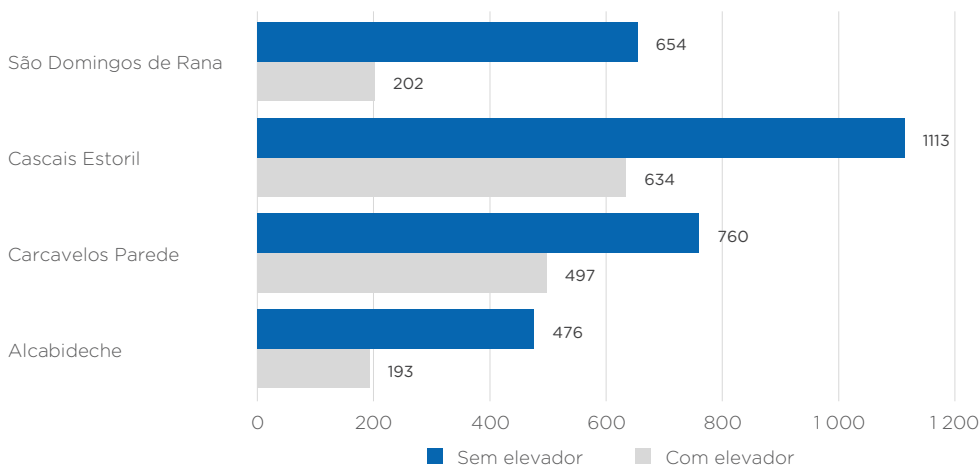
População residente com 65 e mais anos de idade com muita dificuldade ou incapacidade em andar ou subir degraus a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por acessibilidade

INE, Censos 2011



População residente com 65 e mais anos de idade com muita dificuldade ou incapacidade em andar ou subir degraus a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por acessibilidade

INE, Censos 2011



13.7 Participação e cidadania

A população de Cascais foi inquirida relativamente às formas de envolvimento das pessoas idosas em diferentes contextos, nomeadamente no que toca ao associativismo e à vida social, recreativa e cultural do Concelho. Pedia-se assim às pessoas (com menos de 65 anos) que referissem se conheciam idosos que desempenhavam um conjunto de papéis na sociedade e pedia-se às pessoas com mais de 65 anos se efetivamente desempenhavam esses papéis.

Verifica-se que, no que toca à participação cívica e cultural, 31% dos munícipes com menos de 65 anos refere conhecer idosos que participam em movimentos associativos e 19% dos idosos inquiridos respondeu afirmativamente. Com valores mais expressivos, 47% dos munícipes refere conhecer idosos que participam na vida social, cultural ou recreativa do concelho e quinto dos idosos inquiridos considera efetivamente desempenhar este papel na sociedade.

Idade dos inquiridos	Afirmação	Sim	Não	NS / NR
< 65 anos	Conheço idosos que participam num movimento associativo local enquanto associados e/ou dirigentes	30,9%	59,2%	9,9%
> 65 anos	Eu participo num movimento associativo local enquanto associado e/ou dirigente	18,9%	76,5%	4,6%
< 65 anos	Conheço idosos que participam na vida social, cultural ou recreativa do concelho	46,8%	42,5%	10,7%
> 65 anos	Eu participo na vida social, cultural ou recreativa do concelho	24,9%	69,6%	5,5%

Complementarmente ao inquérito à população, questionaram-se também os atores locais que trabalham com população idosa relativamente às formas de participação e de envolvimento dos idosos em vários tipos de atividades. Note-se que as não respostas e as respostas em branco assumem uma proporção relevante, o que indicia um aparente desconhecimento de cerca de metade destas organizações sobre a matéria em análise.

De acordo com a percepção dos atores locais, o ativismo e a participação política são as práticas menos frequentes por parte das pessoas idosas que, em contrapartida, se dedicarão mais ao associativismo local e voluntariado.

Número de organizações que caracterizaram as formas de envolvimento dos idosos (Nº e %)

Inquérito às organizações, 2016

Atendendo ao universo de idosos que a entidade abrange, indique quantos:	Nenhum	Poucos	Muitos / A maioria	NS / NR / Em branco
Participam em partidos políticos	16 (30,8%)	9 (17,3%)	0 (0%)	27 (51,9%)
Participam em associações locais (desportivas, culturais, recreativas, etc.)	6 (11,5%)	17 (32,7%)	5 (9,6%)	24 (46,2%)
Constituíram e participam em associações locais e/ou de seniores	9 (17,3%)	15 (28,8%)	4 (7,7%)	24 (46,2%)
Participam em iniciativas de voluntariado	10 (19,2%)	14 (26,9%)	6 (11,5%)	22 (42,3%)
Participam em iniciativas de ativismo social, ambiental, etc.	14 (26,9%)	8 (15,4%)	3 (5,8%)	27 (51,9%)

14. Mulheres

14.1 Perfil demográfico

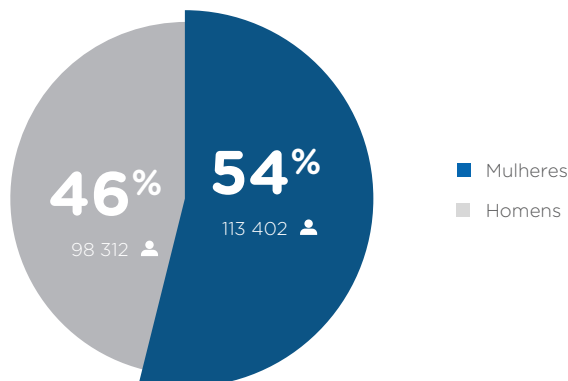
Estima-se que residiam no Concelho de Cascais 211.714 pessoas em 2017, das quais 54% são do sexo feminino.

Em 2011 verificavam-se algumas diferenças entre freguesias, com as freguesias menos envelhecidas (Alcabideche e São Domingos de Rana) a evidenciar um menor peso percentual de mulheres face a Carcavelos Parede e Cascais Estoril.

População residente em 2017

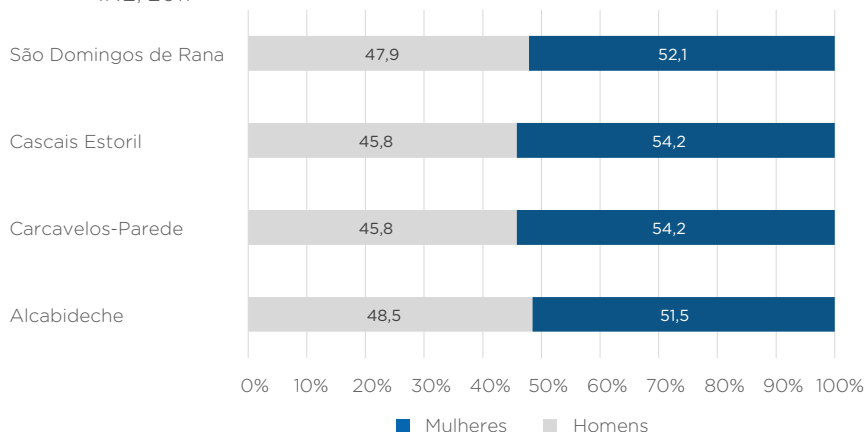
Estimativas para o Concelho de Cascais, INE

“Os meus filhos fizeram o que eu queria e não consegui, ou seja, um curso superior”
Mulher, deficiência motora



População residente por sexo (%) e freguesia

INE, 2011

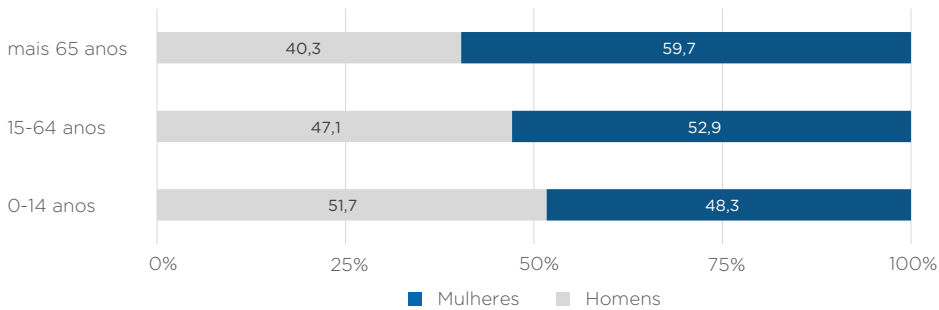


Verificam-se diferenças significativas entre grupos etários no que respeito ao peso de homens e mulheres. Se na faixa etária dos 0 aos 14 anos, há mais rapazes que raparigas, esta tendência inverte-se ao longo das faixas etárias com as mulheres a representar 59,7% do total de pessoas com mais de 65 anos.

Analisando apenas as pessoas com mais de 65 anos, verifica-se que à medida que se avança na idade, maior é o peso das mulheres, atingindo 70% das pessoas com 85 e mais anos.

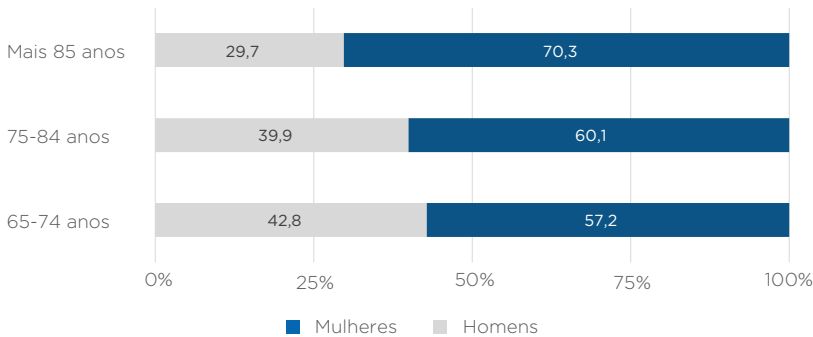
População residente em 2017 por sexo e por grandes grupos etários (%)

Estimativas para o Concelho de Cascais, INE



População residente em 2017 com mais de 65 anos por sexo e grupos etários (%)

Estimativas para o Concelho de Cascais, INE



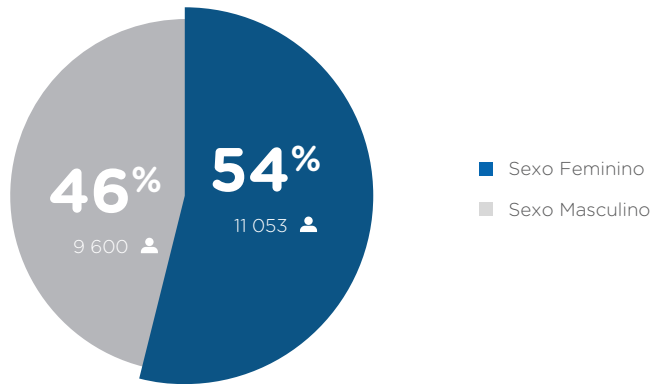
Um outro indicador que dá conta da relação entre o número de homens e mulheres no município é a “relação de masculinidade” que quantifica o nº de homens para cada 100 mulheres residentes num dado território. Cascais apresenta um dos valores mais baixos dos territórios em comparação com apenas 86,8 homens para cada 100 mulheres.

“Bem estar é ter a saúde necessária para continuar cá por mais uns anos”
 Mulher, Deficiência intelectual

Como visto também na área das pessoas imigrantes, a imigração em Cascais é mais feminina que masculina: 54% dos estrangeiros com estatuto legal são mulheres.

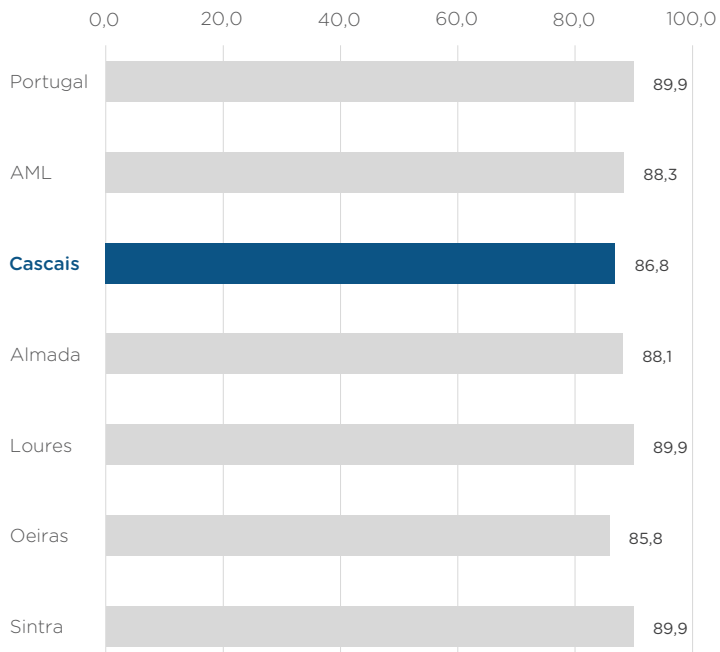
Estrangeiros com estatuto legal de residente por sexo (Nº e %), Concelho de Cascais

Fonte: INE | SEF/MAI; PORDATA, 2016



Relação de masculinidade em 2017

INE - Estimativas Anuais da População Residente; PORDATA

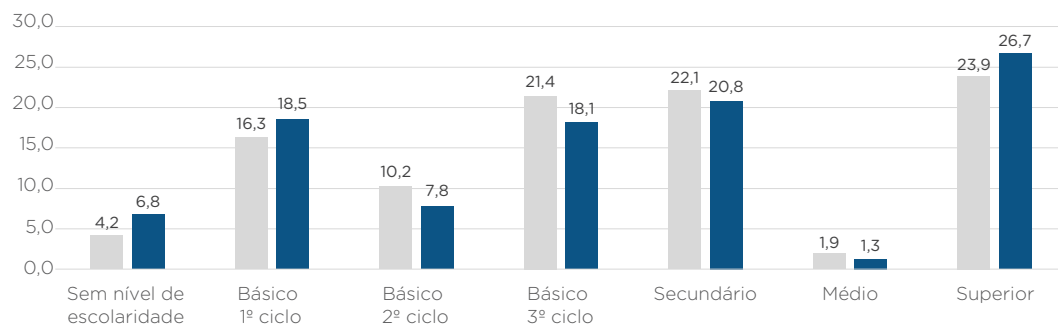


14.2 Níveis de ensino

Comparando os níveis de escolaridade de homens e mulheres, verifica-se que, em 2011, as mulheres eram maioritárias nos níveis extremos de escolaridade: 6,8% das mulheres não tinha qualquer nível de escolaridade (face a 4,2% dos homens); 18,5% das mulheres tinha completado o 1º ciclo do ensino básico (face a 16,3% dos homens) e 26,7% das mulheres tinha concluído o ensino superior (face a 23,9% dos homens).

População residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo mais elevado segundo os Censos (%)

2011, Concelho de Cascais, INE, PORDATA

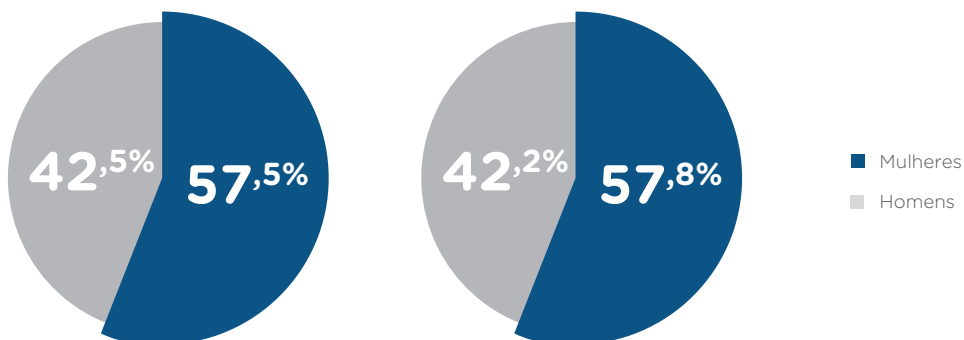


População residente sem nenhum nível de ensino (%) por sexo

Censos 2011, INE (adaptado) - (gráfico esquerdo)

População residente com ensino superior completo (%) por sexo

Censos 2011, INE (adaptado) - (gráfico direito)



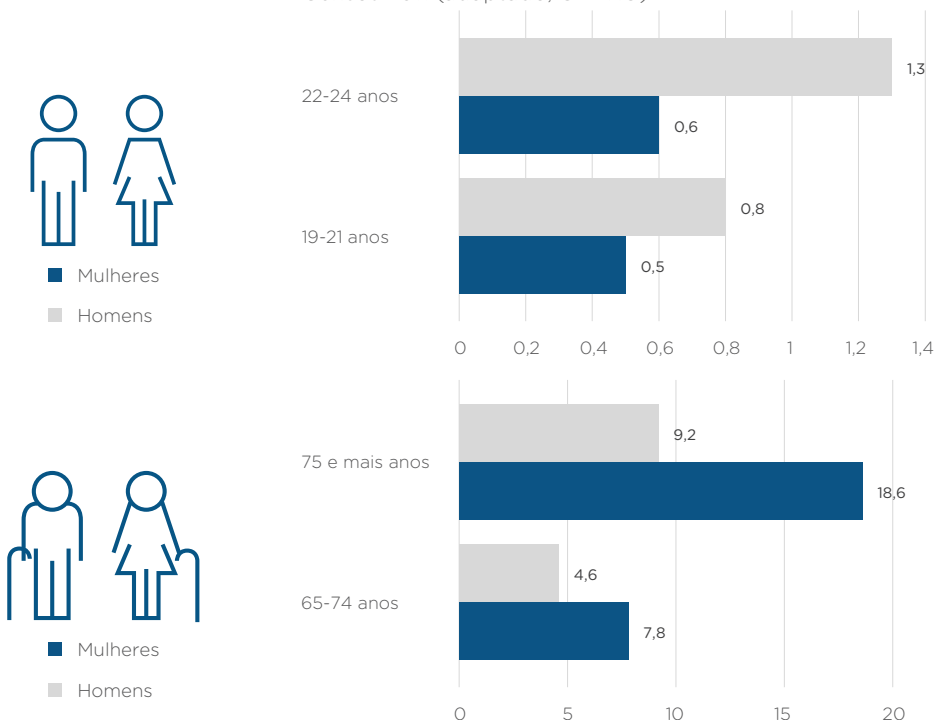
Analisando apenas os extremos dos níveis de escolaridade, do total de pessoas sem nenhum nível de ensino, 57,5% são mulheres e do total de pessoas com o ensino superior completo, 57,8% são também mulheres.

Efetuada uma análise mais fina por grupos etários, ficam evidentes as mudanças geracionais em termos de qualificação de homens e mulheres. Se olharmos apenas para as mulheres entre os 65 e 74 anos, 7,8% não tinha qualquer nível de ensino, face a 4,6% dos homens da mesma faixa etária. No grupo etário das pessoas mais idosas (com 75 ou mais anos), as diferenças de género são ainda mais marcantes, com 18,6% das mulheres sem qualquer nível de ensino face a 9,2% dos homens.

Já nos grupos etários mais jovens (entre os 19 e os 24 anos), apesar de se tratar de uma realidade reduzida, mas que merece menção pela sua gravidade, há mais rapazes que raparigas sem qualquer nível de ensino: 1,3% dos homens entre os 22 e 24 anos não tem qualquer nível de ensino, face a 0,6% de mulheres na mesma faixa etária.

Pessoas sem qualquer nível de ensino (%)

Censos 2011 (adaptado, CEDRU)



Ao nível do ensino superior, verificam-se as mesmas diferenças geracionais. Apenas 3,3% das mulheres com 75 ou mais anos têm uma licenciatura, face a 11,7% dos homens da mesma faixa etária.

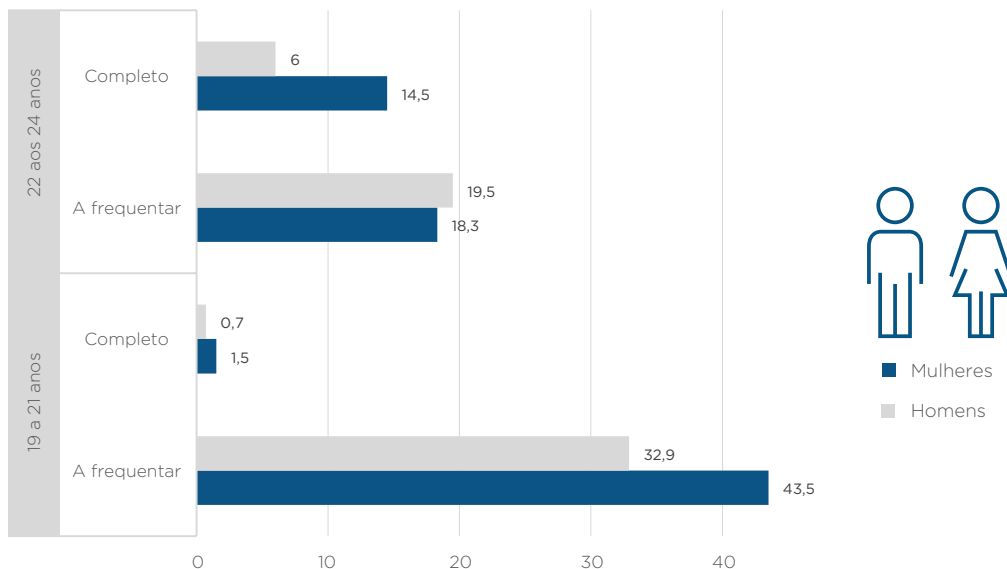
Contudo, a diferença geracional entre as mulheres com mais de 75 anos e as mulheres da faixa etária anterior (65 a 74 anos) é já significativa, duplicando percentualmente o peso de mulheres licenciadas (6,9%). No caso dos homens, em ambas as faixas etárias, o peso de homens licenciados é idêntico.

A relação de género inverte-se quando analisamos as faixas etárias mais jovens, verificando-se que 43,5% das raparigas entre os 19 e os 21 anos frequenta uma licenciatura, face a menos de um terço dos rapazes da mesma faixa etária (32,9%). Complementarmente, 14,5% das raparigas entre os 22 e os 24 anos tinham já completado uma licenciatura face a apenas 6% dos rapazes.

Um dado adicional confirma a maior qualificação das jovens mulheres: um terço das mulheres (33,6%) entre os 25 e os 34 anos tinha, em 2011, uma licenciatura, face a 20,5% dos homens da mesma faixa etária.

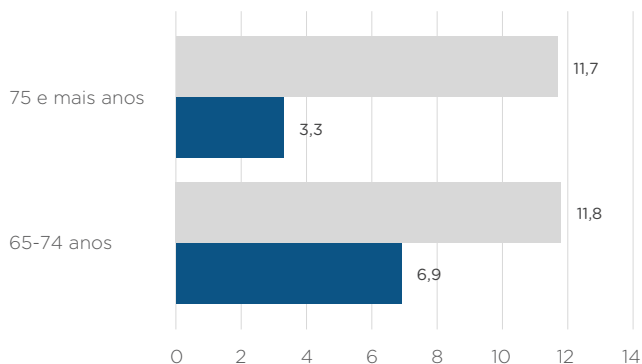
Pessoas com licenciatura (%)

Censos 2011 (adaptado, CEDRU)





■ Mulheres
■ Homens



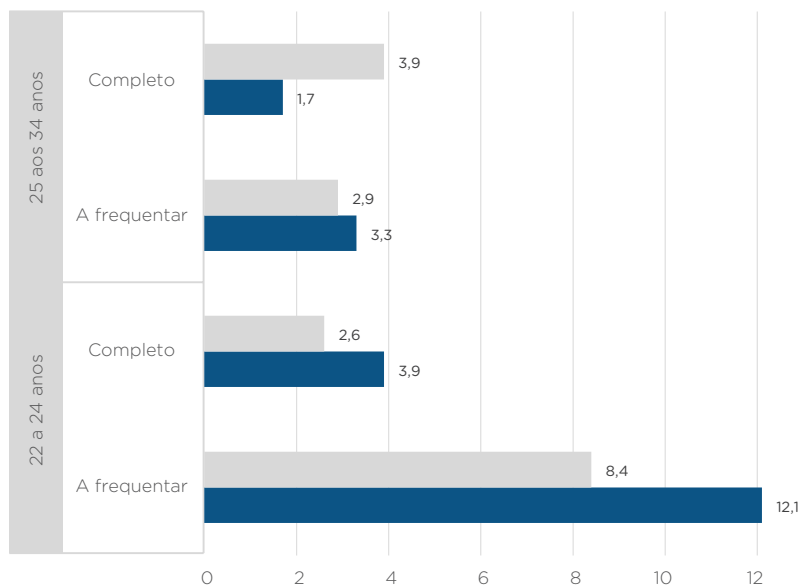
O mesmo se verifica para os níveis de ensino seguintes, verificando-se um maior peso de jovens mulheres a frequentar mestrados. Verifica-se contudo um dado curioso: se na faixa etária mais jovem (entre os 22 e os 24 anos) o peso de raparigas a frequentar mestrado (12,1%) é superior ao dos rapazes (8,4%), na faixa etária seguinte (entre os 25 e os 34 anos), os valores comparativos entre homens e mulheres são já mais equilibrados, o que poderá remeter para motivos de ordem familiar (constituição de família) e o eventual impacto diferenciado da maternidade/paternidade nas opções de vida de homens e mulheres e na conciliação das várias esferas da vida.

Pessoas com mestrado (%)

Censos 2011 (adaptado, CEDRU)

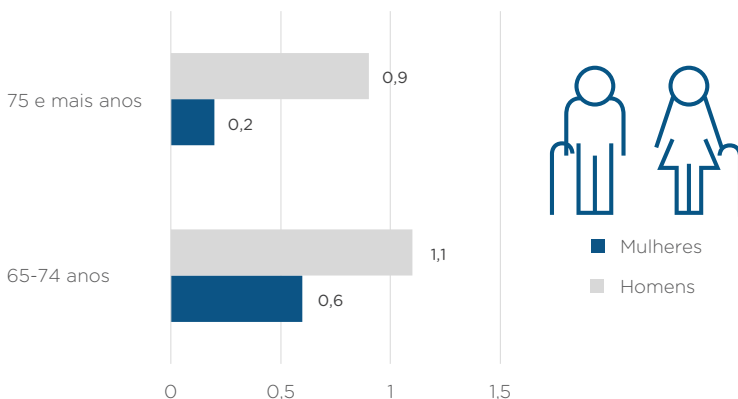


■ Mulheres
■ Homens



Verifica-se, aliás, que na faixa etária dos 25 aos 34 anos o peso de homens com o mestrado completo (3,9%) é já significativamente superior aos das mulheres da mesma faixa etária (1,7%).

Nas gerações mais antigas, a prossecução de estudos para além da licenciatura era uma realidade muito residual, quer para homens quer para mulheres.



Dados disponíveis para a Área Metropolitana de Lisboa revelam que, em 2016, a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho é de 30,6 anos.

Analisando o fenómeno ao nível das freguesias, as diferenças territoriais são assinaláveis, desde logo no peso de pessoas com o ensino superior, mas também em termos das diferenças de género. Assim, se nas uniões de freguesias cerca de um terço (ou mais) de homens e mulheres (com 21 e mais anos) têm o ensino superior, é também nestas freguesias que a diferença entre mulheres e homens é menor. Destaca-se o caso da União de Freguesias Cascais-Estoril, a única freguesia onde proporcionalmente, mais homens que mulheres têm o ensino superior.

As freguesias de São Domingos de Rana e Alcabideche têm um menor peso de pessoas licenciadas e uma maior diferença entre homens e mulheres. São Domingos de Rana é a freguesia onde esta diferença é maior, ascendendo a quase 6 pontos percentuais, uma vez que perto de 23% das mulheres tem uma licenciatura face a apenas 17% dos homens.

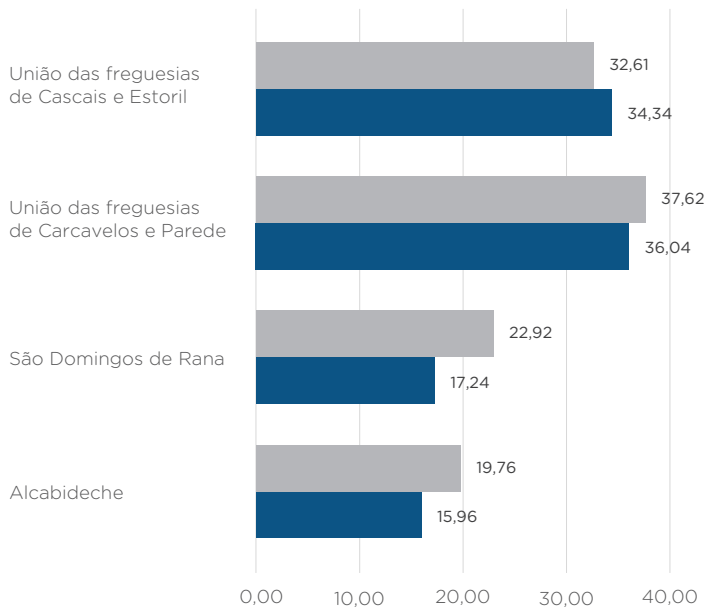
Paralelamente, e tal como a nível concelhio, em todas as freguesias há mais mulheres que homens sem nenhum nível de escolaridade.

Proporção (%) da população residente (com 21 e mais anos) com ensino superior completo

Censos 2011, INE



■ Mulheres
■ Homens

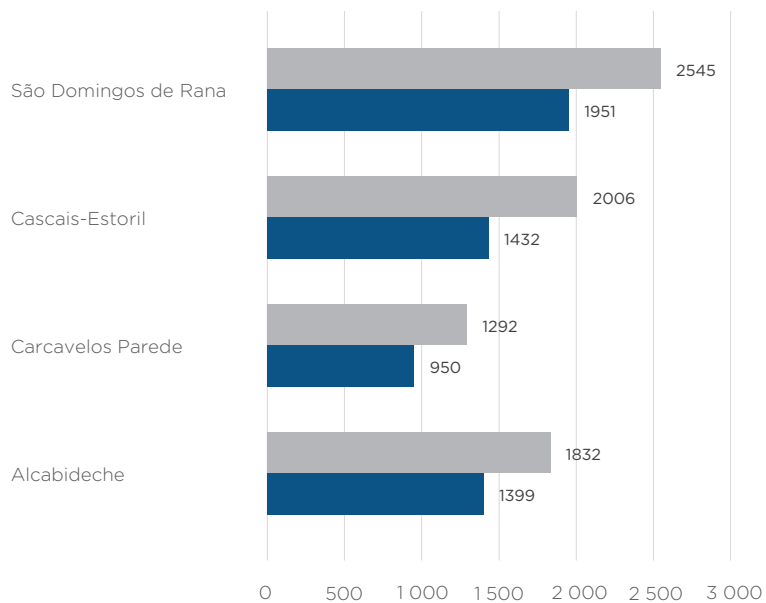


População residente (Nº) sem nenhum nível de escolaridade

Censos 2011, INE



■ Mulheres
■ Homens



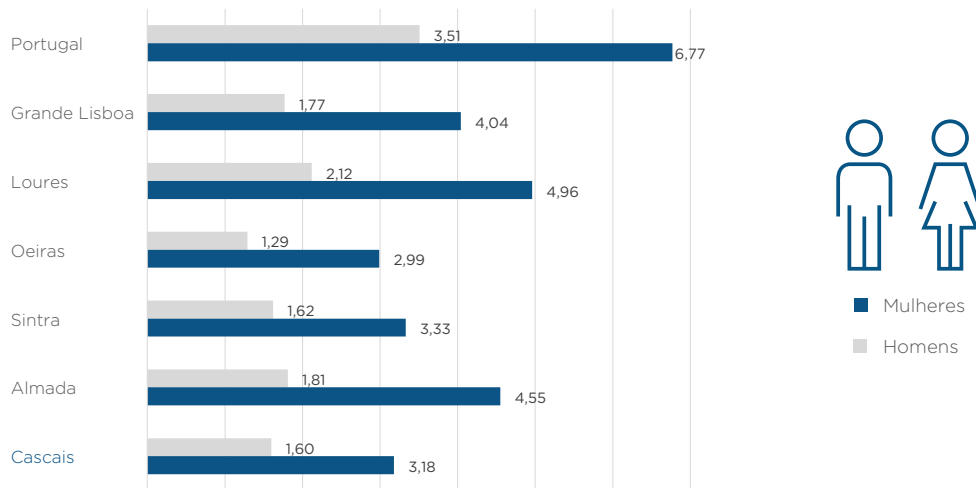
Um outro indicador que dá conta das desigualdades de género é a taxa de analfabetismo, problema que afeta cerca do dobro das mulheres face aos homens em todos os territórios em análise. O concelho de Cascais apresenta valores comparativamente baixos, apenas superado por Oeiras no contexto dos concelhos comparáveis, Grande Lisboa e Portugal. Em 2011, 1.385 homens e 3.154 mulheres não sabiam ler nem escrever no concelho de Cascais (excluindo as crianças com menos de 10 anos).

O mesmo padrão de género é verificado na análise por freguesias, com Alcabideche e S. Domingos de Rana a evidenciar taxas de analfabetismo superiores às restantes freguesias e aos valores concelhios.

Taxa de analfabetismo (%)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

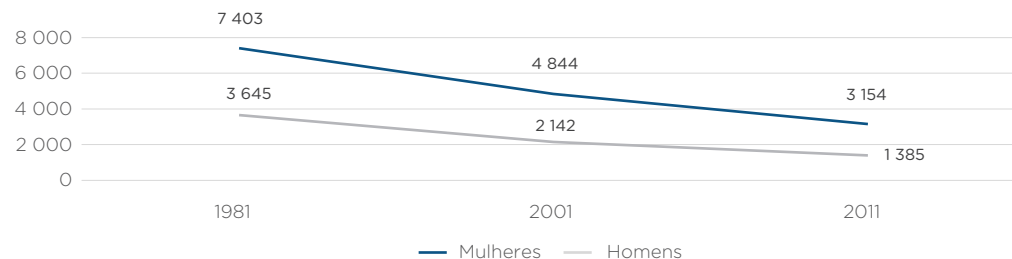
Censos 2011, INE



População residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos

Concelho de Cascais

INE, PORDATA

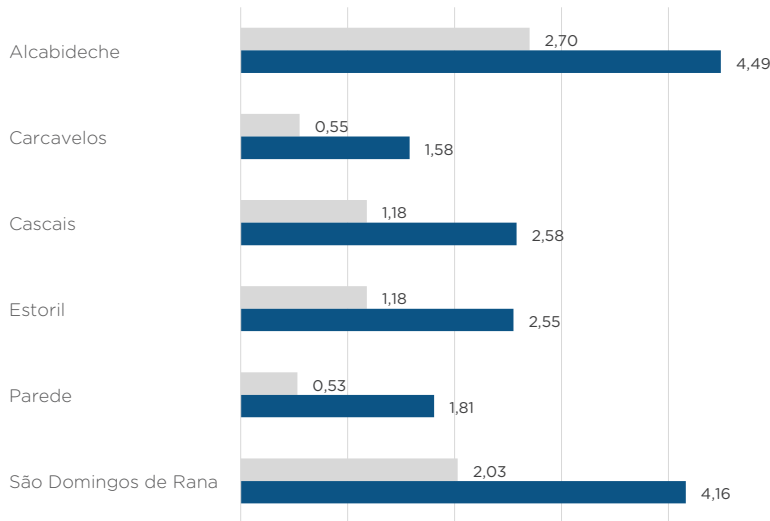


Entre 1981 e 2011, verificou-se uma redução mais acentuada do analfabetismo masculino (-62%) do que feminino (-57,4%).

Taxa de analfabetismo (%)

Concelho de Cascais

Censos 2011, INE



14.3 Salários e mercado de trabalho

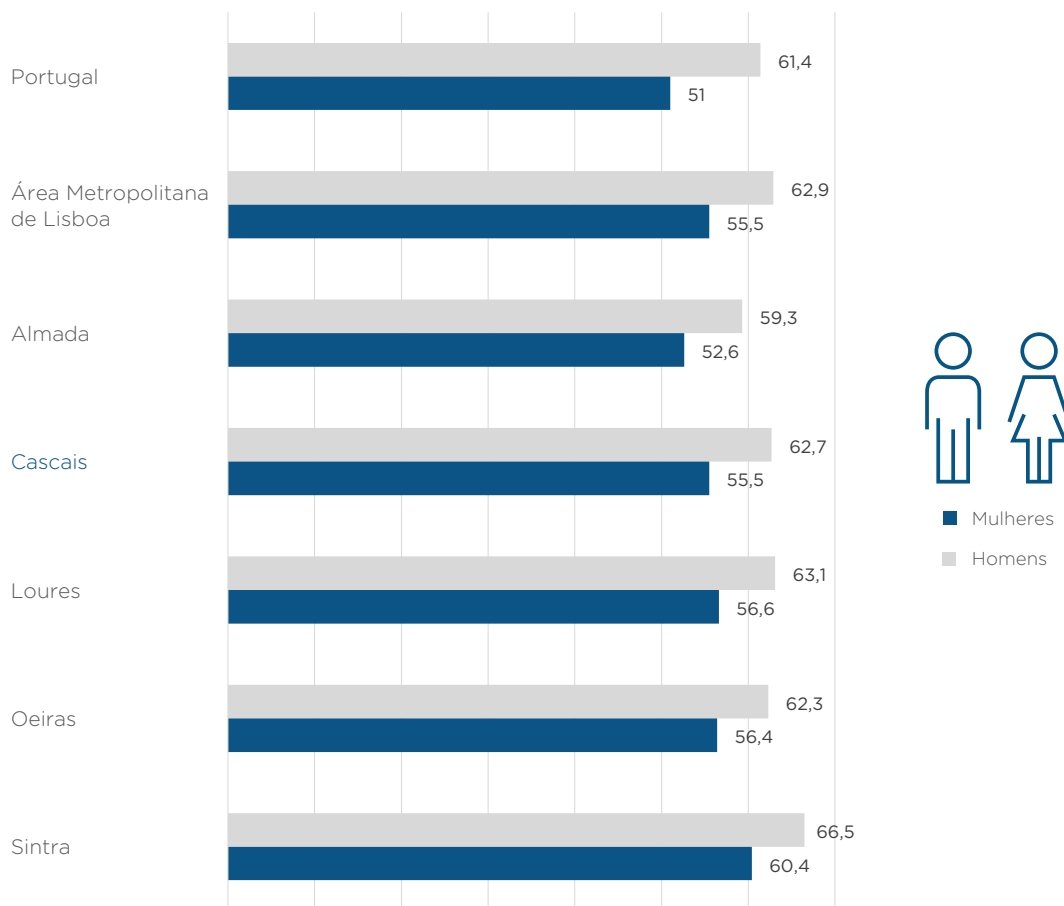
Em todos os territórios em análise, a taxa de atividade (número de ativos por cada 100 pessoas com 15 e mais anos) masculina é superior à feminina. Cascais apresenta uma taxa de atividade feminina inferior aos concelhos de Loures, Oeiras e Sintra, mas superior a Almada e ao valor nacional.

Comparando homens com mulheres em Cascais, a taxa de atividade masculina é cerca de 7 pontos percentuais superior à taxa de atividade feminina.

Taxa de atividade (%)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

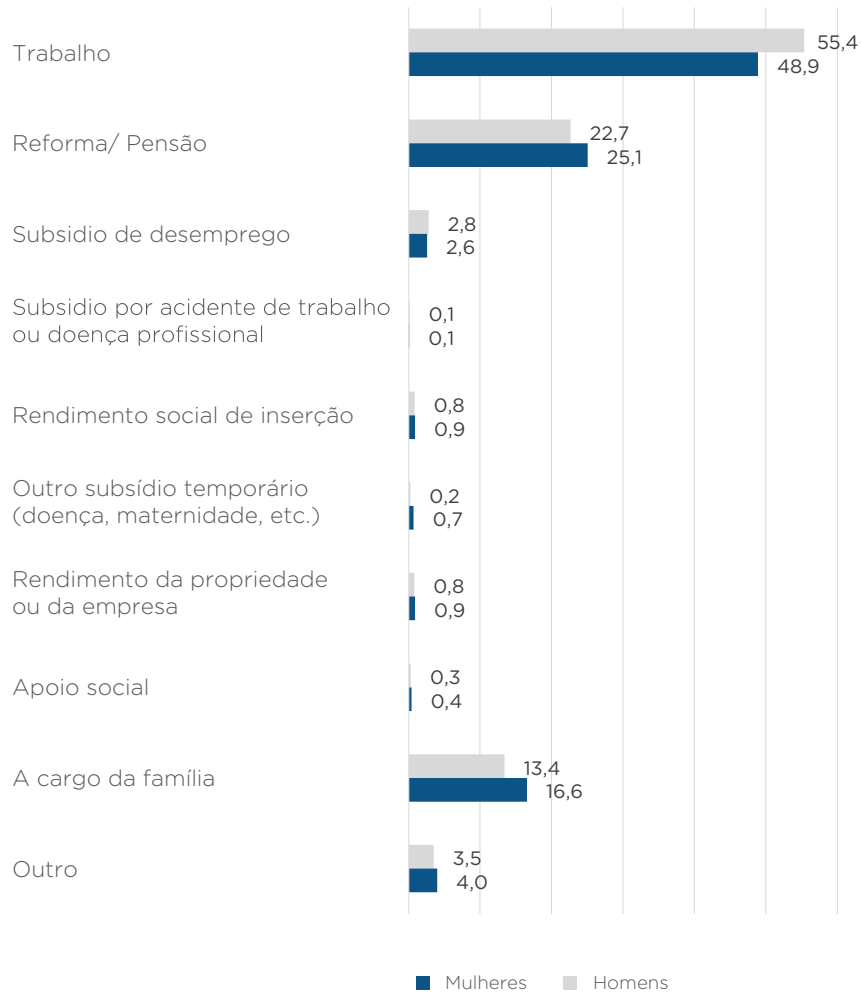
2011, INE, PORDATA



Não se verificando grandes diferenças de género nos principais de meios de vida, verifica-se contudo que o trabalho tem maior peso na população masculina (55,4% dos homens têm como principal meio de vida o trabalho face a 48,9% das mulheres). Por outro lado, o peso de mulheres que vivem da reforma/pensão (25,1%) e que vivem a cargo da família (16,6%) é superior aos valores verificados para os homens (22,7% e 13,4% respetivamente).

População residente com 15 e mais anos de idade (%) por sexo e principal meio de vida, Concelho de Cascais

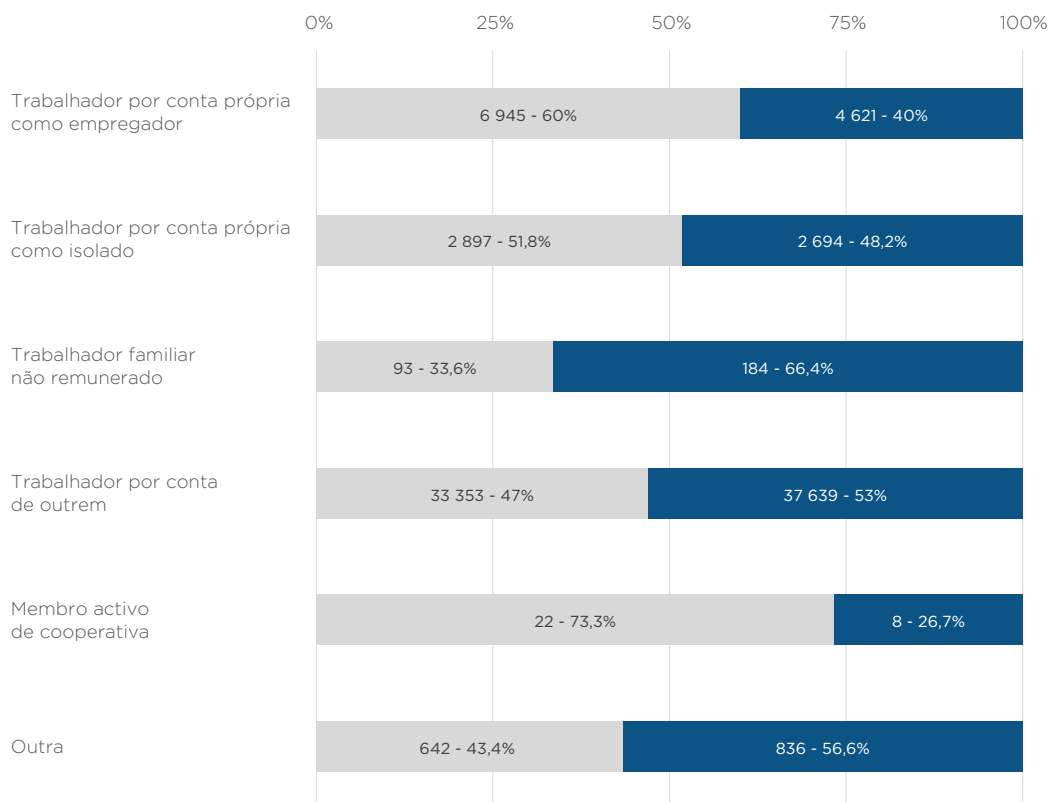
INE, 2011



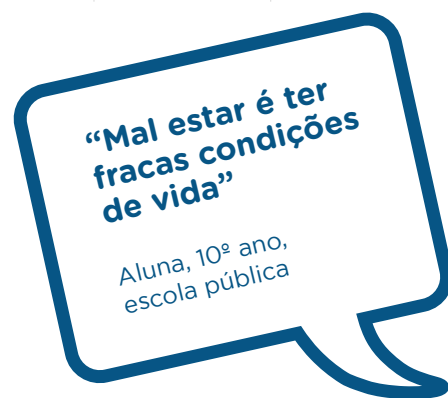
No que se refere à situação na profissão da população empregada, apenas os/as trabalhadores/as por conta de outrem e os/as trabalhadores/as por conta própria como isolados apresentam um peso equilibrado entre homens e mulheres. Noutros casos verificam-se diferenças de género assinaláveis, por exemplo: 60% dos empregadores são homens e 66,4% dos trabalhadores familiares não remunerados são mulheres.

**Peso de homens e mulheres (empregados/as) por situação na profissão (Nº e %),
Concelho de Cascais**

INE, PORDATA, 2011



Verificam-se algumas diferenças territoriais na situação na profissão de homens e mulheres. Em termos dos empregadores, existe uma assimetria de género ligeiramente superior na freguesia de Alcabideche onde 62,6% dos trabalhadores por conta própria como empregadores são homens. No que toca aos trabalhadores familiares não remunerados, as uniões de freguesia apresentam um peso de mulheres nesta situação muito superior às restantes freguesias e ao Concelho. Em contrapartida, São Domingos de Rana revela um valor comparativamente superior de homens nesta categoria (40,6%) face às outras freguesias e face aos valores concelhios.

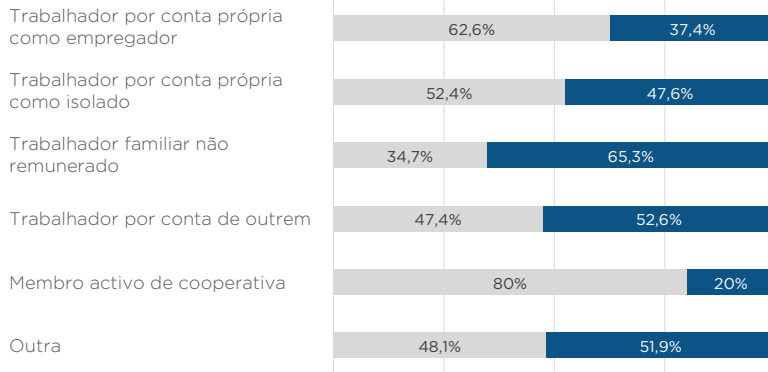




■ Mulheres
■ Homens

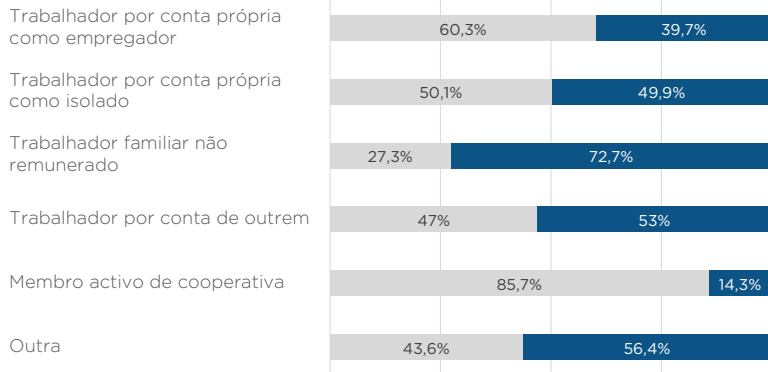
Peso de homens e mulheres (%) por situação na profissão, Freguesia de Alcabideche

INE, 2011



Peso de homens e mulheres (%) por situação na profissão, Freguesia de Cascais-Estoril

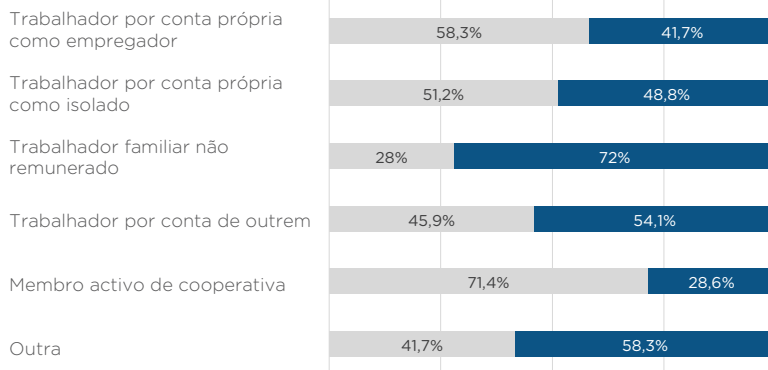
INE, 2011



■ Mulheres
■ Homens

Peso de homens e mulheres (%) por situação na profissão, Freguesia de Cascais-Estoril

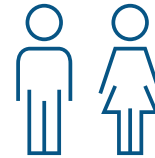
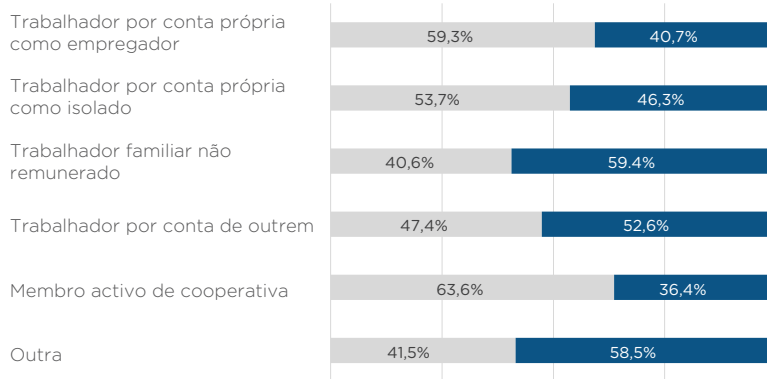
INE, 2011



■ Mulheres
■ Homens

Peso de homens e mulheres (%) por situação na profissão, Freguesia de São Domingos de Rana

INE, 2011

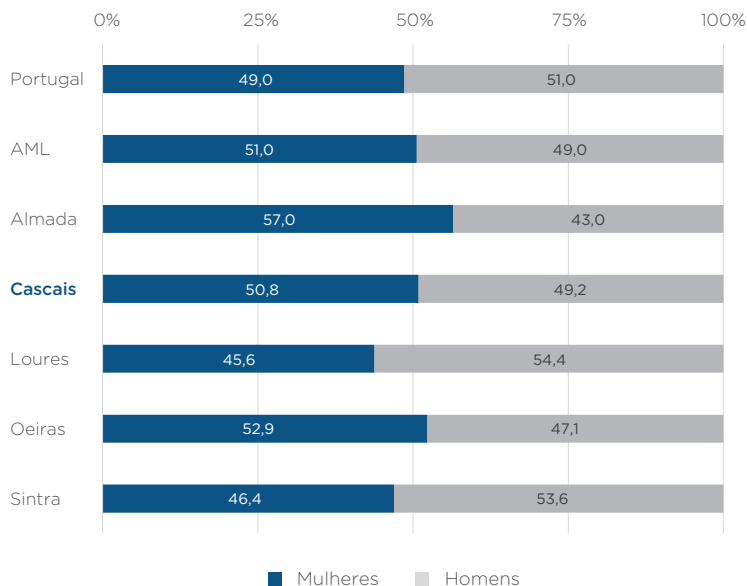


■ Mulheres
■ Homens

Analisando os principais tipos de contratos (permanentes e a termo), não se verificam, em Cascais diferenças significativas entre homens e mulheres. Cascais é, aliás, o concelho que apresentava em 2016 (último ano disponível) os valores mais equilibrados entre homens e mulheres comparativamente aos restantes municípios em análise.

Peso (%) de trabalhadores e trabalhadoras com contrato permanente/ sem termo

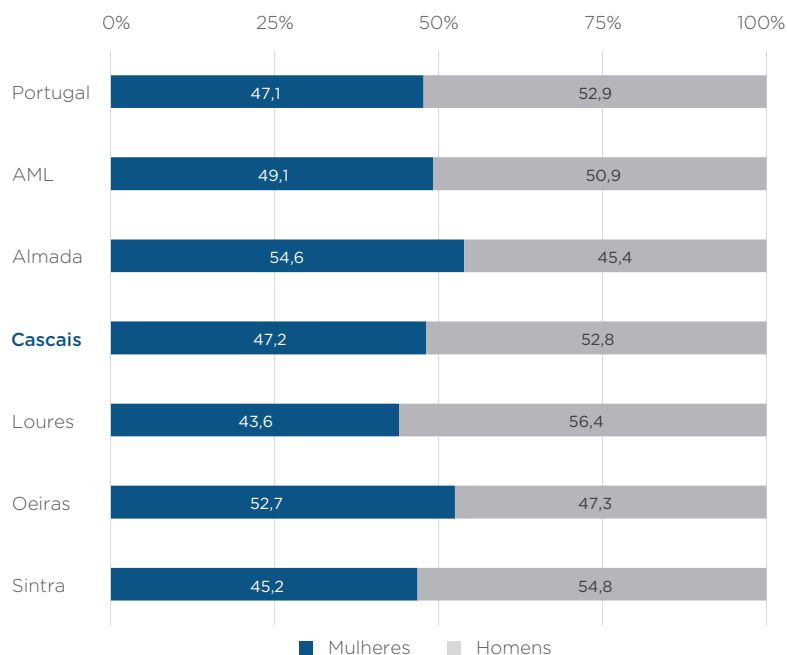
GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal, 2013, PORDATA



Peso (%) de trabalhadores e trabalhadoras com contrato a termo/a prazo

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal, 2016, PORDATA

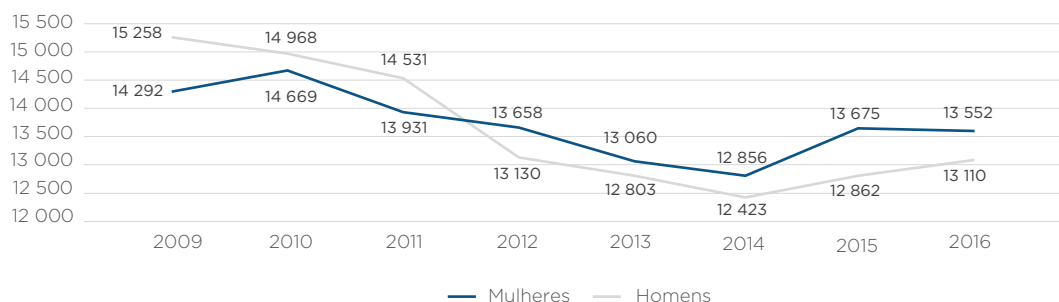


Analisando a evolução dos principais tipos de contratos (permanentes e a termo) no concelho de Cascais, verifica-se que, se em 2009, havia mais homens que mulheres com contratos sem termo, esta realidade inverte-se a partir de 2012, ano em que o número de mulheres com contratos permanentes passa a ser superior ao dos homens. Para ambos os sexos, o nº de trabalhadores/as com contratos permanentes diminuiu no período em análise. Esta diminuição foi particularmente acentuada no caso dos homens.

No que toca aos contratos a termo/prazo, verifica-se também uma diminuição neste tipo de contratos, quer para homens, quer para mulheres até 2013. A diminuição foi mais acentuada de 2009 para 2010, tendo-se mantido os valores mais estáveis a partir desse ano, sobretudo no caso das mulheres. A partir de 2014 voltam a aumentar os contratos a prazo, tal como nos contratos permanentes, verifica-se uma aproximação entre o nº de homens e mulheres com contratos a termo, havendo em 2013 valores muito aproximados de homens e mulheres com os dois tipos de contratos.

Trabalhadores e trabalhadoras (Nº) com contrato permanente/sem termo, Concelho de Cascais

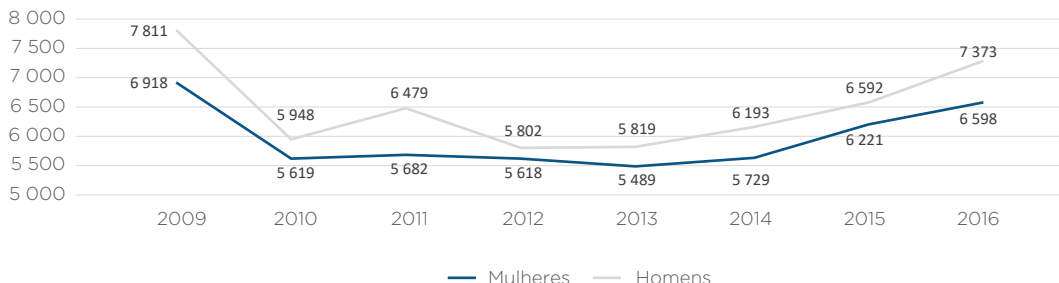
GEE/MEc e GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal, PORDATA



Taxa crescimento (%) 2009-16	
Mulheres	-5,1
Homens	-14

Trabalhadores e trabalhadoras (Nº) com contrato a termo/a prazo, Concelho de Cascais

GEE/MEc e GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal, PORDATA

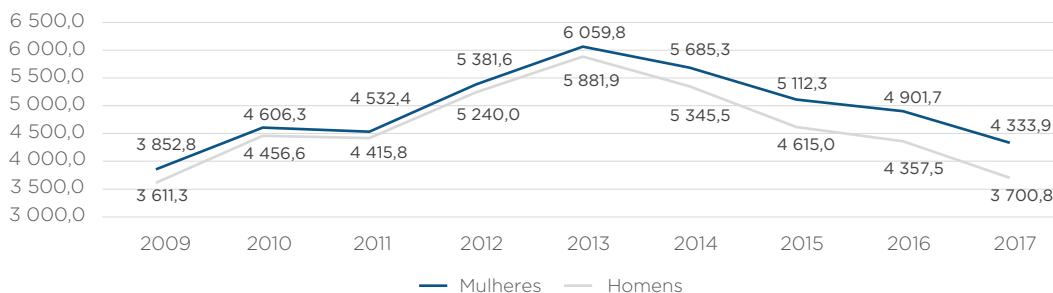


Taxa crescimento (%) 2009-16	
Mulheres	-4,6
Homens	-5,6

A evolução do desemprego masculino e feminino tem seguido a mesma tendência de aumento e diminuição nos últimos anos, verificando-se de forma sistemática um número ligeiramente superior de mulheres desempregadas inscritas no Centro de Emprego de Cascais, número este que se tem vindo a distanciar gradualmente do nº de homens desempregados.

Desempregados inscritos no centros de emprego e de formação profissional (média anual), Concelho de Cascais

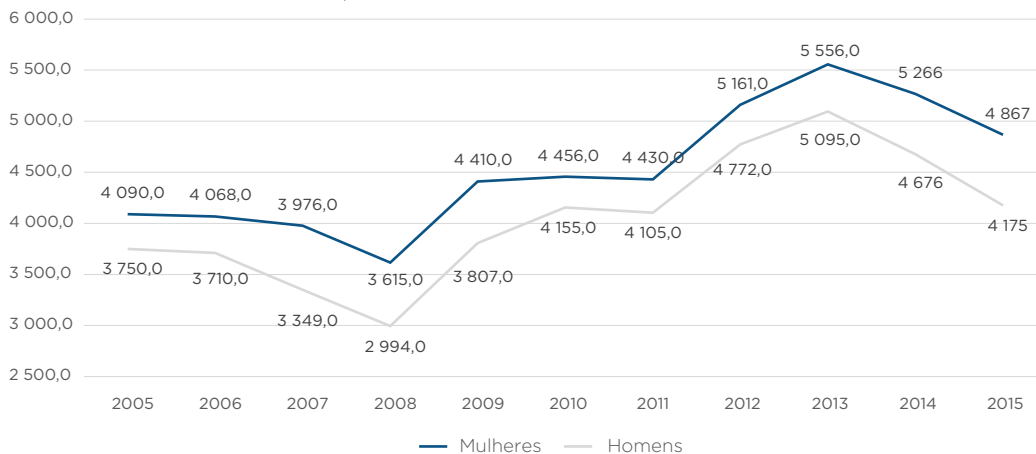
IEFP/MTSSS; PORDATA



Um indicador complementar ao anterior consiste no nº de beneficiários/as de prestação de desemprego que vem confirmar a tendência e leitura anterior: mais mulheres que homens e receber subsídio de desemprego e um ligeiro aumento da distância entre homens e mulheres desempregados nos últimos anos, no sentido de uma maior desigualdade de género no fenómeno do desemprego.

Beneficiários de prestações de desemprego por sexo (Nº), Concelho de Cascais

GEP/MTSSS

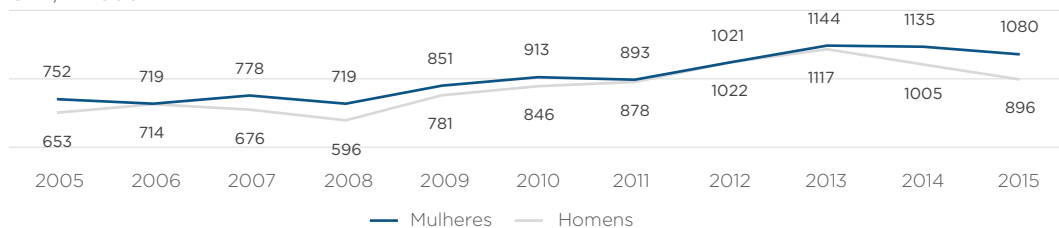


Em 2015, em todas as freguesias, há mais mulheres que homens e receber subsídio de desemprego. Contudo, Alcabideche e São Domingos de Rana apresentam um padrão diferente do padrão concelhio e das uniões de freguesia. São Domingos de Rana e Alcabideche evidenciam uma menor desigualdade entre

os valores masculinos e femininos ao longo dos anos e um padrão mais variável com os valores masculinos e femininos a aproximarem-se e a afastarem-se mais frequentemente.

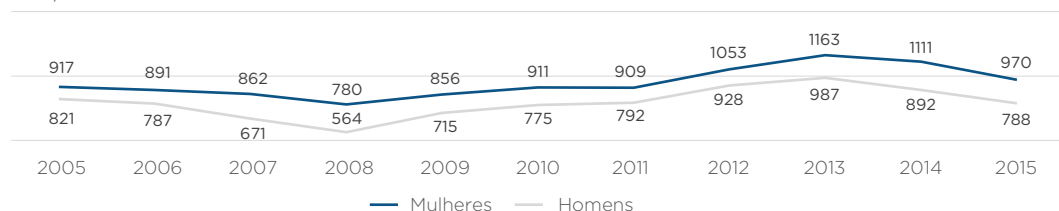
Beneficiários de prestações de desemprego por sexo (Nº), Freguesia de Alcabideche

GEP/MTSSS



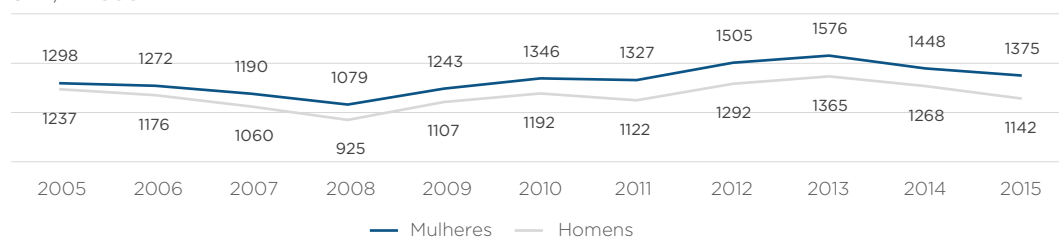
Beneficiários de prestações de desemprego por sexo (Nº), Freguesia de Carcavelos Parede

GEP/MTSSS



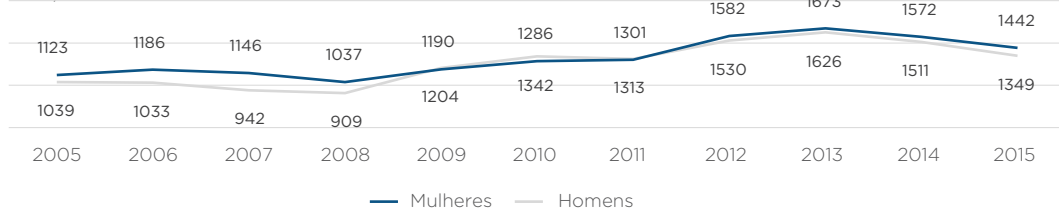
Beneficiários de prestações de desemprego por sexo (Nº), Freguesia de Cascais-Estoril

GEP/MTSSS



Beneficiários de prestações de desemprego por sexo (Nº), Freguesia de S. Domingos de Rana

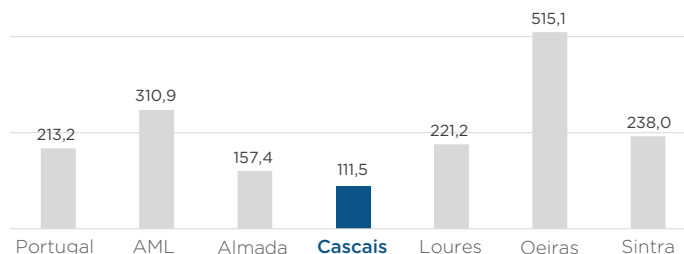
GEP/MTSSS



Em 2016, o ganho médio mensal dos homens que trabalham em Cascais era 111,5€ superior ao das mulheres. Este diferencial entre salários masculinos e femininos é o mais baixo de todos os territórios em análise.

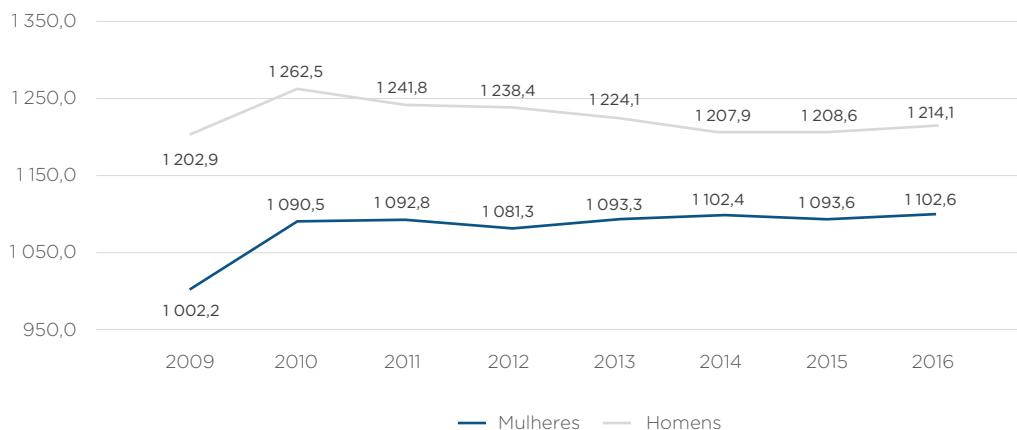
Diferença (€) no ganho médio mensal entre homens e mulheres, 2016

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais



Entre 2009 e 2016 verifica-se uma tendência gradual de aproximação entre os valores masculinos e femininos. Esta aproximação deve-se mais ao aumento dos salários femininos (aumento de 10% entre 2009 e 2016) do que masculinos (aumento de apenas 0,9% no período em análise).

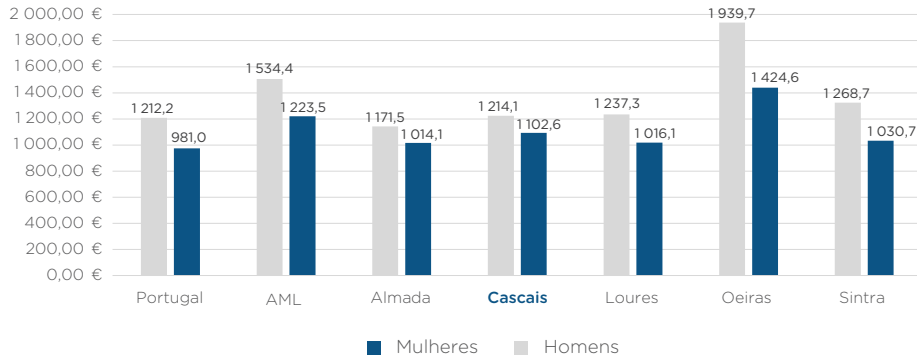
Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€) no concelho de Cascais



O ganho mensal é o montante (líquido) que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios. Os valores apresentados referem-se a trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa. No que respeita à administração central, regional e local e aos institutos públicos inclui apenas os trabalhadores em regime jurídico de contrato individual de trabalho.

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (€), 2016.

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

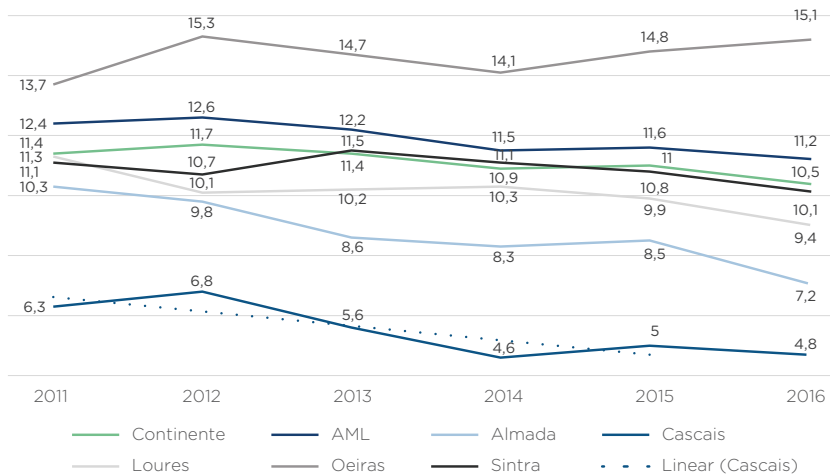


Cascais revela valores muito menos desiguais em termos salariais face à AML e aos municípios comparáveis. Em 2016, a disparidade salarial no concelho era de 4,8%, sendo, por exemplo, de 11,2% a média da AML.

Disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres (%) empregados por conta de outrem

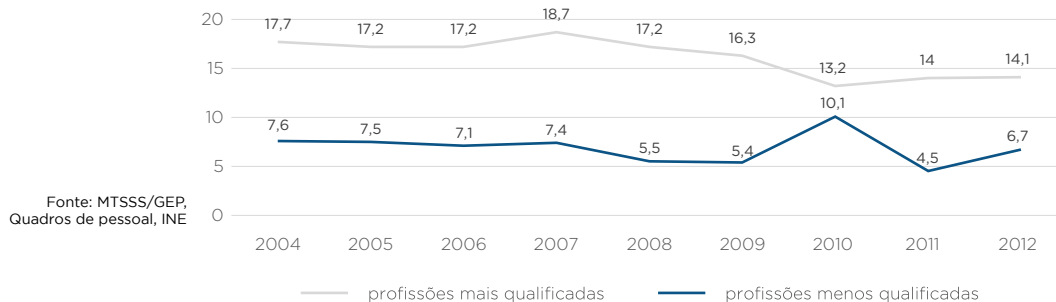
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

MTSSS/GEP, Quadros de pessoal; INE



Quando se desagrega o valor da disparidade salarial por profissões mais e menos qualificadas, verifica-se que é nas profissões mais qualificadas que existe maior desigualdade. Em 2012, neste tipo de profissões, as mulheres que trabalham em Cascais recebiam menos 14,1% do que os homens.

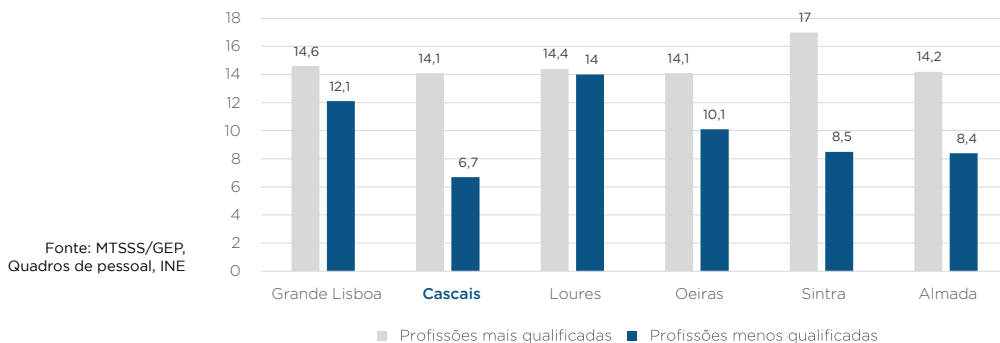
14.3 Disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres (%) empregados por conta de outrem nas profissões mais e menos qualificadas, Concelho de Cascais



É nas profissões menos qualificadas que Cascais se destaca em termos da menor desigualdade salarial (6,7%).

Disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres (%) empregados por conta de outrem nas profissões mais e menos qualificadas, 2012

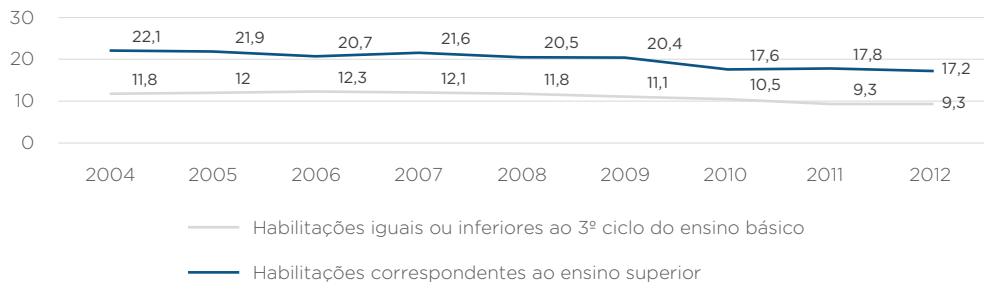
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais



De forma semelhante, é entre os/as trabalhadores/as com ensino superior que se verificam as maiores disparidades salariais entre homens e mulheres.

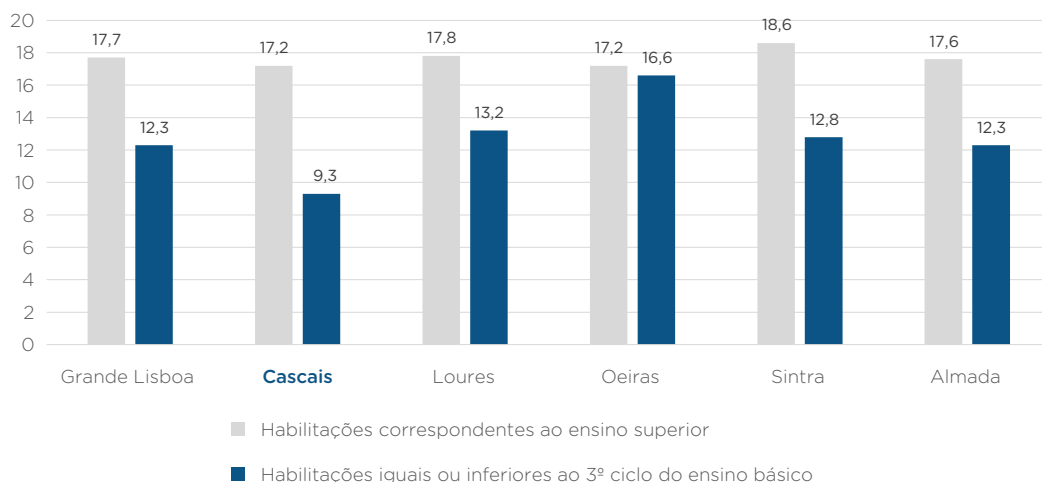
Disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres (%) empregados por conta de outrem por nível de habilitações, Concelho de Cascais

MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, INE



Disparidade no ganho médio mensal entre homens e mulheres empregados por conta de outrem no concelho de Cascais por nível de habilitações

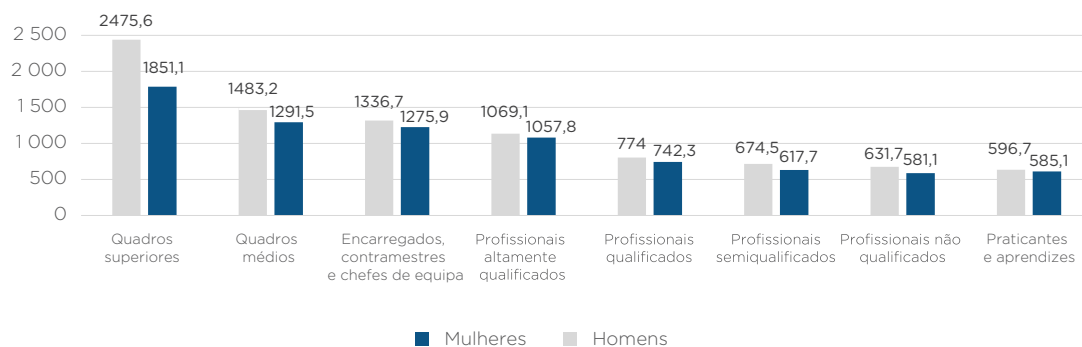
MTSSS/GEP, Quadros de pessoal, INE, 2012



Um indicador complementar aos anteriores mostra que, em 2016, os quadros superiores do sexo masculino tinham remunerações base médias de 2.475,6€ face a 1.851,1€ no caso das mulheres, o que representa um diferencial de 624,5€. À medida que diminui o nível de qualificação dos/as profissionais, diminui a diferença entre as remunerações de homens e mulheres.”

Remuneração base média mensal (€) dos trabalhadores por conta de outrem no Concelho de Cascais por níveis de qualificação

GEE/MEc, 2016



14.4 Desafios de conciliação da vida familiar e profissional

A emancipação feminina com a valorização da mulher enquanto parte ativa da sociedade nas suas várias dimensões, designadamente no mercado de trabalho onde a taxa de atividade feminina tem vindo a aumentar de forma progressiva e significativa, obrigou à redefinição dos papéis sociais tradicionalmente associados e atribuídos a mulher e a homens.

Paralelamente, as alterações nas estruturas familiares tradicionais que resultaram em famílias de menor dimensão com redução da entreatuda familiar, bem como o aumento da esperança média de vida que contribui para um crescente aumento do número de idosos dependentes a cargo da família, obrigam a conciliação da vida familiar com a vida familiar a assumir-se como um desafio da sociedade.

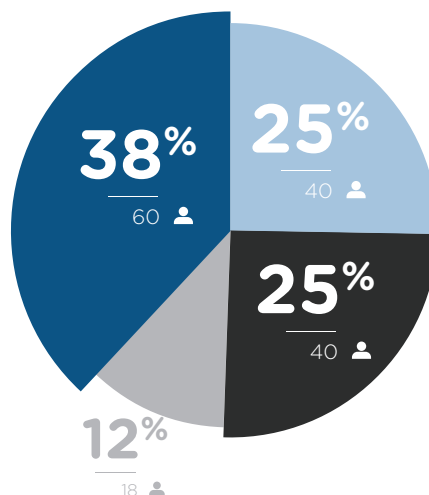
Na análise do papel das organizações locais na promoção da igualdade de género e na facilitação da conciliação da vida familiar e profissional na qualidade de entidades empregadoras, inquiriu-se as entidades sobre as práticas que desenvolvem. De um total de 158 entidades, cerca de metade refere desenvolver medidas de promoção da igualdade entre mulheres e homens, incluindo as que a fazem apenas de forma pontual.

Nº de respostas das organizações locais à questão: “A entidade desenvolve práticas de promoção da igualdade entre homens e mulheres?”

Inquérito às organizações locais, CEDRU, 2016



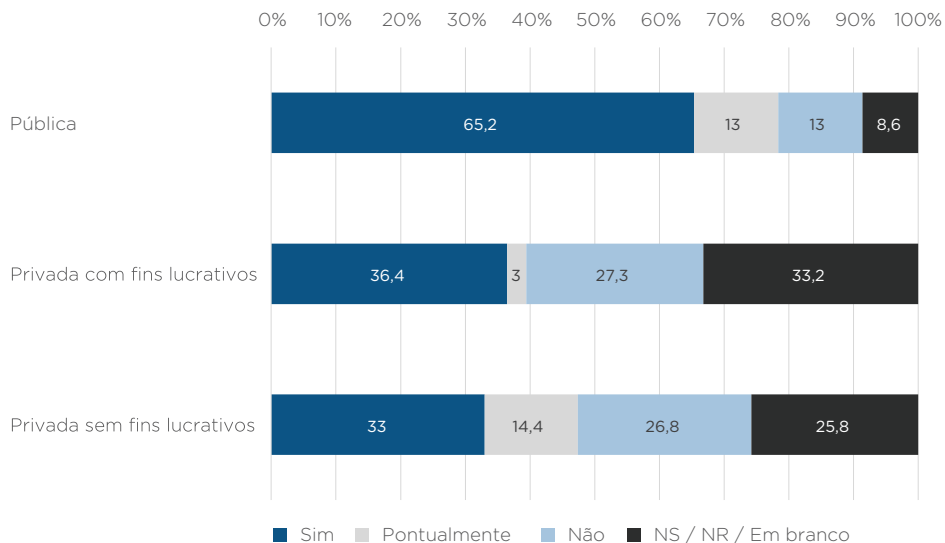
- Sim
- Pontualmente
- Não
- NS / NR / Em branco



Desagregando a análise por tipologia de entidade, e removendo 5 organizações que não se classificaram quanto à sua natureza jurídica, obtemos respostas de 23 organizações públicas, 33 empresas (entidades privadas com fins lucrativos) e 97 entidades privadas sem fins lucrativos. Verifica-se que 65,2% das entidades públicas afirma desenvolver práticas de promoção da igualdade face a 36,4% das entidades com fins lucrativos e 33% das entidades privadas sem fins lucrativos. Refira-se ainda que estas duas tipologias de entidades relevam um elevado peso de NR, o que pode refletir um certo afastamento face à temática.

Entidades que desenvolvem práticas de promoção a igualdade por tipologia de entidade

Inquérito às organizações locais, CEDRU, 2016



No caso das entidades que responderam “sim” ou “pontualmente”, o tipo de medidas mais utilizadas referem-se à conciliação da vida familiar e profissional dos seus trabalhadores e ações de informação e sensibilização.

Os planos para a igualdade são medidas pouco adotadas, existindo apenas em 2 entidades públicas, 3 entidades SFL e 1 empresa.

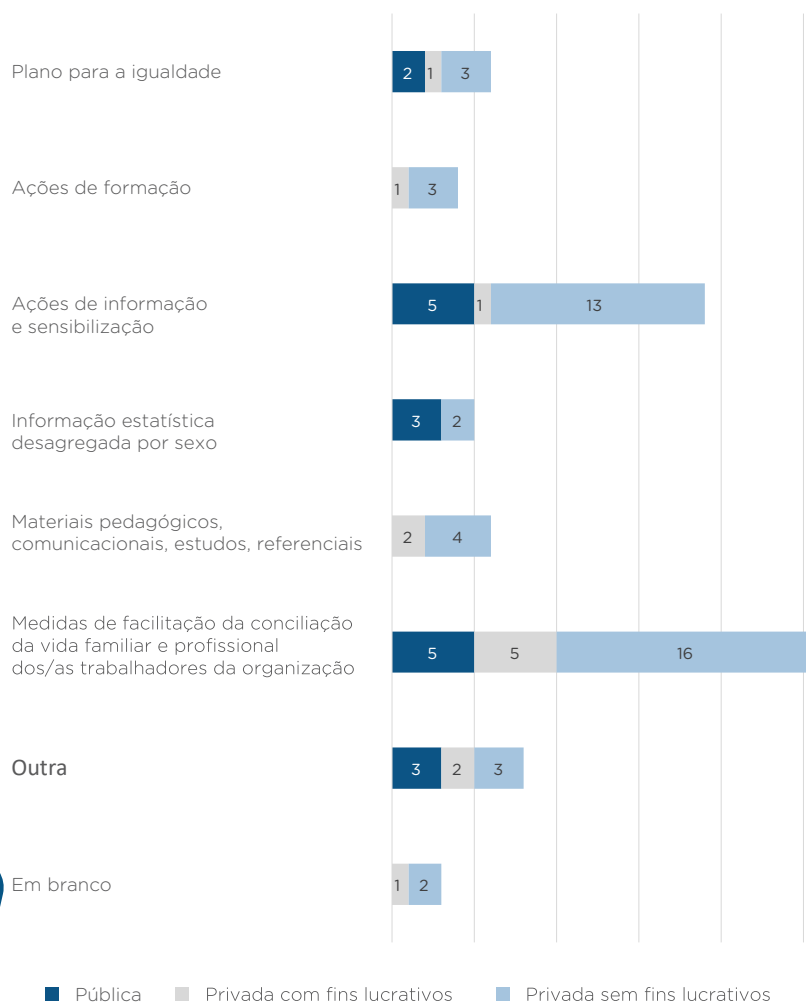


Três entidades privadas não concretizaram o tipo de medidas que desenvolvem.

As medidas enquadradas na categoria de resposta “outra” estão relacionadas com a realização de atividades envolvendo ambos os sexos e com a prática de uma política de igualdade de oportunidades, assim como de igualdade salarial.

Nº de respostas das organizações locais à questão: “Indique que iniciativas de promoção da igualdade entre homens e mulheres promove a sua instituição”

Inquérito às organizações locais, CEDRU, 2016

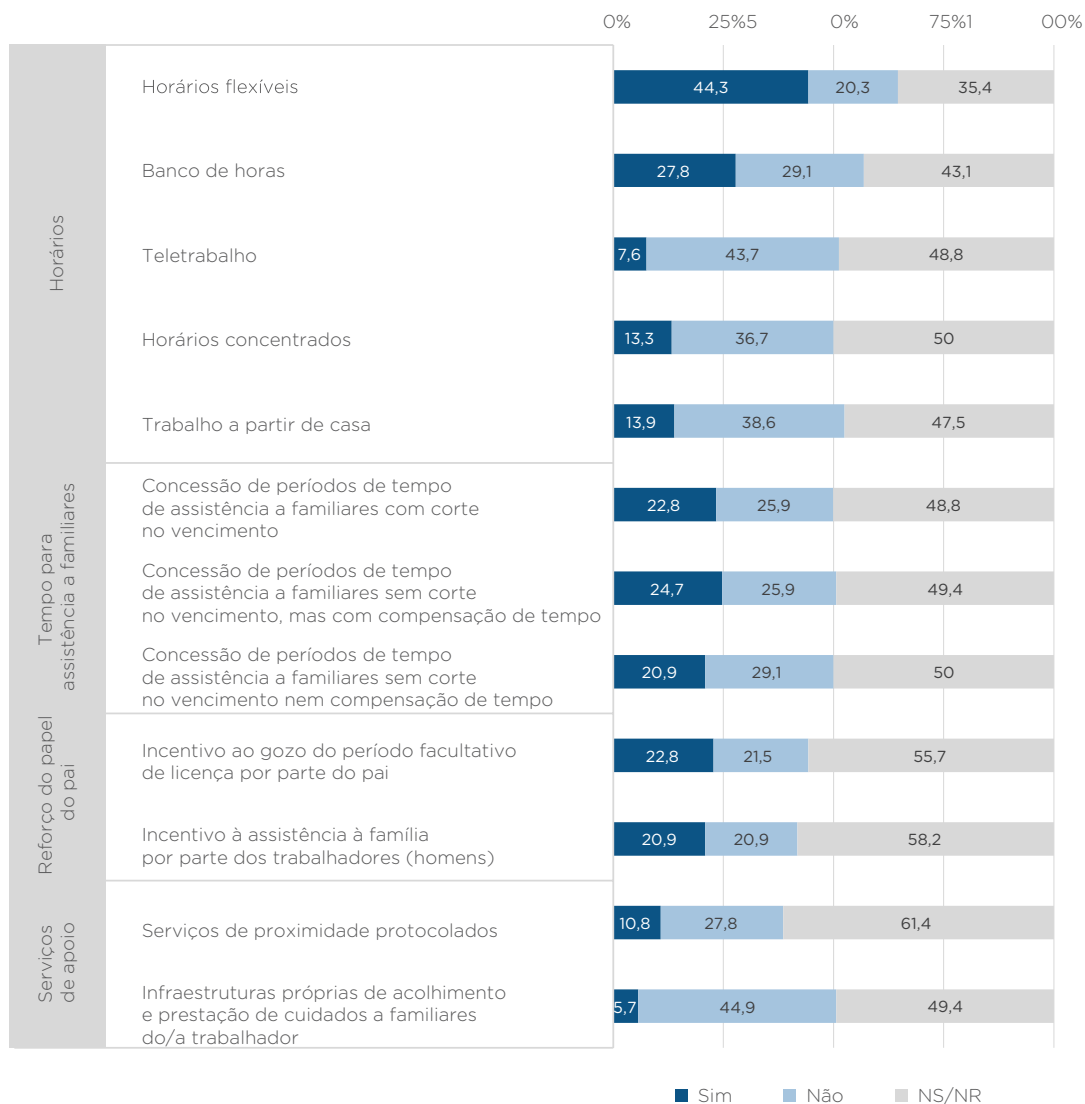


“Bem estar é ter dinheiro para os gastos”

Mulher, Sénior

Medidas de conciliação da vida familiar e profissional disponibilizadas pelas entidades locais aos seus trabalhadores

Inquérito às organizações locais, CEDRU, 2016



Questionadas relativamente ao tipo de medidas de apoio à conciliação que as entidades locais disponibilizam aos seus trabalhadores, verifica-se que cerca de metade das entidades não responderam, à exceção dos “horários flexíveis” que é a

medida mais utilizada pelas entidades (70 entidades tem horários flexíveis, o que corresponde a 44% do total de entidades inquiridas). O banco de horas é também utilizado por 44 entidades (28%) O teletrabalho é uma das medidas menos utilizadas o que pode estar relacionado com a natureza das funções dos trabalhadores em causa.

A concessão de tempo para assistência a familiares é assegurada por apenas um quinto a um quarto das entidades e um quarto não permite esta concessão de tempo mesmo que com compensação de tempo ou corte no vencimento.

O papel do pai trabalhador no seio familiar é incentivado por 23% das entidades no que respeita ao usufruto do período facultativo da licença parental e por 21% das entidades na assistência à família.

Por fim, as medidas relacionadas com serviços complementares de apoio à conciliação (creches, programas de férias para as crianças, cantinas com serviços de takeaway, lavandarias, etc.) são muito pouco utilizadas pelas organizações locais na gestão dos seus recursos humanos.

Numa vertente diferente, também através do inquérito às organizações locais procurou-se conhecer as principais dificuldades sentidas pelos utentes dessas organizações em matéria de conciliação da vida profissional e profissional. Esta questão foi colocada a 120 organizações, cujas respostas se encontram ilustradas no gráfico ao lado.

Da lista de eventuais dificuldades elencadas destacam-se 3, com 50% ou mais das organizações a considerarem-nas um problema:

- a. Baixos rendimentos para a contratação de apoios domésticos;
- b. Stress decorrente de múltiplas obrigações familiares e profissionais;
- c. Falta de tempo para a família.

Numa posição intermédia (respostas “sim e pontualmente” superiores a 60%) podem identificar-se as seguintes questões:

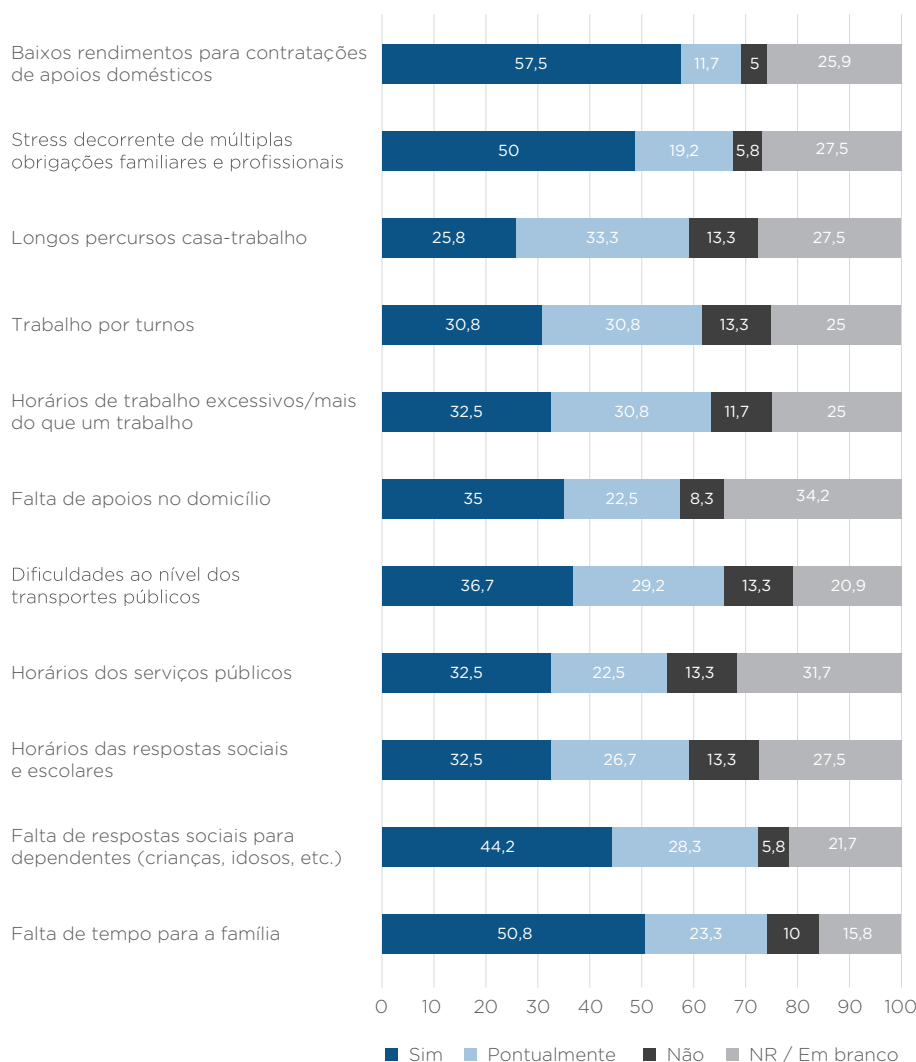
**“Mal-estar é ir à
segurança social
tratar de algo e ter
de ficar lá o dia todo
em fila de espera”**

Rapariga,
Programa Escolhas

- d. Falta de respostas sociais para dependentes (crianças, idosos, etc.);
- e. Dificuldades ao nível dos transportes públicos;
- f. Horários de trabalho excessivos/mais do que um trabalho;
- g. Trabalho por turnos.

Resposta das organizações locais à questão: “Atendendo ao universo de cidadãos/cidadãs que a entidade abrange, indique quais as suas principais dificuldades, nomeadamente em matéria de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional”,

Inquérito às organizações locais, CEDRU, 2016



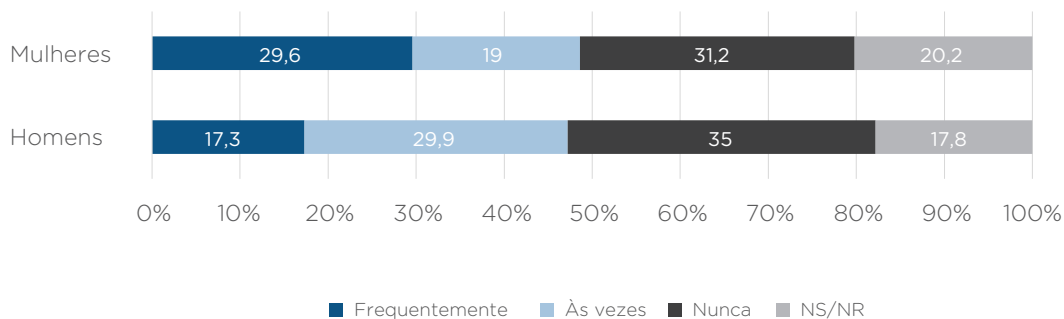
Não sendo estas dificuldades exclusivas das mulheres, diversos indicadores mostram que continuam a ser sobretudo as mulheres a assumir a maior parte das responsabilidades familiares e domésticas. Através do inquérito aos inquérito aos munícipes (197 homens e 253 mulheres) foram colocadas diversas questões relativas aos usos do tempo de homens e mulheres.

Das respostas obtidas, verifica-se que há domínios onde a partilha de tarefas entre homens e mulheres é mais frequente, nomeadamente no caso dos cuidados a crianças e outras pessoas dependentes. Já no caso das tarefas domésticas gerais, incluindo fazer o jantar, as mulheres continuam a ser as principais prestadoras deste tipo de cuidados. Em contrapartida, os homens assumem mais do que as mulheres a tarefa de ir às compras.

Um dado curioso é a reduzida percentagem de homens e mulheres que vão buscar os filhos depois do trabalho, o que poderá remeter para o papel de outros familiares (ex. avós), para estruturas pagas de apoio (ex. transporte de crianças, ATL) e para o desfasamento entre os horários laborais e os horários escolares. Para além de menos frequente, a tarefa de ir buscar os filhos à escola revela-se também mais paritária: apenas 10,7% dos homens e 9,1% das mulheres assumem frequentemente esta tarefa.

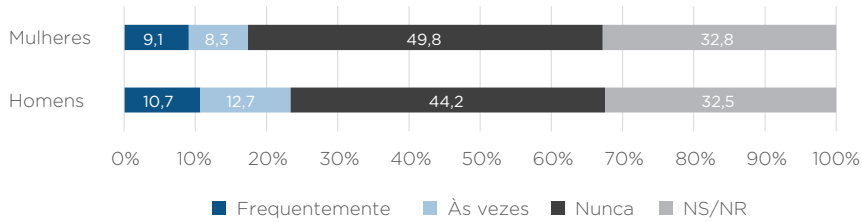
Resposta dos munícipes à questão: “No meu agregado familiar sou eu que assumo o cuidado a dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência)”

Inquérito a Munícipes, CEDRU, 2016



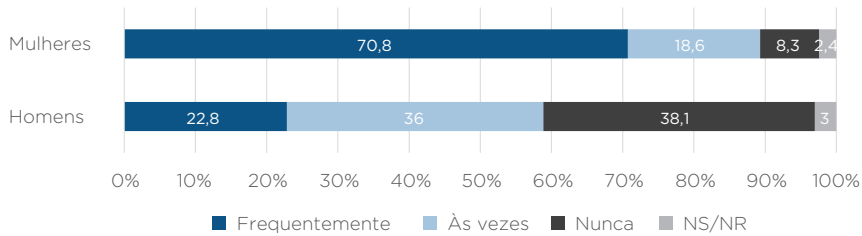
Resposta dos munícipes à questão: “Quando saio do trabalho costumo ir buscar os filhos (à escola, ao ATL)”

Inquérito a Munícipes, CEDRU, 2016



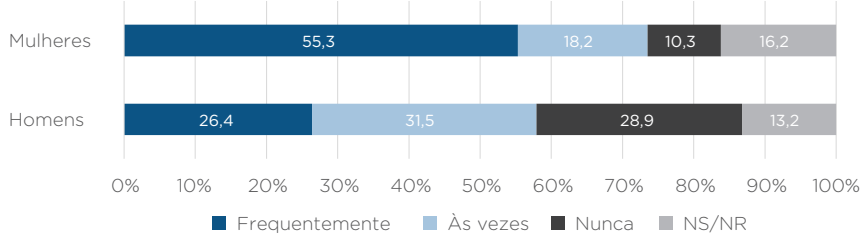
Resposta dos munícipes à questão: “No meu agregado familiar sou eu que assumo a maioria das tarefas domésticas”

Inquérito a Munícipes, CEDRU, 2016



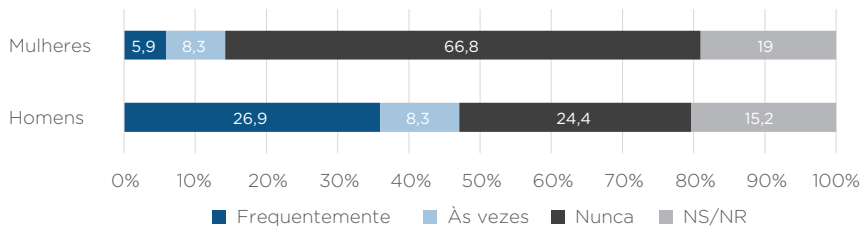
Resposta dos munícipes à questão: “Quando saio do trabalho costumo fazer o jantar”

Inquérito a Munícipes, CEDRU, 2016



Resposta dos munícipes à questão: “Quando saio do trabalho costumo ir às compras”

Inquérito a Munícipes, CEDRU, 2016

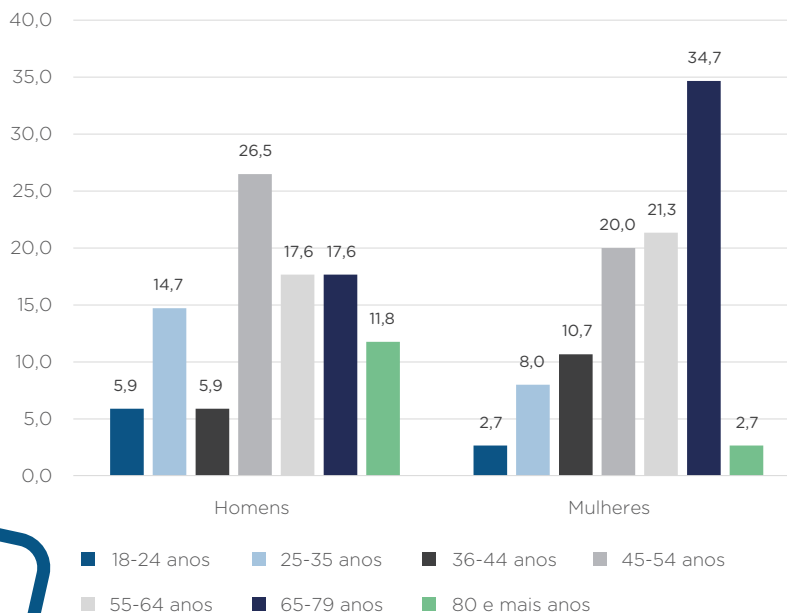


Efetuada uma análise mais fina de algumas tarefas e dos grupos etários dos inquiridos verificam-se diferenças de género complementares. Refira-se contudo que esta análise assume meramente um carácter exploratório dado que ao desagregar as respostas por sexo e grupo etário, os valores absolutos são muito reduzidos, não ficando assegurada a representatividade estatística.

Analisando apenas os/as munícipes que **frequentemente** asseguram os diversos tipos de tarefas, no caso dos cuidados a pessoas dependentes, as mulheres mais idosas assumem mais esta tarefa, ao passo que, no caso dos homens, a distribuição etária não evidencia uma leitura tão linear. Assim, 26,5% dos homens que assegura frequentemente os cuidados a pessoas dependentes tem entre 45 e 54 anos, seguidos das faixas etárias seguintes. No caso das mulheres, 34,7% das mulheres que assumem frequentemente esses cuidados tem entre 65 e 79 anos, seguidas das faixas etárias anteriores.

Grupos etários das/os munícipes que asseguram frequentemente o cuidado a dependentes (%)

Inquérito a Munícipes, CEDRU, 2016



“Bem estar é uma boa organização diária”

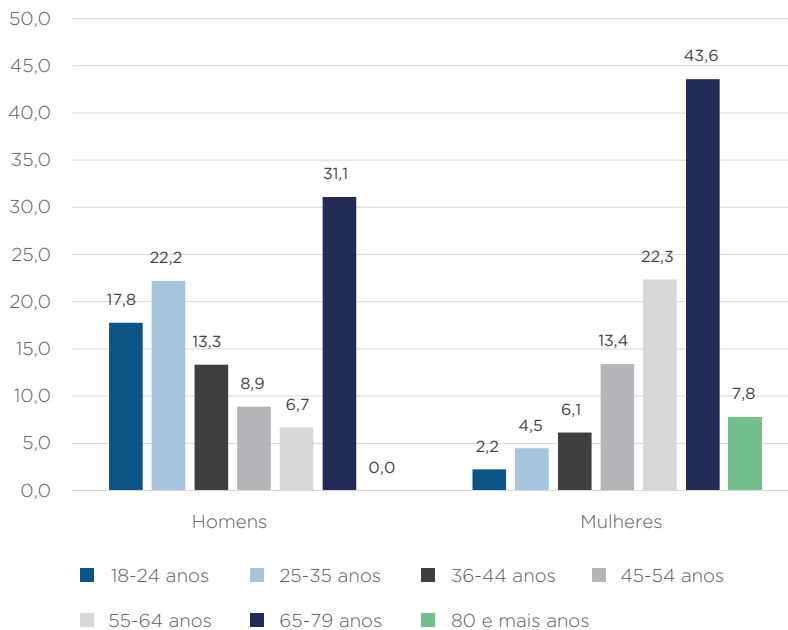
Rapariga,
Programa Escolhas

Homens: N = 34; 17,2% do total de homens inquiridos
Mulheres: N = 75; 29,6% do total de mulheres inquiridas

No caso das tarefas domésticas verifica-se a mesma situação no caso das mulheres (são sobretudo as mulheres mais velhas que mais assumem com frequência a maioria das tarefas domésticas), ao passo que no homens, à exceção do grupo etário dos 65 aos 79 anos, são sobretudo os mais jovens que assumem com frequência a maioria das tarefas domésticas. Estes dados poderão revelar uma tendência de mudança geracional em termos dos papéis de género e de uma maior partilha entre homens e mulheres. Relembre-se contudo que, esta análise etária foca apenas as pessoas que responderam “frequentemente” e que, em termos gerais, do total de inquiridos, 70,8% das mulheres referiu assumir frequentemente a maioria das tarefas domésticas, face a apenas 22,8% dos homens inquiridos.

Grupos etários das/os municipais que assumem frequentemente a maioria das tarefas domésticas (%)

Inquérito a Municipais, CEDRU, 2016



Homens: N = 45; 22,8% do total de homens inquiridos
Mulheres: N = 179; 70,8% do total de mulheres inquiridas

De acordo com a perceção das organizações locais, no que toca aos cuidados a crianças e pessoas dependentes, apesar de haver alguma partilha, esses cuidados continuam a ser assegurados

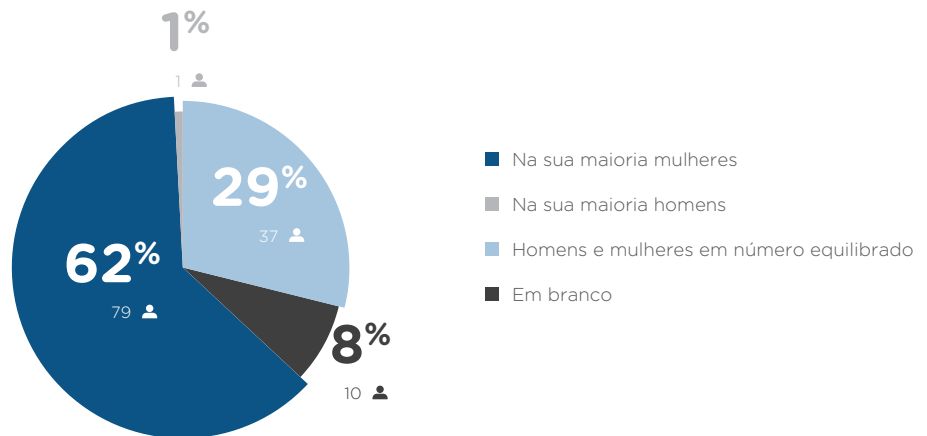
“Para mim o bem estar é eu tomar conta de crianças”

Mulher, Sénior

sobretudo por mulheres. 62% das organizações refere que são na maioria dos casos as mulheres que assumem os papéis de encarregadas de educação ou de principais cuidadoras dos utentes das suas organizações.

**Organizações (Nº e %) que responderam à questão:
“As pessoas que assumem os papéis de encarregados de educação; de cuidadores ou de pessoas significativas dos utentes abrangidos pela sua entidade são...”.**

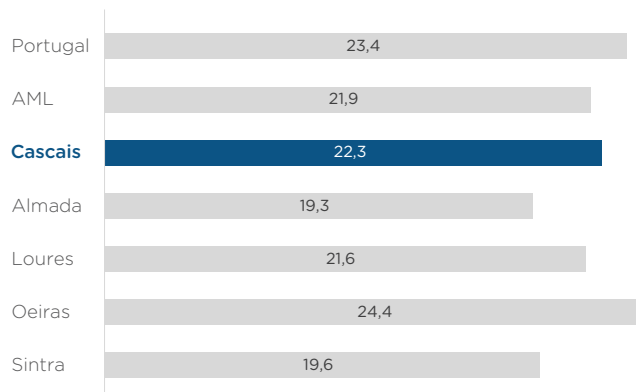
Inquérito às organizações, CEDRU, 2016



Analisando os dados relativos às licenças parentais, em 2017, a relação entre a duração da licença parental do pai e da mãe em Cascais (22,3%) foi superior à média da AML, mas inferior ao valor nacional (23,4%).

Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe, da segurança social (%)

2016, Instituto de Informática (SS), INE



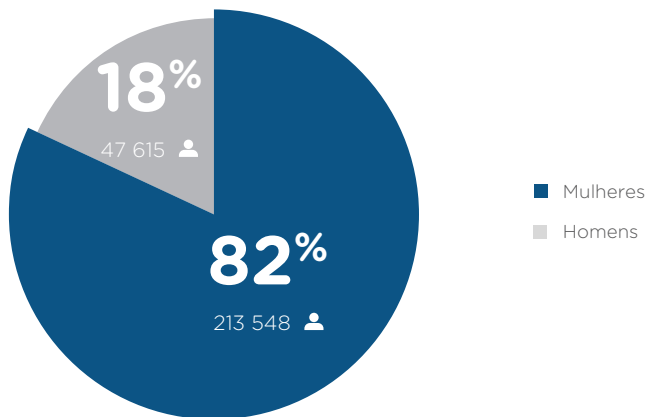
“Bem estar é fazer atividades que gostamos e que são boas para o corpo, para a nossa alegria, simplesmente”

Aluna, 10º ano, escola pública

Nesse ano, os pais gozaram 47.615 dias de licença parental inicial (face a 213.548 dias gozados pelas mães), o que corresponde apenas a 18% do total de dias de licenças parentais iniciais.

Duração da licença parental inicial da segurança social (Dias) por Sexo, Concelho de Cascais

Instituto de Informática (SS), INE, 2017



Este indicador traduz a relação entre o número de dias de licença gozados pelos pais e o número de dias de licença gozados pelas mães, sendo que quanto maior o valor, menor será a diferença entre o número de dias gozados por pais e por mães.

Nos últimos 7 anos, tem-se verificado uma tendência de aumento deste indicador, o que significa que o número de dias gozados pelos pais tem aumento face número de dias gozados pelas mães, representando assim uma evolução positiva no sentido de uma maior igualdade na partilha de responsabilidades familiares.

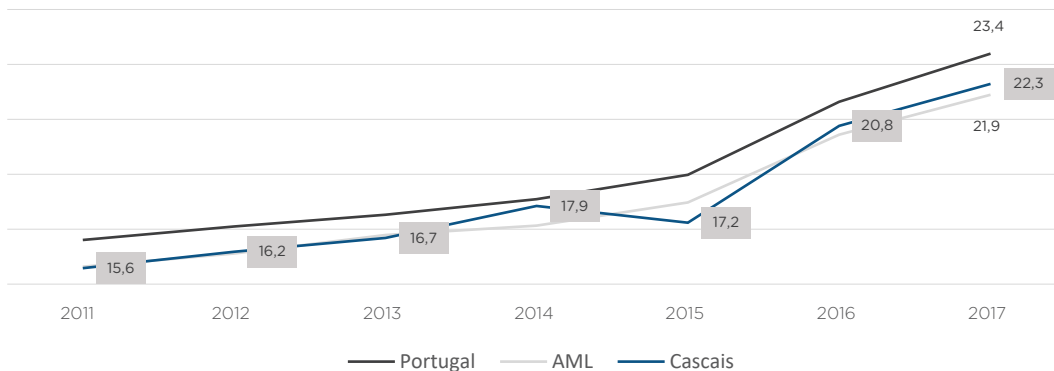
Ainda relativamente aos usos do tempo e na análise da conciliação entre a esfera familiar e profissional, importa analisar as horas de trabalho (remunerado) de homens e mulheres. Verifica-se que as mulheres são a maioria dos trabalhadores até às 44 horas semanais e que no segmento de pessoas que trabalham 45 ou mais horas, os homens são a maioria.

“Mal estar é não ter tempo para a família e amigos”

Rapariga,
Programa Escolhas

Relação entre a duração das licenças parentais iniciais do pai e da mãe, da segurança social (%)

Instituto de Informática (SS), INE

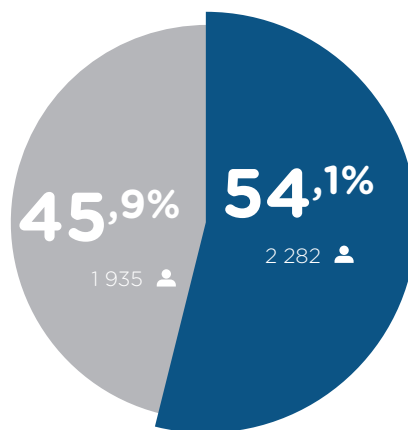


Em 2016, 10,3% dos trabalhadores por conta de outrem no Concelho de Cascais trabalhavam a tempo parcial, realidade marcada por uma forte assimetria de género: 1.935 trabalhadores e 2.282 trabalhadoras. Ainda assim, Cascais revela o menor peso de relativo de mulheres a trabalhar a tempo parcial em comparação com os territórios em análise, (54%).

Trabalhadores/as por conta de outrem a tempo parcial, 2016, Concelho de Cascais

GEE/Mec, GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal, PORDATA

■ Mulheres
■ Homens

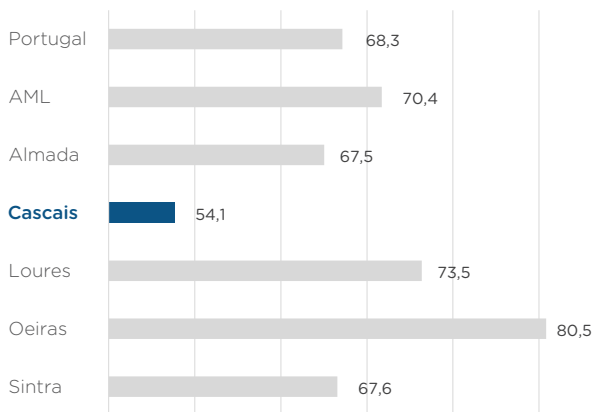


“Bem estar é sentir-me concretizada, tanto a nível pessoal como profissional”

Rapariga,
associação juvenil

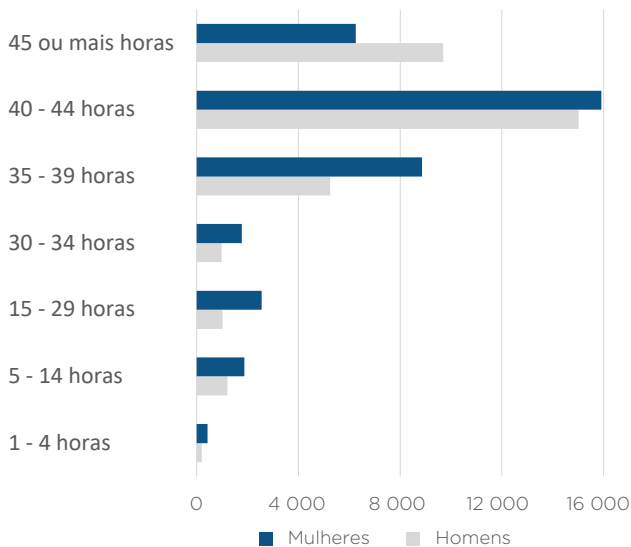
Trabalhadores do sexo feminino em % do total de trabalhadores a tempo parcial

GEE/Mec, GEP/MSESS, MTSSS - Quadros de Pessoal, PORDATA, 2016



População empregada por conta de outrem (Nº) por Sexo e Escalão de horas de trabalho

Censos 2011, INE



14.5 Vulnerabilidades em contexto familiar: a monoparentalidade

A monoparentalidade, não sendo um problema em si mesmo, é uma condição familiar que pode provocar desequilíbrios de rendimentos e de conciliação da vida familiar e profissional. Os dados disponíveis evidenciam uma vulnerabilidade acrescida destes núcleos familiares. Torna-se assim relevante analisar esta

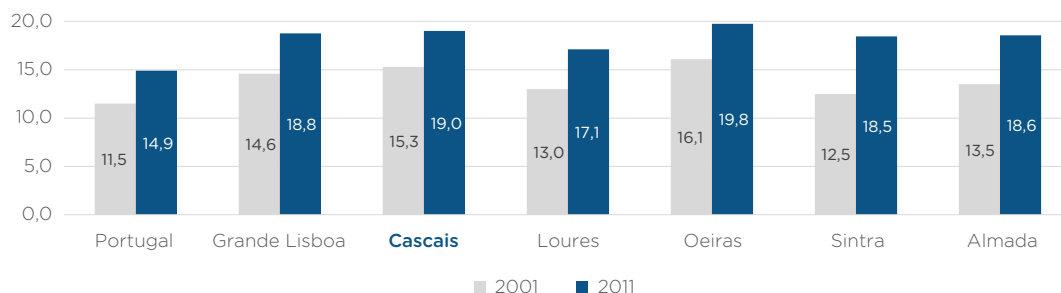
realidade no contexto do grupo de análise das mulheres, uma vez que a maioria das famílias monoparentais são compostas por mães com filhos.

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento das famílias monoparentais em todos os territórios em análise. Em 2011, 19% dos agregados familiares do Concelho de Cascais eram monoparentais, revelando assim um valor relativamente elevado, apenas superado por Oeiras.

Proporção de núcleos familiares monoparentais (%)

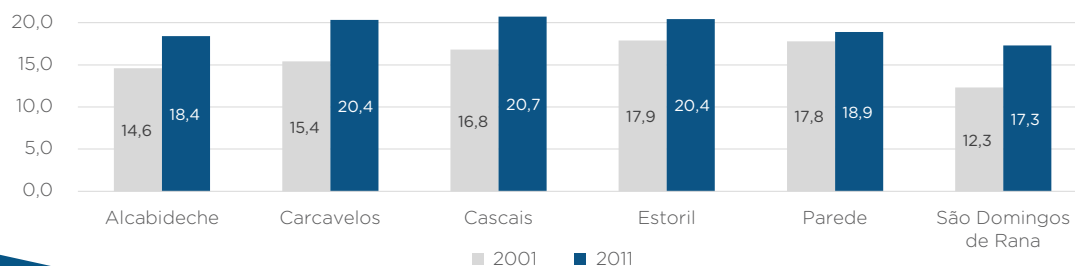
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

Censos 2001 e 2011, INE



Proporção de núcleos familiares monoparentais (%), Concelho de Cascais

Censos 2001 e 2011, INE



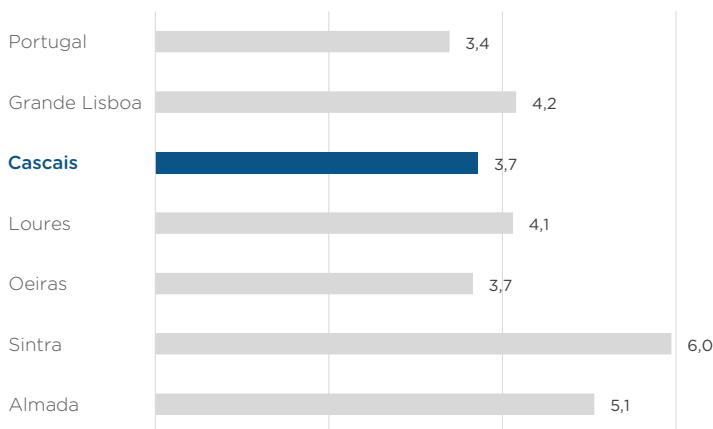
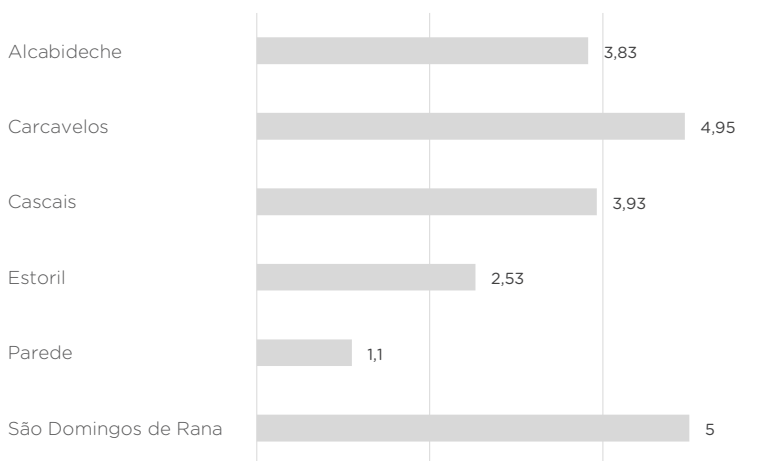
“Mal estar é não ter os apoios necessários para seguirmos em frente com os objetivos”

Rapariga,
Programa Escolhas

A análise por freguesias revela que São Domingos de Rana se distancia dos valores concelhios apresentando o valor mais baixo de todas as freguesias (em 2011, 17,3% das famílias eram monoparentais). Esta é contudo a freguesia onde a monoparentalidade mais aumentou entre 2001 e 2011 (5 p.p.).

Variação 2001-2011 (pontos percentuais)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

**Variação 2001-2011 (pontos percentuais), Concelho de Cascais**

Em 2011, 86% dos núcleos familiares do concelho eram compostos por mães com filhos e apenas 14% por pais com filhos. Esta é uma realidade idêntica nas várias freguesias do concelho.

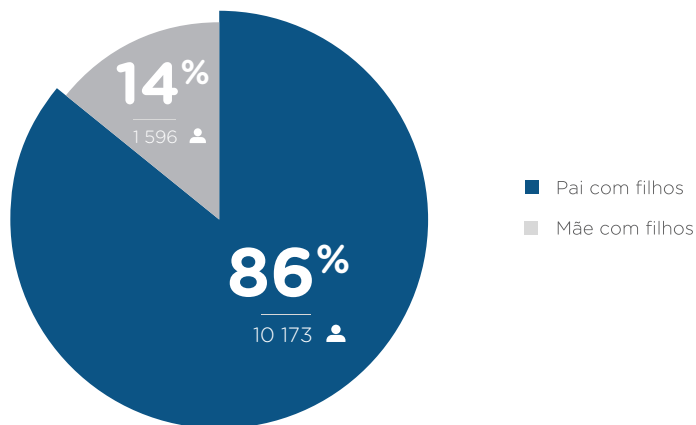
A maioria das mães e pais responsáveis por famílias monoparentais têm entre 35 e 49 anos (40%), seguindo-se o grupo etário dos 50 aos 64 anos. Tratam-se portanto de pessoas em plena idade ativa e com filhos de idades variáveis, mas previsivelmente com forte peso de crianças.

Refira-se contudo que cerca de um quinto das famílias monoparentais têm pais e mães com mais de 65 anos.

Verificam-se algumas diferenças entre freguesias nomeadamente com São Domingos de Rana e Alcabideche a revelar um maior peso de famílias monoparentais mais jovens.

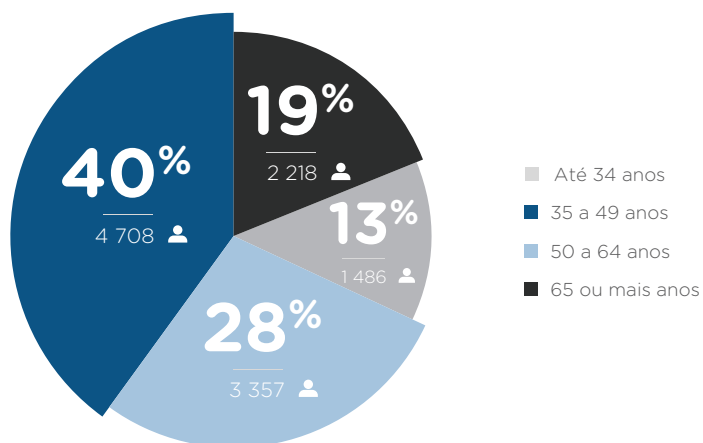
Composição dos núcleos familiares monoparentais (Nº e %), Concelho de Cascais

Censos 2011, INE



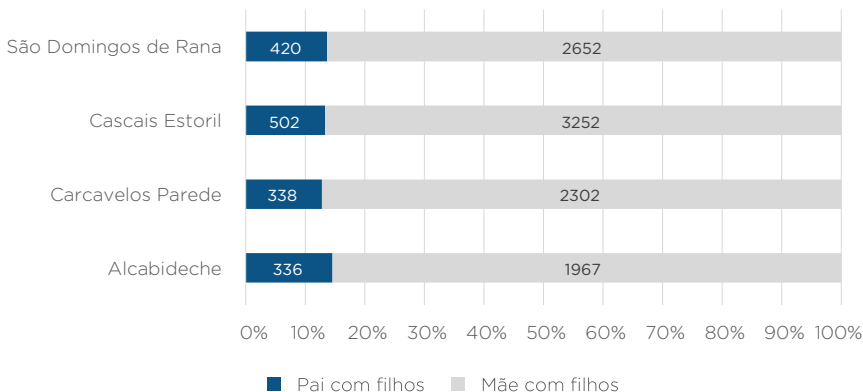
Núcleos familiares monoparentais (Nº e %) por Grupo etário (Pai ou mãe), Concelho de Cascais

Censos 2011, INE



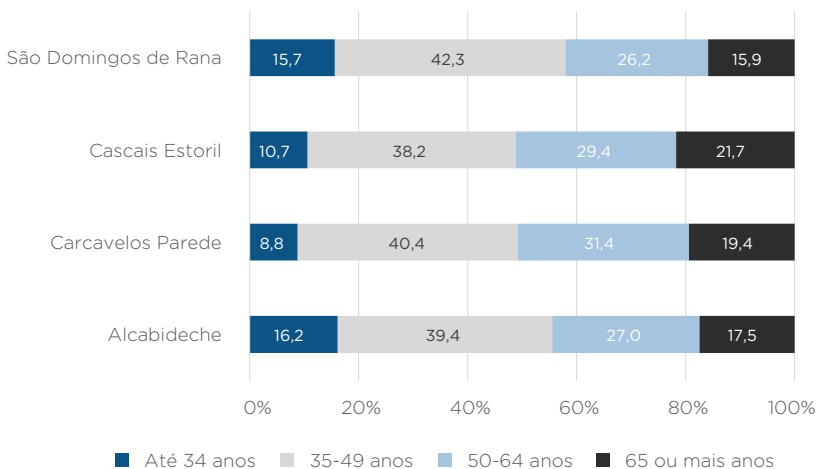
Composição dos núcleos familiares monoparentais (Nº) Concelho de Cascais

Censos 2011, INE



Núcleos familiares monoparentais (%) por Grupo etário (Pai ou mãe), Concelho de Cascais

Censos 2011, INE



No âmbito do inquérito às organizações, foi solicitada a sua opinião relativa ao Impacto da monoparentalidade em diversas dimensões da vida familiar: na economia familiar; na educação das crianças; na conciliação entre a vida familiar e profissional e na rede (social e familiar) de suporte.

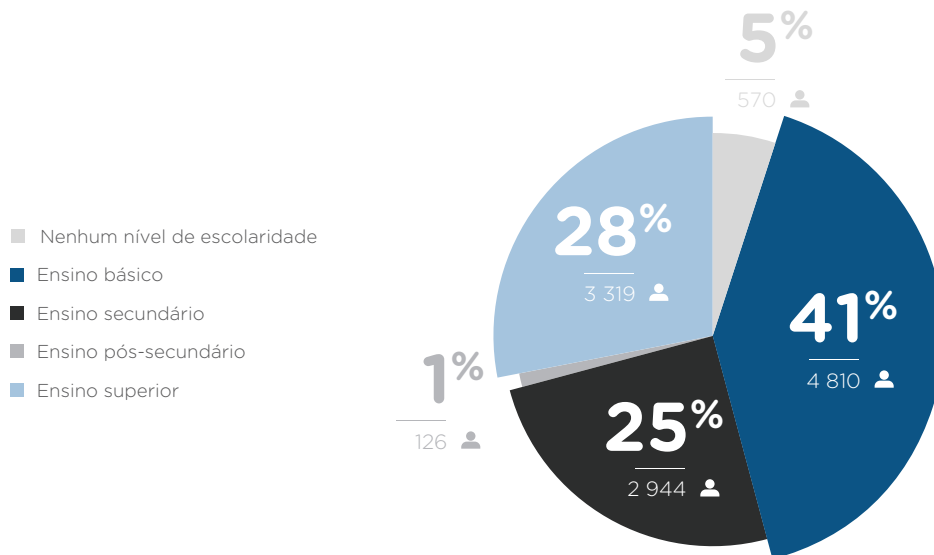
No que se refere à **economia familiar**, das 59 entidades que responderam à questão consideram apenas 3 referem que a monoparentalidade não interfere na economia familiar e uma entidade considera que não existem dados disponíveis

que permitam analisar esse impacto. As restantes entidades consideram que a monoparentalidade tem um forte impacto na economia familiar dado significar muitas vezes uma diminuição do rendimento disponível e portanto, de um menor poder de compra.

A nível da **educação das crianças**, das 56 entidades que responderam, 9 consideram que não há relação entre a monoparentalidade e a educação; 5 considera que o impacto é pontual ou relativo e uma entidade que não existem dados que permitam estabelecer uma relação entre as duas questões. As restantes 41 entidades considera que a monoparentalidade interfere significativamente na educação das crianças, identificando questões como o desgaste e sobrecarga do/a adulto/a que assume a responsabilidade pela educação; a falta de tempo e menor disponibilidade; a divergência de modos de pensar e agir face à educação dos filhos e a dificuldade acrescida de conciliar perspetivas e situações de alienação parental.

Núcleos familiares monoparentais (Nº e %) por Nível de escolaridade (Pai ou mãe), Concelho de Cascais

Censos 2011, INE



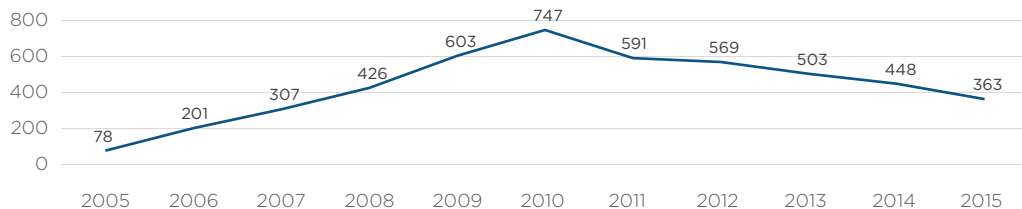
A maioria dos pais e mães das famílias monoparentais têm o ensino básico (41%) e 28% têm o ensino superior.

No que se refere à **conciliação entre a vida familiar e profissional**, das 58 que responderam à questão, apenas uma considera que a monoparentalidade não interfere na conciliação e uma refere novamente não existirem dados disponíveis. Seis entidades consideram que existe impacto, mas não muito significativo e as restantes 50 entidades referem que a monoparentalidade interfere significativamente na conciliação da vida familiar e profissional, identificando questões como a necessidade do progenitor que tem a guarda dos filhos (na maior parte dos casos, a mãe), ter de trabalhar mais horas ou ter um segundo trabalho o que origina uma menor disponibilidade para a família; a falta de tempo e um quotidiano mais stressante e desgastante; as dificuldades de conciliar horários laborais com horários escolares dos filhos e as dificuldades acrescidas que se colocam em situações particulares como as mães que trabalham por turnos ou das mães adolescentes que ainda estudam.

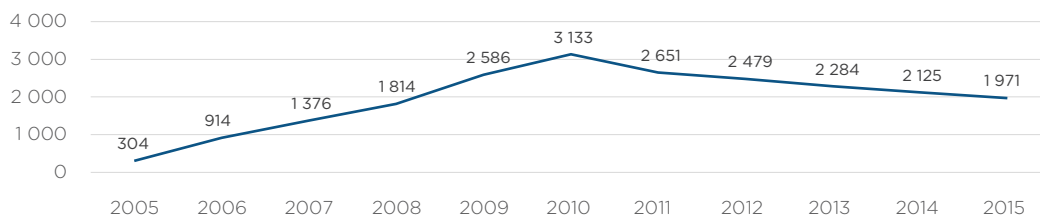
Para 8 organizações, a monoparentalidade não interfere (ou interfere pouco) na **rede familiar e social de suporte** destas famílias e uma considera que não existem dados disponíveis para avaliar esse impacto. As restantes 43 entidades que responderam a esta questão consideram que o impacto é significativo, identificando situações de dois tipos. Algumas entidades consideram que em situações de monoparentalidade, a rede de apoio familiar e social é mais ativada e mais envolvente, nomeadamente no caso dos avós, mas também tios, amigos e vizinhos, funcionando como um fator de equilíbrio. Outras organizações relatam casos em que a monoparentalidade reduz a rede de apoio que se torna insuficiente para fazer face às necessidades das famílias (por exemplo, no caso da criança ficar doente, o progenitor tem de faltar ao trabalho).

Analisando os agregados familiares que receberam Rendimento Social de Inserção entre 2005 e 2015 verifica-se que os agregados familiares monoparentais seguiram a mesma tendência geral do conjunto dos agregados familiares beneficiários desta prestação social: aumento acentuado entre 2005 e 2010 e diminuição gradual desde então. Verifica-se contudo que, entre 2010 e 2015 o nº de agregados familiares monoparentais com RSI diminuíram 51% enquanto que a diminuição dos agregados com RSI na sua globalidade foi de 37%. Efetivamente, o peso de agregados monoparentais no total de famílias que recebem RSI tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Em 2015, 18% dos agregados com RSI eram monoparentais, valor inclusivamente inferior ao peso de agregados monoparentais (19%) no total de agregados do concelho.

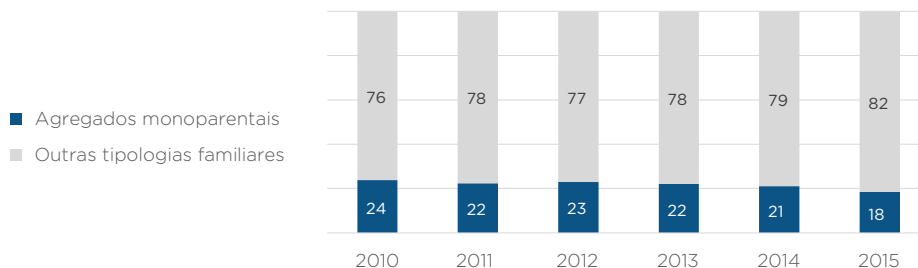
Número de Agregados Familiares Monoparentais com processamento de RSI, residentes no concelho de Cascais, SS



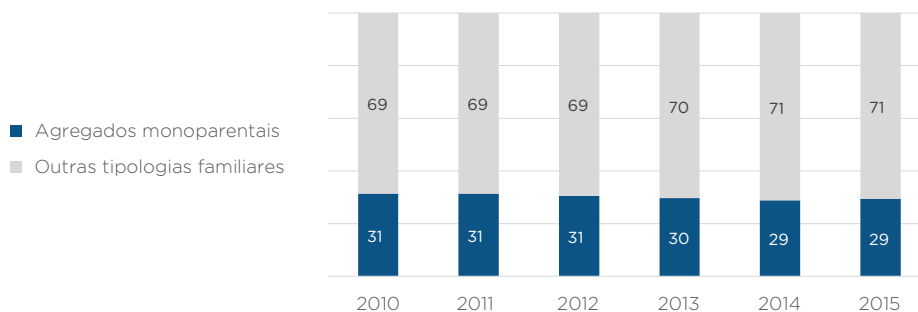
Número total de Agregados Familiares com processamento de RSI, residentes no concelho de Cascais, SS



Proporção de agregados familiares monoparentais no total de agregados com processamento de RSI (%), SS, Concelho de Cascais



Número total de Agregados Familiares com processamento de RSI, residentes no concelho de Cascais, SS

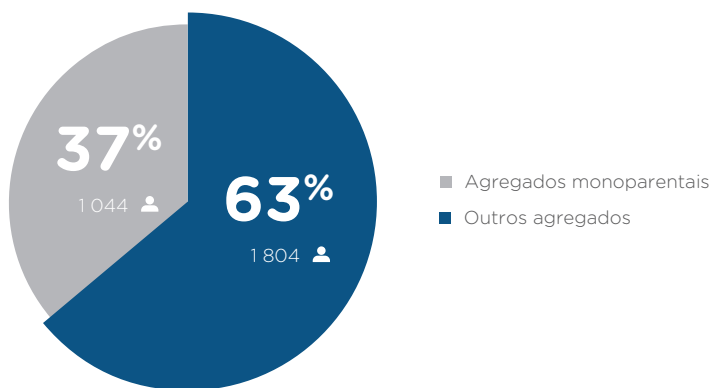


Já no que se refere aos atendimentos e acompanhamentos sociais da Segurança Social de Cascais, verifica-se que os agregados monoparentais têm um elevado peso no total de agregados acompanhados e/ou atendidos. Em 2015, de um total de 9.820 agregados familiares, 29% eram monoparentais. Ainda assim, o seu peso tem vindo também a diminuir gradualmente nos últimos anos.

No que respeita ao abono de família, a proporção de agregados com majoração por monoparentalidade tem vindo também a diminuir ligeiramente. Em 2015, de um total de 19.755 agregados que receberam abono de família, 22% eram monoparentais, o que corresponde a 4.447 famílias.

Um outro dado que ilustra a eventual vulnerabilidade económica das famílias monoparentais são os pedidos de habitação municipal. Entre 2012 e abril de 2017 foram registados 2.848 pedidos de habitação, dos quais, 1.044 (37%) são de agregados monoparentais. Neste mesmo período foram realojadas 300 famílias, das quais 43% são monoparentais. Este diferença positiva entre peso relativo de pedidos e de realojamentos deve-se ao facto da monoparentalidade ser um critério de majoração na avaliação da gravidade das situações e consequente atribuição de casa, a par de outras condições específicas como a existência de pessoas com deficiência no agregado ou a titular do pedido ter estatuto de vítima de violência doméstica.

Pedidos de habitação municipal por tipologia de agregado, entre 2012 e abril de 2017, CMC, Concelho de Cascais

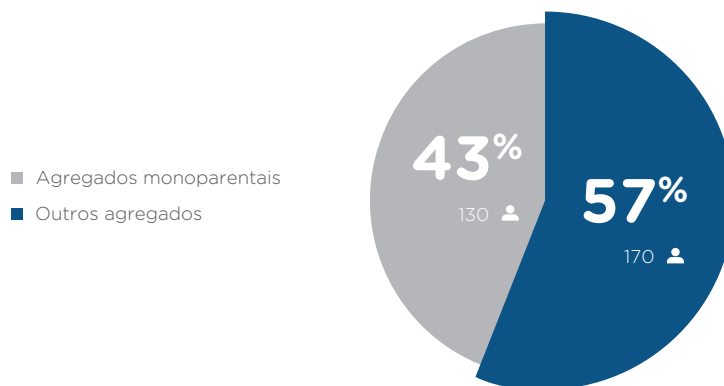


“Para mim o bem-estar é ter as necessidades básicas supridas”

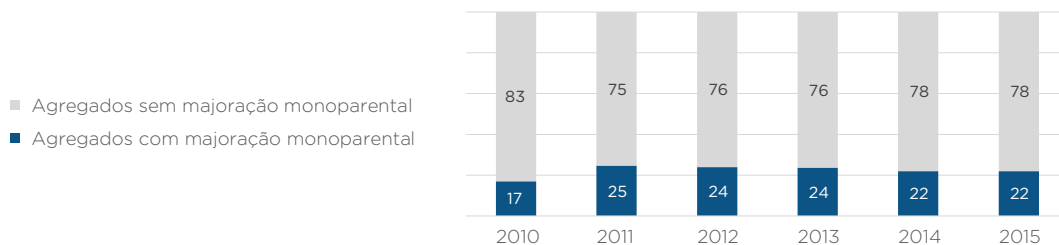
Rapariga, pertencente a associação juvenil

Em 25% dos pedidos de habitação de agregados monoparentais as/os titulares são de nacionalidades estrangeiras, valor muito superior ao peso da população estrangeira no Concelho, o que poderá apontar para uma maior fragilidade das/os imigrantes no acesso à habitação, nomeadamente quando se conjuga a condição de imigrante com a monoparentalidade.

Realojamentos efetuados por tipologia de agregado, entre 2012 e abril de 2017, CMC, Concelho de Cascais



Proporção de agregados familiares monoparentais no total de agregados atendidos/acompanhados pela Segurança Social (%), SS, Concelho de Cascais



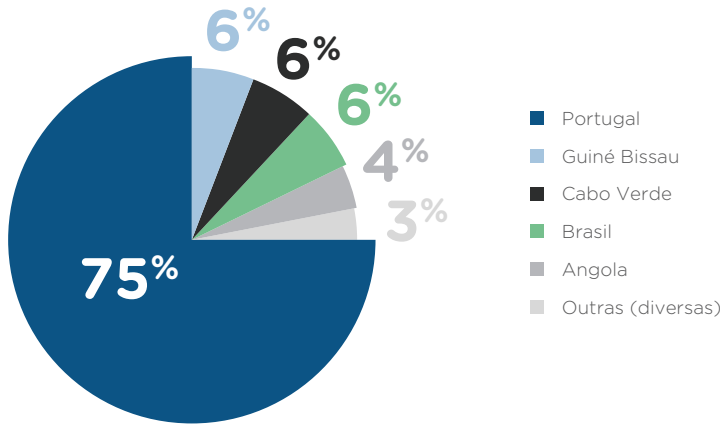
“Para mim o bem-estar é ter autonomia com mais facilidades no acesso à habitação”

Mulher, deficiência motora

“Para mim o bem-estar é viver com acesso aos bens básicos da vida (educação, alimentação e saúde)”

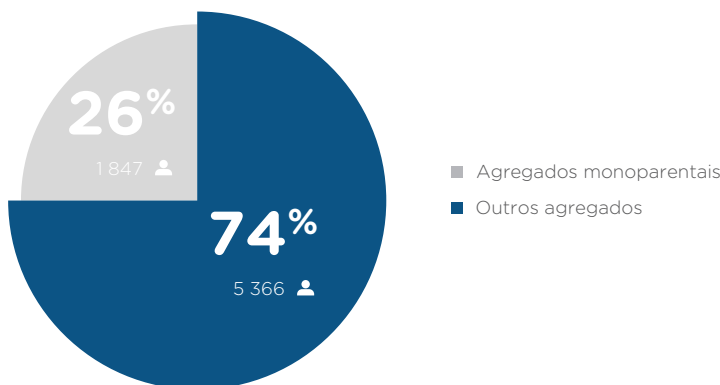
Aluna, 12º ano, escola privada

Pedidos de Habitação de agregados monoparentais por nacionalidade da/o titular, entre 2012 e abril de 2017, CMC, Concelho de Cascais



Por fim, um último indicador decorre do Protocolo “Cascais + Solidário”, que envolve o município de Cascais e várias organizações ligadas ao setor social, cujo principal objetivo é dar uma resposta imediata a necessidades básicas de subsistência através de géneros alimentares ou apoio pecuniário. Este protocolo apoiou, entre 2013 e 2016, um total de 7.213 agregados, dos quais 1.847 são agregados monoparentais, o que representa 26% do total de agregados apoiados. Este valor percentual é muito superior ao peso de agregados familiares monoparentais do concelho (19%).

Agregados familiares apoiados pelo Cascais + Solidário, por tipo de agregado, entre 2013 e 2016, CMC, Concelho de Cascais



“Vivo numa casa muito velha, que tem o telhado a cair e tenho medo que caia em cima de mim”
Mulher, sénior

14.6 Vulnerabilidades em contexto familiar: violência contra as mulheres

Em 2017, foram registados em Cascais 1.438 crimes contra as pessoas. Do total de vítimas destes crimes (1.906 pessoas), 58% foram mulheres. Este desequilíbrio de género tem-se mantido nos últimos anos, sendo contudo 2017 o ano com a menor proporção de mulheres no conjunto das vítimas destes crimes. Em comparação com outros municípios, apesar das diferenças não serem muito significativas, Cascais apresenta, em 2017, o menor peso de mulheres entre as vítimas de crimes contra as pessoas.

Lesados/Ofendidos identificados em crimes contra as pessoas
Concelho de Cascais, DGPJ, 2017



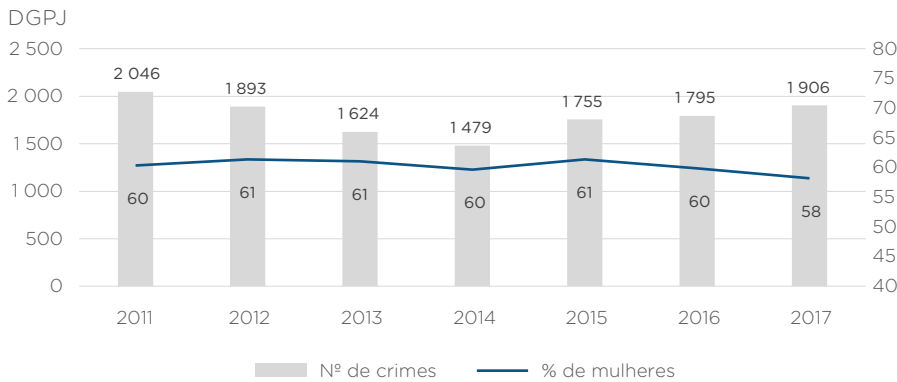
Os dados relativos aos suspeitos/agentes deste tipo de crimes revelam que, em 2017, 76% desses suspeitos são do sexo masculino.

Agentes/Suspeitos identificados em crimes contra as pessoas, Concelho de Cascais

DGPJ, 2017

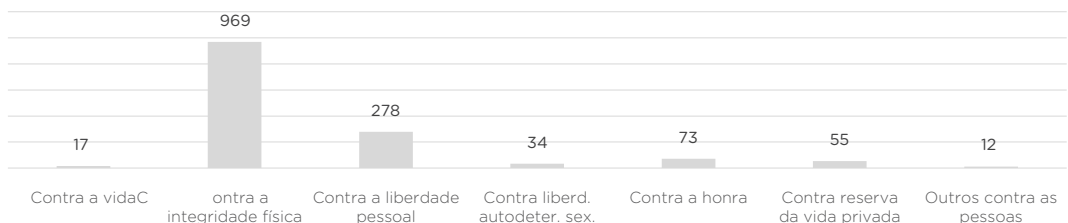


Número de lesados/ofendidos nos crimes contra as pessoas e proporção (%) de mulheres, Concelho de Cascais



Nº de crimes contra as pessoas registados no Concelho de Cascais, por tipo de crime

DGPJ, 2017

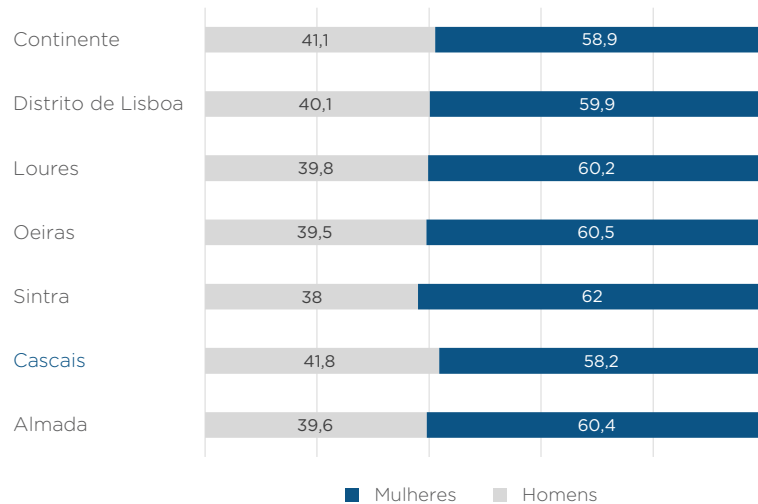


Do total de crimes contra as pessoas (1.438), a grande maioria são contra a integridade física (67%) e 19% são contra a liberdade pessoal.

Lesados/Ofendidos identificados em crimes contra as pessoas por sexo (%)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

2017, DGPJ



Efetuada uma análise mais fina dos principais 5 tipos de crimes contra as pessoas, as figuras abaixo identificam os crimes onde existe um grande desequilíbrio de género ao nível da vitimação (ou seja, onde um dos sexos representa mais de 66% dos lesados/ofendidos). Verifica-se que, apesar de serem estatisticamente pouco representativos, os crimes de ofensa à integridade física grave e os maus tratos sobre menores afetaram, em 2017, sobretudo vítimas do sexo masculino. Já os crimes de violência doméstica, os crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e os crimes contra a reserva da vida privada, afetaram no mesmo ano sobretudo vítimas do sexo feminino.

“Bem-estar é sermos respeitados pelos outros”

Aluna, 12º ano,
escola privada

Lesados/Ofendidos em crimes contra as pessoas, por sexo e tipo de crime, Concelho de Cascais

DGPJ, 2017

Crimes contra a integridade física		
■	Of. int. física vol. Grave	12 homens
		5 mulheres
■	Of. int. física vol. simples	276 homens
		191 mulheres
■	Of. int. fís. negl. Outras	0 homens
		4 mulheres
■	Violência doméstica cônj/anál.	209 homens
		492 mulheres
■	Violência doméstica c/ menores	3 homens
		4 mulheres
■	Outros violência doméstica	43 homens
		103 mulheres
■	Maus tratos/sobrecarga menores	7 homens
		3 mulheres
■	Outros de maus tratos	3 homens
		8 mulheres
■	Outros contra int. física	20 homens
		15 mulheres
Crimes contra a liberdade pessoal		
■	Rapto/ sequestro/ tom. reféns	3 homens
		10 mulheres
■	Ameaça e coacção	146 homens
		138 mulheres
■	Outros contra lib. pessoal	0 homens
		3 mulheres
Crimes contra a honra		
■	Difamação, calúnia e injúria	29 homens
		39 mulheres
Crimes contra a reserva da vida privada		
■	Viol. dom./intr. lugar vedado	9 homens
		13 mulheres
■	Devassa vida priv/ viol. segr.	0 homens
		6 mulheres
■	Devassa p/meio de informática	3 homens
		6 mulheres
■	Outros contra res. vida priv.	7 homens
		16 mulheres

■ Crimes que afetam sobretudo homens

■ Crimes que afetam sobretudo mulheres

■ Crimes onde não se verificam
desequilíbrios de género acentuados

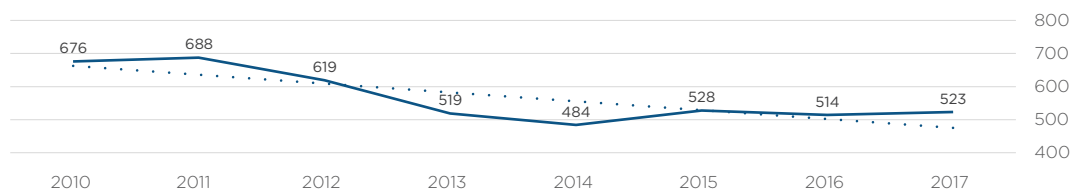
Crimes contra liberd. autodeter. sex.		
■ Crimes que afetam sobretudo mulheres	Ab.sex.crianç/adol./men. depend	3 homens 8 mulheres
	Outr. contra lib. autodet.sex.	0 homens 23 mulheres
■ Crimes que afetam sobretudo homens		
■ Crimes onde não se verificam desequilíbrios de género acentuados		

Analisando o crime de violência doméstica (o crime mais relevante em termos quantitativos no âmbito dos crimes contra as pessoas, representando 36% do total), e somando duas das tipologias anteriormente identificadas (“violência doméstica contra cônjuges ou análogos” e “outros violência doméstica”) verifica-se uma tendência de diminuição nos últimos 8 anos no Concelho de Cascais. O crime de violência doméstica diminuiu 22,6% entre 2010 e 2017.

Ainda assim, em 2017, foram registados pelas forças policiais 523 crimes desta natureza no Concelho de Cascais.

Este é efetivamente um fenómeno presente na vida de muitas famílias. Dos 450 munícipes inquiridos no âmbito do diagnóstico social de Cascais, 22% conhecem pessoas que foram vítimas de violência doméstica.

Crimes de violência doméstica registados, Concelho de Cascais DGPJ



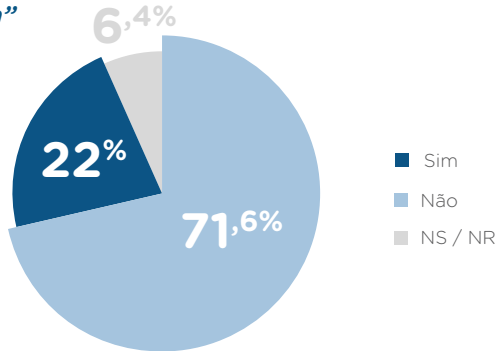
“Mal estar é violência doméstica.”

Mulher, deficiência intelectual

Os 523 crimes de violência doméstica registados em 2017, envolveram 847 vítimas, das quais 595 (70%) são mulheres. No que se refere aos 583 suspeitos identificados, 81% são do sexo masculino e 8 indivíduos foram detidos no mesmo ano pelas forças de segurança no âmbito do crime de violência doméstica contra cônjuges ou análogos.

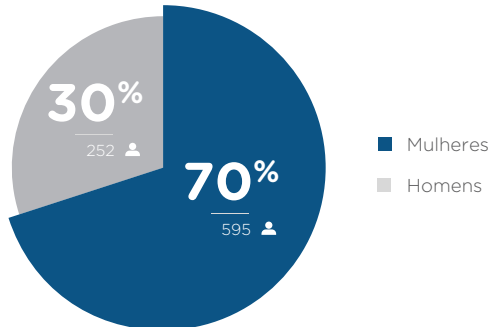
De acordo com o Tribunal de Cascais, entre 2009 e 2013 foram condenadas 102 pessoas pelo crime de violência doméstica contra cônjuge/análogo e 15 pessoas por outros crimes de violência doméstica.

Respostas dos munícipes (%) à questão: “Conheço pessoas na minha rede de contactos que já foram alvo de Violência Doméstica”



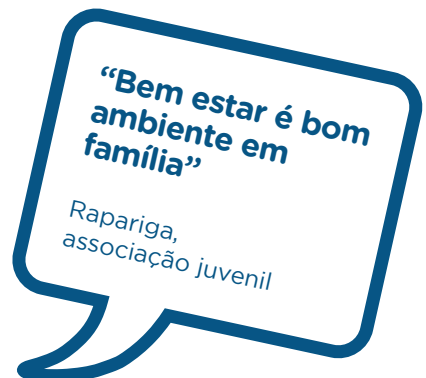
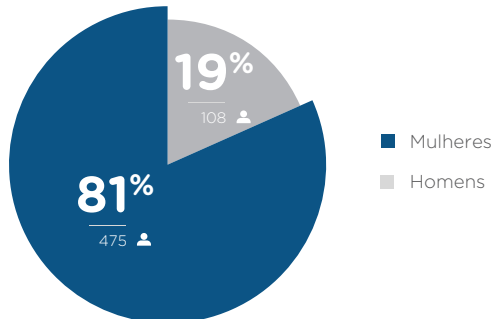
Lesados/ofendidos nos crimes de Violência Doméstica (N e %), Concelho de Cascais

DGPJ, 2017



Agentes/Suspeitos nos crimes de Violência Doméstica (N e %), Concelho de Cascais

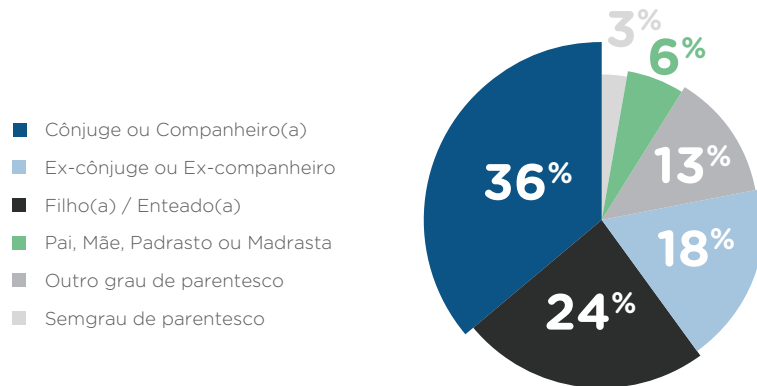
DGPJ, 2017



Dados do Fórum Municipal de Cascais contra a Violência Doméstica - FMCVD - (recolhidos junto das Forças de Segurança locais: PSP e GNR) e referentes ao ano 2017, permitem aprofundar as características destas situações, nomeadamente no que se refere ao grau de parentesco entre vítimas e agressores. A grande parte das situações ocorre entre cônjuges/companheiros (36%) ou ex-cônjuges/ companheiros (18%). 24% dos crimes são exercidos contra filhas/os ou enteadas/os e 6% são contra ascendentes.

Grau de parentesco entre suspeito e vítima de crimes de violência doméstica, Concelho de Cascais

FMCVD (PSP e GNR), 2017



No que se refere à idade das vítimas, mais de um terço das situações atingem vítimas entre os 25 e os 44 anos e 24% são vítimas menores (com menos de 16 anos).

Os dados da PSP (entidade responsável pelo registo da grande maioria das ocorrências de VD no Concelho dada a sua abrangência territorial) permitem uma leitura desagregada por sexo dos grupos etários das vítimas. Verifica-se assim que no caso das vítimas do sexo masculino, 45% (N=101) são menores de 16 anos e 25% (N=56) têm entre 25 e 44 anos. Já no caso das vítimas mulheres, 39% (N=185) tem entre os 25 e os 44 anos e 24% (N=112) são também mulheres adultas entre os 45 e os 64 anos.

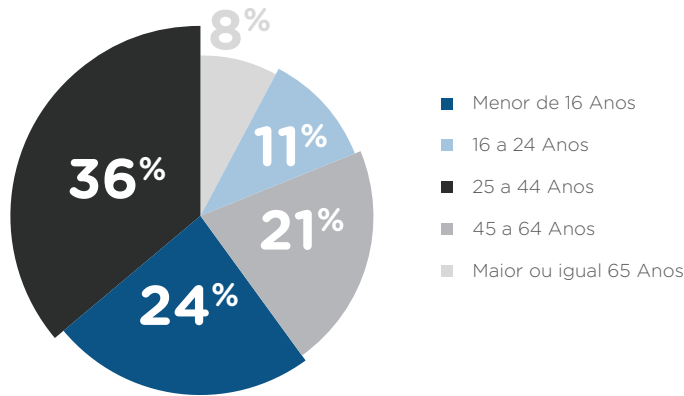
“Bem estar é estar bem com os que amo”

Rapariga,
Programa Escolhas

A mesma informação relativa aos agressores revela que mais de metade (52%; N=257) dos agressores do sexo masculino têm entre 25 e 44 anos e 37% (N=184) têm entre 45 e 64 anos. Verifica-se o mesmo padrão etário no caso das (146) mulheres suspeitas de crimes de violência doméstica: 92% tem entre 24 e 64 anos.

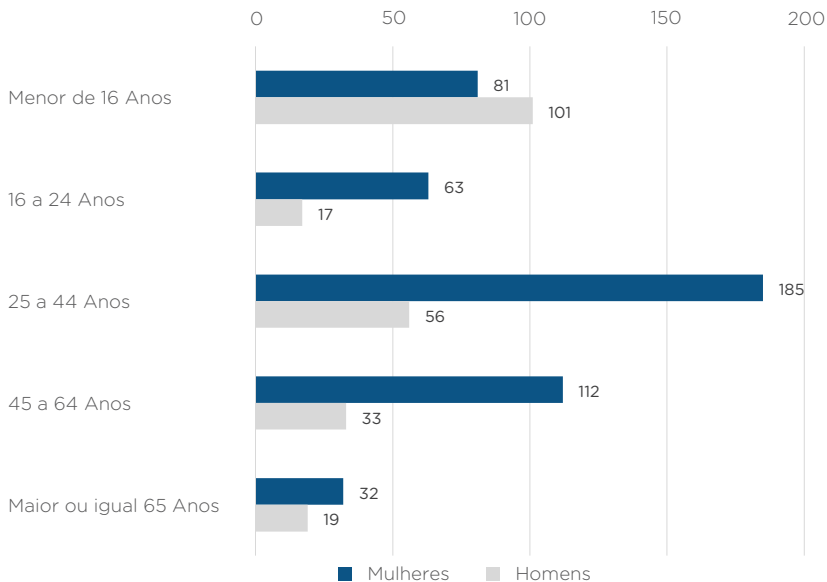
Grupos etários das vítimas de crimes de violência doméstica, (%), Concelho de Cascais

FMCVD (PSP e GNR), 2017



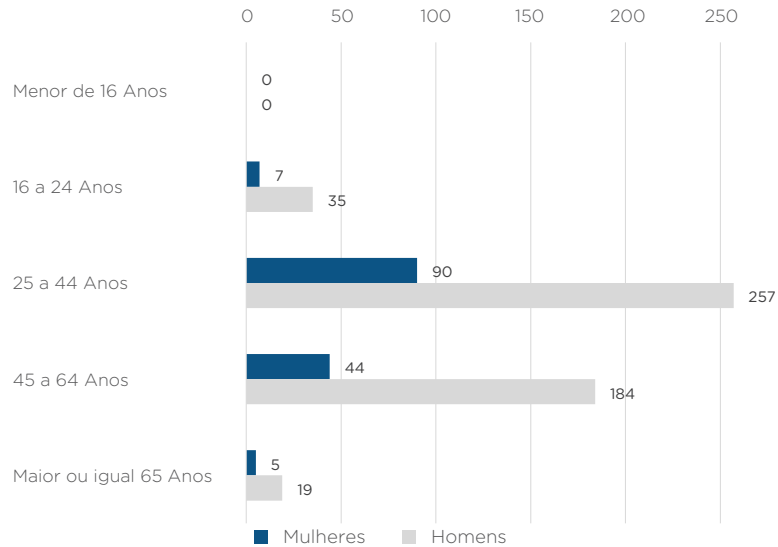
Grupos etários das vítimas de crimes de violência doméstica por sexo, (Nº), Concelho de Cascais

FMCVD (PSP), 2017



Grupos etários dos suspeitos de crimes de violência doméstica por sexo, (Nº), Concelho de Cascais

FMCVD (PSP), 2017

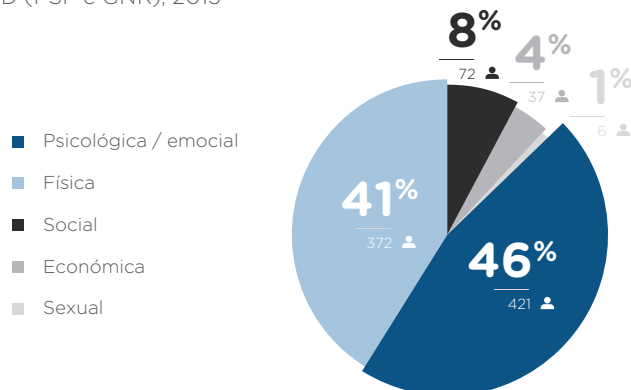


De acordo com os últimos dados disponíveis (2013), Cascais-Estoril representava mais de um terço das situações e Alcabideche apenas 10%.

Outro dado relevante prende-se com os tipos de violência registados e os locais de ocorrência dos crimes. A maioria das situações são caracterizadas por violência psicológica (46%) e física (41%) e ocorrem sobretudo em casa (73%), mas também na via pública (17,1%).

Tipos de violência Doméstica registados (N e %)

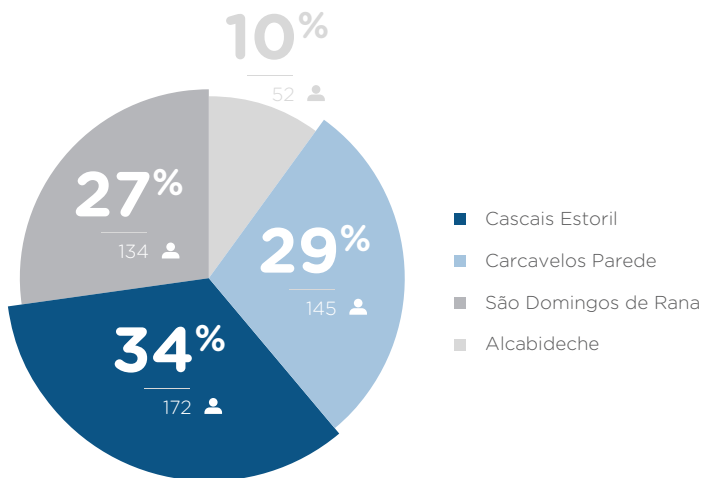
FMCVD (PSP e GNR), 2013



“Mal estar é estar com pessoas que estão constantemente a discutir”

Aluna 12º ano, escola privada

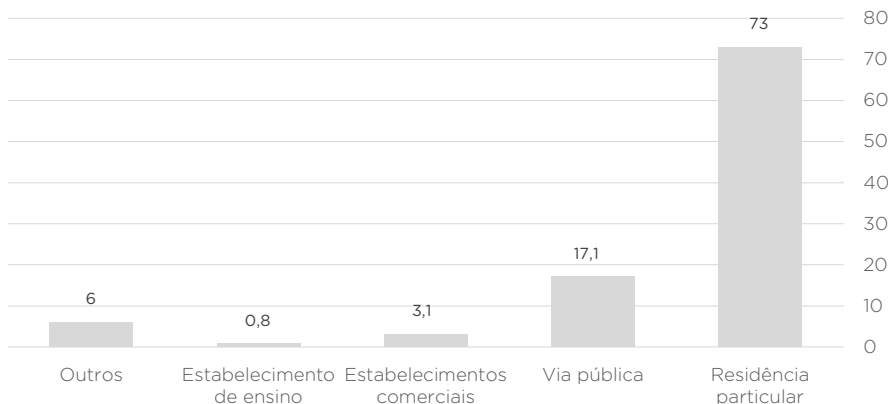
Ocorrências de violência Doméstica por freguesia (Nº e %),
 FMCVD (PSP e GNR), 2013



Os dados relativos aos níveis de ensino de vítimas e agressores, e apesar do elevado nº de situações onde a informação não está disponível, revelam a transversalidade social da violência doméstica. Cerca de um terço das vítimas e dos agressores têm o ensino básico e 17,1% das vítimas e 12,3% dos agressores têm o ensino superior.

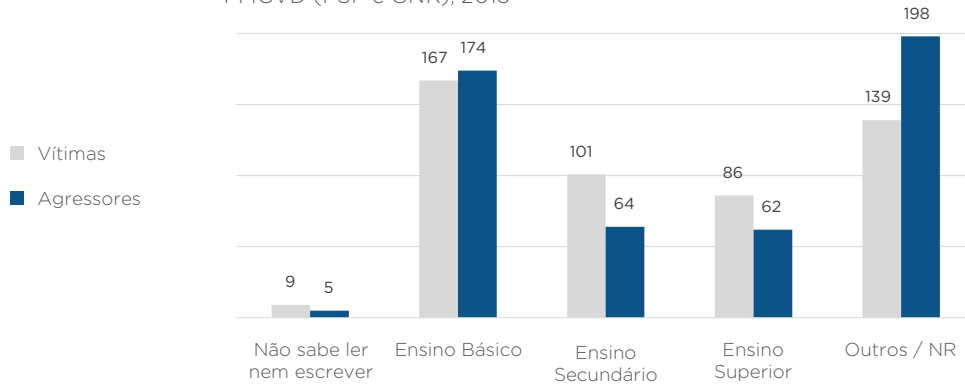
Tipos de violência Doméstica registados (%), Concelho de Cascais

FMCVD (PSP e GNR), 2013



Níveis de ensino de vítimas e agressores de violência doméstica (Nº), Concelho de Cascais

FMCVD (PSP e GNR), 2013



Ainda no âmbito de crimes que afetam mulheres e que constituem formas de violência de género, importa referir a problemática da **Mutilação Genital Feminina (MGF)**. Um estudo do CESNOVA/CICS da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, intitulado “Mutilação Genital Feminina: prevalências, dinâmicas socioculturais e recomendações para a sua eliminação”, de Março de 2015, situa Cascais no contexto dos vários municípios do Distrito de Lisboa face à prevalência da MGF.

Este estudo calcula a prevalência da MGF em Portugal, extrapolando a prevalência do fenómeno dos países de origem de determinadas comunidades imigrantes. Em termos metodológicos, são dados os seguintes passos:

- Identificação dos países do mundo onde a MGF é praticada e respetiva prevalência do fenómeno;
- Análise da distribuição geográfica (local de residência em Portugal) das mulheres provenientes de cada um destes países.
- Por último, ao número de mulheres residentes em Portugal (originárias de cada um dos países praticantes de MGF) são aplicadas as prevalências nos países de origem.

Uma das primeiras ilações a tirar é que, de entre os 29 países onde se pratica a MGF (UNESCO), existem níveis de prevalência muito variáveis, “(...) variando entre percentagens superiores a

90% (como o Djibouti, o Egito, a Guiné -Conacri e a Somália) e inferiores as 10% (como é o caso dos Camarões, do Gana, do Iraque, de Níger, do Togo e do Uganda).” (CesNova, FCSH/UNL, projeto MGF, 2015, p.35)

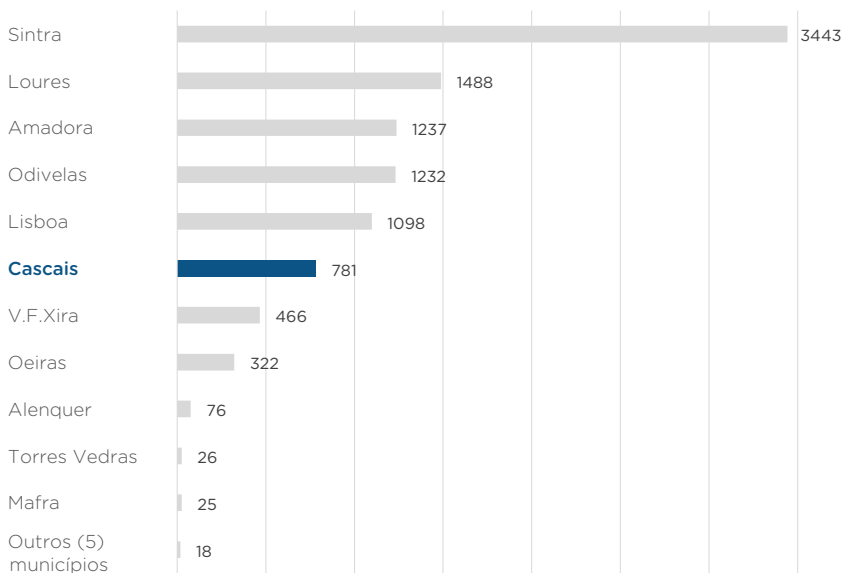
Nesta listagem de países “praticantes”, a Guiné Bissau, com uma prevalência de MGF de 50%, emerge como um país de origem relevante na imigração em Portugal e também, em Cascais. Residem aliás, em Cascais, 781 mulheres provenientes de países onde se pratica a MGF.

A nível nacional, este estudo estima que existam em Portugal 5.246 mulheres entre os 15 e os 49 anos que foram submetidas à MGF, das quais 90% são provenientes da Guiné Bissau, seguidas das mulheres da guiné-Conacri (3%) e do Senegal (2%).

Efetuada a extrapolação das prevalências dos países de origem para as comunidades residentes em cada município, verifica-se que, no âmbito do distrito de Lisboa, Cascais acolhe 7% (323 mulheres) do total de mulheres do Distrito previsivelmente submetidas à MGF.

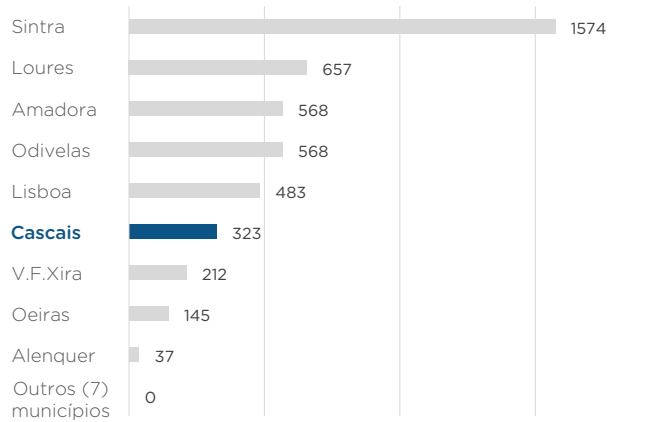
Número de mulheres naturais de países praticantes de MGF residentes no Distrito de Lisboa

INE, 2011, CesNova, FCSH/UNL, projeto MGF, 2015, p.43 (adaptado)



Prevalência de MGF no distrito de Lisboa por município (Nº)

Fonte: CesNova, FCSH/UNL, projeto MGF, 2015, p.56 (adaptado)



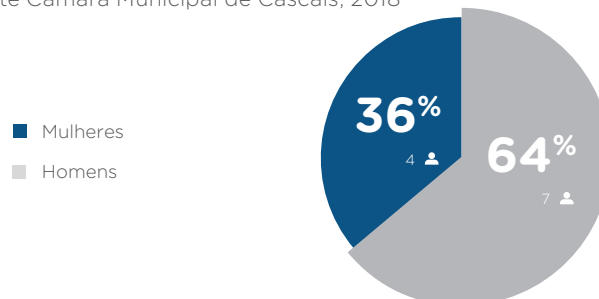
14.7 Participação e cidadania

Uma das áreas onde se continuam a verificar desigualdades de género significativas é ao nível da participação e representação política. Verifica-se que, em todos os órgãos autárquicos, existem mais homens que mulheres.

A nível municipal (vereadores e assembleia municipal), a peso de mulheres é ligeiramente superior a um terço. Ao nível da presidência das freguesias, existe uma mulher presidente e três homens. Os executivos das juntas de São Domingos de Rana e Cascais Estoril são mais equilibrados (3 mulheres em 7 lugares) do que Carcavelos Parede e Alcabideche. Estas são contudo as freguesias com assembleias mais paritárias com o peso de mulheres a atingir perto de 50% no caso de Alcabideche.

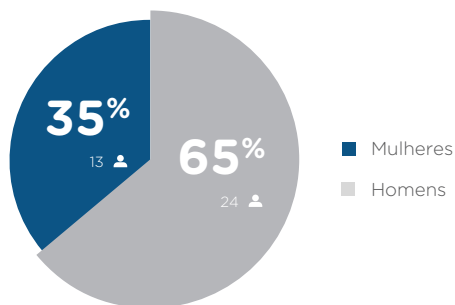
Vereadores/as Câmara Municipal de Cascais, (Nº e %)

Site Câmara Municipal de Cascais, 2018



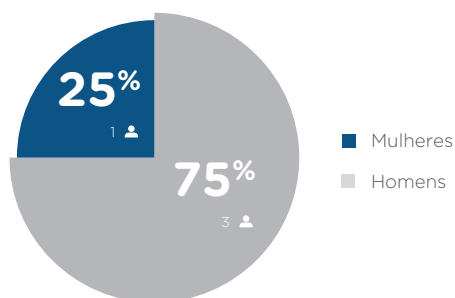
Membros da Assembleia Municipal, (Nº e %)

Site Câmara Municipal de Cascais, 2018



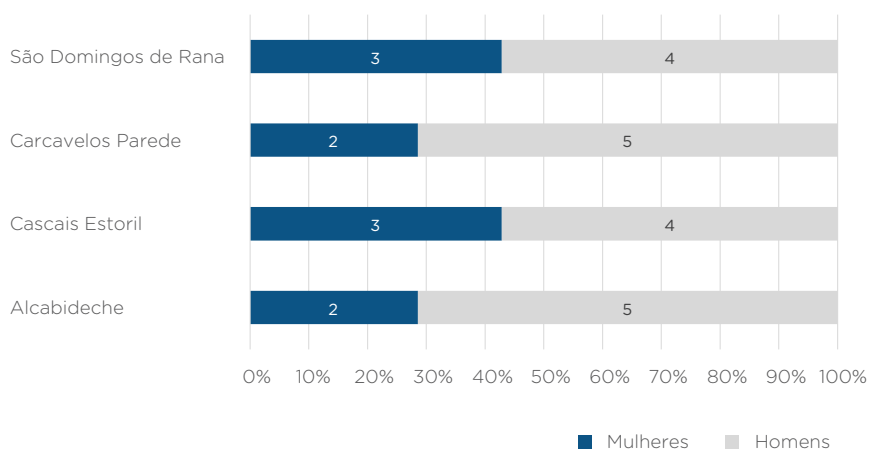
Presidentes de Junta de Freguesia, (Nº e %)

Juntas de Freguesia, 2018



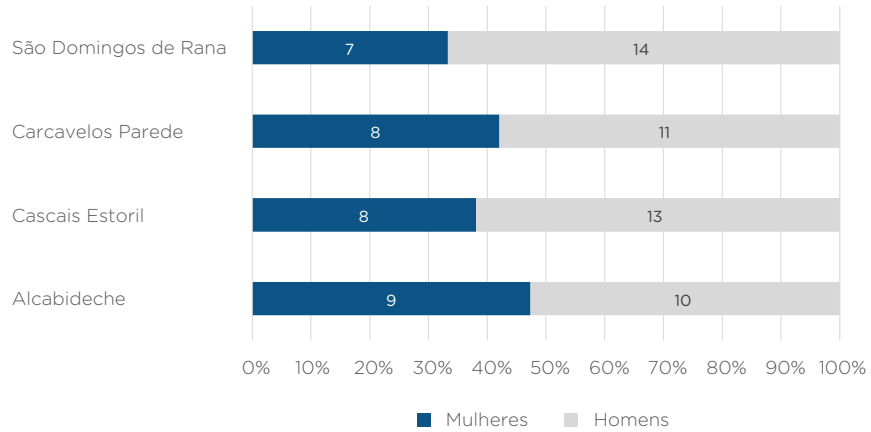
Composição dos executivos de Freguesia

Sites Juntas de Freguesia, 2018



Composição das assembleias de Freguesia

Fonte: sites Juntas de Freguesia, 2018



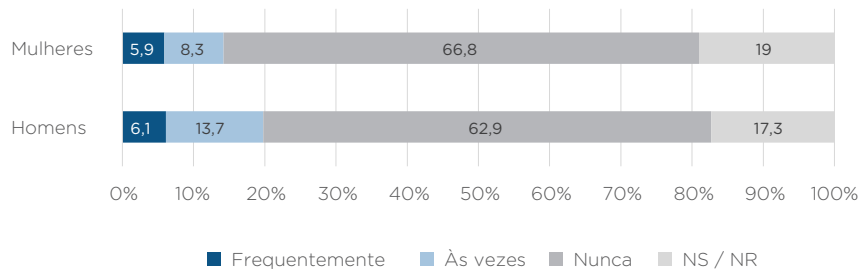
Para além das questões da participação política, o diagnóstico social recolheu junto da população informação sobre a utilização do tempo livre, nomeadamente ao nível da participação cívica, lazer e desporto. No que toca ao desporto e lazer não se verificam diferenças muito significativas entre homens e mulheres. Parece contudo que os homens dedicam mais tempo a si mesmos, incluindo hobbies, do que as mulheres. O mesmo se verifica em relação à participação e envolvimento cívico, domínio onde, apesar de tanto homens como mulheres revelarem níveis muito baixos, os homens investem mais tempo do que as mulheres em associações, partidos e voluntariado.

“Bem estar é viver num concelho que esteja em contacto com população”

Mulher, Sénior

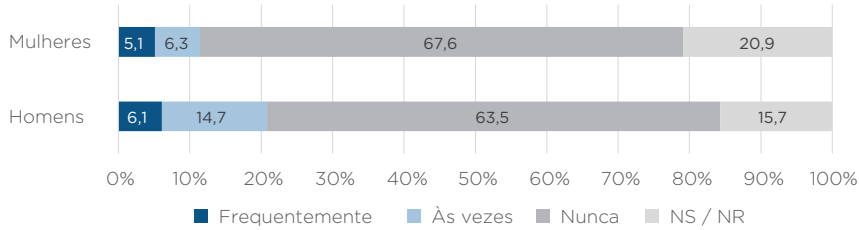
Resposta dos munícipes à questão: “Quando saio do trabalho dedico-me a atividades cívicas (associações, organizações ou partidos)”

Inquérito a Munícipes, CEDRU, 2016



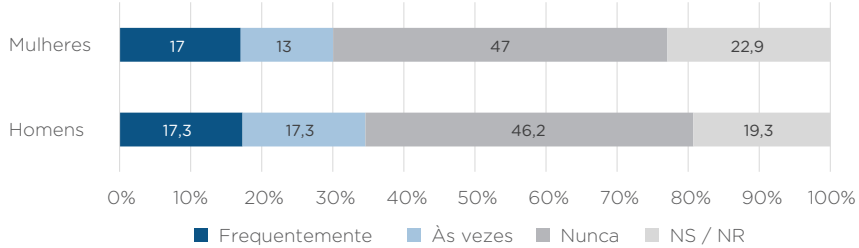
Resposta dos munícipes à questão: “Quando saio do trabalho costumo fazer voluntariado”

Inquérito a Municípios, CEDRU, 2016



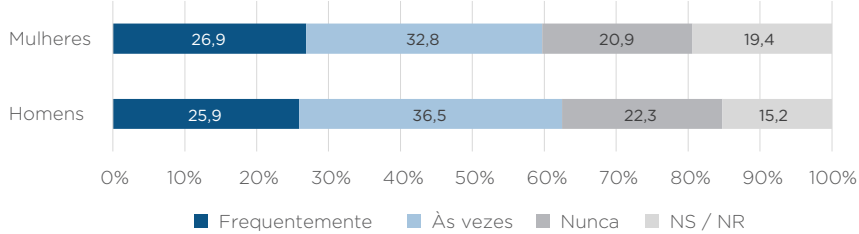
Resposta dos munícipes à questão: “Quando saio do trabalho costumo praticar desporto”

Inquérito a Municípios, CEDRU, 2016



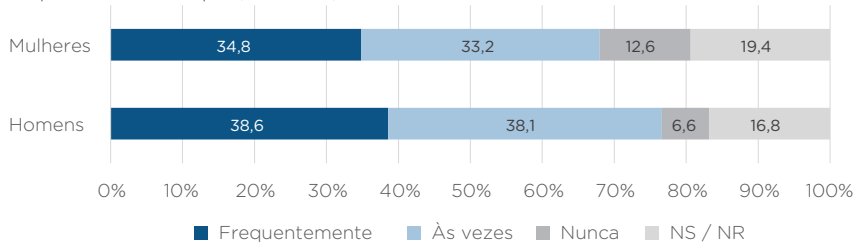
Resposta dos munícipes à questão: “Quando saio do trabalho costumo estar com amigos”

Inquérito a Municípios, CEDRU, 2016



Resposta dos munícipes à questão: “Quando saio do trabalho dedico tempo a mim próprio/a e às coisas que me dão prazer (hobbies)”

Inquérito a Municípios, CEDRU, 2016



15. Imigrantes

15.1 Perfil demográfico

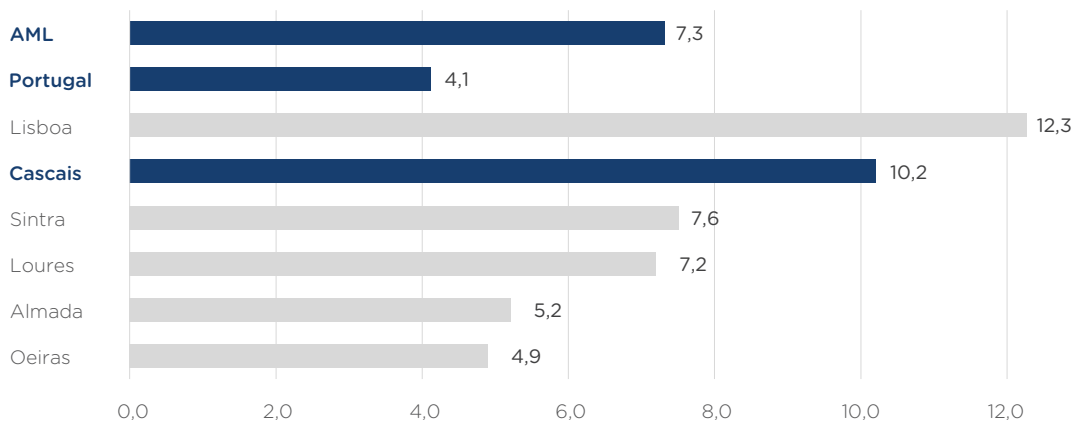
Em 2017, Cascais era o terceiro município do país relativamente ao número de estrangeiros com estatuto legal de residente (21.501) apenas superado por Sintra (29.345) e Lisboa (53.470).

Em termos percentuais, 10,2% da população residente em Cascais é estrangeira, um valor muito superior ao nacional (4%) e também superior à AML (7,3%). Relativamente aos município comparáveis, Cascais ocupa o segundo lugar, apenas superado por Lisboa.

População estrangeira com estatuto legal de residente em % da população residente

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

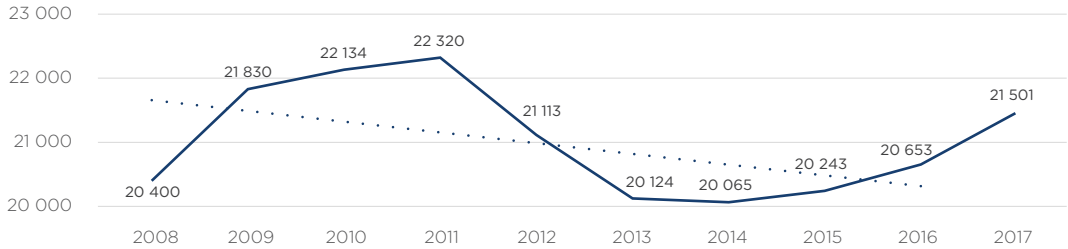
INE (Estimativas Anuais da População Residente); SEF/MAI. PORDATA, 2017



O número de estrangeiros residentes em Cascais tem oscilado ao longo da última década, mantendo-se sempre acima das 20.000 pessoas. Entre 2008 e 2011 verificou-se um aumento do número de estrangeiros com estatuto legal residente e a partir deste ano verificou-se um decréscimo significativo. Em 2017 os valores voltam a níveis próximos de 2009.

População estrangeira com estatuto legal de residente, Concelho de Cascais

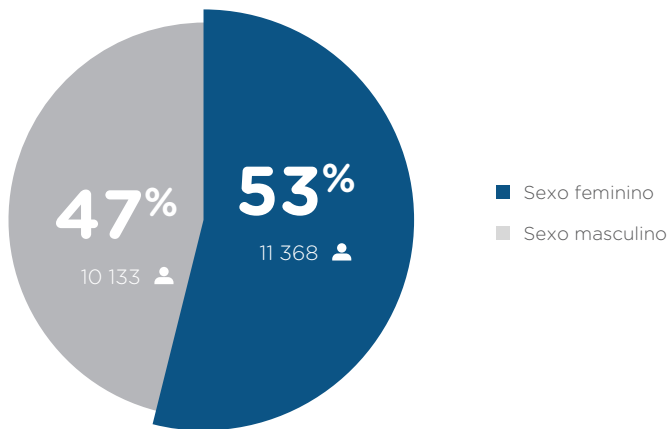
NE | SEF/MAI; PORDATA



Em Cascais, em 2017, a imigração é mais feminina que masculina, verificando-se um número mais elevado de mulheres com estatuto legal de residente (11.368) face ao número de homens (10.133).

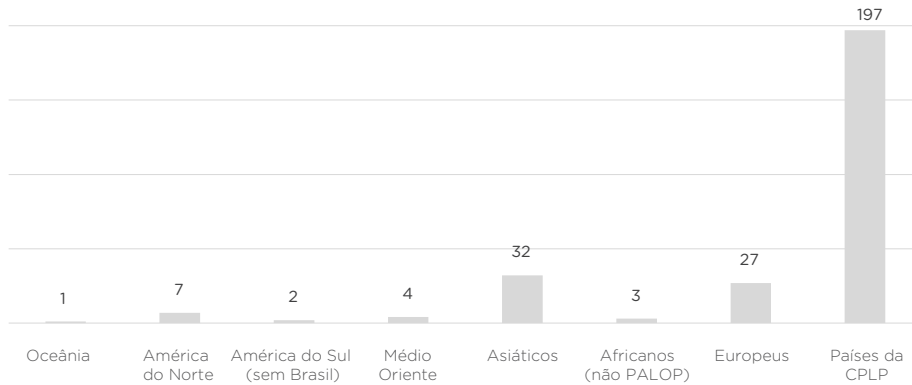
Nº e % de estrangeiros com estatuto legal de residente por sexo, Concelho de Cascais

INE | SEF/MAI; PORDATA, 2017



Entre 2005 e 2015, realizaram-se 273 reagrupamentos familiares, na sua grande maioria de nacionais de países de língua portuguesa.

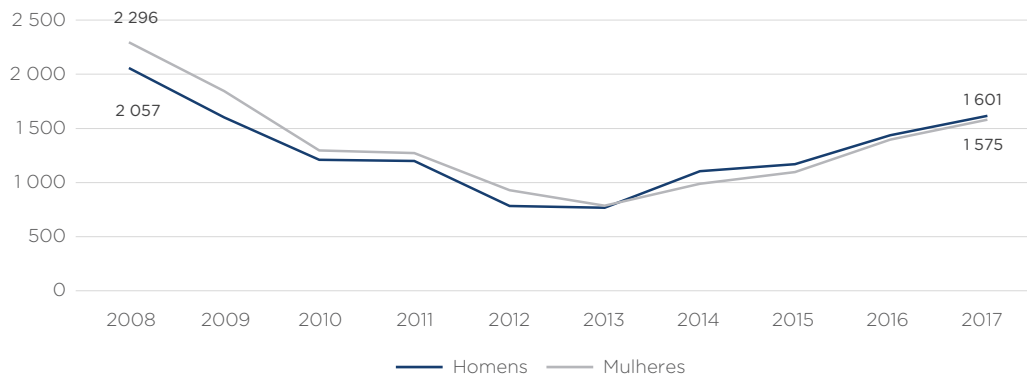
Reagrupamentos familiares (Nº) por grupos de países entre 2005 e 2015, SEF, Concelho de Cascais



No que se refere aos pedidos de residência, ao longo dos anos, verificou-se uma inversão em termos da população estrangeira que solicitou estatuto de residente, com o nº de homens a superar o número de mulheres a partir de 2013.

População estrangeira que solicitou estatuto de residente (Nº) por Sexo, concelho de Cascais

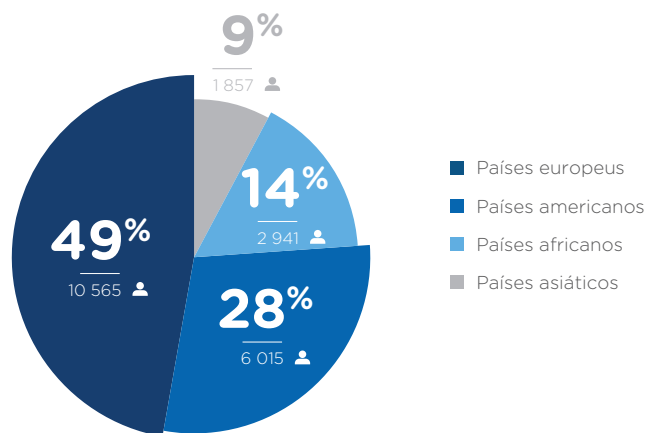
INE



Quase metade dos estrangeiros são nacionais de países europeus (49%), ocupando os estrangeiros de países americanos o segundo lugar com 28%. Este último valor deve-se sobretudo ao elevado número de estrangeiros brasileiros a residir no Concelho.

População estrangeira com estatuto legal de residente por grupos de nacionalidades, 2017, Concelho de Cascais

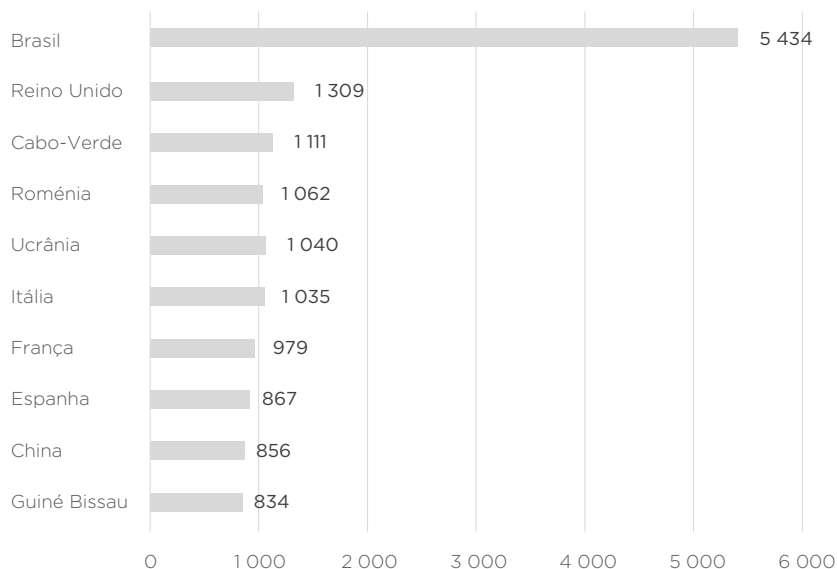
INE | SEF/MAI; Fonte: PORDATA



Analisando as 10 principais nacionalidades de estrangeiros residentes em Cascais, o Brasil, com 5.434 indivíduos em 2017, destaca-se significativamente das restantes nacionalidades.

Principais nacionalidades da população estrangeira com estatuto legal de residente, 2017, Concelho de Cascais

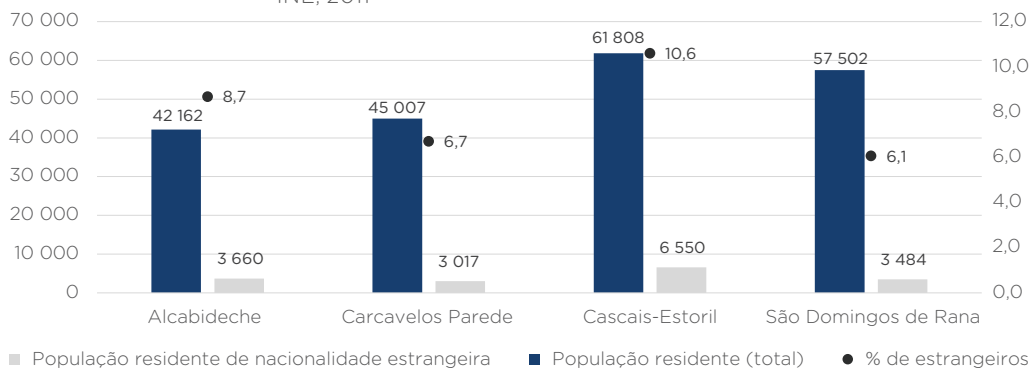
INE | SEF/MAI; Fonte: PORDATA



A informação desagregada por freguesia, apenas disponível para o ano 2011, revela algumas diferenças entre estas unidades territoriais, com Cascais Estoril a destacar-se pelo peso de população estrangeira (10,6%), seguindo-se Alcabideche com 8,7%.

População residente (Nº) e proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%)

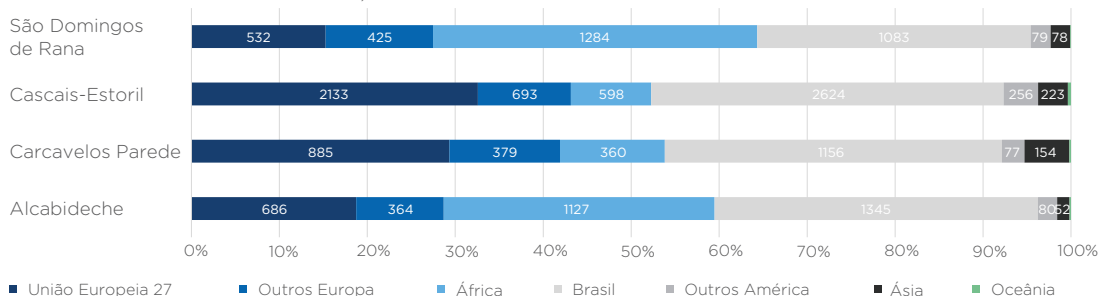
INE, 2011



A composição da população estrangeira é contudo diferente nas várias freguesias. Enquanto Cascais-Estoril tem uma maior concentração de cidadãos brasileiros e da Europa (sobretudo da EU), São Domingos de Rana e Alcabideche têm um peso significativo de estrangeiros dos Países Africanos. À semelhança de Cascais Estoril, Carcavelos Parede apresenta uma população estrangeira com um elevado peso de europeus (apesar de serem menos pessoas em termos absolutos face a Cascais Estoril) e o menor quantitativo de cidadãos nacionais de países africanos.

População residente (Nº e %) por freguesia e grupos de nacionalidades

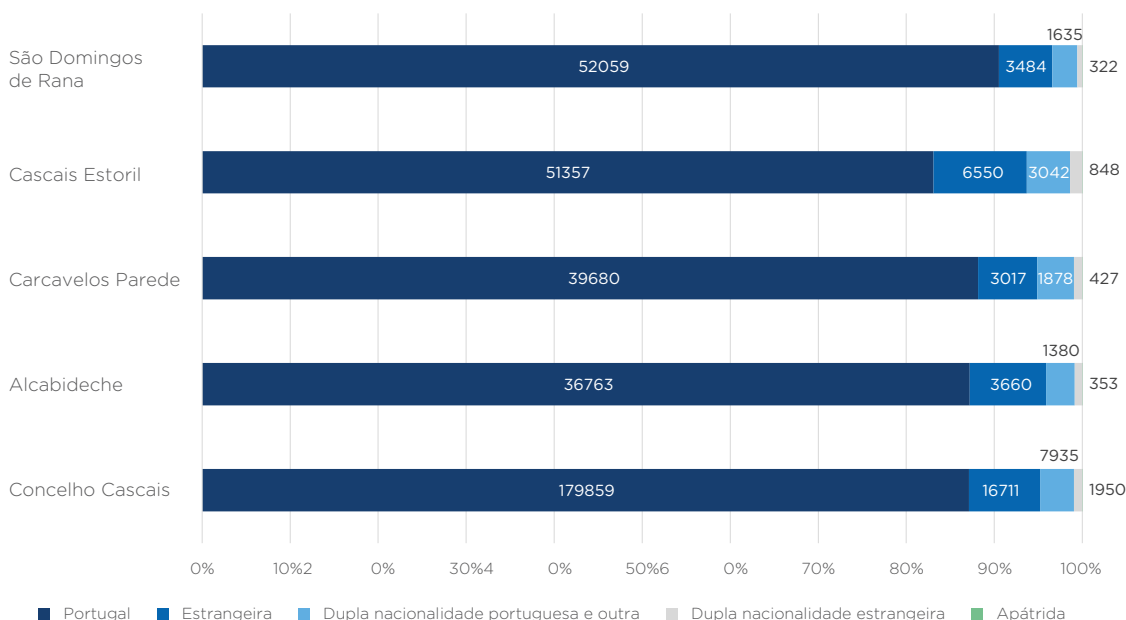
INE, 2011



Verifica-se também um peso significativo de pessoas que não são (exclusivamente) portuguesas nem estrangeiras, mas que têm dupla nacionalidade, na sua maioria cidadãos com nacionalidade portuguesa e outra, sendo menos significativo o peso de cidadãos com dupla nacionalidade estrangeira. A nível concelhio, existiam em 2011, perto de 10.000 pessoas com dupla nacionalidade, o que corresponde a 5% do total da população.

População residente (Nº e %) por Local de residência e Nacionalidade, Concelho de Cascais

INE, 2011



15.2 Perspetiva das organizações sobre os principais problemas

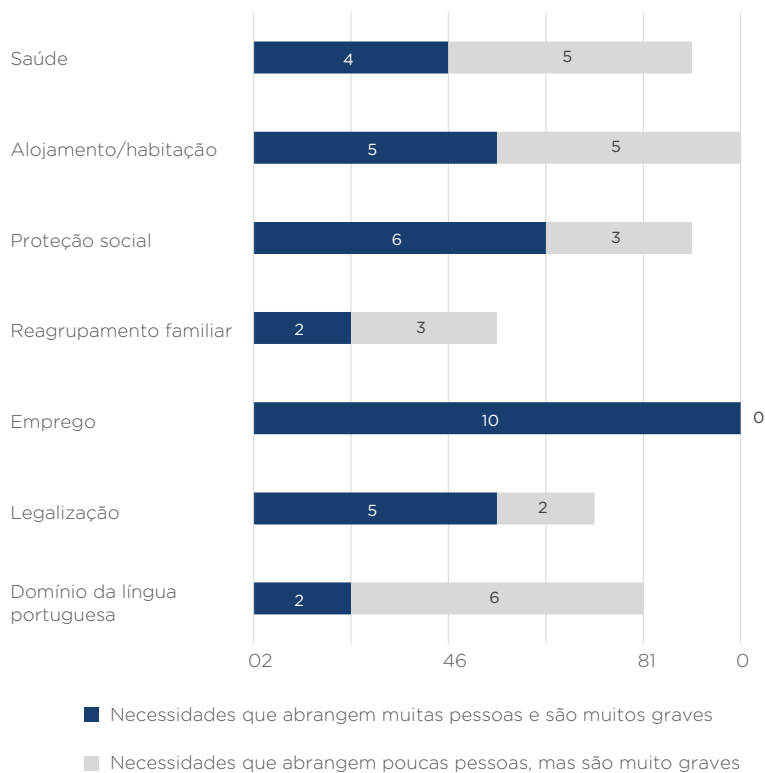
Utilizando como metodologia o inquérito aos atores locais, procurou-se conhecer as principais problemáticas que afetam as comunidades imigrantes em Cascais. O inquérito continha um conjunto de problemática, solicitando aos inquiridos (organizações locais que lidam com imigrantes, quer entidades especificamente dirigidas a este público alvo, quer entidades mais abrangentes como as autarquias, escolas, unidades de saúde, etc., num total de 19 entidades) que avaliassem cada problema.

Na análise da avaliação que as entidades locais fizeram da listagem de necessidades apresentadas, destaca-se a necessidade de **emprego** com 10 organizações (de um total de 19) considerá-la muito grave e abrangente.

Independentemente do nº de pessoas que abrangem, outras necessidades são também classificadas como muito graves por cerca de metade das organizações locais que responderam: o **alojamento/habitação** (10 organizações; 53%); a **saúde** e a **proteção social** (9 organizações; 47%).

A legalização revela resultados contraditórios com 7 entidades a considerarem-na uma necessidade grave e 7 a considerarem-na não grave.

Nº de organizações locais que classificaram as necessidades como muito graves, Inquérito online aos atores locais, 2016



“Bem estar é viver com qualidade de vida social. ex: moradia, saúde, escolas”

Imigrante brasileiro

Paralelamente a esta avaliação das necessidades dos imigrantes, questionaram-se também as organizações locais sobre a capacidade de dar resposta a estas necessidades, quer no seio da organização inquirida, quer fora da organização. Destacam-se nesta avaliação algumas necessidades em que metade das organizações referem que não existem respostas ou que estas são insuficientes:

- a. Emprego
- b. Proteção social
- c. Alojamento/habitação
- d. Saúde

Como visto anteriormente, todas estas necessidades com lacunas ao nível das respostas existentes são necessidades consideradas muito graves por uma parte significativa dos atores locais que intervêm com imigrantes.

15.3 Relações interpessoais e perceções da comunidade de acolhimento

Com vista a obter informação sobre o nível de proximidade entre cidadãos nacionais e estrangeiros em Cascais, no inquérito telefónico a munícipes perguntou-se quantas pessoas de nacionalidades diferentes faziam parte da sua rede de amigos. Verifica-se que, na maior parte dos casos (42%), os munícipes não têm amigos de nacionalidade diferente da sua.

Um outro indicador relativo às relações interpessoais são os casamentos celebrados em Cascais entre um cônjuge português e outro estrangeiro. Em 2017, dos 517 casamentos celebrados no Concelho, 132 foram entre um/a português e um/a estrangeiro/a, o que corresponde a 25,5%. Este valor é o mais elevado de todas as unidades territoriais em comparação.

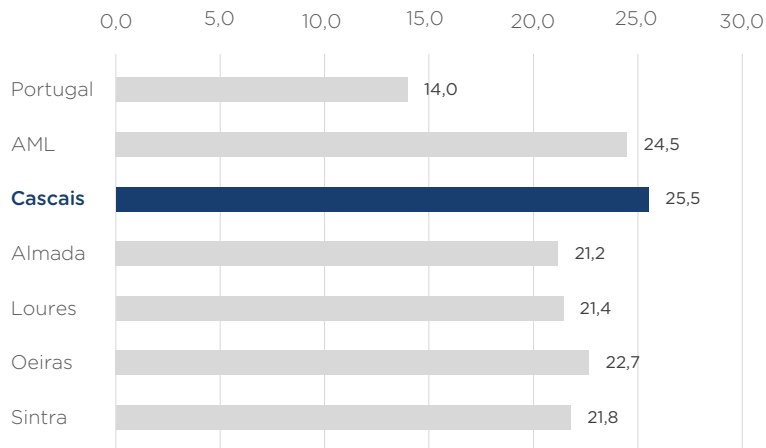
Quando se analisam apenas os casamentos entre portugueses e estrangeiros de países extracomunitários, Cascais apresenta valores alinhados com os concelhos comparáveis.

**“Bem estar é ter
fácil acesso ao
Departamento de
Saúde”**

Imigrante brasileiro

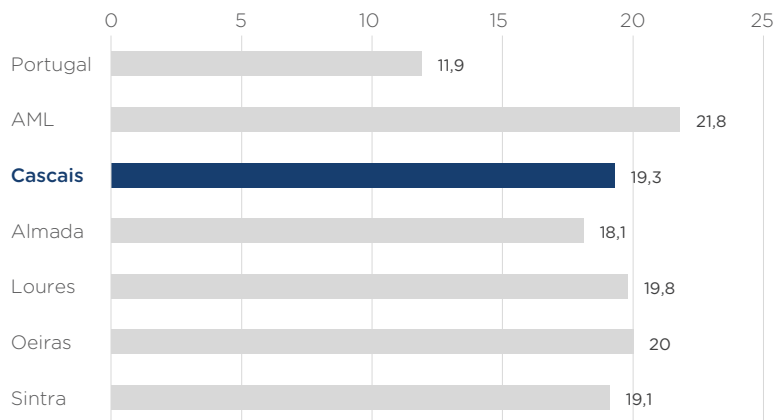
Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira (%)

INE, 2017



Proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidades de países extracomunitários (%)

INE, 2017

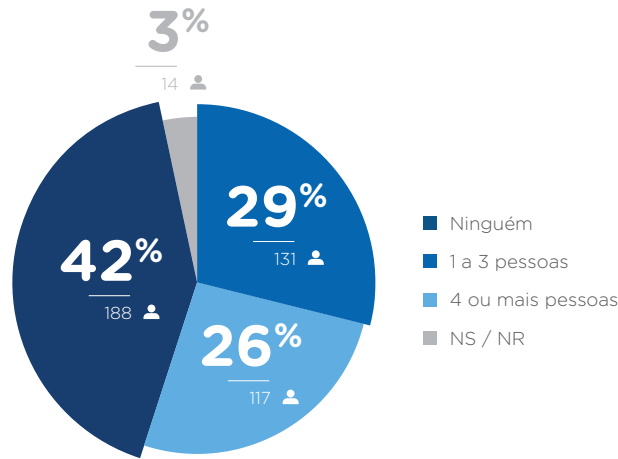


“Bem estar é estar com os amigos a conviver”

Rapariga,
Programa Escolhas

Resposta à questão: “Na minha rede de amigos, existem pessoas de nacionalidade diferente”

Inquérito telefónico a munícipes, 2016

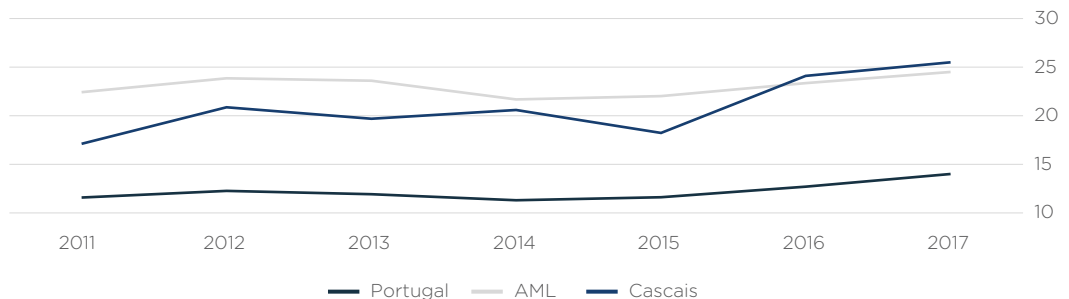


Analisando a tendência evolutiva da proporção de casamentos celebrados entre um cônjuge estrangeiro e um português face ao total de casamentos celebrados, Cascais apresenta apenas a partir de 2016 os valores mais elevados dos territórios em análise, verificando-se oscilações nos últimos 7 anos. Se em 2011, Cascais apresentava o valor mais baixo dos municípios comparáveis (17,1%), em 2017 apresenta o valor mais elevado (25,5%, ou seja, um quarto do total de casamentos celebrados).

Proporção (%) de casamentos celebrados entre um cônjuge português e outro estrangeiro

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

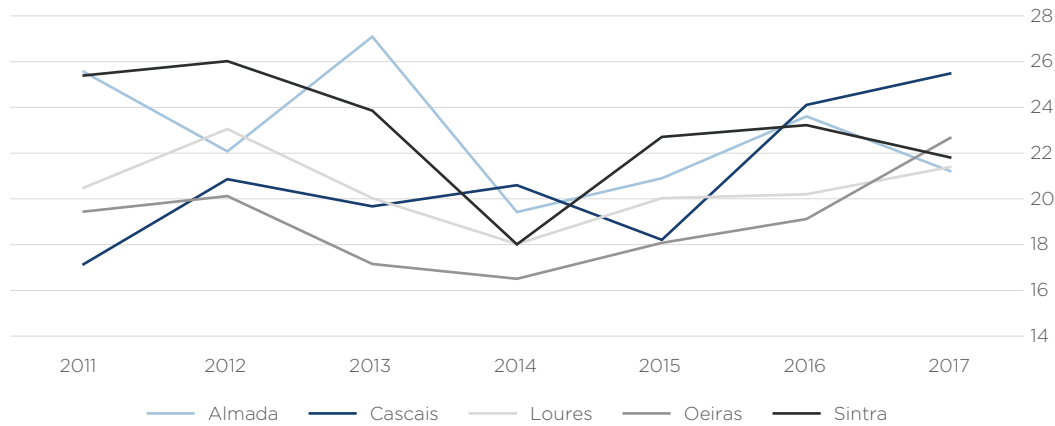
INE



Proporção de casamentos celebrados entre um cônjuge português e outro estrangeiro

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

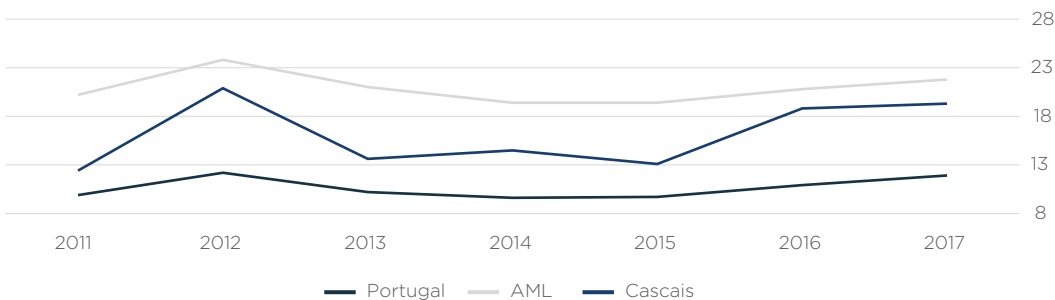
INE



No caso da proporção dos casamentos celebrados entre um cônjuge nacional de um país extracomunitário e um português face ao total de casamentos celebrados, Cascais revela uma evolução oscilante. Entre 2011 e 2017 manteve valores abaixo da média da AML e superiores aos valores nacionais. Na comparação com outros municípios, apenas a partir de 2016 se aproxima Almada, Sintra e Loures, sendo que nos anos anteriores manteve valores mais baixos, numa tendência semelhante a Oeiras.

Proporção (%) de casamentos celebrados entre um cônjuge português e outro estrangeiro (países extracomunitários)

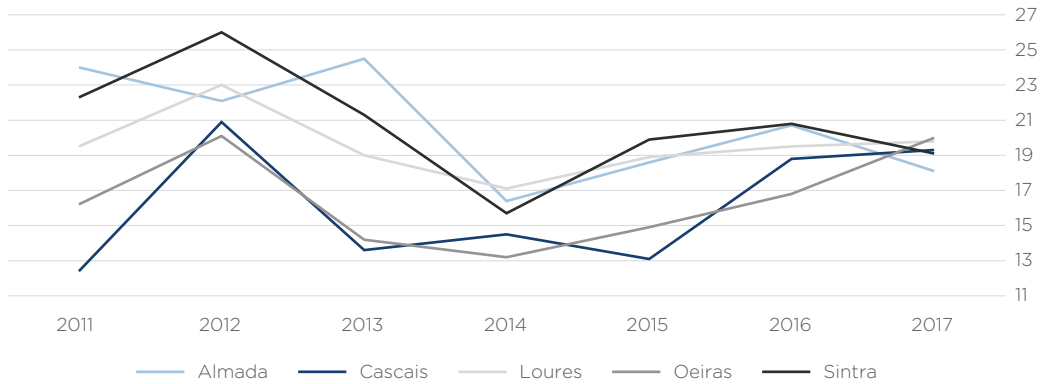
INE



Proporção de casamentos celebrados entre um cônjuge português e outro estrangeiro (países extracomunitários)

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

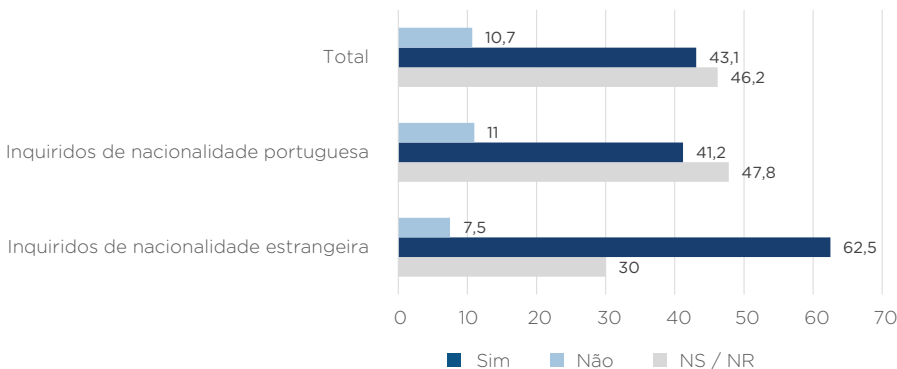
INE



Também no inquérito a municípios procurou perceber-se a perceção dos mesmos relativamente à integração social e económica dos imigrantes e de que forma valorizam a presença de estrangeiros no concelho. No que se refere à integração social e económica, do total de pessoas inquiridas (450), 43,1% considera que os imigrantes estão integrados. Verifica-se contudo um elevado peso de não respostas o que poderá indicar algum distanciamento face à temática da imigração no concelho. Curiosamente, desagregando as respostas por nacionalidades (portuguesa/estrangeira), verifica-se que os próprios estrangeiros fazem uma avaliação mais positiva da sua integração.

Resposta à questão: “No Concelho de Cascais os imigrantes estão integrados do ponto de vista social e económico”, (%)

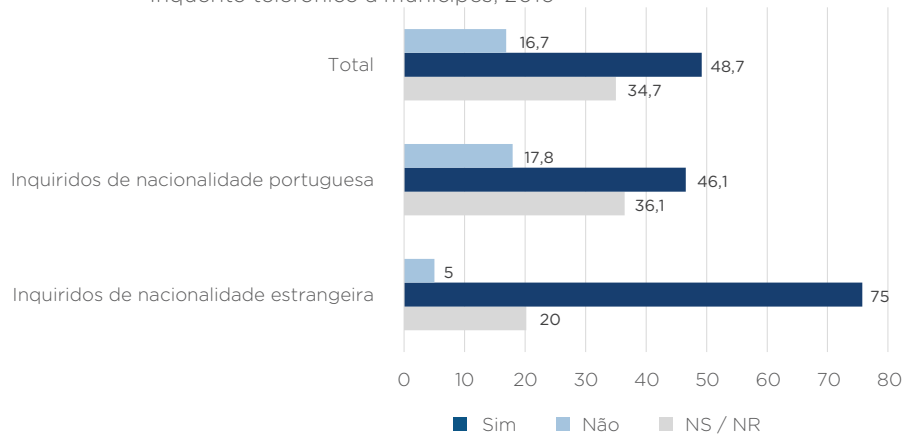
Inquérito telefónico a municípios, 2016



A maioria dos munícipes de Cascais considera uma mais-valia ter imigrantes a residir no concelho, quer em termos pessoais, quer como princípio de vida em sociedade. Também nesta questão se verificam, contudo, elevadas taxas de não resposta. Desgregando a análise por nacionalidades as diferenças são significativas com os estrangeiros a valorizar mais a presença de imigrantes do que os portugueses. 17,8% e 14,6% dos munícipes de nacionalidade portuguesa não considera uma mais-valia pessoal nem social (respetivamente) haver imigrantes a residir em Cascais.

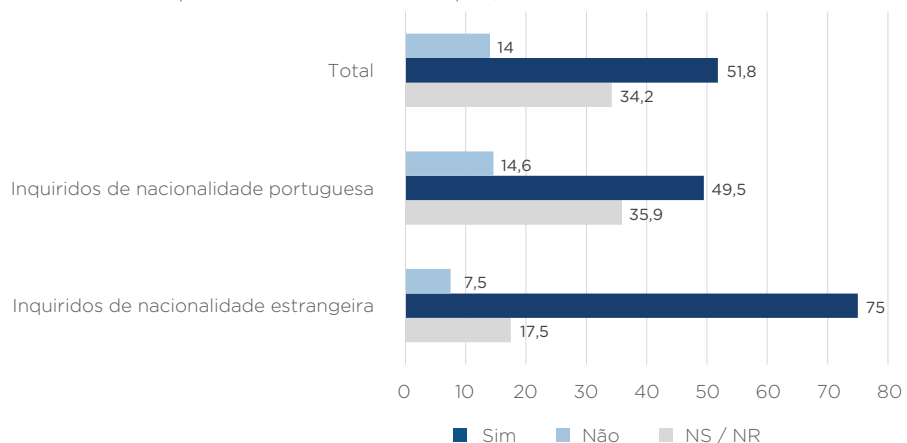
Resposta à questão: “Considero uma mais-valia para mim a existência de imigrantes a residir no concelho”, (%)

Inquérito telefónico a munícipes, 2016



Resposta à questão: “Considero uma mais-valia para a sociedade a existência de imigrantes a residir no concelho”, (%)

Inquérito telefónico a munícipes, 2016

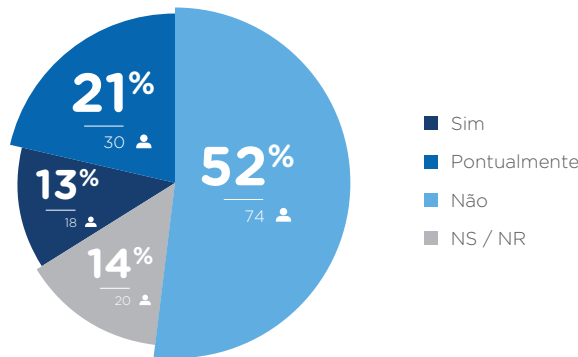


Numa perspetiva diferente, procurou-se conhecer a perceção dos atores locais (N=146) relativamente a eventuais problemas de integração decorrentes de identidades culturais diferentes da portuguesa.

A maioria destes atores (52,1%) considera que não existem problemas de integração desta natureza. Já 12,8% considera existirem problemas de integração e 21,1% considera que esses problemas são pontuais.

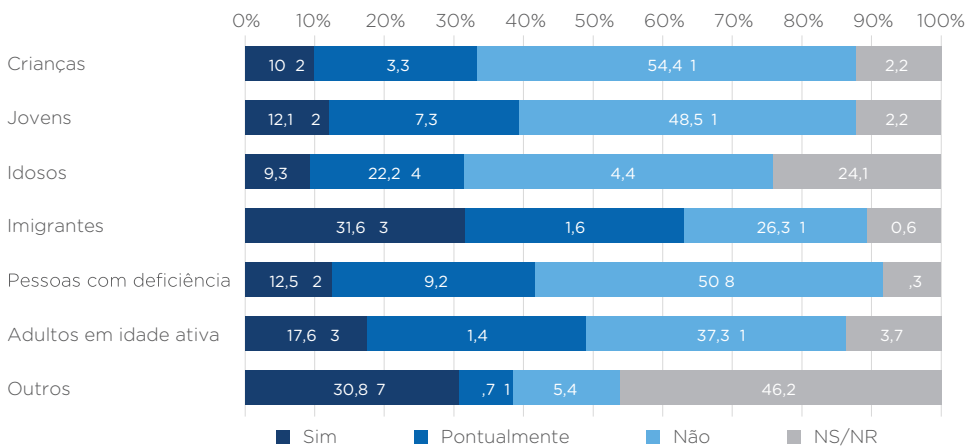
Opinião dos atores locais reativa à existência de problemas de Integração devido a identidades culturais diferentes da população portuguesa (Nº e %)

Inquérito a atores locais, CEDRU, 2016



Opinião dos atores locais (por grupo alvo) reativa à existência de problemas de Integração devido a identidades culturais diferentes da população portuguesa (%)

Inquérito a atores locais, CEDRU, 2016



Desagregando esta informação por tipos de públicos abrangidos, verifica-se que são as organizações que trabalham com imigrantes quem mais identifica problemas de integração, seguidas das organizações que trabalham com adultos em idade ativa.

Solicitou-se ainda às entidades que referiram existir problemas de integração, quais as áreas em que esses problemas mais se manifestam. 15 entidades referiram questões comunicacionais relacionadas com a língua e 11 assinalaram a área do emprego e inserção profissional.

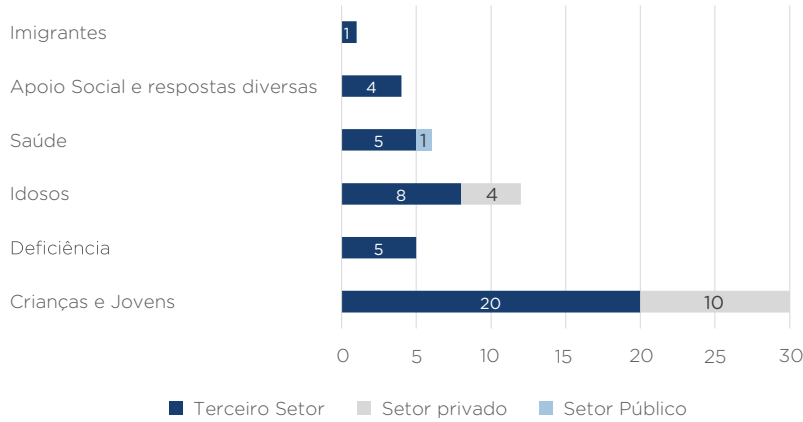
Situações em que se manifestam os problemas de integração,
Inquérito aos Atores Locais, CEDRU, 2016

Linguísticos, comunicacionais e de interação com terceiros, incluindo 4 referências específicas à área da Educação (incluindo as dificuldades associadas à língua sentidas por crianças e jovens)	15
Emprego e integração profissional	11
Dificuldades de integração associadas a grupos específicos (etnias, nacionalidades, mulheres, crianças, etc.)	7
Dificuldades decorrentes de hábitos culturais e religiosos específicos (alimentares, relações de vizinhança, etc.)	5
Outros (segurança, legalização e habitação)	4

Um outro indicador que pretendia medir o nível de convivência entre nacionais e estrangeiros advém do inquérito aplicado aos atores estratégicos locais, no qual se perguntava quais as principais 5 nacionalidades dos utentes abrangidos. Das 158 entidades inquiridas, 42 (27%) não responderam. Das 117 organizações que responderam, 56 entidades abrangem apenas cidadãos portugueses ou têm muito pouca diversidade de nacionalidades e/ou os quantitativos de estrangeiros são residuais face ao número de portugueses abrangidos. Neste grupo inclui-se igualmente uma associação de imigrantes cujos utentes são exclusivamente de uma nacionalidade estrangeira. Por outro lado, 61 organizações revelam uma elevada diversidade, quer pelo peso de cidadãos estrangeiros no total de utentes, quer pelo elevado número de nacionalidades representadas.

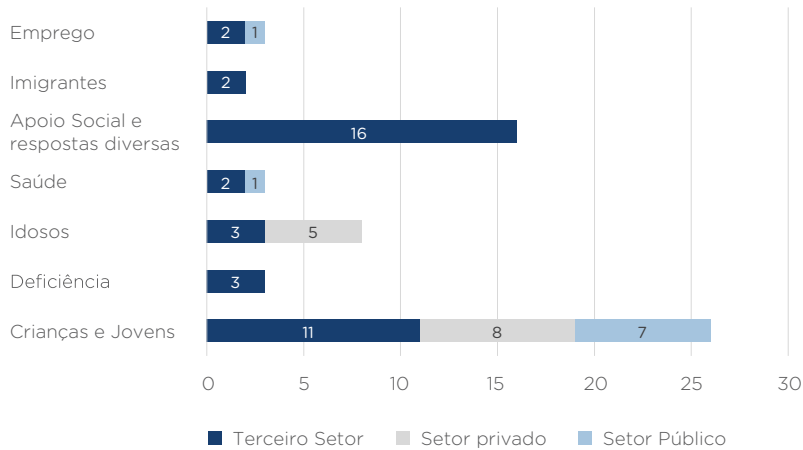
Organizações (Nº) caracterizadas por uma baixa diversidade de utentes por domínios de atuação

Inquérito às Organizações, 2016, CEDRU



Organizações (Nº) caracterizadas por uma elevada diversidade de utentes por domínios de atuação

Inquérito às Organizações, 2016, CEDRU



Comparando as duas realidades, podem tirar-se as seguintes conclusões:

- a. A área de intervenção das crianças e jovens revela alguma dicotomia, com um número aproximado de entidades com baixa e elevada diversidade. Refira-se que no grupo das entidades com pouca ou nenhuma diversidade estão

incluídos, para além de creches, jardins de infância e escolas, 2 centros de acolhimento, uma associação juvenil e 4 associações de índole escutista. Nos organizações de elevada diversidade, insere-se também um centro de acolhimento de crianças, uma associação juvenil e 7 agrupamentos escolares (públicos).

b. A área da deficiência apresenta também alguma dicotomia organizacional distribuindo-se por entidades de baixa e elevada diversidade, apesar de predominarem as de baixa diversidade.

c. As organizações que trabalham com idosos, sobretudo ao nível do terceiro setor, aparentam baixos níveis de diversidade.

d. O mesmo acontece com a área da saúde, estando incluídas nas organizações de baixa diversidade, 2 entidades que trabalham no domínio das toxicodependências. Estes resultados na área da saúde poderão sofrer de um enviesamento pela ausência de resposta a esta questão por parte de algumas entidades públicas.

e. O domínio do apoio social diverso e as organizações que desenvolvem respostas diversidades com diferentes grupos da população parecem caracterizar-se sobretudo por uma elevada diversidade de nacionalidades, incluindo-se aqui 6 centros paroquiais ou comunitários.

f. Também o emprego emerge (apenas) como uma área de elevada diversidade.

15.4 Discriminação e barreiras à integração



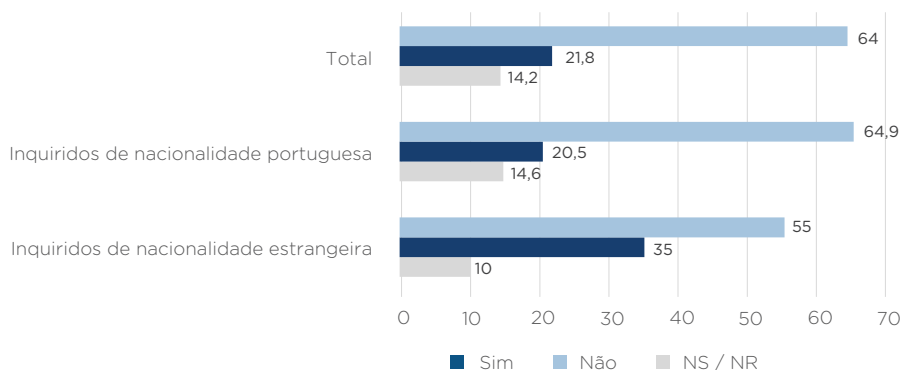
“Mal estar é o preconceito racial”

Imigrante brasileiro

A maioria dos munícipes (64%) nunca presenciou situação de discriminação nem racismo face a imigrantes. Desagregando as respostas de cidadãos portugueses e estrangeiros, verifica-se que mais de um terço dos estrangeiros (35%) afirma já ter presenciado situações desta natureza, face a 20,5% dos cidadãos portugueses. Esta perceção diferenciada resulta provavelmente do facto dos inquiridos de nacionalidade estrangeira serem eles próprios o alvo deste tipo de situações e são por isso mais capazes de as identificar.

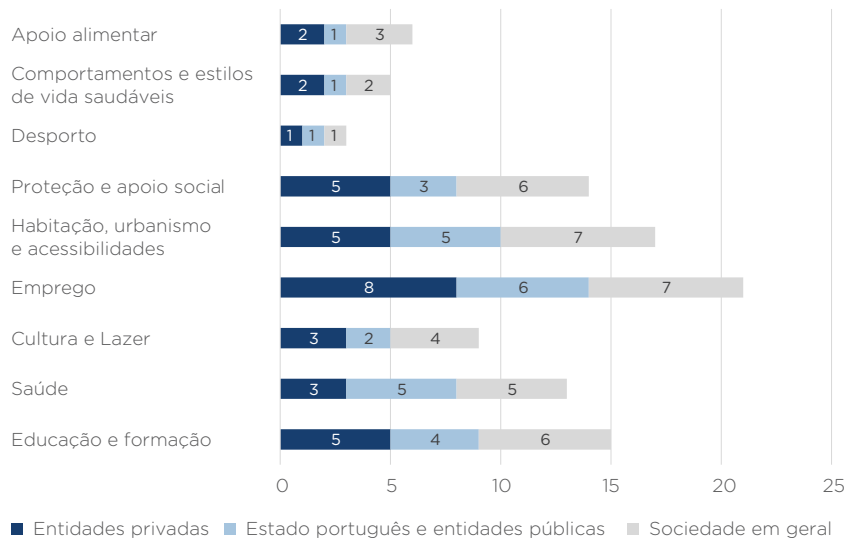
Resposta à questão: “Já presenciei situações de discriminação/ racismo no Concelho de Cascais”, (%)

Inquérito telefónico a municípios, 2016



Nº de entidades que responderam afirmativamente à pergunta: “Atendendo à experiência de trabalho da sua entidade com imigrantes, considera que existem situações relevantes de discriminação por parte da sociedade de acolhimento?”

Inquérito online aos atores locais, 2016



Para além dos municípios, as 19 organizações locais que trabalham com imigrantes foram também inquiridas face a situações de discriminação por parte da sociedade de acolhimento. Face a um conjunto de áreas, solicitava-se que

as organizações identificassem situações de discriminação por parte de três tipos de atores: entidades privadas, Estado e entidades públicas e sociedade em geral. O gráfico abaixo ilustra o número de entidades que afirmaram existir situações relevantes de discriminação por parte da sociedade de acolhimento nas várias áreas.

Apesar de se verificarem algumas diferenças entre estes 3 tipo de atores, existem áreas onde, de forma transversal, são assinaladas situações de discriminação de comunidades imigrantes por mais de um quarto das organizações inquiridas: o **emprego** e a **habitação**. As áreas da educação/formação proteção social e da saúde são também assinaladas por um número significativo de organizações.

O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017 identifica também um conjunto de problemas e necessidades que afetam a população imigrante, nomeadamente o impacto da crise económica na situação laboral dos/as imigrantes (PMII, p. 32), dado ter afetado setores da economia ocupados de forma privilegiada por este grupo da população, originando situações de desemprego e consequente dificuldade em renovar as autorizações de residência.

O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes sinaliza também o problema da discriminação ou racismo, que se manifesta de diferentes formas e em diversos contextos, com particular incidência na esfera laboral, mas também escolar, e maioritariamente sobre comunidades africanas, mas também sobre imigrantes brasileiros/as.

Refira-se contudo que o próprio Plano Municipal para a Integração de Imigrantes identifica também sentimentos contrários de determinadas comunidades estrangeiras que afirmam nunca ter sentido situações de discriminação e que valorizam a vertente acolhedora do município de Cascais, em particular os imigrantes de Leste ou da União Europeia.

A área da habitação é também referida no PMII como uma área onde os imigrantes se deparam com dificuldades concretas, sobretudo numa fase inicial de integração. Dado o elevado custo da habitação em Cascais, muitos imigrantes optam por partilhar habitações ou viver em quartos. para além disso, deparam-se também com dificuldades específicas decorrentes do facto de serem imigrantes.

Na área da Saúde, o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes identifica dificuldades de acesso por parte de imigrantes sem residência legal, bem como dificuldades de comunicação com os profissionais de saúde. Ao nível da formação é referido um desfasamento entre os cursos de formação profissionais e as necessidades do mercado de trabalho.

“

“O âmbito das situações de discriminação envolvendo os imigrantes são diferenciadas (...). As relacionadas com o trabalho dizem respeito a uma perceção generalizada de que existem determinados trabalhos em que os imigrantes são mais rapidamente encaminhados do que para outros. Por outro lado, a discriminação acaba por conduzir a preconceitos face à população imigrante no sentido de considerá-la na generalidade com poucas habilitações”.

“Outros imigrantes dão conta das situações de discriminação que acontecem noutras espaços como sejam por exemplo a escola. Esta situação é corroborada por alguns professores e funcionários que estiveram no FG na escola, que identificaram algumas situações em que ainda se verifica alguma discriminação. Esta discriminação baseia-se não só pela cor, mas pelo não domínio da língua, por questões culturais ou por estereótipos ligados à nacionalidade”.

(Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p.50 e 51)

”

“

“(…) para alguns imigrantes recém-chegados o processo de arrendamento de uma habitação revela-se difícil, uma vez que frequentemente os senhorios requerem um fiador como garantia para o arrendamento, o que se torna complicado para pessoas que acabaram de chegar.”

“Existem ainda imigrantes que identificam maior dificuldade no arrendamento de uma habitação devido à sua condição de imigrante e por isso, acabam por ser discriminados neste acesso.”

(Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p. 30)

”

“

“(...) Aquilo que os imigrantes sentem é que são encaminhados de uma forma consecutiva e sem critério para diferentes cursos de formação, sem consequências ao nível da sua inserção profissional. Os imigrantes até estão disponíveis para processos de requalificação profissional mas os apoios mais personalizados a este nível são muito poucos”.

(Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p. 39)

”

No âmbito do Diagnóstico Social, as entidades da Rede Social que trabalham com imigrantes foram também inquiridas sobre o grau de acesso dos imigrantes às respostas sociais, solicitando-se que se posicionassem numa escala de 1 e 5 (em que 1 correspondia a nenhum acesso e 5 a um acesso pleno às respostas sociais). De um total de 20 organizações que responderam a esta questão, 11 (55%) posicionaram-se nos dois níveis mais elevados da escala e oito entidades (40%) numa posição intermédia (3). A média situa-se num grau de acesso de 3,8.

Para além desta questão, perguntou-se também se os imigrantes abrangidos pelas organizações inquiridas reportavam situações de discriminação no acesso às respostas sociais do concelho e, em caso afirmativo, quais os tipos de discriminação. Das 19 entidades que responderam a esta questão, a maioria (14; 74%) respondeu negativamente.

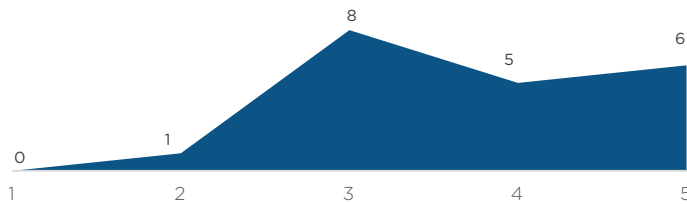
Das 5 entidades que responderam afirmativamente, a maioria das situações prende-se com o não domínio da língua portuguesa e alguma indiferença dos serviços face a esta barreira comunicacional. Um outro tipo de situações muito significativa tem a ver com os imigrantes em situação irregular que se vêm assim vedados de aceder a alguns apoios como o RSI e medidas do IEF, sendo também assinalada a dificuldade de obter contrato de trabalho nestas circunstâncias. Para além destes dois aspetos principais foram também referidas outras questões específicas como o desconhecimento dos direitos dos imigrantes por parte dos serviços; o tratamento desigual face a cidadãos nacionais; o excesso de burocracia e a existência de preconceitos assentes na “cor da pele”.

“Mal estar é a falta de informação aos imigrantes na integração social”

Imigrante brasileiro

**Resposta das organizações da Rede Social à questão:
“Avalie o grau de acesso dos imigrantes seus beneficiários às
respostas sociais do concelho:”**

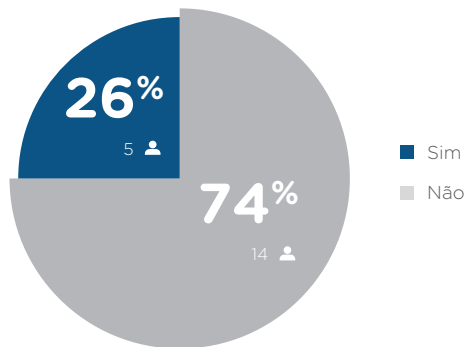
Inquérito on line às organizações da Rede Social, 2016



(sendo que 1 é nada e 5 é acedem plenamente)

**Resposta das organizações da Rede Social à questão:
“Os imigrantes seus beneficiários reportam situações de
discriminação no acesso às respostas sociais do concelho?”**

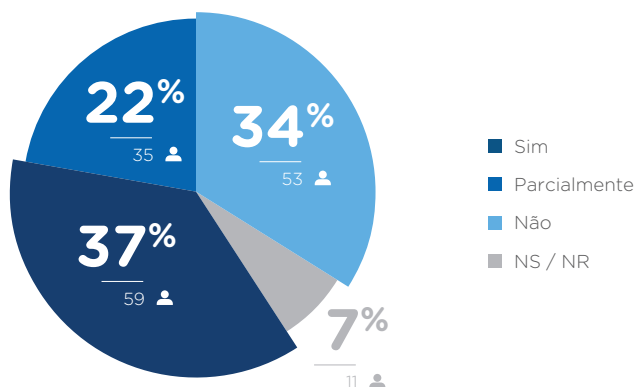
Inquérito on line às organizações da Rede Social, 2016



Também no *focus group* com imigrantes, foram sinalizadas algumas dificuldades de integração, decorrentes de estereótipos e preconceitos relativos a pessoas de nacionalidades específicas, nomeadamente de nacionalidade brasileira, em particular mulheres brasileiras. Outras barreiras identificadas foram o não reconhecimento de qualificações (adjetivado como oneroso, complexo e difícil) e também a questão da língua que dificulta, por exemplo, a integração escolar e também social.

Os atores locais inquiridos no âmbito do Diagnóstico Social de Cascais consideram que efetivamente a língua constitui uma barreira à comunicação com utentes estrangeiros: 37% das entidades considera que sim e 22% de forma parcial.

Nº e % de organizações que responderam à questão: “Atendendo ao universo de cidadãos para quem a sua entidade trabalha, a língua, falada e escrita, constitui uma barreira à comunicação?” Inquérito online aos atores locais, 2016



“

O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes reitera estas problemáticas.

No que toca às equivalências escolares e reconhecimento de competências de adultos, refere que: “(...) os *imigrantes encontram muitas dificuldades em conseguir aceder a uma resposta nesta área, de forma a conseguirem exercer uma profissão mais adequada às suas habilitações. A burocracia dos processos, a dificuldade na inserção do mercado de trabalho, a necessidade de rapidamente encontrar meios de subsistência levam os imigrantes a “desistir” do processo de procurar a sua realização profissional e agarram as ofertas de trabalho que estão disponíveis.*”

Também a aprendizagem da língua é afirmada como “(...) *um dos pilares básicos dos processos de integração de um imigrante. Todos concordam que se trata de uma condição*

prévia, juntamente com a documentação, para uma adaptação bem-sucedida. No entanto, quando questionados sobre como acederam a estas respostas, os imigrantes partilharam o quanto foi difícil aceder a cursos de português ou a respostas mais estruturadas e que de facto proporcionassem a aprendizagem da língua.”

(Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p. 35)

”

A questão da legalização é também apontada no Plano Municipal para a Integração de Imigrantes como um aspeto fundamental no processo de integração condicionando o acesso aos principais direitos sociais, prestações, cursos de formação profissional, etc.

“

“A autorização de residência acaba por ser o “passaporte” que dá acesso ao imigrante a toda uma outra série de requisitos para uma boa inserção no país de acolhimento. No entanto, o processo de concessão desta autorização de residência pode apresentar obstáculos e particularidades que o tornam para alguns imigrantes um processo tortuoso e com custos avultados.”

(Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p. 21)

”

A relação entre o desemprego e a (não) regularização da documentação emerge neste Plano como uma preocupação central, na medida em que as situações de desemprego nos imigrantes dificultam decisivamente a regularização dos seus documentos de permanência legal em Portugal. Esta fragilidade conduz a uma maior exposição a situações de exploração laboral, vínculos precários e situações de risco para o/a trabalhador/a imigrante, bem como processos de pobreza e exclusão social.

“Mal estar é a falta de reconhecimento dos diplomas brasileiros, porque não são aceites em Portugal”

Imigrante brasileira

“

“O aumento das situações de desemprego dentro das comunidades imigrantes tem conduzido à maior dificuldade na regularização da sua permanência em Portugal. De facto, sendo as condições de subsistência um dos requisitos essenciais para esta regularização, a não existência de rendimentos ou de um contrato de trabalho válido ou outro tipo de documento prova da situação económica do imigrante tem levado à permanência em situação irregular de um número indeterminado de residentes.”

“Imigrantes que estão há várias décadas no nosso país e que se veem agora numa situação de desemprego deparam-se pela primeira vez com o problema de não conseguirem renovar a sua documentação.”

“Encontram-se nesta situação muitos imigrantes que estão há bastantes anos em Portugal, com uma carreira contributiva longa mas que deixam de conseguir a aceder a qualquer direito social ou sistema de proteção.”

(Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p. 21 e p.33)

”

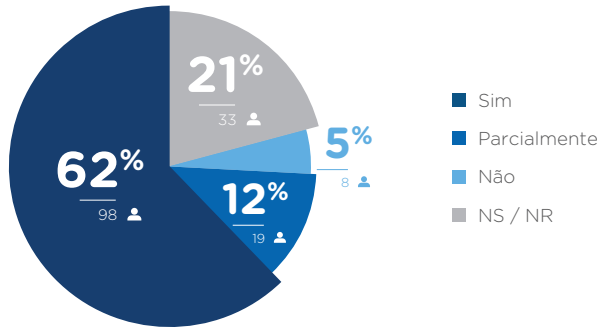
Para além da dimensão da língua, os atores locais foram ainda questionados relativamente a outros aspetos relacionados com o respeito pela diversidade e a igualdade de tratamento: os hábitos alimentares, as opções religiosas e as tradições culturais.

No que se refere às questões alimentares, a grande maioria das entidades afirma respeitar as dietas específicas decorrentes de motivos religiosos e/ou culturais.



Nº e % de organizações que responderam à questão:
“Atendendo ao universo de cidadãos para quem a sua entidade trabalha, a dieta alimentar (por motivos de saúde, religiosos ou culturais) é respeitada e atendida?”

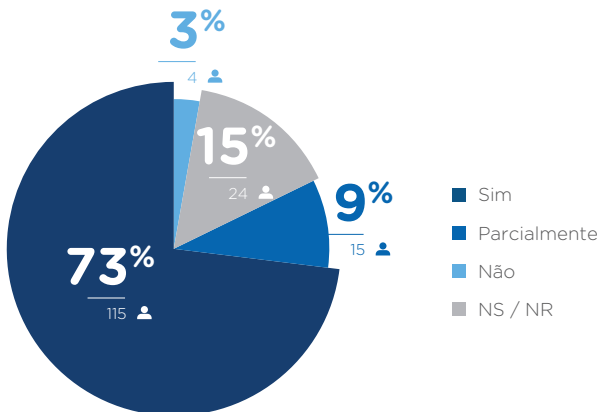
Inquérito online aos atores locais, 2016



Ainda de forma mais expressiva, as entidades locais avaliam de forma muito positiva as condições existentes para que todos se sintam tratados de igual forma, em particular no que respeita às opções religiosas e às tradições culturais em geral.

Nº e % de organizações que responderam à questão:
Atendendo ao universo de cidadãos para quem a sua entidade trabalha, as opções religiosas são proativamente respeitadas e é facilitado o acesso a diferentes cultos?

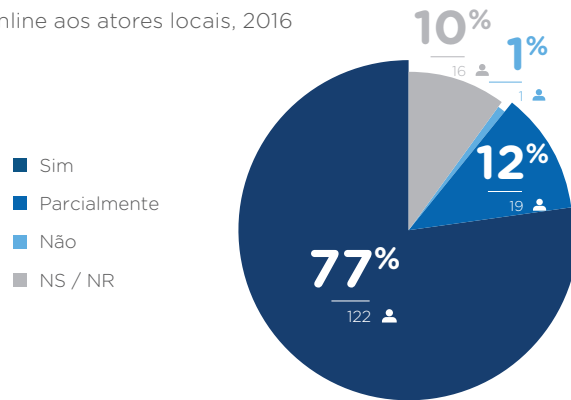
Inquérito online aos atores locais, 2016



“Mal estar é a falta de comunicação cultural”
 Imigrante brasileira

**Nº e % de organizações que responderam à questão:
Atendendo ao universo de cidadãos para quem a sua
entidade trabalha, as tradições culturais em geral são
respeitadas e proativamente atendidas?**

Inquérito online aos atores locais, 2016

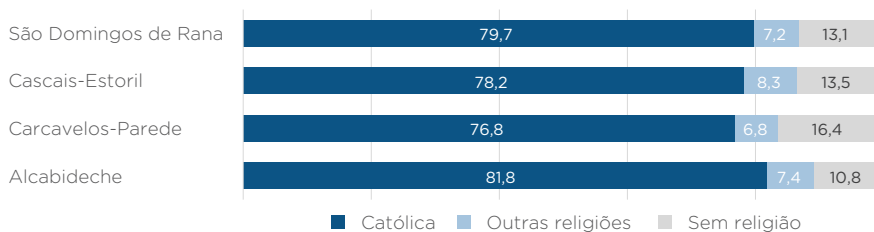


Refira-se a respeito da religião que, de acordo com os dados dos Censos de 2011, a larga maioria da população é católica (119.701; 79%), seguindo-se o grupo das pessoas sem religião (20.406; 13,5%). Apenas 7,5% (11.338) afirmam ter crenças religiosas diferentes da religião católica.

Em todas as freguesias se verifica o mesmo padrão maioritário da religião católica, sendo possível, contudo, identificar algumas diferenças territoriais. Alcabideche apresenta o maior peso de pessoas católicas (81,8%) e Carcavelos-Parede, o menos valor (76,8%). Em contrapartida, Alcabideche apresenta o menos valor de pessoas sem religião (10,8%) e Carcavelos Parede o maior valor comparativamente com as outras freguesias (16,4%). A freguesia de Cascais-Estoril é a que apresenta um maior peso de pessoas de outras religiões que não a católica (8,3%).

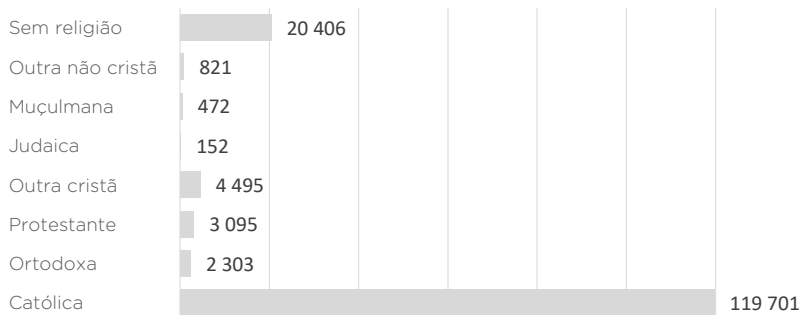
Peso da religião católica e outras religiões na população com mais de 15 anos por freguesia

INE, 2011



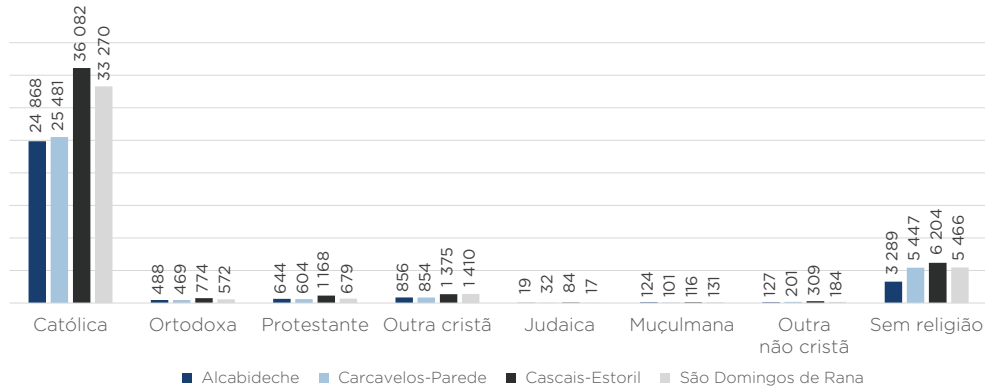
Religião da população com mais de 15 anos

INE, 2011



Religião da população com mais de 15 anos por freguesia

INE, 2011

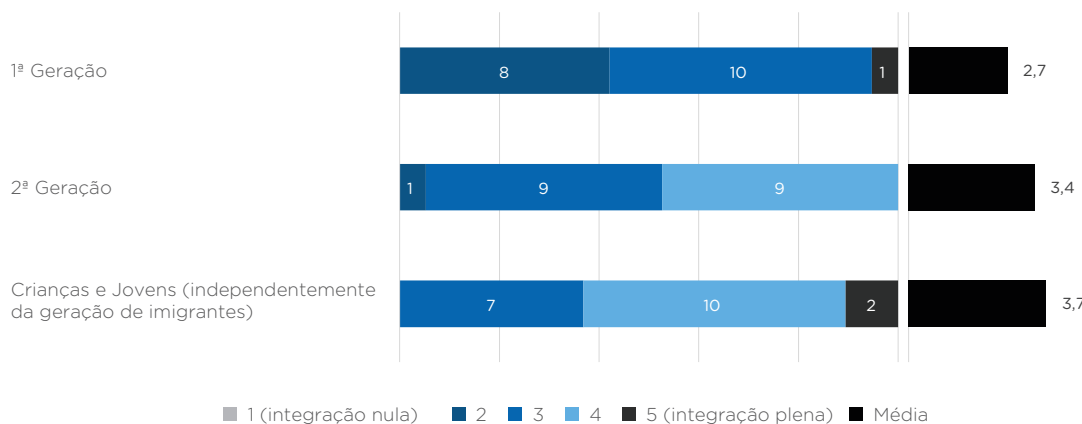


Para além das questões anteriormente analisadas, procurou-se também saber, junto das entidades da Rede Social que trabalham com imigrantes qual o nível de integração da 1ª e da 2ª geração, bem como das crianças e jovens imigrantes (por comparação com os adultos). Para tal, solicitava-se às organizações que se posicionassem numa escala de 1 e 5 (em que 1 correspondia a um nível nulo de integração e 5 a um nível de integração pleno). Verifica-se que a avaliação efetuada pelas organizações é mais positiva no caso dos imigrantes de 2ª geração (média de 3,4) e das crianças e jovens imigrantes independentemente da geração (média de 3,7).

No caso das crianças e jovens, 12 entidades (de um total de 19 que responderam a esta questão) avalia a sua integração nos níveis mais elevados da escala (4 e 5) e 7 num nível intermédio (3). No caso da 1ª geração, 8 entidades fazem uma avaliação de nível 2 e 10 de nível intermédio.

Resposta das organizações da Rede Social à questão: “Avalie o grau de integração dos imigrantes seus beneficiários, em função da geração”

Inquérito on line às organizações da Rede Social, 2016



Em consonância com os dados apresentados, os imigrantes que participaram no *focus group*, salientaram a facilidade de integração dos seus filhos, que, na grande maioria dos casos, foi mais simples que a sua. Ainda que a língua constitua uma importante barreira, essas dificuldades têm sido rapidamente ultrapassadas graças ao apoio de professores e de colegas, o que contribui para uma célere integração que, na maioria dos casos, é considerada bem-sucedida.

O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017 identifica contudo alguns problemas que afetam as crianças imigrantes, desde logo na dificuldade que sentem, mesmo que nascidas em Portugal, em regularizar a sua situação de residência no país.

Como resultado de um focus group realizado para elaboração deste Plano, e que abrangeu professores/as, funcionários/as, pais e alunos/as, foram sinalizadas algumas áreas no contexto escolar que carecem de melhoria, como por exemplo, a ausência de uma estratégia de integração dos alunos estrangeiros quando chegam à escola e o problema das equivalências escolares dos países de origem.

A questão da língua e do ensino do português como língua não-materna é também apontada neste plano como uma dimensão relevante e para a qual as escolas têm poucos recursos.

“

“(...) não existe propriamente uma “estratégia” ou um “programa” de integração destes alunos quando chegam (quer nas escolas básicas 1º ciclo quer nos ciclos seguintes). As turmas de português como língua não materna caba por ser o principal veículo de integração dos alunos na escola e são os professores desta disciplina que acabam por ter um maior contato e acompanhamento destes alunos”.

“O processo de aceitação dos alunos nas escolas revela-se por vezes bastante complicado, em situações em que o aluno não é portador de documentação que permita à escola fazer a equivalência escolar. (...) De referir que nestas situações o jovem encontra-se igualmente impedido de frequentar qualquer curso de formação profissional. Em Cascais verifica-se frequentemente que as escolas têm entendimentos diferentes na forma de aceitar ou não estes alunos: por vezes não permitem de todo a inscrição, por vezes permitem a frequência mas com vaga condicionada, dependente da capacidade do aluno em conseguir a documentação exigida durante o ano letivo.”

(Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p. 36)

”

15.5 Participação e cidadania

No que se refere às formas de participação e de envolvimento dos imigrantes, os atores locais que trabalham com este grupo populacional foram também inquiridos no sentido de identificarem o nº de imigrantes que participam em partidos políticos, associações, iniciativas de voluntariado ou de ativismo.

Note-se que as não respostas e as respostas em branco assumem uma proporção relevante, o que indicia um aparente desconhecimento de cerca de metade das organizações sobre a matéria em análise.

Nº de organizações locais que caracterizam as formas de envolvimento de imigrantes (Nº e %)

Inquérito às organizações, 2016

Atendendo ao universo de imigrantes que a entidade abrange, indique quantos:	Nenhum	Poucos	Muitos / A maioria	NS / NR / Em branco
Participam em partidos políticos	3 (15%)	3 (15%)	0 (0%)	14 (70%)
Participam em associações locais (desportivas, culturais, recreativas, etc.)	1 (5%)	5 (25%)	4 (20%)	10 (50%)
Constituíram e participam em associações locais e/ou de seniores	1 (5%)	6 (30%)	3 (15%)	10 (50%)
Participam em iniciativas de voluntariado	1 (5%)	5 (25%)	2 (10%)	12 (60%)
Participam em iniciativas de ativismo social, ambiental, etc.	1 (5%)	6 (30%)	1 (5%)	12 (60%)

Globalmente, as 20 entidades inquiridas relativamente a esta questão apontam algumas diferenças entre as várias formas de envolvimento. A participação em partidos políticos é o tipo de iniciativa menos frequente. A participação em associações locais e em associações de imigrantes são as formas de envolvimento cívico mais frequentes e o voluntariado e ativismo aparecem numa posição intermédia.

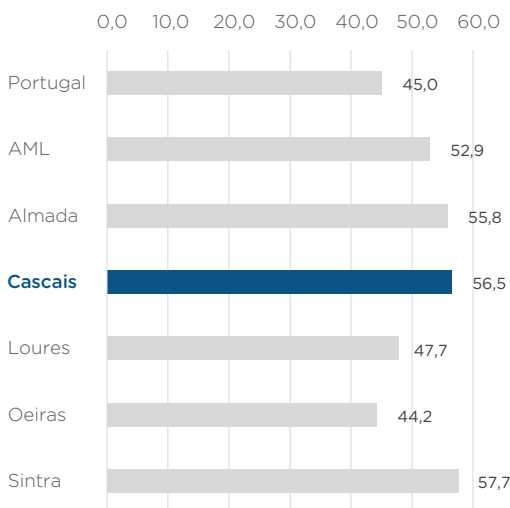
No que se refere à participação política, algumas comunidades imigrantes podem exercer o direito ao voto nas eleições autárquicas (para além dos nacionais de países da União Europeia, podem votar os imigrantes do Brasil, Cabo Verde, Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela). Verifica-se contudo uma fraca participação eleitoral por parte dos imigrantes em Cascais e um elevado desconhecimento dos direitos de voto. Este dado é corroborado pelo último estudo realizado em Cascais sobre a população imigrante (*Estudo sobre a População Imigrante Residente no Concelho de Cascais*, Geoidea, Julho de 2006) e pelos *focus group* realizados no âmbito do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017.

A questão da abstenção eleitoral é contudo um problema que afeta a generalidade da população de Cascais e não apenas as comunidades estrangeiras. Nas eleições autárquicas de 2017, Cascais apresenta uma taxa de abstenção de 56,5%, apenas superada por Sintra no âmbito dos territórios em comparação.

Taxa de abstenção nas eleições para as Autarquias Locais

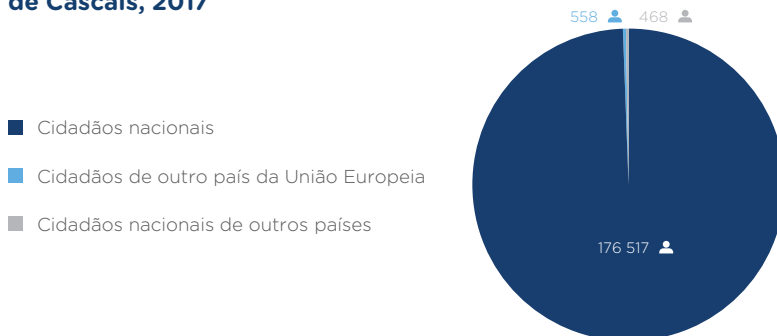
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral (eleitores);
PORDATA



Os dados relativos ao número de estrangeiros recenseados em Cascais ilustram bem a reduzida força eleitoral dos imigrantes, registando-se apenas 468 cidadãos extra comunitários recenseados e 558 cidadãos de estados membros da EU.

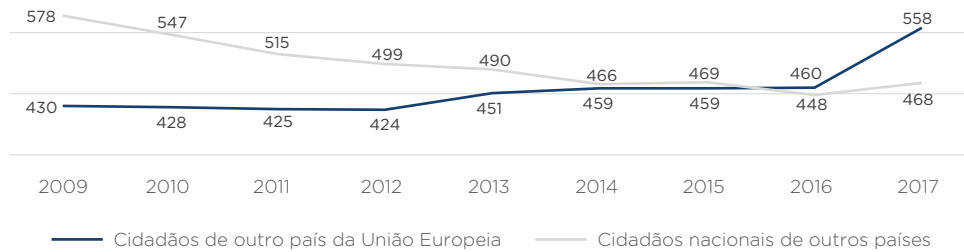
Número de pessoas recenseadas por nacionalidade, Concelho de Cascais, 2017



Analisando a evolução dos estrangeiros recenseados nos últimos anos, apesar de não se verificarem alterações muito significativas, verifica-se uma tendência de aumento dos cidadãos da UE recenseados e uma diminuição dos cidadãos de outros países.

Número de estrangeiros recenseados, concelho de Cascais

SGMAI - Base de Dados do Recenseamento Eleitoral; PORDATA



Tendo em conta o potencial papel do associativismo no exercício da cidadania e, em particular, das associações de imigrantes, na reivindicação de direitos cívicos, sociais e políticos, o Plano para a Integração de Imigrantes 2015-2017 identifica a existência de 8 associações de imigrantes sedeadas no Concelho (5 em S. Domingos de Rana; duas em Cascais-Estoril e uma em Alcabideche), existindo ainda delegações de outras associações cuja sede é fora do Concelho.

Apesar da importância destas estruturas, o tecido associativo imigrante em Cascais é considerado fraco.

“

“O fraco tecido associativo imigrante em Cascais é apontado pelos participantes nos FG como um aspeto negativo, uma vez que o trabalho neste âmbito é bastante valorizado e para muitos a representatividade coletiva é essencial para um maior espaço interventivo dos imigrantes na esfera pública. Outro aspeto é o papel que as associações têm na conservação e manifestação de tradições culturais das diferentes comunidades”.

“Alguns dos imigrantes presentes nos focus group pertenciam a estas associações e valorizaram a sua pertença a estes grupos, nomeadamente pelo apoio prestado na fase de acolhimento na resolução de problemas na integração no país.”

(Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p. 47 e 48)

”

Associações de imigrantes sedeadas em Cascais	Áreas de atuação
Centro Cultural Moldavo	Atendimento; legalização; atividades culturais e recreativas; GIP - Gabinete de Inserção Profissional; interlocutor com cidade geminada
AFAIJE - Associação Filhos e Amigos da Ilha de Jeta	Atividades culturais; angariação de fundos para o país de origem; atendimento
ASLI - Associação Sem limites	Apoio social; atendimento social; atividades recreativas
ACEFAC - Associação Cultural e Educação de filhos e amigos de Caiomete	Angariação de fundos para país de origem
Unidos do TAME	Grupo de apoio do tipo mutualista; angariação de fundos para país de origem
Associação Romena e Moldava - Missões	Angariação de fundos para Roménia e Moldávia
Associação 24 de Setembro	Divulgação de danças africanas e teatro
Associação Juvenil Laços de Rua	Dinamização de atividades para jovens

Fonte: Plano Municipal para a Integração de Imigrantes 2015-2017, p. 48

16. Pessoas com Deficiência

16.1 Perfil demográfico

Não sendo possível quantificar o número de pessoas “com deficiência” através dos dados dos Censos de 2011, optou-se por analisar os dados sobre dificuldades das pessoas residentes, por tipo e grau de dificuldade, entre os 5 e os 64 anos. Verifica-se que a principal dificuldade é a visão (6.219 munícipes entre os 5 e os 64 anos tem muita dificuldade ou não consegue ver); seguindo-se as pessoas com incapacidade ao nível da memória e concentração (4.300) e em terceiro lugar, as pessoas que não conseguem andar ou subir degraus (3.857). As dificuldades acentuadas de compreensão e de audição revelam quantitativos aproximados, e por último, as pessoas que não conseguem realizar ações de cuidados pessoais como tomar banho e vestir-se sozinhas (4.300).

A análise etária destas pessoas revela que, à medida que se avança na idade, aumentam as incapacidades. Na faixa etária mais jovem, em idade escolar, as principais incapacidades são: memória e concentração (697 crianças/jovens), seguida da visão (473) e da compreensão (325).

Na faixa etária seguinte, dos jovens adultos, as principais incapacidades são comuns à faixa anterior, passando contudo a visão à principal incapacidade deste grupo etário.

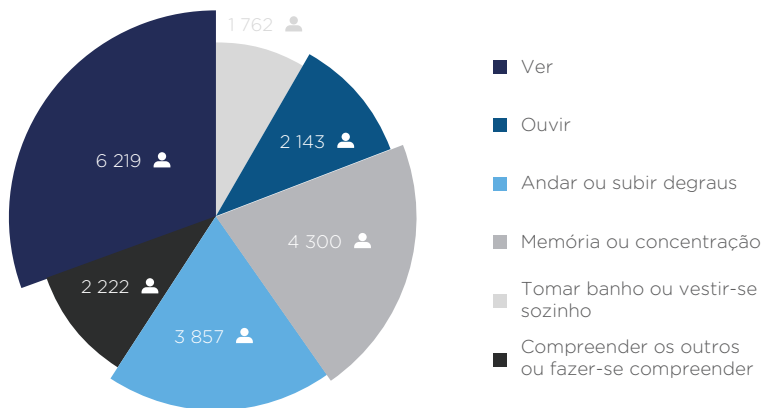
Nos grupo das pessoas entre os 35 e os 49 anos, para além dos problemas de visão e memória/concentração, aumentam as dificuldades relacionadas com a mobilidade que, no caso das pessoas entre os 50 e os 64 anos passam ao segundo tipo de incapacidade mais frequente, a seguir à visão.

**“Bem-estar é amar
e ser amada”**

Mulher,
deficiência intelectual

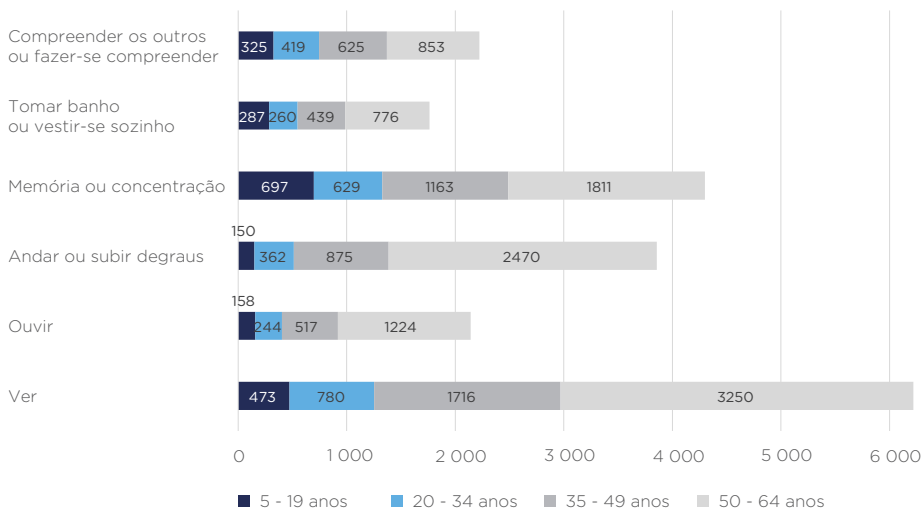
Nº de pessoas entre os 5 e os 64 anos que não consegue ou tem muita dificuldade em realizar determinadas ações, Concelho de Cascais

INE, Censos 2011



Nº de pessoas que não consegue ou tem muita dificuldade em realizar determinadas ações por grupo etário, Concelho de Cascais

INE, Censos 2011



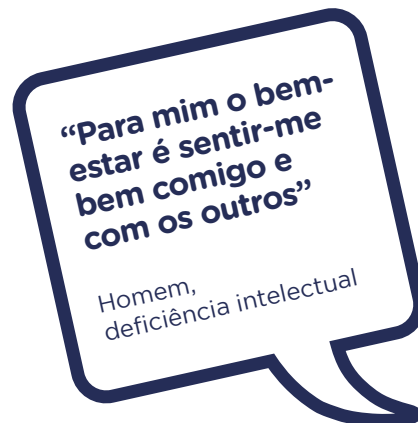
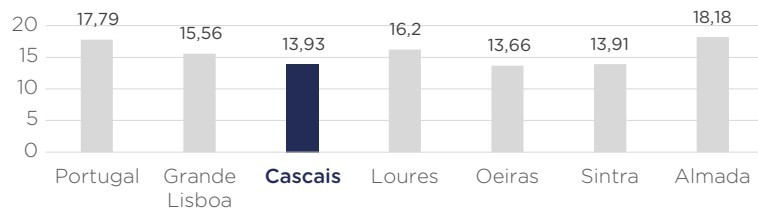
A análise territorial revela que é na freguesia de São Domingos que Rana que residem mais pessoas com muita dificuldade e incapacidade de realizar as ações em análise, seguida de cascais-Estoril, Alcabideche e, por fim, Carcavelos Parede. Estes são dados surpreendentes uma vez não correspondem à distribuição territorial do total da população pelas 4 freguesias dado que, em 2011, Cascais-Estoril era a freguesia mais populosa (61.808 habitantes) e Alcabideche a menos populosa (42.163 habitantes).

Um dado complementar que confirma esta análise é a proporção de pessoas com pelo menos uma dificuldade face ao total da população.

Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade (%)

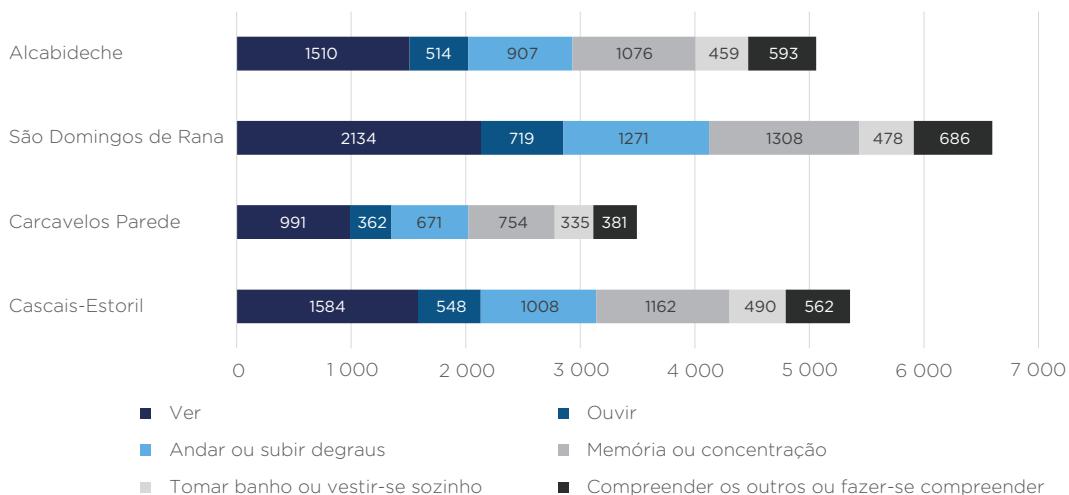
Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

INE, Censos 2011



Nº de pessoas entre os 5 e os 64 anos que não consegue ou tem muita dificuldade em realizar determinadas ações

INE, Censos 2011



Freguesia	População Total (N)	Proporção da população residente com pelo menos uma dificuldade (%)
Alcabideche	42.162	15,19
Carcavelos	23.347	11,46
Parede	21.660	13,91
Cascais	35.409	13,28
Estoril	26.399	13,45
São Domingos de Rana	57.502	14,63

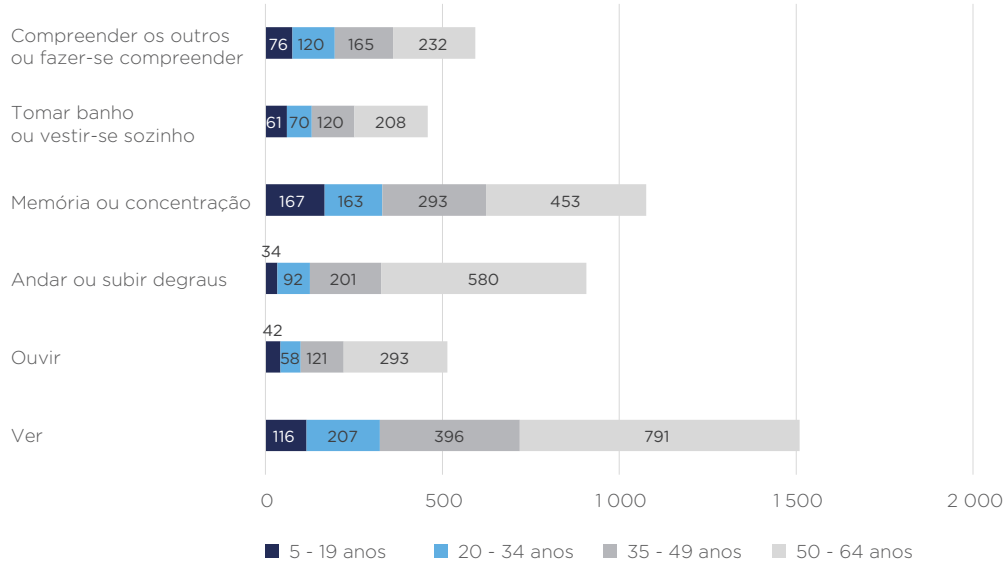
INE, Censos 2011

Os dados seguintes ilustram a distribuição territorial e etária entre os 5 e os 64 anos da população que tem muita dificuldade ou não consegue realizar determinadas ações, sendo o padrão semelhante ao verificado a nível concelhio.

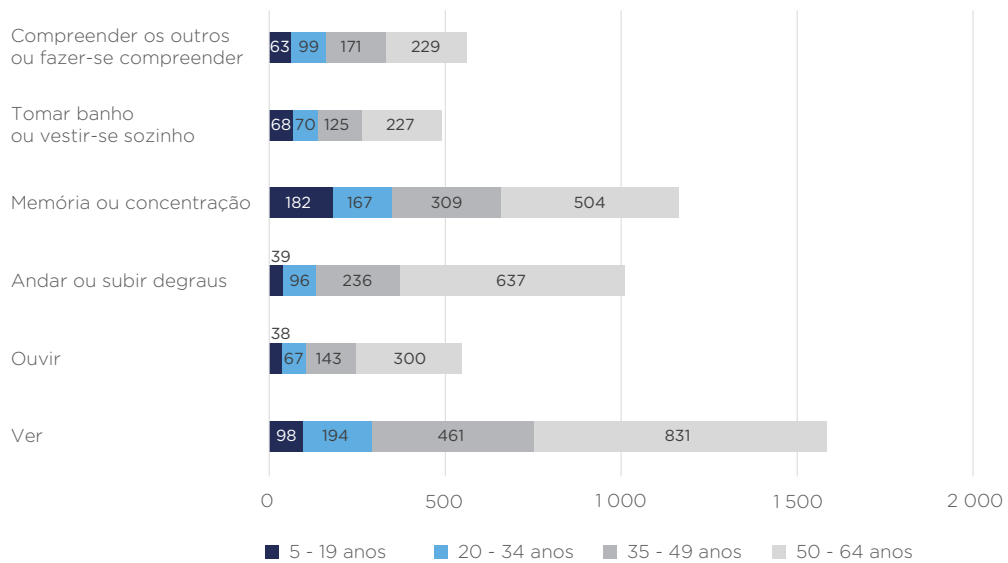
Nº de pessoas que não consegue ou tem muita dificuldade em realizar determinadas ações por grupo etário e freguesia

INE, Censos 2011

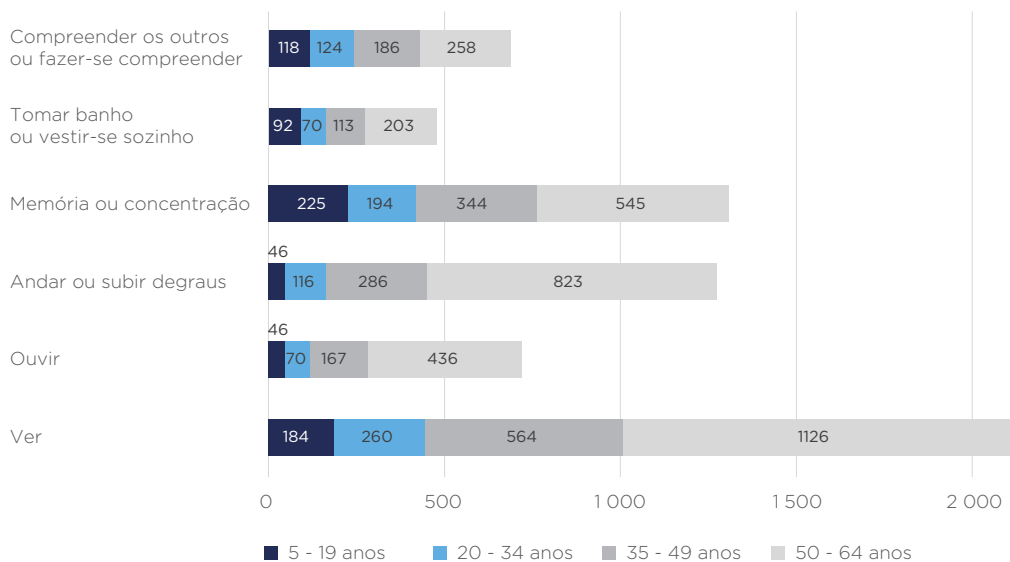
Alcabideche



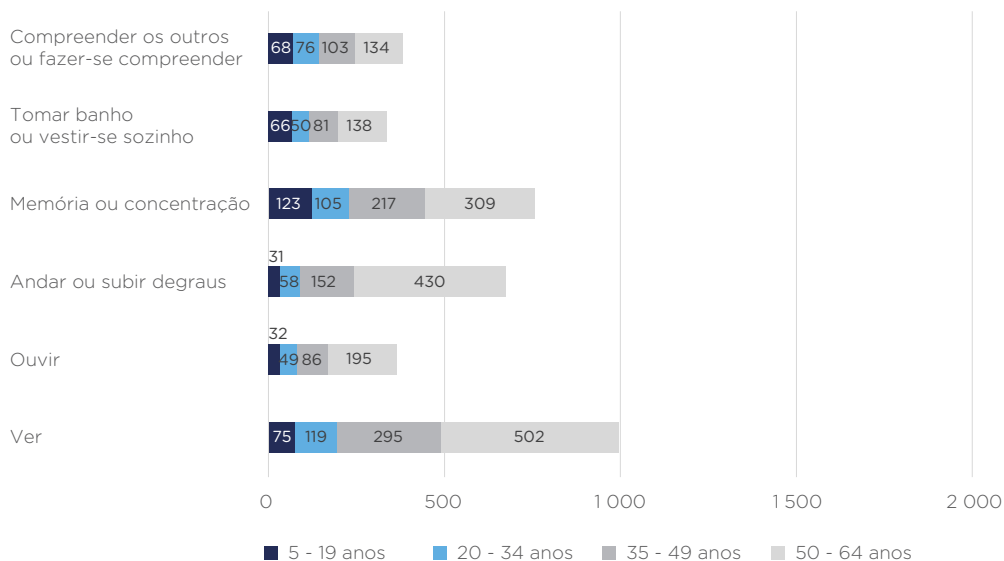
Cascais Estoril



São Domingos de Rana



Carcavelos Parede



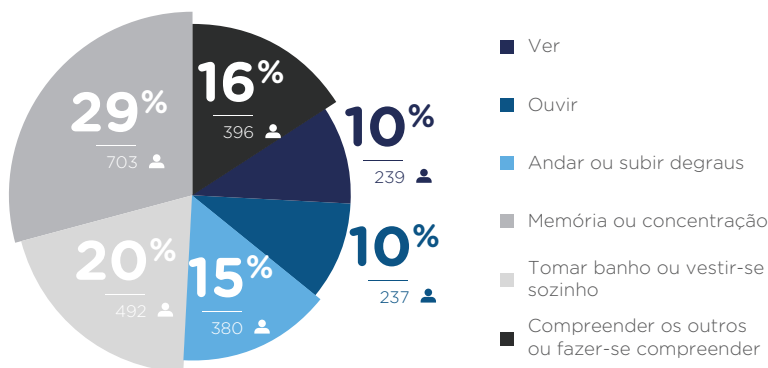
No que toca às pessoas que **não conseguem fazer determinadas ações** por grupos etários (excluindo as pessoas que têm muita dificuldade) e tendo presente que nalguns casos a mesma

pessoa pode ter várias incapacidades, verifica que tanto na população em idade escolar (entre os 5 e os 19 anos) como na população em idade ativa (20 aos 64 anos), a principal incapacidade é de memória e concentração. As incapacidades relacionadas com a visão, a audição e a mobilidade têm um peso superior no grupo etário dos 20 aos 64 anos.

O elevado peso da incapacidade de tomar banho e vestir-se sozinho no grupo etário em idade escolar prende-se com o facto de incluir crianças muito pequenas (dos 5 aos 9 anos) que não aprenderam ainda a realizar esta ação, o que “inflaciona” esta incapacidade.

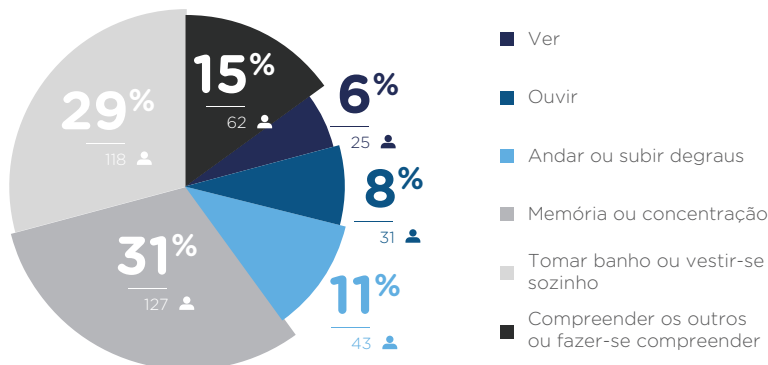
População em idade ativa (20 aos 64 anos) que não consegue efetuar uma ação, Concelho de Cascais

INE, Censos 2011



População em idade escolar (5 aos 19 anos) que não consegue efetuar uma ação, Concelho de Cascais

INE, Censos 2011



“Bem-estar é estar com a família, amigos e com o namorado”

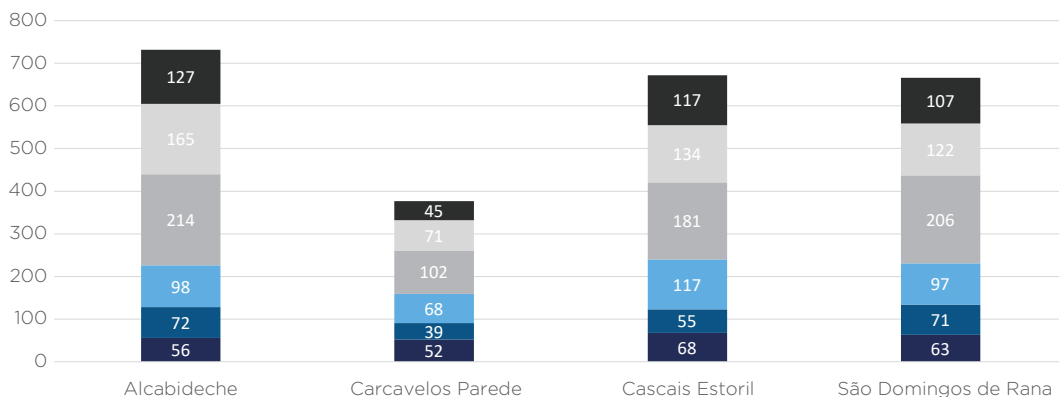
Mulher, deficiência intelectual

A análise por freguesias evidencia um padrão semelhante, registando-se contudo diferenças significativas em termos quantitativos. Alcabideche revela maior número de incapacidades na população em idade ativa e São Domingos de Rana apresenta os valores mais elevados na população em idade escolar. Refira-se que SDR é também a freguesia com maior número de crianças e jovens do concelho, seguida contudo de Cascais-Estoril (e não de Alcabideche).

Carcavelos Parede revela um menor número de incapacidades em ambos os grupos etários.

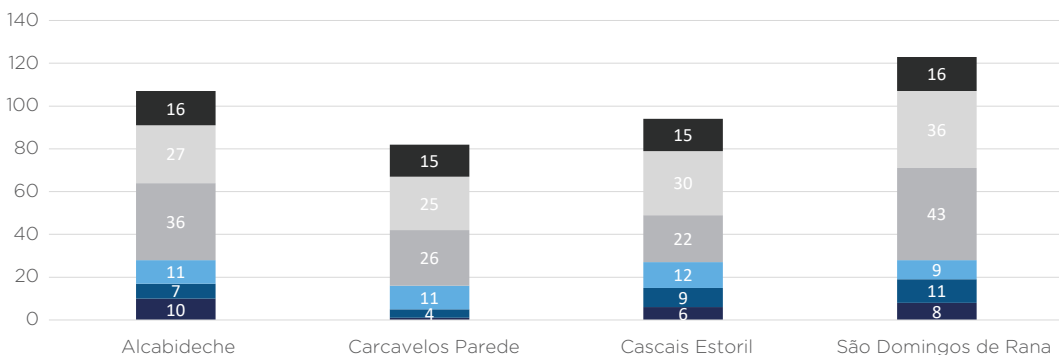
População residente em idade ativa (20 a 64 anos) que não consegue efetuar uma ação, por freguesia

INE, Censos 2011



População residente em idade escolar (5 a 19 anos) que não consegue efetuar uma ação, por freguesia

INE, Censos 2011



16.2 Perspetiva das organizações sobre os principais problemas

Utilizando como metodologia o inquérito aos atores locais, procurou-se conhecer as principais problemáticas que afetam a população com deficiência em Cascais. O inquérito continha um conjunto de problemática, solicitando aos inquiridos (organizações locais que lidam com pessoas com deficiência, quer entidades especificamente dirigidas a este público alvo, quer entidades mais abrangentes como as autarquias e unidades de saúde, num total de 30 entidades) que avaliassem cada problema.

Verificou-se uma taxa de não resposta variável face a cada um dos problemas, que oscilou entre um terço a metade das 30 organizações. Excluindo as não respostas, a maioria das organizações considera os diversos problemas apresentados como muito graves, independentemente do número de pessoas que abrangem, à exceção das doenças crónicas que foram consideradas muito graves por menos de metade das entidades (44%).

Como problemas muito graves e que abrangem muitas pessoas, destacam-se:

- a. A **ausência de vagas em instituição residencial**
- b. Os **baixos rendimentos**
- c. A **dificuldade em fazer face às despesas de saúde**
- d. As **barreiras arquitetónicas** no acesso a serviços e transportes públicos
- e. O **alojamentos e habitação não adaptada**

“Mal-estar é a violência entre as pessoas”

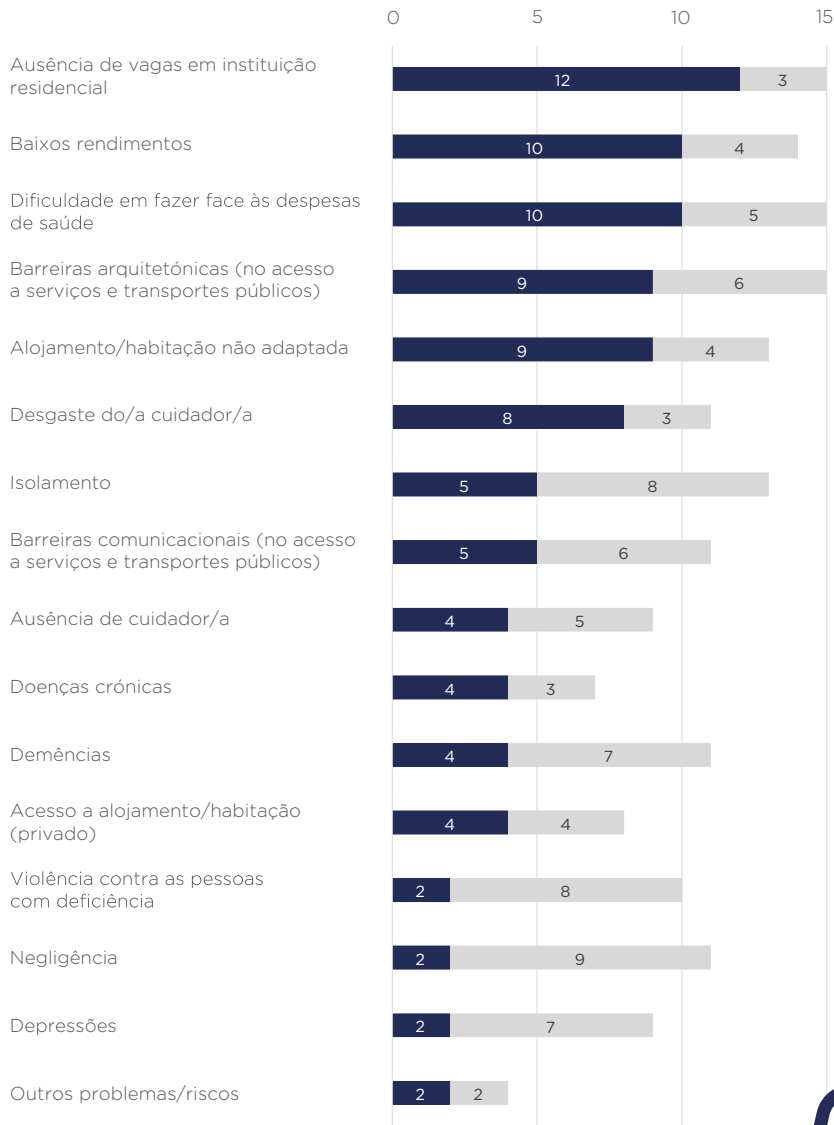
Homem,
deficiência intelectual

“Mal-estar é as pessoas não ouvirem o que estou a falar”

Homem,
deficiência intelectual

Nº de organizações locais que classificaram os problemas como muito graves

Inquérito online aos atores locais, 2016



- Problemas que abrangem muitas pessoas e são muito graves
- Problemas que abrangem poucas pessoas, mas são muito graves

“Mal-estar é ter amigos longe e não poder estar com eles”
 Homem, deficiência intelectual

Paralelamente a esta avaliação dos problemas que atingem as pessoas com deficiência, questionaram-se também as organizações locais sobre a capacidade de dar resposta a estes problemas, quer no seio da organização inquirida, quer fora da organização. Destacam-se nesta avaliação alguns problemas em que perto de metade das organizações referem que não existem respostas ou que estas são insuficientes:

- a. Ausência de vagas em instituição residencial
- b. Baixos rendimentos
- c. Dificuldade em fazer face às despesas de saúde

Estes problemas, com elevadas lacunas ao nível das respostas existentes, são problemas considerados muito graves e abrangentes por uma parte significativa dos atores locais que intervêm com pessoas com deficiência.

16.3 Atividade económica e prestações sociais

Analisando o principal meio de vida das pessoas com pelo menos uma dificuldade e idades entre os 15 e os 64 anos, verifica-se que a maioria (79,5%) dos jovens (dos 15 aos 19 anos) está a cargo da família e 3,7% vive do seu trabalho. No caso dos adultos entre os 20 e os 64 anos, perto de metade (47,2%) tem o trabalho como principal meio de vida, 23,3% vive da sua reforma/pensão e 12,7% vive a cargo da família.

“Bem-estar é ter um pouco de dinheiro para poder sobreviver tanto a nível de comida, como por vezes comprar alguma bugiganga”

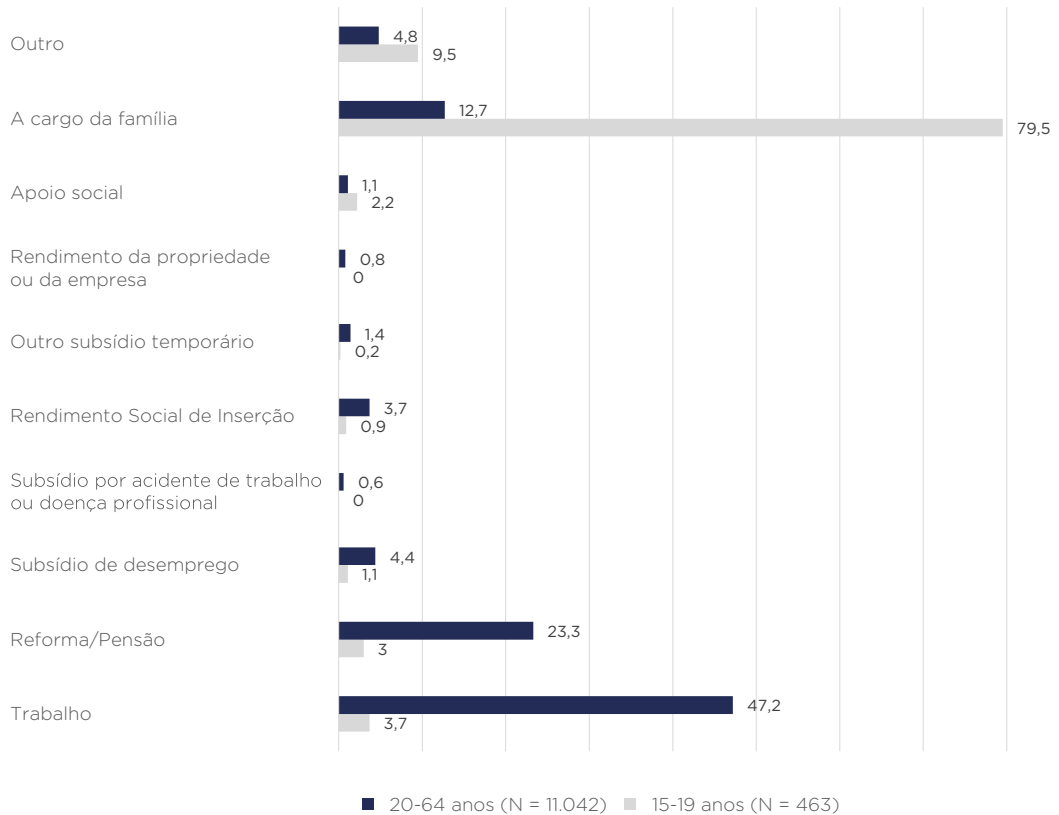
Mulher,
deficiência intelectual

“Bem-estar é liberdade para escolhermos o que nos faz feliz”

Rapaz,
deficiência intelectual

População residente com idade entre os 15 e os 64 anos com pelo menos uma dificuldade por grandes grupos etários e principal meio de vida (%), Concelho de Cascais

INE, Censos 2011



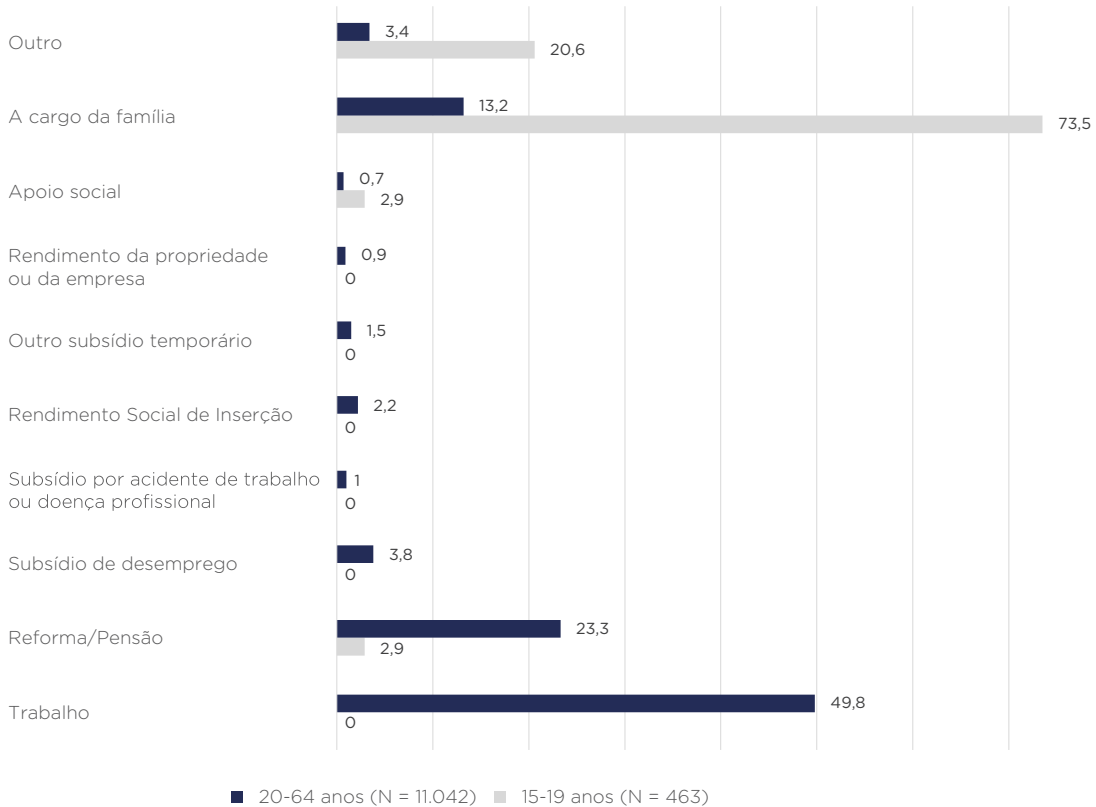
“Mal estar é não ter liberdade”
 Rapaz, deficiência intelectual

“Bem-estar é ter dinheiro para comprar umas calças”
 Homem, deficiência intelectual

População residente com idade entre os 15 e os 64 anos com pelo menos uma dificuldade por grandes grupos etários e principal meio de vida (%), por freguesias

INE, Censos 2011

Alcabideche



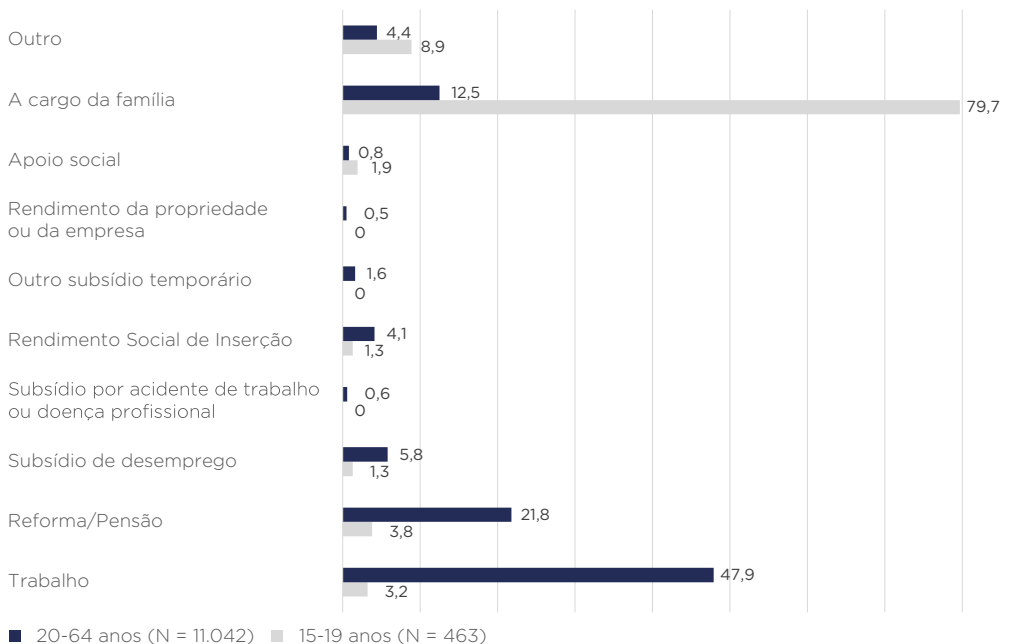
“Bem-estar é estar ocupado”

Homem,
deficiência motora

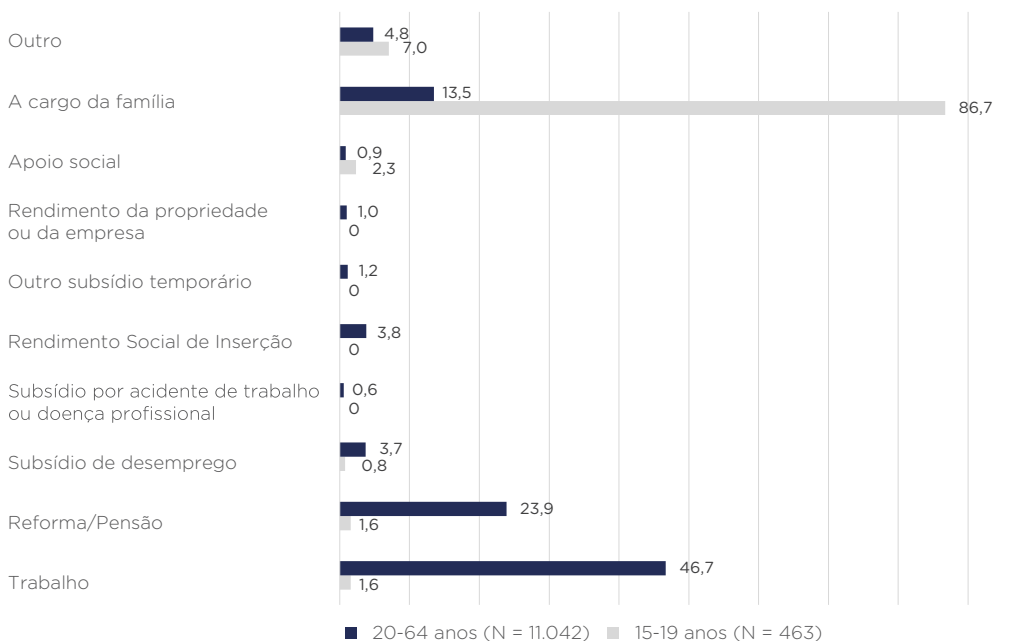
“Bem-estar é trabalho”

Homem,
deficiência motora

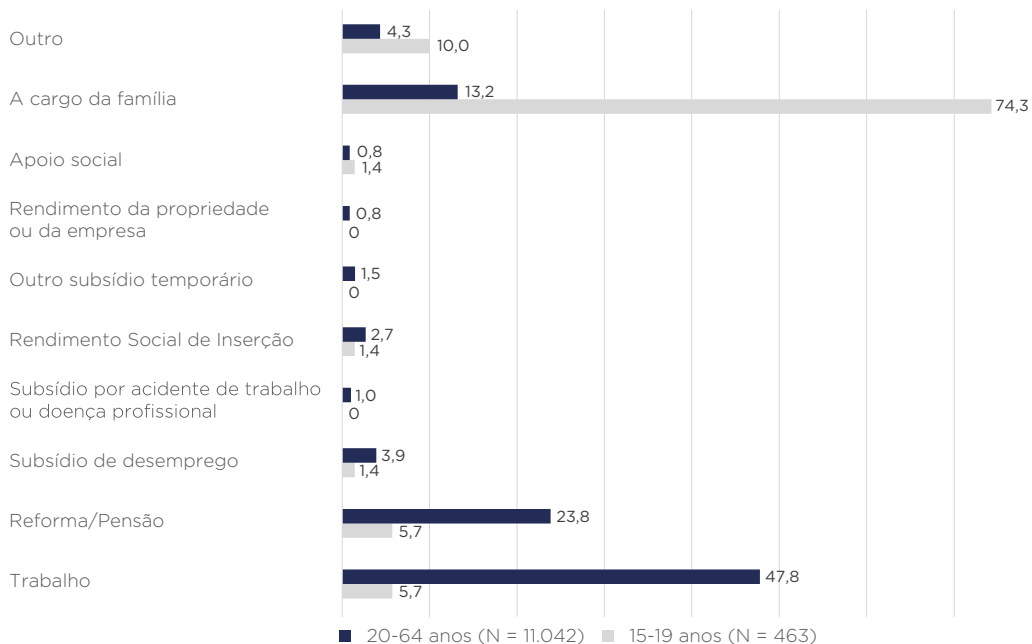
São Domingos de Rana



Cascais Estoril



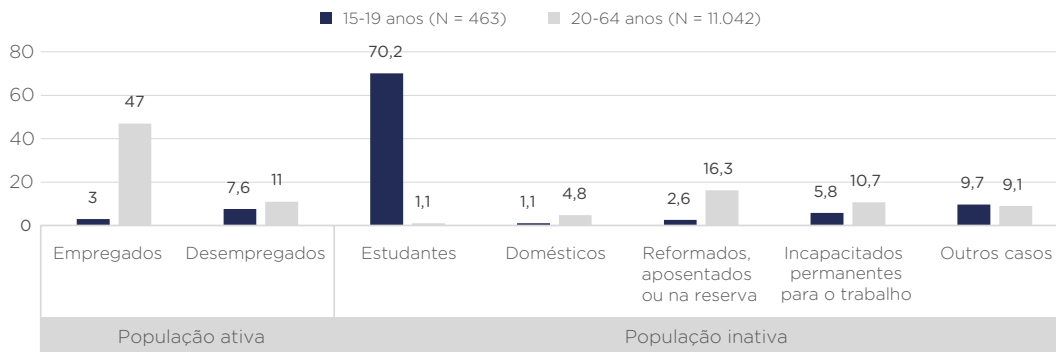
Carcavelos Parede



Analisando a condição perante a atividade económica das pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos, verifica-se que a maioria (70,2%) dos jovens (dos 15 aos 19 anos) encontra-se a estudar e 7,6% está desempregado. No caso dos adultos entre os 20 e os 64 anos, perto de metade (47%) trabalha, 11% está desempregada, 16,3% aposentada e 10,7% incapacitada para o trabalho.

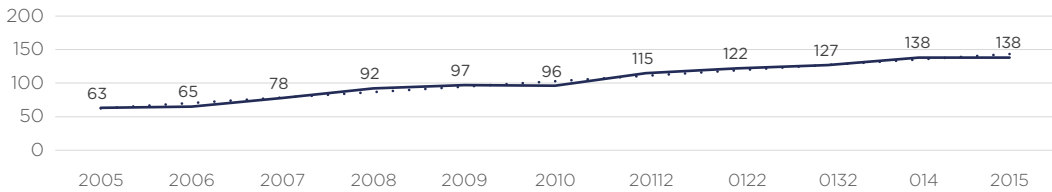
População residente com idade entre os 15 e os 64 anos com pelo menos uma dificuldade por grandes grupos etários e condição perante a atividade económica (%), Concelho de Cascais

INE, Censos 2011



Um indicador complementar, referente à atividade profissional das pessoas com deficiência, revela que apesar de uma evolução gradual, o número de pessoas com remunerações enquadradas por regimes de deficiência tem vindo a aumentar consistentemente nos últimos 10 anos, verificando-se uma taxa de crescimento de 119% entre 2005 e 2015.

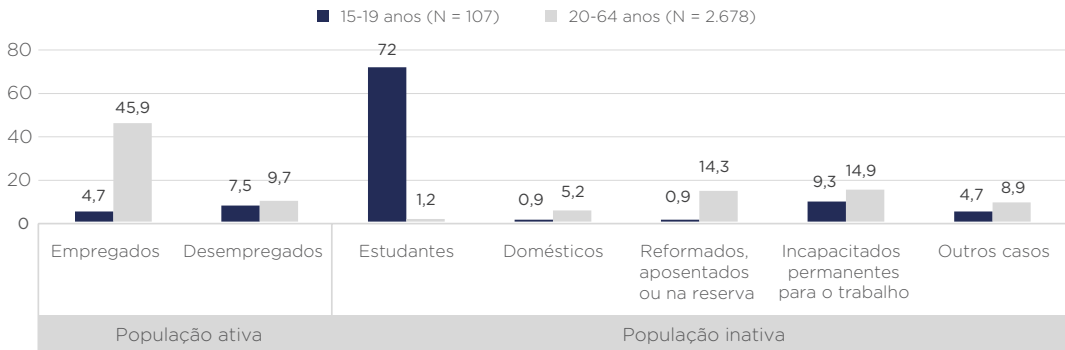
Pessoas singulares, residentes no Concelho de Cascais, com remunerações declaradas por regimes de deficiência (Nº) por ano de referência da remuneração, ISS



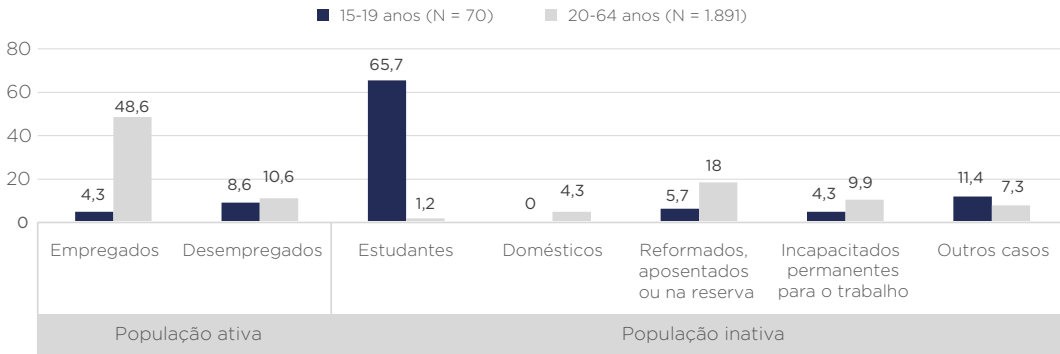
População residente com idade entre os 15 e os 64 anos com pelo menos uma dificuldade por grandes grupos etários e condição perante a atividade económica (%), por freguesia

INE, Censos 2011

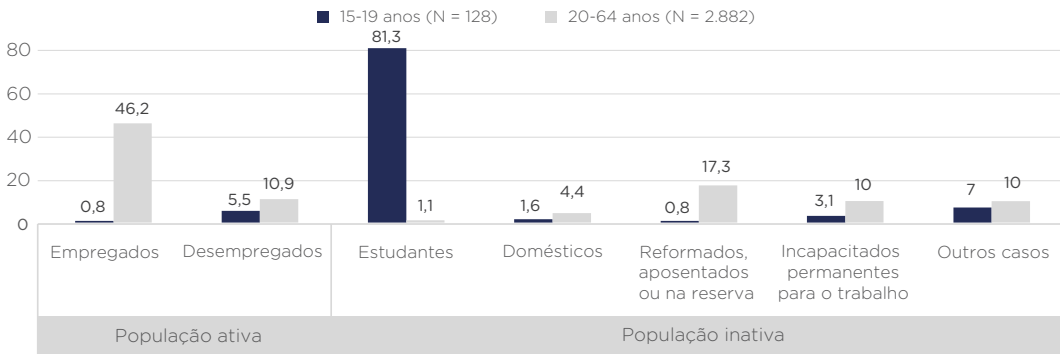
Alcabideche



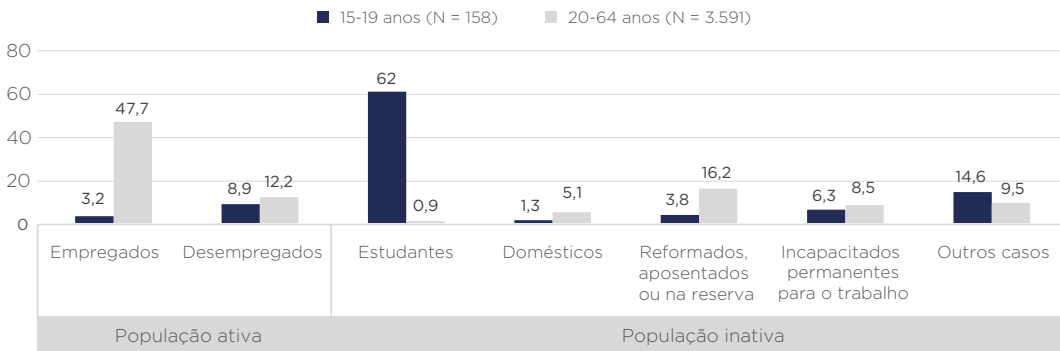
Carcavelos Parede



Cascais Estoril



São Domingos de Rana

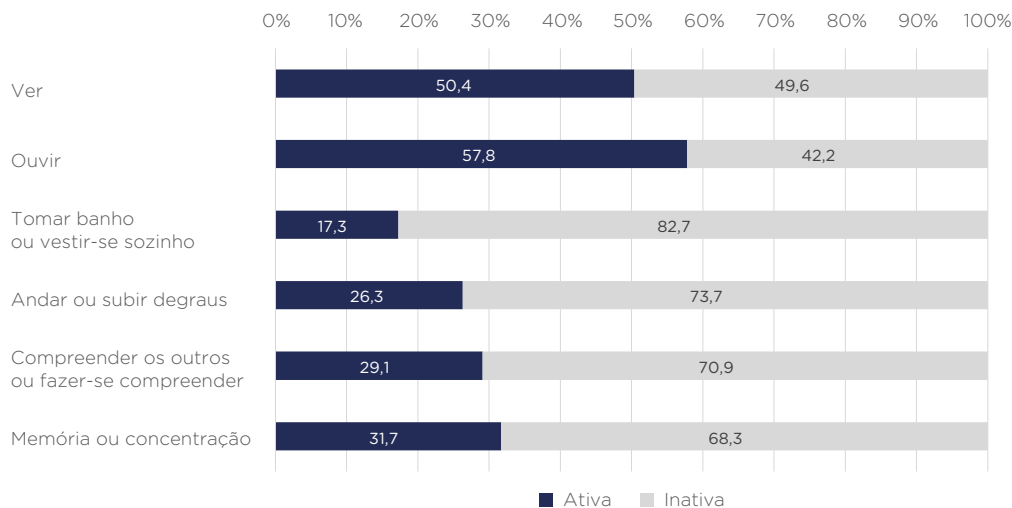


Analisando a atividade económica das pessoas entre os 15 e os 64 anos **que não conseguem realizar as várias ações em análise** (excluindo as que têm muita dificuldade), verifica-se que existem incapacidades que são mais condicionantes da inserção profissional. As incapacidades intelectuais (memória, concentração e compreensão) e de mobilidade condicionam fortemente a atividade económica com a grande maioria das pessoas em situação de inatividade. Refira-se que algumas destas incapacidades poderão ser cumulativas numa mesma pessoa, o que poderá agravar a dificuldade de inserção profissional.

Em contrapartida, as incapacidades de visão e audição aparentam ser menos limitativas da aptidão profissional com cerca de metade das pessoas afetadas por estas incapacidades a desempenharem atividade profissional.

População residente entre os 15 e os 64 anos que não consegue efetuar uma ação por condição perante a atividade económica, Concelho de Cascais

INE, Censos 2011



Os dados que se seguem ilustram a distribuição territorial da população entre os 15 e os 64 anos que não conseguem realizar as várias ações pelas diversas subcategorias de atividade e inatividade.

População residente entre os 15 e os 64 anos que não consegue efetuar uma ação por condição perante a atividade económica

INE, Censos 2011

Ver	Concelho Cascais	Freguesia de Alcabideche	Freguesia Carcavelos Parede	Freguesia Cascais Estoril	Freguesia São Domingos de Rana
População Ativa	127	33	29	33	32
Empregados	115	31	24	31	29
Desempregados	12	2	5	2	3
População Inativa	125	28	23	36	31
Estudantes	13	4	1	2	1
Domésticos	10	0	2	5	2
Reformados, aposentados ou na reserva	40	5	11	10	14
Incapacitados permanentes para o trabalho	41	13	9	9	9
Outros casos	21	6	0	10	5

Ouvir	Concelho Cascais	Freguesia de Alcabideche	Freguesia Carcavelos Parede	Freguesia Cascais Estoril	Freguesia São Domingos de Rana
População Ativa	137	42	21	28	46
Empregados	117	36	18	25	38
Desempregados	20	6	3	3	8
População Inativa	100	30	17	29	25
Estudantes	7	3	2	4	1
Domésticos	7	0	3	3	1
Reformados, aposentados ou na reserva	35	12	5	8	10
Incapacitados permanentes para o trabalho	23	4	6	6	5
Outros casos	28	11	1	8	8

Tomar banho ou vestir-se sozinho	Concelho Cascais	Freguesia de Alcabideche	Freguesia Carcavelos Parede	Freguesia Cascais Estoril	Freguesia São Domingos de Rana
População Ativa	85	25	18	20	22
Empregados	69	19	14	18	18
Desempregados	16	6	4	2	4
População Inativa	407	140	55	106	100
Estudantes	7	1	6	3	1
Domésticos	5	0	1	3	1
Reformados, aposentados ou na reserva	92	26	9	26	30
Incapacitados permanentes para o trabalho	258	105	37	52	58
Outros casos	45	8	2	22	10

Andar ou subir degraus	Concelho Cascais	Freguesia de Alcabideche	Freguesia Carcavelos Parede	Freguesia Cascais Estoril	Freguesia São Domingos de Rana
População Ativa	100	26	19	25	30
Empregados	88	23	15	23	27
Desempregados	12	3	4	2	3
População Inativa	280	72	49	94	67
Estudantes	9	1	3	4	4
Domésticos	7	0	2	2	3
Reformados, aposentados ou na reserva	77	17	8	27	25
Incapacitados permanentes para o trabalho	152	43	35	45	28
Outros casos	35	11	1	16	7

Compreender os outros ou fazer-se compreender	Concelho Cascais	Freguesia de Alcabideche	Freguesia Carcavelos Parede	Freguesia Cascais Estoril	Freguesia São Domingos de Rana
População Ativa	123	23	24	40	36
Empregados	98	21	19	33	25
Desempregados	25	2	5	7	11
População Inativa	300	104	27	76	80
Estudantes	18	2	5	3	4
Domésticos	11	0	4	3	4
Reformados, aposentados ou na reserva	61	16	5	17	23
Incapacitados permanentes para o trabalho	158	75	11	33	32
Outros casos	52	11	2	20	17

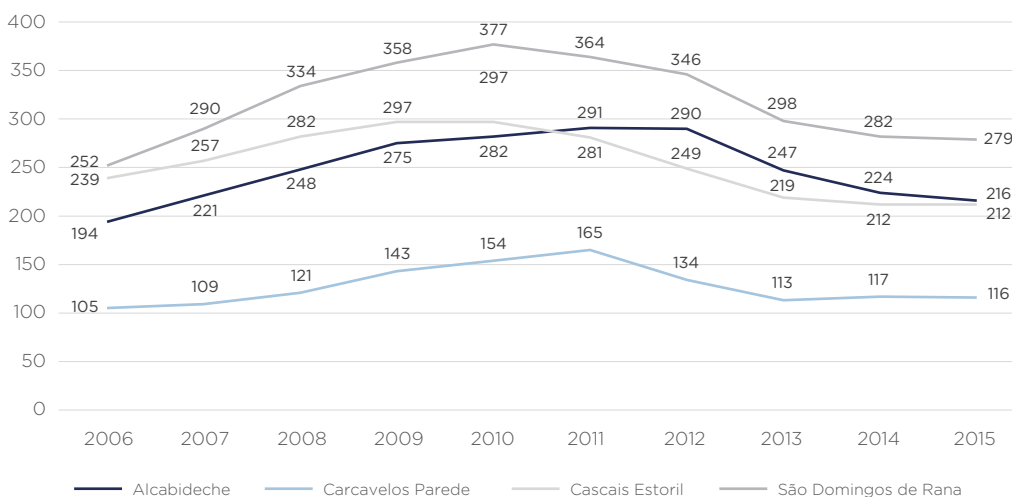
Memória ou concentração	Concelho Cascais	Freguesia de Alcabideche	Freguesia Carcavelos Parede	Freguesia Cascais Estoril	Freguesia São Domingos de Rana
População Ativa	206	71	53	72	110
Empregados	240	56	46	57	81
Desempregados	66	15	7	15	29
População Inativa	444	154	52	112	114
Estudantes	38	7	7	5	11
Domésticos	23	9	4	7	3
Reformados, aposentados ou na reserva	102	24	19	25	34
Incapacitados permanentes para o trabalho	206	96	16	45	47
Outros casos	75	18	6	30	19

Para além dos dados dos Censos de 2011, dados da Segurança Social permitem uma aproximação quantitativa complementar à realidade das pessoas com deficiência no concelho de Cascais e nas suas quatro freguesias.

Um dos indicadores relativos às crianças e jovens com deficiência é a bonificação do abono de família. Em 2015, 825 crianças e jovens receberam esta bonificação no Concelho de Cascais, sendo que mais de um terço (279; 34%) reside na freguesia de São Domingos de Rana e mais de um quarto (216; 26,2%) na freguesia de Alcabideche.

Nº de titulares de bonificação por deficiência por freguesia, ISS

www.seg-social.pt



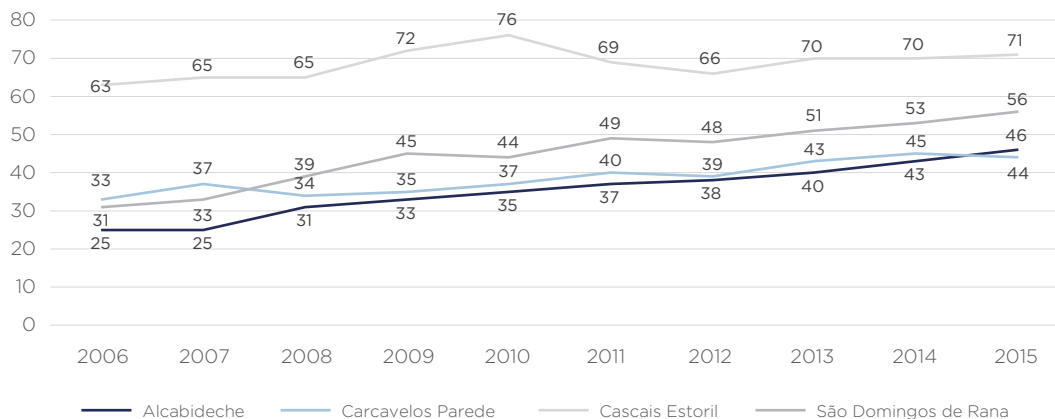
A bonificação por deficiência é um acréscimo ao abono de família para crianças e jovens que é atribuído quando por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica, a criança ou jovem necessite de apoio pedagógico ou terapêutico.

Nº de titulares de bonificação por deficiência por freguesia, 2015, ISS	
Concelho de Cascais	825
Freguesia de Alcabideche	216
Freguesia Carcavelos Parede	116
Freguesia Cascais Estoril	212
Freguesia São Domingos de Rana	279

No mesmo ano (2015), 217 pessoas recebiam o Subsídio por assistência a 3ª pessoa. Neste caso e diferentemente do indicador relativo à bonificação do abono de família por deficiência, é a freguesia de Cascais Estoril que reúne maior número de titulares (71 pessoas, cerca de um terço do total do concelho). Em todas as freguesias verifica-se um aumento do número de titulares entre 2006 e 2016.

Nº de titulares de subsídio por assistência a 3ª pessoa, por freguesia, ISS

www.seg-social.pt



O subsídio por assistência a 3ª pessoa é uma prestação mensal em dinheiro que se destina a compensar as famílias com descendentes, a receber abono de família com bonificação por deficiência, que estejam em situação de dependência e que necessitem do acompanhamento permanente de 3ª pessoa.

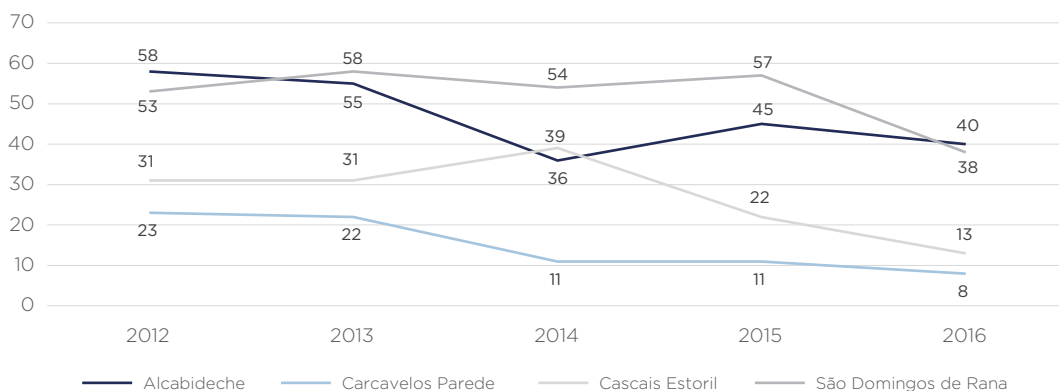
Nº de titulares de subsídio por assistência a 3ª pessoa, 2015, ISS

Concelho de Cascais	217
Freguesia de Alcabideche	46
Freguesia Carcavelos Parede	44
Freguesia Cascais Estoril	71
Freguesia São Domingos de Rana	56

Um outro indicador relativo a crianças e jovens com deficiência é o subsídio por educação especial que, em 2015, abrangia 99 crianças do concelho. Mais uma vez, as freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana destacam-se quantitativamente. Neste indicador verifica-se uma diminuição das pessoas que beneficiam deste subsídio entre 2012 e 2016.

Pessoas singulares com subsídio por educação especial, ISS

www.seg-social.pt



O subsídio por educação especial é uma prestação pecuniária paga mensalmente que se destina a assegurar a compensação de encargos resultantes da aplicação de formas específicas de apoio a crianças e jovens com deficiência, designadamente a frequência de estabelecimentos adequados.

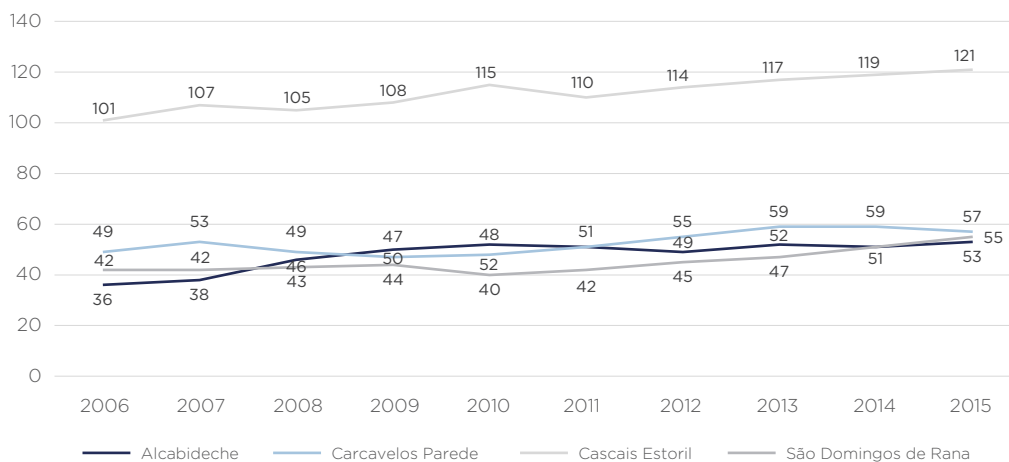
Pessoas singulares com subsídio por educação especial, 2015, ISS	
Concelho de Cascais	99
Freguesia de Alcabideche	40
Freguesia Carcavelos Parede	13
Freguesia Cascais Estoril	8
Freguesia São Domingos de Rana	38

Outros indicadores da Segurança Social relativos a prestações sociais relativas à deficiência e incapacidade são o subsídio mensal vitalício e a pensão por invalidez.

No que se refere ao subsídio mensal vitalício, a freguesia de Cascais Estoril destaca-se das restantes 3 freguesias cujos valores são semelhantes. Dos 286 titulares deste subsídio no Concelho de Cascais, em 2015, 42% (121) residem na freguesia de Cascais Estoril.

Nº de titulares de subsídio mensal vitalício, por freguesia, ISS

www.seg-social.pt



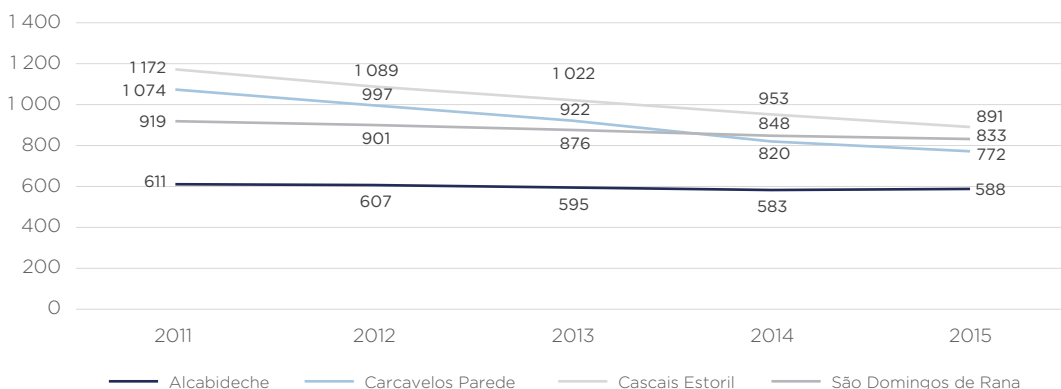
O subsídio mensal vitalício é uma prestação em dinheiro paga mensalmente a pessoas com deficiência (física, orgânica, sensorial, motora ou mental) de idade superior a 24 anos, que não lhes permita trabalhar

Nº de titulares de subsídio mensal vitalício, 2015, ISS	
Concelho de Cascais	286
Freguesia de Alcabideche	53
Freguesia Carcavelos Parede	57
Freguesia Cascais Estoril	121
Freguesia São Domingos de Rana	55

Em 2015, 3.084 pessoas recebiam pensão por invalidez (incapacidade para trabalho). Alcabideche revela o valor mais baixo das quatro freguesias no período de 2011 a 2015. Em todas as freguesias se regista uma diminuição desta pensão, sendo essa diminuição mais acentuada nas freguesias de Carcavelos Parede e Cascais Estoril.

Pessoas singulares com pensão por invalidez, por freguesia, ISS

www.seg-social.pt



A pensão por invalidez é um valor pago mensalmente, destinado a proteger os beneficiários do regime geral de Segurança Social nas situações de incapacidade permanente para o trabalho. Considera-se invalidez toda a situação incapacitante, de causa não profissional, que determine incapacidade permanente para o trabalho. As situações de incapacidade para o trabalho abrangidas por esta pensão podem ser parciais (invalidez relativa) ou totais (invalidez absoluta) e neste último caso, não pode acumular com rendimentos do trabalho.

Pessoas singulares com pensão por invalidez, 2015, ISS	
Concelho de Cascais	3 084
Freguesia de Alcabideche	588
Freguesia Carcavelos Parede	772
Freguesia Cascais Estoril	891
Freguesia São Domingos de Rana	833

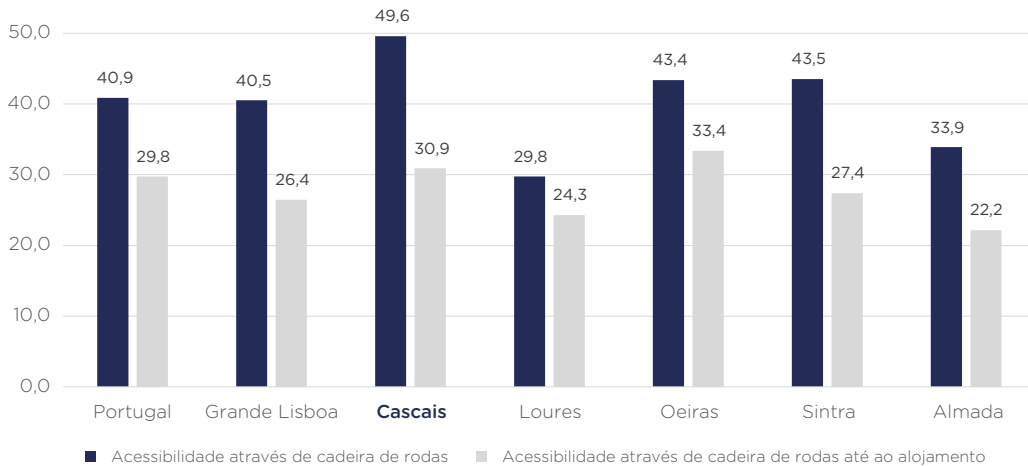
16.4 Acessibilidades

Em termos gerais, Cascais destaca-se pela proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas, revelando um valor (49,6%) superior a todos os territórios em análise. Perto de metade dos edifícios do Concelho são acessíveis através de cadeira de rodas. Contudo, a acessibilidade por esta via até ao alojamento revela um valor mais baixo: 30,9%, ainda assim só superado pelo Concelho de Oeiras.

Proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas

Comparativo Cascais/Outras Unidades Territoriais

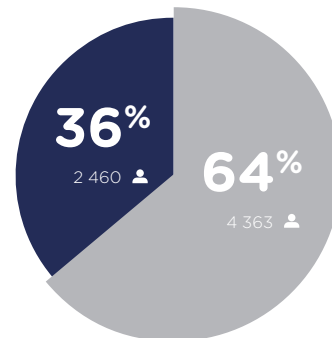
INE, Censos 2011



População residente entre os 15 e os 64 anos de idade com pelo menos uma dificuldade a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por acessibilidade, Cascais

INE, Censos 2011

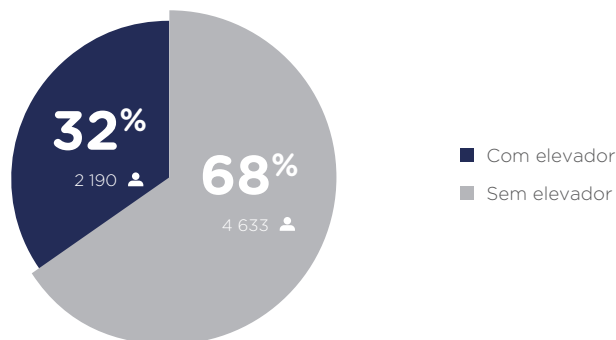
- Entrada acessível à circulação em cadeira de rodas
- Entrada não acessível à circulação em cadeira de rodas



4.363 pessoas entre os 15 e os 64 anos com pelo menos uma dificuldade residem em alojamentos não acessíveis à circulação em cadeira de rodas e 4.633 em edifícios sem elevador.

População residente entre os 15 e os 64 anos de idade com pelo menos uma dificuldade a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por existência de elevador, Cascais (Nº)

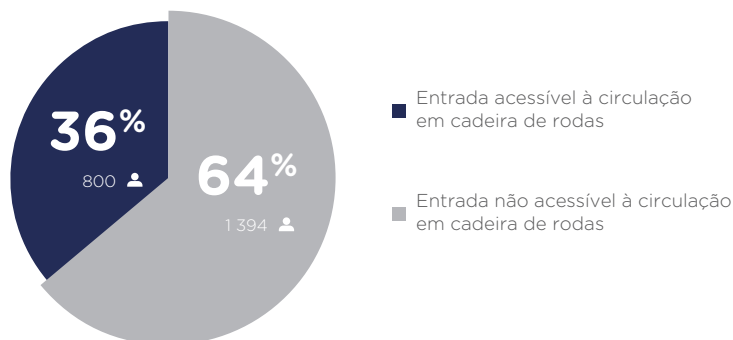
INE, Censos 2011



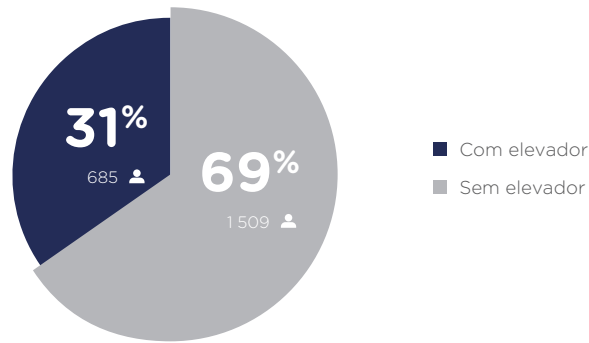
Analisando apenas as pessoas entre os 15 e os 64 anos com muita dificuldade ou incapacidade em **andar ou subir degraus**, 1.394 pessoas nestas condições reside em alojamentos cuja entrada não é acessível à circulação em cadeira de rodas e 1.509 em edifícios sem elevador.

População residente entre os 15 e os 64 anos de idade com muita dificuldade ou incapacidade em andar ou subir degraus a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por acessibilidade, Cascais

INE, Censos 2011



População residente entre os 15 e os 64 anos de idade com muita dificuldade ou incapacidade em andar ou subir degraus a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por existência de elevador, Cascais

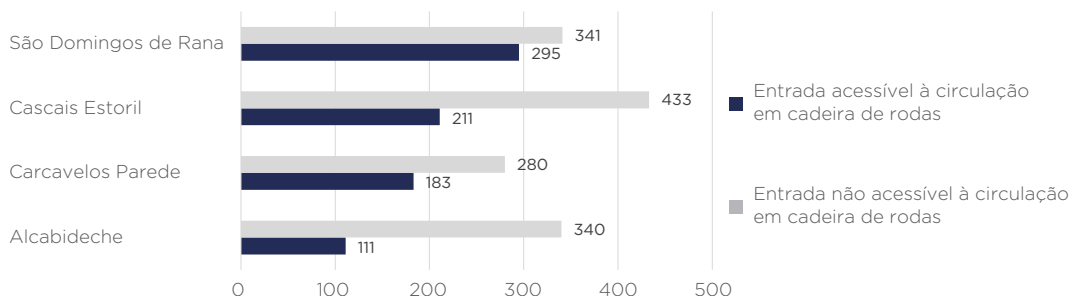


Uma análise por freguesias revela que é na freguesia de Cascais Estoril que residem mais pessoas entre os 15 e os 64 anos (433) que têm muita dificuldade ou não conseguem **andar ou subir degraus** a residir em prédios sem entradas acessíveis à circulação em cadeira de rodas, seguida das freguesias de São Domingos de Rana e Alcabideche com valores muito aproximados entre si.

No que se refere às pessoas com esta incapacidade a residir em prédios sem elevador, São Domingos de Rana apresenta o valor mais elevados: 473 pessoas nestas circunstâncias.

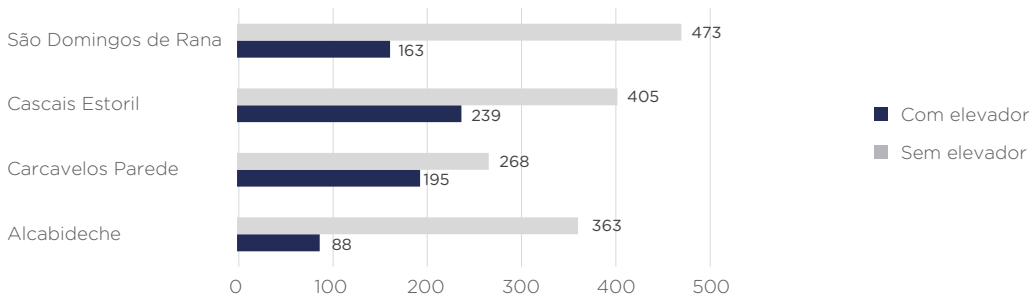
População residente entre os 15 e os 64 anos de idade com muita dificuldade ou incapacidade em andar ou subir degraus a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por acessibilidade

INE, Censos 2011



População residente entre os 15 e os 64 anos de idade com muita dificuldade ou incapacidade em andar ou subir degraus a viver em edifícios construídos estruturalmente para possuir 3 ou mais alojamentos familiares (Nº) por existência de elevador

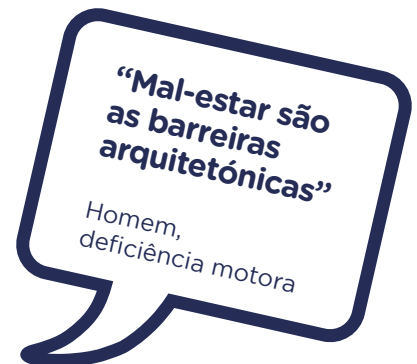
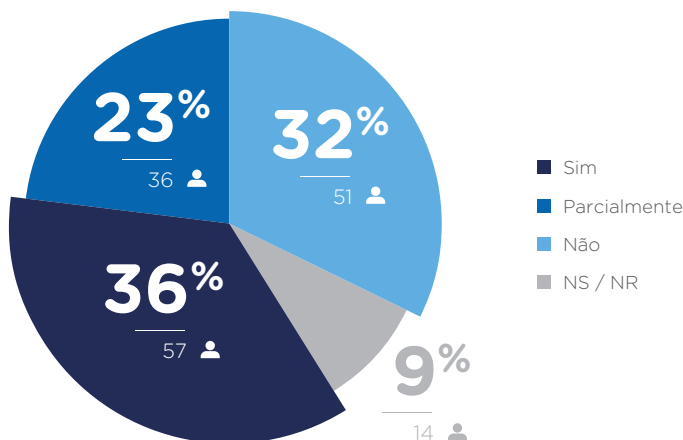
INE, Censos 2011



A questão das acessibilidades foi também abordada no inquérito aos atores locais, questionando-se sobre as eventuais barreiras existentes nos equipamentos e infraestruturas das 158 organizações inquiridas. Verifica-se que apenas pouco mais de um terço das entidades (36%) garante a acessibilidade sem barreiras às suas infraestruturas, sendo que mais de metade (55%) afirma existirem barreiras no acesso, mesmo que de forma parcial.

Resposta das organizações locais à questão: “As infraestruturas, interiores e exteriores, não consititem uma barreira ao acesso e à mobilidade física”

Inquérito aos atores locais, CEDRU, 2016



O tema foi ainda abordado no âmbito do *focus group* realizado com pessoas com deficiência, tendo sido recolhidos testemunhos relevantes, baseados em experiências pessoais.

Vários participantes sublinharam que, consoante o tipo de deficiência, as dificuldades sentidas são diferentes, não se podendo generalizar os problemas de acessibilidade e acesso aos serviços. As incapacidades visuais, auditivas, motoras ou cognitivas colocam desafios específicos e diferentes face à realidade de cada pessoa. Contudo, foi efetuada uma apreciação desfavorável por todos os participantes quanto ao acesso aos serviços de transporte, bem como à generalidade dos serviços públicos. Em muitos casos, sem o apoio de terceiros, não é possível às pessoas com deficiência aceder de forma plena a estes serviços, o que configura um entrave ao pleno exercício dos seus direitos.

No acesso concreto à educação por parte de pessoas com deficiência, realçaram-se as melhorias sentidas ao longo dos últimos anos ao nível das infraestruturas de apoio especializado, bem como na disponibilização de ofertas educativas vocacionadas e adaptadas, de acordo com as várias condicionantes que afetam as pessoas com deficiência.

Ainda assim, é uma realidade o facto de subsistirem algumas barreiras arquitetónicas nas escolas, tal como nos serviços públicos e noutros locais (como, por exemplo, as igrejas), que afetam de forma diferenciada as pessoas com deficiência em função das suas condicionantes específicas.

**“Bem-estar
é estar bem
connosco e com
Deus”**

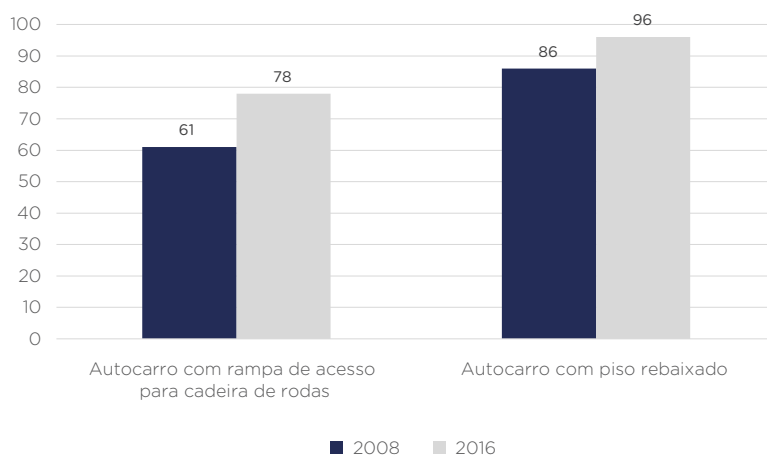
Homem,
deficiência intelectual

Apesar das dificuldades sentidas pelas pessoas com deficiência ao nível da mobilidade e da utilização de transportes públicos, de acordo com os dados fornecidos pela Scotturb, entre 2008 e 2016 o número de autocarros ao serviço com rampas de acesso ou com piso rebaixado tem vindo a aumentar. Refira-se que a Scotturb é responsável por 57 carreiras, sendo que a maioria serve o Concelho de Cascais ou a sua área de influência imediata, tratando-se de um operador central em termos de mobilidade no Concelho.

Em 2008, existiam 94 autocarros equipados com rampa de acesso para cadeira de rodas, o que correspondia a 61% do total da frota. Em 2016, o número de viaturas equipadas com esse mecanismo passou para as 109, correspondendo a 78% do total em serviço. Relativamente às viaturas com piso rebaixado, estas representavam 86% do total da frota em 2008, tendo aumentado para 96% em 2016.

Autocarros com estruturas de acessibilidade (%), em 2008 e 2016

Scotturb



Esta melhoria das condições dos autocarros que circulam no Concelho foi claramente reconhecida pelos participantes no *focus group* realizado com pessoas com deficiência. Contudo, as condições infraestruturais da rede, nomeadamente o tipo e a localização das paragens constituem um forte entrave à utilização efetiva dos equipamentos de apoio dos autocarros. Em vários casos, a altura do lancil ou as próprias condições do local da paragem dificultam a utilização do equipamento de apoio. Outra das principais dificuldades está relacionada com o estacionamento indevido em torno da área da paragem, que impossibilita a utilização plena da rampa de acesso ou impede uma aproximação mínima do autocarro à área de embarque/desembarque o que dificulta a entrada e saída de pessoas com mobilidade reduzida.

Além destas condicionantes e ainda que parte importante dos autocarros esteja equipado com rampa de acesso para cadeira de rodas, existem ainda alguns veículos que não têm este equipamento instalado. Nestes casos, o transporte de pessoas em cadeira de rodas fica dependente do apoio direto do motorista e restantes passageiros.

Paralelamente, foi salientado que cidadãos com outros tipos de deficiência, como por exemplo, os invisuais ou pessoas com dificuldades de visão enfrentam outros constrangimentos específicos. São disso exemplo a inexistência de avisos auditivos que permitam a sua orientação de forma

autónoma. Foi ainda referido que, em caso de reclamação, não ser possibilitada a apresentação da mesma por outros meios que não o escrito, o que faz com que várias reclamações não sejam admitidas e, conseqüentemente, não tenham sequência.

Ainda relativamente às questões das acessibilidades e mobilidade, o município presta também dois serviços de transporte adaptado. Um dirige-se a alunos com Necessidades Educativas Especiais com caráter permanente, a frequentar o ensino básico e secundário, que apresentem deficiências motoras e/ou comprovada falta de autonomia que condicione a capacidade de utilizar transportes públicos.

Em 2015, **95 utentes** beneficiava deste serviço, que proporcionava transporte para a frequência de atividades ocupacionais, desportivas e terapêuticas.

O outro serviço de transporte dirige-se a pessoas com deficiência motora, mobilidade condicionada ou baixa autonomia e é assegurado através de protocolo com as Associações de Bombeiros do Município. Este transporte abrangia **88 utentes** em 2015, assegurando a deslocação a serviços, atividades desportivas, terapêuticas ou ocupacionais, frequência de respostas sociais, etc. É principalmente utilizado por utentes que se encontram em situação de educação ou formação (41%) e por reformados (19%). Os utentes com deficiência motora representam 46% do total, seguidos dos utilizadores com multideficiência (37%). Note-se que, ainda que a residência em Cascais seja um critério de seleção dos utentes, aqueles que residem fora do concelho mas que beneficiam de resposta social em Cascais podem também solicitar este transporte.

“Eu gostava de ter mais ajudas nos transportes e com mais acessos”

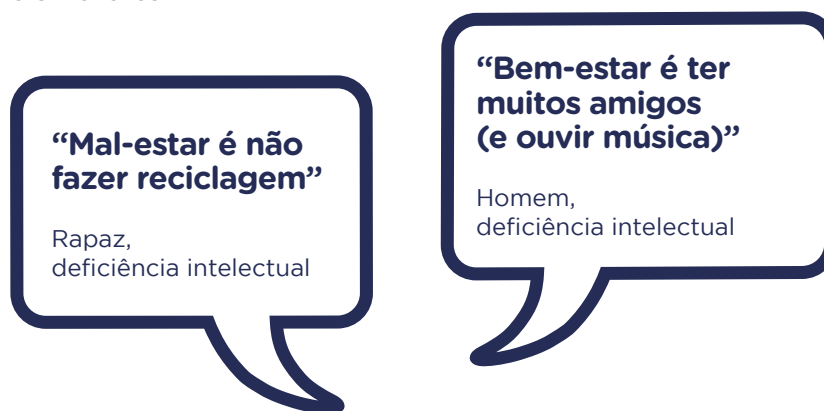
Mulher,
deficiência motora

“Gosto de ter autonomia para fazer as minhas coisas”

Mulher,
deficiência motora

16.5 Participação e cidadania

O inquérito às organizações locais continha questões sobre participação e envolvimento cívico, nomeadamente no que diz respeito às pessoas com deficiência. Do total de 30 entidades inquiridas sobre esta matéria (incluindo as entidades que trabalham especificamente na área da deficiência, mas também outras entidades como as autarquias e organizações da área da saúde) verifica-se uma elevada proporção de não respostas e respostas em branco, o que indicia um aparente desconhecimento de mais de metade destas organizações sobre a matéria em análise.



Nº de organizações locais que caracterizaram as formas de envolvimento das pessoas com deficiência (Nº e %)

Inquérito às organizações, CEDRU 2016

Atendendo ao universo de imigrantes que a entidade abrange, indique quantos:	Nenhum	Poucos	Muitos / A maioria	NS / NR / Em branco
Participam em partidos políticos	8 (26,7%)	2 (6,7%)	0 (0%)	20 (66,7%)
Participam em associações locais (desportivas, culturais, recreativas, etc.)	5 (16,7%)	7 (23,3%)	1 (3,3%)	17 (56,7%)
Constituíram e participam em associações de pessoas com deficiência	4 (13,3%)	7 (23,3%)	0 (0%)	19 (63,3%)
Participam em iniciativas de voluntariado	5 (16,7%)	5 (16,7%)	1 (3,3%)	19 (63,3%)
Participam em iniciativas de ativismo social, ambiental, etc.	4 (13,3%)	8 (26,7%)	1 (3,3%)	17 (56,7%)

Globalmente, as entidades apontam para uma reduzida participação, sendo que “poucas” ou “nenhuma” é a quantificação mais comumente utilizada para avaliar a sua participação nas diversas atividades em análise. A participação em associações locais (desportivas, culturais, recreativas, etc.) e sobretudo as iniciativas de ativismo serão eventualmente as formas de envolvimento que as pessoas com deficiência mais utilizam.

Em sede de *focus group*, foi também realçado por vários participantes que as iniciativas que visam a participação e o envolvimento de pessoas com deficiência serem quase sempre exclusivamente dedicada a temáticas diretamente relacionadas com a deficiência, sendo que, em temas de interesse geral para a sociedade, a sua participação não é solicitada nem valorizada. Esta situação provoca algum desgaste nas intenções de participação e contribui para a fragmentação das dinâmicas e dos contactos que se estabelecem entre os envolvidos, em que os interlocutores e participantes nas sessões dedicadas à deficiência são essencialmente os mesmos, sendo a comunidade de pessoas com deficiência pouco envolvida em debates e discussões de relevância social e comunitária que abordem outros temas.

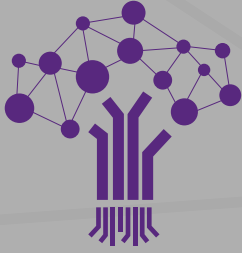
Acresce ainda que as barreiras físicas (arquitetónicas) e de comunicação constituem fortes entraves à participação. A inexistência de intérpretes de linguagem gestual, de meios de apoio à participação de invisuais e as dificuldades físicas de acesso aos principais locais e fóruns de debate por parte de pessoas com mobilidade reduzida são fatores que resultam na desmotivação e desinteresse participativo. Estas condicionantes contribuem também para acentuar a fragmentação dos debates e das temáticas em debate.

“Bem-estar é praticar desporto. A atividade física é uma oportunidade de confirmar que sou igual aos outros.”

Homem,
deficiência intelectual

Bem-estar é sentir-me e estar integrado na sociedade”

Homem,
deficiência intelectual



DIAGNÓSTICO
SOCIAL | CASCAIS

